

2022

volume 25 | número 2 | maio-agosto

 NOVOS  
CADERNOS  
NAEA



v. 25, n. 2 • maio-agosto, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Diretor Geral: Armin Mathis • Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

NOVOS CADERNOS NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA

Periodicidade quadrimestral, volume 25, número 2, maio-agosto de 2022

Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

EDITORA CIENTÍFICA

Mirleide Chaar Bahia – NAEA/UFPA

COMISSÃO EDITORIAL • NAEA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior • Geografia | Francisco de Assis Costa • Economia

Luís Eduardo Aragón Vaca • Geografia | Oriana Trindade • Economia

Silvio Figueiredo • Sociologia | Edna Castro • Sociologia

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Andréa Luisa Zhouiri, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ana Maria Araújo, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay

Celio Bermann, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Christian Azaïs, Université de Picardie Jules Verne, Paris, França

Clóvis Cavalcanti, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil

German Palacio, Universidad Nacional de Colômbia, Leticia, Colômbia

Edna Maria Ramos de Castro, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Eduardo José Viola, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Emilio F. Moran, Michigan State University, East Lansing, Estados Unidos da América do Norte

Geraldo Magela Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Henri Acelrad, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, Brasil

Helóisa Soares de Moura Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ignacy Sachs, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França

José Ricardo Garcia Pereira Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Marcel Burszty, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Marcelo Sampaio Carneiro, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Maria Manuel Baptista, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Marilene Corrêa da Silva Freitas, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Martin Coy, Universität Innsbruck, Innsbruck, Áustria

Paola Bolados Garcia, Universidad de Valparaíso, Valparaíso, Chile

Pedro Roberto Jacobi, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Pierre Salama, Centre d'Économie de Paris-Nord CEPN, Paris, França

Pierre Teisserenc, Université Paris XIII, Villetaneuse, França

Raymundo Heraldo Maués, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

Assistentes editoriais: Rafaela Santos Carneiro e Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Revisão textual: Albano Rita Gomes

Editoração eletrônica: Ione Sena

Capa: Andrea Pinheiro

Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
Novos Cadernos NAEA • v. 25, n. 2 • p. 1-362 • maio-agosto, 2022  
Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

A Revista Novos Cadernos NAEA é um periódico quadrimestral, de caráter interdisciplinar, dedicado à publicação de trabalhos científicos e acadêmicos sobre temas relevantes às áreas do desenvolvimento, sociedade, economia e meio ambiente, com o objetivo de fomentar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e suas competências, de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior.

A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

#### INDEXADORES

Latindex – Crossref – Portal de Periódicos da CAPES – Google Scholar – Research Bib – e-Revistas/Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas – Directory of Open Access Journals (DOAJ) – DRJI – Directory of Research Journal Indexing

#### IDENTIFICADORES

Universal Impact Factor – Journal For Free – Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet – Livre Diretório Luso-Brasileiro IBICT – Sumarios.org – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – Microsoft Academic Search – Library of Congress/HLAS Online – Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB) – Georgetown University Library – SEER IBICT – Cibera: Iberoamérica/España/Portugal – Library Catalog – University of Texas at Austin – WordCat – Diadorim – Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras

#### CONTATOS

Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará  
Rua Augusto Corrêa, nº 1, Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, bairro do Guamá  
CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil  
Tel.: (+55 91) 3201 8515  
E-mail: [revistanovoscadernosnaea@gmail.com](mailto:revistanovoscadernosnaea@gmail.com)

#### SUBMISSÃO DE ARTIGOS

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>  
Homepage do NAEA: <http://www.naea.ufpa.br/>

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 25, n. 2 – maio-agosto, 2022 – Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2022.

Quadrimestral

ISSN Print 1516-6481

ISSN Eletrônico 2179-7536

DOI: 10.5801/S21797536

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em junho de 1998. 1. Desenvolvimento – Periódicos. 2. Meio Ambiente – Periódicos. 3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA  
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.



Ministério  
da Educação

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



## SUMÁRIO

---

### Editorial

---

### Artigos

- 11 “A ressurreição dos malditos pelos eleitos”: o mais novo lugar dos invisíveis frente à concessão do Auxílio Emergencial Temporário  
**“The resurrection of the damned by the elect”: the newest place of the invisible in the face of the granting of temporary emergency aid**  
*Jairo Bezerra Silva, Francisco Emerson de Siqueira e Lemuel Dourado Guerra*
- 
- 33 O fantasma das fábricas chinesas: expatriados, trabalhadores e políticas do modelo chinês no Brasil  
**The specter of Chinese factories: expatriates, workers and the politics of the Chinese model in Brazil**  
*Cleiton Ferreira Maciel Brito e Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel*
- 
- 59 Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro  
**From mud to chaos: the backsliding of Brazil’s environmental policy and leadership under the Bolsonaro administration**  
*Barnabé Lucas de Oliveira Neto*
- 
- 81 A agenda de desenvolvimento da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite (2019 – 2020)  
**The development agenda of the industrial bourgeoisie in Rio Grande do Sul during the first two years of the government of Eduardo Leite (2019 - 2020)**  
*Marco André Cadoná e Valter de Almeida Freitas*
- 
- 107 Salários reais, produtividade do trabalho e desemprego na indústria extrativa do Estado do Pará  
**Real wages, labor productivity and unemployment in the extractive industry of the State of Pará**  
*Letícia Lima de Sousa e Douglas Alcantara Alencar*
- 
- 129 Aprendendo a viver no Antropoceno: uma abordagem sistêmica para a governança de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas  
**Learning to live in the Anthropocene: a systemic approach to governing Agroextractive Settlement Projects**  
*Roberta Rowzy Amorim de Castro, Aquiles Simões e Sandro Luis Schlindwein*
- 
- 153 A via cooperativa para o fortalecimento dos meios de vida no Médio Mearim, Maranhão  
**The cooperative way for strengthening livelihoods in the Middle Mearim, Maranhão**  
*Aline Souza Nascimento e Roberto Porro*
- 
- 177 *Bertholletia excelsa*: espécie chave para meios de vida sustentáveis e conservação florestal  
**Bertholletia excelsa: key species to sustainable livelihoods and forest conservation**  
*Philippe Waldhoff, Saulo Eduardo Xavier Franco de Souza e Edson Vidal*
-

- 197 Piscicultura praticada por agricultores familiares em Humaitá, Mesorregião Sul do Estado do Amazonas  
**Fish farm conducted by family farmers in Humaitá, Southern Region of Amazonas State, Brazil**  
*Maria Francisca da Graça Cruz e André Moreira Bordinhon*
- 
- 211 Relação conceitual entre Economia Circular, Ecologia Industrial e *Cradle to Cradle*: um ensaio teórico  
**Conceptual relationship between Circular Economy, Industrial Ecology and Cradle to Cradle: a theoretical essay**  
*Milton Jarbas Rodrigues Chagas e Armando de Azevedo Caldeira-Pires*
- 
- 233 O bairro do Tapanã: da metropolização ao modo de vida de uma periferia da Amazônia  
**The neighborhood of Tapanã: from metropolization to the way of life of a periphery of the Amazon**  
*Raimundo Victor Oliveira Santos*
- 
- 253 Viagem antiga: da urbanização à implementação de condomínios horizontais fechados no Litoral Norte Gaúcho  
**Old trip: from urbanization to the implementation of horizontal closed condominiums on the North Coast of Rio Grande do Sul**  
*Mariana Barbosa de Souza*
- 
- 277 Praças públicas em Feira de Santana: espaços de socialização e resistência  
**Public squares in Feira de Santana: spaces for socialization and resistance**  
*Leidiane Evangelista Alves Carneiro e Janio Santos*
- 
- 297 Cidade e hidrelétrica na Amazônia brasileira: espaço e memória entre o “velho” e o “novo” Repartimento (Pará)  
**Town and hydroelectric dam in Brazilian Amazonia: space and memory between “old” and “new” Repartimento (Pará)**  
*José Carlos Matos Pereira*
- 

## Resenhas

- 323 SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 558 p.  
*Angelo César Pinho Tavares, Samara Avelino de Souza França e Leildo Dias Silva*
- 
- 335 TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Vilas e cidades da Amazônia**: paisagens, memórias e pertencimentos. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2021. 160 p.  
*Gabriel Carvalho da Silva Leite e Helbert Michel Pampolha de Oliveira*

## Nota de Pesquisa

- 353 Atores, território e políticas públicas: notas iniciais sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia  
**Actors, territory and public policies: initial notes about the creation of the Federal University of South of Bahia**  
*Ives Romero Tavares do Nascimento e Cinthia Lima dos Santos*

## EDITORIAL

Dando prosseguimento às edições da Revista Novos Cadernos NAEA (NCNAEA) no ano de 2022, apresentamos o seu número 2, do volume 25, cujas contribuições trazem uma diversidade de temas e trabalhos resultantes de pesquisas oriundos de várias áreas do conhecimento. O número é composto por um conjunto de catorze artigos, agregados em três grupos temáticos, além de duas resenhas e uma nota de pesquisa.

Sob diferentes enfoques, o primeiro grupo é composto por cinco trabalhos que tratam de questões referentes a *Auxílio Emergencial Temporário e Sujeitos Socialmente Disponíveis e Indesejáveis*; *Globalização chinesa e Amazônia*; *Política ambiental e Mudança climática*; *Burguesia industrial e Agenda de desenvolvimento*; e *Produtividade do trabalho e Indústria extrativa paraense*.

Inicia com o artigo “A ressurreição dos malditos pelos eleitos’: o mais novo lugar dos invisíveis frente à concessão do Auxílio Emergencial Temporário”, de Jairo Bezerra Silva, Francisco Emerson de Siqueira e Lemuel Dourado Guerra, em que os autores analisam o conjunto integrado das falas dos sujeitos socialmente indesejáveis e os percalços vivenciados por esses em relação ao recebimento do Auxílio Emergencial Temporário (AET) durante a ocorrência da pandemia da Covid-19.

Em seguida, Cleiton Ferreira Maciel Brito e Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel apresentam o trabalho “O fantasma das fábricas chinesas: expatriados, trabalhadores e políticas do modelo chinês no Brasil”, no qual problematizam a expansão global da China com foco em suas fábricas instaladas no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM), espaço produtivo situado na Amazônia brasileira e um dos principais destinos dos investimentos chineses na América do Sul.

Na sequência, a contribuição de Barnabé Lucas de Oliveira Neto, no texto intitulado “Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro”, traz uma reconstrução dos principais acontecimentos em termos de política ambiental dos dois primeiros anos da gestão Bolsonaro, a fim de identificar as dimensões de sua política ambiental e como essas impactam a posição brasileira no regime internacional de mudança climática.

As reflexões sistematizadas por Marco André Cadoná e Valter de Almeida Freitas, no artigo “A agenda de desenvolvimento da burguesia industrial no

Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite (2019 – 2020)”, apresentam a agenda de desenvolvimento defendida pela burguesia industrial para esse Estado durante os dois primeiros anos da gestão do governador supracitado.

Fechando esse grupo temático, temos o artigo “Salários reais, produtividade do trabalho e desemprego na indústria extrativa do Estado do Pará”, de Letícia Lima de Sousa e Douglas Alcantara Alencar, que busca verificar a existência de relação entre as variáveis produtividade do trabalho, salários reais e desemprego, analisar a existência dessa relação e determinar a intensidade da influência entre as variáveis, especialmente no que se refere à indústria extrativa paraense de 2006 a 2019.

O segundo grupo temático concentra cinco artigos, cujos debates giram em torno de temáticas relativas a *Antropoceno e Assentamentos Agroextrativistas*; *Agroextrativismo e Campesinato*; *Produtos florestais não madeireiros e Comunidades tradicionais*; *Piscicultura Semi-intensiva e Sistemas de produção*; e *Economia Circular e Ecologia Industrial*.

Roberta Rowsy Amorim de Castro, Aquiles Simões e Sandro Luis Schlindwein, em “Aprendendo a viver no Antropoceno: uma abordagem sistêmica para a governança de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas”, exploram formas de enquadramento e de governança de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) mais apropriadas às circunstâncias contemporâneas de humanos em suas relações com o mundo biofísico.

Já o trabalho “A via cooperativa para o fortalecimento dos meios de vida no Médio Mearim, Maranhão”, de Aline Souza Nascimento e Roberto Porro, visa identificar as mudanças decorrentes da combinação de estratégias adotadas pela Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj), baseando-se na abordagem de meios de vida para analisar as percepções dos sujeitos locais acerca de sua atuação.

No artigo intitulado “*Bertholletia excelsa*: espécie chave para meios de vida sustentáveis e conservação florestal”, Philippe Waldhoff, Saulo Eduardo Xavier Franco de Souza e Edson Vidal caracterizam o processo produtivo e identificam os efeitos da coleta dessa espécie sobre os meios de vida dos coletores.

Em “Piscicultura praticada por agricultores familiares em Humaitá, Mesorregião Sul do Estado do Amazonas”, Maria Francisca da Graça Cruz e André Moreira Bordinhon avaliam a prática de produção da piscicultura dos agricultores familiares nesse município amazonense e o impacto da referida atividade na renda dessas famílias.

Encerrando esse grupo de artigos, Milton Jarbas Rodrigues Chagas e Armando de Azevedo Caldeira-Pires apresentam o trabalho “Relação conceitual entre Economia Circular, Ecologia Industrial e *Cradle To Cradle*: um ensaio teórico”. Nele, os autores verificam as relações e investigam as principais diferenças e semelhanças entre os conceitos e as características da Ecologia Industrial, do *Cradle to Cradle* e da Economia Circular.

O terceiro e último grupo temático reúne quatro contribuições correlatas a questões como *Metropolização e Periferia*; *Urbanização e Condomínios Horizontais Fechados*; *Praças públicas e Socialização*; e *Grandes objetos e Hidrelétrica de Tucuruí*.

Assim, com o artigo denominado “O bairro do Tapanã: da metropolização ao modo de vida de uma periferia da Amazônia”, Raimundo Victor Oliveira Santos busca compreender o modo de vida em uma periferia da Amazônia, utilizando, para isto, o bairro do Tapanã, localizado na cidade de Belém do Pará.

Na sequência, Mariana Barbosa de Souza apresenta o trabalho intitulado “Viagem antiga: da urbanização à implementação de condomínios horizontais fechados no Litoral Norte Gaúcho”, em que busca compreender como se deu a interação entre a sociedade e o espaço na região mencionada, entendendo-se a dinâmica dos municípios analisados, quais são os agentes sociais que interagem nesse espaço e como eles influenciaram o surgimento dos condomínios nesta região.

Em “Praças públicas em Feira de Santana: espaços de socialização e resistência”, Leidiane Evangelista Alves Carneiro e Janio Santos discutem acerca das praças públicas de Feira de Santana, na Bahia, e contextualizam como se deu o surgimento delas desde a formação dessa cidade até as novas transformações urbanas, demonstrando que as praças consistem em espaços de convivência que resistem através do uso.

Encerrando esse grupo temático e a sequência de artigos desta edição da revista, tem-se o texto de José Carlos Matos Pereira, intitulado “Cidade e hidrelétrica na Amazônia brasileira: espaço e memória entre o ‘velho’ e o ‘novo’ Repartimento (Pará)”. Nessa contribuição, o autor aborda as transformações relativas às novas configurações socioespaciais que ocorreram com a construção do empreendimento hidrelétrico de Tucuruí, estado do Pará, inaugurado na década de 1980; transformações essas acompanhadas de expropriação, violência, baixas indenizações e promessas não cumpridas, resultando na criação do Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí.

Esta edição também traz duas resenhas: a primeira, de Angelo Cezar Pinho Tavares, Samara Avelino de Souza França e Leildo Dias Silva, trata da obra *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, de autoria de Marcelo Lopes de Souza; e a segunda, assinada por Gabriel Carvalho da Silva Leite e Helbert Michel Pampolha de Oliveira, sobre o livro *Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos*, de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Por fim, encerrando esta edição da NCNAEA, tem-se a nota de pesquisa intitulada “Atores, território e políticas públicas: notas iniciais sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia”, de Ives Romero Tavares do Nascimento e Cinthia Lima dos Santos, em que os autores apresentam os resultados preliminares de uma pesquisa científica em curso que investiga as bases político-institucionais de criação das “novíssimas” universidades federais brasileiras.

Diante da diversidade de temáticas presentes em mais este número da Revista Novos Cadernos NAEA (NCNAEA), mantemos a tradição e a convicção de seguirmos fomentando diálogos interdisciplinares em nossas publicações, fato ricamente demonstrado nas diferentes contribuições apresentadas nos textos aqui presentes.

Mirleide Chaar Bahia  
Editora da Revista Novos Cadernos NAEA



## “A ressurreição dos malditos pelos eleitos”: o mais novo lugar dos invisíveis frente à concessão do Auxílio Emergencial Temporário

“The resurrection of the damned by the elect”: the newest place of the invisible in the face of the granting of temporary emergency aid

*Jairo Bezerra Silva* – Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor de Sociologia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: jairrobezerra@hotmail.com

*Francisco Emerson de Siqueira* – Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PLANDITES/UERN). E-mail: siqueira.199@hotmail.com

*Lemuel Dourado Guerra* – Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: lenksguerra@yahoo.com

---

### Resumo

Nosso interesse básico neste artigo é o de analisar o conjunto integrado das falas dos sujeitos socialmente indesejáveis e os percalços vivenciados por esses em relação ao recebimento do Auxílio Emergencial Temporário (AET); percurso esse atravessado sob a intensidade de um congestionamento no intervalo do trânsito durante ocorrência da pandemia da Covid-19. Quando recorremos por meio do método ao não convencional e à explicação construída socialmente por meio das teorias em relação à tese e ao objeto de estudo aqui colocados, a saber, as discontinuidades no recebimento do auxílio emergencial temporário entre os sujeitos socialmente disponíveis e indesejáveis como marca de uma proteção social com baixos raios de bem estar-social nos deparamos com pontos oscilantes e que nos colocam para além de uma função congelada do entendimento daquilo que constitui as principais diretrizes contraditórias da implementação da transferência de renda no Brasil.

---

### Palavras-chave

Auxílio Emergencial Temporário. Bolsa Família. Sujeitos Socialmente Disponíveis e Indesejáveis. Transferência de Renda.

---

### Abstract

Our basic interest in this article is to analyze the integrated set of statements of socially undesirable subjects and the mishaps experienced by them in relation to the receipt of the Temporary Emergency Assistance (TEA); a route that is crossed under the intensity of a traffic congestion during the occurrence of the Covid-19 pandemic. When we resort through the method to the unconventional and the explanation constructed socially through the theories in relation to the thesis and the object of study placed here, namely, the discontinuities in receiving temporary emergency assistance between socially available and undesirable subjects as a mark of social protection with low rays of social well-being we are facing oscillating points and that put us beyond a frozen function of understanding what constitutes the main contradictory guidelines implementation of the income transfer in Brazil.

---

### Keywords

Temporary Emergency Assistance. Bolsa Família. Socially Available and Undesirable Subjects. Income Transfer.

## 1 ALGUMAS NOTAS INTRODUTÓRIAS E A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

A esperança enquanto abstração, nos é (des)conhecida em sua natureza, mas a ela nos agarramos às vezes por vontade de fazer um percurso sociológico relativamente adequado àquilo que nos motiva conhecer sobre as rupturas existentes entre o normal, o patológico e o aparente, ou seja, aquilo que aparece como não estranho em um caminho de problematização árida, mas que se projeta como fácil e pouco reveladora dos não determinismos. E nossa (des)obediência à regra determinista inadequada às ciências sociais está para além da resignação e, possivelmente, nos ajuda a encontrar azeites por meio do uso de um método sociológico adequado ao objeto de estudo, aqui discutido<sup>1</sup>.

Para nós, o inesperado revelado através do método, alimenta as trajetórias proximais de entendimento relativo ao papel ocupado pelos sujeitos “disponíveis e indesejáveis” no campo da posição de garantias dos direitos sociais em relação à concessão da transferência de renda sob a forma do Auxílio Emergencial Temporário (AET). O referido Auxílio foi criado pela Lei N° 13.982, de 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020a), que altera a Lei N° 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993), para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere à Lei N° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020b).

A Lei do AET expressa que durante o período de 3 (três) meses, a contar da data de sua publicação, será concedido valores de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos: I) seja maior de 18 (dezoito) anos de idade, salvo no caso de mães adolescentes – redação dada pela Lei N° 13.998, de 2020 (BRASIL, 2020c); II) não tenha emprego formal ativo; III) não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado, o Programa Bolsa Família (PBF); IV) cuja renda familiar mensal *per capita* seja de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até 3 (três) salários mínimos; V) que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e VI) que exerça atividade na condição

<sup>1</sup> Este trabalho conta com apoio do CNPq Edital Chamada Universal. MCTI/CNPq n° 01/2016.

de: a) Microempreendedor Individual (MEI); b) contribuinte individual do regime geral de previdência social que contribua na forma do *caput* ou do inciso I do § 2º do Art. 21 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991); ou c) trabalhador informal, seja empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 20 de março de 2020, ou que, nos termos de autodeclaração, cumpra o requisito relativo ao recebimento do AET, está limitado a 2 (dois) membros da mesma família.

Quando recorremos por meio do método ao não convencional e à explicação construída socialmente em relação à tese e ao objeto de estudo aqui colocados, a saber, as discontinuidades no recebimento do AET entre os sujeitos socialmente “disponíveis e indesejáveis” como marca de uma proteção social precária a partir da qual nos deparamos com pontos sinuosos.

Esses nos colocam para além de uma função congelada do entendimento daquilo que constitui as principais diretrizes da implementação da proteção social sob a forma de transferência de renda por meio dos seguintes programas e do seu conjunto de condicionalidades, tais como, o PBF, o AET; a interrupção do Programa Renda Brasil e a possibilidade da criação do Programa Renda Cidadã para o ano de 2021 enquanto ações com finalidades de combate à condição de vulnerabilidade social (SUPLICY, 2018).

O Renda Cidadã representou à época uma proposta de programa de transferência de renda, em substituição ao Renda Brasil, que não obteve êxito em seu curso de implementação. Logo, este passa a ser considerado como possibilidade de uma continuidade “melhorada” do AET e do PBF. Aqui, vale ressaltar ainda que o PBF fora criado por Medida Provisória do ex-presidente Lula, a de Nº 132, de 20 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), a qual buscava corrigir o então reconhecido “fracasso” do Cartão Alimentação e do Programa Fome Zero, que eram as principais alternativas adotadas por governos anteriores. O PBF é então definido como uma política pública de transferência de renda, sendo o mesmo vinculado a um conjunto articulado de condicionalidades exigidas por parte dos beneficiários na área da saúde, da educação e da proteção social.

De início, o programa é ligado à Presidência da República, e só em janeiro de 2004 é transferido para a Secretaria Nacional de Renda da Cidadania (SENARC), vinculada ao anteriormente denominado de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), depois Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), agora Ministério da Cidadania (MC). O programa propõe como suporte inicial três eixos principais: (1) proporcionar o alívio imediato da fome; (2) promover o processo de indução da melhoria dos níveis de bem-estar

dos beneficiários por meio de investimentos integrados na saúde, na educação e na proteção social; e, por último, (3) instituir medidas capazes de viabilizar a porta de saída do programa através do ingresso no mercado formal de trabalho (SILVA; GUERRA; COSTA, 2018).

Já o Renda Brasil foi uma proposta pensada para a confecção de um programa de transferência de renda anunciado pelo Governo Federal através do Ministério da Economia, com intuito de substituir o famoso PBF. A previsão propunha um novo benefício cujos valores seriam de R\$ 250,00 a R\$ 300,00 mensais ofertado aos cidadãos de baixa renda, cuja vigência seria iniciada em novembro do ano de 2020, mediante a unificação de vários programas. Contudo, a anúncio do programa gerou controvérsias entre vários segmentos sociais e políticos, inclusive dentro do próprio governo, sobretudo no tocante à origem do dinheiro que iria arcar com este novo custo aos cofres públicos.

A proposta do Ministério da Economia seria cortar outros benefícios sociais como seguro-defeso, abono salarial e congelar reajustes previdenciários por dois anos para que o valor do PBF fosse ampliado e alcançasse mais pessoas. O embate acerca da origem dos recursos gerou dissonâncias na cúpula do governo ao ponto de o presidente da república anunciar já em 15/09/2020 [antes da implantação do mesmo] que o governo não iria mais criar o Renda Brasil (POMPEU, 2020).

Nosso interesse básico neste artigo é o de analisar a descontinuidade no recebimento do AET a partir da observação das falas dos sujeitos socialmente disponíveis e indesejáveis veiculadas nos jornais e sítios como Folha de São Paulo, O Globo, Estadão, UOL, UOL/Economia e Portal G1 de O Globo. Percurso esse, atravessado sob a intensidade de um congestionamento no intervalo do trânsito entre o PBF, o Renda Brasil e o Renda Cidadã, correspondentes de um conjunto de ações ainda frágeis no campo da proteção social no Brasil, principalmente, quando da ocorrência da pandemia da Covid-19<sup>2</sup>.

Ao nos aproximarmos dos vinte anos da criação do PBF enquanto política pública, é preciso ainda compreender a operacionalidade dos conteúdos para além do que fora preparado como alternativas à superar a desigualdade social no Brasil que constantemente busca (re)classificar a capacidade de resiliência dos beneficiários no mundo em que o jogo do capital prevalece e faz os “disponíveis e indesejáveis” ajustarem-se às obrigações socializadas com baixas chances de mobilidade social da condição de ser “pobre”; ou seja, sujeito “desatento” do

---

<sup>2</sup> Covid-19 é uma doença viral causada pelo Coronavírus, pertencente à uma família de vírus que causam infecções respiratórias e que variam de um resfriado comum a casos mais graves gerando até síndromes respiratórias (BRASIL, 2020d).

porquê da sua condição sócio-política de desclassificado e sem as credenciais de prestígio e de posição de circulação social privilegiada (SIMMEL, 2011).

As narrativas dos dilemas construídos em torno de um possível naco de emancipação social em relação aos encontros e (des)encontros no recebimento do AET e sua intercalação com o PBF/Renda Brasil/Renda Cidadã pelos sujeitos “disponíveis e indesejáveis” são integrantes de análises teóricas referenciadas no campo das ciências sociais, a exemplo de: a) extrema pobreza; b) pobreza; c) classe consumidora e não consumidora; d) classes média, alta e baixa e, por fim, e) a elite. Essas classificações acoplam-se à tese, aqui apresentada, cujo caminho percorrido nos leva ao ponto de formulação da questão central de pesquisa deste artigo: sob que circunstâncias sociopolíticas se desdobram a descontinuidade na hierarquização no recebimento do AET?

Já no que tange ao método de análise das fontes secundárias ressaltamos que este se deu a partir da seleção de cem reportagens publicadas nos jornais Folha de São Paulo, O Globo, Estadão e em outros sítios, a exemplo do UOL, UOL/Economia e Portal G1 de O Globo.

De posse dessas reportagens, e depois das leituras a partir das quais ressaltamos os elementos estanques que havia nelas e a expressão dos dilemas dos aspirantes ao AET em seus diferentes matizes constatamos oscilações insustentáveis quando o tema é proteção social.

Por uma questão de espaço ressaltamos ser insustentável, aqui, fazer referência às falas por completo desses, uma vez que em algumas reportagens há mais de quatro aspirantes ressaltando os seus dilemas cotidianos por ainda não terem recebido o auxílio, o que nos encaminha a apresentar a síntese densa e representativa desses dilemas. Para isso agrupamos sete seções sob as quais é possível pensar as engrenagens do AET. Gostaríamos de ressaltar ainda em termos de procedimento que talvez haja ocorrido posteriormente o recebimento do AET de alguns destes, mas essa análise não entrará no artigo. Ou seja, o foco aqui é observar os dilemas centrais dos protocolos relativos à dinâmica da concessão - a lógica do domínio racional legal.

A partir da análise das estórias publicadas em sete seções discutidas na última parte do artigo, conseguimos captar alguns dos instrumentos relativos aos imbróglis do acesso (in)satisfatório ao AET/PBF. E isso fora feito por meio da seleção e análise específica das estórias de vida, cujas principais variáveis resumimos assim no bojo das sete seções: a) em primeiro lugar, a revolta por não estar incluído no AET/PBF/; b) em segundo lugar, a alegria por ser beneficiário instantâneo; c) em terceiro lugar, a desilusão por ter sido desligado do PBF e

estar com dificuldade de inclusão ao AET por meio da plataforma digital<sup>3</sup>; d) em quarto lugar, a utopia em não ser excluído do AET ao crer que o programa não será extinto; f) em quinto lugar, o dilema em não saber organizar o AET para uma demanda orçamentária maior do que a ofertada pelo valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais); g) em sexto lugar, o conjunto de expectativas em relação ao elemento diferencial – símbolo de distinção, possivelmente proporcionada pelo AET em termos de um maior acesso ao consumo; h) as alternativas empreendedoristas possibilitadas pelo AET; i) por fim, o endurecimento das regras de acesso ao AET à medida em que o mesmo passa a ser prorrogado, seguido de uma redução monetária de 50% do valor inicial recebido.

Bolle (2020) e Beluzzo (2019) ao reconhecerem a importância da implementação do AET iniciada na Câmara Federal, como também, a sua prorrogação, e a necessidade de um programa de transferência de renda mais inclusivo para além do PBF e do AET, a fim de produzir um impacto positivo no Produto Interno Bruto (PIB) e um maior alcance para mitigar a redução das desigualdades sociais mais emergentes. Essa estratégia defendida pelos teóricos como mecanismo de enfrentar um discurso que enxerga o ajuste fiscal como sendo a panaceia à crise social, agravada com a pandemia da Covid-19. Ajuste esse, segundo os autores que caminha na contramão do que a maioria dos países fez no campo da ampliação do investimento estatal, a fim de solavancar a economia e seu desenvolvimento parcialmente mitigado com as incertezas produzidas pela pandemia que segundo Moreira (2019) e Cadó (2020) apontam como pauta diferenciada posta em prática, a exemplo da Europa.

Nesta mesma linha, Virgínia Fontes (POBRETOLOGIA..., 2020) identifica a hiperdimensão da racionalidade ao afunilar os mecanismos de entrada e “permanência” dos beneficiários no bojo dos programas/auxílio seu período derradeiro e com valor reduzido – benefício de trezentos reais a ser pago até dezembro de 2020 conforme estabelece as Medidas Provisórias (MPs) 999 (BRASIL, 2020e) e 1000 (BRASIL, 2020f). Ambas instituídas em 2 de setembro de 2020. A primeira abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 67.6000.886.209,00, (sessenta e sete bilhões seiscentos

<sup>3</sup> O aplicativo para inscrição do cidadão no benefício do “Auxílio emergencial” se chama “Caixa Tem”, e pode ser acessado na plataforma *Play Store*. Nele o trabalhador precisa preencher alguns dados para, a partir daí, ser analisado se ele tem direito ou não ao benefício. O aplicativo criado pela Caixa Econômica Federal serve para aqueles trabalhadores que não tem nenhuma conta em banco ou não informaram nenhuma conta no momento da inscrição para receber o auxílio emergencial. Por meio dele, através de uma conta virtual, o cidadão pode realizar compras, pagar contas, boletos, e, escolher em transferir o auxílio para alguma outra conta bancária, como, por exemplo, a de um parente.

milhões oitocentos e oitenta e seis mil duzentos e nove reais) para o fim que específica, e dá outras providências. A segunda, institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere à Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020b).

Na seção a seguir veremos o conjunto das intempéries relacionadas aos sujeitos “disponíveis e indesejáveis” excluídos do AET em um contexto mediante o qual a demarcação de quem recebe ou não o auxílio ainda é desenhado de forma bastante ambígua.

## **2 A MARCHA DOS SUJEITOS DISPONÍVEIS E INDESEJÁVEIS NO PARAÍSO DA (DES)ESPERANÇA: RELATOS DOS INVISÍVEIS QUANTO AO RECEBIMENTO DO AET**

A ocorrência da pandemia da Covid-19 revelou um cenário social desconhecido com sujeitos *outsiders* em excesso e apagados no Brasil, somado à indefinição de quais os métodos seriam mais adequados para dar respostas protecionistas àqueles que necessitavam sobreviver, mas estavam impossibilitados de cumprir tal agenda devido à limitação orçamentária e à maneira de fazer o isolamento social em resposta a evitar o contato direto com o vírus. Do embate entre o poder legislativo e o executivo, estabeleceu-se conforme Lei Nº 13.982/2020 (BRASIL, 2020a) o pagamento de um AET no valor de R\$ 600,00, o qual fora reduzido no mês de setembro de 2020 ao valor de R\$ 300,00. Ao nosso entender e com base na investigação da literatura referente ao objeto/problema de estudo observamos como crucial a dificuldade em abolir o AET, com isso, o que colocar como alternativa ou complemento no universo da financeirização e da exclusão social?

É de aqui que partimos para interagir analiticamente com as histórias dos sujeitos socialmente “disponíveis indesejáveis” no universo do não recebimento do AET e da arte do mercado que contribui para que governos “imponham” transferência de renda “migalhadas” empacotadas como símbolo de inclusão social – tese essa, versada segundo Virgínia Fontes (POBRETOLOGIA..., 2020) no campo dos governos de direita, centro e esquerda. Vamos às histórias e aos elos sinuosos que as circundam.

A natureza do acesso ao AET envolve em sua maioria os sujeitos socialmente “disponíveis e indesejáveis”, somada aos integrantes do desvio padrão, ou seja, aqueles sujeitos que fazem jus ao recebimento do auxílio, mas que

se encontram em um processo de não-inclusão ou em um tipo de “não-direito” institucionalizado ou de venda de pedaço de trabalho, esse com tendência a ser cada vez mais subtraído, segundo Belluzzo (2020) e Antunes (2020), na esteira da predominância da loja dos aplicativos – uberização. Embora esse processo do “não direito” proceda de forma ainda não dominante, nos concentraremos nesta seção na análise dos mesmos, a fim de compreendermos o porquê das distorções desse e como a partir daí é possível localizar nuances nos discursos do acesso universal produtor e reproduzidor de um modelo de caridade essencial ao sistema, essa definição localizada na intenção de Simmel (2011) em tentar responder à constituição do que seja o pobre em um dado contexto social e também a sua necessidade de perpetuação sistêmica posicionados constantemente no rol dos discursos dos ociosos e viciados.

Conforme as matérias publicadas pelos jornais e sítios a seguir; essas também por nós analisadas e sob as quais constatamos a existência de uma curva de tensões sociais, constituída de casos doloridos representados nas falas dos que não conseguiram receber o AET ou estão na via *crucis*, quiçá de recebê-lo, a exemplo do que será nosso instrumento de inquietação na seção em curso deste artigo e que encaminha a confecção do nosso objeto de estudo e à tese a ele associada – as descontinuidades no recebimento do AET entre os sujeitos “socialmente disponíveis e indesejáveis” como marca de uma proteção social com luxações expostas e sem a aplicabilidade necessária dos instrumentos à enfrentá-la.

Na esteira das barreiras dos excluídos há o caso daqueles que não receberam o AET porque quando do cadastramento não possuíam uma série de pré-requisitos estabelecidos pelo Ministério da Cidadania (MC), a exemplo do código de endereçamento postal e nem tampouco um aparelho celular para solicitá-lo, o que fez com que muitos dos cadastros fossem realizados com o uso de aparelho celular de terceiros com pouca habilidade para com o mundo das plataformas digitais. Neste contexto selecionamos seis histórias de vidas, junto às quais compilamos como fonte secundária, seis reportagens; além de uma história por meio de fonte primária – uma entrevista acoplada ao universo de análise dos mais de cem casos diferenciados, mas que têm uma rota semelhante em termos de finalidades desde o momento do início do funcionamento do Cadastro na Plataforma da Caixa Econômica para o recebimento do AET por parte dos aspirantes à condição de beneficiários. Essas histórias são aqui organizadas e analisadas sob pontos complexos diante das barreiras quase que intransponíveis postas aos do andar de baixo (FURNO, 2020). Tal como veremos a seguir:

## 2.1 DIRETRIZES DA PRIMEIRA ESTÓRIA: OS DILEMAS DE MARIA ALVES E PAULO

Na primeira seção, analisamos a reportagem do UOL (RUPP, 2020) na qual se destacam as histórias da diarista Maria Alves e a do seu esposo Paulo, 58, cujas trajetórias somam-se à de milhões de brasileiros que “estiveram” na busca acelerada pelo recebimento do AET, a fim de melhor enfrentar a redução no orçamento vulnerabilizado pelas circunstâncias provocadas pela Covid-19.

Na condição de diarista e moradora do bairro Caximba (na região Sul de Curitiba, que até 2010 abrigou o aterro sanitário da cidade), Maria Alves cadastrou-se após perder mais de 60% de sua renda com as faxinas diárias. Segundo ela “os outros” não lhe deram nenhum parecer quando começou a pandemia: “só falaram para eu não ir mais”. Nesse contexto impõe-se à ideia de descartabilidade do mercado – trabalha quando o demandador da necessidade o exige sob seu interesse. Para além da diminuição de sua renda, houve também a do marido Paulo que trabalhava em uma empresa de gerenciamento de resíduos – esse afastado por ser do grupo de risco. Segundo Maria Alves, em depoimento prestado à Rupp (2020): “O salário dele veio normal, mas o valor no cartão alimentação diminuiu consideravelmente. E a renda extra com a confecção dos pães também diminuirá”. E acrescenta: “Era um dinheirinho que dava para uma mistura, uma fruta, um leite. Mas nos grupos que eu vendia, ninguém mais quer ou pede” (RUPP, 2020, não paginado).

Esse é mais um contexto de sujeitos desalentados frente a uma pandemia na qual muitos dos socialmente “disponíveis e indesejáveis” [invisibilizados e excluídos] encontram as armaduras superpostas quando o direito deve ser coletivizado e não racionalizado com uma finalidade impeditivo-burocrática. O elemento estigma também passa a ser uma variável bastante representativa neste contexto. Ou seja, as pessoas têm medo de se comunicar sem que o contato ocorra por via remota – e a empregada doméstica na sua trajetória de busca incessante por querer conquistar algum naco de ascensão social é um risco iminente na sala daqueles que traçam relações permissíveis com seus protocolos de acesso hierárquico.

Em relação à fragilidade da proteção social no Brasil, observamos a maneira como a mesma vai se afunilando e as histórias por nós analisadas para a confecção deste artigo demonstram o quadro da não sustentabilidade econômico-social do país colocada à prova. Segundo dados da PNAD Covid-19 Mensal, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) houve em agosto de 2020 um forte agravamento dessa ondulação. E no referido mês, mais de 813

mil lares brasileiros entraram na soma dos que recebem algum tipo de auxílio emergencial relacionado à pandemia do coronavírus. No total, 30,2 milhões de lares obtiveram a ajuda, o que representa 44,1% dos domicílios no país. A conta inclui qualquer tipo de transferência de renda destinada à população pelos governos federal, estadual ou municipal, e não somente os que recebem o AET. Enquadram-se nesse rol: a) o AET; b) o PBF; c) o BPC; d) o Garantia-Safra; e) o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); e e) o Seguro-Defeso. Com isso, o número de pessoas em condição de vulnerabilidade social e que recebem algum tipo de auxílio do governo federal quase que quadruplicou em 2020, esse ao passar de 20,57 milhões para 85,29 milhões, conforme dados do Portal da Transferência (2020) da Presidência da República.

A elevação no percentual dos lares, ao ter o AET como referência, foi identificada nas diferentes regiões do país no mês em destaque, tendo o Nordeste e o Norte como as regiões que concentram os maiores valores pagos pelos auxílios sociais e essas demonstram aquilo que Tereza Campello (BOM DIA 247..., 2020) considera como sendo um desarranjo organizacional dos programas de transferência de renda que entram agora, em uma rota de bancarização via aplicativo Caixa Tem sem considerar os elos estruturais e encadeados de diferentes programas com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento local sustentável. Sob essas circunstâncias constatamos que o alcance do desenvolvimento territorial local sustentável apresenta rotas bastante distintas no Brasil entre as regiões e são caudatárias de um sistema social em que demandas inclusivas típicas de um estado de forte proteção social têm sido esfaceladas. Na sequência, vejamos a representação da análise e do alcance da proteção social no Brasil.

Tabela 1 – Percentual de habitantes que receberam o Auxílio Emergencial Temporário

<b>UF</b>	<b>Habitantes</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Percentual</b>
PI	3.273.227	1.161.197	35%
BA	14.873.064	5.063.679	34%
MA	7.075.181	2.384.724	34%
CE	9.132.078	3.060.250	34%
PB	4.018.127	1.342.407	33%
SE	2.298.696	758.444	33%
PA	8.602.865	2.836.789	33%
AL	3.337.357	1.065.914	32%
PE	9.557.071	3.136.033	33%
RN	3.506.853	1.102.658	31%
AP	845.731	264.364	31%
AC	881.935	274.545	31%

UF	Habitantes	Benefícios	Percentual
AM	4.144.597	1.268.420	31%
RR	605.761	183.974	30%
TO	1.572.866	449.549	29%
RO	1.777.225	470.754	26%
MT	3.484.466	867.639	25%
ES	4.018.650	989.632	25%
GO	7.018.354	1.724.620	25%
MS	2.778.986	658.276	24%
MG	21.168.791	4.954.629	23%
PR	11.433.957	2.421.280	21%
SP	45.919.049	9.419.128	21%
DF	3.015.268	563.192	19%
RS	11.377.239	2.024.853	18%
SC	7.164.788	1.167.670	16%
RJ	17.264.943	4.304.747	25%

Fonte: Portal da Transparência/IBGE, extraído de Caesar (2020).

De acordo com os dados da Tabela 1, no Brasil o número de “dependentes” do AET ainda é bastante elevado, ou seja, corresponde a algo em torno de  $\frac{1}{4}$ , de acordo com levantamento feito pelo G1 (CAESAR, 2020) que considera a base de dados de pagamentos do AET durante a pandemia da Covid-19 somada aos dados da mais recente estimativa populacional do IBGE por município. Com a disparidade entre regiões e a hierarquização na estrutura do desenvolvimento regional, percebemos que há nos estados uma variação no número da população a receber e a depender desses para manter uma relativa possibilidade de acesso ao consumo, cuja dimensão pós-concessão do AET não sabemos com base na literatura revisada aonde irá desembocar as veias irrigadoras do crescimento da economia brasileira e quais as possíveis consequências do contexto pós-AET? Os espaços regionais cujos pontos não convergentes são mais acentuados referem-se ao Estado do Piauí (PI) (região Nordeste) com 35% da população a receber o AET e ao Estado de Santa Catarina (SC) na (região Sul) com um quadro oposto, ou seja, 16% da população a receber o auxílio.

Ante essas contradições que variam acentuadamente entre curvas e médias estatísticas que respingam diferenciadamente no âmbito social nos Estados brasileiros, colocamos mais uma vez com base na revisão de literatura, outra inquietação que nos afugenta neste momento: quais serão as possíveis consequências sociais – “dilúvios” a serem enfrentados após a extinção do AET que fora criado pela Lei N° 13.982, de 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020a)? E sob a suspeição desse cenário desconhecido veremos no exemplo a seguir a síntese

daquilo que é não receber ou ser integrado a algum tipo de proteção social, no caso específico, o relativo ao estigma imputado aos socialmente “disponíveis e indesejáveis” desalentados. É como se esses recebessem um modelo de veredicto *ad eternum* para jamais vir a ser um sujeito social (GOFFMAN, 1988).

## 2.2 DIRETRIZES DA SEGUNDA ESTÓRIA

Nesta segunda seção, a estória também é de contradição social e nela há uma saturação da dignidade humana pelo fato de a pessoa se sabujar à condição de objeto e ao que o mercado e sua dominação legal chancela como natural e enquadra-se àquilo que é essencial à lógica do sistema produtivo, nos quais cabem aos “condenados” se posicionarem como força de trabalho paga a baixo custo e a uma alta rentabilidade para quem o aplica na íntegra. Em um sistema social em que a reprodução do estigma ainda é demarcadora de posição excludente àqueles que portam sinais diacríticos – desvalorizados ou como estando relacionados a uma marca negativa da qual esse sujeito não consegue facilmente deixar de ser rotulado ainda mais quando esse é depreciativo e dirigido a um apenado. Ou seja, é como se a condenação da morte social já fosse sentenciada *ad eternum*. E no instante em que esse estigma se enquadra dentro das condicionalidades o discurso do “bandido bom é o de bandido morto” parece não deixar de existir, ficando em aberto à questão de quem é e de quem os produz com veemência em um sistema social em que o ajuste coletivo trabalha mais pela operacionalidade do desajuste.

Vejamos nesta segunda seção o exemplo em que a natureza da negativa do auxílio ocorre pelo posicionamento numa outra esfera social. Mas a consciência coletiva não aprova em sua maioria a possibilidade de um apenado receber o auxílio e, com isso, evitar que o seu filho também o receba e não volte a praticar, (re) produzir a herança recebida no lar de origem (BOURDIEU; PASSERON, 2013). Com isso, em outra reportagem do UOL (FERNANDES; TURTELLI, 2020, não paginado), temos a seguinte assertiva: “governo nega auxílio emergencial para parentes de presos”; a esse grupo social, o governo admite que restringiu o acesso às famílias dos detentos.

Aos excluídos, por se encaixarem nessa conjuntura, cabe a tarefa do indignar-se, mas isso é pouco no rol que garante acesso e protocolos de entrada e usufruto proporcionadas pelo capital econômico. Quando esse não se materializa o retorno à instituição moral – sistema prisional numa definição goffmiana – impõe-se como saída e o aumento da penalidade da qual livrar-se não é menos que complexo e certo. Na seção a seguir, veremos outro procedimento na estória de um desalentado na batalha pelo recebimento do AET.

## 2.3 DIRETRIZES DA TERCEIRA E QUARTA ESTÓRIAS

Dentre as situações inusitadas nesta seção, destacam-se duas: a primeira na qual a estudante ao fazer a solicitação diversas vezes, do AET, mas não teve o cadastro aprovado por em sua carteira de trabalho aparecer o fato de a mesma ser Presidenta da República (RANGEL, 2020). Ainda como argumento da negativa, observamos que o auxílio da universitária fora negado, porque no documento digital desta, consta a informação de que a mesma trabalhava em dois lugares concomitantemente.

Tal afirmativa se contrapõe ao argumento de Adeyula Dias Barbosa Rodrigues, ao destacar que em agosto de 2019 estava desempregada. E essa situação é um agravante que a coloca numa posição de batalhadora e/ou desalentadora por não ter um emprego no momento em que, segundo os dados do IBGE do mês de outubro de 2020, o mesmo alcança a cifra de 14,4 de desempregados. Isso implica dizer que o fato de estar desempregado e de depender de ajuda da família por não ter um trabalho formal não dá a credencial de acesso ao AET. A referida estudante vive em Vila Velha (ES), na região metropolitana de Vitória e depende da ajuda da mãe e do seu companheiro. Vejamos o que a mesma coloca como agrura no contexto da pandemia:

‘Desde o ano passado eu estou desempregada. Tenho dois filhos e sobrevivo hoje com ajuda do meu marido, que trabalha com o salário reduzido, e também da minha mãe. Eu fui atrás do benefício a que eu tenho direito e descubro esse erro que só está me prejudicando. Eu baixei o aplicativo e vi essa profissão. Sou uma presidenta sem função, meu benefício foi negado [...] esse é um erro que está impactando muito a minha vida financeira. Com os órgãos fechados, eu consegui saber poucas informações. Até agora ninguém entrou em contato comigo para tentar me ajudar. Tenho um grupo no *WhatsApp* com mais de 140 pessoas que estão com o mesmo problema. Até quando nós que precisamos desses benefícios vamos ser prejudicados por um erro do sistema?’ Desabafou! (RANGEL, 2020, não paginado).

O caso da estudante Adeyula Rodrigues conecta-se a um conjunto operacionalizado por uma racionalidade legal-instrumental que desconhece o sujeito em seu *habitus* social e como essa posição no mesmo não lhes assegura aquilo que Cohn (2012) reconhece como sendo o direito transformado em não direito. Ao observarem situações análogas, mas em relação ao PBF, Cohn (2012) e Pinzani e Rego (2014) constataram ausência de operacionalidade do Estado à época de assegurar o benefício aos solicitantes que dele faziam jus, mas que também não eram reconhecidos como sujeitos possuidores de direito e, por esse

motivo, reclamavam via cartas, como também, via ligação telefônica através do canal disponibilizado à época, a fim de fazer valer o seu direito.

Outro fator que nos chama a atenção no caso de Adeyula Rodrigues é a formação de um grupo com mais de cem pessoas para reivindicar o direito e sob esse é possível localizar o acesso como não sendo universal. Na sequência, destaca-se a segunda situação, o caso da estudante que recebera o auxílio numa ótica (des)arranjada! O caso da bióloga também com auxílio negado no Brasil, mas que recebera ajuda do governo dos Estados Unidos, segundo ela:

Isso ocorrera porque recebera benefício semelhante dos USA (2018) país no qual fizera estágio e morara. O montante recebido do governo norte-americano fora de US\$ 1.200,00 mês. Após retornar ao Brasil fora demitida da empresa em que trabalhava em decorrência da pandemia da covid-19. Ao ir encerrar a conta bancária quando chegar dos USA deparou-se com um depósito de US\$ 1.200 do benefício do governo de lá”. “- sorte que deixei a conta aberta e, quando fui fechar, vi o saldo. Eu não sei se foi a companhia onde eu trabalhei que pediu, só sei que estava. Nessa empresa onde eu trabalhei, trabalharam vários estudantes de vários países. E todos me disseram que receberam também. [...] Eu fiquei bem chateada e mais frustrada por saber que tinha direito ao benefício do governo brasileiro, mas aqui o auxílio foi negado e eu ficaria na mão se não fosse esse dinheiro dos USA (LEITE, 2020, não paginado).

Se recorrermos a Bolle (2020), percebemos que o impacto provocado pela fragilidade do Estado em assegurar o AET a todos que dele fazem o direito é possível desalentar-se com uma proteção social que vem importada sem que o beneficiário entenda como a mesma ocorrera. E isso é mais uma vez demonstração de um país que não consegue incluir em sua agenda a prioridade daqueles que dela necessitam. Neste caso para um exemplo emblemático o “direito” vem de forma externa e a frustração (desalento) corrói o interior daquele que por ausência de proteção social – embora no vício da esmola ou na cesta da morte social por não poder acessar o direito por meio da posse das fichas simbólicas. Já na próxima seção veremos também um direcionamento relacionado à pobretologia (CORTINA, 2020).

## 2.4 DIRETRIZES DA QUINTA E SEXTA ESTÓRIAS.

Já na quinta seção em uma circunstância proximal também de negativa e por situar-se no mesmo grupo social da pobretologia/aporofobia por não entender o porquê de estar em tal circunstância, mas por sentir os espinhos dessa localização, a cabeleireira Paula Meirie de forma semelhante ao que acontecera com a costureira

Patrícia também não incluía os dados referentes aos filhos no cadastro, a fim de poder receber o auxílio de R\$ 600,00; constrangida pelo erro, ela ressalta: “Eles perguntam quem tem CPF na casa. Tenho o meu, mas esqueci de colocar os dados deles. Quando percebi, não dava mais para voltar para corrigir [...]”, e completa: “Estou juntando o que dá para pagar o aluguel. Esse mês já não tenho. Nem sei o que fazer. O meu medo é se começarem a cobrar juros. Aí acumula com as outras contas não sei como vai ser” (KAORU, 2020, não paginado). É dessas duas falas que apontamos a existência de uma tecnologia de guerra de classes quando o mercado/Estado ao temerem o caos pandêmico articula ações no sentido de defender o capitalismo com auxílios residuais e de preservação do capital.

Para os economistas Gonzales, Barreira e Pereira (2020), a proximidade do fim do AET e a incerteza quanto à institucionalização do Renda Cidadã deixará 38 (trinta e oito) milhões de brasileiros sem assistência social direta, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (GONZALES; BARREIRA; PEREIRA, 2020), do universo dos 67 (sessenta e sete) milhões de beneficiários do AET, isso porque estes não se encontram incluídos no CadÚnico. Ainda de acordo com os economistas em estudo publicado no sítio da FVG, 64% desses trabalhadores são informais, 74% deles têm renda de até R\$ 1.254,00 e têm em sua maioria baixa escolaridade, com no máximo 55% (ensino fundamental).

O estudo que não mensura a parcela da população que recebera o auxílio sem direito, demonstra uma séria tensão social com a dimensão da ralé da pobretologia. Frente a esses problemas e tendo em vista à proximidade da possível implementação do programa Renda Cidadã ou de outro congênere, autores como Furno (2020), Cadó (2020) e Bolle (2020) debatem acerca da maneira de como será feito o Renda Básica Cidadã, sem que haja uma modificação no limite do teto de gastos? Quais estratégias utilizar e a indagação se há saídas dentro do teto de gastos que ora vige no Brasil?

Já na sexta seção deste artigo o que observamos é a contradição pontuada em relação à negativa do acesso envolto aos catadores de lixo idosos. Em reportagem realizada por Melo e Oliveira (2020), a sequência das intempéries relativas ao acesso ao AET também é de dimensão exponencial. Na mesma há a máxima de que cotidianamente centenas de pessoas integram a “fila da fome” em busca de comida. Um ponto marcante para nós nesta seção está relacionado ao orgulho do pertencimento à institucionalização, mesmo quando essa é precária e se faz pensada como dádiva e dividendo. E isso se revela na fala de Vera Arlindo, 64, moradora do Jacarezinho: “O coronavírus é um grande problema para muitas pessoas, mas para mim é a solução para não passar fome” (MELO; OLIVEIRA, 2020, não paginado).

Ante a fala da catadora é possível ver na mesma a materialização do que é o entendimento do ser pobre; receber sem o entendimento do porquê recebe a “esmola” como marca da obrigação socializada e distribuída aos sujeitos “disponíveis e indesejáveis invisíveis” socialmente. Na mesma sequência, temos registros semelhantes e a reportagem faz referência a um ponto crucial no que tange às dores da fome pelos catadores ao colocarem que as famílias que têm geladeira conseguem guardar parte da quentinha para o almoço seguinte e os mais afetados pelo não recebimento do auxílio são os catadores idosos. Em situação análoga, o catador Carlos Augusto da Silva, 54, morador de rua ressalta:

Tô na fila da fome sempre, não falto nenhum dia. Espero que nunca deixem de distribuir comida aqui. Me sinto até melhor jantando. Se acabar, vai me prejudicar muito. Muitas pessoas acham que o maior problema de morar na rua é a falta de teto, mas arranjar comida não é fácil. A gente acorda com fome e pede a Deus para arranjarmos algo (MELO; OLIVEIRA, 2020, não paginado).

Tal como a linha sequencial das estórias aqui pautadas essa revela a dimensão daquilo que Souza *et al.* (2018) pontua de maneira provocativa como sendo a linha da configuração da ralé brasileira, ou seja, aqueles que integram o rol histórico da invisibilização social, os que sujam a cidade que não lhes pertence!

## 2.5 DIRETRIZES DA SÉTIMA ESTÓRIA

Como as diretrizes da pesquisa estão dadas sob possibilidades distintas, resolvemos adotar durante a confecção deste artigo um procedimento para além da análise das entrevistas e realizamos uma conversa por meio digital com um beneficiário parcial do AET. Por uma questão ética preservaremos aqui a identidade do mesmo. Esse chegou até nós como uma forma de lhes proporcionar algum tipo de escuta para com o problema do desalento com o qual estava a vivenciar. Luiz Calçadas (nome fictício) colocara que recebera a primeira parcela do AET, mas após essa, começou o calvário que até o fechamento deste artigo ainda não havia recebido as parcelas bloqueadas. Na fala de Luiz há um misto de revolta e resignação imbricadas:

Rapaz, nada a fazer, não é? Tu sabias que minha residência estava cadastrada no exterior, já pensou professor? Agora eu preciso ir ao banco de novo pegar o extrato, porque ainda não foi resolvido nada. Eu tenho de ir à agência bancária pegar um extrato do dia x de abril e levar para a defensoria pública abrir um processo pra ver se eu recebo. A Promotora falou que eu preciso retirar isso aí que minha residência é localizada no exterior. E apresentar o comprovante que eu só recebi uma parcela. É muita burocracia velho, demais, demais (Luiz Calçadas, desempregado, jul. 2020).

Ante a essa situação de constrangimento, Calçadas nos indaga quanto ao período de permanência do auxílio: “Professor é verdade que o auxílio vai até maio de 2021, se for é bom, porque dá para eu esperar e receber o dinheiro. Porque se ficar até maio tudo bem, dá para superar esse tempo todo e receber tudo, não é? É difícil, difícil, muito difícil!!” (informação verbal)<sup>4</sup>. Ele nos diz que vai fazer uma última tentativa junto à defensoria pública a fim de saber se através do que foi encaminhado, conseguirá se salvar: “Isso é uma humilhação professor”, e reforça: “Você vê o crédito no extrato e na conta nada, é muito revoltante. Já fui à caixa, já liguei pra mil telefones; já dei entrada mais de uma vez na justiça; já houve sentença negando; já recorri; já fiquei várias horas na fila da caixa num sol daqueles” (idem).

Tal como o caso de Luiz é um dos mais de dezenas de milhares que variam na natureza, como já ressaltáramos acima, mas que se encontra na finalidade, qual seja, a de receber o AET. Porém, as respostas e as justificativas não são dadas a contento ao requisitante, o que coloca por terra a ideologia referente à tese da universalização do acesso. E é sob esse prisma de contradições que se arquitetam as angústias daqueles que necessitam, mas que por questões injustificáveis ainda não conseguiram receber o referido “direito”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após discutirmos o contexto relativo aos entraves no que tange ao recebimento do AET partimos para a colocação do que será a proteção social quando do fim do AET temporário. Hoje, o cenário é de incertezas, uma vez que há uma tendência à diluição da proteção social e um projeto de transferência de renda para além do qual o PBF não está colocado como prioridade frente à oscilação de qual programa será adotado como “permanente” no cenário dos pós-auxílio. E outra questão colocada de maneira inadequada pelo mercado neste contexto da “quase” proteção social é o de erroneamente produzir e reproduzir a ideologia do superdimensionamento, ou seja, aquele que afirma que para os denominados pobres já fora concedido dinheiro em excesso, e esses são perdulários, com isso, faz-se necessário rever o método do mercado e focar num ajuste fiscal mais rigoroso.

Quando a questão está relacionada ao não recebimento do auxílio, a preocupação mais direta é relacionada à fome e a justificativa se coloca como fazendo parte do enfrentamento entre o Estado brasileiro e o Banco Mundial nos idos de 2003, quando da criação do PBF. Uma das protagonistas do

<sup>4</sup> Informação concedida por Luiz Calçadas, desempregado, em julho de 2020.

enfrentamento, Conh (2012) ressalta o debate à época como não sendo fácil, embora a transferência tenha sido estabelecida nos moldes pecuniários depois de muitos embates e com condicionalidades às quais o estigma de uma classe não beneficiária, aquela considerada como média, batesse por meio da violência simbólica em sua maioria como contrária, formando assim o discurso da legião de preguiçosos e dos jogados do PBF.

Já quando a questão se refere à inclusão de indivíduos em situação emergencial, o exemplo do que acontecera em decorrência da Covid-19, prevalece o tópico da estratificação da migalha em que a crise da “corona capital” intensifica a pobretologia/aporofobia e os meandros da falsificação da ira. Para Virgínia Fontes (POBRETLOGIA..., 2020), isso ocorre mesmo quando inconformados os sujeitos invisíveis pouco reagem em relação a fazer um embate com as forças de mercado/Estado, a exemplo do porquê não receber o benefício, aceitar que outros recebam, normaliza (as regras), a exemplo de apenas dois beneficiários receberem por família, (des)conhecer as diretrizes do programa e da sua modelação em termos de permanência, a aceitar os valores propostos.

Com isso, compreendemos que os elementos da guerra de classes silenciada pelos bombardeados é o instrumento *mor* reconhecido do mercado como condição reprodutora de sua natureza – lucro! Essa lógica é pautada também por Virgínia Fontes (POBRETLOGIA..., 2020). O fato de existir problemas não credencia a eliminação do auxílio a quem dele faz jus, ao contrário, a sua ampliação, especificamente neste contexto de pandemia, embora seja uma solução não tão avançada, surge de imediato com isso, embora reconheçamos tal como Bolle (2020) ressalta, a necessidade de mais intervenção estatal neste campo e esse tem sido um dos grandes dilemas do governo brasileiro, expandir a transferência de renda, estando desatrelando-a ao que estabelece o limite do teto de gastos e pondo-a em uma vertente de sustentabilidade social.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BELUZZO, L. G. As injustiças do trabalho. **Unisinos**, São Leopoldo, 24 jan. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586286-as-injusticas-do-trabalho-artigo-de-luiz-gonzaga-belluzzo>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BOLLE, M. B. **Ruptura: série a pilha de areia**. São Paulo: Intrínseca, 2020.

BOM DIA 247, com Tereza Campello: Bolsa Família e Renda Brasil. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (80 min). Publicado pelo canal TV 247. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=1WhprfnOoL0&feature=youtu.be>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 6. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL, **Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8212-24-julho-1991-363647-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL, **Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993] Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL, **Medida Provisória Nº 132, de 20 de outubro de 2003**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2003/medidaprovisoria-132-20-outubro-2003-497302-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL, **Lei Nº 13.982, de 02 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, [...] Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm). Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL, **Lei Nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, DF: Presidência da República, [2020b]. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-13979-2020\\_389665.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-13979-2020_389665.html). Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.998, de 14 de março de 2020**. Promove mudanças no auxílio emergencial [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2020c]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13998.htm). Acesso em: 03 dez. 2020.

BRASIL. Perguntas e respostas: o que é Coronavírus. **Ministério da Saúde**, Brasília, DF, 2020d. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 999, de 02 de setembro de 2020**. Abre crédito extraordinário, [...] Brasília, DF: Presidência da República, [2020e]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv999.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv999.htm). Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 1000, de 02 de setembro de 2020**. Institui o auxílio emergencial residual [...] Brasília, DF: Presidência da República, [2020f]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2020/medidaprovisoria-1000-2-setembro-2020-790598-publicacaooriginal-161420-pe.html>. Acesso em: 06 dez. 2020.

CADÓ, I. Teto de gastos é regra fiscal obsoleta, diz economista. 'Nem o FMI entende'. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 08 out. 2020. Economia. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/10/teto-de-gastos-e-regra-fiscal-obsoleta-diz-economista-nem-o-fmi-entende/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

CAESAR, G. Em 3.547 municípios do Brasil, pelo menos 1/4 dos habitantes recebeu o Auxílio Emergencial. **G1**, Rio de Janeiro, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/06/em-3547-municipios-do-brasil-pelo-menos-14-dos-habitantes-recebeu-o-auxilio-emergencial.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2020.

COHN, A. **Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais**. Rio de Janeiro: Azougue, 2012.

CORTINA, A. **Aporofobia: a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERNANDES, A.; TURTELLI, C. Governo nega auxílio emergencial para parentes de presos. **UOL**, São Paulo, 14 maio 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2020/05/14/governo-nega-auxilio-emergencial-para-parentes-de-presos.htm>. Acesso em: 06 dez. 2020.

FURNO, J. Conflitos sem contradição: Bolsonaro e a equipe econômica do governo. **Brasil 247**, Rio de Janeiro, 20 set. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/conflitos-sem-contradicao-bolsonaro-e-a-equipe-economica-do-governo>. Acesso em: 07 dez. 2020.

GOFFMAN, I. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GONZALEZ, L.; BARREIRA, B.; PEREIRA, L. J. Auxílio emergencial e o futuro dos “invisíveis”. **FGV EAESP**, São Paulo, 2020. Centro de estudos de microfinanças e inclusão financeira. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u624/aeoutubrovfinal.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

KAORU, T. Mães erram cadastro e ficam sem os R\$ 1.200 para comida de filhos e aluguel. **UOL**, São Paulo, 20 abr. 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/20/erro-no-cadastro-da-caixa-r-600-auxilio-emergencial.htm>. Acesso em 12 dez. 2020.

LEITE, D. Bióloga tem auxílio negado no Brasil, mas recebe ajuda do governo dos EUA. **UOL**, Juiz de Fora. 08 maio 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/08/biologa-tem-auxilio-negado-no-brasil-mas-recebe-ajuda-do-governo-dos-eua.htm>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MELO, M. L.; OLIVEIRA, M. As filas da fome - Moradores do Rio e de SP sem renda sobrevivem de doação de ‘quentinhas’ durante pandemia. **UOL**, São Paulo, 16 ago. 2020. Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/fome-na-pandemia/>. Acesso em: 08 dez. 2020.

MOREIRA, E. **O que os donos do poder não querem que você saiba**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2019.

PINZANI, A.; REGO, L. W. **Money, autonomy and citizenship**: the experience of the Brazilian Bolsa Família. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania**: a saída é pela porta. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

PARDELLA, R. Desafios do mercado de trabalho alimentam debate sobre direitos. **Agência IBGE notícias**. [séries especiais]. 06/12/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23325-desafios-do-mercado-de-trabalho-alimentam-debate-sobre-direitos>. Acesso em: 06 dez. 2020.

POBRETOLOGIA e falsificação da ira popular. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (26 min). Publicado pelo canal TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rRswefXBYj8&t=11s>. Acesso em: 08 dez. 2020.

POMPEU, L. Bolsonaro proíbe Renda Brasil e diz que não vai alterar Bolsa Família. **Congresso em Foco**, Brasília, DF, 15 set. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-renda-brasil/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Portal da Transparência**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos-superiores/20000-presidencia-da-republica>. Acesso em: 14 out. 2020.

RANGEL, V. Estudante pede auxílio e descobre na carteira que é “presidente do Brasil”. **UOL**, Vitória, 08 maio 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/08/estudante-pede-auxilio-e-descobre-na-carteira-que-e-presidente-do-brasil.htm>. Acesso em: 06 dez. 2020.

RUPP, I. Sem CEP nem celular: a saga para conseguir o auxílio emergencial de R\$ 600. **UOL**, Curitiba, 15 maio 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/05/15/sem-cep-nem-celular-a-saga-para-conseguir-o-auxilio-emergencial-de-r-600.htm>. Acesso em: 06 dez. 2020.

SILVA, J. B.; GUERRA; L. D.; COSTA, A. B. Programa Bolsa Família no Semiárido e análise dos discursos *demonizadores* construídos pela Igreja Católica na Paraíba. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 2, p. 149-171, maio/ago. 2018.

SIMMEL, G. **El pobre**. Madrid: Ediciones Sequitur, 2011.

SOUZA, J. *et al.* **Ralé brasileira: quem é e como vive?** 3. ed. São Paulo: Contracorrente; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Texto submetido à Revista em 15.12.2020

Aceito para publicação em 19.05.2022



## O fantasma das fábricas chinesas: expatriados, trabalhadores e políticas do modelo chinês no Brasil

### The specter of Chinese factories: expatriates, workers and the politics of the Chinese model in Brazil

*Cleiton Ferreira Maciel Brito* – Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: cleiton.keto@hotmail.com

*Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel* – Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professora da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: jeannemoura@ufgd.edu.br

---

#### Resumo

Este artigo analisa a expansão global da China com foco em suas fábricas instaladas no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM), espaço produtivo situado na Amazônia brasileira e um dos principais destinos dos investimentos chineses na América do Sul. Nesse sentido, entre os anos de 2013 e 2017, fizemos pesquisa de campo em quatro fábricas chinesas, entrevistando trabalhadores, chineses expatriados, líderes sindicais e gerentes. Como principal descoberta da investigação, mostramos a instauração de um modelo chinês de gestão e evidenciamos como isso impactou o trabalho no Brasil. As reações a esse processo foram intensas e o artigo aborda as principais insatisfações tanto de trabalhadores, quanto das lideranças sindicais locais.

---

#### Palavras-chave

Globalização chinesa. Amazônia. Modelo chinês. Trabalhadores.

---

#### Abstract

This article analyzes the global expansion of China with a focus on its factories installed in the Industrial Pole of the Manaus Free Trade Zone (MFTZ), a productive space located in the Brazilian Amazon and one of the main destinations for Chinese investments in South America. In the years 2013 and 2017, we conducted field research at four Chinese factories, interviewing workers, Chinese expatriates, union leaders and managers. As the main discovery of the investigation, we show the establishment of a Chinese model of management and show how it impacted the work in Brazil. The reactions to this process were intense and the article addresses the main dissatisfactions of both workers and local union leaders.

---

#### Keywords

Chinese globalization. Amazon. Chinese model. Workers.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Um fantasma ronda o mundo. O fantasma chinês. Trata-se da emergência de uma nova força econômica e política que tem transformado o planeta na forma como, até então, conhecíamos.

Nos últimos 30 anos, o PIB chinês cresce a uma taxa média anual de 10%, o que já representa mais de 12% do PIB global, fazendo desse país a segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, essa dinâmica do Produto Interno Bruto da China tem sido acompanhada pela participação do país no comércio mundial, saltando de 3,9% na década de 2000 para ser, atualmente, a liderança do comércio mundial, superando, também, os EUA.

Em outras palavras, a China é hoje o maior exportador e segundo maior importador mundial, fato esse que a caracteriza como a “nova fábrica do mundo” (MACIEL BRITO, 2017).

Essa explosão econômica chinesa não se trata apenas de uma carona na onda da globalização, como o fizeram Japão e os Tigres Asiáticos, por exemplo. Na verdade, estamos diante de uma *nova formação econômico-social* (JABBOUR *et al.*, 2020), com alcance global, com uma dinâmica própria de expansão, um projeto de nação e com uma classe capitalista e estatal/burocrática estruturada nacionalmente (NOGUEIRA, 2018). Daí ser possível dizer que está emergindo a principal formação social e econômica deste novo século, com estratégias de expansão ainda em seus estágios iniciais de desenvolvimento.

Dado empírico desse processo é que a vertiginosa ascensão da China — além da formação de uma base industrial e da conformação de vários regimes de trabalho em solo interno — tem sido acompanhada por um intenso processo de avanço *overseas*, em solo externo. Trata-se do *Go Global<sup>2</sup>*, uma política chinesa de expansão mundial que resulta, em grande parte, da necessidade do país de acesso à matéria-prima, fontes de energia, da busca por alimentos, do acesso a mercados nacionais e regionais e da promoção de marcas chinesas.

Nesse projeto estratégico de expansão da China, nenhuma região do globo tem escapado das garras do dragão asiático. O rastro disso pode ser revelado ao se mapear a distribuição do capital chinês na *nova divisão internacional da produção e do trabalho*. Esse mapeamento explicita que há em curso, como dizem Lima e

<sup>1</sup> Nossos agradecimentos aos pareceristas *ad hoc* da Revista Novos Cadernos NAEA, fundamentais para aprimorar o texto desta versão final. Possíveis omissões e erros são de nossa inteira responsabilidade.

<sup>2</sup> Vale destacar que mais de 75% desses investimentos da política do *Go Global* são feitos por empresas privadas do país. Contudo, em montante de valores, mais de 70% deles é feito por empresas estatais chinesas, o que denota a importância do Estado chinês no direcionamento e protagonismo da globalização da China.

Valle (2013), a “formação de pequenas chinas” ao redor do mundo, ou, como provoca Lee (2009), uma corrida pela construção de “enclaves chineses” por todo o planeta.

Exemplos disso podem ser visualizados na Europa e Ásia, lugares de intenso avanço do capital chinês e da estratégia de conexão e mobilidade com a China, segundo mostram os trabalhos de Gao (2004), Meunier (2012), Burgoon e Raess (2014), Andrijasevic e Sacchetto (2016) e Smith e Zheng (2016).

Mas, nos últimos anos, é o sul do globo que desponta como uma das principais praças produtivas da ação da China, com destaque na África e na América do Sul. A busca por cobre e a construção de obras de infraestrutura em países como Zâmbia e Tanzânia, tem levado autores a caracterizar a presença chinesa na região focando na *variedade de capital*, via *acumulação abrangente* e *acumulação por maximização* (LEE, 2017), ou a questionarem se a China estaria promovendo um novo processo de colonização no continente (HUNG, 2018; BODOMO, 2019). Outros autores destacam os projetos de “financiamento e empréstimos” (BURLAMAQUI, 2015), enquanto outros, a “diplomacia da infraestrutura” (CINTRA; PINTO, 2017).

Quando se trata da América do Sul, o Brasil aparece como maior receptor dos investimentos chineses na região<sup>3</sup>, com especial interesse no setor de mineração, energia (TANG, 2017), petróleo e gás (HUNG, 2018), infraestrutura (NASCIMENTO; MAYNETTO, 2019), agronegócio (ESCHER; WILKINSON, 2019), tecnologia 5G (SARAIVA; SILVA, 2019) e participação no parque industrial e produtivo brasileiro, notadamente nos setores de duas rodas e de eletroeletrônicos (MACIEL BRITO, 2017).

São essas áreas que concentram os aportes chineses no Brasil, sobressaindo o setor de petróleo e gás localizado nos estados da costa brasileira. No entanto, quando se exclui esse setor, uma região peculiar emerge como nova fronteira dos objetivos chineses no Brasil: a Amazônia.

## 1 CONTEXTO AMAZÔNICO E A CHEGADA DAS FÁBRICAS CHINESAS

Desde o século XIX, a Amazônia é espaço da globalização econômica capitalista. Contudo, foi no século XX que o capitalismo avançou sobremaneira na região. Exemplo disso é que, em Manaus<sup>4</sup>, emergiu um espaço produtivo resultado direto de uma das principais criações do capitalismo no Brasil: a Zona Franca de Manaus (ZFM).

<sup>3</sup> Em 2017, o Brasil representou cerca de 50% dos investimentos chineses na América do Sul.

<sup>4</sup> Manaus é a capital do estado do Amazonas, sendo uma das principais cidades do Brasil, tanto em termos populacionais (2,1 milhões de habitantes), quanto em termos econômicos (dentre as capitais brasileiras, é o 8º Produto Interno Bruto). Também é conhecida por estar localizada na região de maior biodiversidade do planeta: a Amazônia.

Segundo o projeto de criação, a ZFM se concretizaria no desenvolvimento de um polo comercial, um polo agropecuário e um polo industrial<sup>5</sup>. Entretanto, efetivamente, somente os polos comercial e industrial saíram do papel, com destaque neste último, que passou a ser conhecido como Polo Industrial de Manaus (PIM).

Desde então, o PIM se distingue pela profusão de fábricas dos mais diversos setores industriais e oriundas dos mais variados lugares do planeta, o que, dada a diversidade do capital instalado em Manaus, é uma amostra de como a produção e o trabalho se organiza local e mundialmente.

Isso pode ser observado, por exemplo, ao se indicar que, nas décadas de 1970 e 1980, o investimento de capital norte-americano, europeu e japonês dominou o PIM. Nesse período, o trabalho teve forte teor taylorista, com hierarquia rígida, pouca qualificação do trabalhador e simplificação de tarefas necessárias para a montagem dos equipamentos. Foi um momento do surgimento dos sindicatos e de forte contestação do capital (VALLE, 2007; SERÁFICO, 2011). Depois, em meados da década de 1990, houve a chegada dos “Tigres Asiáticos”, processo protagonizado pelas empresas sul-coreanas, marcando um novo ciclo de investimentos.

Durante esse período, o modelo japonês de gestão se estabelecia no Brasil. A reestruturação produtiva promovida nos anos 1990 é o primeiro aspecto disso, pois introduziu métodos gerenciais com o intuito de deixar o sindicato longe das empresas, seja por meio da chamada “política de colaboração e participação dos operários”, ou por um setor de Recursos Humanos preventivo, que passou a se antecipar à ação sindical.

Como mostrou Humphrey (1995), a chegada dessa nova forma gerencial, de inspiração japonesa, inseriu nas fábricas brasileiras artimanhas de gestão baseadas na política de bonificação, premiação e “café da manhã com o patrão” para os trabalhadores que participassem da gestão da fábrica dando ideias e se envolvendo com os projetos da gerência.

As empresas costumam associar as atividades sindicais à militância e à oposição a mudanças. Receosas da militância operária, mostram-se ansiosas em manter os sindicatos fora das fábricas. Uma maneira de conseguir isso é antecipando as reivindicações sindicais através da oferta de salários e condições de trabalho que se mostrem atraentes aos operários (HUMPHREY, 1995, p. 134).

---

<sup>5</sup> O polo comercial foi proeminente até o início dos anos 1990, quando a abertura comercial do Brasil retirou a vantagem comparativa do comércio na ZFM. O polo agropecuário nunca foi, efetivamente, desenvolvido. O polo industrial passou a crescer em meados dos anos 1970, e é o que se destaca até hoje.

Ramalho (1997) indicou que a reestruturação produtiva expressava uma “imposição ideológica” do empresariado, sem ganhos para a classe trabalhadora. Alves (1999), por sua vez, argumentou que havia uma busca pela “captura da subjetividade” operária. Discutindo como esse processo ocorreu em Manaus nos finais de 1990, Valle (2007) observou que:

Os programas de qualidade total e/ou as formas de gestão participativa passaram a ser amplamente difundidos em face da ideia corrente de que o “fator humano” é o elemento decisivo no processo produtivo. Incentivaram-se, portanto, a “parceria” entre trabalhadores e empresa, a melhoria da comunicação entre os hierarquicamente diferenciados e o compromisso do trabalhador com a qualidade e a produtividade. Difundiram-se as “equipes de produção”, as “células de produção”, os “times de produção”, as “caixas de sugestão”. Estimulou-se a participação mediante a concessão de bônus, prêmios e/ou participação nos lucros (VALLE, 2007, p. 82).

Além desses aspectos, passou-se a ser apregoada a “gestão participativa”, o *just in time*, a “cultura da qualidade”, a “colaboração”, as “competências do trabalhador” e o “trabalhador polivalente e multifuncional” (SCHERER, 2005; VALLE, 2007).

Nos finais da década e início do milênio, por um lado, a forte pressão sindical resultou em benefícios trabalhistas e participação em lucros e resultados. Por outro, como expressão gerencial, houve a consolidação do modelo japonês, com políticas de envolvimento operário, concessão de premiação e “reconhecimento” dos trabalhadores como forma de afastá-los dos sindicatos e aumentar a produtividade (MORAES, 2010). Valle (2007) denominou esse processo como *neolaylorismo*, dada a amálgama entre não participação efetiva do trabalhador com a flexibilização da produção. Já Oliveira (2007) identifica o processo como um “novo padrão produtivo”. Andrade (2014) apresenta-o como a “produção de colaboradores”<sup>6</sup>.

A partir dos anos 2000, emerge uma nova matriz de investimentos em Manaus: a China. Em termos concretos, houve o desembarque de mais de 20 fábricas estatais, semiestatais e privadas, que responderam, já em 2014, por quase 10% do total de empregados do PIM.

A chegada dessas empresas colocou a questão de saber qual era o seu *modus operandi* em solo brasileiro e qual seria o impacto chinês no trabalho local, sobretudo em um contexto de práticas gerenciais de origens nipônicas, que, como vimos, estavam disseminadas.

<sup>6</sup> O autor mostra a política de envolvimento operário de matriz japonesa se utilizando da necessidade e do medo dos trabalhadores para mantê-los nos Círculos de Controle de Qualidade das empresas.

Além disso, havia o pano de fundo internacional que indicava regimes de trabalho difusos e diversos nos locais onde os chineses se instalavam:

1) Na China, por exemplo, autores com pesquisas realizadas no período pós-privatizações das estatais, relatavam formas de “despotismo desorganizado”, “Taylorismo sangrento”, “despotismo gerencial”, “fábricas fechadas”, “Regime de trabalho dual” e “Regime de participação direta” permeando o chão de fábrica chinês, como expressam Chan e Pun (2010), Jia (2016), Lin (2016), Liu (2016) e Van Liemt (2016).

2) Na Europa, Meunier (2012) postulava que o Investimento Direto Externo (IDE) chinês se assemelharia a um “Cavalo de Tróia”, pois estaria solapando políticas e leis de direitos humanos no continente. Andrijasevic e Sacchetto (2016) mostravam que, sob o protagonismo chinês, o leste europeu estaria passando por intenso processo de precarização do trabalho sob a forma de regimes de contratos flexibilizados. Além disso, havia a acusação de que os chineses utilizavam mão de obra escrava em seus processos produtivos (BURGOON; RAESS, 2014).

3) Na África, Lee (2009) destacava o que seria uma política de precarização dos enclaves chineses, com destaque ao papel de trabalhadores expatriados que, enclausurados dentro do território estrangeiro, passaram a ter uma forma de sociabilidade e de práticas fabris que buscava reproduzir, localmente, sistemas de trabalho da realidade da China.

No Brasil, pesquisas de opinião<sup>7</sup> informavam que 42% dos trabalhadores das empresas chinesas pediam demissão já no primeiro ano de emprego, o que representava uma taxa de rotatividade 68% maior quando comparada aos índices das empresas europeias ou norte-americanas.

## 2 GUANXI<sup>8</sup> E TAMBAQUI<sup>9</sup>: SOBRE O COMO (NÃO) FAZER PESQUISA NAS FÁBRICAS CHINESAS

Foi nesse contexto de narrativas sobre a China Global<sup>10</sup> que, entre os anos de 2013 e 2017, realizamos pesquisa sociológica (MACIEL BRITO, 2017) em quatro fábricas chinesas instaladas no Polo Industrial de Manaus: a) uma

<sup>7</sup> Dados da empresa de recrutamento Michael Page (2010 *apud* FRAGA; ROLLI, 2011).

<sup>8</sup> Termo chinês que se refere à formação de uma relação de amizade entre duas pessoas e que implica em comprometimento e contínua troca de favores entre elas. Foi a forma encontrada pelos chineses para sobreviverem à escassez de alimentos do período Maoísta. Ao *guanxi* também estão ligados os sentidos de obrigação moral (*renqing*) e o componente emocional (*ganqing*).

<sup>9</sup> Peixe endêmico da Amazônia, muito apreciado pelos chineses.

<sup>10</sup> Expressão utilizada por Lee (2018).

fábrica de placas eletrônicas, de *capital privado* (Placas China<sup>11</sup>); b) uma fábrica de televisores, notebooks e tablets, de *capital privado* (IVM China); c) uma fábrica de motocicletas, de *capital estatal* (Moto China); e d) uma fábrica de ar-condicionado, de *capital semiestatal*<sup>12</sup> (Arcon China).

O objetivo central foi identificar quais formas de gerenciamento de mão de obra, inovações tecnológicas e processos produtivos estavam sendo introduzidos pelas fábricas chinesas. E como se diferenciavam ou se aproximavam das características da reestruturação produtiva, promovida nos anos 1990, e do contexto fabril chinês visualizado em outros lugares do planeta. Especificamente, também queríamos saber como isso impactava o trabalhador em termos de salários, benefícios, participação, qualificação, controle e supervisão fabril, e de que modo todo esse processo era visto pelas lideranças econômicas e sindicais locais.

A pesquisa teve como principal estratégia metodológica o uso de entrevistas com trabalhadores, líderes sindicais, líderes empresariais, gestores públicos, promotores da Justiça do Trabalho e gerentes brasileiros. Para se chegar aos trabalhadores, utilizamos a estratégia da “bola de neve”, ou seja, cada sujeito indicava um outro, até se chegar a uma saturação qualitativa, conforme defendem Gondim e Lima (2010).

O problema foi que, algumas vezes, nossa bola de neve quase desmoronou, visto que muitas trabalhadoras contactadas demonstraram receio de marcar entrevistas via conversa com um interlocutor homem. Em face disso, como metodologia, a busca por entrevistas com as trabalhadoras do PIM passou a ser feita pela autora<sup>13</sup> do artigo e, no caso de trabalhadores, pelo autor, estratégia que foi fundamental e fez nossa roda de entrevistas voltar a girar.

Também realizamos visitas às instalações fabris com conseqüente análise de dados socioeconômicos das empresas. O acesso às fábricas foi conseguido por diferentes caminhos. Cabe destacar, primeiro, a via formal, ou seja, o contato por meio do telefone e e-mail institucionais. Essa via não teve resposta positiva das fábricas. Também tentamos por meio da etnografia do trabalho, fazendo parte da mão de obra de uma das fábricas investigadas. Aprovada pela gerência brasileira, nossa entrada foi barrada pela matriz da China.

Concomitantemente, fomos às instituições que compõem a Zona Franca de Manaus, “distribuindo” uma fábrica para cada uma delas, estratégia que fez as portas do PIM se abrirem para a pesquisa.

<sup>11</sup> Os nomes das empresas pesquisadas são fictícios.

<sup>12</sup> Participação estatal de 51%.

<sup>13</sup> A segunda autora era assistente de pesquisa do autor.

Nas fábricas de televisores e de placas, por exemplo, nossa entrada ocorreu sob encaminhamento do sindicato, dado que líderes sindicais tinham contato próximo com gestores de recursos humanos dessas empresas, que eram brasileiros. Na fábrica de ar-condicionado, o acesso se deu por meio de encaminhamento de um técnico da SUFRAMA<sup>14</sup> que, coincidentemente, tinha sido aluno de pós-graduação do orientador do autor deste artigo. Por fim, a CIEAM<sup>15</sup> nos levou até a fábrica de motocicletas. Daí em diante, os contatos travados com os gerentes das fábricas encaminharam as visitas subsequentes.

Além desses aspectos, o uso de *guanxi* se mostrou importante para entender o dia a dia dos trabalhadores, bem como para compreender a trajetória de vida e como pensavam os expatriados. Como mostraram Lee (2009) e Smith e Zheng (2016), estes se constituem como um força de trabalho da China que se desloca para outros países para exercerem cargos, em sua maioria, a nível gerencial e de supervisão. Expressando uma nova onda de mobilidade de trabalho global, suas vidas e trajetórias eram elementos chaves para se compreender o comportamento local das fábricas chinesas.

Para entrar nessa rede de relações dos chineses, fizemos visitas às fábricas e, nessas visitas, pedimos seus contatos e, posteriormente, fizemos convites para sairmos e “comermos alguma coisa em Manaus”. Alguns alegaram compromissos e denegaram, mas outros expatriados aceitaram o convite. Foi por meio dessa estratégia que marcamos jantares, pescarias, canoagens, preparação de pratos e passeios com os chineses na Amazônia. Também visitamos os seus locais de moradia em Manaus e conhecemos a rotina do seu trabalho dentro e fora da fábrica.

Apesar de adentrar nessa interação social, no início, nós éramos mais entrevistados do que entrevistadores. Isso porque os chineses queriam saber de tudo: por que fazíamos aquela pesquisa, como funcionava a universidade no Brasil, o que faríamos após o término do doutorado, quanto recebíamos e quanto receberíamos como futuros professores, quais os melhores bairros de Manaus, qual o sistema político do Brasil, qual nossa previsão sobre os “rumos econômicos do país”, dentre outros assuntos. Além de tudo isso, havia chineses que queriam fazer “negócios da China” conosco, oferecendo parcerias em plantações de açaí, planos que ficaram, na prática, somente nos anais da pesquisa.

De nossa parte, quando fazíamos alguma pergunta, ouvíamos uma resposta curta, sem profundidade, sob olhares desconfiados e com comentários entre eles, em mandarim. Não obstante, com o passar dos meses e anos, literalmente,

---

<sup>14</sup> Superintendência da Zona Franca de Manaus, órgão federal que gerencia, desde a sua criação, esse modelo econômico.

<sup>15</sup> Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, uma entidade patronal.

aprendemos “o caminho da seda”. Falamos isso porque, como indica Gaetano (2015), o fazer *guanxi* exige persistência, tempo e troca de bens<sup>16</sup> (materiais e imateriais), não se sabendo, muitas vezes, quem está recebendo mais ou menos informações, dado que o importante é a *troca*.

Assim, depois de muitas idas e vindas a Manaus, de tentativa e erro nas formas de condução das conversas e, mormente, sobre o aprender a “não perguntar”, mas a “conversar sobre”, que fomos adentrando o universo físico e simbólico dos expatriados.

Os dados mais sensíveis, como salários, benefícios, trajetória social, rotinas, medos, planos, foram obtidos graças a esse *meio metodológico*, muitos deles, nos nossos últimos dias de pesquisa de campo.

A investigação trouxe como principal descoberta a instauração de um *modelo chinês* no Brasil, cujas bases se encontram num *coletivo gerencial controlado* e numa *produção de mercado organizada*.

As principais características desse modelo podem ser elencadas nestes termos: a) tipo de capital das fábricas; b) aprofundamento das relações baseadas em valores de troca; c) expatriação disciplinada/controlada; d) produção baseada em *ethos de mercado*; e) gestão baseada em *ethos* estatal/coletivo; f) importação de máquinas e insumos da China; g) gestão territorial da produção; h) setor de Recursos Humanos do Brasil desterritorializado; i) gerência técnica de controle direto; j) gestão de “operadores”; l) política de “*no feelings*”; m) pouco enraizamento local; n) salários e bonificações menores que a média local; o) produção de estoques.

Esse conjunto de elementos mostrou uma relação entre especificidades chinesas, adaptações e contingências, e teve significativos impactos sobre os trabalhadores locais. Ele também sofreu adaptações, por um lado, e endureceu controles, por outro, face às percepções e às reações dos agentes sociais do lugar.

### 3 FÁBRICAS CHINESAS E TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO LOCAL

O processo de chegada das fábricas chinesas na Amazônia — para usar uma expressão clássica de Galvão (1955) — não deixou de ser uma “visagem”<sup>17</sup> rondando a região. Dizemos isso fazendo referência à forma como muitos agentes

<sup>16</sup> Os chineses sempre nos pediam iguarias do interior amazônico: carne de jacaré, por exemplo. Então, sempre que íamos nos encontrar com os chineses em Manaus, levávamos alguma coisa para compartilhar, geralmente, comida. Por sua vez, quando eles retornavam da China, traziam “*iguarias Made in China*”, como carne de porco em forma de barra de cereal. Era a *economia das trocas simbólicas* da pesquisa.

<sup>17</sup> Forma como os caboclos amazônicos representam fantasmas e assombrações locais.

amazônicos – sindicalistas, líderes empresariais e gestores públicos – interpretaram o desembarque dos chineses, acionando uma cadeia de representação acerca da ascensão e da expansão chinesa pelo mundo e, especificamente, na Amazônia.

Dentre esses imaginários, alguns diziam que se tratava da chegada da “ditadura comunista” ou de “escravos enviados pelo Estado chinês”. Outros, que a China teria necessidade de “exportar milhões de famintos” para outros países. Houve também quem visse os investimentos com bons olhos, mas sob a desconfiança de que os chineses “não adensariam a cadeia produtiva da ZFM”<sup>18</sup>.

Tais rumores a respeito dos chineses não são exclusividade amazônica. Lee (2018), por exemplo, observou narrativas semelhantes em Zâmbia, no continente africano. A autora mostra como uma imagem negativa local sobre os chineses foi acionada por eles para fazer parte de suas narrativas que os identifica como “vítimas seculares do Ocidente”. Na Europa, alguns autores vão falar do investimento chinês como “Cavalo de Tróia”.

Na verdade, tal qual indicam Hairong e Sautman (2012), trata-se de uma busca por demonizar a China, “sem provas”, mas que faz parte da nova disputa ideológica global e da rivalidade política e econômica por contratos ou questões geoestratégicas.

Dado esse jogo global sobre o que é a expansão chinesa, surge a necessidade de se observar, sociologicamente, o que ocorre nos lugares, indicando os impactos efetivos e separando a aparência da essência.

### 3.1 DE MAO A PIOR? A VISÃO SINDICAL SOBRE AS FÁBRICAS CHINESAS

O Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Amazonas, que representa a categoria dos trabalhadores das empresas pesquisadas, congrega visões variadas sobre a presença das fábricas chinesas na Zona Franca de Manaus. O presidente do sindicato, por exemplo, apresentou-nos sua visão nestes termos:

O pior dos empresários asiáticos são os chineses. São os piores que tem para trabalhar. Eles fazem assédio moral, gritam com as pessoas. Tem uma situação de cultura, tem um choque cultural muito grande. Aí quando eles não estão se adaptando a nossa cultura, eles são devolvidos. Eles têm esse problema muito sério. Eles têm esse conflito. Por exemplo, eles acham que

<sup>18</sup> Uma das principais críticas ao modelo ZFM é que ela apenas faria “montagem” dos kits importados, não produzindo nada, efetivamente. Daí as lideranças locais trazerem esse tema à tona, como uma espécie de defesa do modelo. Concretamente, adensar a cadeia produtiva, seria criar uma rede de produção que dependesse menos de kits pré-montados e gerasse uma participação local na produção de componentes. No caso de televisores, por exemplo, seria produzir em Manaus parte dos insumos utilizados na produção de TVs.

um gerente quando vai para linha de produção ensinar tem de gritar com todo mundo. Geralmente eles não têm prédio próprio, tudo é alugado, devido a imposição do país deles. Na realidade essas empresas são do Estado, não é como no Brasil. Eles vêm para cá, mas é do Estado. Eles não têm poder de nada aqui. Qualquer coisinha eles têm que se reportar para lá (informação verbal)<sup>19</sup>.

O presidente do sindicato falou ainda da dificuldade que os líderes sindicais encontram para fazer com que as empresas chinesas acatem às normas trabalhistas e acordos forjados em convenções da categoria:

Decidiu-se na convenção isso ou aquilo, fez uma convenção coletiva aqui, tem que ir para a China para receber ordem para poder fazer. Então, como eles trazem essa cultura deles, para a gente fazer com que eles cumpram as leis brasileiras, é complicado. Tem que ir para o confronto, porque, quando a Justiça multa, eles não estão nem aí para multa. Inclusive a gente vai parar essas empresas (idem).

Além disso, o líder sindical ressaltou que os chineses não dão autonomia para os trabalhadores brasileiros e, por meio da presença de gerentes, controlam rigidamente o processo de produção: “Gerentes de produção, tudo são eles. Eles não colocam uma gerência nacional. E isso é uma forma de controle. [...] E isso justamente para não dar benefícios sociais. [...] Nós do sindicato preferíamos que eles fossem embora do Brasil” (idem).

Entretantes, na opinião de um outro líder sindical (informação verbal)<sup>20</sup>, a chegada das empresas chinesas era uma questão nova e o sindicato estava acompanhando para ver como elas iriam se comportar em termo de legislação trabalhista, pois ainda não havia acontecido nada que justificasse uma ocupação da fábrica, como indicara o presidente do sindicato.

Já para um terceiro líder (informação verbal)<sup>21</sup>, logo que as empresas chinesas chegaram em Manaus, o descumprimento dos acordos trabalhistas era constante, e muitas delas preferiam pagar multa a cumprir uma determinação da Justiça do Trabalho. Contudo, segundo ele, essa relação vinha mudando lentamente e, atualmente, os chineses estariam mais adaptados.

Os dados colhidos em campo foram mais na direção de adaptação do que rumo a uma “selvageria chinesa”. Isso porque, a despeito de o presidente do sindicato ter relatado agressões físicas, não pagamento de salários e descumprimento de leis brasileiras, nenhum dado do período estudado mostrou

<sup>19</sup> Informação fornecida por Marcos Clementino, presidente do sindicato dos metalúrgicos, em fev. 2013.

<sup>20</sup> Informação fornecida por Jorge Andress, líder sindical, em fev. 2013.

<sup>21</sup> Informação fornecida por Cléber Lins, líder sindical, em fev. 2014.

isso. Adicionalmente, entrevistas realizadas com agentes da Justiça do Trabalho não indicaram maior número de processos de chineses em relação às outras empresas do PIM, comparativamente.

Esse processo adaptativo relaciona-se com a maior atenção que a própria matriz teve de dar à dimensão trabalhista local. Em duas das fábricas visitadas, por exemplo, dois gerentes relataram que passou a existir uma estrutura gerencial na China que acompanhava com detalhes a movimentação dos sindicatos de Manaus, os processos trabalhistas em andamento e os que poderiam surgir, uma vez que os chineses não estavam conseguindo compreender a quantidade de leis trabalhistas brasileiras, nem a forma como a empresa tinha de lidar com isso. Consequentemente, tiveram de desenvolver estratégias para poderem se relacionar com o sindicalismo local.

Uma delas foi deixar o cargo de gerente de Recursos Humanos (RH) nas mãos de brasileiros, o único que não é encabeçado por um expatriado chinês<sup>22</sup>. A outra estratégia foi oferecer cursos de “boas maneiras” e de legislação trabalhista brasileira aos chineses, no sentido de eles se acostumarem com os padrões locais de relações de trabalho.

A estratégia teve resultados, ainda que limitados. Por um lado, os chineses entrevistados elogiaram a legislação brasileira e os sindicatos. Afirmavam, por exemplo, que a liderança sindical local, diferentemente do sindicalismo da China, de fato, protegia o trabalhador do Brasil. Por outro lado, continuavam a achar que o Brasil tinha muitos benefícios trabalhistas, que seriam bons para o trabalhador, mas atrapalhavam o desenvolvimento brasileiro.

Na verdade, a “desorganização do trabalho” promovida pelos chineses estava para além do que informavam os sindicatos, tendo impactos profundos em Manaus, mas ao mesmo tempo diversos, como mostram os dados de chão de fábrica estruturados nos itens seguintes.

### 3.2A “PRODUÇÃO DE OPERADORES”: CONTROLE E SUPERVISÃO FABRIL

No que diz respeito ao controle e supervisão fabril, os dados de pesquisa mostraram a pressão por parte dos chineses e a pouca autonomia nas tomadas de decisões. No caso de trabalhadores do setor administrativo de uma fábrica pesquisada, toda compra acima de U\$ 2.000,00 tinha de ter aprovação da matriz chinesa.

Aliado a isso, a presença de supervisores no chão de fábrica estava forte, algo que ia de encontro à tendência dos anos 1990 e início dos anos 2000: o fim

<sup>22</sup> No entanto, o gerente de RH não responde à diretoria local, mas diretamente à China.

da supervisão fabril direta. “Quando o chinês vê algo sujo, ele reclama para o supervisor e o supervisor reclama para a gente. Os chineses são muito exigentes, eles têm muitos supervisores. Eu nunca vi isso” (informação verbal)<sup>23</sup>.

Os trabalhadores relataram ainda que os supervisores sempre passavam na linha de produção para ver se o funcionário estava operando da forma correta. Quando visualizavam algo em desacordo com o que achavam correto, não ensinavam os trabalhadores, na verdade, “tiram dos postos em que estamos, e chamam outro funcionário para assumir o lugar” (informação verbal)<sup>24</sup>. Isso acontecia, segundo outro entrevistado, porque “[...] os chineses não gostam de erros e eles querem que a gente faça tudo na hora. Exemplo: um menino estava soldando errado, aí o chinês viu, puxou a solda da mão dele e começou a fazer. Eles fazem, mas não ensinam” (informação verbal)<sup>25</sup>.

Diretamente ligado à questão do controle fabril está o fato de os chineses não compartilharem informações com os brasileiros. Segundo os entrevistados, a gestão chinesa controla as informações sobre quase tudo o que acontece na fábrica: defeitos nos componentes, o que deve ser feito para consertá-los, ações a serem desenvolvidas ao longo do ano, metas de produção anual, ideias de como desenvolver novos produtos, e como operacionalizar determinada máquina que chega da matriz na China.

Por fim, foi observado um macrocontrole vindo da China e que era exercido por meio de Tecnologia da Informação. Esse acompanhamento chinês foi estruturado em um sistema chamado *Global System*, por meio do qual a matriz visualizava o chão de fábrica de Manaus, conseguindo dirigir a produção lá da China por meio de contato direto com os expatriados chineses<sup>26</sup>.

### 3.3 “NO FEELINGS”: PARTICIPAÇÃO E (NÃO) ENVOLVIMENTO OPERÁRIO

Com efeito, um outro elemento que caracteriza esse “choque” é a pouca valorização da capacidade criativa do trabalhador pelas empresas chinesas. Para eles, os chineses não abrem espaços de diálogo na fábrica e não aceitam ideias: “O jeito chinês é péssimo. Eles são cabeça dura. A gente tem de fazer como eles estão ensinando. Se você disser que de outro jeito é melhor, eles não aceitam” (informação verbal)<sup>27</sup>

<sup>23</sup> Informação fornecida por Fiana Silva, operadora de produção, em fev. 2015.

<sup>24</sup> Informação fornecida por Adriely Dias, montadora, em fev. 2015.

<sup>25</sup> Informação fornecida por Lucas Valente, almoxarife, em fev. 2017.

<sup>26</sup> Segundo os entrevistados, logo que chegaram, os chineses também usaram câmeras filmadoras para gravar quem estava conversando.

<sup>27</sup> Informação fornecida por Renata Santos, líder de produção, em jul. 2014.

Para os trabalhadores, esse processo teve como consequência a pouca motivação para se trabalhar nas empresas, uma vez que não se sentiam valorizados pelas gerências. Segundo eles, em outras empresas da ZFM — principalmente japonesas (Honda, Yamaha, Showa e Konica, Sony) e europeias (Siemens, Bic, Nokia<sup>28</sup>, Philips<sup>29</sup>), suas ideias eram acatadas pelas lideranças e muitas delas eram premiadas, e ainda contavam como parte dos requisitos para ganharem um valor maior na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o que não acontecia nas empresas chinesas. Pelo contrário, de acordo com eles, a liderança chinesa reconfigurou aquilo que era o “normal” de prática de gestão do Pólo Industrial de Manaus:

[...] Para lidar com os funcionários eles são frios. Não dão nem bom dia. Já os holandeses davam. Os holandeses deixavam a gente dar ideia. Os chineses não. Eles não gostavam que a gente desse ideia e opinião para mudar o nosso posto, para melhorar algo. Os chineses diziam: “você não pode mudar. Na China faz assim e dá certo, vai dar aqui também”. Mas na antiga empresa nós podíamos dar ideias no Kaisen. Tinha caixa de ideias. E a linha que desse uma boa ideia ganhava almoço no restaurante, brindes, camisetas, foto no mural. Já aqui não tem essa caixinha, eles não dão nada. Isso desmotivou a gente (informação verbal)<sup>30</sup>.

Essas referências ao estilo de gestão em outras empresas da ZFM foi uma constante nas entrevistas realizadas, e os trabalhadores sempre traçavam em suas narrativas uma comparação com os seus antigos empregos, indicando que naqueles se sentiam mais valorizados, respeitados e parte de uma “equipe” que podia “colaborar na gestão da empresa”.

A relação dos chineses com os trabalhadores é horrível. Eles não querem saber se você é mulher, se está doente. Eles só querem que você trabalhe. Mas eles não valorizam o teu trabalho. Eles não sabem te agradecer. Eles só valorizam o produto. Seria bom receber um elogio da empresa, mas eles não fazem. Na Nokia eu recebia elogio. [...] Na Nokia se você bater a meta semanal, você vai ter bonificação de um vale brinde de trezentos reais para cada um da linha. A linha com menos defeito, menos absenteísmo ganhava, cada um, trezentos reais por mês, aí a gente se motivava e não queria que ninguém faltasse (informação verbal)<sup>31</sup>.

A não valorização do trabalhador se refletiu não somente na ausência de uma política de participação na gestão, mas também na ausência de ferramentas para os trabalhadores avaliarem as fábricas, bem como no pouco incentivo à qualificação e ao treinamento da mão de obra.

<sup>28</sup> Comprada pela Microsoft em 2013.

<sup>29</sup> Comprada pelos chineses.

<sup>30</sup> Informação fornecida por Flávio Borges, operador de produção, em fev. 2015.

<sup>31</sup> Informação fornecida por Julio Cavalcante, operador de produção, em fev. 2014.

Nesses aspectos, muitos entrevistados destacaram que a gestão chinesa não investia em cursos de treinamento ou na formação superior dos trabalhadores, sendo eles próprios que pagavam cursos técnicos ou a faculdade. Na percepção que tinham do processo, isso era um retrocesso, posto que antes, em muitas fábricas da ZFM, pagava-se 50% do custo de um curso universitário dos funcionários, ou remetia-os, periodicamente, para instituições de capacitação técnica.

As palavras de um líder de produção explicitam como isso ocorre:

Eles não oferecem treinamento. Eles não querem nossas ideias, mas só bater metas, lucro. A cultura deles é só para você dar o seu melhor. É muita cobrança e eles esquecem de formar equipes. Eu estou há dois anos na empresa e não tive nenhum treinamento. Tive que fazer por conta própria porque a empresa não oferece nada. Mas outra empresa que trabalhei eles davam até desconto para quem fazia faculdade (informação verbal)<sup>32</sup>.

Para os entrevistados, à falta de treinamento também se somavam as poucas oportunidades de crescimento na empresa, uma vez que os cargos superiores eram, em grande parte, ocupados por chineses, que acabavam por privilegiar outros chineses. Outrossim, segundo eles, um nível hierárquico maior significaria ter um salário maior, o que não interessava à gerência sino, já que um chinês recebe um salário menor do que receberia um brasileiro na mesma função: “Para crescer na empresa é muito difícil. Lá na Konica<sup>33</sup>, em dois anos eu peguei promoção. Aqui, estou há cinco anos e não pego promoção para subir” (informação verbal)<sup>34</sup>.

### 3.4 A LEI DA SELVA: BENEFÍCIOS TRABALHISTAS E SALÁRIOS NA AMAZÔNIA

Além do que foi relatado até aqui sobre as empresas chinesas pesquisadas, chamou a atenção o fato delas oferecerem poucos benefícios para os trabalhadores. O relato dos entrevistados apontou para um certo “padrão ZFM” de gratificações e bonificações que, em certa medida, foi compartilhado entre os trabalhadores como algo que se esperaria de uma empresa do PIM.

Uma das entrevistadas apontou que nas fábricas que trabalhou no PIM havia certas “conquistas” que inexistiam na fábrica chinesa:

<sup>32</sup> Informação fornecida por Marcos Gomes, líder de produção, em fev. 2016.

<sup>33</sup> Empresa do PIM.

<sup>34</sup> Informação fornecida por Leila Jacaúna, operadora de produção, em jan. 2016.

Na nossa empresa o pessoal reclama de tudo. Da cesta básica<sup>35</sup> que é pouco; da creche que recebia pouco e a pessoa tinha que completar quase a metade. Já a outra empresa pagava creche *top*. Tinha uma área de lazer para vídeo game, dominó, sinuca. Tinha espaço de beleza para fazer cabelo e pintar unha no dia de quarta e sexta; podia fazer escova, corte e hidratação. [...] Lá não tem nada disso. Eles dizem que não tem, por que não vão comprar o trabalhador com essas coisas. Diz que a pessoa tem que ser motivada pelo bem da empresa e fazer as coisas por vontade própria (informação verbal)<sup>36</sup>.

Arelada a isso estava a questão de salários. Uma operadora de produção informou, por exemplo, que em seu emprego anterior seu salário era R\$ 1.042,00, mas que na empresa chinesa esse valor, na mesma função era de R\$ 908,00. Outra trabalhadora também relatou fato semelhante: “Na minha função, um operador na empresa holandesa ganhava R\$ 1.900,00, mas aqui na chinesa é R\$ 1.500,00. Supervisor na empresa holandesa era R\$ 4.000,00, aqui, R\$ 2.800,00”.

Afora isso, os trabalhadores destacaram que muitos dos benefícios que recebiam com valor maior em outras empresas, eram menores nas empresas chinesas, como o das cestas básicas, que em empresas japonesas era de R\$ 200,00 e nas chinesas, R\$ 70,00. Eles apontaram, ainda, benefícios a que tinham direito em outras empresas, mas que na gestão chinesa foram excluídos ou somente acessados por meio de pagamento adicional, como o plano odontológico, que nas empresas europeias cobriam todos os membros da família do trabalhador, mas nas empresas chinesas tinham de pagar valor de R\$ 12,00, descontado do salário.

Tal “agressividade dos chineses” em relação aos benefícios trabalhistas foi confirmada por um gerente de RH de uma fábrica chinesa que pertencia, antes, ao capital holandês. Diz ele:

Um dos aspectos da cultura chinesa é, obviamente, ser mais agressivo no sentido de despesas do que eram os holandeses. Na verdade, os holandeses não eram nada agressivos em relação às despesas. Eles tinham, no meu entendimento, uma cultura de acumular muitos benefícios para os funcionários. Mas o chinês, não. Ele é muito cuidadoso com as despesas da organização. Então, ele não admite benefícios, contribuições que não sejam aquelas que sejam exigidas por lei. As que são exigidas por lei, sim, mas aquelas que não forem exigidas por lei eles questionam, e aí começam a tirar. As que não sejam imprescindíveis, eles tiram (informação verbal)<sup>37</sup>.

Esse mesmo processo também foi apontando por trabalhadores entrevistados. De acordo com eles, essa fábrica chinesa demitiu grande parte

<sup>35</sup> Em uma das empresas, de acordo com trabalhadores, a cesta básica só era concedida se o funcionário não tivesse nenhuma falta ou advertência.

<sup>36</sup> Informação fornecida por Lene Ferreira, operadora de produção, em jan. 2016.

<sup>37</sup> Informação fornecida por Rony Tavares, gerente de recursos humanos, em mar. 2017.

do pessoal que trabalhava, outrora, sob a gestão holandesa, tendo em vista “não incitar os outros trabalhadores a quererem ganhar um salário maior, porque aquela empresa era uma mãe”, indicou uma líder de produção. Tempos depois, querendo aproveitar a experiência fabril dos funcionários com o tipo de equipamentos produzidos na fábrica, esta recontratou os empregados, mas com salários e benefícios menores do que eles ganhavam anteriormente sob o capital holandês.

As informações compiladas das empresas, com as quais é possível fazer uma comparação entre as várias origens do capital instalado no PIM, também vão na direção apontada pelos entrevistados, indicando que os chineses não descumprem a legislação trabalhista no quesito salarial, nem deixam de conceder benefícios.

O que ocorre, efetivamente, são níveis de salários e benefícios no limite do mínimo legal e do mínimo acordado com lideranças de trabalhadores. Mas quando se compara com outras empresas do PIM, o capital chinês, tem ficado abaixo dos valores despendidos por fábricas de origem norte-americana, japonesa ou sul-coreana, somando-se salários e benefícios. No setor de motocicletas, por exemplo, mais estruturado, de maior qualificação profissional e com maior enraizamento local, as fábricas japonesas pagam salários bem maiores e benefícios mais altos que as de capital chinês, conforme indica a Tabela 1.

Tabela 1 - Salários e benefícios em empresa asiática, europeia e americana do PIM (2015).

<b>EMPRESA*</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>Salário U\$S**</b>	<b>Benefícios Sociais U\$S</b>	<b>Total U\$S</b>
Placas China	China	Placas	597,00	271,00	<b>868,00</b>
iFexx	China	Placas	734,00	348,00	<b>1112,00</b>
TVM China	China	TV	1032,00	413,00	<b>1445,00</b>
Sunmoong	Coreia do Sul	TV	902,00	862,00	<b>1764,00</b>
NNG	Coreia do Sul	TV	820,00	384,00	<b>1204,00</b>
Zonic	Japão	TV	1043,00	444,00	<b>1487,00</b>
Hunamo	Japão	TV	931,00	787,00	<b>1718,00</b>
Climexx	EUA	Ar-condicionado	1122,00	339,00	<b>1461,00</b>
Arcon China	China	Ar-condicionado	805,00	414,00	<b>1219,00</b>
Eurogreen	Suécia	Ar-condicionado	854,00	408,00	<b>1262,00</b>
Fox Kong	China	Motocicletas	996,00	255,00	<b>1251,00</b>
Moto China	China	Motocicletas	657,00	411,00	<b>1068,00</b>
Hamayda	Japão	Motocicletas	1655,00	641,00	<b>2296,00</b>
<b>SUBSETOR</b>	<b>Média salarial dos subsectores (2015) U\$S</b>				
Eletroeletrônicos	782,00				
Duas rodas	1215,00				
Mecânico	773,00				

Fonte: Dados coletados pelos autores.

\*\* Mensal. Dólar médio de R\$ 2,35, na época da pesquisa.

Não obstante, os dados mostram que é impossível afirmar que os chineses estariam “escravizando” a mão de obra local ou descumprindo a legislação trabalhista em termos salariais ou morais, como apontavam narrativas mundiais e locais sobre as fábricas da China.

Na verdade, ao se compararem os salários pagos na China pelas empresas pesquisadas, observamos que eles superam relativamente<sup>38</sup> o valor pago por essas mesmas empresas no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus.

Isso é uma amostra de como a expansão chinesa tem sentidos e contornos diversos, com avanços e retrocessos a depender, efetivamente, do ponto de comparação, ou seja, de onde, de qual período, sobre quais setores fabris se está falando da China.

*At home*, pode-se dizer, por exemplo, que, face à precarização das estatais promovida nos anos 1990, os atuais regimes de trabalho vêm sofrendo mudanças e, muito em função das greves, ganhos foram adicionados aos trabalhadores migrantes (MACIEL BRITO; MOURA MACIEL, 2013). *Overseas*, como indicado outrora, a presença chinesa no leste europeu tem significado perdas e profundas mudanças nas relações de trabalho, com destaque à flexibilização dos contratos. Por seu turno, no continente africano, o recente trabalho de Lee (2017) indica que o capital chinês vem se mostrando mais maleável às pressões dos sindicatos do que o capital global, não obstante seu regime de exploração e exclusão.

No caso de Manaus, face ao histórico de transformações do PIM e em comparação ao sistema gerencial de cunho japonês, o que se revelou foi um aporte de investimentos que produziu um modelo gerencial muito focado numa gestão técnica da fábrica que impactou diretamente a relação de trabalho local e a percepção fabril dos trabalhadores. Salários e benefícios mínimos, pouca participação dos trabalhadores ou dos sindicatos e vigilância operária, exemplificam o processo.

Os porquês disso serão abordados na parte final do artigo.

## EXORCIZANDO O FANTASMA: DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A presença de fábricas chinesas na Amazônia era uma lógica produtiva recente e carecia de estudos avaliando as consequências sobre a organização do trabalho na região. E, ainda, que pudesse ser complemento à montagem do quebra-cabeça do estudo da China global. Foi nesse sentido que foi realizada pesquisa de campo no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus.

<sup>38</sup> Dizemos “relativamente”, pois há de se considerar os benefícios trabalhistas pagos no Brasil, algo ainda distante da realidade chinesa, como nos indicou Ian Lefeng, gerente de importação, entrevistado em 2017: “A gente não tem essa quantidade de direitos daqui. Então, hoje, incluindo benefícios, Manaus e China estão quase a mesma coisa, já”.

No decorrer do artigo, a questão foi indicar como, empiricamente, esse modelo se concretizou em termos de relações de trabalho do chão de fábrica, fundamentalmente, sobre os operários manauaras.

Em decorrência desses dados de campo, o pano de fundo que surge é compreender, teoricamente, como esses elementos se relacionam com o histórico de transformações do trabalho no PIM e como o modelo de gestão chinês se estabeleceria como especificidade gerencial e produtiva.

Como principais respostas a isso, destaca-se duas questões: 1) no geral, as fábricas chinesas aprofundaram o padrão de produção e o regime tecnológico oriundo da globalização econômica dos anos 1990, acentuando a importação de insumos de baixo custo e pouca industrialização local; 2) no chão de fábrica, promoveram uma (des)organização do trabalho que contrasta com as artimanhas gerenciais do chamado “modelo japonês”.

Em aceno teórico a esses processos, pontuamos que, tanto o aprofundamento do padrão tecnológico oriundo da globalização, quanto a “(des) organização do trabalho” promovidos nas fábricas investigadas fazem parte do efeito gravitacional da China<sup>39</sup> sobre a produção global e local. Defendemos que isso faz parte da forma como a China entrou na onda da globalização capitalista, domesticou seus processos de produção e aprofundou vários deles, sob a forte coordenação política e estratégica do Estado nacional, resultando em fortes impactos sobre a organização do trabalho mundial.

No caso de Manaus, os fortes vínculos socioprodutivos entre subsidiária-matriz geram frágeis vínculos socioprodutivos locais. A regulação externa tem sido mais forte que a interna, pois há uma gerência capitalista/estatal sobre o trabalho nas empresas chinesas internacionalizadas, e isso é mais organizado e rígido do que o trabalho global. Daí dizermos que a China domesticou o capitalismo, dando-lhe contornos nacionais e trazendo a política, a burocracia e o planejamento para o seu centro. Disso resulta a macro regulação estatal sobre os processos produtivos, por um lado, e a pressão da nascente classe capitalista doméstica, que tem aspirações nos investimentos externos, por outro.

Esses investimentos, por seu turno, ganham forma na vida de expatriados chineses<sup>40</sup> que carregam uma densa trajetória permeada por vigilância estatal, corporativa e subjetiva. Nela estão entrelaçadas formas institucionais e sociais que configuram uma *expatriação controlada*: tempo do contrato de expatriação, vida para o trabalho, necessidade familiar, distância, política de dormitório fabril, orgulho nacional e responsabilidade pessoal. O expatriado faz parte, assim, de

<sup>39</sup> Termo cunhado por Pires (2009).

<sup>40</sup> Expatriados com tempo de contrato de 2 anos.

um processo que movimenta *propriedade* (venda de força de trabalho) e *território* (controle gerencial e político) da globalização chinesa. Diferentemente de outros tipos de expatriações, os chineses estão sob constante disciplina externa e têm suas vidas organizadas pela empresa, com pouca relação com o meio social da região.

Eis, portanto, o *modelo chinês*, que tem como pano de fundo um sistema produtivo produzido em Manaus sob um *ethos* de mercado e gerenciado sob um *ethos* estatal/coletivo, organizado na China.

A questão que se desdobra é compreender por que esse modelo se diferenciou do modelo japonês de gestão do PIM e por que não resultou em um tipo de gestão com contornos mais “participativos”.

Buscamos adentrar essas questões construindo, de início, uma tipologia: *gestão participativa de controle subjetivo X gestão técnica de controle direto*. Como exemplo do primeiro, indicamos que o coletivo das fábricas japonesas – dominante no PIM – se desdobrou em emulação do indivíduo. Porque ele nasce, primeiro, para fazer frente a um outro coletivo, qual seja, os sindicatos; segundo, porque, comparativamente à China, a produção horizontalizada do modelo japonês tinha menor controle dos processos globais de produção; terceiro, face a um controle maior das instituições nacionais sobre importações e cadeia produtiva local, teve de fazer maiores negociações/concessões com os agentes sociais do lugar, inclusive os trabalhadores. Daí nascer uma gerência com maior interação social na Amazônia.

Indo na direção contrária, o coletivo das fábricas chinesas (espírito comunitário) é para emular e disciplinar a engrenagem das importações e do seu corpo gerencial, peças fundamentais para fazer o *modelo chinês* girar. Como estágio primário do modelo está um sistema de valores de troca com base na disseminação de produtos manufaturados e na importação de insumos, máquinas e equipamentos mais baratos, em alta quantidade e sob um sistema brasileiro fiscal e tributariamente fraco. Trata-se, pois, de um sistema de produção mais organizado e controlado mundialmente, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto político.

O corolário é uma estrutura que não depende de mediações outras que não as chinesas, seja na produção ou na importação, e que se aproveita, assim, da onda da globalização, das fragilidades institucionais e do efeito gravitacional da economia chinesa sobre a capacidade de produção e custo de produtos e insumos mundiais. Por isso, se pode dizer, sinteticamente, que o *modelo chinês* aprofunda as relações mundiais baseadas em *valores de troca*<sup>41</sup>. Mas não somente isso.

<sup>41</sup> O capital chinês reproduz o processo de regionalização do capitalismo, mas imprimindo uma lógica própria: a não desterritorialização da produção, o controle mundial de insumos e o mercado funcionando qual território, sob coordenação política estratégica.

Como segundo estágio, estabelece uma *gestão territorial* da gerência a nível global, com um expatriado controlado e que é peça de uma agenda estratégica de importação de tecnologia e insumos da China, o que leva a fábrica chinesa a criar laços lá fora, de simbiose com a matriz.

A consequência prática é a combinação mercado/Estado dessas fábricas ao conjugar controle de importação, custos do trabalho e gestão de corpos e trajetórias de expatriados.

Nesse contexto, os insumos necessários à produção chinesa seriam, em tese, uma dependência ou uma vulnerabilidade geradora de alguma negociação, de barganha no PIM. No entanto, o *modelo de gestão chinês* funciona de modo que cria uma dependência que ele mesmo supre, sem atravessadores ou agentes *outsiders*.

No Brasil, pois, ergue-se um capital focado, fundamentalmente, na face econômica do mercado, algo que difere do observado por Lee (2017), na Zâmbia. Como asseverado pela autora – seguindo os termos da economia clássica –, toda mercadoria apresenta-se enquanto um duplo valor: de uso e de troca. O de uso é um valor da coisa em si. O de troca, algo histórico, definido no mercado. O ponto é que, para o capital, no geral, o que o movimenta é o valor de troca, com vistas ao lucro/excedente – isso na forma clássica de acumulação capitalista. Mas, para Lee (2017) – e essa é a sua principal tese –, o capital estatal chinês na África busca uma acumulação abrangente, para além do lucro.

Desse modo, esse capital estatal tem interesse estratégico no valor de uso do cobre, pois é essencial para a economia chinesa, quase sem recursos minerais. O que não aconteceria com o capital privado global, que foca no valor de troca do cobre, visando o lucro maximizado. Nas palavras de Lee (2017, p. 156, tradução nossa): “O minério de cobre tinha valor de troca e valor de uso para o capital estatal chinês, enquanto o minério tinha apenas valor de troca para o capital privado global”. Para a autora, a variedade do capital chinês permitiria uma maior forma de barbanha por parte dos agentes locais onde ele se instala.

No caso de Manaus, a barganha política local em relação aos investimentos chineses (ou outros investimentos) é quase nula, posto o modelo econômico da ZFM depender do IDE, sem muitas contrapartidas, ainda mais em se falando do peso produtivo da China. Um exemplo disso é a força que as importações oriundas desse país vem tendo na ZFM, em crescente, saltando de pouco mais de 10%, em 1997, para quase 50%, em 2015. Nas empresas pesquisadas, cerca de 90% dos insumos importados têm origem externa<sup>42</sup>. Ademais, os insumos que

<sup>42</sup> Padrão seguido por outras empresas do PIM, sobretudo do setor eletroeletrônico, que adquirem

os chineses importam (valores de uso) se transformam localmente, também, em valores de troca<sup>43</sup>.

Confirma-se, nesse sentido, que a China, direta e indiretamente, dá os contornos de boa parte da produção industrial da ZFM atualmente, aprofundando a forma como a região entrou na globalização capitalista e, por sua vez, como se encontra posicionada na globalização com características chinesas, numa situação de maior dependência.

O resultado é um conjunto de sítios fabris que são poucos enraizados, sem muitas negociações e quase independentes de fornecimentos na cidade, não havendo agenda política nos investimentos, nem necessidades quaisquer que engendrem laços locais. Mais um *Made in China* e menos um *Produzido em Manaus*, sem muitos ganhos para o trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. A. P. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Praxis, 1999.
- ANDRADE, A. S. **Como se produzem “colaboradores”?** Entre prática de gestão e intensificação do trabalho no polo duas rodas em Manaus. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- ANDRIJASEVIC, R.; SACCHETTO, D. Foxconn Beyond China: capital-labour relations as co-determinants of internationalization. *In*: LIU, M.; SMITH, C. (Ed.). **China at work: a labour process perspective on the transformation of work and employment in China**. London, UK: Palgrave Macmillan Education, 2016. p. 337-361.
- BODOMO, A. Is China colonizing Africa? *In*: RAUDINO, S.; POLETTI, A. (Ed.). **Global Economic Governance and Human Development**. Abingdon: Routledge, 2019. p. 120-132.
- BURGOON, B.; RAESS, D. Chinese investment and european labor: should and do workers fear Chinese FDI? **Asia Europe Journal**, [s. l.], v. 12 n. 1-2, p. 179-197, 2014.

---

seus insumos, também, na China.

<sup>43</sup> As fábricas chinesas vendem para outras empresas do PIM os insumos que “sobram” dos seus processos produtivos, por trabalharem com sistema de estoque.

BURLAMAQUI, L. As finanças globais e o desenvolvimento financeiro chinês: um modelo de governança financeira global conduzido pelo Estado. *In: CINTRA, M. A.; SILVA FILHO, E. B.; COSTA PINTO, E. (org.). China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. 1. ed. Brasília, DF: IPEA, 2015. v. 1, p. 391-424.

CHAN, J.; PUN, N. Suicide as protest for the new generation of Chinese migrant workers: Foxconn, global capital and the State. *The Asia-Pacific Journal*, [s. l.], vol. 37, n. 2, p. 1-50, set. 2010.

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*. [online], [s. l.], vol. 37, n. 2, p. 381-400, 2017.

ESCHER, F.; WILKINSON, J. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 57, n. 4, p. 656-678, 2019.

FRAGA, É.; ROLLI, C. 42% deixam empresas chinesas no país em 1 ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 maio 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0805201104.htm>. Acesso em: 23 fev. 2022.

GAETANO, A. M. *Out to Work: migration, gender, and the changing lives of rural women in contemporary China*. University of Hawai'i Press, 2015.

GALVÃO, A. *et al.* Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-270, 2019.

GALVÃO, Eduardo. (1955), *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo, Nacional.

GAO, Y. Chinese migrants and forced labour in Europe. *Working Paper 32*, Geneva, July 2004. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---declaration/documents/publication/wcms\\_081990.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_081990.pdf). Acesso em: 20 fev. 2022.

GONDIM, L. M. P.; LIMA, J. C. *A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso*. São Carlos, São Paulo: EdUFSCar, 2006.

HAIRONG, Y.; SAUTMAN, B. Chasing ghosts: rumors and representations of the export of Chinese convict labour to developing countries. *The China Quarterly*, [s. l.], vol. 210, p. 398-418, jun. 2012.

HUMPHREY, J. O impacto das técnicas japonesas de administração sobre o trabalho industrial no Brasil. *In*: CASTRO, N. A. (org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 113-143.

HUNG, H-F. A ascensão da China, a Ásia e o sul global. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-26, 2018.

JABBOUR, E. K. *et al.* Considerações iniciais sobre a ‘nova economia do projeto’. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 17-42, maio/ago. 2020.

JIA, W. The making of a dualistic labour regime: changing labour process and power relations in a chinese state-owned enterprise under globalization. *In*: LIU, M.; SMITH, C. (Ed.). **China at work: a labour perspective on the transformation of work and employment in China**. London, UK: Palgrave Macmillan Education, 2016. p. 76-97.

LEE, C. K. Raw Encounters: Chinese Managers, African Workers and the Politics of Casualization in Africa’s Chinese Enclaves. **The China Quarterly**, [s. l.], n. 199, p. 647-666, 2009.

LEE, C. K. **The Specter of Global China: politics, labor and foreign Investment in Africa**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2017.

LIMA, J. C.; VALLE, M. I. M. Espaços da globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia. **Revista Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 73-88, 2013.

LIN, L. Workers under disorganized despotism: a case from the state-owned shipbuilding Industry. *In*: LIU, M.; SMITH, C. (Ed.). **China at work: a labour perspective on the transformation of work and employment in China**. London, UK: Palgrave Macmillan Education, 2016. p. 56-75.

LIU, M. Union organizing in China: Still a monolithic labor movement? **Industrial & Labor Relations Review**, [s. l.], vol. 64, n. 1, p. 30-52, Oct. 2010.

MACIEL BRITO, C. F. **Made in China / produzido no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus: o trabalho nas fábricas chinesas**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MACIEL BRITO, C. F.; MOURA MACIEL, J. M. B. Transformações do rural/urbano na China e os gerentes chineses no Amazonas: novas conexões do trabalho. **Revista Askesis**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 5-17, 2013.

MEUNIER, S. Political impact of Chinese foreign direct investment in the European Union on transatlantic relations. **European Parliament Briefing Paper**, Princeton, v. 4, p. 1-22, May 2012.

MORAES, R. D. **Prazer-sofrimento no trabalho com automação**: estudo em empresas japonesas no Polo Industrial de Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

NASCIMENTO, L. G.; MAYNETTO, M. E. One Belt, One Road: a iniciativa chinesa de infraestrutura e a sua repercussão no BRICS. **BJIR**, Marília, SP, v. 8, n. 1, p. 117-141, 2019.

NOGUEIRA, I. Estado e capital em uma China com classes. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2018.

OLIVEIRA, S. S. B. **A “periferia” do capital**: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PIRES, M. C. Os desafios da concorrência chinesa para a economia brasileira. *In*: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (org.). **Nós e a China**: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul. São Paulo: LCTE Editora, 2009. p. 95-116.

RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 85-113.

SARAIVA, M. G.; SILVA, Á. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Revista Relações Internacionais**, Lisboa, n. 64, p. 117-13, dez. 2019.

SCHERER, E. **Baixas nas carteiras**: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: EDUA, 2005.

SERÁFICO, M. **Globalização e empresariado**: estudo sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo: Annablume, 2011.

SMITH, C.; ZHENG, Y. The management of labour in Chinese MNCs operating outside of China: a critical review. *In*: LIU, M.; SMITH, C. (Ed.). **China at work**: a labour perspective on the transformation of work and employment in China. London, UK: Palgrave Macmillan Education, 2016. p. 361-388.

TANG, C. Investimentos chineses no setor energético brasileiro: oportunidades para o Brasil. **Boletim de Conjuntura do Setor Energético**, São Paulo, p. 4-6, ago. 2017.

VALLE, I. **Globalização e reestruturação produtiva**: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

VAN LIEMT, G. Hon Hai/Foxconn: which way forward? *In*:

DRAHOKOUPIL, J.; ANDRIJASEVIC, R.; SACCHETTO, D. (Ed.). **Flexible workforces and low profit margins**: electronics assembly between Europe and China. Brussels: European Trade Union Institute (ETUI), 2016. p. 45-66.

Texto submetido à Revista em 01.02.2021

Aceito para publicação em 19.05.2022



## Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro

### From mud to chaos: the backsliding of Brazil's environmental policy and leadership under the Bolsonaro administration

*Barnabé Lucas de Oliveira Neto* – Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: barnabelucasneto@gmail.com

---

#### Resumo

A mudança climática é um desafio transnacional que tem continuamente demandado a cooperação dos atores internacionais desde o fim do século XX. A partir do início dos anos 90, o Brasil empenhou esforços para se promover enquanto um ator relevante nas discussões ambientais. Com a posse do governo Bolsonaro, em janeiro de 2019, tem-se um novo momento na trajetória ambiental do país, com implicações relevantes para o futuro da política e liderança ambiental do Brasil. Este artigo reconstrói os principais acontecimentos em termos de política ambiental dos dois primeiros anos da gestão Bolsonaro, a fim de identificar as dimensões de sua política ambiental e como estas impactam a posição brasileira no regime internacional de mudança climática.

#### Palavras-chave

Política ambiental. Bolsonaro. Regime internacional. Mudança climática. Brasil.

#### Abstract

Climate change is a transnational challenge that has increasingly demanded the cooperation of international actors on the issue since the end of the 20th century. From the beginning of the 1990s, Brazil made efforts to promote itself as a relevant player in environmental discussions. With the inauguration of the Bolsonaro government in January 2019, there is a new moment in the country's environmental trajectory, with relevant implications for the future of Brazil's environmental policy and leadership. This paper reconstructs the main events in terms of environmental policy in the first two years of the Bolsonaro administration, in order to identify the dimensions of its environmental policy and how they impact the Brazilian position in the international climate change regime.

#### Keywords

Environmental policy. Bolsonaro. International regime. Climate change. Brazil.

## INTRODUÇÃO

*Ó Josué, eu nunca vi tamanha desgraça  
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça*

*Chico Science*

A mudança climática é tida como um dos desafios transnacionais com maiores implicações ambientais, sociais, econômicas e de segurança a serem enfrentados pelos Estados no século XXI. Desde a década de 1980, emergiu uma demanda crescente pela cooperação em torno da questão, a qual foi responsável pela gradual construção de um regime internacional.

Desse modo, no início dos anos 90, o Brasil realizou consideráveis esforços internacionais para se promover enquanto um ator relevante nas discussões ambientais. Após alternar, entre 1994 e 2005, períodos de liderança global intermediadora e liderança setorial, o país assumiu posturas mais voluntaristas a partir de 2006. Ademais, na ocasião do Acordo de Paris, em 2015, o Brasil se compromete publicamente com a redução das suas emissões de gases poluentes.

Na sequência histórica desses eventos, o governo Bolsonaro representa um novo momento na trajetória ambiental do país, o qual ainda precisa ter suas principais características identificadas e analisadas. Nesse sentido, este artigo busca responder aos seguintes questionamentos: quais são as principais dimensões da política ambiental do governo Bolsonaro e como elas impactam a posição brasileira no regime internacional de mudança climática?

Para isso, este artigo realiza uma reconstrução, cronologicamente ordenada, dos principais acontecimentos em termos de política ambiental nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro (2019 e 2020). A reconstrução é produzida a partir do levantamento de notícias dos mais diversos veículos midiáticos do país.

O artigo encontra-se dividido em quatro seções, a primeira faz um breve levantamento das características e histórico do regime internacional de mudança climática. Na segunda seção, são evidenciados os principais posicionamentos do Brasil no regime internacional de mudança climática ao longo das décadas.

A terceira seção dedica-se, exclusivamente, à reconstrução cronológica dos principais acontecimentos em termos de política ambiental nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro. Por fim, como resultado dos estudos realizados, o artigo identifica as mais relevantes dimensões da política ambiental do governo Bolsonaro e como ocorrem os seus impactos na posição brasileira no regime internacional de mudança climática.

## 1 O REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇA CLIMÁTICA: CARACTERÍSTICAS E BREVE HISTÓRICO

A mudança climática pode ser caracterizada como a dimensão ambiental da globalização e como um dos desafios transnacionais com maiores implicações ambientais, sociais, econômicas e de segurança que os Estados precisam enfrentar no século XXI (NYE, 2009, p. 330). Em razão disso, desde o início da década de 1980, emergiu uma demanda crescente pela cooperação internacional em torno da questão (VIOLA, 2002).

Para facilitar os processos de cooperação entre os atores, a construção de um regime internacional focado na mudança climática foi sendo realizada ao longo das décadas. De acordo com Krasner (1982), os regimes internacionais são um “conjunto de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão pelo qual as expectativas dos atores convergem em uma área das relações internacionais” (KRASNER, 1982, p. 186, tradução nossa).

Segundo o próprio autor, os princípios de um regime internacional correspondem aos propósitos que os atores envolvidos almejam perseguir. As normas, por sua vez, dizem respeito aos comportamentos legítimos e ilegítimos dentro do regime, enquanto que as regras definem, de modo mais específico, os direitos e obrigações dos membros. Por fim, os procedimentos de tomada de decisão são as práticas utilizadas para fazer e implementar a escolha coletiva.

Diferente de outros regimes internacionais, o regime internacional de mudança climática é definido como um “regime complexo”. Isto é, esse é um regime formado por um conjunto variado de arranjos frouxamente unidos, no qual não há uma arquitetura que o estructure, nem, por outro lado, uma fragmentação total do regime. Portanto, é um regime com caráter semi-hierárquico (KEOHANE; VICTOR, 2011).

Tal característica situa o regime de mudança climática em algum lugar entre um regime com instituições reguladoras internacionais abrangentes, que geralmente possuem um único instrumento legal integrado (hierarquia), e um regime composto por arranjos altamente fragmentados (ligações fracas ou inexistentes entre os elementos do regime, ou seja, não hierárquico) (KEOHANE; VICTOR, 2011).

Em razão dessa característica, o regime internacional de mudança climática possui vantagens próprias, tais como a flexibilidade entre questões e a capacidade de adaptação ao longo do tempo (KEOHANE; VICTOR, 2011). A primeira corresponde ao fato de que, na ausência da vinculação de todas as regras a uma única instituição, essas podem ser facilmente adaptadas às mais diversas

condições em uma pluralidade maior de questões e para os mais diferentes atores. A segunda vantagem, por sua vez, diz respeito ao fato de que a não hierarquização e vinculação a regras rígidas permitem maior capacidade adaptativa ao regime.

Historicamente, o regime internacional de mudança climática passou por cinco períodos, conforme a classificação de Bodansky (2001). O primeiro período pode ser caracterizado como a etapa fundacional, quando houve um aumento significativo de preocupação da comunidade científica com a questão do aquecimento global. Em seguida, têm-se uma fase da definição de agenda entre 1985 e 1988, na qual as questões advindas da comunidade científica passaram a ser objeto de discussão política, especialmente por parte de Organizações Não Governamentais (ONGs).

O terceiro período, entre 1988 e 1990, foi caracterizado pelas ações pré-negociais, nas quais os governos, principalmente aqueles de países ocidentais industrializados, se envolveram em discussões a respeito das questões climáticas. Em seguida, nota-se um momento de negociações intergovernamentais que levam à adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, do original em inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change*) em 1992. E, por fim, compreende-se uma fase mais recente marcada pela tentativa de implementar a UNFCCC e o início de negociações de compromissos adicionais, que conduziram à adoção do Protocolo de Kyoto em 1997.

Nesse sentido, pode-se trabalhar a partir da perspectiva de que o Acordo de Paris, adotado no âmbito da UNFCCC, em 2015, e a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, em 2015, na qual consta um objetivo específico a respeito do combate à mudança climática e demais objetivos com metas relacionadas às questões ambientais, inicia, assim, a sexta fase do regime internacional de mudança climática.

## **2 O BRASIL NO REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇA CLIMÁTICA**

Historicamente, o Brasil tem sido, juntamente a outros países emergentes, como a Índia, um ator relevante nas negociações a respeito do regime internacional de mudança climática, seja em razão do peso de suas emissões de carbono e da sua economia ou pelo fato de abrigar, em seu território, a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia (REI; CUNHA, 2015).

Nas primeiras décadas de construção do regime internacional de mudança climática, a posição brasileira sofreu mudanças consideráveis entre 1972 e 1990. Se na Conferência de Estocolmo, em 1972, o Brasil liderou juntamente

a China um grupo de países periféricos contrários à discussão dos problemas ambientais – principalmente pelo fato de ter o seu modelo de desenvolvimento econômico baseado no uso intensivo de recursos naturais -, em 1992 o país apresentava uma postura bastante diferente (VIOLA, 2002).

Já em 1988, quando a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas decidiu realizar uma conferência sobre temas ambientais, o Brasil colocou-se como candidato a sediar o evento. A iniciativa diplomática objetivava o abandono da posição defensiva nas discussões sobre meio ambiente na arena internacional<sup>1</sup>. O aceite do Brasil enquanto anfitrião do evento se deu no ano seguinte, em 1989 (LAFER, 2020).

Nesse sentido, também podem ser destacadas as reuniões de presidentes em torno do Pacto Amazônico e do Mercosul no início de 1992, promovidas pelo Brasil, nas quais o país reconheceu a necessidade de reforma da ordem mundial com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sustentável e a importância de países emergentes apresentarem esforços mais significativos em prol dessa agenda global (VIOLA, 2002).

Desse modo, nota-se que no processo preparatório e na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), dois princípios balizaram o posicionamento do governo brasileiro. Primeiramente, assumiu-se a relevância que os problemas ambientais globais possuíam e a necessidade de terem um tratamento prioritário pela comunidade internacional. Em segundo lugar, os países emergentes e os países desenvolvidos deveriam ter responsabilidades diferentes na resolução dos problemas ambientais (VIOLA, 2002).

À luz desses princípios, é possível explicar a proposta lançada pelo país, durante o processo de negociação do Protocolo de Kyoto, em 1997, que propunha a criação de um Fundo de Desenvolvimento Limpo (CDF, do original em inglês para *Clean Development Fund*), o qual seria composto pelas multas pagas por países desenvolvidos que descumprissem seus compromissos de redução das emissões de carbono. Inicialmente, a proposta obteve apoio dos países emergentes, mas enfrentou oposição entre os países desenvolvidos (VIOLA, 2004).

Apesar disso, a proposta deu início às negociações que culminaram na articulação entre Brasil e Estados Unidos na defesa do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM, do original em inglês para *Clean Development Mechanism*), que criava a possibilidade de os países desenvolvidos cumprirem

<sup>1</sup> A mudança de posicionamento brasileiro pode ser explicada a partir da necessidade de ganhar a confiança da opinião pública dos países em desenvolvimento, que seria fundamental para captar investimentos estrangeiros e alavancar o programa econômico neoliberal do governo Collor (VIOLA, 2002).

apenas parte de suas metas da redução de emissão, desde que houvesse o financiamento de projetos aplicados no desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento (VIOLA, 2004).

De modo geral, durante as negociações do Protocolo de Kyoto (1995-2004), o interesse brasileiro se orientou com base em cinco dimensões:

1. afirmar o direito ao desenvolvimento como componente fundamental da Ordem Mundial, dando continuidade a um dos pilares clássicos da política externa brasileira;
2. promover uma visão mundial do desenvolvimento associado à sustentabilidade ambiental, em consonância com o forte crescimento da consciência pública a respeito do meio ambiente no Brasil e sua tradução em políticas estaduais e nacionais;
3. promover o financiamento por parte de países desenvolvidos para projetos relacionados à mitigação climática em países em desenvolvimento;
4. promover um papel de liderança para o Brasil no mundo, correspondente com o crescimento do prestígio internacional do país durante o governo Cardoso;
- e 5. bloquear a adoção de regras internacionais ao uso das florestas, com o objetivo de evitar os riscos de questionamentos internacionais em relação ao desmatamento amazônico (VIOLA, 2004, p. 97).

Essas dimensões sintetizam o comportamento apresentado pelo país entre 1994 e 2005 no que diz respeito à governança climática. Nesse período, o Brasil alternou fases de liderança global intermediadora e liderança setorial, mas sempre atento a manutenção de princípios tais quais a responsabilização diferenciada entre países emergentes e países em desenvolvimento, além do combate às regulações internacionais voltadas ao uso das florestas (VIOLA; FRANCHINI, 2013).

A partir de 2006, é possível perceber uma sensível mudança por meio da adoção progressiva de medidas voltadas para o controle do desmatamento e de posturas mais reformistas em relação à governança internacional sobre florestas que, posteriormente, foram expandidas para outros temas da agenda climática internacional. Foi desse modo que o Brasil adotou o compromisso voluntário de redução de emissões assumido na Conferência de Copenhague em 2009 (VIOLA; FRANCHINI, 2013).

Na referida Conferência de Copenhague, o Brasil participou ativamente da construção do Acordo, o qual foi negociado por um grupo exclusivo de países, sendo eles: Estados Unidos, França, Reino Unido e os países do Basic, compostos por Brasil, África do Sul, Índia e China. O Acordo determinava o compromisso dos países desenvolvidos em contribuir financeiramente para a mitigação e adaptação dos países mais vulneráveis diante das mudanças climáticas (ABRANCHES, 2010).

Apesar disso, entre 2006 e 2012, a alteração mais significativa no posicionamento brasileiro foi o abandono da obsessão por evitar que o uso

das florestas fosse alvo de regulações internacionais. O país então passou a se mostrar “disposto a aceitar uma regulação internacional na matéria, desde que o financiamento para a mitigação florestal não estivesse baseado em um mercado de carbono, operando um realinhamento com a quase totalidade dos países florestais” (VIOLA; FRANCHINI, 2013, p. 62).

Seguindo a tendência de estabelecer uma postura mais ativa no regime internacional de mudança climática, o Brasil anunciou, na 21ª Conferência das Partes (COP)<sup>2</sup>, em Paris, no ano de 2015, um ambicioso plano de corte das emissões em 37% até o ano de 2025 e de 43% não mais que em 2030, quando comparadas às emissões de 2005 (GURGEL; PALTSEV, 2017).

Apesar dos compromissos firmados em Paris e nos acordos anteriores, faz-se necessária a análise em profundidade dos posicionamentos mais recentes do Brasil no que concerne às questões ambientais, especificamente nos dois primeiros anos de governo Bolsonaro (2019 – 2020), quando o país foi corriqueiramente motivo de repercussão internacional em razão de sua política ambiental. Nesse sentido, este artigo busca responder aos questionamentos a seguir: quais são as principais dimensões da política ambiental do governo liderado pelo atual presidente Bolsonaro e como elas impactam a posição brasileira no regime internacional de mudança climática?

### **3 RECONSTRUINDO A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO BOLSONARO**

Ao longo do ano de 2018, o então pré-candidato à presidência, Jair Bolsonaro, forneceu indicativos a respeito de como se daria a condução da política ambiental brasileira, caso fosse eleito, fato que se concretizou em outubro do mesmo ano. Em 14 de março de 2018, Bolsonaro criticou o excesso de multas ambientais aos produtores rurais e apresentou a possibilidade de, caso eleito, unificar o Ministério do Meio Ambiente (MMA) ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRAGANÇA, 2018).

Após reações negativas à proposta – inclusive por parte de ministros da agricultura e do meio ambiente do governo Temer, que ressaltaram os efeitos danosos que a medida poderia causar ao agronegócio e ao meio ambiente brasileiro –, Bolsonaro desistiu de extinguir o Ministério do Meio Ambiente em novembro daquele ano (RAMIL, 2018).

<sup>2</sup> Na 21ª COP em Paris, os países negociaram a adoção do Acordo de Paris, um tratado que determina medidas e metas para a redução de emissão de gases poluentes a partir de 2020, tendo em vista a contenção do aumento da temperatura global abaixo de 2° C.

Em julho do mesmo ano, Bolsonaro prometeu a abertura das terras indígenas e dos quilombos ao garimpo (CAMPOREZ, 2018). A questão foi retomada pelo candidato à presidência pelo PSL em 09 de outubro de 2020, quando afirmou que, caso eleito, acabaria com a “indústria de demarcação de terras indígenas” (SETO, 2018, não paginado).

No que diz respeito à participação do Brasil em compromissos internacionais relacionados ao meio ambiente, em setembro de 2018, Bolsonaro cogitou a possibilidade de, caso eleito, retirar o Brasil do Acordo de Paris. Segundo o então candidato à presidência, os termos do acordo afetam a soberania nacional ao limitar a ingerência do Brasil sob 136 milhões de hectares da Amazônia (GAIER, 2018).

Em dezembro de 2018, já eleito presidente do Brasil, Bolsonaro afirmou que o país não sediaria a COP 25. O Brasil havia inicialmente se apresentado para ser organizador da conferência anual da ONU, mas, após o pedido de Bolsonaro a Michel Temer, o país desistiu de sediar o evento (BOLSONARO..., 2018).

Iniciada a gestão Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, um dos primeiros atos administrativos adotados pelo governo foi a reforma ministerial por meio da Medida Provisória Nº 870, de 2019, (BRASIL, 2019a)<sup>3</sup>, na qual houve o esvaziamento considerável das competências do MMA, que havia sido assumido por Ricardo Salles. Com essa MP, a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas (SMCF) foi extinta, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) migraram para o MAPA e a Agência Nacional de Águas (ANA) foi deslocada para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) (ISA, 2019).

Ainda em 15 de janeiro de 2019, o MMA suspendeu os convênios e parcerias com ONGs por três meses. Segundo o ministro Salles, a decisão tinha como objetivo analisar os repasses realizados em 2018 às ONGs que atuavam com recuperação florestal, gestão ambiental e segurança alimentar nas comunidades indígenas e no agroextrativismo (MORAES; AMARAL; WATANABE, 2019). A medida de Salles coincidiu com o período de ampla repercussão a respeito de um trecho da MPV 870/2019, que encarregava a Secretaria de Governo da supervisão e monitoramento de ONGs e organismos internacionais no território nacional (BARBIÉRI, 2019).

Em abril de 2019 foi publicado o Decreto Nº 9.759 (BRASIL, 2019b), responsável por extinguir e estabelecer diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Em razão do decreto, foram

---

<sup>3</sup> A MPV 870/2019 estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Com essa medida, foram estabelecidas as estruturas de cada órgão e suas respectivas competências.

extintos o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Panaveg), a Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), a Comissão Nacional de Florestas (Conaflor), entre outros conselhos nacionais importantes para a formulação de políticas públicas na área ambiental (LISBOA; PRIZIBISCKZKI, 2019).

No final do mês de abril e começo de maio de 2019, um conjunto de cortes orçamentários em órgãos relacionados ao meio ambiente foi anunciado. Primeiramente, o ministro Salles anunciou corte de 24% no orçamento do Ibama (MINISTRO RICARDO..., 2019). Em seguida, o Governo Federal anunciou corte de R \$187 milhões do MMA. Apenas o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) perdeu R \$45 milhões do orçamento previsto para 2019 (RODRIGUES, 2019).

Em face das medidas ambientais adotadas pela gestão Bolsonaro nos primeiros meses de 2019, em 8 de maio do mesmo ano, os ex-ministros do Meio Ambiente formaram uma frente inédita para acusar o governo de promover uma “política sistemática, constante e deliberada de destruição das políticas meio ambientais”. Na ocasião, estavam presentes todos os ex-ministros do meio ambiente vivos desde que a pasta foi criada, em 1992: Rubens Ricupero, Gustavo Krause, José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Minc, Izabella Teixeira, José Sarney Filho e Edson Duarte (GORTÁZAR; BETIM, 2019).

Em meio às crescentes repercussões negativas nos veículos de mídia, o ministro Salles anunciou, em 17 de maio de 2019, o fim da análise de aproximadamente 25% dos 103 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Segundo o ministro, foram identificadas inconsistências em 100% dos projetos de ONGs analisados (FIGUEIREDO, 2019).

Na mesma oportunidade, Salles afirmou que havia realizado reunião com embaixadores da Alemanha e Noruega – os dois principais contribuintes do Fundo Amazônia – e que os embaixadores haviam concordado com alterações na gestão do Fundo, fato que foi negado pelas embaixadas da Alemanha e Noruega (TRIGUEIRO, 2019). A partir de então, os desentendimentos com os principais doadores do Fundo se tornaram rotineiros na gestão Salles.

Em junho de 2019 o Governo formalizou uma proposta de mudanças na gestão do Fundo, a sugestão foi rechaçada pelos governos alemão e norueguês. Entre as propostas formuladas estavam a redução da participação das ONGs e o uso dos recursos para pagamento de desapropriações de áreas privadas em Unidades de Conservação (BORGES, H., 2019).

Em 19 de julho, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revelou o aumento de aproximadamente 68% de desmatamento e degradação

ambiental em relação ao mesmo mês de 2018. Em resposta aos dados divulgados pelo INPE, Bolsonaro acusou o Instituto de manipulação de dados e questionou a integridade de Ricardo Galvão, então diretor do INPE, sugerindo que ele poderia estar “a serviço de uma ONG” (BRANT, 2019, não paginado). Ricardo Galvão foi exonerado em agosto de 2019, marcando o início dos avanços promovidos pelo governo Bolsonaro em busca de maior ingerência no Instituto (RICARDO..., 2019).

Entre os dias 14 e 16 de agosto de 2019, a Alemanha e Noruega anunciaram o bloqueio dos repasses para o Fundo Amazônia em razão do aumento nas taxas de desmatamento e dos rumos recentes da política ambiental brasileira. Segundo o Ministro do Clima e do Meio Ambiente da Noruega, Ola Elvestuen, o Brasil quebrou o compromisso firmado com os países doadores ao suspender a diretoria e o comitê técnico do Fundo (NEGRÃO, 2019).

Ao longo do mês de agosto de 2019, os noticiários do Brasil e do mundo foram invadidos pelas queimadas na Amazônia. Em defesa, Bolsonaro insinua que as ONGs poderiam ser as responsáveis pelas queimadas na região (GULLINO; PRAZERES, 2019). No mesmo mês, o presidente francês Emmanuel Macron tentou mobilizar as potências do G7 para discutirem e agirem na questão Amazônica (NEVES, 2019). Em 26 de agosto, o governo brasileiro recusou ajuda de US \$20 milhões do G7 para a Amazônia (SOARES, 2019).

Em discurso na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em 24 de setembro de 2019, Bolsonaro utilizou o espaço de fala para realizar uma defesa aos ataques sofridos nos meses anteriores. Na questão ambiental, o presidente minimizou o aumento das queimadas na Amazônia ao afirmar que “em razão do período do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas”. Ainda, segundo o presidente, “existem também queimadas praticadas por *índios* e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência” (VERDÉLIO, 2019, não paginado)<sup>4</sup>.

Em 07 de outubro de 2019, Bolsonaro afirmou que o óleo espalhado pela costa nordestina brasileira “não é do Brasil, não é responsabilidade nossa”<sup>5</sup> (MAIA, 2019, não paginado). Apenas em 22 de outubro de 2019, passados 41 dias do início das manchas de óleo na costa nordestina do país, o ministro Salles formalizou o

<sup>4</sup> O presidente também utilizou trecho do seu discurso para expressar a sua perspectiva a respeito da Amazônia: “é uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade é um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo” (VERDÉLIO, 2019, não paginado).

<sup>5</sup> Ao fim de agosto de 2019, manchas de petróleo foram identificadas em vários pontos da costa nordestina brasileira. Um ano após o incidente, em agosto de 2020, a Marinha Brasileira concluiu as investigações sem apontar os responsáveis ou a origem do desastre que afetou centenas de praias brasileiras (ÓLEO..., 2020).

Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC). O PNC é um documento criado em 2013 para estabelecer as responsabilidades, estruturar organização, diretrizes, procedimentos e ações em caso de incidentes com poluição por óleo (BORGES, A., 2019)<sup>6</sup>.

No começo de 2020, uma das primeiras medidas do Executivo Federal na questão ambiental foi a publicação do Decreto N° 10.239/2020 (BRASIL, 2020a), o qual transferiu o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) do MMA para a Vice-Presidência da República e retirou, de sua composição formal, a presença do MMA. Além disso, o conselho passou a ser 100% constituído por representantes do Governo Federal, sem a presença de nenhum dos governadores dos nove estados que integram a Amazônia Legal ou representantes da sociedade civil organizada (BRASIL, 2020a; SOARES; DIANNI, 2020).

Em 13 de maio de 2020, em mais uma medida de esvaziamento e enfraquecimento institucional do MMA, Bolsonaro publicou o Decreto N° 10.347/2020 (BRASIL, 2020b), com o qual a competência para a concessão de florestas públicas foi transferida do MMA para o MAPA. Com isso, a responsabilidade de formular as estratégias, políticas, planos e programas para a gestão de florestas públicas passou a ser parte das atribuições do MAPA (BRASIL, 2020b).

Em 22 de maio, no ano de 2020, foi publicado, com autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, um vídeo da reunião interministerial do dia 22 de abril, na qual o ministro Salles faz referência explícita a “passar a boiada” em questões ambientais. A expressão utilizada por Salles faz referência ao avanço das flexibilizações e desmontes das regulações ambientais, aproveitando o momento de centralização das coberturas jornalísticas na crise sanitária da Covid-19 (MINISTRO..., 2020).

Em razão dos desgastes acumulados em mais de um ano de gestão, que foram aprofundados com a divulgação do vídeo da reunião interministerial, Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República, anunciou a retirada de Salles da presidência do Fundo Amazônia. O próprio Vice-Presidente assumiu a direção do Fundo (COLETTA, 2020).

A medida tomada por Mourão não seria suficiente para conter as reações à política ambiental de Salles e a exposição a qual o ministro se encontrava após o vídeo divulgado por Celso de Mello. Em função disso, em 23 de junho de 2020, 29

---

<sup>6</sup> A lentidão no acionamento do PNC decorreu em razão da extinção, no Decreto N° 9.759, do comitê executivo responsável por acionar o plano em casos emergências. Antes do decreto em questão, o PNC contava com um Comitê Executivo e um Comitê de Suporte, ambos integrados por Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Marinha, Ibama, Agência Nacional do Petróleo, entre outros (WATANABE; PAMPLONA, 2019).

fundos internacionais de investimento enviaram uma carta aberta às embaixadas brasileiras demonstrando preocupação com o aumento do desmatamento no país e com as declarações de Salles (INVESTIDORES..., 2020).

Em seguida, em 6 de julho de 2020, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra Ricardo Salles. A ação solicita o afastamento do ministro em razão de promover a “desestruturação de políticas ambientais” e do “esvaziamento de preceitos legais para favorecer interesses que não têm qualquer relação com a finalidade da pasta que ocupa” (MPF, 2020, não paginado).

Por outro lado, o Vice-Presidente Hamilton Mourão continuou sua busca por amenizar as repercussões negativas de Salles e de sua política ambiental. Em 10 de julho de 2020, Mourão admitiu que a operação de combate ao desmatamento na Amazônia “começou tarde” (MAZUI; GOMES, 2020). Em seguida, em 15 de julho de 2020, o Vice-Presidente reconheceu a defasagem no quadro de servidores dos órgãos ambientais federais e a necessidade de recuperar a operabilidade de entidades como IBAMA, ICMBio, FUNAI e INCRA (PRASER, 2020).

Em razão da continuidade do desgaste nacional e internacional com a pauta ambiental, Bolsonaro retornou ao púlpito das Nações Unidas em setembro de 2020, ainda pressionado. Novamente, Bolsonaro proferiu um discurso de defesa aos ataques realizados contra a sua gestão. Nele, o presidente ressaltou a importância do agronegócio brasileiro e classificou a legislação ambiental brasileira como a melhor do planeta. Segundo o presidente, o seu governo é vítima de uma das “mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal” (BOLSONARO, 2020, não paginado).

Continuadamente, o presidente aproveitou o espaço para minimizar as queimadas na região amazônica e atribuiu, mais uma vez, parte da responsabilidade ao “caboclo e o índio” que “queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas” (BOLSONARO, 2020, não paginado).

Bolsonaro também fez citação aos esforços do Brasil na COP25 para “regulamentar os artigos do Acordo de Paris que permitiriam o estabelecimento efetivo do mercado de carbono internacional” (BRASIL, 2020c, não paginado). Apesar disso, o que se observa é a falta de indicativos por parte do país a respeito do que pretende com o Acordo de Paris e se realmente almeja perseguir as metas que foram publicitadas pelo país em 2015<sup>7</sup> (MOREIRA; CHIARETTI, 2020).

---

<sup>7</sup> Conforme o Artigo 4 do Acordo de Paris, a cada cinco anos os países devem comunicar uma Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, do original em inglês para *Nationally Determined Contributions*). O Brasil havia se comprometido, em 2015, a perseguir uma redução das emissões de gás carbônico em 37% em relação às emissões de 2005. Em dezembro de 2020, encerra-se o prazo para comunicação da manutenção ou alteração deste compromisso.

#### 4 AS DIMENSÕES DA POLÍTICA AMBIENTAL DE BOLSONARO E OS SEUS IMPACTOS NA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO REGIME DE MUDANÇA CLIMÁTICA

A partir da reconstrução cronológica dos principais acontecimentos em termos de política ambiental nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro (2019 e 2020), é possível identificar quais são as principais características e posicionamentos do Executivo Federal nesta pauta. Desse modo, é possível citar cinco dimensões importantes da política ambiental de Bolsonaro.

Primeiramente, há uma considerável atuação no sentido do esvaziamento das competências, especialmente de organismos relacionados à regulação e fiscalização ambiental e à extinção de instâncias organizacionais ligadas ao meio ambiente. Esse processo fica evidente desde a reforma ministerial por meio da MPV 870/2019 (BRASIL, 2019a), a qual extinguiu a SMCF e deslocou alguns serviços e agências do MMA para outros ministérios. Além disso, é preciso considerar o impacto dos cortes orçamentários na capacidade de mobilização do MMA, IBAMA, ICMBio e outros órgãos ambientais. Como o próprio Vice-Presidente Mourão admitiu, diversas entidades que atuam com meio ambiente no país precisam recuperar a sua operabilidade após um ano de desmonte.

Em segundo plano, nota-se uma perseguição a indivíduos e grupos com posicionamentos contrários ao governo na pauta ambiental, estejam esses inseridos no aparelho de Estado brasileiro ou fora dele. O caso do ex-diretor do INPE foi apenas um dos mais repercutidos de perseguição da administração de Bolsonaro a funcionários de órgãos ambientais. É também possível citar, por exemplo, o episódio do pedido de exoneração do presidente do ICMBio e de todos os diretores da autarquia em abril de 2019<sup>8</sup> (MAISONNAVE; SPERB, 2019).

Além das perseguições dentro do aparelho do Estado brasileiro, o governo promove uma constante incitação ao conflito com os povos indígenas, ONGs e organismos internacionais que atuam com questões ambientais. Não raramente esses grupos são alvos de ataques do governo, como ficou claro nos episódios das queimadas na Amazônia e das manchas de óleo na costa nordestina do país, quando o presidente tentou atribuir a esses grupos a responsabilidade.

Consequentemente, a terceira dimensão notável da política ambiental de Bolsonaro é a exclusão de setores não governamentais da formulação de políticas ambientais. Desde a publicação do Decreto Nº 9.759/2019 (BRASIL, 2019b),

<sup>8</sup> Adalberto Eberhard, então presidente do ICMBio, pediu exoneração do cargo após Salles ameaçar abrir processo contra servidores que não tivessem comparecido ao evento de Salles na cidade de Tavares (RS). Em seguida, os diretores da autarquia também pediram exoneração de seus cargos (MAISONNAVE; SPERB, 2019).

responsável pela extinção de diversos colegiados da administração pública federal, houve uma exclusão crescente de especialistas, ONGs e organismos internacionais nas discussões ambientais do país. Um dos resultados da exclusão de tais grupos é a inoperabilidade do governo em diversas situações, como foi o caso do derramamento de óleo na costa nordestina e a lentidão em acionar o Plano Nacional de Contingência (PNC), que já não contava com os seus comitês Executivo e de Suporte.

Em quarto lugar, há um retorno da obsessão pela questão Amazônica, o governo considera a região como uma área sensível aos avanços e especulações internacionais. Há, portanto, uma busca por evitar que a Amazônia seja alvo de interferência internacional. Tal perspectiva foi posta por Bolsonaro antes mesmo de assumir a presidência do Brasil, ao comentar sobre a possibilidade de retirar o país do Acordo de Paris. Ao assumir o comando da presidência, Bolsonaro fez defesas contundentes da Amazônia nas duas oportunidades em que esteve na ONU e recusou-se a receber ajuda financeira do G7 para o combate ao desmatamento, sob a alegação de possível perda da soberania na região.

Por fim, percebe-se o enfraquecimento do envolvimento do país nos compromissos internacionais relacionados ao meio ambiente. Como dito anteriormente, tal questão foi posta pelo próprio presidente antes de assumir o executivo do país, quando tratou da participação do Brasil no Acordo de Paris e solicitou a Michel Temer a retirada da candidatura do Brasil para sediar a COP25. Além disso, o governo não tem demonstrado interesse em discutir a participação do país no cumprimento de compromissos internacionais, a exemplo do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>9</sup>.

O baixo envolvimento do país nos compromissos ambientais internacionais e a perda de credibilidade e responsabilidade ambiental ao redor do mundo tem impacto notável em várias dimensões. No que se trata dos termos econômicos, por exemplo, a União Europeia pediu, em razão da recente política ambiental brasileira, um “compromisso claro” do Mercosul em relação ao meio ambiente para que o acordo comercial entre os blocos econômicos seja ratificado (UE QUER..., 2020). Em dezembro de 2020, a Comissão Europeia reforçou a questão ao afirmar que o Acordo de Paris é requisito para o pacto Mercosul-UE (CARAMURU, 2020).

<sup>9</sup> O presidente Bolsonaro já deu, algumas vezes, demonstrações públicas do seu desinteresse quanto a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em dezembro de 2019, por exemplo, o presidente sancionou o Plano Plurianual da União (PPA) para os próximos quatro anos com um único veto, mais especificamente ao artigo que fazia referência aos ODS (CÂMARA..., 2019).

Em termos de projeção de liderança, o Brasil rapidamente tem perdido a sua posição de autoridade estratégica no regime internacional de mudança climática, trajetória que vinha sendo construída desde 1988, quando o país se colocou como candidato a sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992. A recusa do governo em engajar-se nas discussões ambientais fez o país retornar a um posicionamento internacional semelhante àquele assumido em Estocolmo, em 1972.

Em razão da perda de projeção exterior no âmbito do regime internacional de mudança climática, o país tem apresentado menor engajamento e capacidade de influenciar na construção dos princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão na área ambiental. Ou seja, o país tem se tornado menos influente na sexta fase do regime internacional de mudança climática, cujo início remete a um período posterior ao Acordo de Paris e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões a respeito da mudança climática, em razão dos desafios transnacionais impostos, são amplamente necessárias para os Estados no século XXI. Desde o início da década de 1980, emergiu uma demanda crescente pela cooperação internacional em torno da questão da mudança climática. Nesse sentido, a partir do fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, o Brasil tem realizado consideráveis esforços internacionais para se promover enquanto um ator relevante nas discussões ambientais globais.

Após alternar, entre 1994 e 2005, períodos de liderança global intermediadora e liderança setorial, o país gradualmente assumiu posturas mais voluntaristas a partir de 2006 e, internamente, apresentou um conjunto de avanços em sua política ambiental. Em 2015, na ocasião do Acordo de Paris, o Brasil anunciou metas ambiciosas para a redução de gases poluentes.

Nesse cenário, o governo Bolsonaro representa uma regressão da política e liderança ambiental do Brasil. É possível identificar cinco dimensões que sintetizam a sua política ambiental: esvaziamento das competências de órgãos ligados à regulação e fiscalização ambiental e extinção de instâncias organizacionais relacionadas ao meio ambiente; perseguição a indivíduos e grupos com posicionamentos contrários ao governo na pauta ambiental; exclusão de setores não governamentais da formulação de políticas ambientais; retorno da obsessão pela questão Amazônica; e enfraquecimento do envolvimento do país nos compromissos internacionais relacionados ao meio ambiente.

Em função dessas características, percebe-se que a política ambiental do governo Bolsonaro iniciou um processo de perda de credibilidade internacional do país, o que tem impactos concretos nas relações econômicas e políticas com outros países e em sua capacidade de projetar liderança no mundo. Como consequência de tais processos, há um enfraquecimento do engajamento e da capacidade do país em influenciar a construção dos princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão que compõem o regime de mudança climática.

Em pesquisas posteriores, há a necessidade de investigar em profundidade quais os motivos pelos quais a política ambiental sob o governo Bolsonaro apresenta as cinco dimensões trabalhadas neste artigo. Em especial, deve-se considerar as relações existentes entre o atual governo e o agronegócio brasileiro, e como essas relações podem impactar a formulação de políticas públicas na área ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. A COP15: apontamentos de campo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 121-132, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/FFCQRDYN4jnKjZynpxrFTP/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- BARBIÉRI, L. F. Medida provisória prevê ‘supervisão’ e ‘monitoramento’ de ONGs pela Secretaria de Governo. **G1**, Rio de Janeiro, 03 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/medida-provisoria-preve-supervisao-e-monitoramento-de-ongs-pela-secretaria-de-governo.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- BODANSKY, D. The History of the Global Climate Change Regime. *In*: LUTERBACHER, U.; SPRINZ, D. F. (ed.). **International Relations and Global Climate Change**. Cambridge: The MIT Press, 2001. p. 23-40.
- BOLSONARO diz que Brasil não sediará conferência climática da ONU em razão do custo. **G1**, Brasília, DF, 15 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/15/bolsonaro-diz-que-brasil-nao-sediara-conferencia-climatica-da-onu-em-razao-do-custo.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- BOLSONARO, J. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). **Fundação Alexandre Gusmão**, Brasília, DF, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BORGES, A. Salles só formalizou plano de contingência no Nordeste 41 dias após desastre, diz ofício. **UOL**, São Paulo, 22 out. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/10/22/salles-so-acionou-plano-de-contingencia-no-ne-41-dias-apos-desastre-diz-oficio.html>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BORGES, H. Governo Bolsonaro tenta mudar Fundo Amazônia, mas Noruega e Alemanha dizem não. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-bolsonaro-tenta-mudar-fundo-amazonia-mas-noruega-alemanha-dizem-nao-23731725>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRAGANÇA, D. Bolsonaro defende a fusão dos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente. **O Eco**, São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/bolsonaro-defende-a-fusao-dos-ministerios-da-agricultura-e-meio-ambiente/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRANT, D. Bolsonaro critica diretor do Inpe por dados sobre desmatamento que ‘prejudicam’ nome do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-inpe-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudicam-nome-do-brasil.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, [2019a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm). Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2019b]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm). Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal. Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10239.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10239.htm). Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 10.347, de 13 de maio de 2020**. Dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2020b]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10347.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10347.htm). Acesso em: 17 de dez. 2020.

CÂMARA dos Deputados. Bolsonaro sanciona PPA com veto a metas de desenvolvimento sustentável da ONU. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/629391-bolsonaro-sanciona-ppa-com-veto-a-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CAMPOREZ, P. Bolsonaro promete liberar garimpo em terras quilombolas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jul. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-promete-liberar-garimpo-em-terras-quilombolas-22884565>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CARAMURU, P. Acordo de Paris é requisito para pacto Mercosul-UE, diz Comissão Europeia. **UOL**, São Paulo, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/12/15/acordo-de-paris-e-requisito-para-pacto-mercosul-ue-diz-comissao-europeia.htm>. Acesso em: 17 dez. 2020.

COLETTA, R. D. Mourão tira Salles do Fundo Amazônia, mas imagem negativa é obstáculo para volta do fundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/mourao-tira-salles-do-fundo-amazonia-mas-imagem-negativa-e-obstaculo-para-volta-do-fundo.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FIGUEIREDO, P. Ministro do Meio Ambiente diz ter analisado 1/4 dos contratos do Fundo Amazônia e verificado inconsistências. **G1**, Rio de Janeiro, 17 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/17/ministro-do-meio-ambiente-diz-ter-analisado-14-dos-contratos-do-fundo-amazonia-e-verificado-inconsistencias.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

GAIER, R. V. Bolsonaro diz que pode retirar Brasil do Acordo de Paris se for eleito. **UOL**, São Paulo, 03 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/09/03/bolsonaro-diz-que-pode-retirar-brasil-do-acordo-de-paris-se-for-eleito.htm>. Acesso em: 17 dez. 2020.

GORTÁZAR, N.; BETIM, F. Uma inédita frente de ex-ministros do Meio Ambiente contra o desmonte de Bolsonaro. **El País**, São Paulo, 08 maio 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/politica/1557338026\\_221578.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/politica/1557338026_221578.html). Acesso em: 17 dez. 2020.

GULLINO, D.; PRAZERES, L. Bolsonaro diz que ONGs podem ser responsáveis por queimadas na Amazônia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-ser-responsaveis-por-queimadas-na-amazonia-23891984>. Acesso em: 17 dez. 2020.

GURGEL, A.; PALTSEV, S. The impacts of the Brazilian NDC and their contribution to the Paris agreement on climate change. **Global Trade Analysis Project**, [s. l.], 2017. Disponível em: [https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/res\\_display.asp?recordid=5357](https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/res_display.asp?recordid=5357). Acesso em: 18 dez. 2020.

INVESTIDORES internacionais manifestam a embaixadas do Brasil preocupação com desmatamento. **G1**, Rio de Janeiro, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/23/investidores-internacionais-manifestam-a-embaixadas-do-brasil-preocupacao-com-desmatamento.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ISA. A anatomia do desmonte das políticas socioambientais. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 07 jan. 2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/a-anatomia-do-desmonte-das-politicas-socioambientais>. Acesso em: 17 dez. 2020.

KEOHANE, R.; VICTOR, D. G. The regime complex for climate change. **Perspectives On Politics**, Cambridge, vol. 9, n. 1, p. 7-23, 2011.

KRASNER, S. D. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables. **International Organization**, [s. l.], vol. 36, n. 2, p. 185-205, 1982.

LAFER, C. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). **FGV CPDOC**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-do-rio>. Acesso em: 18 dez. 2020.

LISBOA, C.; PRIZIBISCZKI, C. “Revogação” extingue órgãos colegiados do Ministério do Meio Ambiente. **O Eco**, São Paulo, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/revogaco-extingue-orgaos-colegiados-do-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MAIA, G. ‘Não é do Brasil, não é responsabilidade nossa’, diz Bolsonaro sobre óleo no Nordeste. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 out. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/nao-do-brasil-nao-responsabilidade-nossa-diz-bolsonaro-sobre-oleo-no-nordeste-1-24002547>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MAISONNAVE, F.; SPERB, P. Presidente do ICMBio pede demissão após ameaça de Salles de investigar agentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/04/presidente-do-icmbio-pede-demissao-apos-salles-ameacar-investigar-agentes.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MAZUI, G.; GOMES, P. H. Ação para conter desmatamento começou tarde, diz Mourão sobre aumento de alertas na Amazônia. **G1**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/10/acoes-contras-desmatamento-comecaram-tarde-diz-mourao-sobre-aumento-de-alertas-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MINISTRO do Meio Ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, Rio de Janeiro, 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MINISTRO RICARDO Salles corta 24% do orçamento do Ibama. **A Gazeta**, São Paulo, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/ministro-ricardo-salles-corta-24-do-orcamento-do-ibama-0419>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MORAES, F. T.; AMARAL, A. C.; WATANABE, P. Ministério do Meio Ambiente suspende contratos e parcerias com ONGs. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministerio-do-meio-ambiente-suspende-contratos-e-parcerias-com-ongs.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MOREIRA, A.; CHIARETTI, D. Brasil não dá sinais do que pretende com Acordo de Paris. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 set. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/16/brasil-nao-da-sinais-do-que-pretende-com-acordo-de-paris.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MPF. MPF pede afastamento de Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente por improbidade administrativa. **Ministério Público Federal**, Brasília, DF, 6 jul. 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-pede-afastamento-de-ricardo-salles-do-ministerio-do-meio-ambiente-por-improbidade-administrativa>. Acesso em: 17 dez. 2020.

NEGRÃO, H. Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia. **El País**, São Paulo, 16 ago. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219\\_277747.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html). Acesso em: 17 dez. 2020.

NEVES, L. Em cúpula do G7, Macron quer convencer potências a agirem pela Amazônia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/em-cupula-do-g7-macron-quer-convencer-potencias-a-agirem-pela-amazonia.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

NYE, J. Uma nova ordem mundial? *In*: NYE, J. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais**. Caieiras: Editora Gente, 2009. p. 308-343.

ÓLEO no litoral: um ano depois, Marinha conclui investigação sem apontar culpados ou origem do desastre. **G1**, Rio de Janeiro, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/27/oleo-no-litoral-um-ano-depois-marinha-conclui-investigacao-sem-apontar-culpados-ou-origem-do-desastre.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PRASER, A. L. Em reunião com ministros, Mourão sinaliza possibilidade de concursos para órgãos do meio ambiente. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/meio-ambiente/audio/2020-07/em-reuniao-com-ministros-mourao-sinaliza-possibilidade-de-concursos-para>. Acesso em: 17 dez. 2020.

RAMIL, T. Bolsonaro volta atrás em fundir Ministérios da Agricultura e Meio Ambiente. **Exame**, São Paulo, 01 nov. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-volta-atras-em-fundir-ministerios-da-agricultura-e-meio-ambiente/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

REI, F.; CUNHA, K. O Brasil e o Regime Internacional de Mudanças Climáticas. *In*: GRANZIERA, M. L. M.; REI, F. (org.). **O futuro do regime internacional das mudanças climáticas: Aspectos Jurídicos e Institucionais**. Santos: Editalivros, 2015. p. 17-37.

RICARDO Galvão é exonerado do cargo de diretor do Inpe. **Galileu**, São Paulo, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/08/ricardo-galvao-e-exonerado-do-cargo-de-diretor-do-inpe.html>. Acesso em: 17 dez. 2020.

RODRIGUES, S. Governo corta R\$ 187 milhões do MMA. Saiba como o corte foi dividido. **O Eco**, São Paulo, 07 maio 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/governo-corta-r-187-milhoes-do-mma-saiba-como-o-corte-foi-dividido/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SETO, G. Bolsonaro diz que pretende acabar com ‘ativismo ambiental xiita’ se for presidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-diz-que-pretende-acabar-com-ativismo-ambiental-xiita-se-for-presidente.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SOARES, I.; DIANNI, C. Conselho da Amazônia Legal não inclui governadores e sociedade civil. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 11 fev. 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/11/interna\\_politica,827359/conselho-da-amazonia-legal-nao-inclui-governadores-e-sociedade-civil.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/11/interna_politica,827359/conselho-da-amazonia-legal-nao-inclui-governadores-e-sociedade-civil.shtml). Acesso em: 17 dez. 2020.

SOARES, J. Governo brasileiro decide rejeitar ajuda de US\$ 20 milhões do G7 para a Amazônia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-brasileiro-decide-rejeitar-ajuda-de-us-20-milhoes-do-g7-para-amazonia-23906801>. Acesso em: 17 dez. 2020.

TRIGUEIRO, A. Financiadores internacionais desaprovam anúncio de ministro sobre ‘irregularidades’ no Fundo Amazônia. **G1**, Rio de Janeiro, 17 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/blog/andre-trigueiro/post/2019/05/17/critica-de-ministro-contraria-parceiros-que-financiam-o-fundo-amazonia.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

UE QUER compromisso claro do MERCOSUL em relação ao meio ambiente. **Deutsche Welle**, [s. l.], 21 set. 2020. Disponível em: <https://amp.dw.com/pt-br/ue-quer-compromisso-claro-do-mercosul-em-rela%25C3%25A7%25C3%25A3o-ao-meio-ambiente/a-55008803>. Acesso em: 17 dez. 2020.

VERDÉLIO, A. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 24 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 17 dez. 2020.

VIOLA, E. O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 25-46, 2002.

VIOLA, E. A evolução do papel do Brasil no regime internacional de mudança climática e na governabilidade global. **Cena Internacional**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 82-105, 2004.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Brasil na Governança Global do Clima, 2005 – 2012: a luta entre conservadores e reformistas. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 43-76, 2013.

WATANABE, P.; PAMPLONA, N. Governo Bolsonaro extinguiu comitês do plano de ação de incidentes com óleo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/governo-bolsonaro-extinguiu-comites-do-plano-de-acao-de-incidentes-com-oleo.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

Texto submetido à Revista em 15.02.2021

Aceito para publicação em 15.06.2022



## A agenda de desenvolvimento da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite (2019 – 2020)

### The development agenda of the industrial bourgeoisie in Rio Grande do Sul during the first two years of the government of Eduardo Leite (2019 - 2020)

*Marco André Cadoná* – Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC). E-mail: marco14cadona@hotmail.com

*Valter de Almeida Freitas* – Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor e pesquisador na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: valter.freitas@gmail.com

#### Resumo

O artigo apresenta a agenda de desenvolvimento defendida pela burguesia industrial para o Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo estadual de Eduardo Leite (2019 – 2020). Publicações da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, tais como o semanário “A Semana FIERGS” e os documentos “Plataforma para um Brasil Industrial” e “Custo RS”, e de lideranças industriais em jornais de Porto Alegre, são tomadas como referências empíricas da análise. Argumenta-se que nas eleições estaduais de 2018, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul propôs uma agenda de desenvolvimento estruturada em cinco pontos: 1. Segurança jurídica para os investimentos privados; 2. Redução do tamanho do setor público; 3. Investimentos em infraestrutura e logística; 4. Política de inserção externa; 5. Desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo. No período analisado, essa agenda de desenvolvimento tornou-se estratégica na ação coletiva organizada pelas lideranças industriais, que mostraram capacidade política para articular seus interesses de classe como referências na definição de ações governamentais.

#### Palavras-chave

Burguesia industrial. Agenda de desenvolvimento. Desenvolvimento subnacional. Governo Eduardo Leite.

#### Abstract

The article presents the development agenda defended by the industrial bourgeoisie for Rio Grande do Sul during the first two years of state government of the Eduardo Leite (2019 – 2020). Publications of the Federation of Industries of the State of Rio Grande do Sul, such as the weekly “A Semana FIERGS” and the documents “Plataforma para um Brasil Industrial” and “Custo RS”, and of industrial leaders in newspapers in Porto Alegre, are taken as empirical references of the analysis. It is argued that in the 2018 state elections, the industrial bourgeoisie in Rio Grande do Sul proposed a development agenda structured on five points: 1. Legal security for private investments; 2. Reducing the size of the public sector; 3. Investments in infrastructure and logistics; 4. External insertion policy; 5. Development of a culture of entrepreneurship. In the analyzed period, this development agenda became strategic in the collective action organized by industrial leaders, who showed political capacity to articulate their class interests as references in the definition of governmental actions.

#### Keywords

Industrial bourgeoisie. Development agenda. Subnational development. Eduardo Leite government.

## INTRODUÇÃO

No artigo, apresenta-se uma análise da agenda de desenvolvimento defendida pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo estadual de Eduardo Leite (2019–2022). Tomando como referência as mobilizações coletivas lideradas pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), no período 2019/2020, indica-se como essa agenda alcançou receptividade nas ações do governo Eduardo Leite e nas discussões encaminhadas por esse sobre a atuação do Estado subnacional na dinâmica de desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

Não se pretende apenas fazer um registro histórico dos posicionamentos políticos da burguesia industrial em relação aos dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite. Mais do que isso, pretende-se contribuir para a análise de duas questões importantes na bibliografia existente sobre a participação da burguesia industrial na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: sua capacidade de atuação enquanto força social e coletivamente organizada e seu comprometimento com a construção de agendas de desenvolvimento subnacional.

Nessa direção, inclusive, posiciona-se em favor da tese de que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul demonstra, por meio da atuação de suas instituições de representação de interesses de classe (como é o caso da FIERGS), capacidade política de articulação de propostas de desenvolvimento que, mais do que possibilidades de consenso intraclasse, a colocam como um importante sujeito histórico na discussão de agendas subnacionais de desenvolvimento. Agendas essas que, em pesando as adaptações conjunturais e as divergências possíveis entre lideranças e setores econômicos, articulam-se em torno de uma recorrente crítica à atuação estatal no provimento de bens sociais e na regulação de relações econômicas e sociais, e em defesa da presença do Estado na criação de condições favoráveis aos investimentos privados no território gaúcho.

Sob o ponto de vista das fontes de informações, a análise apresentada sustenta-se nas seguintes publicações da FIERGS: 1. O Semanário “Semana FIERGS” (FIERGS, s. d.), no período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, cujas publicações registram e socializam ações e posicionamentos da entidade; 2. O documento “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial” (FIERGS, 2018), construído para as eleições de 2018 e utilizado na discussão com candidatos (tanto para o executivo quanto para o legislativo) sobre os posicionamentos da entidade naquelas eleições; 3. O documento “Custo RS” (FIERGS, 2020a), construído no início de 2020, com o objetivo de discutir

reformas do Estado no âmbito subnacional. Além dessas fontes de informação, foram consideradas publicações de artigos de dirigentes da FIERGS em jornais de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

## 1 BURGUESIA INDUSTRIAL, AÇÃO COLETIVA E A CONSTRUÇÃO DE AGENDAS SUBNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

A análise da participação da FIERGS na discussão de agendas de desenvolvimento permite o enfrentamento de problemáticas importantes na bibliografia que investiga a ação coletiva da burguesia industrial no Brasil. Dentre essas problemáticas, duas se destacam: sua capacidade de atuação como força social e coletivamente organizada e a sua participação na construção de agendas de desenvolvimento nas unidades subnacionais do País.

No que diz respeito à capacidade da burguesia industrial em atuar como força social e coletivamente organizada, esse é um dos principais pontos de discordância na bibliografia que analisa sua participação política no Brasil. Para alguns pesquisadores, a atuação política da burguesia industrial, a partir do período de “abertura democrática” (década de 1980), caracteriza-se pela “fragmentação excessiva” e pelo “caráter corporativo”, o que, agravado pela inexistência de associações empresariais de maior abrangência e capazes de organizar a ação coletiva, inviabiliza uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (DINIZ; BOSCHI, 1978; DINIZ; PEREIRA, 2007). Para outros pesquisadores, já, a partir daquele período, a burguesia industrial demonstra significativa capacidade de atuação coletiva, liderada por entidades de representação que demonstram habilidade política para viabilizar uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (DREIFUSS, 1986; BARBOSA, 2003; MANCUSO; OLIVEIRA, 2006).

A posição teórica assumida, neste artigo, pressupõe que as teses afirmativas do “caráter corporativo”, da “heterogeneidade de interesses” e, mais do que isso, do reduzido grau de articulação classista da burguesia industrial, relativizam a capacidade política dessa fração burguesa no Brasil, além de obscurecer o significado histórico de sua participação na defesa das “reformas estruturais” (neoliberais) a partir da década de 1990. É nesse sentido, inclusive, que se utiliza o conceito de *burguesia*. Um conceito que permite expressar a existência de um conjunto de forças socioeconômicas que possuem um lugar privilegiado nos meios de produção e junto ao Estado capitalista, protagonizando o processo de transformações sociais, culturais, econômicas e políticas permanentes a partir das quais se consolidam os dinamismos de uma estrutura social capitalista (FERNANDES, 1981).

Claro que a heterogeneidade de interesses é constituinte da experiência de formação de classe da burguesia industrial, até mesmo por que não há uma “burguesia monolítica” (BARBOSA, 2003). Essa constatação, no entanto, não relativiza a sua capacidade em atuar como força social e coletivamente organizada em defesa de seus interesses de classe, posicionando-se ativamente em favor de determinadas direções e projetos históricos de desenvolvimento do capitalismo no país, e contra direções e projetos defendidos por forças sociais e políticas identificadas como antagônicas aos seus interesses de classe.

Exemplos dessa capacidade política (e da direção política e ideológica de suas ações coletivas) podem ser encontrados tanto no processo de articulação intraclasse quanto nas formas de atuação política da burguesia industrial nas instâncias de poder governamental (Legislativo e Executivo, nas esferas estaduais e nacional).

Em nível nacional, por exemplo, os Encontros Nacionais da Indústria (ENAI), promovidos anualmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), são ilustrativos. Desde que foram criados, em 2006, as federações estaduais da indústria articulam, anualmente, agendas de discussão em seus estados, das quais resulta a formação de comitativas que participam dos ENAI, quando as lideranças industriais do país definem uma agenda que orienta suas ações coletivas nas instâncias nacionais de atuação estatal, em especial no Executivo e no Legislativo. Nesses encontros, além de uma “Carta da Indústria”, são elaboradas as “Agendas Legislativas da Indústria” que, uma vez aprovadas, tornam-se referências nas articulações e nas pressões políticas, tanto das lideranças quanto das entidades de representação da indústria no Congresso Nacional (CADONÁ, 2009; MANCUSO, 2007; SANTOS, 2014; COSTA; BORCK, 2019).

A capacidade de articulação classista da burguesia industrial, aliás, ficou evidenciada já a partir da década de 1980. E os exemplos ilustrativos são vários: o apoio consensual ao processo de “abertura democrática”, controlado de cima e sem grandes rupturas (DREIFUSS, 1986); a defesa (ainda que com críticas pontuais, enfatizadas principalmente nos momentos de agravamento das crises econômicas) às reformas neoliberais ao longo dos anos 1990 (MANCUSO; OLIVEIRA, 2006); o apoio crítico aos governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003, com ênfase na defesa de reformas neoliberais e nas críticas às direções das políticas de distribuição de renda (BOITO JÚNIOR, 2018); e, num período mais recente, a articulação política em defesa às reformas propostas pelo governo de Michel Temer (2016–2018) e ao seu projeto “Uma ponte para o Futuro” (BOITO JÚNIOR, 2018).

Claro que a articulação classista ocorre em contextos históricos marcados por conflitos e contradições que decorrem não somente do processo de democratização no país, mas, também, da dinâmica de desenvolvimento e de inserção do “capitalismo brasileiro” no processo de mundialização do capital. Nesse sentido, faz-se importante adotar uma perspectiva de análise atenta à complexidade das relações entre as formas coletivas de atuação das classes sociais com as circunstâncias históricas concretas. Essa questão torna-se importante, inclusive, para a compreensão de divergências existentes entre setores econômicos e, mesmo, entre segmentos regionais em torno de direções políticas e ideológicas assumidas pelas lideranças industriais em diferentes conjunturas. Por exemplo, a FIERGS nunca se posicionou contrária à abertura da economia e à integração econômica proposta a partir da constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). No entanto, desde a década de 1980, mantém-se articulada na defesa de restrições e de políticas compensatórias para os setores da indústria gaúcha que enfrentam maior concorrência com os produtos de outros países-membros do MERCOSUL (CADONÁ, 2009).

Adotar uma perspectiva de análise dessa natureza torna-se importante, inclusive, para uma compreensão mais clara da defesa da burguesia industrial aos projetos de reformas neoliberais no país. Ainda que o posicionamento favorável ao neoliberalismo mistifique práticas de defesa de interesses corporativos e setoriais, é preciso compreender o significado histórico que o ideário neoliberal assumiu no comportamento político e ideológico da burguesia industrial no Brasil.

Desde os anos 1980, a aproximação com o ideário neoliberal tem se colocado como uma estratégia política e ideológica de defesa de reformas no Estado e na economia, mas, principalmente, contrária a políticas que objetivam avançar na garantia de direitos sociais e democráticos. Nesse sentido, se a análise da adesão da burguesia industrial ao neoliberalismo precisa estar atenta às incongruências e, inclusive, às contradições entre um discurso que ressalta as virtudes do mercado e uma prática política que se acoberta sob o manto protetor da intervenção estatal, não se pode descuidar, igualmente, da importância que essa concepção política e ideológica assume em sua atuação coletiva em favor da dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia.

Atenta a essa perspectiva, na análise apresentada neste texto, não se toma a articulação classista da burguesia industrial como um dado. Pelo contrário, sua capacidade de atuação coletiva é tomada como um problema, um processo a ser investigado. Entretanto, ao mesmo tempo, destaca-se a capacidade que algumas “instituições tradicionais” de representação dos interesses demonstram ter ao se colocarem como “elite orgânica” da burguesia industrial, constituindo-se como

agentes coletivos com capacidade de “visualizar objetivos globais” (capazes de aglutinar os interesses dos diferentes setores e segmentos que compõem a estrutura industrial) e de “operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas” (DREIFUSS, 1986, p. 23).

Em relação à segunda questão, ou seja, à participação da burguesia industrial na discussão de agendas de desenvolvimento subnacional, é importante destacar que, no caso dos industriais no Rio Grande do Sul, pelo menos desde a década de 1990, ficou cada vez mais claro para as suas lideranças que, diante da mundialização do capital e da reorientação neoliberal do Estado brasileiro, havia a necessidade de uma intervenção mais incisiva na construção de agendas subnacionais de desenvolvimento. Seja para criar condições políticas mais favoráveis aos investimentos de capital já localizados no território estadual, seja para atrair novos investimentos produtivos (principalmente do capital internacional), diversificando a estrutura industrial e fomentando uma nova dinâmica de desenvolvimento no território gaúcho (CADONÁ, 2009).

A preocupação com a questão subnacional, aliás, não era novidade nos posicionamentos políticos da burguesia industrial durante a década de 1990. Na década de 1980, a preocupação com o desenvolvimento estadual levou a FIERGS à elaboração de um documento (conhecido como “Relatório Sayad”), por meio do qual fez um diagnóstico do setor público estadual, recomendando sua reestruturação. O referido documento propunha, por exemplo, como forma de aumentar a capacidade de investimento dos governos gaúchos e de apoiar a iniciativa privada localizada em território estadual, a transferência da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) para o sistema Telecomunicações Brasileiras S/A (TELEBRÁS), a redução na folha de pagamento do funcionalismo público, uma reforma administrativa capaz de reduzir os gastos públicos (GROS, 1990; CADONÁ, 2009).

Contudo, a questão subnacional ganhou maior importância na década de 1990. Em primeiro lugar, tornou-se uma preocupação situada num novo contexto de desenvolvimento do capitalismo em nível nacional. A partir de então, a abertura da economia, a reestruturação neoliberal do Estado, as políticas de atração de capital internacional, o maior descomprometimento dos governos nacionais com o desenvolvimento regional e a vinculada guerra fiscal promovida por diferentes governos estaduais ressaltaram a importância de uma intervenção mais ativa na esfera subnacional. Mas, além disso, o contexto político sul-riograndense, principalmente a partir de 1994, passou a ter um componente novo. Pela primeira vez, forças sociais e políticas vinculadas às classes trabalhadoras no

estado, que, desde o processo de “abertura democrática”, vinham se opondo às reformas neoliberais no país, conquistaram um espaço político suficiente para colocá-las à frente do executivo estadual<sup>1</sup>.

Naquele contexto de polarização política e ideológica, a FIERGS passou a ter maior participação na construção de propostas de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Nessa direção, desde o início da década de 1990, suas direções elaboraram agendas de desenvolvimento que, transformadas em documentos institucionais da entidade, passaram a ser discutidas, em todo o território gaúcho, tanto com lideranças locais e regionais quanto com os candidatos a cargos eletivos. No primeiro caso, por meio de uma estratégia de mobilização intraclasses, denominada “interiorização da entidade”, através da qual as lideranças da FIERGS realizam reuniões periódicas com representantes empresariais e lideranças locais, nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul. No segundo caso, por meio de reuniões de apresentação e de discussão de tais agendas para candidatos ao legislativo e ao executivo no Rio Grande do Sul, de modo geral em reuniões realizadas na própria sede da entidade, em Porto Alegre (CADONÁ, 2009).

A FIERGS, nessa direção, coloca-se como um centro irradiador de conscientização, de mobilização, de organização e de lutas em defesa dos interesses de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Como ensinava René Dreifuss, o exercício do poder de uma classe não se esgota com a história de confabulações e conchavos, de eleições e diretrizes de governo (DREIFUSS, 1986). O poder de uma classe se expressa, também, no “preparo para a ação, pela potencialização dos atores” e, nesse processo, que não é espontâneo, certos “agentes coletivos” têm importância fundamental. São “agentes coletivos” que atuam como um “córtex político”, ou seja, como órgãos que conseguem “visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis”, intervindo no interior das classes, buscando uma articulação hegemônica, procurando regular as relações divergentes e perseguindo a produção de uma coesão interna de classe. Mas, também, como “estado-maior”, órgãos capazes de operacionalizar os objetivos de classe e de viabilizar a inserção política e ideológica da classe, pretendendo que os projetos particulares classistas se convertam em demandas gerais, “sociais”, “nacionais” (DREIFUSS, 1986, *passim*).

---

<sup>1</sup> Porto Alegre foi administrada pelo Partido dos Trabalhadores entre 1989 e 2004. A cidade, então, tornou-se referência mundial para forças sociais e políticas críticas ao neoliberalismo, ao colocar-se como Sede do Fórum Social Mundial. Nas eleições estaduais de 1994 e de 1998, o partido foi para as disputas de segundo turno, saindo vitorioso em 1998, quando elegeu Olívio Dutra como governador do estado.

## 2 A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DA BURGUESIA INDUSTRIAL NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO DE EDUARDO LEITE

A mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, visando a defesa de uma agenda de desenvolvimento no período correspondente ao do governo de Eduardo Leite, iniciou, ainda nas eleições de 2018, quando foram eleitos os representantes políticos, tanto em nível estadual quanto em nível nacional, para o período 2019–2022. Naquele contexto, a FIERGS elaborou um documento que orientou os debates promovidos pela entidade, denominado “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”. O documento foi apresentado aos candidatos que concorreram naquelas eleições no Rio Grande do Sul e discutido com eles, além de ter sido encaminhado à CNI e aos postulantes à Presidência da República conforme indicado na “Semana FIERGS” de 15/02/2019. Após as eleições, também foi discutido com deputados federais e estaduais eleitos pelo/no Rio Grande do Sul e com o governador eleito, Eduardo Leite (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019a).

A agenda de desenvolvimento apresentada na “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial” foi estruturada em “cinco eixos”, a partir dos quais a burguesia industrial no Rio Grande do Sul destacou suas principais propostas para o desenvolvimento da indústria: 1) Segurança Jurídica, Desburocratização, Simplificação e Eficiência Administrativa/Tributária do Setor Público; 2) Infraestrutura e Logística; 3) Adequação do Tamanho e Peso do Setor Público; 4) Inserção Externa e Novas Tecnologias; 5) Empreendedorismo, Indústria e Sociedade (FIERGS, 2018).

Na discussão sobre “Segurança Jurídica, Desburocratização, Simplificação e Eficiência Administrativa/Tributária do Setor Público”, a burguesia industrial criticou a “alta carga tributária”, o excesso de leis, normas e regras e apresentou as seguintes propostas: reforma tributária visando simplificar e diminuir a incidência de impostos sobre bens e serviços; ampliação dos prazos de recolhimento dos impostos; maior previsibilidade na elaboração e na aplicação de normas e leis; reforma do PIS/Cofins sem aumento da carga tributária; maior incentivo às parcerias entre público e privado; postura de orientação, e não “punitiva”, por parte dos órgãos fiscalizadores; desburocratização dos procedimentos para licenciar empresas; desoneração tributária dos investimentos; alíquota interestadual única; reforma e simplificação do ICMS; “modernização competitiva dos processos do Estado”, a fim de desburocratizar e simplificar suas ações (FIERGS, 2018, p. 24-25).

No que diz respeito à “Infraestrutura e Logística”, a burguesia industrial criticou as “deficiências” da infraestrutura e da logística e apresentou como propostas: a privatização/concessão à iniciativa privada de serviços públicos; mudanças nas agências reguladoras para evitar “influência política”; mais investimentos nos transportes hidroviário, rodoviário e ferroviário (FIERGS, 2018, p. 31-32).

Visando a “Adequação do Tamanho e Peso do Setor Público”, a burguesia industrial destacou quatro pontos considerados “críticos”: a dívida pública elevada, as taxas de juros elevadas, o spread bancário excessivo e o regimento previdenciário “insustentável”. E, em decorrência, apresentou como propostas: a reforma da previdência (nacional e estadual); a “modernização do setor público para adequar os processos e carreiras a uma estrutura de Estado enxuta”; a independência do Banco Central; a promoção de competitividade no setor bancário; a reforma administrativa com o objetivo de diminuir os gastos públicos; a transparência dos custos e benefícios das empresas estatais; a restrição na estabilidade dos funcionários públicos; o cumprimento “rigoroso” da Lei de Responsabilidade Fiscal; a extinção (no Rio Grande do Sul) da exigência de plebiscito para a venda de empresas estatais; a destinação orçamentária para o Legislativo, Judiciário e Defensoria pública de “forma vinculada à receita efetivamente arrecadada pelo RS” (FIERGS, 2018, p. 39-40).

Quanto à “Inserção Externa e Novas Tecnologias”, a burguesia industrial apresentou um diagnóstico segundo o qual o Brasil é um País “extremamente fechado” ao comércio internacional, possuindo “pequena inserção nas cadeias globais de produção” e “baixa capacidade de geração de conhecimento”. A partir desse diagnóstico, defendeu as seguintes propostas: a “realização de Acordos Comerciais com mercados relevantes”; a “facilitação do acesso e redução de custo de insumos e tecnologias importadas sem similar nacional”; a “simplificação dos procedimentos de acesso ao crédito para inovação”; “maior eficiência do INPI para registrar e proteger a inovação”; a “abertura comercial vinculada ao aumento da escala de produção”; um “plano de Estado para a gestão e planejamento da competitividade sistêmica do país” e; um “plano realista de fortalecimento dos clusters de produção já estabelecidos” (FIERGS, 2018, p. 46).

Por fim, em relação ao “Empreendedorismo, Indústria e Sociedade”, a burguesia industrial destacou que os “estados com o piso regional são os que menos crescem”, que a “modernização trabalhista propicia novos empregos” e reduz “o litígio entre empregadores e empregados”, que o Brasil “tem forte caráter empreendedor” e que há necessidade de “promover a cidadania”, indicando que as “questões comportamentais” (“temperamento, falta de proatividade e

relacionamento interpessoal inadequado”) são as causas principais das demissões nas empresas (FIERGS, 2018, p. 54). Em decorrência, como propostas de ação para os governos que iniciariam em 2019, defendeu: a “preservação das conquistas da modernização trabalhista”; o “aprofundamento da reforma trabalhista”; as campanhas publicitárias em defesa da importância da indústria; a readequação das entidades públicas para favorecer o empreendedorismo; o aperfeiçoamento e a defesa do Sistema S; um maior estímulo à cidadania (educação voltada para o empreendedorismo e para o desenvolvimento de novas tecnologias); a extinção do Piso Regional no Rio Grande do Sul (FIERGS, 2018, p. 55-56).

É importante destacar que essa “agenda de desenvolvimento subnacional”, defendida pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul, é, também, expressão da própria dinâmica da economia gaúcha nas últimas décadas, em especial da indústria gaúcha. No período entre 2003 e 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho teve uma queda na participação do PIB nacional (baixou de 7,3% para 6,2% naquele período), passando a ocupar o quinto lugar, precedido pelo PIB dos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná (BENDER FILHO; CORONEL, 2017). Internamente, a indústria perdeu espaço, principalmente “devido aos impulsos negativos das atividades de calçados e artigos de couro e fumo” (BENDER FILHO; CORONEL, 2017, p. 19). E, ainda que tenha mantido a quarta posição no ranking de exportação dos estados brasileiros (tendo como principal destino de suas exportações a China, os Estados Unidos e a Argentina), seus principais produtos de exportação estão vinculados à produção primária (soja, tabaco, carnes e miudezas de aves, resíduos de óleo de soja). Ou seja, uma pauta de exportação na qual o comércio de bens de baixa tecnologia têm uma significativa participação. São indicadores, portanto, que destacam a economia gaúcha como uma “economia ainda baseada fortemente na produção primária e não no desenvolvimento da indústria de alta tecnologia” (BENDER FILHO; CORONEL, 2017, p. 19). Daí a importância dos eixos apresentados na “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”, que enfatiza a necessidade de políticas de desenvolvimento capazes de elevar a competitividade da indústria gaúcha na dinâmica nacional e internacional de desenvolvimento capitalista, inclusive atentando para a importância de uma melhor inserção externa, seja através de uma melhor inserção nas “cadeias globais de produção”, seja através de uma maior e melhor capacidade de geração de conhecimento e de tecnologias.

A defesa da “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial” mobilizou a ação coletiva da burguesia industrial durante os dois primeiros anos do governo Eduardo Leite. Desde o início de 2019, suas lideranças articularam

ações coletivas visando transformar os eixos defendidos em referências para as ações do governo gaúcho. Nessa direção, ainda em fevereiro, a FIERGS reuniu 35 dos 55 deputados estaduais em sua Sede, para apresentar e discutir sua agenda de desenvolvimento, conforme explicitado no “Semana FIERGS” de 15/04/2019 (FIERGS, s. d.)<sup>2</sup>. Também, naquele mês de fevereiro, o presidente da FIERGS, Gilberto Porcello Petry teve uma audiência com o governador Eduardo Leite, ocasião na qual discutiu a agenda de desenvolvimento defendida, tal como apontado no “Semana FIERGS” publicado em 15/02/2019 (FIERGS, s. d.). Em abril, na Sede da FIERGS, foi lançada a Frente Parlamentar da Indústria Gaúcha, constituída por deputados estaduais e representantes da indústria, com o objetivo de tornar as propostas defendidas na “Plataforma” consequentes nas ações do legislativo e do executivo estaduais. Elegendo o deputado Fábio Branco (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) como líder da Frente, as manifestações na ocasião ressaltaram o potencial de contribuição da “Plataforma” para “levar o Estado às primeiras posições no ranking de competitividade do País”, segundo o “Semana FIERGS” de 18/04/2019 (FIERGS, s. d.).

Portanto, desde o início do governo Eduardo Leite, as lideranças da burguesia industrial construíram, junto ao executivo e ao legislativo estaduais, uma situação favorável não somente para a discussão, mas, também, para a implementação de propostas defendidas através da “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”. Encontraram, na maioria das lideranças políticas eleitas em 2018, boa receptividade em relação às suas demandas e aos seus interesses de classe.

A boa receptividade encontrada pela burguesia industrial, no entanto, não impediu situações de conflitos e de discordâncias em relação a decisões tomadas pelo executivo e legislativo estaduais. Ainda durante 2019, isso ficou evidenciado, por exemplo, nas discussões sobre um tema importante na agenda política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul: o salário mínimo regional. Desde que foi criada a possibilidade de um salário mínimo regional no Brasil, os industriais no Rio Grande do Sul se posicionaram contrários à instituição de um “salário mínimo gaúcho” e, em todos os anos, articulam pressões políticas com o objetivo

---

<sup>2</sup> Cabe registrar aqui a composição político-partidária da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, eleita em 2018 para o mandato 2019-2022. De acordo com os dados das eleições de 2018, a composição era a seguinte: Partido dos Trabalhadores (PT) – 08 deputados; Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – 08 deputados; Partido Progressista (PP) – 06 deputados; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – 05 deputados; Partido Social Liberal (PSL) – 04 deputados; Partido Democrático Trabalhista (PDT) – 04 deputados; Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – 04 deputados; Partido Socialista Brasileiro (PSB) – 03 deputados; Partido Liberal (PL) – 02 deputados; Republicanos – 02 deputados; Democratas (DEM) – 02 deputados; NOVO – 02 deputados; Partido Social Democrático (PSD) – 01 deputado; Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – 01 deputado; Podemos – 01 deputado; Cidadania – 01 deputado; Solidariedade – 01 deputado (ROLLSING, 2022).

de extingui-lo ou, então, tornar seus valores o mais próximo possível dos valores do salário mínimo nacional (CADONÁ, 2016)<sup>3</sup>.

Em 2019, as primeiras mobilizações críticas ao salário mínimo regional ocorreram em fevereiro, quando a FIERGS, visando pressionar o governo Eduardo Leite e os deputados estaduais em favor de sua extinção, realizou um levantamento sobre a dinâmica da economia gaúcha a partir dos anos 2000. Através do levantamento realizado, as lideranças industriais destacaram que, “de 2001, ano da implantação do Piso Regional gaúcho, até 2017, o Rio Grande do Sul apresentou o segundo menor crescimento no número de empregos com carteira assinada entre os estados brasileiros”, segundo o “Semana FIERGS” de 08/02/2019 (FIERGS, s. d.). Enfatizaram, ainda, que, no mesmo período, o salário mínimo nacional obteve uma elevação de 531,8%, enquanto o piso regional gaúcho foi elevado em 692,4%. Reafirmando que a FIERGS sempre foi contrária ao piso regional, que os seus reajustes “foram muito acima da inflação”, as lideranças industriais argumentaram que a manutenção do salário mínimo regional dificultava a criação de empregos, agravando a situação de desemprego já existente, conforme também explicitado no “Semana FIERGS” de 08/02/2019 (FIERGS, s. d.).

As pressões políticas da burguesia industrial, que se somaram às pressões realizadas por outras entidades de representação dos interesses da burguesia no Rio Grande do Sul (FEDERASUL, FECOMÉRCIO, FARSUL) não foram exitosas em 2019. Em que pese suas propostas (extinção do piso ou, então, reajuste zero) terem sido defendidas na Assembleia, a maioria dos deputados estaduais aprovou um reajuste de 3,4% no salário mínimo regional (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019b).

Por outro lado, ainda em 2019, a burguesia industrial conseguiu aprovar demandas importantes e apresentadas na “Plataforma de Compromissos por um Brasil Industrial” (FIERGS, 2018). Uma dessas demandas decorreu de suas pressões em favor de reformas administrativas no Estado. Ao longo daquele ano, suas lideranças articularam pressões políticas, tanto no executivo quanto no legislativo para que suas propostas de reformas administrativas fossem assumidas como propostas de governo. Em abril, por exemplo, e dentro de uma estratégia de pressão política, o presidente da FIERGS publicou um artigo nos jornais de Porto Alegre cobrando das autoridades governamentais do estado comprometimento com as propostas defendidas pela burguesia industrial.

<sup>3</sup> O salário mínimo regional foi criado no Brasil em 2000, quando foi dado aos estados da Federação a prerrogativa para instituírem salários mínimos em seus territórios. A partir de então, alguns estados instituíram o salário mínimo estadual, dentre os quais o Rio Grande do Sul, cuja primeira lei foi aprovada em 2001.

A sociedade gaúcha tem pressa.

A sociedade gaúcha tem pressa em relação à aprovação de reformas que recolocuem o Rio Grande do Sul no caminho do desenvolvimento sustentado. Qualquer atraso nesta agenda [...] frustra as expectativas da maioria da população que elegeu o atual Governo do Estado, justamente para promover as reformas [...] que foram amplamente debatidas durante o período eleitoral de 2018. Entre elas, a prioridade está na diminuição do tamanho da máquina estatal, através do processo de privatizações, concessões, e parcerias público-privadas, que ajudará no combate ao déficit estatal, e a indispensável adesão do Rio Grande do Sul ao Plano de Recuperação Fiscal do Governo Federal. Neste sentido, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul apoia a PEC 272/2019 que dispensa a realização de consulta plebiscitária para a venda, alienação ou transferência de controle acionário da CEEE, da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e da Sulgás. Não é mais aceitável [...] destinar verbas do erário público para reduzir o prejuízo de empresas estatais [...]. Assim, a aprovação da PEC 272, encaminhada há mais de 40 dias para a Assembleia Legislativa, deverá destravar o processo das reformas aguardadas por todos os segmentos da população gaúcha, na mesma linha do programa de parcerias para estimular concessões e PPPs, recentemente lançado no Palácio Piratini, e que igualmente deve ser aplaudido e apoiado por todos nós (PETRY, 2019a, não paginado).

Essa demanda da burguesia industrial, em favor do encaminhamento rápido da privatização de importantes empresas estatais gaúchas, foi atendida ainda no primeiro semestre de 2019. No final do mês de abril, a Proposta de Emenda Constitucional 272 (PEC 272), retirando da Constituição Estadual a obrigatoriedade de realização de plebiscito para ouvir a população sobre a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e da Companhia de Gás do RS (Sulgás), foi aprovada em primeiro turno pela Assembleia Legislativa. Logo em seguida, no início de maio, a Assembleia Legislativa confirmou a aprovação da referida PEC, em votação de segundo turno, abrindo o caminho para que o governo Eduardo Leite privatizasse as três empresas sem consulta à população (CORREIO DO POVO; RÁDIO GUAÍBA, 2019).

Duas outras importantes mobilizações coletivas foram articuladas pelas lideranças da burguesia industrial ainda em 2019, visando defender sua agenda de desenvolvimento. A primeira delas ocorreu em setembro, quando a FIERGS organizou uma campanha publicitária em favor da instituição de um novo Código Estadual de Meio Ambiente. Naquele período, o governo Eduardo Leite encaminhou para a Assembleia Legislativa a proposta de um novo código ambiental. A proposta do executivo estadual obteve amplo apoio

da FIERGS, que organizou a campanha publicitária visando pressionar os deputados estaduais pela aprovação do novo código. Um dos instrumentos utilizados na campanha publicitária foi a colocação de cinco banners na região metropolitana de Porto Alegre, contendo os seguintes conteúdos: 1. “Ambiente com mais desenvolvimento; aprove o novo código – PL 431/19”; 2. “Ambiente com mais empregos; aprove o novo código – PL 431/19”; 3. “Ambiente com mais inovação: aprove o novo código – PL 431/19”; 4. Ambiente com mais empreendimentos; aprove o novo código – PL 431/19”; 5. “Ambiente com mais crescimento; aprove o novo código – PL 431/19”, de acordo com o “Semana FIERGS” publicado em 18/09/2019 (FIERGS, s. d.).

A discussão sobre o novo código ambiental tramitou na Assembleia Legislativa até dezembro, quando o projeto encaminhado pelo executivo foi aprovado. O código aprovado foi amplamente criticado pelos partidos de oposição ao governo Eduardo Leite, como também pelos movimentos sociais e entidades ambientais; e elogiado pelas lideranças da burguesia no Rio Grande do Sul, dentre as quais os dirigentes da FIERGS, da FARSUL e da FEDERASUL (FERRAZ, 2019).

Uma segunda importante mobilização da burguesia industrial durante 2019 ocorreu já no mês de dezembro, quando suas lideranças entregaram para todos os deputados estaduais um documento contendo um conjunto de propostas de “modernização administrativa do Rio Grande do Sul”. No documento, reafirmando as propostas contidas na “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”, as lideranças da burguesia industrial enfatizaram que, naquele momento, estavam apoiando as “medidas encaminhadas à Assembleia Legislativa pelo Poder Executivo visando a modernização do setor público”, em especial, aquelas que objetivassem diminuir os gastos com pessoal. E destacaram positivamente duas medidas encaminhadas pelo executivo estadual naquele momento: as alterações na carreira dos servidores, com o objetivo de “reduzir as vantagens funcionais” e, conseqüentemente, o crescimento vegetativo da folha de pagamento do estado; as mudanças nas regras previdenciárias, cuja intenção, frisavam, visava “frear o aumento explosivo do déficit da Previdência Estadual”, conforme apontado no “Semana FIERGS” de 16/12/2019 (FIERGS, s. d.).

Durante 2019, portanto, as propostas defendidas pela burguesia industrial tiveram grande aceitação no executivo e no legislativo estaduais, criando, entre suas lideranças, confiança e expectativas positivas quanto a avanços na implementação de sua agenda de desenvolvimento em 2020, ainda que, no contexto de expansão da crise provocada pela pandemia da Covid-19, algumas tensões políticas surgiriam, em especial no que diz respeito às “regras de

distanciamento controlado”, adotadas pelo executivo estadual com o objetivo de controlar a pandemia no território gaúcho.

Observe-se que, já a partir do terceiro trimestre de 2019, alguns indicadores econômicos assinalavam uma desaceleração no já baixo ritmo de crescimento observado na economia gaúcha a partir de 2017/2018 (BLACK, 2020, p. 16). Essa desaceleração se intensificou em 2020, quando a economia gaúcha foi atingida por uma estiagem nos meses de verão e pela crise sanitária da COVID-19. Em relação ao fator climático, a falta de chuvas provocou perdas significativas na agricultura gaúcha, fazendo o PIB (Produto Interno Bruto) da agropecuária cair 19,7% no primeiro trimestre e 39,4% no segundo semestre (em relação aos mesmos períodos de 2019) (BLACK, 2020, p. 16). E o fator sanitário, decorrente da pandemia da COVID-19, provocou um “choque” tanto de oferta quanto de demanda, com resultados negativos em todos os setores econômicos; no caso da indústria de transformação, a queda de produção chegou aos 15,8% até o mês de junho (BLACK, 2020, p. 17).

A conjuntura da crise sanitária e do agravamento da crise econômica não impediram a continuidade das mobilizações políticas da burguesia industrial em defesa de sua agenda de desenvolvimento. Pelo contrário, em alguns momentos, a crise sanitária se mostrou funcional para que determinadas demandas fossem alcançadas. Isso ocorreu, por exemplo, na discussão sobre o salário mínimo regional em 2020. Novamente, suas lideranças mobilizaram ações coletivas visando a extinção do salário mínimo regional ou, então, um menor reajuste possível no mesmo. O governo Eduardo Leite até encaminhou uma proposta de reajuste (4,5% de aumento), mas a mesma foi derrotada na Assembleia Legislativa, que decidiu em favor de reajuste zero para o ano de 2020, segundo consta no “Semana FIERGS” publicado em 11/09/2020 (FIERGS, s. d.).

Duas outras grandes mobilizações políticas foram organizadas pelas lideranças da burguesia industrial durante 2020, ambas diretamente vinculadas à agenda de desenvolvimento apresentada em 2018: a primeira com o objetivo de pressionar ações governamentais em favor da redução do que denominaram “Custo RS”; a segunda em favor de uma reforma tributária estadual.

Quanto à mobilização em favor da redução do “Custo RS”, ainda em março, a FIERGS produziu um documento com essa denominação, com o objetivo de discutir e pressionar (tanto no Legislativo quanto no Executivo estaduais) em favor de “reformas” no Estado subnacional. Na apresentação daquilo que se constituiria numa “campanha política”, o presidente da FIERGS publicou um artigo nos jornais de Porto Alegre, justificando a importância da mesma:

### O Insustentável “custo RS”

Uma importante questão passa despercebida na maioria das discussões sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trata-se do “Custo RS”, ou seja, o ônus maior que recai sobre as indústrias gaúchas, em comparação as localizadas nos demais Estados. Estudo da FIERGS apurou 30 fatores que sobrecarregam as cadeias produtivas onerando desde a área trabalhista até ambiental, passando pela tributação mais alta, burocracia, baixos investimentos na infraestrutura, e qualidade da energia. [...] o alto custo dos insumos básicos, como a maior tributação nos combustíveis e a instabilidade no fornecimento de energia elétrica, junto com a falta de investimentos em infraestrutura e logística são outros entraves. No âmbito trabalhista, a existência do Piso Salarial Regional, acima do salário mínimo nacional, serve para fomentar um debate político anacrônico, posicionando o RS [...] no antepenúltimo lugar na criação de empregos formais no Brasil, no período de 2001 a 2018. Mesmo com esse quadro, temos a certeza de que o RS pode trilhar um novo caminho, a partir das Reformas que o Governo do Estado vem promovendo com a receptividade da maioria do parlamento gaúcho. Cabe, agora, reproduzir essa união para iniciar o combate decisivo ao insustentável Custo RS. A sociedade agradecerá os resultados que virão das ações de estímulo e valorização do setor industrial [...] (PETRY, 2019b, não paginado).

A manifestação do presidente da FIERGS já era resultado de um processo político que resultou na criação do documento “Custo RS” que, ainda em março de 2020, foi entregue para lideranças políticas no Rio Grande do Sul, dentre os quais o então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ernani Polo (PP – Partido Progressista), em reunião realizada na Sede da FIERGS, conforme indicado no “Semana FIERGS”, de 06/03/2020 (FIERGS, s. d.).

Retomando pontos centrais da “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”, através da discussão sobre o “Custo RS”, a burguesia industrial elencou um conjunto de “30 maiores entraves à competitividade do setor industrial gaúcho”, apresentado “possíveis soluções” aos mesmos. Os “30 maiores entraves” foram organizados em seis grandes áreas: 1) Relações trabalhistas (piso regional; vinculação do piso do engenheiro ao salário mínimo; fiscalização do trabalho; emissão de alvarás pela vigilância sanitária); 2) Tributação e Burocracia (majoração das alíquotas internas de ICMS; elevada tributação sobre combustíveis; concessão de incentivos fiscais; produtos submetidos à substituição tributária; vedação ao creditamento de ICMS nas contas de energia elétrica da CEEE-D; incidência de ICMS sobre frete interestadual; complexidade do MDF-E Intermunicipal; custos de serviços da junta comercial); 3) Infraestrutura e Logística (investimentos em infraestrutura estadual; dificuldade em realizar PPPs; alto custo logístico em virtude das péssimas condições dos modais

existentes; falta de investimento no Porto de Rio Grande; dificuldade de acesso ao Porto de Rio Grande; sucateamento do modal hidroviário; deterioração da malha ferroviária; aeroporto Salgado Filho); 4) Energia (deficiência nas linhas de transmissão de energia; gás insuficiente); 5) Comércio Exterior (concentração das exportações de manufaturados para o mercado argentino; altos custos portuários nas operações de comércio exterior; déficit de rotas internacionais diretas a partir de Porto Alegre; saldo credor de ICMS); 6) Meio Ambiente (valor das taxas de licenciamento ambiental; licenciamento de atividade de mineração; licenciamento de parque eólico; regulamentação do Código Estadual do Meio Ambiente) (FIERGS, 2020a).

O detalhamento dos “fatores” que a burguesia industrial identificou como constituintes do “custo RS”, bem como das propostas que defendeu como soluções aos problemas detectados, requer um esforço analítico que está para além do horizonte do presente artigo. De qualquer forma, é importante destacar que o diagnóstico e as propostas apresentadas estavam em sintonia com a agenda de desenvolvimento apresentada no contexto político-eleitoral de 2018. Além disso, o debate proposto sobre o “Custo RS” se sustentou, sob o ponto de vista político-ideológico, numa perspectiva neoliberal que, ao mesmo tempo em que defende a redução do tamanho do Estado (defesa de reforma administrativa, com diminuição dos gastos públicos) e uma menor participação do Estado na regulação das relações econômicas e sociais, cobra desse mesmo Estado ações proativas que garantam maiores investimentos públicos em infraestrutura e condições mais favoráveis aos investimentos privados.

Em relação à *reforma tributária*, em julho de 2020 o governo Eduardo Leite encaminhou para a Assembleia Legislativa uma proposta de reforma, contendo um conjunto de medidas, dentre as quais as principais foram: 1) Simplificação com redução do número de alíquotas do ICMS; 2) Redistribuição da carga tributária, com redução das alíquotas incidentes sobre a maioria dos produtos, mas, também, com elevação das alíquotas de vinho, refrigerante, aguardente e GLP; 3) Medidas de estímulo à atividade econômica e à retomada pós-pandemia: a) redução da alíquota efetiva para compras internas; b) redução do prazo de creditamento do ICMS dos bens de capital; c) devolução parcial dos créditos de “uso e consumo”; d) devolução de saldos credores de exportação; e) revisão do Simples Gaúcho, com aumento do teto de faturamento das empresas para concessão de isenções durante o ano de 2021; f) extinção do DIFAL – “imposto de fronteira” – para micro e pequenas empresas a partir de 2022; g) estímulo à importação pelo RS através da infraestrutura aeroportuária; 4) Revisão sistemática de benefícios fiscais: a) extinção parcial de isenções e reduções de base de cálculo;

b) criação de Fundo Devolve ICMS; 5) Redução do ônus fiscal para famílias de baixa renda; 6) Modernização da administração tributária, com diminuição de burocracia, medidas de combate à sonegação e à informalidade; 6) Transparência e cidadania, com mecanismos de devolução de impostos para toda a população e ampliação dos valores destinados a entidades assistenciais; 7) Tributação menor do consumo e maior do patrimônio (RIO GRANDE DO SUL, 2020a).

As primeiras manifestações das lideranças da burguesia industrial em relação à proposta de reforma tributária do governo Eduardo Leite foram de cautela, alegando-se ser uma proposta ampla que necessitava uma avaliação cuidadosa. Contudo, muitas das medidas anunciadas foram elogiadas, na medida em que estavam em sintonia com o que a FIERGS já defendia, tal como explicitado no “Semana FIERGS” de 03/07/2020 (FIERGS, s. d.). A FIERGS se posicionou oficialmente em relação à proposta em setembro de 2020, num momento em que o executivo estadual encontrava dificuldades para aprová-la na Assembleia Legislativa. Através da posição oficial da FIERGS, as lideranças industriais reafirmaram a contrariedade em relação à elevação da carga tributária e enfatizaram a importância de a reforma tributária “contemplar medidas formais para que o setor público assuma a contrapartida de redução de seus custos”. Reconhecendo que a proposta do executivo tinha pontos positivos, as lideranças da burguesia industrial identificaram “pontos de convergência” e “pontos de divergência” com a proposta do governo, apontando também “contrapartidas” que deveriam ser assumidas pelo poder público estadual. Dentre os pontos de convergência, destacaram: 1) Retorno das alíquotas provisórias aos patamares originais antes da majoração; 2) Redução da alíquota efetiva nas compras internas para 12%; 3) Simplificação e redistribuição da carga tributária; 4) Redução do prazo de creditamento do ICMS dos bens de capital; 5) Devolução parcial dos créditos de “uso e consumo”; 6) Devolução de saldos credores de exportação; 7) Modernização da administração tributária; 8) Programa “Nos Conformes RS”. E dentre os pontos de divergência: 1) A percepção de que a proposta do executivo tornava permanente uma carga tributária que deveria ser transitória; 2) A majoração da carga tributária do ITCD; 3) O aumento da carga tributária da cesta básica; 4) A tributação desigual do IPVA entre veículos a combustão e veículos híbridos/elétricos. E como contrapartidas do governo cobraram: 1) A defesa da criação de um teto de gasto para o governo; 2) A apresentação da PEC do duodécimo, com repartição do orçamento de acordo com a receita realizada; 3) A renovação dos convênios CONFAZ por prazo indeterminado; 4) Medidas permanentes para a manutenção da competitividade da indústria gaúcha; pontos esses expostos no “Semana FIERGS” de 11/09/2020 (FIERGS, s. d.).

O governo Eduardo Leite, diante das dificuldades encontradas, retirou sua proposta de reforma tributária da Assembleia Legislativa ainda no mês de setembro. Na ocasião, a FIERGS publicou uma “posição oficial” em relação à atitude do governador, na qual afirmou que a “decisão de retirar a proposta de Reforma Tributária foi tomada por uma avaliação política do Governo”, que a proposta tinha pontos positivos e pontos negativos e que, por isso, “cabia negociar as correções e aprimoramentos”, tal como indicado no “Semana FIERGS de 25/09/2022 (FIERGS, s. d.).

A posição das lideranças industriais, destacando pontos positivos e pontos negativos na proposta do governo Eduardo Leite, manteve-se até o final de 2020, quando uma proposta do executivo foi aprovada na Assembleia Legislativa. Proposta que foi aprovada, no entanto, por que contou com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores que negociou seu apoio com o governo colocando como contrapartida a exigência de destinação, no orçamento de 2021, de R\$ 1,5 bilhão para a compra de vacina contra a Covid-19 (SCHAFFNER, 2020).

A proposta aprovada contemplou demandas da burguesia industrial, ainda que não nas condições cobradas em suas mobilizações. Por meio da reforma aprovada, o governo gaúcho diminuiu alíquotas de ICMS sobre energia elétrica, gasolina, álcool e serviços de comunicação, de 30% para 25% a partir de 2022; reduziu também a alíquota básica de ICMS, que era de 18% e foi reduzida para 17,5% em 2021 e para 17% a partir de 2022; contemplou uma demanda antiga dos setores empresariais, com a redução da alíquota efetiva nas compras internas entre empresas e o fim da cobrança do diferencial de alíquotas (Difal) nas compras externas quando um produto de outro estado tiver alíquota efetiva similar à praticada no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2020a). Num momento de crise, decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, o governo propôs medidas com potencial de redução da receita tributária do estado gaúcho. Na perspectiva das lideranças da burguesia industrial, no entanto, as medidas adotadas deveriam ter resultados imediatos como forma de proteger o “setor produtivo” dos efeitos da pandemia.

O presidente da FIERGS, ao se posicionar em relação à reforma tributária aprovada, indicou a positividade da redução da alíquota básica do ICMS e registrou a expectativa de que houvesse uma redução escalonada já a partir de 2021 nas alíquotas de energia, telecomunicações e combustível. Nenhum posicionamento das lideranças industriais, registrados no período de aprovação da reforma tributária, indicou críticas contundentes à proposta aprovada na Assembleia, segundo consta no “Semana FIERGS” publicado em 18/12/2020 (FIERGS, s. d.).

Por fim, cabe destacar os posicionamentos políticos da burguesia industrial em relação às ações adotadas pelo governo Eduardo Leite visando controlar a expansão da pandemia no Rio Grande do Sul. Evidentemente, pela importância que o tema ganhou em 2020 e pelas controvérsias que foram geradas a partir das ações tomadas pelo governo estadual, não é possível, nos limites deste artigo, uma análise detalhada dos diferentes momentos em que as lideranças industriais se posicionaram em relação às decisões do governo gaúcho. No entanto, para fins da análise da relação entre a burguesia industrial e o governo Eduardo Leite, é importante registrar três frentes de ação que foram adotadas pela FIERGS.

A primeira frente de ação expressou uma preocupação da direção da FIERGS no sentido de oferecer informações para as indústrias localizadas no território gaúcho. Nessa direção, a entidade criou um endereço específico em sua página na Internet (“COVID-19 MEDIDAS DA FIERGS”), disponibilizando informações organizadas em quatro blocos: 1) Notícias, com informações de posicionamentos e ações desenvolvidas pela entidade, direta ou indiretamente relacionadas com a Pandemia; 2) Comunicados técnicos, com comunicados e ações desenvolvidas pelos diferentes conselhos temáticos que existem na entidade; 3) Quadro de Monitoramento, a partir do qual a entidade disponibiliza todos os pleitos realizados em função da Covid-19, com o acompanhamento de quais demandas foram atendidas pelo governo, quais foram atendidas parcialmente e quais não foram atendidas; 4) Parecer sobre a atividade industrial, com avaliações jurídicas sobre as medidas adotadas pelos governos e suas repercussões nas atividades industriais (FIERGS, 2020b).

A segunda frente de ação se vinculou à mobilização liderada em nível nacional pela CNI, visando apresentar propostas de apoio à indústria ao governo de Jair Bolsonaro. Ainda em março de 2020, através do Fórum Nacional da Indústria (que reúne representantes das Federações Estaduais da Indústria e de setores industriais), a CNI elaborou um documento que foi enviado para o Presidente da República, para Ministros de Estado, para os presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, além de líderes de partidos políticos e de blocos partidários no Congresso Nacional. As propostas da CNI foram organizadas em quatro temas: tributação, política monetária, financiamento e legislação trabalhista. E cada um desses temas compreendeu demandas tais como: adiamento/prorrogação/parcelamento/dispensa temporária no pagamento de tributos; redução de taxas de juros; linhas de crédito e maior facilidade para acesso de créditos bancários; permissão para flexibilizar regras de contratação e de uso da força-de-trabalho, conforme o “Semana FIERGS” de 20/03/2020 (FIERGS, s. d.).

Tomando como referência as sugestões encaminhadas pela CNI ao governo federal, no Rio Grande do Sul as três principais entidades representativas dos interesses de classe da burguesia – FIERGS, FECOMÉRCIO e FARSUL –, ainda em março, reuniram-se e elaboraram um “manifesto” (“Pela Reativação da Economia Gaúcha”), a partir do qual apresentaram suas preocupações quanto, conforme o “Semana FIERGS” de 27/03/2020, “à ameaça de desabastecimento que poderá caso se prolonguem [...] as proibições das atividades empresariais”, e um conjunto de dez medidas com o objetivo de amenizar os efeitos da crise sanitária sobre a “economia gaúcha” (FIERGS, s. d.): 1) Diferir a cobrança do ICMS, assim como o Imposto devido por Substituição Tributária por, no mínimo, 90 dias; 2) Suspender a fiscalização, as autuações, bem como da sua inscrição em dívida ativa em relação à apuração nos meses de março a agosto de 2020 do ICMS; 3) Renegociar os débitos tributários, nos moldes de um Regis Estadual, com carência de 90 dias para iniciar o pagamento; 4) Prorrogar por 90 dias o pagamento das taxas de serviços essenciais para o setor produtivo, como energia elétrica, gás e água; 5) Flexibilizar as regras de revogação do Programa Refaz-2019 (Decreto n. 54.853) para aqueles contribuintes que ficarem inadimplentes por três meses consecutivos, ou ainda, a interrupção dos pagamentos de parcelamentos em andamento e a retomada dos mesmos a partir de setembro de 2020; 6) Prorrogar a validade das certidões negativas de débitos vigentes até dezembro de 2020; 7) Ampliar, flexibilizar e desburocratizar as linhas de crédito disponibilizadas pelo Banrisul, BRDE e Badesul; 8) Suspender por 60 dias os prazos dos processos administrativos no âmbito da administração pública estadual direta e indireta; 9) Suspender a exigência do MDFe intermunicipal e interestadual por tempo indeterminado; 10) Prorrogar todos os estímulos fiscais até o final do ano de 2020 (FIERGS, s. d.).

A terceira frente de ação vinculou-se diretamente às decisões do governo de Eduardo Leite, mais especificamente no que diz respeito às políticas de restrição que o governo estadual propôs à sociedade gaúcha desde o período em que a expansão da pandemia exigiu medidas de controle social (RIO GRANDE DO SUL, 2020b). Ao longo de 2020, nesse sentido, as lideranças da burguesia industrial se manifestaram criticamente em relação às medidas de restrição das atividades econômicas, mantendo posição favorável à flexibilização das regras de controle. No mês de julho, inclusive, num momento em que a crise sanitária iniciava uma escalada de agravamento no Rio Grande do Sul, os presidentes da FIERGS, da FECOMÉRCIO e da FEDERASUL foram até o governador Eduardo Leite solicitar “reavaliação dos protocolos de funcionamento das atividades econômicas do Plano de Distanciamento Controlado”. Na ocasião,

os dirigentes dessas entidades entregaram um documento ao governador, indicando as dificuldades já enfrentadas pelas empresas no contexto da pandemia e cobrando do governo maior sensibilidade às já existentes formas de proteção e de controle que as empresas adotavam nos locais de produção, segundo o “Semana FIERGS” publicado em 03/07/2020 (FIERGS, s. d.).

O teor das manifestações das lideranças industriais, ao longo do ano, foi esse: criticaram as medidas governamentais que implicavam restrições às atividades econômicas e elogiaram as decisões em favor de maior liberdade para as empresas definirem suas estratégias de controle da pandemia. A manifestação do presidente da FIERGS, nesse sentido, é ilustrativa, tal como se pode observar no excerto do “Semana FIERGS” de 26/06/2020:

Restrições ao setor industrial são desnecessárias.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul [...] manifesta sua contrariedade às restrições de operação do setor fabril nas Regiões gaúchas e Porto Alegre com “Bandeira Vermelha” em função da Covid-19. As fábricas já dispõem, há muito, da cultura do uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs – somando a isso novas práticas de prevenção diante da pandemia. Os sistemas produtivos são organizados mediante planejamento, objetivando a eficiência, o que por si só afasta a aglomeração de trabalhadores. E não há presença de consumidores em suas instalações. Portanto, não é aconselhável o aumento de restrições ao setor. Além disso, as estatísticas de ocupação de UTIs nas cidades-polo podem levar a distorções na aplicação dos critérios de contingência. [...]. Essa realidade indica uma política pública urgente de distribuição de investimentos visando equipar e ampliar hospitais regionais, desconcentrando as internações nas cidades de maior porte e que são, por isto, mais atingidas pelas medidas restritivas. A FIERGS espera que em vez de restrições, sejam feitas ações nesse sentido, além de reconhecer a relevância das indústrias estabelecidas no Rio Grande do Sul que geram empregos e impostos nas mais diversas Regiões, e que por suas características operacionais não podem ser oneradas com decisões de sanfona – abre e fecha – retirando as mínimas condições de previsibilidade que o setor fabril e seus trabalhadores necessitam. A sociedade deseja mais ações e menos restrições. Gilberto Petry. Presidente da FIERGS. (FIERGS, s. d., não paginado).

As três frentes de ação que a FIERGS liderou expressam as questões consideradas mais importantes pela burguesia industrial durante 2020, quando articularam mobilizações visando defender seus interesses de classe no contexto de expansão da pandemia da Covid-19 no Rio Grande do Sul: por um lado, a necessidade de políticas governamentais de proteção à indústria; por outro lado, a perspectiva crítica adotada em relação às ações governamentais de controle da pandemia quando essas implicaram restrição às atividades empresariais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada, neste trabalho, permitiu uma compreensão de como a burguesia industrial se mobilizou visando defender sua agenda de desenvolvimento na definição das políticas governamentais no Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo Eduardo Leite. Nessa direção, foi possível indicar que, durante o período considerado, a burguesia industrial encontrou boa receptividade, tanto no executivo quanto no legislativo estaduais, à sua agenda de desenvolvimento, proposta ainda no contexto das eleições de 2018. Temas importantes e defendidos, naquele momento, vinculados a reformas no Estado subnacional, à reforma tributária, a um código ambiental favorável aos investimentos privados, a políticas de concessão de subsídios e de renúncias fiscais, mesmo ao salário mínimo regional (em 2020), foram aprovadas durante os dois primeiros anos do governo Eduardo Leite.

A mobilização política analisada é expressão da capacidade de atuação classista da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Uma capacidade de classe que se objetiva na articulação intraclasse, através de mobilizações que resultam na construção de agendas políticas e de ações coletivas visando a defesa dessas agendas. Mas que também se objetiva na criação de espaços políticos junto às instâncias estatais de decisão, onde e quando diferentes estratégias de pressão são mobilizadas para a transformação de suas agendas políticas em agendas de governo.

A agenda de desenvolvimento que a burguesia industrial defendeu, no período analisado, está diretamente vinculada aos seus interesses imediatos, em especial no que diz respeito ao aprofundamento da lógica de produção da mais-valia na relação direta entre capital e trabalho (crítica ao salário mínimo regional), à criação de um “ambiente estadual de negócios” favorável aos investimentos do capital, à redefinição da atuação do Estado em favor de ganhos de produtividade e de competitividade ao capital, ainda que isso ocorra através do aprofundamento da dissociação entre o desenvolvimento capitalista e a democracia. São essas questões que ficam evidenciadas nas mobilizações em favor da redução da carga tributária, mesmo num período de agravamento da crise financeira do Estado e de maior necessidade de investimentos públicos para controlar a pandemia e seus efeitos sanitários e sociais. São essas questões que decorrem das prioridades colocadas na discussão sobre “Custo RS”, quando foram elencados como “entraves” ao desenvolvimento questões relacionadas à “alta tributação”, ao pouco investimento estatal em infraestrutura, às regulamentações públicas que restringem a liberdade das empresas, à considerada frágil ação dos governos na criação e na ampliação de mercados para as empresas; e não discussões sobre

investimentos do Estado em questões fundamentais para a própria dinâmica da economia como, por exemplo, a educação e a saúde (em especial num tempo em que a crise sanitária impactou negativamente na economia do País). São essas questões que ficam evidenciadas, também, diante da crise sanitária provocada pela pandemia, quando as prioridades nas mobilizações da burguesia industrial se definiram a partir do interesse de diminuir os efeitos da crise sobre os investimentos privados, seja por meio de demandas em favor de renúncia fiscal, subsídios, financiamentos facilitados, seja através das críticas às medidas governamentais visando controlar a propagação da pandemia.

Do governo estadual, nesse sentido, as mobilizações políticas da burguesia industrial buscam torná-lo um espaço de transformação de sua agenda particular numa agenda não somente do governo, mas do território gaúcho, dos gaúchos. Afinal, como frisava René Dreifuss, essa é uma das tarefas das elites orgânicas da burguesia: operacionalizar os objetivos de classe e viabilizar a inserção política e ideológica da classe, convertendo seus projetos particulares em demandas gerais.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. Interpretações sobre a burguesia industrial brasileira. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, p. 31-44, 2003.
- BENDER FILHO, R.; CORONEL, D. A. Desindustrialização na economia gaúcha: evidências a partir de indicadores de orientação externa. *In*: CALANDRO, M. L.; MIEBACH, A. D.; ALVIM, A. M. (org.). **Inovação, sustentabilidade e desenvolvimento no RS**. Porto Alegre: FEE, 2017. p. 16-34.
- BLACK, C. A economia gaúcha no primeiro semestre de 2020. **Revista Estudos de Planejamento**, Porto Alegre, n. 16, p. 2-25, 2020.
- BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: UNICAMP, 2018.
- CADONÁ, M. A. **A inserção neoliberal**: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo no Brasil durante os anos 1990. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- CADONÁ, M. A. A burguesia industrial e o desenvolvimento subnacional no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos posicionamentos da FIERGS em relação ao salário mínimo estadual durante o governo de Yeda Crusius (2007 - 2010). **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 161-180, 2016.

CORREIO DO POVO; RÁDIO GUAÍBA. Assembleia aprova PEC que libera venda de estatais sem plebiscito. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 07 maio 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/assembleia-aprova-pec-que-libera-venda-de-estatais-sem-plebiscito-1.337424>. Acesso em: 28 mar. 2021.

COSTA, P.; BORCK, I. Empresariado, parlamento e democracia: a CNI e o Congresso Nacional (2010 – 2017). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 433-471, 2019.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DINIZ, E.; PEREIRA, L. C. B. Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?. **Bresser-Pereira**, São Paulo, 10 nov. 2007. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/index.php/academic-papers/8352-2538>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DREIFUSS, R. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERRAZ, M. Assembleia aprova novo código ambiental do RS. **Zero Hora Digital**, Porto Alegre, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2019/12/assembleia-aprova-novo-codigo-ambiental-do-rs-ck41yzgvw014201qh9tcg4vz9.html>. Acesso em: 28 mar. 2021.

FIERGS. **Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial**. Porto Alegre: FIERGS, 2018.

FIERGS. **Custo RS**. Porto Alegre: FIERGS, 2020a.

FIERGS. **COVID-19 Medidas da FIERGS**. Porto Alegre: FIERGS, 2020b.

FIERGS. Semana FIERGS: 2019-2020. **Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, s. d. Disponível em: <https://www.fiergs.org.br/semana-fiergs>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GROS, D. Empresariado e atuação política na Nova República. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 113-120, 1990.

JORNAL DO COMÉRCIO. FIERGS apresenta agenda da indústria a deputados. **Jornal do Comércio Digital**, 13 fev. 2019a. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/politica/2019/02/670141-fiergs-apresenta-agenda-da-industria-a-deputados.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2019/02/670141-fiergs-apresenta-agenda-da-industria-a-deputados.html). Acesso em: 25 mar. 2021.

JORNAL DO COMÉRCIO. Salário-mínimo regional tem reajuste de 3,4%. **Jornal do Comércio digital**, 28 de maio de 2019b. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/politica/2019/05/686324-salario-minimo-regional-tem-reajuste-de-3-4.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2019/05/686324-salario-minimo-regional-tem-reajuste-de-3-4.html). Acesso em: 28 mar. 2021.

MANCUSO, W. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 131-146, 2007.

MANCUSO, W.; OLIVEIRA, A. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. **Lua Nova**, São Paulo, v. 69, p. 147-172, 2006.

PETRY, G. A. sociedade gaúcha tem pressa. **Zero Hora**, Porto Alegre, 02 abr. 2019a. Disponível em: <https://fiergs.org.br/en/node/30169>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PETRY, G. A. O insustentável “custo RS”. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 mar. 2019b. Disponível em: <https://www.fiergs.org.br/semana-fiergs>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. PL 246 é sancionado com medidas para o desenvolvimento do Estado. **Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2020a. Disponível em: <https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/14315/pl-246-e-sancionado-com-medidas-para-o-desenvolvimento-do-estado>. Acesso em: 25 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Modelo de Distanciamento Controlado. **Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2020b. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//modelo-de-distanciamento-controlado-apresentacao.pdf>. Consulta em: 25 mar. 2021.

ROLLSING, C. Como ficou a nova composição da Assembleia do RS após o período para troca de partidos. **GZH Política**, Porto Alegre, 05 maio 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2022/04/como-ficou-a-nova-composicao-da-assembleia-do-rs-apos-o-periodo-para-troca-de-partidos-cl1mjeqk9006q017cm4w1gbuq.html>. Acesso em: 07 jul. 2022.

SANTOS, M. Representação de Interesses na Câmara dos Deputados. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 52-70, 2014.

SCHAFFNER, F. Sem votos na base, Leite fecha acordo com PT e alíquota geral de ICMS cairá em 2021. **Zero Hora**, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/12/sem-votos-na-base-leite-fecha-acordo-com-pt-e-aliquota-geral-de-icms-caira-em-2021-ckj0a8nab001r017wnll6tkgs.html>. Acesso em: 17 mar. 2021.

Texto submetido à Revista em 16.04.2021

Aceito para publicação em 11.07.2022



## Salários reais, produtividade do trabalho e desemprego na indústria extrativa do Estado do Pará

### Real wages, labor productivity and unemployment in the extractive industry of the State of Pará

*Leticia Lima de Sousa* – Doutoranda em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPA. Bibliotecária-documentalista na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: leticia.sousa@ufpa.edu.br

*Douglas Alcantara Alencar* – Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: dalencar@ufpa.br

#### Resumo

Investiga salários reais e produtividade do trabalho na indústria extrativa paraense de 2006 a 2019. Os objetivos são: verificar a existência de relação entre as variáveis produtividade do trabalho, salários reais e desemprego, analisar a existência da relação e determinar a intensidade da influência entre as variáveis. O questionamento norteador da pesquisa é: quais são os efeitos dos salários reais sobre a produtividade do trabalho e desemprego no Estado do Pará? A hipótese é que os salários influenciam a produtividade do trabalho e desemprego no cenário paraense. Foi utilizada a versão adaptada por Ball e Moffitt (2001) da curva de Phillips para análise das variáveis com a aplicação da modelagem econométrica. Os resultados apontaram que os salários reais exercem influência sobre a produtividade do trabalho. Contudo, em relação ao desemprego não foram encontradas evidências de correlação. Recomenda a realização de estudos para analisar a influência que as inovações têm sobre a produtividade do trabalho, salários reais e desemprego.

#### Palavras-chave

Salários reais. Produtividade do trabalho. Desemprego. Indústria extrativa paraense.

#### Abstract

It investigates real wages and labor productivity in the extractive industry in Pará from 2006 to 2019. The objectives are: to verify the existence of a relationship between the variables labor productivity, real wages and unemployment, analyze the existence of the relationship and determine the intensity of the influence between the variables. The research's guiding question is: what are the effects of real wages on labor productivity and unemployment in the State of Pará? The hypothesis is that wages influence labor productivity and unemployment in the Pará scenario. The version adapted by Ball and Moffitt (2001) of the Phillips curve was used to analyze the variables with the application of econometric modeling. The results showed that real wages influence labor productivity. However, in relation to unemployment, no evidence of correlation was found. It recommends carrying out studies to analyze the influence that innovations have on labor productivity, real wages and unemployment.

#### Keywords

Real wages. Work productivity. Unemployment. Extractive industry in Pará.

## INTRODUÇÃO

O Estado do Pará desenvolve atividades extrativas explorando as riquezas minerais da região. Essa atividade econômica se tornou bastante lucrativa nos últimos anos. A base é o extrativismo animal, vegetal e mineral. Este último é a principal atividade praticada e tornou-se um enclave, pois são produzidos bens de baixo valor agregado que são exportados para beneficiamento em outros países. Isso evidencia a divisão entre países centrais e periféricos destacando as disparidades, ficando evidente que a Amazônia ainda hoje desenvolve o papel de agroexportadora de *commodities* para serem beneficiadas em outros países.

A partir dessa constatação questiona-se: quais são os efeitos dos salários reais sobre a produtividade do trabalho e desemprego no Estado do Pará? O objetivo geral é verificar a existência da relação entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego no período de 2006 a 2019 nas indústrias extrativas paraenses. Os objetivos específicos são: verificar o tipo de relação que existe entre os salários reais, produtividade do trabalho e desemprego e compreender a dinâmica de funcionamento do setor extrativo. Parte-se da hipótese de que os salários reais influenciam a produtividade do trabalho e o desemprego no cenário paraense.

O trabalho se encontra dividido em seis seções. Inicialmente, realizou-se contextualização econômica e social da Amazônia a fim de compreender como se constituíram as políticas econômicas para a região, desde a produção do cacau até chegar nos grandes projetos minerais. Apresentou-se o arcabouço teórico e a revisão de literatura sobre a relação entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego. Apresentou-se o método utilizado para a verificação da relação entre essas variáveis e salários reais, desemprego no contexto regional e com base nos resultados e discutiu-se como essa relação ocorre no contexto paraense e como a história econômica é parte essencial na compreensão dos fatos recentes e, por fim, fez-se as considerações finais.

## 1 HISTÓRIA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA: DO CACAU AOS GRANDES PROJETOS MINERAIS

Até o século XVIII a produção econômica na região amazônica era predominantemente extrativista. O principal produto era o cacau representando, em 1740, cerca de 90% das exportações da região, embora também se produzisse café e algodão. Contudo, a partir de 1840 ocorreu a perda de lucratividade na comercialização deste produto devido à diminuição dos preços do cacau

no mercado internacional; a guerra do Grão-Pará com a Guiana Francesa e a revolução cabana a partir de 1835. Após a revolução a região encontrava-se fragilizada economicamente (MATTOS, 1980; SANTOS, 1980).

Com a crise econômica outro produto, a borracha, partir de 1839, passou a ser o principal produto exportado em larga escala, após a descoberta do processo de vulcanização por Charles Goodyear nos Estados Unidos da América (EUA), o que permitiu a resolução do problema de mudanças na textura provocadas pelas alterações no clima, pois quando estava frio ficava endurecida e no calor tornava-se mais pegajosa. Esse período foi chamado de ciclo da borracha, no qual a Amazônia exportou essa matéria-prima para os países capitalistas sendo utilizada principalmente na indústria automobilística, que estava crescendo no mercado europeu naquele momento. A escassez de mão de obra para a extração do látex levou a um aumento dos preços deste produto (SANTOS, 1980; ROCQUE, 2001).

Foi necessário aumentar a força de trabalho, isso foi resolvido fazendo o deslocamento de trabalhadores de outros setores econômicos para a extração do 'leite' (resina da seringueira) e direcionando os capitais da região para a produção deste. O declínio da produção ocorreu, a partir de 1911, quando Ásia passou a produzi-la em larga escala (SANTOS, 1980; ROCQUE, 2001). Um fato importante que chama a atenção é a pauperização do seringueiro que ocorria "pelas próprias características das relações de trabalho da exploração da borracha na região dominada pelo sistema de aviamento, mesmo aqueles que não migravam em condições de pobreza viam-se logo empobrecidos" (DINIZ, 2017, p. 138).

O sistema de aviamento era um processo hierarquizado por meio do qual o seringueiro realizava a troca direta do produto extraído da seringueira por mercadorias para sua subsistência e ferramentas de trabalho, isto é, o seringueiro negociava o fruto de seu trabalho por produtos vendidos pelo patrão, todavia com preços altíssimos que o deixava sempre endividado e, conseqüentemente, sem poder deixar o seringal enquanto não pagasse sua dívida (SANTOS, 1980; LEAL, 1991; LOUREIRO, 2004; MARQUES, 2007).

Com o declínio da comercialização gomífera o governo federal lançou, em 1950, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) que tinha como objetivos: 1) assegurar a ocupação da Amazônia; 2) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução do papel social; 3) desenvolver a Amazônia em um sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (BRASIL, 1954).

Com a ascensão do regime militar, em 1964, os militares passaram a gerenciar a Spvea e durante este período foram elaborados três relatórios que

apontaram para a fragilidade da instituição. Nas palavras de Cavalcanti (1967, p. 19): “Não há o menor exagero em afirmar, logo ao início da presente exposição, que a Spvea, não obstante já contar mais de dez anos de instalada, apresenta-se como um organismo vacilante, sem estrutura capaz de alcançar os objetivos que ditaram a sua criação”.

Em junho de 1965 surgiu o Grupo de Trabalho da Amazônia por meio do qual decidiram pela extinção da Spvea e pela a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Esta nova instituição surgiu em 1966 e teve seu auge no decorrer dos anos 1970. Mas na década seguinte os incentivos fiscais começaram a declinar e, a partir de 1990, entrou em grande crise pela fragilidade na tomada de decisões, pois, de acordo com Pinto (2002, p. 439), a “SUDAM, na verdade, é uma Superintendência de Desenvolvimento para a Amazônia, não da Amazônia. Ela executa a vontade do governo federal, não é um filtro da vontade regional”. Assim, na tentativa de promover o desenvolvimento regional, a SUDAM elaborou três planos.

O I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA), 1972 a 1974, apresentou como instrumentos básicos de ação o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra). O PIN promoveu a construção das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e implantou o Plano de Irrigação do Nordeste. Os objetivos foram a integração física; desenvolvimento econômico centrado no setor privado e apoiado pelos incentivos fiscais da SUDAM e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); ocupação racional dos espaços vazios do território nacional, que apresentam potencialidade de recursos naturais. Já o Proterra, tinha como objetivo promover o acesso à terra, criando as melhores condições de emprego de mão de obra e fomentar a agroindústria (SUDAM, 1971; BRASIL, 1954). Contudo, Loureiro (2004) critica esses dois programas dizendo que só serviram aos interesses do governo federal sob o pretexto de “ocupar os espaços vazios”.

O II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1975 a 1979, concebeu a região como fronteira de recursos naturais e minerais, dividindo-a em 15 áreas, instituída no Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia):

*Polos agrominerais:* Rondônia (cassiterita, ilmenita, cacau e cana de açúcar), Trombetas (bauxita), Carajás (ferro e agropecuária) e Amapá (manganês, ferro, pescado e cana de açúcar);

*Polos madeireiros e agropecuários:* Acre (borracha e exploração florestal), Juruá-Solimões (madeira) e Jurema (extração vegetal e agropecuária);

*Polos agropecuários e agroindustriais:* Roraima (pecuária e industrialização de carnes), Tapajós-Xingu (lavouras, pecuária e agroindústria), Pré-Amazônia Maranhense (colonização, agricultura e pecuária), Xingu-Araguaia (pecuária de corte), e Aripuanã (pecuária e agroindústrias);

*Polos urbanos:* Manaus (Zona Franca de Manaus), Belém e São Luís (SUDAM, 1976, p. 46).

Observa-se então que a Amazônia passou a ser considerada fonte de exploração de recursos minerais de forma mais intensiva, a partir do II PDA, assumindo definitivamente o papel de exportadora de minérios. Quando o regime militar começou a enfrentar uma crise econômica e política seu modelo de Estado desenvolvimentista começou a ser questionado e como tentativa de impulsionar a economia foi lançado o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (III PDA), 1980 a 1985, os objetivos foram muito similares aos do plano anterior como, por exemplo, aumentar o nível e melhorar a qualidade de vida da população; contribuir para o aumento e diversificação das exportações para os mercados interno e externo; aumentar a participação da região no processo de desenvolvimento nacional; reorientar e/ou consolidar o processo de ocupação da Amazônia (SUDAM, 1982).

Contudo, é preciso enfatizar que a qualidade de vida da população e sobretudo do trabalhador não melhorou, pois, a mão de obra empregada recebia baixos salários e a riqueza concentrava-se nas mãos dos grandes capitalistas. A baixa renda do amazônida é nítida em termos absolutos e relativos, se for equiparada à renda média da população brasileira e a continuidade dessa disparidade econômica de 1980 até 2000 ratifica que a Amazônia apresentou um processo semelhante a uma armadilha de pobreza, em que a exploração de seus recursos naturais e minerais perpetuou-se a longo prazo sem traduzir-se em elevação de qualidade de vida da população residente na Amazônia (DINIZ, 2017).

Dando continuidade às diretrizes traçadas no III PDA, a partir da década de 1970, os grandes projetos começaram a ser implantados na Amazônia Oriental. O projeto Ferro-Carajás ficou sob a direção da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a extração de alumínio foi executada pelo projeto Trombetas e projeto Albrás/Alunorte. Outra grande empresa, a Alcan, realizou pesquisa geológicas e descobriu as reservas de bauxita no rio Trombetas (município de Oriximiná/PA), logo após esta descoberta foi criada a Mineração Rio do Norte (MRN) e também o Projeto Trombetas (BENTES, 1992).

Com a crise econômica brasileira e internacional, no fim dos anos de 1970, e na tentativa de superá-la implantou-se o Programa Grande Carajás (PGC). A área explorada compreendeu a província mineral dos Carajás e outras áreas

adjacentes que apresentavam grandes riquezas minerais, tais como, ferro, bauxita, ouro, níquel, cobre, manganês, cassiterita e minerais não metálicos. O governo utilizou-se do PGC para consolidar o padrão de ocupação econômica alicerçado nos grandes empreendimentos minerais (LÔBO, 1996).

Os grandes projetos implantados, a partir dos anos 1970, não trouxeram o desenvolvimento regional, pois não criaram as condições para que a Amazônia tivesse a estrutura industrial necessária para transformar as matérias-primas em produtos acabados. A política do governo federal centrada na concessão de incentivos fiscais foi arrefecendo-se entre os anos 1980 e 1990. Mesmo com o aumento da exportação mineral não se obteve os grandes saldos comerciais esperados. Contudo, impulsionaram a inserção de capitais multinacionais, promovendo a internacionalização da economia regional e desencadeando, porém, ao agravamento dos conflitos agrários e, além disso, não foi gerado o quantitativo de postos de trabalho necessários para empregar a população local (RIBEIRO, 2002; SARMENTO, 2002; MARQUES, 2007, CARVALHO *et al.*, 2017). Segundo Marques (2019, p. 101), “as políticas estatais foram apresentadas como sinônimo de desenvolvimento, mas, infelizmente, parecem que encruaram”.

É preciso entender que a economia extrativa está alicerçada em um paradigma tecnológico extrativista, que consiste em um conjunto de mecanismos que possibilitam o controle da natureza para atender as necessidades industriais sob a forma de trajetórias tecnológicas caracterizadas pela utilização da mecânica, da química e dos sistemas botânicos e biológicos. Na Amazônia, existe o “paradigma extrativista”, “paradigma agropecuário” e o “paradigma agroflorestal”, os quais coexistem no processo de exploração dos recursos naturais. A indústria paraense, nesses 30 anos, de 1980 a 2010, mostrou-se incipiente no que se refere à reestruturação produtiva e ao processo industrial (SOARES FILHO, 2012, p. 319; COSTA, 2019, p. 18).

Esse problema se estendeu ao longo dos governos sucessores, principalmente, de Lula a Bolsonaro. Durante o governo de Lula, de 2003 a 2011, marcado pelo social desenvolvimentismo caracterizado pela distribuição de renda, instituiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) com a finalidade de redução das desigualdades regionais e investimentos em áreas mais fragilizadas pela pobreza. Apesar de sua institucionalização, em 2007, a PNDR apresentou dificuldades de execução, do ponto de vista orçamentário, institucional aliada à falta de coordenação política por parte dos governos regionais para a sua viabilização. A Amazônia não podia mais ser vista como um vazio demográfico, pois na região habitam milhões de pessoas cujas atividades e sobrevivência dependem dos recursos naturais explorados. Para isso, as políticas

públicas buscaram incluir a segurança social e medidas de redução da pobreza, tentando fomentar o desenvolvimento da região norte e nordeste por meio da recriação da SUDAM, SUDENE e SUDECO (KAGEYAMA; SANTOS, 2012).

Dilma assumiu a presidência de 2011 a agosto de 2016 e criou, em 2013, a II PNDR, pois a primeira política não conseguiu alcançar o patamar de política nacional. Esta nova política possuía quatro objetivos principais: convergência de renda inter-regional; competitividade regional e geração de emprego e renda; agregação de valor e diversificação econômica; e construção de uma rede de cidades policêntricas. Apesar de certa melhoria, as desigualdades regionais brasileiras ainda permanecem, como o acesso aos serviços públicos e os indicadores socioeconômicos como, por exemplo, renda, educação e saúde continuaram com índices negativos (COÊLHO, 2015).

Com o *impeachment* da presidente Dilma, o vice-presidente Michel Temer assumiu o governo a partir de agosto de 2016 a 2018. Durante esse período, houve o agravamento do desmatamento na Amazônia e, em apoio ao agronegócio e à exploração mineral, Temer sancionou medidas provisórias e decretos que flexibilizaram a concessão de licenciamento ambiental, intensificando os conflitos fundiários e a grilagem na Amazônia (BRANFORD, 2018; LAGO, 2017).

Na mesma linha, Bolsonaro ao assumir a presidência, em 2019, enfraqueceu ainda mais a legislação ambiental, que já estava fragilizada desde o governo anterior. Desprotegeu as terras indígenas com o enfraquecimento dos sistemas regulatórios e intensificou ainda mais a grilagem de terras e a invasão de territórios indígenas e a unidades de conservação, colocando em segundo plano a preservação da floresta amazônica (MACEDO, 2020; ESCOBAR, 2020).

Nesse contexto, entre 2006 a 2015, a atividade do extrativismo mineral representou 76% das exportações. Ao analisar os dados verificou-se que houve um crescimento das exportações de minérios. Foram extraídos minério de ferro (85,5 milhões de toneladas), bauxita (17 milhões de toneladas), manganês (1,5 milhões de toneladas), caulim (1,6 milhões de toneladas), calcário (526 milhões de toneladas), entre outros. Acompanhando esse aumento da produção cresceu o número de empregos e dos salários reais e esse ritmo de crescimento se manteve mais ou menos constante de 2008 a 2015, conforme dados da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA, 2019).

Em 2016, a indústria extrativa paraense no mercado internacional representou apenas 15,45% das exportações representando um decréscimo se comparado ao período anterior e houve também o aumento do preço das commodities em 37,38%, passando de US\$ 41,25, no primeiro mês de 2016, para US\$ 56,67, em setembro do mesmo ano, porém o número de pessoas demitidas

aumentou. Entre 2017 a 2019 houve a diminuição dos salários reais, mas a produção industrial continuou crescendo em torno de 17,7% e a contratação de trabalhadores continuou ocorrendo mesmo com a diminuição salarial. Uma possível explicação é que existe um contingente de desempregados que estavam fora do mercado de trabalho, isto é, um exército industrial de reserva que aceitou trabalhar mesmo com baixos salários (FAPESPA, 2019).

Apesar do aumento das exportações de minérios verificou-se que o crescimento econômico não se traduziu em melhoria na qualidade de vida da população regional. Ainda segundo os dados da FAPESPA, o quantitativo de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza entre 2017 a 2018 aumentou significativamente e ocorreu a concentração de renda (FAPESPA, 2019).

A partir da compreensão da histórica econômica e social desde a produção cacauceira até chegar a contemporaneidade buscar-se-á agora compreender a relação entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego na indústria extrativa mineral.

## **2 SALÁRIOS REAIS, DESEMPREGO E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO: ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO**

A correlação inversa entre inflação salarial e nível de desemprego se iniciou com Phillips (1958) que relacionou a taxa de desemprego e de variação do salário nominal para o Reino Unido no período de 1861 a 1957. Com as mudanças ocorridas no cenário internacional provocadas pelas altas taxas de inflação e de desemprego, a curva original sofreu críticas de Phelps (1967, 1994) e Friedman (1968, 1977) que apresentaram uma curva, de longo prazo, que incorpora as expectativas dos agentes resultando na proposição da versão Friedman-Phelps da curva de Phillips, conhecida também por Curva de Phillips aceleracionista.

### **2.1 REVISÃO DE LITERATURA**

Diversos trabalhos empíricos foram realizados aplicando a curva de Phillips como instrumento para análise. Os trabalhos de Dolado, Malo de Molina e Zabalza (1986), Layard e Nickell (1986), Layard e Bean (1989), Layard, Nickell e Jackman (1991) verificaram que existe uma variação dos salários reais conforme a oscilação da taxa de desemprego e de produtividade do trabalho. Na mesma linha, Fernández e Montuenga (1997) e Jacobson, Vredin e Warne (1993) analisaram, respectivamente, a Espanha e Estocolmo. Ambos os estudos identificaram que

os incrementos nos salários reais e na produtividade do trabalho explicam o aumento do desemprego.

Lipsev e Parkin (1970), Parkin, Summer e Ward (1976), McDonald e Solow (1981), Hyclak (1988), Broadberry e Ritschl (1995) investigaram no contexto da Grã-Bretanha, Alemanha e Pensilvânia. Os estudos constataram que existe uma forte ligação entre as variáveis. Dimsdalek, Nickell e Horsewood (1989), Kingdon e Knight (1999) e Havemann (2004) analisaram a relação entre salários reais e desemprego, respectivamente, na Grã-Bretanha e na África do Sul, no período de 1924 a 1938 e de 1994 a 2003, verificaram que as oscilações dos salários reais afetaram o desemprego. Wakeford (2003, 2004) investigou a África do Sul no período de 1983 a 2002, mais especificamente o setor de manufatura, constatou haver uma relação positiva de equilíbrio, no longo prazo, entre os salários reais e a produtividade do trabalho, já o desemprego não exerceu influência sobre as outras duas variáveis.

Nymoen (1992), Dibooglu e Enders (2001), Batra (2002), Shadman-Mehta (2003) e Nymoen e Rodseth (2003) constataram que os salários reais, a produtividade do trabalho e o desemprego estão correlacionados nos Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Finlândia e Reino Unido no período após 1973, de 1983 a 1995 e de 1960 a 1999. Destaca-se ainda o trabalho de Lavoie (2003) que realizou um estudo sobre a demanda nocional e efetiva de trabalho relacionando-a ao salário real e ao desemprego. Os resultados mostraram que os salários são flexíveis aos preços e geram pleno emprego.

O trabalho de Ball e Moffitt (2001) propôs um novo modelo ao adaptar a curva de Phillips inserindo a produtividade do trabalho para analisar a economia americana no período de 1962 a 1995. Constataram que a produtividade do trabalho exerce influência sobre os salários reais e desemprego. No Brasil, Souza Netto e Curado (2005) utilizaram o modelo proposto por estes autores para analisar a relação entre essas variáveis na indústria de transformação dos anos de 1990 a 2000 e determinar sua influência sobre o comportamento dos salários reais. Os resultados apontaram que a produtividade do trabalho foi significativa para explicar o aumento dos salários reais no período de janeiro de 1990 a junho de 1994. Contudo, o desemprego não exerceu influência sobre a produtividade do trabalho e os salários reais. Pascalau (2007) e Carter (2007) analisaram a Alemanha, Japão, Suécia, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Reino Unido e EUA de 1963 a 1996. Os resultados apontaram a existência de uma relação a longo prazo entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego.

Solomou e Weale (2010) realizaram um estudo sobre o papel dos salários reais e sua influência sobre o emprego e desemprego na grande depressão nas décadas de 1920 e 1930 em economias consideradas mais avançadas como a Austrália, Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, Reino Unido e EUA. Os resultados apontaram poucas evidências para a ideia de que as mudanças nos salários reais exerceram influência sobre o emprego e o desemprego durante a depressão da década de 1930.

Christopoulos e León-Ledesma (2010) investigaram o Canadá, Alemanha, Itália, Reino Unido e EUA no período de 1960 a 2001. Os resultados apontaram que existe uma relação positiva e de longo prazo entre salários reais e desemprego. Mas o desemprego tem uma relação negativa em relação à produtividade do trabalho. Gohl e Wong (2010) e Heinz e Rusinova (2011) verificaram a existência da relação entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego na Malásia e 19 países da União Europeia. Os resultados apontaram que a produtividade do trabalho, no longo prazo, determina os salários reais. Contudo, o desemprego não exerce influência significativa.

Klein (2012) analisou a relação entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego na África do Sul. Os resultados apontaram que existe uma relação fraca entre salários reais e produtividade do trabalho e desemprego. Em contrapartida, Gregg, Machin, Fernandez-Salgado (2014) ao analisarem a relação entre salários reais e desemprego no Reino Unido, durante o período de 1986 a 2012, concluíram que a variação dos salários reais exerce influência sobre a taxa de desemprego.

Aixalá e Pelet (2014) estudaram o caso da Espanha no período 1980 a 2000, constatando a existência de uma relação entre as variáveis salários e produtividade do trabalho. Já o desemprego não exerceu influência significativa sobre a variação dos salários reais e da produtividade do trabalho. Por outro lado, Bhattacharyya e Hatton (2011) e Razzak (2015) analisaram o comportamento dessas mesmas variáveis na economia da Austrália e EUA, no período de 1903 a 2007 e de 1999 a 2013, constatando-se haver relação entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego.

Lukianenko e Oliskevychb (2015) analisaram essa dinâmica no período de 2002 a 2014 na Ucrânia. Os resultados mostraram que existe uma relação de cointegração entre as variáveis investigadas. Um fato constatado também foi que o choque tecnológico positivo sobre as variáveis investigadas.

Nikulín (2015), Camarero, D'adamo e Tamarit (2016) e López Machuca e Mendoza Cota (2017) verificaram a relação entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego no período de 1995 a 2011, 2002 a 2013 e 2007 a 2015

na Polônia, Estônia, Hungria, Eslováquia, República Tcheca e Eslovênia, países da Zona do Euro e México. Os resultados apontaram que há uma relação entre salários reais e produtividade do trabalho. Todavia a relação entre salários reais e desemprego quase inexistiu com exceção do México no qual o desemprego apresentou relação com as duas variáveis.

Karaalp-Orhan (2017) realizou uma investigação sobre a produtividade do trabalho, salários reais e desemprego na Turquia no período de 2007 a 2016. O objetivo do estudo foi medir a relação entre a produtividade média do trabalho, salários reais e a taxa de desemprego na indústria manufatureira. Os resultados mostraram que há uma relação de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis. Por fim, Travaglini e Bellocchi (2018) analisaram a relação entre as três variáveis na Itália, Espanha, Alemanha, Reino Unido e EUA. Os resultados apontaram que as correlações entre produtividade do trabalho e salário real são positivas. Contudo, o desemprego apresentou-se menos significativo.

A partir desses trabalhos percebeu-se que a relação entre as variáveis analisadas depende intrinsecamente do contexto econômico e social de cada país. Isto é, o tipo de política adotada e como as políticas sociais são implementadas pelos governos. Após a discussão teórica sobre a relação entre produtividade do trabalho, salários reais e desemprego será analisada a relação entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego no contexto da economia paraense.

### 3 MÉTODO DO ESTUDO

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e a análise quantitativa dos dados sobre salários reais, desemprego e produtividade do trabalho. Para análise econométrica utilizou-se o modelo proposto por Ball e Moffitt (2001)<sup>1</sup> que permitiu a análise das relações entre as variáveis. Foram utilizados os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) referentes ao período de 2006 a 2019 do Estado do Pará, empregando-se a análise econométrica com a utilização do *software* RStudio, a fim de fazer a verificação empírica.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apontaram a influência dos salários reais sobre a produtividade do trabalho. É possível inferir que a diminuição dos salários levou

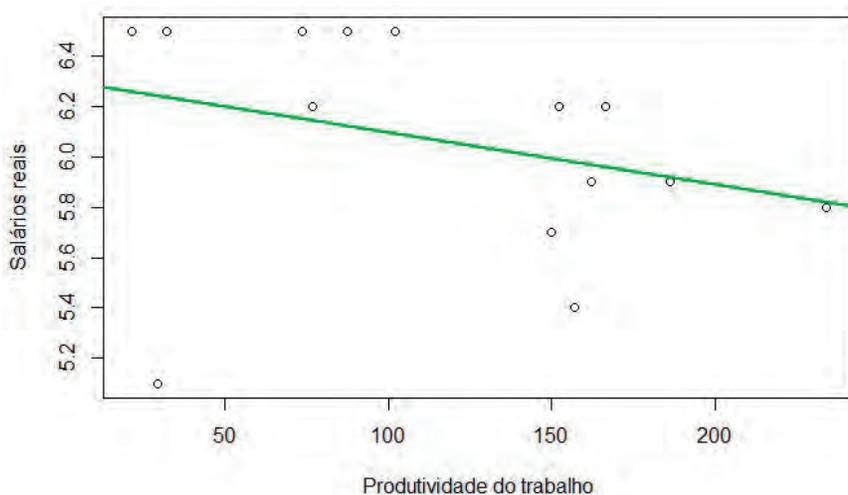
---

1 Para mais detalhes sobre o método consultar o artigo de Ball e Moffitt (2001), intitulado “Productivity Growth and the Phillips Curve”.

a um crescimento do nível de produtividade a longo prazo corroborando os achados de Wakeford (2003, 2004), Heinz e Rusinova (2011), Nikulin (2015), Camarero, D'adamo e Tamarit (2016), entre outros. A maioria dos estudos identificou essa relação em outros países.

Olhando para o aspecto social regional verifica-se que a diminuição dos salários reais provocou a precarização das condições de vida desses trabalhadores que tiveram seus rendimentos reduzidos e com isso a qualidade de vida reduziu-se significativamente. Pode-se observar que houve um aumento de produtividade e deve ter havido um aumento da jornada de trabalho para poder manter as metas de produção no mesmo patamar ou até maior. Com isso também ocorreu precarização das condições de trabalho e de vida conforme ressaltado por Diniz (2017) (Gráfico 1).

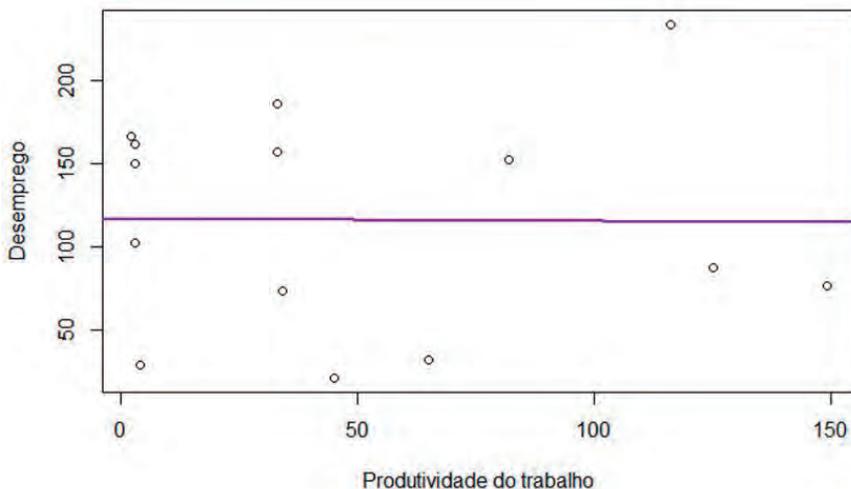
Gráfico 1 – Relação entre salários reais e produtividade do trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Já o desemprego não exerceu influência sobre a produtividade do trabalho, pois não afetou o nível de produção da indústria extrativa. É possível inferir que o aumento do número de desligamentos tenha levado os trabalhadores que estão empregados a trabalhar de forma mais intensiva, cumprindo jornadas de trabalho superiores à jornada de trabalho normal ou tenha havido a adoção de maquinários para manter o nível de produção elevado (Gráfico 2).

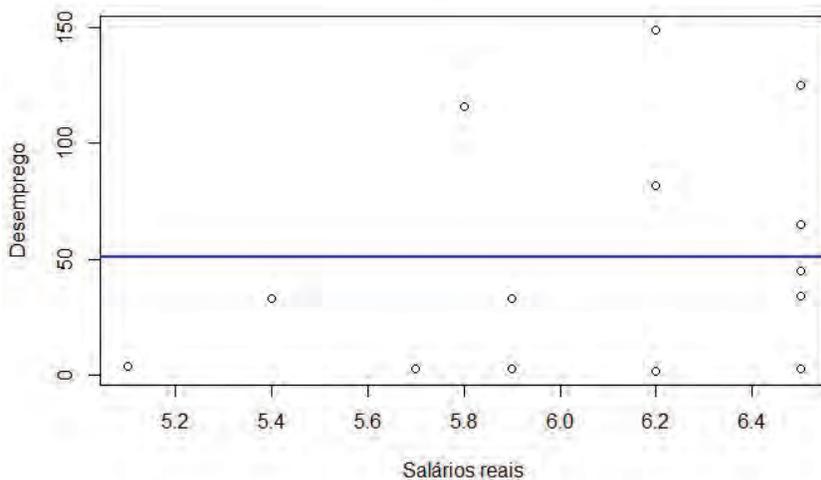
Gráfico 2 – Relação entre desemprego e produtividade do trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Verificou-se que os salários reais não afetaram o nível de desemprego, pois o aumento ou diminuição do desemprego independe da variação dos salários reais. Os resultados dos estudos de Aixelá e Pelet (2014), Camarero, D’adamo e Tamarit (2016), Travaglini e Bellocchi (2018) também corroboraram com esse fenômeno mesmo em realidades tão distintas da amazônica (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Relação entre desemprego e salários reais



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No caso da Amazônia, uma possível explicação para o aumento do desemprego pode ser o rearranjo estrutural nos processos de produção das empresas que diminuem a necessidade de grande quantidade de trabalhadores, sobretudo, nos últimos anos as grandes mineradoras têm buscado implementar a mecanização em vários processos que antes dependiam de centenas de operários. Isso provavelmente tem sido a causa do problema da diminuição da oferta de postos de trabalho. É importante destacar que a pouca expansão dos empregos já vem acontecendo desde o início da implantação dos grandes projetos na Amazônia, entre 1970 e 1980, conforme destacado por Ribeiro, (2002) Sarmiento (2002) e Marques (2007).

A partir das análises pode-se inferir que a economia extrativa tem sido caracterizada por apresentar incrementos produtivos que ao longo do período mostraram-se crescentes, mas com baixa oferta de empregos e salários. A partir disso, verifica-se que o aumento das exportações ao longo do período não propiciou melhoria dos aspectos socioeconômicos para os trabalhadores desse setor, conforme ressaltam Coêlho (2015) e da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia dentro do plano de desenvolvimento nacional ocupou o lugar de exportadora de matérias-primas para abastecimento do mercado externo desde o começo de sua história. O cacau foi um dos primeiros produtos a ser exportado e com a crise provocada pela queda dos preços e a revolução cabana, a Amazônia passou por uma profunda crise econômica. A fim de sair da crise econômica em que se encontrava, outro produto então começou a ser comercializado em 1839, a borracha, que proporcionou um período de grande prosperidade econômica concentrando a riqueza nas mãos dos capitalistas à custa da exploração do seringueiro que trabalhava nos seringais recebendo baixos salários para poder comprar os alimentos e ferramentas de trabalho. Contudo, o período áureo da borracha chegou ao fim, em 1911, quando Ásia começou a produzi-la fazendo com que a borracha amazônica fosse gradativamente perdendo espaço no mercado europeu.

Para recuperar a economia criou-se a Spvea, 1950, a fim de impulsionar a inserção da região no processo de reprodução do capitalismo. Contudo, esta instituição não foi capaz de executar o que havia sido proposto em seu plano de ações e com a ascensão do regime militar, em 1964, foi extinta e criou-se a SUDAM que se tornou um instrumento de controle do governo federal sobre

a região, pois as decisões eram tomadas fora deste órgão. Nesse período foram criados três planos de desenvolvimento para a Amazônia.

O I PDA teve como instrumentos o PIN e o Proterra. O primeiro promoveu a construção das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá que foram justificadas pela necessidade de integração espacial e implantou-se o Plano de Irrigação do Nordeste para combater o problema da seca. O Proterra foi uma resposta aos constantes problemas fundiários que levavam a graves conflitos pela posse de terras na Amazônia. O II PDA foi marcado pela criação do Polamazônia que dividiu a região em áreas de extração mineral, tais como, polos agrominerais, polos madeireiros e agropecuários, polos agropecuários e agroindustriais, Tapajós-Xingu e polos urbanos. O III PDA seguiu as mesmas diretrizes estabelecidas no plano anterior no qual a Amazônia era concebida como região fornecedora de recursos minerais, promovendo a implantação dos grandes empreendimentos minerais, como por exemplo, a CVRD, projeto Trombetas, projeto Albrás/Alunorte, entre outros. Olhando agora para o período mais recente da história, do governo Lula a Bolsonaro, verificou-se o agravamento da questão ambiental. Nos governos petistas houve a tentativa de fomentar o desenvolvimento regional por meio da criação do PNDR e o PNDR II. Mas, não se conseguiu realizar de forma efetiva devido à continuidade das desigualdades sociais de forma bastante acentuada, sobretudo, pela precarização da educação e saúde e aumento do desemprego. Já nos governos Temer e Bolsonaro, por sua vez, ocorreu o agravamento dos problemas ambientais devido ao enfraquecimento das legislações de proteção ambiental, principalmente, em relação à Amazônia.

O setor extrativo mineral tem desempenhado um papel importante na economia da região amazônica ao longo dos anos, desde a década de 1970 e atualmente é a principal atividade da região. Hodiernamente, a produção física cresceu exponencialmente, alcançando constantemente mercados internacionais. Contudo, isso não representou o aumento do emprego e qualidade de vida para a população amazônica.

A pergunta norteadora foi: quais são os efeitos dos salários reais sobre a produtividade do trabalho e desemprego no Estado do Pará? Os efeitos dos salários reais sobre a produtividade do trabalho são de cointegração, pois à medida que os salários decrescem a produtividade aumenta. Já em relação ao desemprego não se percebeu relação com esta variável. O objetivo geral foi verificar a existência da relação entre salários reais, produtividade do trabalho e desemprego no período de 2006 a 2019 nas indústrias extrativas paraenses tendo sido alcançado por meio da análise empírica. Os objetivos específicos foram contemplados ao se verificar o tipo de relação que existe entre os salários reais,

produtividade do trabalho e desemprego e a compreensão do funcionamento do setor extrativo a partir de uma perspectiva histórica desde seu surgimento na região amazônica até a atualidade.

A hipótese de que os salários reais influenciam a produtividade do trabalho e desemprego no cenário paraense foi refutada. Pois, constatou-se que os salários reais exercem influência sobre a produtividade do trabalho, mas no que se refere ao desemprego não foram encontradas evidências de correlação. Recomenda-se que estudos futuros sejam feitos a fim de investigar a influência das inovações sobre a produtividade do trabalho, salários reais e desemprego no setor extrativo paraense.

## REFERÊNCIAS

- AIXALÁ, J.; PELET, C. Salarios reales, desempleo y productividad en España. **Cuadernos de Economía**, Bogotá, v. 33, p. 63, jul./dic. 2014.
- BALL, L.; MOFFITT. Productivity growth and the Phillips curve. **NBER Working Paper**, Cambridge, n. 8421, p. 1-52, Aug. 2001.
- BATRA, R. The long-run real-wage rigidity and full employment adjustment in the classical model. **International Review of Economics and Finance**, Amsterdam, v. 11, p. 117-138, 2002.
- BENTES, R. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: LOUREIRO, V. R. (org). **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. Belém: Secretaria de Estado de Educação: CEJUP, 1992. p. 89-114.
- BHATTACHARYYA, S.; HATTON, T. J. Samba Australian unemployment in the long run, 1903-2007. **Economic Record**, Hoboken, v. 87, n. 277, p. 202-220, 2011.
- BRANFORD, S. As políticas de desmatamento de Temer colocam em risco as metas de Paris, alertam cientistas. **Mongabay**, Menlo Park, 9 set. 2018. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2018/09/as-politicas-de-desmatamento-de-temer-colocam-em-risco-as-metas-de-paris-alertam-cientistas/>. Acesso em: 24 maio 2022.
- BRASIL. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. **Valorização Econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

- BROADBERRY, S. N.; RITSCHL A. Real Wages, Productivity, and Unemployment in Britain and Germany during the 1920's. **Explorations in Economic History**, Amsterdam, v. 32, n. 3, p. 327-349, July 1995.
- CAMARERO, M.; D'ADAMO, G.; TAMARIT, C. The role of institutions in explaining wage determination in the Eurozone: A panel cointegration approach. **International Labour Review**, Hoboken, v. 155, n. 1, p. 25-56, Mar. 2004.
- CARTER, S. Real wage productivity elasticity across advanced economies, 1963-1996. **Journal of Post Keynesian Economics**, London, v. 29, n. 4, p. 1-22, 2007.
- CARVALHO, *et al.* Economia extrativa mineral da Amazônia paraense: indústria-motriz ou economia de enclave (ainda)? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 2, n. 37, ano 19, p. 159-185, ago. 2017.
- CAVALCANTI, M. B. **Da SPVEA à Sudam (1964-1967)**. Belém: SUDAM, 1967.
- CHRISTOPOULOS, D. K.; LEON-LEDESMA, M. A. Revisiting the real wages: unemployment relationship. New results from non-linear models. **Bulletin of Economic Research**, Hoboken, v. 62, n. 1, p. 79-96, 2010.
- COÊLHO, V. P. A política regional do governo Lula (2003-2010). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 265-286, jul./dez. 2015.
- COSTA, F. A. Dinâmica agrária na Amazônia, situação reprodutiva e pobreza: uma contextualização estrutural. **Papers do NAEA**, Belém, v. 28, n. 3, p. 10-70, 2019.
- DIBOGLU, S.; ENDERS, E. Do real wages respond asymmetrically to unemployment shocks? Evidence from the U.S. and Canada, **Journal of Macroeconomics**, Amsterdam, v. 23, n. 4, p. 495-515, 2001.
- DIMSDALE, N. H.; NICKELL, S. J.; HORSEWOOD, N. Real wages and unemployment in Britain during the 1930s. **The Economic Journal**, Oxford, v. 99, n. 396, p. 271-292, June 1989.
- DINIZ, M. B. **Desmatamento e ausência de riqueza na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2017.
- DOLADO, J., MALO DE MOLINA, J. L.; ZABALZA, A. Spanish industrial unemployment. Some explanatory facts. **Economica**, London, v. 53, p. 313-335, 1986.

- ESCOBAR, H. Desmatamento da Amazônia dispara de novo em 2020. **Jornal da USP**, São Paulo, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>. Acesso em: 23 maio 2022.
- FAPESPA. **Mapa de Exclusão Social do Estado do Pará 2019**. Belém: FAPESPA, 2019. Disponível em: <http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/MAPA-DA-EXCLUS%C3%83O-SOCIAL-DO-PAR%C3%81-2019.pdf>. Acesso em. 28 nov. 2021.
- FERNÁNDEZ, M.; MONTUENGA, V. Salario y productividad sectorial. ¿Existe evidencia de un comportamiento dual? **Cuadernos Económicos del ICE**, Madrid, v. 63, p. 79-103, 1997.
- FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. **The American Economic Review**, New York, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.
- FRIEDMAN, M. Nobel Lecture: Inflation and Unemployment. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 85, n. 3, p. 451-72, 1977.
- GOHL, S. K.; WONG, K. N. Analyzing the productivity-wage-unemployment nexus in Malaysia: evidence from the macroeconomic perspective. **Economics Working Papers**, Monash, n. 12, p. 2-21, 2010.
- GREGG, P.; MACHIN, S.; FERNANDEZ-SALGADO, M. Real wages and unemployment in the big squeeze. **The Economic Journal**, Oxford, v. 124, p. 408-432, May 2014.
- HAVEMANN, C. **The demand for labour in South Africa**: a theoretical and empirical approach. Advisor: Servaas van der Berg. 2004. 218 f. Dissertation (Master of Commerce) – Stellenbosch University, Stellenbosch, 2004.
- HEINZ, F. F.; RUSINOVA, D. How flexible are real wages in EU countries? A panel investigation. **Working Paper Series**, Orebro, n. 1360, p. 1-23, July 2011.
- HYCLAK, T. Real wages and unemployment in local labor markets: Pennsylvania MSAs, 1975-86. **Growth and Change: a Journal of Urban and Regional Policy**, Hoboken, v. 19, n. 3, p. 45-52, July 1988.
- JACOBSON, T.; VREDIN, J.; WARNE, A. Are real wages and unemployment related? **Seminar Papers**, Stockholm, n. 558, p. 69-96, 1993.
- KAGEYAMA, P. Y.; SANTOS, J. D. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out./mar. 2012.

KARAALP-ORHAN, H. S. Labour productivity, real wages and unemployment: an application of bounds test approach for Turkey. **Journal of Economic and Social Development**, Bangalore, v. 4. n. 2, p. 11-22, Sept. 2017.

KINGDON, G.; KNIGHT, J. Unemployment and wages in South Africa: a spatial approach. **CSAE Working Paper Series**, Oxford, p. 1-32, Apr. 1999.

KLEIN, N. Real wage, labor productivity, and employment trends in South Africa: a closer look. **IMF Working Papers**, Washington, v. 92, n. 12, p. 1-28, Apr. 2012.

LAGO, P. 9 retrocessos ambientalistas do governo Michel Temer. **Catraca Livre**, São Paulo, 02 ago. 2017. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/9-retrocessos-ambientais-do-governo-michel-temer/>. Acesso em: 23 maio 2022.

LAVOIE, M. Real wages and unemployment with effective and notional demand for labor. **Review of Radical Political Economics**, New York, v. 35, n. 2, p. 166-182, 2003.

LAYARD, R.; BEAN, C. Why does unemployment persist?. **The Scandinavian Journal of Economics**, Hoboken, v. 91, n. 2, p. 371-396, June 1989.

LAYARD, R.; NICKELL, S. Unemployment in Britain. **Economica**, London, v. 53, n. 210, p. 121-169, 1986.

LAYARD, R.; NICKELL, S.; JACKMAN, R. **Unemployment, macroeconomic performance and the labour market**. New York: Oxford, 1991.

LEAL, A. Uma sinopse histórica da Amazônia. **Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo**, São Paulo, 1991.

LIPSEY, R. G.; PARKIN, J. M. Incomes policy: a reappraisal. **Economica**, London, v. 37, p. 115-138, 1970.

LÔBO, M. A. A. **Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso da Albrás-Alunorte**. Belém: NAEA, 1996.

LÓPEZ MACHUCA, J. A.; MENDOZA COTA, J. E. Salarios, desempleo y productividad laboral en la industria manufacturera mexicana. Ensayos. **Revista de Economia**, Monterrey, v. 36, n. 2, p. 185-228, 2017.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 2004.

LUKIANENKOA, I.; OLISKEVYCHB, M. The effects of shocks on the Ukrainian labor market: svec modeling. **Procedia Economics and Finance**, Amsterdam, v. 27, p. 311-322, 2015.

MACEDO, M. V. A. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e os seus 40 anos de existência: retrospectiva e perspectivas como ferramenta de integração regional para a sustentabilidade amazônica.** Orientador: Eduardo Ernesto Filippi. 2020. 576 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MARQUES, G. S. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira.** Orientador: Nelson Giordano Delgado. 2007. 335 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, G. S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MATTOS, C. M. **Uma geopolítica Pan-Amazônica.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

MCDONALD, I. M.; SOLOW, R. M. Wage bargaining and employment. **American Economic Review**, Nashville, v. 71, n. 5, p. 896-908, 1981.

NIKULIN, D. Relationship between wages, labour productivity and unemployment rate in new EU member countries. **Journal of International Studies**, Warsaw, v. 8, n. 1, p. 31-40, 2007.

NYMOEN, R. Finish manufacturing Wages 1960-1987: real-wage flexibility and Hysteresis. **Journal of Policy Modeling**, New York, v. 14, n. 4, p. 429-45, Sept. 1992.

NYMOEN, R.; RODSETH, A. Explaining unemployment. Some lessons from Nordic wage formation. **Labour Economics**, Amsterdam, v. 10, n. 1, p. 1-29, 2003.

PARKIN, M.; SUMMER, M.; WARD, R. The effects of excess demand, generalized expectations and wage price controls on wage inflation in the UK: 1956-1971. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, Amsterdam, v. 2, v. 1, p. 193-221, 1976.

- PASCALAU, R. Productivity Shocks, Unemployment Persistence, and the Adjustment of Real Wages in OECD Countries. **MPRA Paper**, Munich, n. 7222, p. 1-31, July 2007.
- PHELPS, E. S. Phillips curves, expectations of inflation and optimal unemployment over time. **Economica**, London, v. 34, n. 135, p. 254-281, 1967.
- PHELPS, E. S. **Structural slumps**. Cambridge: Harvard University, 1994.
- PHILLIPS, A. W. The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom. **Economica**, London, v. 25, n. 100, p. 283-299, Nov. 1958.
- PINTO, L. F. Entrevista. *In*: GRANDI, R.; RENTE, A.; COSTA, F. (org.). **Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2002. p. 439-441.
- RAZZAK, W. Wage, productivity and unemployment: microeconomics theory and macroeconomics data. **Applied Economics**, New York, v. 47, n. 58, p. 6284-6300, Dec. 2015.
- RIBEIRO, F. F. Entrevista. *In*: GRANDI, R.; RENTE, A.; COSTA, F. (org.). **Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2002. p. 450-451.
- ROCQUE, C. **História geral de Belém do Grão-Pará**. Belém: DistribeL, 2001.
- SANTOS, R. **Histórica Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: Quieiroz, 1980.
- SARMENTO, R. Entrevista. *In*: GRANDI, R.; RENTE, A.; COSTA, F. (org.). **Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2002. p. 470-475.
- SHADMAN-MEHTA, F. A re-revolution of the relation between wages and unemployment in the United Kingdom. **Economica**, London, v. 68, n. 272, p. 567-586, Mar. 2003.
- SOARES FILHO, J. E. V. **A reestruturação produtiva e a evolução industrial no Pará (1980 -2010)**. Orientador: Marcos Ximenes Ponte. 2012. 342 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOLOMOU, S.; WEALE, M. Unemployment and real wages in the great depression. **National Institute Economic Review**, Thousand Oaks, v. 214, n. 1, p. 45-52, Oct. 2010.

SOUZA NETTO, C. R.; CURADO M. L. Produtividade do trabalho, salários reais e desemprego na indústria de transformação do Brasil na década de 1990 teoria e evidência. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 485-508, set./dez. 2005.

SUDAM. **I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)**. Belém: Sudam, 1971.

SUDAM. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)**. Belém: Sudam, 1976.

SUDAM. **III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985)**. Belém: Sudam, 1982.

TRAVAGLINI, G.; BELLOCCHI, A. How supply and demand shocks affect productivity and unemployment growth: evidence from OECD countries. **Economia Politica: journal of analytical and institutional economics**, New York, v. 35, p. 955-979, July 2018.

WAKEFORD, J. **Productivity, wages and employment in South Africa's manufacturing sector, 1970-2002**. Cape Town: University of Cape Town, 2003.

WAKEFORD, J. The productivity-wage relationship in South Africa: an empirical investigation. *Journal Development Southern Africa*. **Development Southern Africa**, London, v. 21, n. 1, p. 109-132, Mar. 2004.

Texto submetido à Revista em 25.01.2021

Aceito para publicação em 30.06.2022



## Aprendendo a viver no Antropoceno: uma abordagem sistêmica para a governança de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas

### Learning to live in the Anthropocene: a systemic approach to governing Agroextractive Settlement Projects

*Roberta Rowisy Amorim de Castro* – Doutoranda em Agroecossistemas pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: robertarowsyac@gmail.com

*Aquiles Simões* – Doutor em Etudes Rurales pela Université de Toulouse le Mirail (UTM), França. Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: moinayunah@gmail.com

*Sandro Luis Schlindwein* – Doutor em Ciências Agrárias (Solos - Física do Solo) pela Universidade de Göttingen (UNIGOETTINGEN), Alemanha. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: sandro.schlindwein@ufsc.br

#### Resumo

O artigo explora formas de enquadramento e de governança de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) mais apropriadas às circunstâncias contemporâneas de humanos em suas relações com o mundo biofísico. Ao enquadrar PAEs como Sistemas Social-Ecológicos (SES), discute o acoplamento existente entre sistemas sociais e ecológicos e a necessidade de adotar uma abordagem inovadora de governança desses sistemas acoplados. Com base nesses entendimentos é apresentada uma proposição de como estruturar e conduzir uma investigação para o desenvolvimento de governança sistêmica de PAEs no município de Abaetetuba, Pará. Argumenta-se que a maneira como uma situação-problema é enquadrada faz muita diferença para a sua governança e para as possibilidades de melhorá-la. Assim, o enquadramento de PAEs como SES no contexto do Antropoceno oferece a possibilidade de transformar sistemicamente a sua governança para que se mantenham ao longo do tempo, mesmo diante de crescentes incertezas, imprevisibilidades e crises.

#### Palavras-chave

Antropoceno. Assentamentos Agroextrativistas. Governança Sistêmica. Sistemas Social-Ecológicos.

#### Abstract

The article explores ways of framing and governing Agroextractive Settlement Projects (PAEs) that are more appropriate to the contemporary circumstances of humans in their relationships with the biophysical world. By framing PAEs as Social-Ecological Systems (SES), the article discusses the existing coupling between social and ecological systems, and the need to adopt an innovative governance approach of these coupled systems. Based on these understandings, a proposal is presented on how to structure and carry out an investigation for the development of systemic governance of PAEs in the municipality of Abaetetuba, Pará. It is argued that the way a problem-situation is framed makes a lot of difference for its governance and the possibilities to improve it. Thus, framing PAEs as SES in the context of the Anthropocene offers the possibility of transforming systemically their governance to keep them existing over time, even in the face of growing uncertainties, unpredictability and crises.

#### Keywords

Anthropocene. Agroextractive Settlements. Systemic Governance. Social-Ecological Systems.

## INTRODUÇÃO

Os massivos impactos negativos de atividades humanas sobre o clima e sobre complexos processos biogeoquímicos globais, especialmente: perda de biodiversidade, desflorestamento, pandemias, alterações no uso e cobertura de terras, no ciclo hidrológico e em ciclos de nutrientes, poluição de oceanos e eventos climáticos extremos; evidenciam o que tem sido caracterizado como a emergência de uma nova época geológica planetária – o Antropoceno (CRUTZEN, 2002) – em que a espécie humana desponta como uma força geológica, alterando o regime termodinâmico do planeta. Portanto, no Antropoceno já não se pode mais querer entender processos que ocorrem no mundo biofísico sem considerar a sociedade, tampouco querer compreender processos sociais sem levar em conta o mundo biofísico.

O enfrentamento dessa nova situação planetária, resultante de múltiplas causas e suas interdependências e que pode ser melhor enquadrada como uma situação complexa, incerta, contestada e *wicked*<sup>1</sup> (RITTEL; WEBER, 1973), exige – não somente – que o planejamento do futuro não seja a simples continuação do passado, conservando a mesma trajetória e dinâmica da nossa relação com o mundo biofísico, mas, sobretudo, a adoção de respostas e transformações sistêmicas. Conforme destacam Ison e Shelley (2016, p. 593), “engajar-se com o conceito e as consequências do Antropoceno traz à tona o desafio de como nós humanos nos governamos, ou seja, como respondemos e agimos em relação ao mundo biofísico, outras espécies e entre nós”. Quando consideramos estes aspectos fica claro que o desafio de governar situações problemáticas imprevisíveis, incertas e complexas no Antropoceno implica na necessidade de engendrar novos modos e perspectivas de governança da relação que seres humanos estabelecem com o mundo biofísico.

Para tanto, é necessária uma mudança de paradigma, ou seja, é imprescindível romper com a visão cientificista e dualista dominante que trata “‘o meio ambiente’ como algo externo a, e distinto dos humanos e que os considera como estando fora, e não dentro da esfera ecológica” (ISON; ALEXANDRA; WALLIS, 2018, p. 5). Um dos caminhos que têm sido tomados para superar esse dualismo consiste na adoção da abordagem conhecida por Sistemas Social-Ecológicos (do inglês *Social-Ecological Systems* – SES) (OSTROM, 2009; RESILIENCE ALLIANCE, 2010; BECKER, 2012; BERKES, 2017), que se

---

<sup>1</sup> Neologismo usado “para se referir a situações em que há contestação sobre o que pode ser um problema e, portanto, o que pode constituir uma melhoria. É uma escolha de enquadramento para situações que justificam respostas sistêmicas” (ISON; STRAW, 2020, p. 294).

caracteriza como um enquadramento emergente para tratar em termos relacionais (sistêmicos) o que historicamente tem sido tratado como um dualismo focado em ‘ecossistemas’ (ou sistemas ecológicos) e ‘sistemas sociais’.

Assim, é a partir dessa abordagem que podem ser distinguidos os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), que são uma modalidade de assentamento rural da política de reforma agrária brasileira, destinada “à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas” (INCRA, 1996, p. 1). Geralmente, as populações que neles residem são consideradas tradicionais, portanto, exploram uma multiplicidade de *habitats*, como a água, a floresta e a terra, onde a natureza oferece ao mesmo tempo os meios de subsistência, de trabalho e produção, sendo também base para a produção de aspectos materiais das relações sociais (WITKOSKI, 2010). Logo, distinguir PAEs como sendo SES parece ser não somente uma escolha de enquadramento possível como, sobretudo, necessária para tratar das complexas interações e processos de *feedback* entre essas sociedades humanas e os ecossistemas que habitam quando se quer governá-los.

Em face do exposto, este artigo explora formas de enquadramento e de governança de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas mais apropriadas às circunstâncias contemporâneas de humanos em suas relações com o mundo biofísico. Ao enquadrar PAEs como SES, discute o acoplamento existente entre sistemas sociais e ecológicos e a necessidade de adotar uma abordagem inovadora de governança desses sistemas acoplados. Ao final, com base nesses entendimentos, é apresentada uma proposição de como conduzir uma investigação para o desenvolvimento de governança sistêmica de PAEs no município de Abaetetuba, Pará.

## **1 FAZENDO UMA ESCOLHA DE ENQUADRAMENTO: PROJETOS DE ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS COMO SISTEMAS SOCIAL-ECOLÓGICOS**

Os PAEs foram criados em 1996 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com foco na região amazônica. Contudo, hoje em dia essa categoria de assentamento está presente em oito estados brasileiros, sendo que atualmente estão delimitados no Brasil 413 PAEs em uma área de 9.866.342 ha, com pouco mais de 100 mil famílias beneficiadas, destacando-se o estado do Pará, com 321 PAEs e mais de 71% das famílias assentadas nessa modalidade de assentamento rural de todo o país, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos PAEs no Brasil, incluindo n° de PAEs criados por estado, tamanho da área delimitada e n° de famílias assentadas

<b>Estado</b>	<b>N° de PAEs criados</b>	<b>Área delimitada (ha)</b>	<b>N° de famílias assentadas</b>
<b>Pará</b>	321	3.352.442	72.666
<b>Amazonas</b>	49	5.981.623	21.057
<b>Amapá</b>	19	162.516	4.856
<b>Acre</b>	13	319.136	1.395
<b>Maranhão</b>	8	24.288	762
<b>Minas Gerais</b>	1	4.907	99
<b>Bahia</b>	1	20.820	555
<b>Sergipe</b>	1	610	30
<b>Total</b>	413	9.866.342	101.420

Fonte: Elaborada com base em dados disponibilizados pelo Incra (2017).

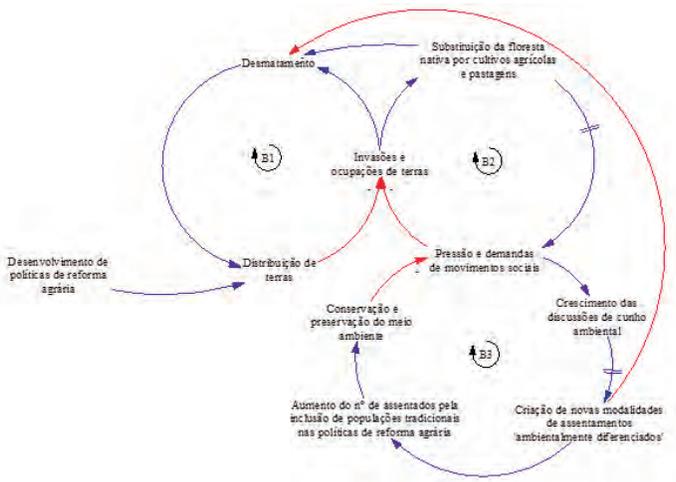
Embora a criação da categoria territorial PAE tenha pouco mais de 25 anos, as discussões para criação dessa modalidade datam de 1987, quando, por meio da Portaria n° 627/INCRA, foi criado o Projeto Extrativista para atender populações que apresentavam uma relação simbiótica com o meio biofísico e cujas atividades eram voltadas à extração de produtos naturais. Contudo, em 1996, o INCRA, por meio da Portaria n° 268, adiciona o prefixo “Agro” nesta modalidade de assentamento ampliando, assim, as populações beneficiadas, ao considerar que as especificidades ecológicas das diversas regiões do país propiciam o desenvolvimento de atividades agroextrativistas que possibilitam às populações que delas dependem uma base econômica autossustentável que, segundo a Portaria, não interfere sobre os ecossistemas de uso, o que assegura a manutenção das condições naturais que neles predominam (INCRA, 1996).

Dessa maneira, a criação dos PAEs, para além de legitimar e reconhecer a posse pré-existente de áreas públicas às populações tradicionais secularmente residentes, reflete um processo de articulação e de luta política engendrada pelos movimentos sociais rurais em torno da questão fundiária, visando garantir o direito ao território a estas populações. É através dessa modalidade de assentamento que as famílias ribeirinhas se relacionam com as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, recompõem seus modos de vida e suas (re)existências num espaço em disputa marcado pelos efeitos da implementação de grandes projetos de desenvolvimento, como o Complexo Albras/Alunorte (hoje Hydro Alunorte) em Barcarena, município limítrofe a Abaetetuba. Observa-se, portanto, uma complexa situação territorial com a coexistência de lógicas, sistemas e padrões

diversos, cujo sentido da transformação apenas se esboça, impondo importantes desafios à governança desses PAEs.

Assim, os PAEs se configuram como uma modalidade de assentamento rural ambientalmente diferenciada por serem pensados dentro de um novo paradigma de produção com a valoração da floresta em pé (ALENCAR *et al.*, 2016), e por contemplar e inserir populações tradicionais nas políticas de reforma agrária do Brasil assegurando o direito à moradia, à cultura, ao território e a um ambiente ecológico mais equilibrado. A dinâmica de criação dos PAEs no Brasil é representada na Figura 1.

Figura 1 – Diagrama de causalidade representando a dinâmica de criação e implementação dos PAEs como instrumentos das políticas de reforma agrária brasileiras



Legenda: As letras centrais B1, B2 e B3 representam *feedback loops* de balanço. Neste tipo de *feedback loop*, uma mudança em uma variável leva outra variável a uma mudança na direção oposta (LANNON, 2020).

Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

Como os PAEs são uma modalidade de regularização fundiária coletiva, as comunidades locais são envolvidas no processo de tomada de decisão a partir da participação na construção dos Planos de Utilização (PUs) que definem regras de convivência, planejamento e uso dos recursos neles existentes (MAIA, 2011; THOMAS, 2014; COSTA; BRASIL, 2016; MAIA; RAVENA; ACEVEDO MARIN, 2017). Além disso, a Concessão de Direito Real de Uso (CRDU) é firmada via contrato com uma associação ou cooperativa que representa as famílias assentadas (INCRA, 1996).

Em síntese, os PAEs são áreas de uso comum de recursos coletivos, cujas práticas devem se dar a partir da cogestão entre moradores, associações ou cooperativas, com representatividade em um conselho gestor, respaldadas pelas legislações regulamentadoras do assentamento (Portarias) e pelo que é estabelecido nos PUs e nos Termos de Autorização de Uso (TAUs). O TAU é um documento que “permite o reconhecimento do direito à ocupação e à exploração sustentável das áreas de várzeas, a comprovação oficial de residência e também assegura o acesso a linhas de crédito e a programas sociais do Governo Federal” (MAIA; RAVENA; ACEVEDO MARIN, 2017, p. 157).

Do ponto de vista da governança do uso comum de recursos coletivos os PAEs podem ser considerados como instrumentos de governança policêntrica (LIESBET; GARY, 2003; KOONTZ *et al.*, 2015) e multinível (PIERRE; PETERS, 2000; TERMEER; DEWULF; VAN LIESHOUT, 2010), já que, em tese, há autoridade independente sobre questões específicas e a tomada de decisão pode ser feita de maneira descentralizada do Governo Federal, que é representado pelo INCRA como órgão gestor, em diferentes níveis e centros de decisão, incluindo, inclusive, as populações residentes.

Apesar disso, na prática, ainda prevalecem arranjos de governança tradicionais e domínio e controle estatal com certa centralização do poder governamental. Isso porque a tomada de decisão e execução de ações e/ou projetos é condicionada à aprovação pelo INCRA, que administra os PAEs com base em legislações e portarias. Estudos apontam que até mesmo durante a elaboração dos PUs que, em tese, deveria ocorrer por meio da participação das famílias assentadas, as regras sociais e de uso dos recursos naturais anteriores à criação dos PAEs não são consideradas pelo INCRA (COSTA; BRASIL, 2016; SOUSA; COSTA, 2016).

Decorrentes dessa abordagem centralizada de governança dos PAEs, apareceram diversas “consequências não pretendidas”, destacando-se: a) o descumprimento das regras estabelecidas nos Planos de Utilização por estes não serem reconhecidos pelos seus beneficiários dada a sua baixa ou inexistente participação no processo de construção; b) a baixa autonomia das comunidades em relação à tomada de decisões, por estas, muitas vezes, virem de “cima para baixo”; c) a deficiência ou falta de fiscalização tanto pelo órgão governamental, quanto pelo conselho gestor dos PAEs em relação ao cumprimento, pelas famílias e atores externos, de normas e regras estabelecidas; d) a falta de acesso, pelos assentados, às políticas públicas de infraestrutura prometidas à época da criação do PAE; com consequente e) estagnação do desenvolvimento das áreas onde foram implementados PAEs e das atividades produtivas (que precisam de

autorização do INCRA para serem realizadas); além do f) distanciamento das famílias assentadas dos órgãos governamentais (THOMAS, 2014; THOMAS; ALMEIDA; PINHEIRO, 2015; SANTOS, 2017).

Essas ‘consequências não pretendidas’ não só expressam como também são reforçadas pela hegemonia da visão dualista que ignora os múltiplos efeitos e interdependências dos sistemas sociais com o meio biofísico (sistemas ecológicos). Portanto, enquadrar PAEs como Sistemas Social-Ecológicos nos dá a oportunidade de apreciar as possibilidades de abordagens inovadoras de governança, capazes de melhorar a qualidade da relação entre humanos e meio biofísico diante de cenários imprevisíveis e incerteza crescente no Antropoceno.

### 1.1 ENTENDENDO O QUE SÃO SISTEMAS SOCIAL-ECOLÓGICOS (SES)

O conceito de SES vem sendo reconhecido e utilizado por um conjunto crescente de programas de pesquisa interdisciplinares como um quadro conceitual emergente para estudar o acoplamento entre sistemas humanos e naturais e para compreender a natureza entrelaçada desses sistemas (LIU *et al.*, 2007a; BIGGS *et al.*, 2021).

No conceito de Sistemas Social-Ecológicos “o social se refere à dimensão humana em suas diversas facetas, incluindo a econômica, a política, a tecnológica e a cultural, e o ecológico refere-se à fina camada do planeta Terra onde há vida, a biosfera” (FOLKE *et al.*, 2016, p. 1). A biosfera expressa:

o sistema ecológico global que integra todos os seres vivos e seus relacionamentos, incluindo os humanos e as ações humanas, bem como sua interação dinâmica com a atmosfera, o ciclo da água, os ciclos biogeoquímicos e a dinâmica do sistema terrestre como um todo (FOLKE *et al.*, 2016, p. 1).

Dessa maneira, o conceito de SES é entendido na literatura como adequado para tentar minimizar deficiências de estudos disciplinares sobre a relação entre sistemas sociais e ecológicos porque considera os complexos padrões que emergem da inter-relação e interdependência existente nos SES, para que se possa pensar em garantir o futuro destes em longo prazo (LIU *et al.*, 2007a; OSTROM, 2009; BERKES, 2017).

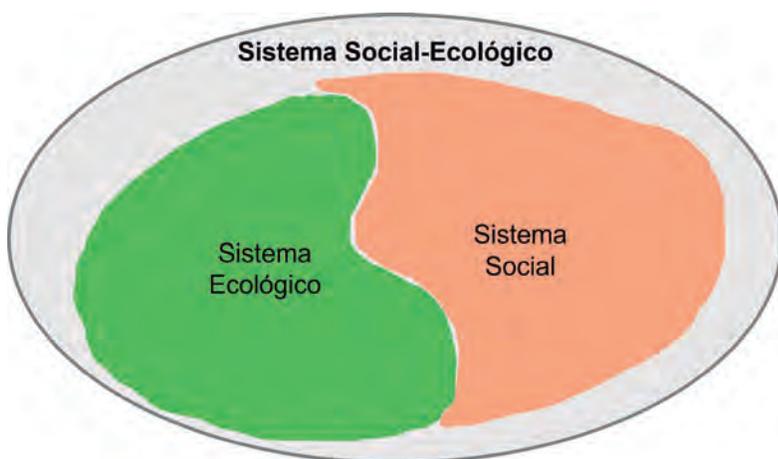
Atualmente o termo é usado por várias escolas e campos da ciência, o que faz com que Sistemas Social-Ecológicos sejam definidos de diversas maneiras, sendo, geralmente, “caracterizados pelas relações entre humanos e natureza” (TRETTER; HALLIDAY, 2012, p. 72) e conceituados com “referência aos

ecossistemas afetados ou gerenciados pelas atividades humanas” (BECKER, 2012, p. 15). Em qualquer caso, o ponto de partida é, geralmente, a distinção entre natureza e sociedade humana, pois, conforme argumenta Becker (2012, p. 46), “sem tal distinção, a interação entre eles é impensável”.

Logo, o conceito de SES é baseado na ideia de que há uma dinâmica relacional entre humanos e natureza. Essa dinâmica relacional pode ser interpretada a partir da noção de ‘acoplamento estrutural’ que ocorre quando dois sistemas, definidos pelas propriedades de seus componentes, lidam com mudanças estruturais ou adaptações mútuas em função da coerência estrutural que há entre ambos. Por se tratar de sistemas que possuem uma interação e “correspondência mútua de uma maneira dinâmica”, podem se adaptar mutuamente (MATURANA, 2014, p. 76).

O reconhecimento de que SES se configuram como sistemas que são constituídos relacionalmente demanda, assim, uma mudança de abordagem científica, isto é, exige passar de uma abordagem reducionista – que para estudá-los divide-os em partes ou componentes – para uma abordagem sistêmica baseada no estudo e compreensão das interações que ocorrem neles e entre eles (PREISER *et al.*, 2018; BIGGS *et al.*, 2021). De acordo com esta perspectiva, sociedade e natureza não podem ser mais tratadas como constituindo sistemas distintos, mas como formando um único sistema social-ecológico acoplado, em que esses sistemas são vistos não apenas como sobrepostos e interdependentes mas como inseparáveis (Figura 2) (REYERS *et al.*, 2018).

Figura 2 – Representação de um SES como resultado do acoplamento estrutural entre um sistema social e um sistema ecológico



Fonte: Elaborada pelos autores com base em Van Assche *et al.* (2019).

Sistemas Social-Ecológicos podem, então, ser definidos como sistemas complexos (RESILIENCE ALLIANCE, 2010) ou também como sistemas integrados ou acoplados (LIU *et al.*, 2007a, 2007b.). Como sistemas complexos ou acoplados, SES exibem um comportamento que resulta de processos dinâmicos não lineares em que pequenas mudanças podem levar a grandes efeitos, ou vice-versa. Isso acontece porque o “comportamento sistêmico é causado por *loops* de *feedback* não lineares que podem amortecer ou amplificar perturbações tanto internamente quanto entre o sistema e seu ambiente” (PREISER *et al.*, 2018, p. 5).

Além disso, SES são radicalmente abertos e determinados contextualmente. Em outras palavras: energia, informação e matéria são trocadas entre o sistema e seu ambiente. Devido às diversas e extensas conexões e interações que ocorrem neles e no seu ambiente mais amplo, a natureza e o lugar de sua fronteira não são distinguidos e demarcados objetivamente, sendo esta frequentemente definida pela perspectiva do observador. Isso significa dizer que o que acontece dentro dos limites do que observadores distinguem como um SES “invariavelmente afeta o meio ou ambiente mais amplo [e é por ele afetado] por meio de *loops* de *feedback*” (PREISER *et al.*, 2018, p. 5, grifos dos autores).

Por fim, em SES novas qualidades emergem por meio de causalidade complexa. A causalidade e a emergência complexas ocorrem devido às interações que neles existem não serem de causa e efeito unidirecionais ou lineares, sendo estas marcadas por vias causais recursivas complexas. Isso faz com que SES e seu comportamento não possam ser compreendidos ou previstos somente com base em informações relativas aos seus componentes individuais (PREISER *et al.*, 2018). É a dinâmica de relacionamentos de seus componentes que determina o seu comportamento.

Deste modo, quando se escolhe enquadrar PAEs como SES está se assumindo a natureza inseparável, integrada, dinâmica e coevolutiva entre populações tradicionais e o seu meio biofísico. Ou seja, assume-se que “pessoas, economias, sociedades e culturas moldam e, por sua vez, são moldadas por ecossistemas” (REYERS *et al.*, 2018, p. 271). Portanto, como resultado do seu acoplamento estrutural, nos PAEs os sistemas social e ecológico coevoluiram ao longo do tempo, e isso não autoriza dissociá-los sempre que se pretende governá-los. Daí resulta a necessidade de se afastar de mecanismos de governança usuais adotando novos entendimentos capazes de desencadear para esses sistemas acoplados práticas transformadoras de governança como forma de enfrentar os desafios emergentes no Antropoceno.

## 1.2 GOVERNANDO SISTEMAS SOCIAL-ECOLÓGICOS NO ANTROPOCENO

Na atualidade ainda são predominantes políticas e práticas de governança normalmente focadas na gestão de características isoláveis do mundo biofísico, que se baseiam na suposição (ou crença) de que sistemas sociais e ecológicos são isolados, e não sistemas acoplados (ISON; SCHLINDWEIN, 2015). Isso porque “o paradigma prevaemente na governança da relação entre os humanos e o mundo biofísico é caracterizado por compromissos com o cientificismo e o pensamento linear, causal e dualista” (ISON; SHELLEY, 2016, p. 590).

Dessa maneira, a governança sistêmica, também denominada por alguns autores de governança adaptativa (FOLKE *et al.*, 2005; RESILIENCE ALLIANCE, 2010) ou governança sistêmico-cibernética (ISON; GRANT; BAWDEN, 2014; ISON, 2016, 2018; ISON; ALEXANDRA; WALLIS, 2018), surge na literatura como resultado da crescente conscientização da escala, importância e magnitude dos desafios que surgem no Antropoceno, e de que isso implica na necessidade urgente de transformar a maneira como pensamos e agimos em relação à governança das relações entre humanos e meio biofísico.

Embora a governança sistêmica seja um enquadramento cada vez mais utilizado na literatura como um avanço em termos de novas práxis de governança de SES, sua institucionalização ainda é incipiente (ISON; SCHLINDWEIN, 2015; ISON; STRAW, 2020). Ao discutirem a necessidade da criação de instituições inovadoras de governança, Ison e Straw (2020, p. 153) lançam mão de metáforas “para governar que se baseiam em sistemas e no pensamento cibernético” e explicam que essas metáforas “revelam entendimentos que estão ‘faltando na ação’ nos sistemas de governança atuais. Seu propósito é reformular a forma como pensamos e agimos ao governarmos e, assim, liberar as inovações necessárias para mudar para um novo modelo de governança”.

Assim, para explicar governança pode-se lançar mão de uma “metáfora cibernética ou sistêmico-cibernética” (ISON, 2018; ISON; ALEXANDRA; WALLIS, 2018; ISON; STRAW, 2020). A cibernética foi definida por Norbert Wiener (WIENER, 1961), em livro de mesmo título, como “a ciência da comunicação e do controle no animal e na máquina”, cuja palavra deriva do grego “*Kybernetes*”, que significa timoneiro(a), e que está relacionada ao verbo grego *κυβερνάω* [*kubernáo*], que significa dirigir, conduzir (ISON, 2016). O termo latino equivalente é *gubernator*, que significa governador, e as palavras governar, governo e governança não só também derivam dele, como têm o mesmo significado do ponto de vista da metáfora adotada.

A partir disso, governança pode ser entendida através da metáfora de um velejador (timoneiro) conduzindo uma embarcação (Figura 3), ou traçando um curso viável em resposta a *feedbacks* do mundo biofísico (de ventos, de correntes) em relação a propósitos que são negociados e renegociados em um contexto evolutivo, ou seja, em respostas repetidamente ajustadas à incerteza. Em síntese, os ajustamentos de planejamento e trajetória se dão por meio de *feedbacks* (retroalimentações) entre timoneiro(s), sistema biofísico e sistema social (regras de navegação, por exemplo) (ISON, 2018; ISON; ALEXANDRA; WALLIS, 2018; ISON; STRAW, 2020).

Figura 3 – Representação de uma metáfora para a prática de governança sistêmica



- Cibernética, do grego “Kybernetes”, que significa timoneiro (a)

- Governar - responder a *feedback* (da água, do vento, etc); traçar um curso (uma finalidade/um propósito)

- Integrando *feedback* do social e do biofísico

Fonte: Adaptada de Ison e Straw (2020).

A característica central reveladora da metáfora cibernética corresponde a “alguém (ou um coletivo) constantemente assimilando e respondendo a *feedbacks* e ganhando ‘controle interno’ através da autorregulação e auto-organização” (ISON, 2016, p. 598-599, grifo do autor). A partir dessa metáfora, a governança pode ser entendida como uma relação de constantes respostas e adaptações dos diversos elementos que interagem, respondem e realimentam o ato de navegar (ou governar), de modo a torná-lo, ou não, viável e efetivo (ISON, 2018). Então, governança abrange a totalidade de mecanismos e instrumentos disponíveis para influenciar mudança social em uma dada direção (ISON; GRANT; BAWDEN, 2014).

Logo, governar implica a aceitação da existência de uma dinâmica relacional coevolutiva entre sistemas sociais e biofísicos, e governança sistêmica compreende a condução do conjunto de relações entre componentes sociais e/

ou biofísicos desses sistemas que se realimentam e se reajustam constantemente visando à melhoria ou a transformação desejada de situações. Dessa maneira, “a governança incorpora aprendizagem e mudança em resposta à incerteza”, já que “intencionais ou não, as atividades coletivas de governança produzem efeitos que abrangem vários graus de coordenação ou falta de coordenação, controle ou perda de controle e certeza ou incerteza”. Sendo assim, para a governança sistêmica “a questão é chegar onde a perda de controle não leve ao medo, mas à aprendizagem social<sup>2</sup> e à inovação” (ISON; GRANT; BAWDEN, 2014, p. 626).

### 1.3 GOVERNANÇA SISTÊMICA DE PAEs

Quando abordagens tradicionais de governança são adotadas em situações que podem ser melhor enquadradas como sendo complexas, incertas e ambíguas, ou “*wicked*” (RITTEL; WEBER, 1973), muito frequentemente emergem ‘consequências não pretendidas’, como as já mencionadas, que podem deixar a situação ainda pior. Além disso, a adoção de práticas não reflexivas de governança de SES tipicamente “*wicked*” como os PAEs pode contribuir também para a ocorrência de falhas sistêmicas que podem inclusive levar ao colapso desses sistemas. Por isso, para situações “*wicked*” é necessário pensar e agir de maneira sistêmica e reflexiva.

No Antropoceno, a governança de PAEs demanda mecanismos de governança alternativos e uma mudança para governança sistêmica como forma de responder aos processos de *feedback* em um contexto evolutivo caracterizado por incerteza, variedade e surpresa, preservando a capacidade adaptativa e a viabilidade desses Sistemas Social-Ecológicos em longo prazo.

Isso decorre também do fato de que PAEs, como instrumentos de uma política pública, podem ser influenciados em sua governança por legislações que, em alguns casos, vão de encontro às normas e práticas instituídas anteriormente à sua criação. Portanto, há uma diversidade de elementos externos e internos que podem impor limites ou restrições para a preservação da capacidade adaptativa e viabilidade desses sistemas ao longo do tempo. Ao considerar a metáfora cibernética para estabelecer um entendimento de governança sistêmica de PAEs, pretende-se poder melhor lidar com a complexidade da situação através do desenvolvimento de capacidades adaptativas que permitam a esses sistemas constantemente se ajustarem e redirecionarem sua trajetória coevolutiva, conservando uma dinâmica relacional que lhes garanta viabilidade.

<sup>2</sup> Aprendizagem social pode ser “entendida como uma ação concertada de múltiplos atores em situações de complexidade e incerteza” (ISON, 2017, p. 253).

A governança sistêmica de PAEs pode ser entendida, então, como o desenvolvimento e a implementação de práticas de governança do acoplamento estrutural entre um sistema social e um sistema ecológico para que estes sistemas acoplados possam melhor responder a choques, surpresas e crises, que serão cada vez mais frequentes e intensas no Antropoceno. Deste modo, a governança sistêmica vai além da administração da ‘soma’ de elementos do sistema social e do sistema ecológico. Sua institucionalização requer que seja considerado o caráter indissociável desses sistemas, já que nos PAEs os meios de vida se configuram pela relação estabelecida pelas pessoas com o meio biofísico e é esta relação que imprime a identidade de SES a estes sistemas, e as condições necessárias à sua emergência.

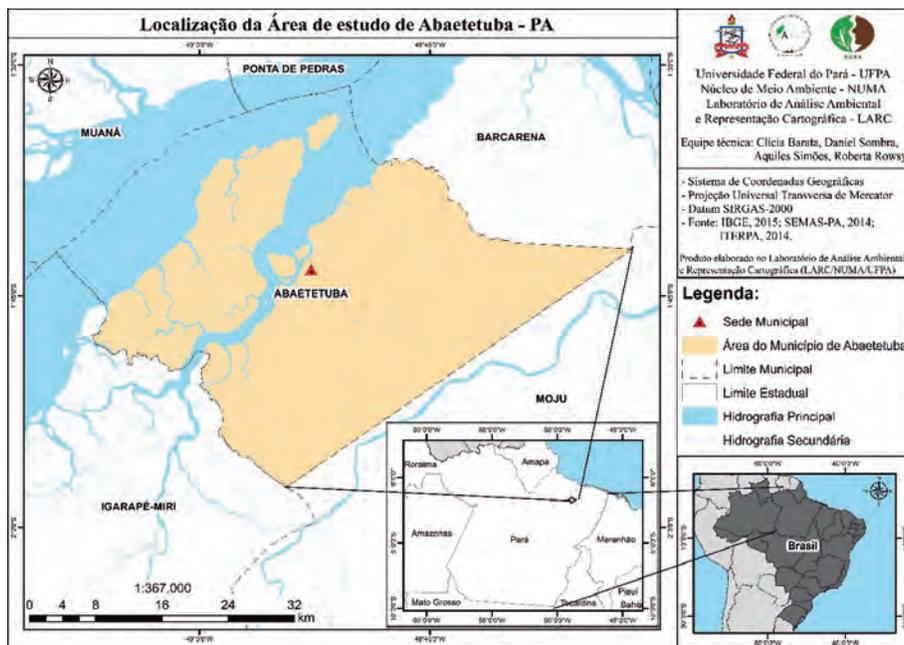
Mas a institucionalização da governança sistêmica de PAEs requer, também, a colaboração entre diversos tipos de *stakeholders* em distintas escalas, incluindo entidades governamentais e comunidades locais. Além disso, a governança sistêmica pode ser facilitada por políticas públicas que reconheçam a natureza aninhada desses sistemas, e ser desenvolvida por meio de programas, projetos e/ou abordagens de pesquisa participativas, interdisciplinares e sistêmicas, valorizando o pluralismo metodológico, como o que vem sendo desenvolvido em PAEs de Abaetetuba, Pará.

## **2 DESENVOLVENDO UMA PROPOSIÇÃO DE GOVERNANÇA SISTÊMICA DE PAES EM ABAETETUBA (PA): UM TRABALHO EM ANDAMENTO**

Abaetetuba (Figura 4) é um município localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense, na Região Intermediária de Belém, e na Região Imediata de Abaetetuba, de acordo com a classificação regional do IBGE de 2017. O município é o sétimo mais populoso do estado do Pará, com uma população estimada de pouco mais de 160 mil habitantes (IBGE, 2021). Geograficamente, possui duas grandes áreas, uma de terra firme (região continental), onde se situam mais de 35 colônias e agrovilas, com predominante influência das estradas; e uma de várzea, formada por um complexo hidrográfico, interligado por igarapés, rios e furos (SOMBRA *et al.*, 2021).

Nesta última região, que forma cerca de 40% do território municipal, denominada localmente de Região das Ilhas de Abaetetuba, foram criados, entre 2004 e 2014, 24 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, nos quais estão assentadas 7.721 famílias (INCRA, 2017) que exploram múltiplos *habitats*, com destaque para as categorias de ribeirinhos, pescadores, agricultores(as) e (agro) extrativistas, especialmente de açaí (*Enterpe oleracea* Mart).

Figura 4 – Localização de Abaetetuba no estado do Pará



Fonte: Elaborado no Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC), da Universidade Federal do Pará (UFPA), com base em IBGE (2015), SEMAS – PA (2014) e ITERPA (2014).

Em Abaetetuba, os PAEs são coordenados pelas associações dos moradores, vinculadas ao Conselho do Assentamento Agroextrativista, Várzea, Quilombola e Grupos Afins das Ilhas de Várzea de Abaetetuba (CAGROQUIVAIA), pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTR), pelo Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) e pelo Movimento dos Ribeirinhos de Abaetetuba (MORIPA), sendo que o STTR, o MORIVA e o MORIPA atuam juntamente com o CAGROQUIVAIA como organizações intermediárias da relação entre as associações dos PAEs e o INCRA.

Entretanto, a existência de diferenças e discordâncias na forma de gestão dos PAEs e conflitos pessoais entre alguns representantes dessas organizações influenciam a articulação entre esses movimentos. Além disso, o distanciamento desses movimentos de organizações do poder público, como Prefeitura e Secretarias Municipais, resulta em pouca colaboração para ações conjuntas dessas entidades nos PAEs.

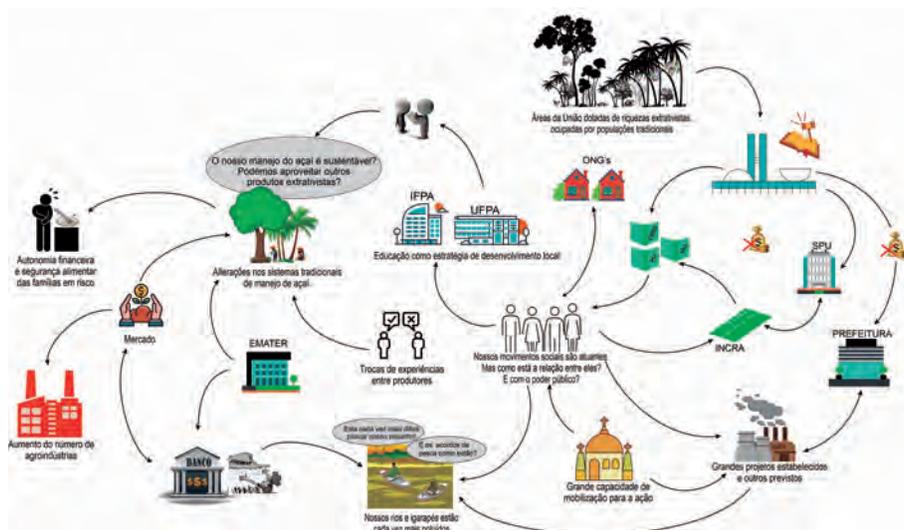
A proximidade desses PAEs de projetos minero-metalúrgicos, implementados desde a década de 1980, é outro elemento relevante da situação-problema. Essa proximidade tem incidido em conflitos socioambientais recorrentes em função de alterações sociais e ecológicas causadas por acidentes ou despejos irregulares de rejeitos, que geraram contaminação das águas de rios e igarapés que são meios de sobrevivência para muitas famílias assentadas. Essa situação pode, inclusive, ser agravada pela implantação de outros projetos de infraestrutura já previstos, como a construção de um porto de uma grande empresa multinacional.

Nesses SES agroextrativistas, questões relacionadas à exploração de recursos naturais, com destaque para o açaí, que é a principal base econômica das famílias assentadas, revelam-se particularmente problemáticas. Atualmente, verifica-se na produção agroextrativista desse fruto a intensificação das práticas de manejo, influenciadas e estimuladas, entre outros fatores, pelo aumento das demandas do mercado nacional e internacional, pela atuação de instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e pela disponibilização de créditos e fomentos bancários aos agroextrativistas.

As mudanças no manejo – como a diminuição ou retirada de espécies nativas para promover o aumento da produtividade das áreas de açazais – têm colaborado para a chamada “monocultivização” do açaí, denominação que vem sendo utilizada em referência à tendência de homogeneização de paisagens nativas com açazais. Entre outros impactos, esse processo está contribuindo para a diminuição da biodiversidade e promovendo a degradação da estrutura dos solos. Ao mesmo tempo, porém, alguns agroextrativistas contrapõem-se a essa tendência, implementando sistemas de produção de açaí mais diversificados que se aproximam em suas características às de sistemas agroflorestais das áreas de várzeas amazônicas.

Por isso, pode-se afirmar que a situação que se vivencia atualmente nos PAEs de Abaetetuba caracteriza tipicamente uma situação de complexidade, ou uma *messy situation* (ACKOFF, 1974), isto é, um sistema de problemas inter-relacionados e interdependentes, uma situação que produz insatisfação, e que pode ser expressada por meio de uma Figura Rica (CHECKLAND, 1981) como a que é apresentada na Figura 5.

Figura 5 – Figura rica da situação-problema dos PAEs de Abaetetuba, Pará



Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

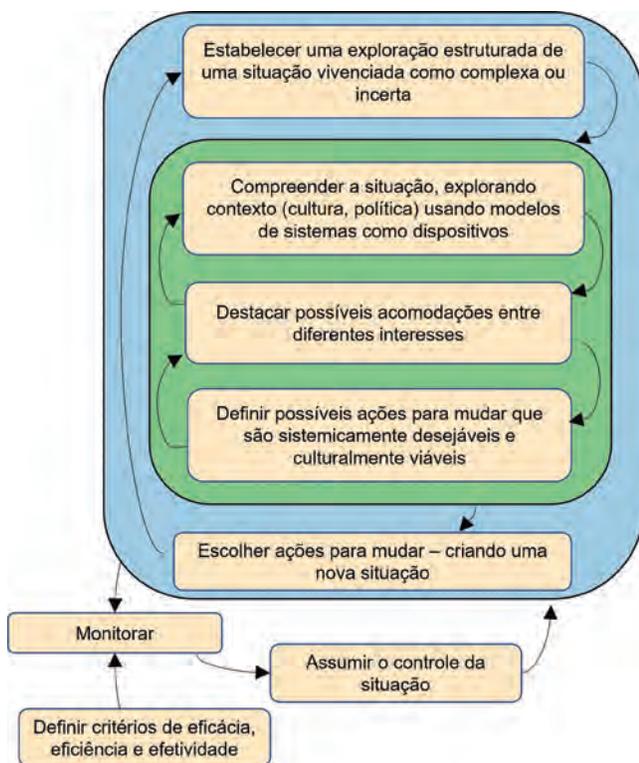
Dada a complexidade da situação-problema e levando em conta a escolha de enquadramento de PAEs como SES, a governança desses sistemas acoplados não pode mais estar amparada na disjunção dos seus sistemas social e ecológico como se fossem sistemas distintos e independentes. Por isso, para facilitar o processo de desenvolvimento de uma proposição de governança sistêmica dos PAEs de Abaetetuba, está sendo adotada uma abordagem multimetodológica de investigação baseada na condução de uma *Systemic Inquiry* (SI) (ISON, 2017), ou “investigação sistêmica”, em tradução livre.

Uma SI é, por definição, “uma forma de prática de sistemas projetada para se envolver com a incerteza”, sendo também “uma forma institucional ou tecnologia social que pode contribuir para a governança sistêmica de situações” (ISON, 2017, p. 251). Uma SI configura-se como uma prática para situações que podem ser melhor entendidas como complexas, incertas e, possivelmente conflitantes, onde há diversos interessados, cada um com sua própria história e perspectivas (ISON; BLACKMORE, 2014), como pode ser caracterizada a situação dos PAEs de Abaetetuba (Figura 5). Dessa maneira, diferente de abordagens de planejamento estratégico, nas quais metas e objetivos são definidos desde o início orientando o planejamento para o alcance desses objetivos, “a investigação sistêmica começa a partir de uma situação preocupante e os participantes vão descobrindo áreas de oportunidade apropriadas e significativas” (DAVIDSON; WALLIS; ISON, 2015, p. 11) para a melhoria da situação.

Para guiar a investigação sistêmica (SI) nos PAEs de Abaetetuba está sendo usado o modelo de Ison (2017) representado na Figura 6. É importante destacar que as atividades de uma SI, distribuídas em vários níveis de sistemas, não constituem um “passo-a-passo” de como se engajar com uma situação para melhorá-la (ou para governá-la), mas caracterizam um processo (iterativo) para facilitar aos participantes da SI o conhecimento de sua própria situação, e para descobrir formas de como melhorá-la (de como governá-la).

Trata-se de um modelo heurístico e, portanto, não necessariamente todas as atividades têm de ser cumpridas ou realizadas sequencialmente, podendo mesmo ser realizadas simultaneamente. Os produtos de uma SI, por sua vez, tanto podem ser modelos (de sistemas) conceituais quanto podem ser modelos quantitativos, ou dispositivos heurísticos (um *framework*, por exemplo) para compreender uma situação-problema ou para nela agir com propósito, como quando se quer promover governança sistêmica de SES como os PAEs. Uma descrição detalhada sobre SI pode ser encontrada em Ison (2017).

Figura 6 – Modelo de atividades para condução de uma investigação sistêmica (SI)



Fonte: Adaptado de Ison (2017, p. 256).

Para a condução de uma SI nos PAEs de Abaetetuba, e em consonância com as atividades do modelo da Figura 6, está sendo adotada uma abordagem multimetodológica de estruturação de problemas (MINGERS; ROSENHEAD, 2004). Pretende-se, com isso, facilitar um processo efetivo de participação de atores locais (*stakeholders*) na identificação de relações e elementos do acoplamento estrutural entre os sistemas social e ecológico que precisam ser considerados para a governança sistêmica desses PAEs como SES.

Para tanto, estão sendo combinadas metodologias de estruturação de problemas como a *Soft System Methodology* (SSM) (CHECKLAND, 1981) e a *Strategic Options Development and Analysis* (SODA) (ACKERMANN; EDEN, 2010). Essas metodologias estão sendo usadas para facilitar a *stakeholders* “interessados e influentes” (ACKERMANN; EDEN, 2011) a apreciação e reflexão sobre a situação de governança atual dos PAEs de Abaetetuba com a intenção de agir sobre ela visando transformá-la sistemicamente. Com o uso combinado dessas metodologias, busca-se não somente entender a situação de governança atual e o seu contexto, mas também gerar um debate estruturado sobre ela para alcançar uma acomodação dos distintos interesses presentes e permitir a definição de ações de governança sistemicamente desejáveis, culturalmente viáveis e eticamente defensáveis.

Com a adoção dessa abordagem multimetodológica e do processo de indagação sistêmica por ela facilitada, pretende-se identificar a partir do mapeamento causal de pensamentos e opiniões dos *stakeholders* sobre as características da dinâmica do acoplamento entre os sistemas social e ecológico dos PAEs em Abaetetuba, os elementos necessários para a construção coletiva de um *framework* de governança sistêmica desses SES.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de como responderemos aos grandes desafios que o Antropoceno nos coloca é central nos tempos atuais. Os mecanismos e desenho institucional atuais de governança de nossa relação com o meio biofísico são inadequados perante a magnitude e complexidade da tarefa em questão. A abordagem apresentada e discutida neste artigo é, assim, um alerta e “um convite para evitar a adoção de entendimentos simplistas de governança, reduzindo-a a aplicação de conhecimentos e soluções técnico-científicas” (ISON; SCHLINDWEIN, 2015), sobretudo em tempos de incerteza e rápidas mudanças globais.

A maneira como uma situação-problema é conceitual e epistemologicamente enquadrada faz, portanto, muita diferença para as possibilidades de melhorá-la bem como para a sua governança. Por isso, o enquadramento de PAEs como

SES no contexto do Antropoceno oferece a possibilidade de transformar sistemicamente a sua governança para melhor poder responder às incertezas e imprevisibilidades atuais. Em outras palavras, escolher enquadrar PAEs como SES oferece a oportunidade de ir além de modelos de governança baseados em lógicas de comando e controle dualistas que, para *messy situations* como os PAEs, não apresentam a “variedade requerida” (ASHBY, 1956) necessária para lidar com a complexidade dessas situações e, conseqüentemente, garantir a viabilidade desses sistemas acoplados ao longo do tempo.

Situações como essas demandam, portanto, práticas alternativas e inovadoras de governança, como a mudança em direção à governança sistêmica, pois como reivindicam Ison, Alexandra e Wallis (2018) essa forma de governança é um antídoto para o mal-estar causado pelos modernos sistemas de governança atuais. Contudo, implementar a administração desse antídoto na prática cotidiana de governança é uma tarefa muito desafiadora, pois a institucionalização de práticas de governança sistêmica não é algo trivial, como o esforço em curso de desenvolver um *framework* de governança sistêmica dos PAEs em Abaetetuba bem ilustra.

A prática de governança sistêmica para manter viável o acoplamento estrutural de humanos com a biosfera pode trazer também uma nova dimensão ao desenvolvimento de políticas públicas para a governança do uso comum de recursos coletivos, aumentando a capacidade dos PAEs como SES de acomodar imprevisibilidade e incerteza, para que humanos continuem vivendo no Antropoceno. Entretanto, dada não somente a necessidade, mas a urgência de conservar as relações de acoplamento entre humanos e o mundo biofísico em SES como os PAEs de Abaetetuba, é necessário inventar novos arranjos institucionais para facilitar a implementação de práticas de governança sistêmica nesses sistemas acoplados. A exploração de novos entendimentos e abordagens poderá, assim, contribuir para a emergência de práticas de governança que são mais sistêmicas, adaptativas e benéficas para a viabilidade desses complexos SES amazônicos.

## REFERÊNCIAS

ACKERMANN, F.; EDEN, C. Strategic management of stakeholders: theory and practice. **Long Range Planning**, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 179-196, jun. 2011.

ACKERMANN, F.; EDEN, C. Strategic options development and analysis. In: REYNOLDS, M.; HOLWELL, S. (Ed.). **Systems approaches to managing change: a practical guide**. London: The Open University, 2010. p. 135-190.

- ACKOFF, R. L. **Redesigning the future**: a systems approach to societal problems. New York: Wiley, 1974. 260 p.
- ALENCAR, A. *et al.* **Desmatamento nos assentamentos da Amazônia**: histórico, tendências e oportunidades. Brasília, DF: IPAM, 2016. 93 p.
- ASHBY, R. **An introduction of cybernetics**. London: Chapman & Hall, 1956. 295 p.
- BECKER, E. Social-ecological systems as epistemic objects. *In*: GLASER, M. *et al.* (Ed.). **Human-Nature Interactions in the Anthropocene**: potentials of social-ecological systems analysis. London, UK: Routledge, 2012. p. 37-59.
- BERKES, F. Environmental governance for the Anthropocene? Social-ecological systems, resilience, and collaborative learning. **Sustainability**, Geneve, v. 9, n. 7, p. 1-12, jul. 2017.
- BIGGS, R. *et al.* What are social- ecological systems and social- ecological systems research? *In*: BIGGS, R. *et al.* (Ed.). **The routledge handbook of research methods for social-ecological systems**. New York: Routledge, 2021. p. 3-26.
- CHECKLAND, P. B. **Systems thinking, systems practice**. Chichester, UK: Wiley, 1981. 330 p.
- COSTA, F. M. F. S.; BRASIL, D. S. B. O Plano de Uso, a tragédia dos comuns e o Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Cacoal. Cametá/Pará. *In*: CONGRESSO AMAZÔNICO DE MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS, 2., 2016, Belém. **Anais** [...]. Belém: UFRA, 2016. p. 1-12.
- CRUTZEN, P. J. Geology of mankind. **Nature**, [s. l.], v. 415, n. 6867, p. 23, jan. 2002.
- DAVIDSON, S.; WALLIS, P.; ISON, R. **Systemic inquiry**: a system for the prevention of chronic disease in Australia - coping workshop report. Sidney, Monash Sustainability Institute, Monash University, jul. 2015. 18 p. Disponível em: [https://preventioncentre.org.au/wp-content/uploads/2015/08/1507-Monash-systemic-inquiry-report\\_final.pdf](https://preventioncentre.org.au/wp-content/uploads/2015/08/1507-Monash-systemic-inquiry-report_final.pdf). Acesso em: 10 fev. 2019.
- FOLKE, C. *et al.* Adaptive governance of social-ecological systems. **Annual Review of Environment and Resources**, [s. l.], v. 30, p. 441-473, jul. 2005.
- FOLKE, C. *et al.* Social-ecological resilience and biosphere-based sustainability science. **Ecology and Society**, [s. l.] v. 21, n. 3, p. 1-16, 2016.

IBGE. Cidades e Estados: Abaetetuba. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>. Acesso em: 23 ago. 2021.

IBGE. Downloads. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

INCRA. Incra nos Estados: informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 02 jul. 2020.

INCRA. **Portaria INCRA nº268, de 23 de outubro de 1996**. Dispõe sobre a criação da modalidade de Assentamentos Agroextrativistas e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária, [1996]. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww2.mppa.mp.br%2Fsistemas%2Fgcsubsites%2Fupload%2F25%2FPortaria%2520INCRA%2520n%25C3%2582%25C2%25BA%2520268%2C%2520de%252023%2520de%2520outubro%2520de%25201996.doc>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ISON, R. Governing in the Anthropocene: What future Systems Thinking in Practice? **Systems Research and Behavioral Science**, [s. l.], v. 33, n. 5, p. 595-613, Sept./Oct. 2016.

ISON, R. Governing the human–environment relationship: systemic practice. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [s. l.], v. 33, p. 114-123, Aug. 2018.

ISON, R. **Systems practice**: how to act in situations of uncertainty and complexity in a climate-change world. London: Springer: The Open University, 2017. 340 p.

ISON, R.; BLACKMORE, C. Designing and developing a reflexive learning system for managing systemic change. **Systems**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 119-136, Apr. 2014.

ISON, R.; GRANT, A.; BAWDEN, R. Scenario praxis for systemic governance: a critical framework. **Environment and Planning C: Government and Policy**, [s. l.], v. 32, n. 4, p. 623-640, Aug. 2014.

ISON, R.; SCHLINDWEIN, S. L. Navigating through an “ecological desert and a sociological hell”: A cyber-systemic governance approach for the Anthropocene. **Kybernetes**, [s. l.], v. 44, n. 6-7, p. 891-902, June 2015.

ISON, R.; SHELLEY, M. Governing in the Anthropocene: contributions from systems thinking in practice? **Systems Research and Behavioral Science**, [s. l.], v. 33, n. 5, p. 589-594, Sept./Oct. 2016.

ISON, R.; STRAW, E. **The hidden power of systems thinking: governance in a climate emergency**. 1. ed. London/New York: Routledge, 2020. 311 p.

ISON, R.; ALEXANDRA, J.; WALLIS, P. Governing in the Anthropocene: are there cyber-systemic antidotes to the malaise of modern governance? **Sustainability Science**, [s. l.], v. 13, n. 5, p. 1209-1223, Sept. 2018.

ITERPA. Sicarf - Tecnologia para regularização fundiária das terras do Estado do Pará. **Instituto de Terras do Pará**, Belém, 2014. Disponível em: <https://sicarf.iterpa.pa.gov.br/analise/>. Acesso em: 03 set. 2021

KOONTZ, T. M. *et al.* Adaptive institutions in social-ecological systems governance: a synthesis framework. **Environmental Science & Policy**, [s. l.], v. 3 (Part B), p. 139-151, Nov. 2015.

LANNON, C. Causal loop construction: the basics. **Systems Thinker**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://thesystemsthinker.com/causal-loop-construction-the-basics/>. Acesso em: 9 set. 2020.

LIESBET, H.; GARY, M. Unraveling the central state, but how? types of multi-level governance. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 97, n. 2, p. 233-243, May 2003.

LIU, J. *et al.* Complexity of coupled human and natural systems. **Science**, [s. l.], v. 317, n. 5844, p. 1513-1516, Sept. 2007a.

LIU, J. *et al.* Coupled human and natural systems. **Ambio**, [s. l.], v. 36, n. 8, p. 639-649, Dec. 2007b.

MAIA, R. O. M. **A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará**. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MAIA, R. O. M.; RAVENA, N.; ACEVEDO MARIN, R. E. Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos nas ilhas do Pará. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 35, p. 153-173, jan./abr. 2017.

- MATURANA, H. A ontologia da realidade. *In*: MAGRO, C.; GRACIANO, M.; VAZ, N. (org.). **A ontologia da realidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. p. 60-78.
- MINGERS, J.; ROSENHEAD, J. Problem structuring methods in action. **European Journal of Operational Research**, [s. l.], v. 152, n. 3, p. 530-554, Feb. 2004.
- OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science**, [s. l.], v. 325, n. 5939, p. 419-422, July 2009.
- PIERRE, J.; PETERS, B. G. **Governance, Politics and the State**. London, UK: Macmillan Press, 2000. 231 p.
- PREISER, R. *et al.* Social-ecological systems as complex adaptive systems: organizing principles for advancing research methods and approaches. **Ecology and Society**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 1-15, 2018.
- RESILIENCE ALLIANCE. Assessing resilience in social-ecological systems: workbook for practitioners. Revised Version 2.0. **Resilience Alliance**, [s. l.], 2010. Disponível em: [https://www.resalliance.org/files/ResilienceAssessmentV2\\_2.pdf](https://www.resalliance.org/files/ResilienceAssessmentV2_2.pdf). Acesso em: 14 ago. 2018.
- REYERS, B. *et al.* Social-Ecological Systems Insights for Navigating the Dynamics of the Anthropocene. **Annual Review of Environment and Resources**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 267-289, July 2018.
- RITTEL, H. W. J.; WEBBER, M. M. Dilemmas in a General Theory of Planning. **Policy Sciences**, [s. l.], v. 4, p. 155-169, June 1973.
- SANTOS, H. F. A questão fundiária nos Assentamentos Agroextrativistas da Amazônia: o estudo de caso do Assentamento Agroextrativista Ilha Jarimbu, no município de Igarapé- PA. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: SINGA/UFPR, 2017. p. 1-13.
- SEMAS-PA. Downloads. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Belém, 2014. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/documentos/downloads/>. Acesso em: 03 set. 2021.
- SOMBRA, D. S. *et al.* Produção do espaço agrário e dinâmicas territoriais na Amazônia Tocantina: transporte rural-urbano, agricultura familiar e ambientes em Abaetetuba (PA). *In*: OLIVEIRA, R. J. (ed.). **Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar**. Guarujá, SP: Científica Digital, 2021. v. 1, p. 579-600.

SOUSA, C. F. M.; COSTA, F. M. F. S. Planos de utilização em Projetos de Assentamentos Agroextrativistas: autoritarismo e participação. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 30., 2016, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2016. p. 1-14.

TERMEER, C. J. A. M.; DEWULF, A.; VAN LIESHOUT, M. Disentangling scale approaches in governance research: comparing monocentric, multilevel, and adaptive governance. **Ecology and Society**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 1-15, 2010.

THOMAS, S. **Impacto da criação do Projeto Agroextrativista na gestão participativa dos recursos comuns na várzea amazônica**. 2014. 187f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

THOMAS, S.; ALMEIDA, O.; PINHEIRO, E. S. Projeto de Assentamento Agroextrativista no ordenamento territorial e na gestão dos recursos naturais de várzea Amazônica. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 1-6, 2015.

TRETTER, F.; HALLIDAY, A. Modelling social-ecological systems: bridging the gap between Natural and Social Sciences. *In: GLASER, M. et al. (Ed.). **Human-Nature Interactions in the Anthropocene**: potentials of social-ecological systems analysis*. London, UK: Routledge, 2012. p. 60-89.

VAN ASSCHE, K. *et al.* The social, the ecological, and the adaptive. Von Bertalanffy's general systems theory and the adaptive governance of social-ecological systems. **Systems Research and Behavioral Science**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 308-321, May/June 2019.

WIENER, N. **Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine**. 2. ed. Cambridge, Massachusetts: The Mit Press, 1961. 212 p.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2010. 484 p.

Texto submetido à Revista em 01.09.2021

Aceito para publicação em 09.06.2022



## A via cooperativa para o fortalecimento dos meios de vida no Médio Mearim, Maranhão

### The cooperative way for strengthening livelihoods in the Middle Mearim, Maranhão

*Aline Souza Nascimento* – Doutoranda em Agriculturas Amazônicas pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: snascimentoaline@gmail.com

*Roberto Porro* – Doutor em Antropologia Cultural pela University of Florida, Estados Unidos. Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental. E-mail: roberto.porro@embrapa.br

#### Resumo

Estratégias de enfrentamento adotadas por camponeses maranhenses durante conflitos agrários resultaram na formação de organizações que têm desempenhado importante papel na garantia dos seus direitos de acesso a recursos e de controle sobre a comercialização dos seus produtos. Entre essas, se encontra a Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj). Visando identificar as mudanças decorrentes da combinação de estratégias adotadas pela cooperativa, utilizamos a abordagem de meios de vida para analisar as percepções dos sujeitos locais acerca de sua atuação. A partir da análise de entrevistas realizadas com 20 grupos focais em nove comunidades, sobre o conjunto de capitais definidores de meios de vida (humano, físico, social, econômico e ambiental), verificamos que a Coppalj tem contribuído para a diversificação produtiva e tecnológica no território, reduzindo assimetrias e aumentando ganhos coletivos.

#### Palavras-chave

Agroextrativismo. Babaçu. Campesinato. Comércio justo.

#### Abstract

Coping strategies adopted by peasant farmers during agrarian conflicts in Maranhão state resulted in the formation of associations and cooperatives that have played important roles in guaranteeing their rights of access to resources and control over the marketing of their products. The Lago do Junco Cooperative of Small Agroextractive Producers (Coppalj) is one of these organizations. In order to identify changes resulting from the combination of strategies adopted by the cooperative, we used the livelihoods approach to analyze the perceptions of local subjects about its performance. From the analysis of interviews conducted with 20 focus groups in nine communities, on the set of capitals that define livelihoods (human, physical, social, economic, and environmental), we found that Coppalj has contributed to the productive and technological diversification in the territory, reducing asymmetries and increasing collective gains.

#### Keywords

Agroextractivism. Babassu. Peasant farmers. Fair trade.

## INTRODUÇÃO

Resultado das ações de resistência de camponeses do município de Lago do Junco, Maranhão, que buscavam autonomia econômica e produtiva para o sustento de suas famílias, a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) figura como uma iniciativa socioeconômica que possibilitou melhores condições para a comercialização da produção extrativa. A Coppalj foi criada num cenário de busca por democracia na arena política, e suas estratégias de luta foram amparadas em novos preceitos constitucionais, podendo ser entendida como uma reação defensiva para autoproteção das formas de vida de seus sujeitos (WANDERLEY, 2014; SCHNEIDER; ESCHER, 2011). Sua existência demonstra a complexidade das estratégias econômicas e produtivas desenvolvidas pelos camponeses do Médio Mearim para reconstrução dos seus meios de subsistência, precisamente em comunidades que dependem do extrativismo de babaçu (PORRO; PORRO, 2015).

Ao longo da sua trajetória, a Coppalj tem se firmado como instância mediadora entre as estruturas socioeconômicas e os atores sociais, instituindo um modelo inovador de desenvolvimento endógeno. Tal modelo visa transformar e melhorar as condições de vida das famílias locais, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil (PINHEIRO, 2012; SCHNEIDER; ESCHER, 2011). Nesse sentido, o desenvolvimento levado a cabo pela cooperativa não se restringe a processos estritamente econômicos, mas fortalece as famílias cooperadas contra riscos associados a processos de mudança social (PERONDI, 2007; SCOONES, 1998).

Visando identificar a avaliação dos associados quanto às estratégias adotadas pela Coppalj na busca pela melhoria da qualidade de vida nas comunidades de sua atuação, e os campos nos quais essas ações tiveram maiores impactos, bem como se tais impactos atingem sócios e não sócios de forma equitativa, analisamos comparativamente a percepção dos sujeitos locais sobre o cenário anterior à criação da Coppalj (em 1990) e o momento atual (em 2020), assim como quanto à parcela de contribuição da cooperativa para eventuais transformações. Tal abordagem nos revela se a qualidade de vida tem melhorado ou se as limitações enfrentadas em períodos passados ainda se mantêm. Essa comparação é fundamental para captar as transformações ocorridas, porque as lembranças acerca do período passado ainda sombreiam as memórias dos protagonistas, se constituindo em um sensor para a mensuração do tempo transcorrido (ASSMANN, 2011).

Esta análise contribuirá não somente para a elucidação de estratégias e mecanismos adotados pelos sujeitos mobilizados para superação das desigualdades econômicas e sociais e aumento do bem-estar, como também para ampliar o conhecimento destes sujeitos acerca de seu exercício político e organizativo, aumentando, assim, a capacidade destes em atuar e interferir no curso de acontecimentos que mercantilizam a vida e os recursos naturais.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Meios de vida referem-se às capacidades, aos ativos (recursos materiais e sociais) e às atividades necessárias para a manutenção de um determinado modo de vida, sendo que esta última noção integra a articulação entre as diferentes formas e lógicas de processos concretos de vivência e trabalho, por meio dos quais são constituídas as práticas quotidianas (GUERRA, 1993).

De acordo com Scoones (1998), indicadores de meios de vida sustentáveis incluem a geração de oportunidades de trabalho, redução de pobreza absoluta e relativa, com destaque para equidade, bem-estar e capacidades (tangíveis e intangíveis), adaptação (ou resiliência) a choques, menor vulnerabilidade e sustentabilidade da base de recursos, implicando na conservação de recursos naturais. O meio de vida é sustentável quando for capaz de lidar com e se recuperar de tensões e choques, mantendo ou ampliando suas capacidades e ativos, sem comprometer a base de recursos naturais. O planejamento e a implementação de uma abordagem de meios de vida sustentáveis são necessariamente interativos e dinâmicos e requerem a participação ativa das diferentes partes interessadas nos processos que definem significados e objetivos, analisando conexões e *trade-offs*, identificando opções e escolhas e, por fim, tomando decisões.

A abordagem dos meios de vida tem possibilitado novas leituras e interpretações acerca da capacidade de transformação dos atores sociais. Conforme Perondi (2014), os estudos iniciais acerca desta abordagem estavam mais focados em analisar o comportamento das pessoas pobres, cuja tendência era apontá-las como vítimas passivas e infortunadas do sistema. Foi a partir da década de 1980, com a perspectiva orientada ao ator, que as análises se ampliam e passam a focar no modo como estas pessoas adaptam e exploram as mudanças, transformando uma ameaça numa oportunidade (PERONDI, 2014).

Os meios de vida consistem nas capacidades, ativos (estoques, recursos, direitos e acessos) e atividades requeridas para se manter a família (PERONDI, 2014). Os ativos são considerados o ponto de partida do quadro de análise dos “meios de vida” e se referem ao conjunto de capitais (natural, físico, humano, financeiro e social) que um segmento social, por exemplo, os agricultores, adotam

para garantir a sobrevivência (NIERDELE; GRISA, 2008; SITOE, 2011). Por considerar várias dimensões, esta abordagem nos possibilitou uma análise abrangente acerca das mudanças derivadas da atuação da Coppalj, bem como das estratégias criadas para melhoria do bem-estar da população local.

## 2 METODOLOGIA

O sítio de estudo faz parte do Médio Mearim maranhense, na denominada “área de ocorrência do babaçu” (ANDERSON; MAY; BALICK, 1991), onde se verificaram transformações significativas no uso dos recursos naturais, principalmente nas últimas cinco décadas. As paisagens predominantes no Médio Mearim, inicialmente florestas ricas em espécies, transformaram-se em florestas secundárias dominadas pela palmeira babaçu (*Attalea Speciosa* Mart. ex Spreng.). Boa parte destas florestas foi convertida em pastagens e capoeiras contendo palmeiras em várias densidades.

Nas décadas de 1970 e 1980, um processo intenso de concentração fundiária antagonizou fazendeiros e camponeses em conflitos associados à derrubada de babaçuais para a formação de pastagens. Durante o momento mais agudo desses conflitos, a subsistência local em muito dependia dos serviços e produtos obtidos do babaçu: a agricultura de corte-e-queima, praticada em terras cobertas por palmeiras, que fornecem biomassa suficiente para colheitas razoáveis, e a extração e venda de amêndoas, realizadas predominantemente por mulheres. Frente à exclusão social que se acentuava com os conflitos em Lago do Junco, um ativo movimento social no campo recuperou significativa parcela das terras a partir de meados da década de 1980 (PORRO, 2005; PORRO; PORRO, 2014, 2015). É nesse contexto que é constituída a Coppalj.

O presente estudo está embasado em observação direta e participante junto a camponeses de comunidades nos municípios de atuação da Coppalj: Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. Integra métodos qualitativos e quantitativos relacionados à atuação da Coppalj e seus efeitos em meios de vida. A abordagem de meios de vida permitiu verificarmos em que dimensões as mudanças geradas pela cooperativa traduziram-se em melhoria para a população local, assim como aferirmos o índice de acesso aos capitais e capacidades geradas, identificando aqueles com maior proeminência. Por outro lado, foi útil para identificarmos os limites ainda enfrentados pela organização para alcance dos seus objetivos, ou seja, para defender e manter as atividades econômicas que têm garantido a reprodução social camponesa nos municípios de sua atuação (BEBBINGTON apud NIERDELE; GRISA, 2008). A sua aplicação se deu por meio de questionário

composto por cinco dimensões. Cada uma das dimensões contou com perguntas referentes a cinco indicadores. O questionário foi aplicado a grupos focais, que buscaram consenso para a definição de respostas a cada pergunta.

O grupo focal é uma modalidade de entrevista em que ocorre uma exposição oral específica e espontânea dos envolvidos, visando fomentar interações e debates entre participantes de um grupo sobre um tema proposto (POMMER; POMMER, 2014). No exercício de avaliar as percepções locais quanto à situação atual das múltiplas dimensões de meios de vida nas comunidades, esta análise foi baseada em resultados da aplicação dos questionários em reuniões de 20 grupos focais, realizadas em nove comunidades, oito das quais constituem a área atual de atuação da cooperativa, enquanto a outra consiste em localidade na qual a Coppalj estava em preparativos para iniciar atuação, o que de fato ocorreu após a realização da pesquisa.

Os grupos focais foram formados de modo que a amostra fosse constituída a partir de critérios de diversificação em função das variáveis estratégicas, cujo objetivo foi obter exemplos da maior diversidade possível de informações referentes ao nosso tema (MICHELAT, 1987). Portanto, a escolha dos informantes contemplou a diversidade de sujeitos que compõe e/ou interage com a Coppalj. As variáveis estratégicas definidas foram aquelas que desempenham papel importante no campo do problema estudado (MICHELAT, 1987). Por essa razão, se basearam no gênero, faixa etária e nível de participação na cooperativa. Assim, os sujeitos dessa pesquisa foram jovens, homens e mulheres agroextrativistas, impactados pela Coppalj, incluindo sócios/sócias e não sócios/não sócias.

Os sócios/sócias foram considerados em dois grupos: sócios fundadores, que consideramos aqueles associados entre 1991-1995, com idade acima de 50 anos (mais velhos); e sócios recentes, que são aqueles associados entre 2015-2019, com idade até 50 anos (mais novos). Para não sócios, também consideramos aqueles com até 50 anos (mais novos) e acima de 50 anos (mais velhos), tendo em vista que muitos dos sujeitos que acompanharam a criação da cooperativa não se associaram.

No que tange aos jovens, em virtude da dificuldade de encontrar informantes-chave nesse grupo, que segundo definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consiste daqueles com idade entre 15 e 24 anos, optamos por tratar a juventude como uma realidade socialmente construída (DOUTOR, 2016) e que varia em virtude do tempo e da localidade. Portanto, consideramos que as definições e critério sobre o que é juventude são discursos, um modo de construir sentidos (HALL, 2006). Desse modo, no grupo de não sócios, incluímos dentre os jovens os sujeitos com idade entre 25-35 anos.

Centramos a investigação na avaliação dos sujeitos da pesquisa quanto ao mencionado conjunto de capitais (ou dimensões) considerado definidor de meios de vida: capital humano, físico, social, econômico e ambiental (SCOONES, 1998). A pesquisa considerou que o capital humano compreende aspectos de formação, desenvolvimento de habilidades e geração de oportunidades; capital físico abrange aquisição de bens, condição de moradia, acesso a água potável e energia elétrica; o social engloba as formas de organização local (sindical, religiosa, política) e os acordos informais nas comunidades; o econômico inclui a situação econômica familiar, as oportunidades de trabalho e o acesso a políticas de transferência de renda. Por fim, o capital ambiental abarca a preservação das florestas, da fauna nativa, adoção de técnicas de conservação do solo e a diversificação da produção agrícola.

Questionário com perguntas específicas para cada uma das cinco dimensões de capital foi apresentado aos entrevistados nos grupos focais, que consensualmente reportaram índices (0 a 100) para cada aspecto das cinco dimensões. As notas reportadas corresponderam a cinco intervalos de índices qualitativos, respectivamente de condição “muito baixa” (0-20), “baixa” (21-40), “média” (41-60), “alta” (61-80), e “muito alta” (81-100), para cada dimensão avaliada.

A agregação das notas atribuídas às perguntas de cada aspecto, dentro de uma mesma dimensão, proporciona a nota média de cada grupo referente à avaliação da situação atual de cada tipo de “capital”. Para obter os resultados agregados de cada categoria (por gênero, idade, ou nível participativo), calcularam-se as médias dos respectivos grupos focais<sup>1</sup>. A análise comparativa foi conduzida a partir da consulta aos grupos focais quanto à situação de cada tipo de “capital” anterior à criação da Coppalj (em 1990) e no momento atual (em 2020). Para a avaliação comparativa longitudinal consideraram-se as cinco dimensões de forma integral. A diferença entre os índices atribuídos nos dois períodos (atual e anterior à criação da Coppalj) permite avaliar transformações ocorridas na qualidade de vida, de acordo com a percepção de cada grupo social entrevistado. Para cada dimensão, a avaliação qualitativa do diferencial (D) expressa percepções de situação atual “pior”; quando o diferencial é negativo, situação atual “similar” (diferencial menor do que 10), “um pouco melhor” (diferencial entre 10,1 e 25), “bem melhor” (entre 25,1 e 50) e “muito melhor” (diferencial maior que 50).

<sup>1</sup> Foram comparadas as médias aritméticas e ponderadas (levando em consideração o número de participantes de cada grupo focal). Como os resultados foram similares, com pequenas variações de no máximo um decimal, as médias aritméticas serão utilizadas na apresentação dos resultados.

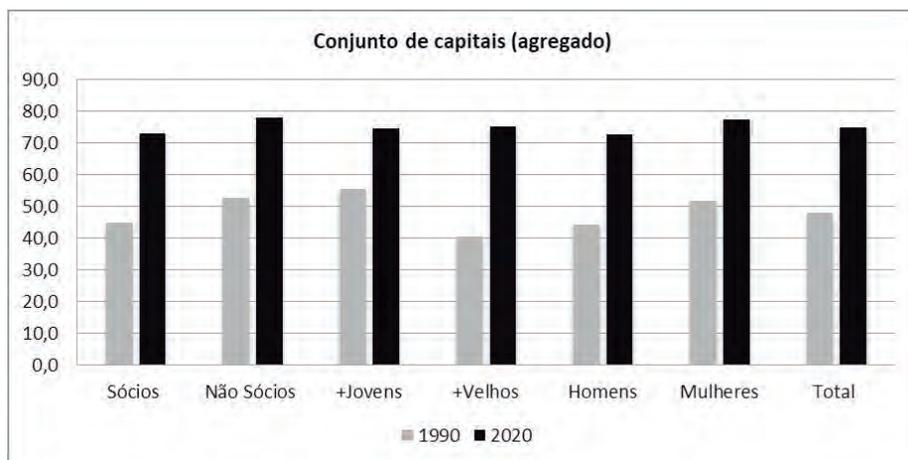
Por fim, além do índice de acesso aos meios de subsistência, também analisamos o percentual de contribuição da cooperativa para a alteração (positiva ou negativa) de cada uma das cinco dimensões do “capital” e para o total agregado. Tal se deu por meio da atribuição de índices percentuais relacionados à influência da Coppalj (IC), sendo considerada, em termos qualitativos, classificação em cinco estratos de IC: “muito baixa” (0-20), “baixa” (21-40), “média” (41-60), “alta” (61-80), e “muito alta” (81-100). Assim, ao multiplicarmos o percentual de influência da Coppalj pela diferença entre as notas dos dois momentos analisados, é possível captar a compreensão local a respeito do seu impacto diferenciado nas transformações em múltiplas dimensões de meios de vida, resultando cinco categorias qualitativas de efeito final (EF) da Coppalj nas dimensões de meios de vida, conforme os índices obtidos: impacto negativo ( $<0$ ), baixo (0-10), moderado (10,1-20), alto (20,1-30) e muito alto (30,1-40).

Na seqüência, é exposto o resultado para o total agregado das cinco dimensões do “capital”, seguido dos resultados para cada uma das dimensões constituintes de cada categoria (gênero, idade e nível participativo). A apresentação de cada componente compreende duas das etapas acima descritas: os resultados comparativos com o momento anterior à criação da Coppalj e a percepção da influência da Coppalj nas transformações observadas em cada dimensão, e para meios de vida, de forma agregada.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 1 apresenta a avaliação agregada para 1990 e 2020 sobre as cinco dimensões de capital. Os dados indicam que a percepção acerca das transformações operadas nas últimas três décadas é relativamente similar para as categorias sociais, todas elas atribuindo taxas positivas para o momento atual, variando entre 72,5 e 78,3 pontos, em escala de 0 a 100. Tal se deve por terem sido alcançadas condições que possibilitaram uma vida melhor do que quando predominava a negação de direitos básicos e de desequilíbrios provocados por essa ausência. Na avaliação comparativa com 1990, nota-se que, de forma agregada, os meios de vida apresentaram melhoria significativa, constatada por valores contrastantes entre os dois períodos, para todas as categorias, mas principalmente para os mais velhos e os sócios da Coppalj. Em 1990, valores mais altos foram atribuídos pelos jovens (55,7), não sócios (52,8) e mulheres (51,8); os mais baixos, principalmente, pelos mais velhos (40,4).

Figura 1 – Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), total agregado



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

Os dados de 1990 indicam que, embora naquele período fosse recente a organização social dos camponeses e um novo cenário se desenhava, predominava o contexto de incerteza, uma vez que tal organização ainda se estruturava, e o período remete a um tempo de dificuldades. Mesmo assim, certos aspectos são avaliados positivamente, como a união gerada pela experiência comum da pobreza. Desse modo, revisar o passado implica refletir tanto sobre aquilo que mudou e que seria melhor ter permanecido, como a colaboração comunitária e os mutirões de trabalho, quanto sobre como essas mudanças afetaram o comportamento e as interações entre e dentro das comunidades. Assim, a análise contribui para a compreensão da dinâmica dos capitais interna aos grupos sociais, de como elas variam em razão do contexto social, político e econômico e de como suas dimensões mudam ao longo do tempo (DUDWICK *et al.*, 2006).

A Tabela 1 traz resultados agregados para a influência da Coppalj nestas transformações. O impacto de sua atuação para o conjunto dos capitais relacionados a meios de vida locais, na perspectiva de cada categoria social analisada, resulta do produto do percentual de influência reportado pelo valor diferencial entre 2020 e 1990.

Tabela 1 – Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, conjunto de capitais

<b>Agregado</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Diferencial 2020/1990</b>	<b>Influência Coppalj</b>	<b>Efeito Final - Coppalj</b>
Sócios	Bem melhor: 28,1	Alta: 62,8%	Moderado: 17,6
Não sócios	Bem melhor: 25,5	Alta: 62,8%	Moderado: 16,0
+Jovens	Um pouco melhor: 19,1	Alta: 64,8%	Moderado: 12,3
+Velhos	Bem melhor: 35,0	Alta: 60,8%	Alto: 22,0
Homens	Bem melhor: 28,5	Alta: 71,6%	Alto: 20,9
Mulheres	Bem melhor: 25,6	Média: 54,0%	Moderado: 13,4
Total	Bem melhor: 27,1	Alta: 62,8%	Moderado: 17,1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

Nota-se que a influência atribuída por sócios e não sócios é semelhante. Não sócios acompanharam o processo de criação da cooperativa, e embora não tenham se associado, suas vivências estabeleceram laços que influenciam suas percepções. Esse entendimento varia quando consideramos a perspectiva de gênero e etária, com mulheres mais velhas (acima de 50 anos) que se identificam como quebradeiras de coco babaçu, reivindicando para o seu próprio movimento as mudanças ocorridas. Entre os homens, o entendimento de que a cooperativa exerceu papel central nas mudanças desencadeadas é mais frequente. Há, contudo, aqueles que, embora atribuindo avaliação positiva para a participação da Coppalj, reconhecem aspectos nos quais ela não influenciou diretamente, como a qualidade do ensino local, o acesso à água potável e energia elétrica. Para estes, tal não representa falha, somente entendem que como seu eixo de atuação é econômico e existiram organizações que atuaram antes dela; sua contribuição para outros “capitais” ocorreu de forma indireta.

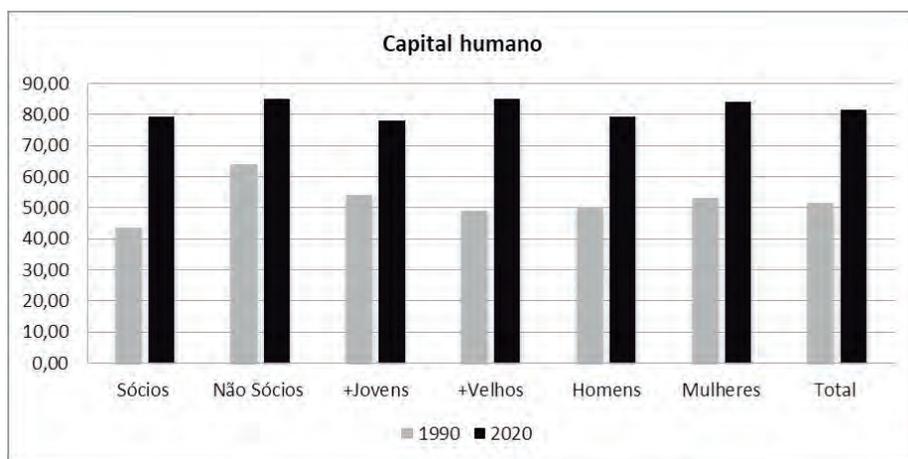
### 3.1 CAPITAL HUMANO

Ao analisarmos separadamente cada dimensão dos meios de vida, nota-se que o capital humano foi um dos mais impactados, sendo a transformação expressa no diferencial de 30 pontos atribuídos entre 1990 (51,50) e 2020 (81,5) (Figura 2). No período anterior à criação da Coppalj, as escolas das comunidades ofereciam somente as séries iniciais do ensino fundamental e era frequente a ausência de professores, pois devido esses serem de outros municípios ou da sede de Lago do Junco, em virtude de não existirem pessoas qualificadas nas

comunidades, não se adaptavam à realidade local e logo abandonavam o posto. Além da fragilidade na educação escolarizada, havia carência de formação política.

Para os mais velhos, considerando-se o nível participativo e de gênero, a formação que obtiveram foi no decorrer do processo de organização política, nos espaços educativos estruturados, seja pela Igreja ou pelas instituições que emergiram das mobilizações camponesas. Como verificado por Gohn (2008), há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tendo os movimentos desempenhado papel educativo para os sujeitos que os compunham, elevando sua capacidade de comunicação e participação em atividades políticas. Por essa razão, os grupos avaliaram essa experiência como positiva.

Figura 2 – Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital humano



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

Contudo, tal oportunidade era restrita às pessoas engajadas nas organizações. Somente a institucionalização da educação escolarizada possibilitou a ampliação das oportunidades, principalmente aos mais jovens. Entre esses, o período atual é mais bem avaliado, pois um número considerável de pessoas ingressou em instituições de ensino superior, se qualificaram e passaram a atuar nas respectivas comunidades. Para as comunidades, é a partir da atuação dos movimentos e organizações sociais que, sobretudo os mais jovens, passaram a ter acesso à educação no campo. Deste modo, os grupos atribuem esta mudança não apenas à abertura do governo para estabelecimento de diálogos com os movimentos/organizações, mas também à pressão exercida pelos atores sociais para terem assegurado seus direitos básicos.

Como observado, os índices atribuídos ao capital humano em 1990 variam entre 43,3 e 63,7 pontos, sendo o menor atribuído pelos sócios da Coppalj. Já para 2020, observamos que a menor taxa atingiu 78 pontos. Desse modo, se observa crescimento acentuado em todas as categorias, com as maiores diferenças entre os dois períodos atribuídas pelos mais velhos, sócios e mulheres, enquanto não sócios e mais jovens registram menores diferenças.

Nessa dimensão, a influência da Coppalj, na percepção local, variou de 36% a 74%, sendo os maiores índices atribuídos pelos homens e por não sócios (Tabela 2). O efeito final dessa atuação oscilou, portanto, entre 9,2 e 18,2 pontos percentuais. O entendimento dos sócios é que quando a Coppalj gera melhoria de renda para as famílias, movimenta positivamente todas as outras dimensões. Mesmo que sua contribuição seja, principalmente, na dimensão econômica, mulheres e homens compreendem que a influência da Coppalj se deu porque apoiou a tomada de consciência, sendo formação útil para legitimar reivindicações.

Tabela 2 – Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital humano

Dimensão Humana			
Categoria	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final - Coppalj
Sócios	Bem melhor: 35,8	Média: 50,8%	Moderado: 18,2
Não sócios	Um pouco melhor: 21,3	Alta: 61,3%	Moderado: 13,0
+Jovens	Um pouco melhor: 24,0	Média: 57,0%	Moderado: 12,5
+Velhos	Bem melhor: 36,0	Média: 53,0%	Moderado: 18,1
Homens	Bem melhor: 29,0	Alta: 74,0%	Alto: 21,4
Mulheres	Bem melhor: 31,0	Baixa: 36,0%	Baixo: 9,2
Total	Bem melhor: 30,0	Média: 55,0%	Moderado: 15,3

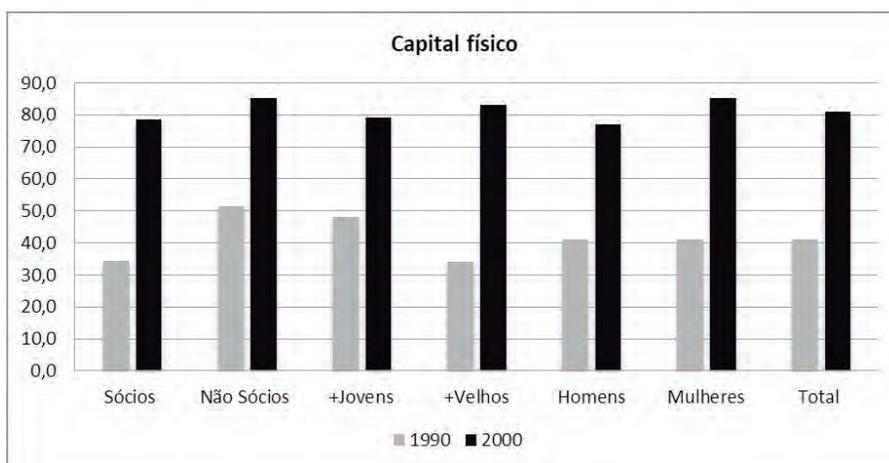
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

Há, contudo, grupos que não percebem dessa forma e consideram que a contribuição na dimensão humana não foi tão expressiva, por considerarem que outras organizações desempenham ações mais efetivas do que a cooperativa. Dentre os mais jovens, a Coppalj foi apontada como tendo participado ativamente da luta por educação nas comunidades. Desse modo, verifica-se uma variação de opiniões e certo desconhecimento de alguns sobre a atuação da cooperativa, sendo que informações referentes à sua atuação podem estar ficando restritas.

### 3.2 CAPITAL FÍSICO

As transformações ocorridas nas comunidades ao longo de três décadas também se estendem à obtenção de recursos materiais que facilitaram o trabalho produtivo e deram maior comodidade às famílias. Embora a terra seja um recurso natural, o processo de compra e venda instituído pelas políticas de privatização a transformou em mercadoria. Nessa perspectiva, também pode ser considerada uma conquista material que possibilitou às comunidades o suporte necessário para se estruturarem, reconstruírem seus processos econômico-produtivos, e erguerem casas próprias, de alvenaria. Quando os participantes dos grupos focais comparam o capital físico em 1990 e 2020, atribuem notas mais elevadas para a situação atual, denotando mudanças significativas ocorridas nessa dimensão, conforme observado na Figura 3.

Figura 3 – Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital físico



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

A percepção de maiores diferenças entre esses dois períodos ocorre entre os entrevistados mais velhos e entre os sócios da Coppalj. A nota média nas demais categorias manteve-se entre 41 e 48 para 1990, e chegou a 85 para 2020. As menores notas para 1990 e 2020 foram, respectivamente, 34,2, e 77,0, demonstrando que mesmo que no cenário atual alguns aspectos demandem aprimoramento, a situação está muito superior à de 1990. A comparação entre os dois períodos indica que, atualmente, há recursos materiais antes inexistentes, como condições adequadas de moradia, acesso à água, estruturas de apoio à saúde, melhoria das estradas e acesso aos meios de transporte. Em algumas

comunidades, foi verificado que o acesso à energia elétrica foi obtido recentemente e a existência de máquinas para produção ainda não é comum.

A influência da Coppalj nas transformações nessa dimensão recebeu índices entre 55% a 74%, resultando em efeito final de sua atuação, no capital físico, de 24,5%, com índices maiores e menores respectivamente atribuídos pelos sócios da cooperativa (28,7%) e mulheres (22,1%) (Tabela 3). Portanto, apesar de esta influência ter sido considerada mais alta pelos grupos focais formados por jovens, o maior efeito final resultou da avaliação entre sócios. Para mulheres, homens e sócios, a Coppalj participou nesse processo porque, quando valorizou o babaçu, possibilitou renda melhor às famílias, que logo investiram em bens materiais, como motocicletas, móveis e eletrodomésticos. Além disso, diversas famílias têm sido beneficiadas com banheiros em suas residências e barragens para captação de água e diversificação da produção. Soma-se a isso a melhoria da infraestrutura das estradas, pois como a Coppalj precisa escoar o babaçu, passou a reivindicar tal obra junto aos setores públicos, beneficiando os que também trafegam por esses caminhos. Assim, os índices nessa dimensão resultaram semelhantes para todas as categorias, sendo em média cerca de 10 pontos percentuais mais elevados do que na dimensão social.

Tabela 3 – Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital físico

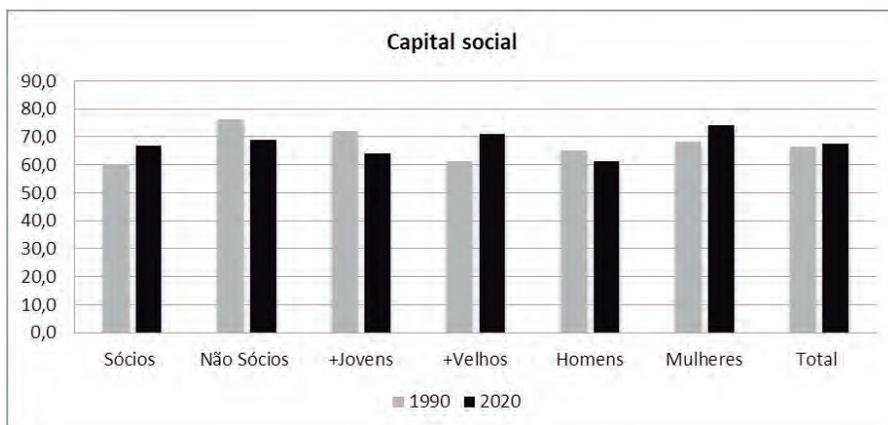
Dimensão Física			
Categoria	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final - Coppalj
Sócios	Bem melhor: 44,2	Alta: 65,0%	Alto: 28,7
Não sócios	Bem melhor: 33,8	Alta: 68,8%	Alto: 23,2
+Jovens	Bem melhor: 31,0	Alta: 74,0%	Alto: 23,3
+Velhos	Bem melhor: 49,0	Média: 59,0%	Alto: 25,7
Homens	Bem melhor: 36,0	Alta: 78,0%	Alto: 26,9
Mulheres	Bem melhor: 44,0	Média: 55,0%	Alto: 22,1
Total	Bem melhor: 40,0	Alta: 66,5%	Alto: 24,5

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

### 3.3 CAPITAL SOCIAL

A dimensão social do “capital” foi uma das duas únicas em que alguns aspectos em 1990 receberam avaliações mais positivas, com valores superando ou se aproximando dos atribuídos a 2020 (Figura 4).

Figura 4 – Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital social



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

Para os participantes dos grupos, o engajamento das famílias nas atividades orientadas às comunidades era mais forte antes. Confiança e solidariedade eram valores que permeavam as relações, e ainda que continuem existindo, não se apresentam com a mesma intensidade anteriormente observada. A solidariedade era percebida como uma característica inerente às pessoas naquele contexto de pobreza, acionada automaticamente sempre que alguém precisava de ajuda, o que tornou possível às famílias suportarem situações difíceis.

Os homens, principalmente, consideram que a organização política nas comunidades era mais forte, com as decisões sobre a escolha de candidatos tomada coletivamente. O candidato que a associação decidia apoiar logo recebia adesão das famílias. Atualmente, consideram que essa decisão é feita visando principalmente o benefício pessoal em detrimento do social. Embora uma das vantagens apontadas para 2020 seja o fato de haver muitas formas de organização, estas ações perderam força ao longo do tempo. De acordo com os entrevistados, tal ocorreu em virtude do desinteresse dos jovens de se engajarem, resultando no envelhecimento dos movimentos sociais.

Assim, tendo em vista a importância desempenhada pelo movimento político para o restabelecimento de direitos nas comunidades, os mais velhos consideram fundamental o maior envolvimento dos jovens para a continuidade das organizações sociais que lhes possibilitaram ressignificar o exercício político, com destaque para a Coppalj, que tem ocupado espaço importante na cena pública. Além disso, a quebra do coco, que se constituiu como uma atividade de expressão econômica e política, a partir da qual foi acionada a identidade coletiva

das quebradeiras, passou a ter engajamento reduzido devido ao desestímulo, sobretudo das mais jovens, em se dedicarem a uma atividade que, para as gerações passadas, era primordial para a sobrevivência familiar (PORRO, 2019).

Quando comparamos os dois períodos, notamos que os valores para 1990 ultrapassam os atribuídos para 2020 entre os grupos de não sócios, mais jovens e homens. Os sócios são os que melhor avaliam o momento atual, contrastando com avaliação mais negativa dos não sócios. Contudo, o maior diferencial positivo em favor do momento atual foi atribuído pelo grupo composto pelos mais velhos. Mesmo assim, esse diferencial limitou-se a 10 pontos.

Os participantes dos grupos focais reconhecem que, naquele contexto, embora as mobilizações políticas fossem mais fortes, eram mediadas pela Igreja. No período atual, continuam existindo organizações sociais conduzidas pelos próprios camponeses, resultado da autonomia política adquirida e observada ao assumirem o protagonismo das suas lutas e a gestão dos seus próprios empreendimentos. Consideram que a participação da Coppalj contribui para o fortalecimento do capital social em virtude das ações desencadeadas em outras dimensões, como a ambiental, que mobilizam sócios e não sócios para assumirem responsabilidades coletivas pela preservação das palmeiras.

As taxas atribuídas para a influência da Coppalj na dimensão social variaram de 56% a 68%, se mantendo mais elevadas entre homens e sócios, e mais baixas entre mulheres e não sócios (Tabela 4). Como já mencionado, algumas categorias atribuem variação negativa ao diferencial entre 2019 e 2020. Assim, da mesma forma que o maior diferencial entre os dois períodos, o efeito final da Coppalj atinge índice máximo de 10%, atribuído pelos mais velhos. Na média de todos os grupos, o efeito final da Coppalj nesta dimensão resulta em 3,6%, que foi o menor entre as cinco dimensões de capital.

Tabela 4 – Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital social

<b>Dimensão Social</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Diferencial 2020/1990</b>	<b>Influência Coppalj</b>	<b>Efeito Final - Coppalj</b>
Sócios	Similar: 6,7	Alta: 65,0%	Baixo: 4,3
Não sócios	Pior: -7,5	Média: 57,5%	Negativo: -4,3
+Jovens	Pior: -8,0	Alta: 61,0%	Negativo: -3,0
+Velhos	Similar: 10,0	Alta: 63,0%	Baixo: 10,1
Homens	Pior: -4,0	Alta: 68,0%	Baixo: 1,5
Mulheres	Similar: 6,0	Média: 56,0%	Baixo: 5,6
Total	Similar: 1,0	Média: 62,0%	Baixo: 3,6

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

### 3.4 CAPITAL ECONÔMICO

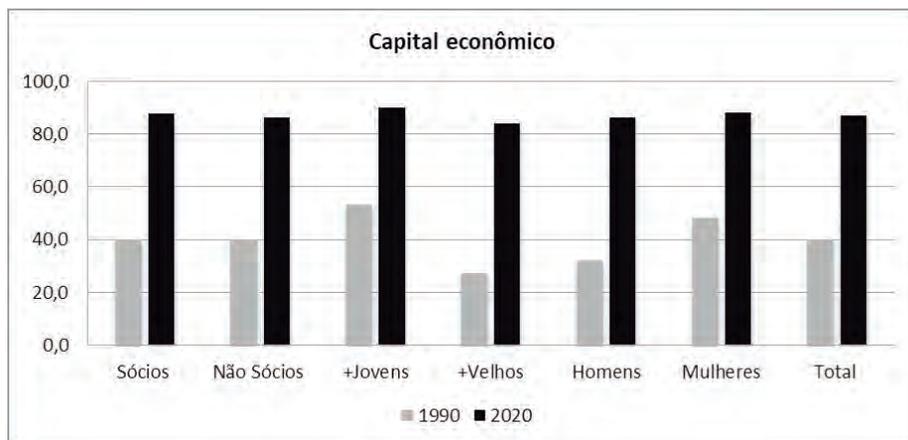
A dimensão econômica foi a que expressou transformações mais drásticas dentre as cinco formas de “capital”. As mudanças apontadas pelos grupos, ao comparar 1990 e 2020, são principalmente no que se refere à alimentação, moradia e aquisição de bens produtivos. Esses fatores, associados aos ativos adquiridos nas outras dimensões, possibilitaram melhoria significativa na qualidade de vida. Os participantes consideram que não são ricos, mas também já não passam as mesmas dificuldades anteriormente enfrentadas.

Em 1990, a falta de conhecimentos os impedia de reivindicarem seus direitos. Além disso, também reconhecem que nesse período havia uma carência de políticas públicas orientadas à agricultura familiar. Desequilíbrios socioeconômicos, com famílias desprovidas de acesso à educação, privadas do exercício da cidadania e, conseqüentemente, com chances reduzidas de escolhas, impediam a frequência à escola, obrigando-as a se submeterem a atividades mal remuneradas ou a deslocamentos temporários, especialmente para o garimpo.

Embora seja parte integrante das práticas de reprodução camponesa (WOORTMANN, 1990), a migração também está ligada à ausência de oportunidades, que atinge sobremaneira os jovens, impedindo-os de consolidarem sua condição social por meio da estabilidade no campo (SOUZA, 2017). Assim, somente a partir de 2000 esse cenário se altera, com a criação de novas políticas de transferência de renda, como benefícios de prestação continuada, o programa Bolsa Família e maior facilidade de acesso a crédito pelos segmentos camponeses.

Para esse capital, a avaliação para os dois períodos se distanciou significativamente (Figura 5). Mesmo a maior nota para 1990, atribuída pelos mais jovens, foi muito superada em 2020, resultando em diferencial próximo a 40 pontos. Assim, se verifica um crescimento extraordinário, com todos os valores para 2020, superando os 80 pontos. O maior diferencial, que alcançou próximo de 60 pontos, foi atribuído pelos mais velhos. Nessa dimensão, se observa certa retração das notas atribuídas por não sócios, que geralmente são mais elevadas e ultrapassam os valores atribuídos pelas demais categorias.

Figura 5 – Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital econômico



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

Os participantes dos grupos focais consideram que a Coppalj teve papel primordial nas transformações econômicas ao contribuir para a organização e diversificação do processo produtivo das famílias. Sua participação oscila entre 65% e 76%, sendo o maior índice conferido pelos grupos compostos por homens e pessoas mais velhas, resultando em efeitos finais respectivamente de 39,6% e 36,9% (Tabela 5). Em síntese, o diferencial entre os dois períodos variou de 37 a 57 pontos, e o efeito final atingiu 32,3 pontos, o maior dentre os cinco capitais.

Tabela 5 – Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital econômico

Dimensão Econômica			
Categoria	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final - Coppalj
Sócios	Bem melhor: 47,5	Alta: 69,2%	Muito alto: 32,9
Não sócios	Bem melhor: 46,3	Alta: 72,5%	Muito alto: 33,5
+Jovens	Bem melhor: 37,0	Alta: 76,0%	Alto: 27,6
+Velhos	Muito melhor: 57,0	Alta: 65,0%	Muito alto: 36,9
Homens	Muito melhor: 54,0	Alta: 76,0%	Muito alto: 39,6
Mulheres	Bem melhor: 40,0	Alta: 65,0%	Alto: 24,9
Total	Bem melhor: 47,0	Alta: 70,5%	Muito alto: 32,3

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

A mencionada diversificação e melhora da situação econômica diretamente influenciada pela Coppalj aconteceu pela renda derivada da venda das amêndoas a preços mais altos, e por meio das sobras anualmente destinadas aos sócios. Além de beneficiar os sócios, a Coppalj também gera renda aos não sócios via acesso à Política de Garantia de Preços Mínimos aos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que considera ser acessível às quebradeiras de coco da região. A Coppalj foi uma das organizações a reivindicá-la, e é uma das instâncias que a operacionaliza em Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. Não sócios optam por comercializar sua produção de amêndoas na Coppalj, pois além da PGPM-Bio, são beneficiados com recursos da repartição de benefícios<sup>2</sup>.

### 3.5 CAPITAL NATURAL

Assim como na dimensão social, os participantes dos grupos consideram que houve retrocesso na situação ambiental. A percepção é que em 1990 havia mais babaçuais, mais áreas verdes e, conseqüentemente, nascentes de rios e animais silvestres existiam em maior abundância. As principais ameaças eram o uso do fogo e a derrubada de babaçuais por fazendeiros. Contudo, reconhecem que naquele período as famílias não tinham os mesmos conhecimentos que possuem atualmente e, em virtude disso, adotavam práticas que hoje desaprovam, como o uso do fogo nas roças e quintais, e a ausência da separação do lixo.

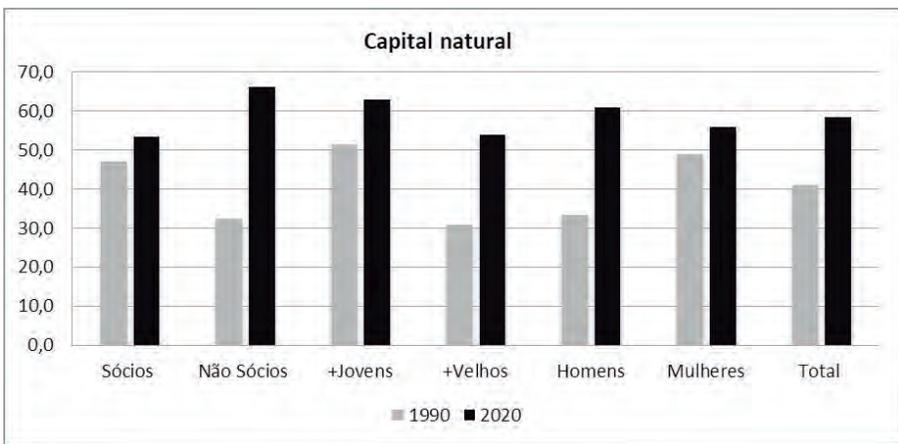
Em 2020, consideram que já não há tanto babaçal e floresta quanto antigamente. O controle do uso de agrotóxicos se tornou uma das preocupações nas comunidades. Embora o uso do fogo ainda seja praticado, tem sido observada redução gradativa e mesmo quando fogo é utilizado nas roças, geralmente é feito aceiro e escolhido um horário considerado adequado. Muitas famílias passaram por um processo de reeducação, e mesmo não sócios que não estão vinculados a algum movimento social adotam práticas consideradas mais sadias, sendo comum a utilização de insumos alternativos para controlar pragas. Esse cuidado é adotado tanto na roça quanto nos quintais em seus povoados. Reconhecem que até mesmo alguns proprietários se tornaram cuidadosos em relação ao uso

<sup>2</sup> A Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios –Lei Nº 13.123/2015 (BRASIL, 2015) e Decreto Nº 8.772/2016 (BRASIL, 2016) –, também conhecida como Lei da Biodiversidade, regulamenta a forma como o patrimônio genético pode ser acessado e como os benefícios que resultam de seu uso comercial são compartilhados entre as pessoas, empresas ou países que utilizam esse recurso, e as pessoas, empresas ou países que o fornece (BRASIL, 2012). A referida lei determina que os recursos resultantes da repartição de benefícios sejam destinados à conservação e manutenção dos modos de vidas das comunidades. Em virtude disso, a Coppalj investe recursos obtidos por meio de repartição de benefícios no manejo da palmeira babaçu, em sistemas agroflorestais e na criação de pequenos animais consorciados com o babaçu (ASSEMA, 2019).

do fogo e derrubada dos babaçuais; contudo, ainda enfrentam dificuldades em preservar as áreas que não estão sob domínio das famílias, pois existem fazendeiros que dificultam o diálogo e adotam práticas prejudiciais, como o uso de trator e de herbicidas.

Verifica-se que entre algumas categorias os valores para os dois períodos mantêm uma relativa correspondência, enquanto em outras ocorre discrepância (Figura 6). Maiores contrastes são observados para não sócios da Coppalj, pessoas mais velhas, e homens, enquanto nos grupos compostos por sócios, pessoas mais jovens e mulheres a diferença entre 1990 e 2020 é menor.

Figura 6 – Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital natural



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

A Coppalj é apontada como a única organização na região que trabalha seriamente a política ambiental. As políticas por ela priorizadas se referem ao controle do uso de agrotóxicos e preservação das palmeiras. Uma das exigências impostas aos sócios e a quem deseja se associar é o não uso do veneno, em virtude de a cooperativa ser pioneira na comercialização e na produção orgânica, o que lhe conferiu o selo de qualidade pelo Instituto Biodinâmico (IBD). Tal certificação, obtida em 1998 em decorrência da sua responsabilidade social e ambiental, lhe possibilita comercializar o óleo de babaçu por um preço superior, além de permitir a exportação. A manutenção deste selo é fundamental para a manutenção do preço justo pago pelas amêndoas de babaçu.

Atualmente, cerca de 700 famílias comercializam amêndoas de babaçu nas cantinas da cooperativa e todas obedecem aos requisitos estabelecidos pela organização. A cooperativa toma o cuidado de não comprar amêndoas em localidades que não possuam controle ambiental. Seu principal desafio na

dimensão ambiental tem sido a implementação de um plano de manejo para o babaçu, que conscientize extrativistas e proprietários das terras.

A diversificação produtiva das famílias tem sido impulsionada pela Coppalj, por meio da distribuição de mudas para implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) e projetos para criação de pequenos animais. As cisternas construídas têm possibilitado a sócios e não sócios melhorarem a produção familiar, em virtude do acesso à água, sobretudo nos períodos mais secos do ano.

A Tabela 6 indica que a avaliação da influência positiva da Coppalj para o capital natural variou entre 53,8% e 64,2%, sendo valores mais elevados observados entre sócios e pessoas mais velhas, com média geral de 60%. O efeito final de sua atuação atinge 13,8. Portanto, embora haja um descontentamento dos grupos com circunstâncias que têm prejudicado o ambiente local, nota-se que a cooperativa tem se engajado na proteção dos recursos e direitos das famílias.

Tabela 6 – Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital natural

<b>Dimensão Ambiental</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Diferencial 2020/1990</b>	<b>Influência Coppalj</b>	<b>Efeito Final - Coppalj</b>
Sócios	Similar: 6,3	Alta: 64,2%	Baixo: 4,0
Não sócios	Bem melhor: 33,8	Média: 53,8%	Moderado: 18,1
+Jovens	Um pouco melhor: 11,5	Média: 56,0%	Moderado: 11,3
+Velhos	Um pouco melhor: 23,0	Alta: 64,0%	Moderado: 16,4
Homens	Bem melhor: 27,5	Alta: 62,0%	Moderado: 18,3
Mulheres	Um pouco melhor: 7,0	Média: 58,0%	Baixo: 9,4
Total	Um pouco melhor: 17,3	Média: 60,0%	Moderado: 13,8

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos em pesquisa de campo (2020).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Coppalj é resultado da capacidade que as comunidades tiveram de mobilizar os recursos locais disponíveis e torná-los favoráveis aos seus interesses. A análise da sua trajetória nos permitiu explorar os diferentes âmbitos nos quais suas transformações se expressam (social, humano, econômico, físico e ambiental) e a percepção das diferentes categorias acerca delas, assim como demonstrar sua importância para a reconstrução dos processos que promoveram a diversificação produtiva e tecnológica no território (OSTROM apud SABOURIN, 2010; SCHNEIDER; ESCHER, 2011). Com efeito, observamos que foi a partir do surgimento da Coppalj que novos mecanismos foram delineados para atendimento de problemas para os quais as comunidades ainda não tinham obtido resposta.

Embora se verifique uma correlação entre as transformações ocorridas nas dimensões analisadas, aquelas processadas nas dimensões econômica e humana se destacam das demais. Alguns teóricos apontam uma influência do capital humano sobre o crescimento econômico em razão do nível de conhecimento, da aquisição de novas habilidades e dos aspectos que formam esse capital e resultam em melhor rendimento futuro (VIANA; LIMA, 2010). Contudo, entre os grupos, há a percepção de que é somente a partir da melhoria econômica que ocorre um impacto significativo na dimensão humana, sendo possível obter através dele resultados nos meios de subsistência, por permitir a compra de alimentos, reduzir a insegurança alimentar e melhorar a saúde, comprar, comercializar, construir ou melhorar as estruturas de suas propriedades, entre outros. Ainda que haja ativos inalcançáveis por meio do dinheiro (DFID, 1999), ele se constitui num importante alicerce nos meios de vida, sendo inclusive o que permite o investimento em benfeitorias que fornecem conforto e proteção.

Essa vinculação entre capital social e humano foi significativa para a organização conjunta, por meio da qual foram incitadas a cooperação e o compartilhamento que levaram à emergência da Coppalj, cuja atuação tem sido importante para reconstruir processos que promoveram a diversificação produtiva e tecnológica no território, reduzindo as assimetrias e aumentando ganhos coletivos (SCHNEIDER; ESCHER, 2011; ÖSTROM apud SABOURIN, 2010). A partir do surgimento da Coppalj, novos mecanismos foram delineados para atendimento de problemas para os quais as comunidades ainda não tinham obtido resposta. Os ganhos adquiridos desde então têm sido não apenas na renda, estão também relacionados à expansão da agência e capacidade de participação dos sujeitos locais (VICARI, 2014).

Portanto, é a partir da Coppalj, com sua política de valorização da produção extrativa, que novas perspectivas passam a ser alimentadas, sobretudo pelo aumento na renda das famílias. Embora um baixo nível de renda não seja o único fator que predispõe as pessoas à pobreza, uma renda inadequada é forte condição predisponente de uma vida pobre (SEN, 2010). Como verificado por Sen (2010), as oportunidades econômicas só são mais bem aproveitadas quando as pessoas dispõem de bases sociais que as permitem sustentar tais oportunidades, isto é, quando encontram níveis de alfabetização e educação básica, bons serviços gerais de saúde e reformas agrárias concluídas. Nessa perspectiva, não basta a sustentação econômica, são necessárias condições que as permitam fazer bom uso dos recursos e, desse modo, expandirem suas capacidades. Ainda que alguns desses aspectos já se manifestassem localmente devido à atuação de associações nas comunidades (PORRO; PORRO, 2015), a Coppalj se tornou essencial para a obtenção e consolidação de tais benefícios.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, A. B.; MAY, P. H.; BALICK, M. J. **The subsidy from nature: palm forests, peasantry, and development on an Amazon frontier.** New York: Columbia University Press, 1991.

ASSEMA. **Repartição de benefícios.** Pedreiras: Assema, 2019.

ASSMANN, A. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilhas Informativas sobre Acesso e Repartição de Benefícios.** Brasília, DF, MMA, 2012. Disponível em: [https://antigo.mma.gov.br/images/publicacoes/patrimonio\\_genetico/Cartilhas%20Informativas%20sobre%20ABS%2001%20-%20Introducao%20a%20ABS.pdf](https://antigo.mma.gov.br/images/publicacoes/patrimonio_genetico/Cartilhas%20Informativas%20sobre%20ABS%2001%20-%20Introducao%20a%20ABS.pdf). Acesso em: 24 dez. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.123, de 20 de maio de 2015.** Regulamento o inciso II [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm). Acesso em: 17 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 8.772, de 11 de maio de 2016.** Regulamento a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8772.htm). Acesso em: 17 fev. 2022.

DFID. **Sustainable livelihoods guidance sheets.** London: DFID, 1999.

DOUTOR, C. Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões. **Última Década**, Santiago, n. 45, p. 159-174, 2016.

DUDWICK, N.; KUEHNAST, K.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. **Analyzing social capital in context: a guide to using qualitative methods and data.** Washington: World Bank Institute, 2006.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, DF, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/ago. 2011.

GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [s. l.], n. 13, p. 59-74, 1993.

HALL, S. **A identidade cultural na modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. *In: THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.
- NIERDELE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos Desenvolvimento Rural**, Bogotá, n. 5, v. 61, p. 41-69, jul./dez. 2008.
- PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PERONDI, M. A. A teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida e desenvolvimento rural. *In: CONTERATO, M. A.; RADOWSKY, G.; SCHNEIDER, S. (org.). Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. v. 1, p. 95-116.
- PINHEIRO, M. M. S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Brasília, DF: IPEA, 2012.
- POMMER, C. P. C.R.; POMMER, V. M. A metodologia do grupo focal e a formação continuada do professor: um olhar interativo envolvendo a articulação cognição e emoção. **Revista Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 10, n. 2, p. 5-21, jul./dez. 2014.
- PORRO, R. Palms, pastures, and swidden fields: the grounded political ecology of “agro-extractive shifting-cultivator peasants” in Maranhão, Brazil. **Human Ecology**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 17-56, 2005.
- PORRO, R. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan./abr. 2019.
- PORRO, R.; PORRO, N. S. M. Social roots of resource use routes in rural Maranhão, Brazil. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 36, p. 64-76, 2014.
- PORRO, R.; PORRO, N. S. M. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2015.

- SABOURIN, E. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustainability in Debate**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 143-158, 2010.
- SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 180-219, 2011.
- SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. **IDS Working paper**, Brighton, n. 72, p. 1-22, 1998.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SITOE, T. A. A abordagem dos modos de vida como ferramenta de análise das estratégias de sobrevivência no meio rural africano. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 9, n. 17, p. 39-60, 2011.
- SOUZA, A. F. **De geração em geração, famílias na luta por um pedaço de chão**: estratégias de reprodução social camponesa no Vale do Juari, TO. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.
- VICARI, S. The co-operative as institution for human development: the case study of Coppalj, a primary co-operative in Brasil. **Journal of International Development**, [s. l], n. 26, p. 683-700, 2014.
- WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 25-44, 2014.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l], p. 35-53, jan./jun. 1990. Disponível em: [https://www.rebep.org.br/revista/article/view/546/pdf\\_520](https://www.rebep.org.br/revista/article/view/546/pdf_520). Acesso em: 02 mar. 2019.

Texto submetido à Revista em 24.12.2020  
Aceito para publicação em 16.05.2022



## *Bertholletia excelsa*: espécie chave para meios de vida sustentáveis e conservação florestal

### **Bertholletia excelsa: key species to sustainable livelihoods and forest conservation**

*Philippe Waldboff* – Doutor em Recursos Florestais pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). E-mail: philippe.tim@gmail.com

*Saulo Eduardo Xavier Franco de Souza* – Doutor em Recursos Florestais pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador pelo World Agroforestry Center (ICRAF-Brasil). E-mail: saulosouza8@hotmail.com

*Edson Vidal* – Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). E-mail: edson.vidal@usp.br

#### **Resumo**

A castanha-do-brasil, fruto da *Bertholletia excelsa* Bonpl., é coletada de forma extrativista, sendo amplamente consumida e uma importante fonte de renda para os coletores. Os objetivos dessa pesquisa foram caracterizar o processo produtivo e identificar os efeitos da coleta sobre os meios de vida. Foram entrevistados 119 coletores organizados em: associação, cooperativa e autônomos. Os dados foram tratados com análise exploratória, estatística descritiva e testes de comparação de médias. Os coletores têm seus meios de vida estruturados na agricultura, pesca e extrativismo florestal. Utilizam mais de 30 produtos florestais não madeireiros, demonstrando um amplo conhecimento tradicional, por outro lado, têm pouco acesso à educação formal e à tecnologia da informação. A coleta de castanha mostrou-se uma atividade que impacta positivamente os capitais dos meios de vida, sendo a castanheira, fundamental para a conservação da floresta.

#### **Palavras-chave**

Produtos florestais não madeireiros. Amazônia brasileira. Comunidades tradicionais. Meios de vida sustentáveis.

#### **Abstract**

Brazil nuts (*Bertholletia excelsa*) are widely consumed, an important source of income, and collected in an extractive way. This research aimed to characterize the production chain and identify socioeconomic and environmental effects. The hypothesis is that the collection of chestnuts contributes significantly to the human, social, natural, physical, and financial capital of the livelihoods. 119 collectors were interviewed, who were organized in: association, cooperative and autonomous. The data were treated with exploratory analysis, descriptive statistics, and mean comparison tests. Collectors have their livelihoods structured in agriculture, fishing, and forest extractivism. Collectors use more than 30 forest products, demonstrating a broad traditional knowledge of forests and, on the other hand, little access to formal education and information technology. The collection of Brazil nuts proved to be an activity that positively impacts the livelihoods' capitals, being a key species for forest conservation and maintenance of Amazonian livelihoods.

#### **Keywords**

Non-timber forest products. Brazilian Amazon. Traditional communities. Sustainable livelihoods.

## INTRODUÇÃO

*Bertholletia excelsa* Bonpl. (Castanheira amazônica) é uma das espécies mais populares e importantes das terras baixas do neotrópico, ou de todo o bioma amazônico, tendo despertado interesse de populações humanas desde os primórdios da ocupação dessas terras pelos primeiros ameríndios até os dias atuais (THOMAS *et al.*, 2015). A sua semente, conhecida popularmente como castanha-do-pará (*Para nuts*) ou castanha-do-brasil (*Brazil nuts*), é amplamente consumida pelas populações amazônicas e muito valorizada nos mercados interno e externo.

A demanda consolidada para a compra da castanha é de grande importância para as economias locais e regionais da Amazônia brasileira, boliviana e peruana (MORI, 1992; ZUIDEMA; BOOT, 2002), sendo fonte de renda para milhares de indígenas, ribeirinhos e quilombolas (RIBEIRO *et al.*, 2014). É, ainda, o único produto oriundo de sementes comercializado a nível internacional que é quase exclusivamente coletado em florestas naturais maduras (CLAY, 1997; GUARIGUATA *et al.*, 2017). Os castanhais, florestas com alta incidência de castanheiras, apresentam evidências de origens antrópicas (SCOLES, 2011), sendo o seu manejo apontado como uma importante estratégia para a conservação de florestas e desenvolvimento local (MORI, 1992; CLAY, 1997; ORTIZ, 2002; WADT, *et al.*, 2008).

A comercialização da castanha foi fortalecida com a crise do sistema de produção de borracha natural (EMMI, 2002) e estruturada sobre a mesma lógica, seguindo os traços do sistema de aviação (CHAVES, 2011). Historicamente, as populações envolvidas na extração do látex e coleta de castanha foram destituídas de força econômica e de inserção política, apresentando-se fragilmente organizadas e distantes dos centros de decisão (ALLEGRETTI, 2008).

A coleta comercial de castanha perdurara há mais de um século, sendo uma exceção ao ciclo de ascensão e declínio das atividades extrativas proposto por Homma (2014). Entre 1998 e 2017, a produção de castanha oscilou entre 23 e 42 mil toneladas anuais. Apesar da alta intensidade de coleta de frutos, a coleta de castanha não põe em risco a regeneração natural e a manutenção das populações de castanheiras (WADT *et al.*, 2018). O valor arrecadado com a comercialização da castanha vem aumentando ano após ano, saltando de R\$ 9,6 milhões (1998) para R\$ 105 milhões (2017) (IBGE, 2018a). O grande número de pessoas envolvidas na coleta de castanha e a importância econômica da atividade ressaltam a importância de se conhecer os impactos dessa atividade sobre os meios de vida dos extrativistas, considerando diferentes estratégias para a comercialização do produto.

Essa pesquisa teve como objetivos: (i) caracterizar o produtor e o sistema de produção de castanha-do-brasil, e (ii) identificar as percepções individuais dos coletores sobre os efeitos da atividade extrativa nos capitais de seus meios de vida e para a conservação da floresta. Partimos da hipótese de que a coleta de castanha contribui significativamente com os diferentes capitais dos meios de vida dos coletores e, ao mesmo tempo, com a conservação da floresta.

## 1 METODOLOGIA

### 1.1 ÁREAS DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida nos municípios de Almeirim, no Pará; Manicoré, no Amazonas; e Cotriguaçu, no Mato Grosso, todos localizados na Amazônia brasileira. A escolha destas regiões se deu pela possibilidade de acesso aos coletores, viabilizado por meio de parcerias com instituições locais.

Em Almeirim, foram entrevistados coletores de quatro comunidades produtoras de castanha-do-brasil: Cafezal, Nova Arumanduba, Recreio do Paru e Repartimento dos Pilões. Nesse município, algumas associações comunitárias têm desempenhado importante papel na organização da comercialização coletiva da castanha, como no caso das comunidades Cafezal e Nova Arumanduba. Por outro lado, muitos coletores que não se encontram inseridos em nenhum tipo de organização coletiva, que vise a produção e comercialização de castanha, sendo a produção vendida para atravessadores.

Em Manicoré, os coletores entrevistados fazem parte da Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA). Foram entrevistados cooperados da COVEMA localizado na sede do município e nas comunidades Democracia, Vista Alegre, Jatuarana e Santa Eva.

Em Cotriguaçu, o estudo incluiu produtores organizados na Associação dos Coletores de Castanha-do-brasil do PA Juruena (ACCPAJ), bem como indígenas da etnia Rikbaktsa da Terra Indígena do Escondido, que comercializam castanha de maneira informal, porém estão em processo de criação de uma associação.

### 1.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas – Survey (BERNARD, 2006) - direcionadas a coletores de castanha, identificados como homens, mulheres e jovens diretamente envolvidos no extrativismo da castanha.

Foram entrevistados ao total (n) 119 coletores, sendo que 42% dos entrevistados fazem comercialização com atravessadores, 32,8 % comercializam por meio de associações e 25,2 % por meio de cooperativa.

O roteiro utilizado para realizar as entrevistas foi estruturado em duas partes, a primeira visando a caracterização dos produtores e do sistema de produção e comercialização da castanha e a segunda, visando identificar as percepções individuais dos coletores sobre os efeitos da atividade extrativa nos capitais de seus meios de vida. Foram selecionados cinco capitais - humano, social, físico, financeiro e natural - com base nos trabalhos desenvolvidos na área florestal que utilizaram o Meios de Vida Sustentável (MVS) como abordagem. A escolha dos indicadores utilizados na análise de cada um dos cinco capitais dos meios de vida foi orientada pela metodologia sugerida por DFID (1999) e Kusters *et al.* (2005)

Foram entrevistados também informantes chave como membros das diretorias das associações comunitárias, lideranças comunitárias e/ou antigos membros da comunidade. Tais entrevistas tiveram o objetivo principal de levantar aspectos gerais das comunidades em relação a sua infraestrutura, acessos à serviços públicos, população, principais atividades dos comunitários, instituições coletivas atuantes na organização da comunidade e um breve resgate histórico da sua origem e formação.

### 1.3 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados referentes às entrevistas para caracterizar os produtores e o sistema de produção e comercialização da castanha, bem como as entrevistas com os informantes chave, foram analisados por meio de estatística descritiva e análise exploratória de dados com representações gráficas dos resultados e técnicas de referências cruzadas.

A avaliação do quanto e como o extrativismo da castanha tem afetado os meios de vida dos coletores foi realizada por meio da “abordagem dos meios de vida sustentáveis (MVS)” (BEBBINGTON, 1999; DFID, 1999; KUSTERS *et al.*, 2005). Para cada indicador selecionado, foram elaboradas questões abertas cujas respostas foram posteriormente categorizadas. O foco da análise foram os impactos proporcionados pelas etapas de produção até a comercialização da castanha. As respostas traduzem a percepção dos entrevistados sobre a existência, a natureza e a intensidade dos impactos nos capitais dos meios de vida, sendo representadas por: muito negativo = 0; negativo = 0,25; neutro = 0,5; positivo = 0,75; muito positivo = 1.

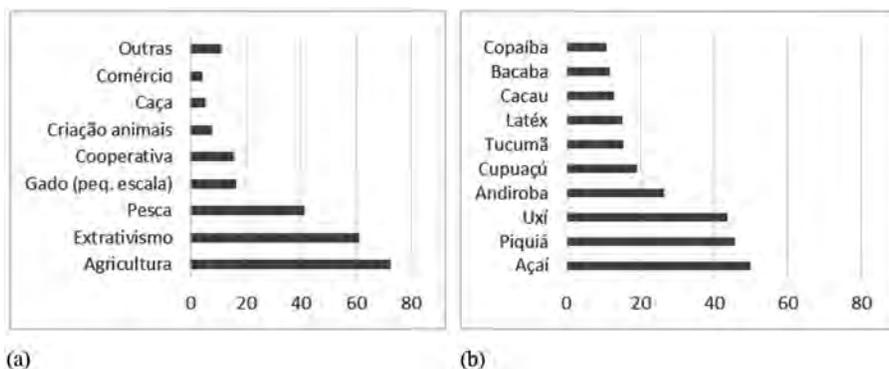
Para cada entrevista, foi determinado um valor único para cada capital com base na média aritmética simples dos indicadores (perguntas) referentes àquele capital. A partir do valor de cada entrevista, foi determinado o valor do capital para cada uma das situações estudadas. As médias referentes a cada indicador e a cada capital foram comparadas utilizando-se diferentes métodos de ANOVA – TTEST; Wilcoxon Two-Sample Test; Kruskal-Wallis, por meio do Programa R, de acordo com os resultados dos testes de normalidade (Shapiro Wilk) e de homocedasticidade.

## 2 RESULTADOS

### 2.1 COLETORES DE CASTANHA-DO-BRASIL: PESSOAS DEPENDENTES DA FLORESTA

Os coletores de castanha podem ser considerados, como “pessoas dependentes das florestas”, de acordo com Newton *et al.* (2017), que adotam diversas atividades de subsistência e para obtenção de renda, se destacando a agricultura, o extrativismo e a pesca (Figura 1a). Foi identificado que 97.3% dos entrevistados praticam extrativismo de mais de 30 outros produtos florestais não madeireiros (PFNMs) para uso e consumo familiar. A comercialização de outros PFNMs também é praticada por 61.7% dos entrevistados, destacando-se o açai (*Euterpe spp.*), o piquiá (*Caryocar villosum*) e o uxi (*Endopleura uchi*, Figura 1b).

Figura 1– Principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados para além da coleta de castanha (a) e principais PPNM utilizados e/ou comercializados (b)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

A riqueza de conhecimentos sobre o uso da biodiversidade e dos recursos naturais disponíveis contrasta com o baixo nível de escolaridade dos coletores.

Apenas 15,5 % dos entrevistados tinham o ensino fundamental completo (Tabela 1), sendo que essa porcentagem chega a 51% da população adulta do Brasil (IBGE, 2018b). A falta de acesso à internet também é explícita. Apenas 26,4% dos coletores disseram ter acesso à internet, enquanto a média nacional é de 64,7% (GOMES, 2018). Se por um lado, constatamos a falta de serviços básicos, por outro, verificamos um grande acesso aos programas governamentais de renda. Foi possível identificar que a maioria dos coletores tem a renda complementada pelos programas sociais, representando mais que o dobro da média nacional de 22% (BRASIL, 2018).

Tabela 1 – Características pessoais dos coletores de castanha expressas em porcentagem dos entrevistados

<b>Nível de educação formal</b>	<b>%</b>	<b>Atributos dos coletores</b>	<b>%</b>
Não estudaram	10.3	Trabalham com computador	11.7
Fundamental incompleto	74.1	Acesso à internet	26.4
Fundamental completo	4.3	Acesso à programas de governo	59.2
Ensino médio completo	9.5	Bolsa família	49.2
Superior	1.7	Bolsa floresta <sup>1</sup>	17.5
		Seguro Defeso	4.2

<sup>1</sup> Programa específico para moradores de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, como um esquema de REDD+

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

A herança cultural é importante característica do extrativismo. A maioria absoluta dos entrevistados (91%) relatou que seus pais já trabalhavam com extrativismo de castanha e de outros PFNMs, e que aprenderam com eles a realizar a atividade. A média de idade dos entrevistados foi de 43 anos ( $\pm 13,24$ ), o que revela um baixo envolvimento de jovens (menores de 30 anos). E apenas 7.4% dos entrevistados foram mulheres, que embora envolvidas diretamente na produção da castanha, o envolvimento é maior nas etapas de beneficiamento e comercialização.

## 2.2 O SISTEMA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA

A produção de castanha caracteriza-se pela coleta dos frutos, bastante resistentes denominados de “ouriços”, de onde são extraídas as sementes, com o auxílio de um facão. Cada fruto contém aproximadamente 15 sementes, sendo que a parte comestível (amêndoa) permanece envolta em uma casca dura. A

coleta dos frutos ocorre em áreas denominadas de castanhais, se concentrando no período chuvoso (inverno) entre dezembro e julho, em especial nos meses de fevereiro, março e abril. Após coletarem os frutos, os produtores extraem as sementes de dentro dos ouriços na própria floresta e as transportam até as comunidades. Os castanhais situam-se distantes das residências precisando os coletores se deslocarem via terrestre e/ou fluvial. A maioria dos entrevistados (76%) afirmaram pernoitar nos castanhais por 14 dias, em média, chegando, em alguns casos, a permanecerem entre 2 e 3 meses na floresta em acampamentos improvisados. Em Cotriguaçu, a associação tem formalizado parcerias com grandes proprietários de florestas, muitos dos quais realizam o manejo madeireiro legalizado, sendo em alguns casos disponibilizados alojamentos ou estruturas de apoio aos extrativistas, que em épocas de inatividade da extração de madeira, fica inutilizado e disponível para os castanheiros.

A coleta de castanha na floresta requer um elevado nível de conhecimento tradicional em relação às áreas de coleta, aos seus limites historicamente estabelecidos, às suas características ecológicas e geográficas, e ao uso de técnicas e utensílios tradicionais. Como exemplo desses conhecimentos podemos citar alguns mais comuns como: (i) uso do paneiro - cesto produzido artesanalmente de cipó títica (*Heteropsis flexuosa*) usado para carregar os ouriços coletados e as sementes de castanha extraídas - e do câmbito (utensílio feito de vara de madeira usado para agarrar os ouriços do chão sem que o coletor precise abaixar para pegar com a mão); (ii) conhecimento geográfico dos castanhais, que inclui o reconhecimento das trilhas e caminhos de acesso, dos aglomerados e suas principais árvores produtivas (noção de produtividade); (iii) determinação prévia do potencial de produção de cada ano através da observação sistemática das florações; (iv) abertura dos ouriços e liberação de suas sementes através do corte dos frutos com facão, machado ou foice que requer uma elevada habilidade técnica-manual. Além de diversos outros conhecimentos indiretos que permitem a realização do trabalho na floresta, como: a caça e coleta de produtos florestais para a subsistência durante a safra; a locomoção e escoamento da produção pelos rios, o conhecimento sobre embarcações, entre outras.

As práticas relacionadas ao manejo dos castanhais identificadas foram: (i) limpeza, que consiste na roçagem das trilhas percorridas pelas pessoas e na eliminação da competição do entorno de indivíduos de *B. excelsa*; (ii) corte dos cipós estabelecidos nos indivíduos produtivos, que tem o objetivo de aumentar a produção individual das castanheiras (Tabela 2). Tais práticas podem promover melhorias no trabalho, diminuindo desperdícios e aumentando a produtividade. Não foram identificadas práticas para estabelecer limites de coleta.

As condições climáticas da floresta (calor e umidade) e o contato com o solo favorecem a contaminação por aflatoxina. Visando diminuir o risco dessa contaminação, podem ser adotados alguns procedimentos denominados de “boas práticas” na coleta e armazenamento, que consistem basicamente em separar as sementes de boa qualidade, lavá-las, secá-las e armazená-las de forma adequada. Foi constatado que os coletores estabelecidos em grupos organizados (associação e cooperativa) são mais adeptos a adotarem as boas práticas do que os coletores informais (Tabela 2).

Tabela 2 – Características relacionadas ao processo produtivo da castanha de acordo com a localidade e organização para comercialização.

Características/Identificação		Cooperativa Manicoré	Associação Almeirim	Associação MT	Informais
Manejo	Limpeza	52%	81%	n.c <sup>1</sup>	60%
	Corte de cipós	17%	72%	n.c	74%
	Inventário	4%	3%	n.c	3%
Beneficiamento	Boas Práticas	60%	72%	0	22%
	Parcial	40%	22%	0	10%
	Não	0	6%	100%	68%
Vende para	Atravessador	47%	63%	57%	100%
	Indústria	0%	56%	57%	0%
	Cooperativa	93%	0%	0%	0%
	Diferenciados	40%	19%	14%	0%
Recebem Assistência técnica		71%	88%	18%	23%
Conhecem Prog. de governo		73%	69%	n.c	23%

<sup>1</sup> Dados não coletados

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados em campo, 2022

A comercialização da castanha, nas regiões estudadas, ainda sofre a influência do sistema de aviação e das mudanças históricas que esse sistema sofreu, onde os atravessadores desempenham um papel importante. Os atravessadores estão presentes, mesmo quando existe o trabalho das associações e cooperativas (Tabela 2). De acordo com as circunstâncias, um coletor que participa de uma associação ou cooperativa pode optar por vender ao atravessador.

Em Almeirim-PA, em apenas uma das quatro comunidades estudadas, os entrevistados declararam que comercializam sua produção direto com a indústria. Essa característica é facilitada pela atuação da associação comunitária cujo principal objetivo é a estruturação da comercialização da castanha. Por meio da associação, os coletores acessam a linha de crédito do Banco do Brasil destinada

ao Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e outras políticas públicas federais como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) Florestal. Em 2016, a Associação completou 9 anos de acesso ao crédito sem nenhuma ocorrência de inadimplência no pagamento do crédito. Foi identificada outra comunidade que também consegue acessar linhas de financiamento, entretanto, representa apenas cerca de 30% dos extrativistas da comunidade.

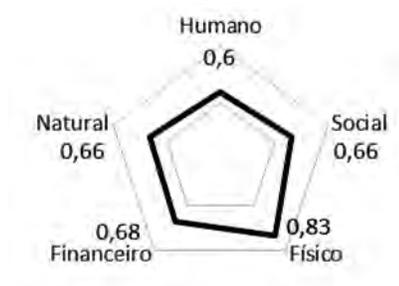
Em Manicoré – AM, os coletores entrevistados fazem parte da Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA) fundada em 5 de junho de 2006. A cooperativa tem uma usina de beneficiamento onde as castanhas passam por todos os processos de beneficiamento, até o produto: castanha embalada à vácuo. A Cooperativa firmou parcerias com instituições governamentais e privadas, a fim de garantir a compra e a qualidade da castanha. Apesar da grande importância socioeconômica da Cooperativa, foi identificado que 47% os cooperados entrevistados também realizam a venda de castanha para os atravessadores.

Em Cotriguaçu - MT, o estudo incluiu produtores organizados na Associação dos Coletores de Castanha-do-brasil do PA Juruena (ACCPAJ), bem como indígenas que comercializam castanha de maneira informal, ambos os grupos comercializam sua produção para atravessadores, ou diretamente para a indústrias de pequeno e grande porte que realizam o beneficiamento final.

### 2.3 RESULTADOS OBTIDOS COM A COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA EM RELAÇÃO AOS MEIOS DE VIDA DOS COLETORES

Os resultados da pesquisa confirmam a hipótese de que a coleta de castanha é uma atividade que contribui positivamente para os cinco capitais dos meios de vida dos coletores (Figura 2).

Figura 2 – Pontuação média de cada capital dos meios de vida dos coletores de castanha obtidos através da percepção dos próprios coletores nas três áreas de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

A comercialização da castanha é especialmente importante para a aquisição de bens domésticos e materiais de trabalho, como apontado pelos indicadores do capital físico (Tabela 3). À parte do capital físico, a conservação da floresta (capital natural) foi o indicador que ganhou maior destaque. O fortalecimento e ampliação das relações externas das comunidades, a regularidade da renda e a aquisição de novos conhecimentos, foram ainda os destaques no capital social, financeiro e humano, respectivamente.

A pesquisa também permitiu que fosse realizada uma análise comparativa entre os diferentes públicos estudados (Tabela 3). O nível intermediário de organização, representado pelas associações, mostrou resultados significativamente melhores do que o nível de organização maior (Cooperativa) e do que o informal (atravessadores), para os capitais humano, social, físico e financeiro apresentada. No capital natural os resultados foram similares para os três grupos. Em uma análise geral, a categoria representada pelas associações se destacou com os melhores resultados. Nos 17 indicadores estudados, os associados superaram os cooperados em 7 (41%) e os informais em 10 indicadores (59%).

Tabela 3 – Resultado geral e comparação entre os resultados auferidos com a comercialização da castanha sobre os capitais e indicadores dos meios de vida: venda informal, associação e cooperativa

(Capital) Indicador	Geral	Informal		Associações		Cooperativa	
	Ind.	Ind.	Cap.	Ind.	Cap.	Ind.	Cap.
(H1) Segurança no trabalho	0.41	0.32 <sup>b</sup>	0.53 <sup>b</sup>	0.60 <sup>a</sup>	0.68 <sup>a</sup>	0.30 <sup>b</sup>	0.58 <sup>b</sup>
(H2) Segurança alimentar	0.59	0.53 <sup>b</sup>		0.65 <sup>a</sup>		0.60 <sup>ab</sup>	
(H3) Conhecimentos tradicionais	0.69	0.66 <sup>a</sup>		0.74 <sup>a</sup>		0.67 <sup>a</sup>	
(H4) Novos conhecimentos	0.7	0.60 <sup>b</sup>		0.74 <sup>a</sup>		0.75 <sup>a</sup>	
(S1) Oportunidade aos jovens	0.57	0.62 <sup>a</sup>	0.60 <sup>b</sup>	0.57 <sup>a</sup>	0.75 <sup>a</sup>	0.53 <sup>a</sup>	0.62 <sup>b</sup>
(S2) Participação de mulheres	0.64	0.53 <sup>b</sup>		0.79 <sup>a</sup>		0.61 <sup>ab</sup>	
(S3) Participação social	0.68	0.66 <sup>b</sup>		0.79 <sup>a</sup>		0.58 <sup>b</sup>	
(S4) Relações externas	0.74	0.60 <sup>c</sup>		0.86 <sup>a</sup>		0.76 <sup>b</sup>	
(F1) Infraestrutura comunitária	0.76	0.65 <sup>b</sup>	0.80 <sup>b</sup>	0.78 <sup>a</sup>	0.89 <sup>a</sup>	0.84 <sup>a</sup>	0.81 <sup>b</sup>
(F2) Bens domésticos	0.92	0.94 <sup>ab</sup>		0.95 <sup>a</sup>		0.87 <sup>b</sup>	
(F3) Materiais de trabalho	0.82	0.80 <sup>b</sup>		0.94 <sup>a</sup>		0.71 <sup>c</sup>	

(Capital) Indicador	Geral	Informal		Associações		Cooperativa	
	Ind.	Ind.	Cap.	Ind.	Cap.	Ind.	Cap.
(Fin1) Preço	0.68	0.49 <sup>b</sup>		0.77 <sup>a</sup>		0.78 <sup>a</sup>	
(Fin2) Regularidade da renda	0.73	0.79 <sup>a</sup>	0.58 <sup>c</sup>	0.82 <sup>a</sup>	0.77 <sup>a</sup>	0.59 <sup>b</sup>	0.69 <sup>b</sup>
(Fin3) Opções de venda	0.62	0.45 <sup>b</sup>		0.72 <sup>a</sup>		0.68 <sup>a</sup>	
(N1) Estoque do recurso	0.61	0.59 <sup>ab</sup>		0.66 <sup>a</sup>		0.57 <sup>b</sup>	
(N2) Acesso ao recurso	0.63	0.76 <sup>a</sup>	0.70 <sup>a</sup>	0.63 <sup>ab</sup>	0.66 <sup>a</sup>	0.49 <sup>b</sup>	0.62 <sup>a</sup>
(N3) Conservação florestal	0.75	0.75 <sup>a</sup>		0.70 <sup>a</sup>		0.80 <sup>a</sup>	

H; S; F; Fin; N - se refere as capitais: humano; social; físico; financeiro e natural  
 Valores de mesma letra não apresentaram diferenças significativas no t. de Mann-Whitney.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

### 3 DISCUSSÃO

#### 3.1 COLETORES DE CASTANHA: PESSOAS QUE CONVIVEM COM A FLORESTA

Os meios de vida apontados pelos coletores de castanha estão fortemente ligados ao ambiente em que vivem e fazem uso. A agricultura de subsistência, o extrativismo florestal e o uso dos rios estão entre as principais atividades desenvolvidas. Em sua forma de relação com as atividades laborais e os territórios utilizados, os coletores de castanha desta pesquisa são de grupos pertencentes às Comunidades ou Povos Tradicionais, definidos como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, não paginado).

Cada coletor segue uma estratégia específica caracterizada por uma combinação complexa de diferentes atividades de produção e geração de renda. A maioria das atividades estabelece uma relação muito próxima à natureza e requer a aplicação de conhecimentos que são transmitidos através das gerações. Como vimos, em todas as situações estudadas os conhecimentos tradicionais são aplicados e contribuem diretamente na coleta da castanha (Tabela 3).

A castanha desempenha um papel histórico tão importante para os meios de vida dos povos amazônicos, que a centenas de anos alguns povos ameríndios foram responsáveis diretos pela formação de castanhais (SCOLES; GRIBEL, 2015; SCOLES, 2011). Atualmente, podemos afirmar, a partir dos resultados dessa pesquisa, que a atividade de coleta de castanha contribui diretamente na conservação da floresta, como apontado no capital natural. O indicador sobre conservação da floresta, especificamente, aponta que a presença das castanheiras incentiva a proteção das florestas, de modo que, se não impede, dificulta muito que sejam derrubadas para outros usos do solo. Além disso, 20% dos coletores entrevistados afirmaram estarem realizando plantio de árvores/castanheiras. Estes fatos colocam os coletores em um papel central na conservação da floresta atuando diretamente no eixo da conservação da biodiversidade e da mitigação das mudanças climáticas.

A Amazônia brasileira tem uma importância especial na discussão sobre as políticas ambientais devido sua diversidade cultural, biodiversidade e o seu papel no clima global (FEARNSIDE, 2013). O perigo do aquecimento global estabelece a necessidade urgente de encontrar caminhos para a redução da emissão dos gases do efeito estufa e/ou aumentar os fluxos do carbono atmosférico para a biomassa ou solo. Devido à sua grande extensão, ao estoque de carbono e à sua capacidade em reter e liberar carbono, a floresta amazônica é um componente fundamental neste contexto. As emissões dos gases de efeito estufa causadas pelos desmatamentos e pela degradação florestal somam 20% do total de emissões (ANGELSEN, 2009).

Os coletores de castanha, excetuando aqueles beneficiários do Programa Bolsa Floresta (Tabela 1), ainda não estão ligados a esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e/ou da redução de emissões dos gases de efeito estufa proveniente de desmatamento e degradação florestal incluindo a conservação florestal, o manejo florestal sustentável e a manutenção de estoque florestal (REDD+). A redução das emissões via REDD+ constitui uma importante estratégia para mitigação das mudanças climáticas, em particular em países em desenvolvimento e com grande cobertura florestal (ARIMA *et al.*, 2014). Portanto, a atividade dos coletores de castanha se coloca no debate internacional sobre REDD no que envolve questões do contexto social e de formas para garantir e de saber como aqueles que realmente necessitam e que atuam diretamente na redução da emissão de gases são os beneficiários das ações (ANGELSEN, 2009; MAHANTY; SUICH; TACCONI, 2013; KARSENTY; VOGEL; CASTELL, 2014). Mesmo com as incertezas e dificuldades metodológicas que envolveriam uma avaliação da contribuição das florestas mantidas pelos coletores este é

um desafio a ser colocado para governos, instituições de pesquisa, doadores e organizações conservacionistas.

Além do papel conservacionista que os coletores de castanha desempenham, o extrativismo da castanha garante a renda necessária para subsistência ou investimentos em melhorias na qualidade de vida dos coletores. A regularidade da renda, que as safras de castanha oportunizam, é fundamental para diminuir a vulnerabilidade financeira em que vivem os extrativistas, possibilitando investimentos no capital físico como bens domésticos, materiais de trabalho e infraestrutura comunitária. Foi com a queda da demanda internacional da borracha brasileira, década de 1920, que a castanha passou a ganhar expressividade econômica (BARBOSA; MORET, 2016). E, a partir de 1986, passou a fazer parte dos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo alcançado o volume de 34.644 mil toneladas em 2016, gerando uma renda de 110,1 milhões de reais (IBGE, 2018a).

A castanha é um produto que resiste às condições climáticas da Amazônia, podendo ser transportada e armazenada sem necessidade de altos investimentos em infraestrutura e equipamentos. Precisando atentar às boas práticas de coleta e armazenamento. Por isso, se consolidou como um produto de mercado nacional e internacional, mesmo com pouquíssimos incentivos de ação pública, ao contrário de outras atividades agropecuárias que contam com incentivos, desde a assistência técnica e desenvolvimento tecnológico, aos financiamentos. Apenas recentemente programas como a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), deram possibilidades para que a comercialização da castanha encontrasse caminhos complementares ou alternativos (BRASIL, 2020).

A criação de gado é uma opção econômica em diversas situações na Amazônia e que coloca em risco a floresta, levando a mudanças no uso do solo, como acontece com os seringueiros no Acre ou com os colonos no sul do Pará (HOMMA *et al.*, 2014). A pecuária é um dos fatores que pode levar ao aumento nos índices de desmatamento, que foram crescentes na Amazônia brasileira em 2019 e 2020. O declínio das atividades extrativistas como apontado por Homma (2014), pode aumentar a vulnerabilidade das florestas. Fatores como o progresso tecnológico, o surgimento de alternativas econômicas, o crescimento populacional, a redução dos estoques, os níveis salariais da economia, as mudanças nos preços relativos, põem em xeque o extrativismo. A longevidade do sistema de coleta e comercialização de castanha é um contraponto aos ciclos extrativistas usuais com o início, expansão, estagnação e declínio.

É necessária a valorização da produção da castanha dentro de florestas naturais e do trabalho realizado pelos coletores. Se a produção de castanha pode trazer melhorias para os meios de vida dos coletores e se estes podem promover a conservação das florestas, cabe aos diferentes agentes públicos privados buscar meios para potencializar os benefícios para ambos os lados. Os resultados dessa pesquisa corroboram os resultados apresentados por Guariguata *et al.* (2017) onde o sistema socioecológico de produção não requer maiores mudanças para manter a produtividade, podendo serem indicadas ações para preservar, diversificar e intensificar a produção dos castanhais, tornando-os cada vez mais integrados às paisagens modeladas pelo homem.

### 3.2 O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO E DA COOPERATIVA

O sistema estruturado em associação foi mais benéfico para os coletores, quando comparado ao sistema da Cooperativa e a comercialização por meio de atravessadores. Por um lado, a COVEMA, cooperativa na qual os coletores da região de Manicoré estão ligados, apresenta uma estrutura organizacional mais complexa, com um número maior de coletores e representando uma área geográfica maior, é responsável pela administração e gestão de uma usina de beneficiamento de castanha que comercializa a castanha embalada a vácuo. Para estabelecer uma estrutura de negócios viável, seria necessária uma fase inicial de 10 a 20 anos, seguida por uma fase de consolidação de duração similar (DONOVAN *et al.*, 2008 apud JONG *et al.*, 2010). Neste sentido, a Cooperativa, criada em 2006, teria ainda um tempo de pelo menos 20 anos para sua consolidação.

Além da complexidade intrínseca da gestão de uma cooperativa, o contexto de desenvolvimento histórico dos grupos sociais da região desfavorece o trabalho desenvolvido por redes de colaboração complexas. Os povos ameríndios sofreram um processo de desestruturação social e cultural relativamente recente. A colonização das Américas seguiu os padrões de expansão dos outros impérios na história, caracterizados pelas guerras, escravização, deportação e genocídio (HARARI, 2018). Na Amazônia brasileira, esse processo ocorreu mais acentuadamente a partir do século XVIII, na busca pelas “drogas do sertão” (ROLLER, 2013), quando se deram os autos de extermínio de povos indígenas da Amazônia brasileira.

O Ciclo da Borracha provocou um impacto social, econômico e cultural na Amazônia. Os seringueiros, descendentes de migrantes nordestinos, foram incorporados em um sistema organizado para controlar a escassa força de trabalho, onde os seringueiros eram obrigados a vender e comprar no barracão

do seringalista e ficavam presos ao padrão que lhes forneciam as mercadorias (ALLEGRETTI, 2008). Mudanças para romper esse sistema começaram a se intensificar a partir das décadas de 1970 e 1980, com movimentos liderados pelos seringueiros como a Aliança dos Povos da Floresta. Em Manicoré, onde foi estabelecida a COVEMA, a atuação Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) foi fundamental para dar um impulso à organização comunitária no município (AMARAL; ALEIXO; FRANCO, 2012).

A coleta e comercialização de castanha segue os rastros desse mesmo sistema. A maioria dos coletores entrevistados (92%) tiveram seus pais envolvidos com o extrativismo de resinas/gomas (75.2%) e/ou castanha (76.2%). No entanto, os resultados encontrados no capital financeiro mostram que os coletores que se encontram organizados em associação ou cooperativa, conseguiram ampliar as opções de venda (Tabelas 2 e 3), diminuindo a dependência de atravessadores, acessando mercados diferenciados e obtendo preços melhores. Dos coletores que se encontram nos grupos organizados, 56% declararam que ainda fazem vendas para os atravessadores. Nesse caso, como têm opções de comercialização, vendem para quem oferece os melhores preços. Os coletores que vendem diretamente para os atravessadores, apresentaram poucas ou nenhuma opção de venda, adotando o valor estipulado pelo atravessador. Esse tipo de relação comercial é historicamente um sistema desfavorável aos produtores (CHAVES, 2011; AMARAL; ALEIXO; FRANCO, 2012).

Dentre os níveis de organização estudados, o associativismo é o que mais se assemelha à organização social dos Ameríndios, baseada na reciprocidade de redes familiares, aumentando a proximidade e o nível de confiança entre os indivíduos (JONG *et al.*, 2010). Níveis organizacionais maiores são, normalmente, mas frágeis (HARARI, 2018). No entanto, as associações, não têm atribuição legal para comercializar e auferir lucro. A criação de cooperativas ou outro tipo de representação jurídica que possibilite a comercialização deve permear o processo de discussão dos grupos formalizados.

A organização dos produtores trouxe melhorias em diversos indicadores estudados, mostrando sua importância na superação de dificuldades históricas. Um aspecto ainda a ser considerado é a pouca presença de jovens, mostrando uma tendência de afastamento das gerações futuras na coleta, portanto, estratégias que venham promover a participação de um público mais jovem podem vir a colaborar com continuidade na transmissão dos conhecimentos e o fortalecimento da atividade. Para isso, se faz necessária a oferta de melhores oportunidades de educação e trabalho, bem como outras condições socioeconômicas mais favoráveis a manutenção de jovens nas suas comunidades de origem.

## CONCLUSÕES

Os coletores de castanha têm um amplo conhecimento tradicional, ecológico e técnico, sobre a atividade que desempenham, além de fazerem uso de uma grande diversidade de produtos florestais. A importância da floresta em seus meios de vida faz com que, para além de serem pessoas que dependem da floresta, os coletores desempenhem um papel de guardiões da floresta. A floresta fornece os meios de vida para as pessoas, as quais contribuem para sua conservação. No entanto, problemas de acesso à educação formal, ao desenvolvimento tecnológico e à rede mundial de computadores, onde os coletores apresentam menor acesso se comparadas às médias da população brasileira, podem levar ao afastamento desses atores do convívio com a floresta, aumentando os riscos de destruição desta. O reconhecimento dessa lacuna na prestação de serviços é fundamental para propor formas de inserção deste grupo nas políticas públicas de desenvolvimento da Amazônia.

As associações, representando um nível intermediário de organização para comercialização, entre a venda direta para o atravessador e a cooperativa, foi a que mais trouxe benefícios aos meios de vida dos coletores. As melhorias encontradas em indicadores como a escolha de compradores, negociação de preços, ampliação das relações externas e infraestrutura, mostram a importância da organização social para a produção e comercialização da castanha, superando dificuldades históricas.

Esta pesquisa mostrou que o extrativismo de castanha é uma atividade que traz melhorias nos meios de vida das populações locais e contribui com a conservação florestal, sendo que, as associações e cooperativas desempenham um importante papel nesse processo. Aumentar a capacidade de gestão de negócios, promover plantios, fortalecer os mercados locais e regionais e buscar alternativas de renda para épocas de safra insuficiente, podem ser algumas das ações que devem ser promovidas.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 39-59, dez. 2008.

AMARAL, R.; ALEIXO, J.; FRANCO, M. (org.). **Organização da produção na Amazônia: a experiência de comercialização coletiva da castanha em Manicoré**, AM. Brasília, DF: IEB, 2012. 86 p.

ANGELSEN, A. **Moving ahead with REDD**: issues, options and implications. Bogor: CIFOR, 2009. 172 p. Disponível em: [http://www.cifor.org/publications/pdf\\_files/Books/BAngelsen\\_0801.pdf](http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/BAngelsen_0801.pdf). Acesso em: 30 set. 2014.

ARIMA, E. Y.; BARRETO, P.; ARAÚJO, E.; Filho, B. S. Public policies can reduce tropical deforestation: Lessons and challenges from Brasil. **Land Use Policy**, [s. l.], 41, p. 465-473, 2014.

BARBOSA, M. A. M.; MORET, A. S. Produção e comercialização da castanha-do-brasil: economia e disponibilidade financeira (subsistência das famílias residentes em Reservas Extrativistas). **Gest. sust. ambient.**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 413 – 428, 2015.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, Londres, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.

BERNARD, H.R. **Research methods in anthropology**: qualitative and quantitative approaches. 4th ed. New York: Altamira Press, 2006. 821p. Disponível em: <http://www.antropocaos.com.ar/Russel-Research-Method-in-Anthropology.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 11 abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Cerca de 46,6 milhões de brasileiros são beneficiados pelo Bolsa Família. **Governo do Brasil**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: [www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/05/cerca-de-46-6-milhoes-de-brasileiros-sao-beneficiados-pelo-bolsa-familia](http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/05/cerca-de-46-6-milhoes-de-brasileiros-sao-beneficiados-pelo-bolsa-familia). Acesso em: 8 maio 2019.

BRASIL. Entenda como funciona o PAA. **Governo do Brasil**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CHAVES, M.P.S.R. **De “cativo” a “liberto”**: o processo de constituição sócio-histórica do seringueiro do Amazonas. Manaus: Valer, 2011. 164 p.

CLAY, J.W. Brazil nuts. The use of a keystone species for conservation and development. *In*: FREESE, C. H. (ed.). **Harvesting Wild Species: Implications for Biodiversity Conservation**. Baltimore: The John Hopking University Press, 1997. p. 246–282.

DFID. **Sustainable livelihoods guidance sheets**. London: Department For International Development, 1999. 22 p. Disponível em: [www.eldis.org/vfile/upload/1/document/0901/section2.pdf](http://www.eldis.org/vfile/upload/1/document/0901/section2.pdf). Acesso em: 12 out. 2012.

EMMI, M. F. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. **Papers do NAEA**, Belém, n. 166, p. 1-25, 2002.

FEARNSIDE, P. M. The envolving contexto f Brazil's environmental policies in Amazonia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 2, p. 9-25, 2013.

GOMES, H. S. Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2019.

GUARIGUATA, M. R.; CRONKLETON, P.; DUCHELLE, A. E.; ZUIDEMA, P. A. Revisiting the ‘cornerstone of Amazonian conservation’: a socioecological assessment of Brazil nut exploitation. **Biodiversity and Conservation**, [s. l.], v. 1, n. 21, p. 2007-2027, 2017.

HARARI, Y. N. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Tradução Marcoantonio J., 32. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018. 464p.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para Amazônia? *In*: HOMMA, A. K. O. (ed). **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 468 p.

HOMMA, A. K. O.; WALKER, R. T.; CARVALHO, R. A.; COUTO, A. J.; FERREIRA, S. A. P. Políticas agrícolas e econômicas para a conservação de recursos naturais: o caso de castanhais em lotes de colonos no sul do Pará. *In*: HOMMA, A. K. O. (ed). **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 177-191.

IBGE. Produção da extração vegetal e da silvicultura. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=resultados>. Acesso em: 14 jun. 2020.

IBGE. PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2018b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

JONG, W.; CORNEJO, C.; PACHECO, P.; POKORNY, B.; STOIAN, D.; SABOGAL, C.; LOUMAN, B. Opportunities and challenges for community forestry: lessons from Tropical America. *In*: MERY, G.; KATILA, P.; GALLOWAY, G.; ALFARO, R. I.; KANNINEN, M.; LOBOVIKOV, M.; VARJO, J. (ed.). **Forest and society**: responding global drivers of change. Vienna: IUFRO, 2010. p. 299-314. (World Series, 25).

KARSENTY, A.; VOGEL, A.; CASTELL, F. “Carbon rights”, REDD+ and payments for environmental services. **Environmental Science & Policy**, Exeter, v. 35, p. 20-29, 2014.

KUSTERS, K.; BELCHER, B.; RUÍZ-PÉREZ, M.; ACHDIAWAN, R. A method to assess the outcomes of forest product trade on livelihoods and environment. **CIFOR**, Bogor, n. 32, p. 1-26, 2005. Disponível em: <http://www.cifor.org/ntfpcd/pdf/owp7.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

MAHANTY, S; SUICH, H.; TACCONI, L. Access and benefits in payments for environmental services and implications for REDD+: lessons from seven PES schemes. **Land Use Policy**, Guildford, v. 31, p. 38-47. 2013.

MORI, S. A. The Brazil nut industry: past, present and future. *In*: PLOTKIN, M.; FARMOCARE, L. (ed.). **Sustainable harvest and marketing of rain forest products**. Washington: Island Press, 1992. p. 241-251.

NEWTON P.; MILLER, D. C.; BYENKA, M. A. A.; AGRAVAL, A. Who are de forest-dependent people A taxonomy to aid livelihood and lande use decision-making in forested regions. **Land Use Policy**, Guilford, v. 57, p. 388-395. 2017.

ORTIZ, E. G. Brazil nuts (*Bertholletia excelsa*). *In*: SHANLEY, P. A. R., PIERCE, S. A., LAIRD, A.; GUILLEN, N. (Ed.), **Tapping the Green Market**: certification and management of non-timber forest products. London: Earthscan Publications Ltd., 2002. p. 61–74.

RIBEIRO, M. B. N.; JEROZOLIMSKI, A.; ROBERT, P.; MAGNUSSOM, W. E. Brazil nut stock and harvesting at different spatial scales in southeastern Amazonia. **Forest Ecology and Management**, Melbourne, v. 319, p. 67–74, 2014.

ROLLER, H. F. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1801. **Revista de História de São Paulo**, São Paulo, n. 168, p. 201-243, jan./jun. 2013.

SCOLES, R. Do rio Madeira ao rio Trombetas: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 265-282, 2011.

SCOLES, R.; GRIBEL, R. Human influence on the regeneration of the Brazil Nut Tree (*Bertholletia excelsa* Bonpl., Lecythidaceae) at Capanã Grande Lake, Manicoré, Brazil. **Human Ecology**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 843-854, 2015.

THOMAS, E.; CAICEDO, C. A.; MCMICHAEL, C. H.; CORVERA, R.; LOO, J. Uncovering spatial patterns in the natural and human history of Brazil nut (*Bertholletia excelsa*) across the Amazon Basin. **Journal of Biogeography**, [s. l.], v. 42, p. 1367-1382, 2015.

WADT, L. H. O.; KAINER, K. A.; STAUDHAMMER, C. L.; SERRANO, R. O. P. Sustainable forest use in Brazilian extractive reserves: natural regeneration of Brazil nut in exploited populations. **Biological Conservation**, [s. l.], n. 141, p. 332-346, 2008.

WADT, L. H. O.; FAUSTINO, C. L.; STAUDHAMMER, C. L.; KAINER, K. A.; EVANGELISTA, J. S. Primary and secondary dispersal of *Bertholletia excelsa*: Implications for sustainable harvests. **Forest Ecology and Management**, [s. l.], vol. 415/416, p. 98-105, May 2018.

ZUIDEMA, P. A.; BOOT, R. G. A. Demography of the Brazil nut tree (*Bertholletia excelsa*) in the Bolivian Amazon: impact of seed extraction on recruitment and population dynamics. **Journal of Tropical Ecology**, Cambridge, n. 18, p. 1-31, 2002.

Texto submetido à Revista em 29.03.2021

Aceito para publicação em 09.05.2022



## Piscicultura praticada por agricultores familiares em Humaitá, Mesorregião Sul do Estado do Amazonas

### Fish farm conducted by family farmers in Humaitá, Southern Region of Amazonas State, Brazil

*Maria Francisca da Graça Cruz* – Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Servidora pública junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E-mail: m.fran04@hotmail.com

*André Moreira Bordinhon* – Doutor em Nutrição e Produção Animal pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: bordinhon@ufam.edu.br

#### Resumo

O objetivo deste estudo é avaliar a prática de produção da piscicultura dos agricultores familiares de Humaitá e o impacto dessa atividade na renda destas famílias. Para coletar os dados da pesquisa, realizou-se visitas e entrevistas, em 17 estabelecimentos agrícolas, ao longo das rodovias BR-230 e BR-319, dentro dos limites municipais. As entrevistas foram aplicadas com o intuito de obter informações relacionadas ao processo de produção e comercialização de peixes. De acordo com a análise, a piscicultura, no município, tem sido pouco eficiente na melhoria da renda dos agricultores envolvidos na atividade. O sistema de produção majoritariamente adotado pelos piscicultores os torna susceptíveis às variações mercadológicas, e consequentemente, à instabilidade nos custos de produção. Esta condição, associada à ausência de estratégias para manutenção de preços mínimos e as dificuldades de acesso a mercados, se apresentaram como as principais limitações da atividade para melhorar as condições socioeconômicas de agricultores familiares, que produzem peixes em cativeiro no município.

#### Palavras-chave

Produção de peixes. Piscicultura Semi-intensiva. Sistemas de produção. Condições socioeconômicas.

#### Abstract

The objective of this study was to evaluate fish farming as a productive practice performed by family farmers from Humaitá, Amazonas – Brazil, and its impacts on the income of involved families. Data were obtained through visitations and interviews in farms along Highways BR-230 and BR-319 located in the municipality. The interviews were carried out with the intention of gathering information related to the process of production and commercialization of fish. According to analyzed information, local fish farming has presented low efficiency to improve income for involved farmers. The mostly adopted production system makes fish farmers susceptible to market variations, and consequently, to instability in production costs. This condition, associated with the absence of strategies to maintain minimum prices and the difficulties of accessing markets, emerged as fish farm main limitations to improve local family farmers socioeconomic conditions.

#### Keywords

Fish farming. Semi-intensive. Semi intensive fish farm. Production System. Socioeconomic conditions.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a aquicultura vem se consolidando como atividade quantitativa e relevante na produção de alimentos. O Brasil e, em particular a Amazônia, é considerado território, com enorme potencial para o desenvolvimento da atividade piscícola, devido ao potencial hídrico da região, do clima favorável, da condição geográfica, entre outros fatores existentes (BUENO *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2018; MPA, 2019). Ainda, nas últimas décadas, houve diversas iniciativas de estímulo à expansão de atividades ligadas à produção de organismos aquáticos em águas interiores, por esse motivo, a piscicultura é uma alternativa de atividade econômica para agricultores familiares de diversas regiões do país. Cumpre ressaltar que a piscicultura, por vezes, é incentivada pelas políticas públicas (SÁ, 2013; DEBUS; RIBEIRO FILHO; BERTOLINI, 2016).

Nos estudos realizados por Lima (2018), observou-se que o estado do Amazonas possui 1.436 pisciculturas cadastradas no sistema do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), o que totaliza uma produção de 20.772,26 toneladas de pescado. No entanto, os sistemas e modos de produção de peixes predominantes variam nas diversas regiões do Estado, e o modelo aplicado determina a dependência da prática às condições ambientais, sociais e econômicas.

Com o aumento do número de famílias de agricultores envolvidos na prática piscícola no Sul do Amazonas (SILVA, 2017), há necessidade de elucidação do papel da atividade, com vistas à melhoria das condições socioeconômicas das famílias criadoras de peixes. O objetivo deste estudo, portanto, é avaliar a prática de produção da piscicultura realizada por agricultores familiares de Humaitá e o impacto dessa atividade na renda das famílias.

### 1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi conduzido no município de Humaitá, mais precisamente em 17 estabelecimentos agrícolas localizados ao longo da BR-230, sentido Humaitá-Manaus/Humaitá-Lábrea, e da BR-319, sentido Humaitá-Porto Velho-RO. Situa-se o município de Humaitá-AM na mesorregião Sul Amazonense e microrregião do Madeira, com área territorial de 33.071,902 km<sup>2</sup>, e população estimada em 51.354 habitantes (IBGE, 2016). Segundo a classificação de Köppen, o clima da região é do tipo tropical chuvoso, com temperaturas, que variam entre 25 e 27°C, e precipitação média anual de 2.500 mm (BRASIL, 1978).

## 2 METODOLOGIA

Anteriormente à realização da pesquisa de campo, o projeto foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP). Nesta fase preliminar, identificou-se, por meio do órgão de assistência técnica e extensão rural da região, a saber, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), que havia, assistidos por esta entidade, 30 agricultores envolvidos na criação de peixes.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de novembro de 2017 a fevereiro de 2018, com o intuito de recolher informações sobre aspectos ligados às relações sociais, econômicas e ambientais de agricultores, que desenvolvem atividades aquícolas no município de Humaitá-AM. Nesse período, os piscicultores foram entrevistados individualmente, com auxílio de questionários, que continham questões estruturadas e abertas. A entrevista teve como fundamento a relação do diálogo ou da interação constituída entre o pesquisador e o indivíduo, que aceitou participar da entrevista (MARTINS, 2013; MOYSÉS; MOORI, 2007).

A amostragem realizada é de natureza não probabilística, e o universo amostral contou com a participação não somente de agricultores familiares, conforme os termos da Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), mas também de alguns cultivadores de peixes em açudes, com áreas maiores que dois hectares, apesar de parte dos entrevistados desenvolverem atividades agrícolas em áreas menores que quatro módulos fiscais.

Após a finalização das etapas anteriores, o material foi submetido à análise de conteúdo, com base na metodologia de Bardin (1977). Dessa forma, as informações foram organizadas e codificadas em um banco de dados na forma de planilha eletrônica (Microsoft Excel), para posterior análise e interpretação.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os agricultores entrevistados para compor os dados deste estudo são todos homens acima de 30 anos, que nasceram em famílias de agricultores, e estão à frente do desenvolvimento das atividades de produção. A extensão das áreas, sob posse dos entrevistados, variou entre 4,5 e 370,0 hectares (ha), ainda que apresentem variação considerável entre si, todas têm extensão menor que quatro módulos fiscais<sup>1</sup>. Para a maioria dos entrevistados, a piscicultura é a

---

<sup>1</sup> De acordo com o INCRA (2013), os módulos fiscais no município de Humaitá possuem área de 100 hectares.

atividade com maior empenho de produção (59%), contudo, observou-se variada gama de atividades econômicas realizadas pelos agricultores entrevistados, o que os tornam dependentes, ou não, da exploração econômica de seus lotes. As atividades laborais não agrícolas, quais sejam, as atividades no comércio e no serviço público, são as ocupações mais mencionadas, totalizando 82% das famílias dos entrevistados.

A prática de produção de peixes é relativamente recente na região do estudo (SUFRAMA, 2003), e certamente o surgimento das pisciculturas nas pequenas propriedades derivam de fatores distintos entre si, um exemplo disso pode ser citado nos estudos de Batista (2013), o qual explica que a piscicultura tem surgido em inúmeras pequenas propriedades rurais como uma alternativa para ocupação de espaços não produtivos na agricultura tradicional, principalmente em solos não agricultáveis. Ainda assim, ao investigar o uso anterior das áreas utilizadas para o cultivo de peixes, constatou-se que 36% são campos naturais<sup>2</sup>, onde nenhuma atividade de produção havia sido realizada. Em contrapartida, o local das demais instalações piscícolas já haviam sido previamente utilizadas para diversas atividades: pastoreio, plantio de frutíferas, plantio de mandioca, produção de aves, e até mesmo, como área destinada a uma olaria, em um dos casos.

Deste modo, observa-se por meio dos relatos que, parte das áreas dos estabelecimentos, antes da implantação das pisciculturas, continham pouco uso, ou alguma outra forma de subutilização, de acordo com a avaliação dos próprios entrevistados. Estas áreas foram, em grande parte, consideradas improdutivas para plantios no passado, em função de características indesejáveis, como acidez do solo e susceptibilidade ao encharcamento durante parte do ano.

Apesar de todos os entrevistados terem posse de áreas inferiores a quatro módulos fiscais, alguns exploravam corpos d'água superiores a dois hectares, parâmetro que os coloca fora dos termos de definição de "Agricultor Familiar", em conformidade com a Lei N° 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Ainda que o objetivo deste estudo não fosse analisar estalei, reconhece-se as limitações desta em englobar, de modo legal, toda a diversidade de sujeitos pertencentes à categoria social, principalmente, quando se considera exclusivamente parâmetros físicos para estabelecer tal classificação. Mediante estes limites, somente 42% dos entrevistados atenderiam aos quesitos legais para serem considerados agricultores familiares, independentemente de outras características observadas. Portanto,

---

<sup>2</sup> Paisagem que inclui várias formações campestres abertas, onde se alternam pequenas árvores isoladas e florestas de galerias ao longo dos igarapés (BRAUN; RAMOS, 1959). Esses campos formam mosaicos com as florestas circundantes, sendo o contato entre essas vegetações, em alguns locais, abrupto, enquanto em outros a transição entre a floresta e o campo natural apresenta-se gradual (FREITAS *et al.*, 2002).

optou-se, aqui, por reconhecer que todos os entrevistados estão submetidos a pressões socioeconômicas similares às sofridas por agricultores familiares, principalmente, se contar que todos têm o uso de mão de obra familiar como base para execução das atividades de produção (TINOCO, 2006).

Ainda que os entrevistados tenham sido capazes de responder às questões ligadas à renda das atividades desenvolvidas nos lotes, estes relataram dificuldades de registrar e controlar as despesas da produção. A Tabela 1 destaca os resultados da renda mensal dos agricultores, com e sem a inserção da piscicultura, como atividade econômica.

Tabela 1 – Renda mensal dos agricultores de Humaitá (AM) obtida por meio da piscicultura e de outras atividades agrícolas, de acordo com entrevistas realizadas nos anos de 2017 e 2018.

Faixa de renda mensal dos agricultores desconsiderando a atividade piscícola						
	Até 1 salário- mínimo	Entre 1 a 2 salários- mínimos	Entre 2 a 4 salários- mínimos	Acima de 6 salários- mínimos	Apenas piscicultura como fonte de renda	% Total
Porcentagem dos agricultores entrevistados	35%	41%	6%	6%	12%	100%
Renda obtida pelos agricultores com a prática da piscicultura						
	Não obtiveram renda	Até 1 salário- mínimo	Acima de 4 salários- mínimos	Não souberam ou não quiseram responder	% Total	
Porcentagem dos agricultores entrevistados	64%	12%	6%	18%	100%	

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Neste cenário, observa-se que, sem o envolvimento na atividade de produção de peixes, a renda gerada pelas outras práticas de produção agrícola seria de até dois salários-mínimos para 76% dos entrevistados. Não obstante que, para a maior parte destes agricultores, a piscicultura tenha representado grande esforço laboral e dispensa de recursos de suas famílias, ainda assim, a lavoura e a criação de outras espécies animais (aves, bovinos, suínos e caprinos) representavam as principais fontes de renda para 88% das unidades de produção agrícolas.

As instalações aquícolas observadas eram constituídas por viveiros escavados (59%), barragens (23%) e ambos os tipos de ambiente de criação na

mesma unidade de produção (18%). Estes métodos de cultivo são característicos desta região do Amazonas, de acordo com os estudos de Oliveira *et al.* (2012), que demonstraram que, no Sudoeste e Sul Amazonense, as estruturas mais utilizadas são de barragens e viveiros/tanques escavados, enquanto no norte do estado, há a prevalência de criações em canais de igarapé, e na região central, o tanque-rede é o modo de cultivo mais comum. Pantoja-Lima *et al.* (2015) afirmam que a média da produtividade em viveiros escavados e semiescavados, até então, chega a atingir cerca de sete toneladas por hectare.

Ao considerar as instalações empregadas para cultivo, reconhece-se um sistema de produção por meio de um grupo de características ou métodos utilizados, sendo dividido nas modalidades: intensiva, semi-intensiva e extensiva (CARVALHO, 2016). Perante isso, constatou-se que os sistemas de cultivo identificados no estudo apresentam características típicas de semi-intensividade (100% das pisciculturas), já que estes têm dependência do fornecimento de dietas artificiais industrializadas (rações), e os animais contam com a alimentação natural, de forma parcial, em algum estágio do desenvolvimento corporal. As seguintes afirmações reforçam os argumentos para esta classificação:

No sistema semi-intensivo ocorre interferência de alguns fatores de produtividade, caracterizando-se pela possibilidade de esvaziamento total do viveiro, possibilidade de despesca, controle na reprodução, presença de prática de adubação, calagem e opcionalmente, uma alimentação artificial à base de subprodutos orgânicos e a manutenção da densidade populacional durante o cultivo (SILVA, 2007, p. 12).

Portanto, pode-se afirmar que, em Humaitá, encontram-se sistemas típicos de cultivo desta mesorregião do Estado, de acordo com as observações realizadas por Lima (2018), que afirma que, 94,07% dos estabelecimentos aquícolas do Sul do Amazonas, cultivam peixes em sistemas semi-intensivos. A predominância destes métodos de produção se deve à difusão de um conjunto de práticas de produção convencionais (pacotes tecnológicos), realizadas frequentemente por meio de políticas públicas do Estado (SILVA, 2017).

Dentro deste contexto, ainda que tenham sido identificadas algumas criações de pirarucu (*Arapaima gigas*) no estudo, o tambaqui (*Colossoma macropomum*) se apresentou como a espécie predominantemente cultivada, estando presente em todas as pisciculturas do município, provavelmente, pelos mesmos motivos que caracterizam a espécie amazônica como a mais difundida na piscicultura nacional, em função de diversas características biológicas favoráveis à adaptação ao cativeiro, como a existência de tecnologia para reprodução controlada, que garante o suprimento periódico de alevinos e, por consequência, possibilita o

planejamento da produção. A onipresença desta espécie nas pisciculturas no Estado se deve também à existência de centros de produção e distribuição de alevinos em diversos municípios.

Desta forma, em Humaitá, foi possível constatar que os fatores apontados por Teixeira *et al.* (2006): mercado, produção contínua de alevinos ao longo do ano, adaptação às características climáticas, rusticidade e crescimento rápido são determinantes para a difusão do tambaqui em estabelecimentos aquícolas. Ainda, observou-se convergência com as considerações de Paula (2009), que afirma que a disseminação desta espécie como uma das principais espécies da aquicultura nacional se deve à sua capacidade de adaptação a todo tipo de ração industrializada.

A dependência de insumos industriais é uma das características da piscicultura semi-intensiva, sendo assim, a dificuldade de aquisição destes itens causa preocupação aos agricultores. Ainda que haja a necessidade da aquisição de adubos industrializados e calcário, os relatos apontam o acesso à ração e aos alevinos como riscos eminentes para se manter na atividade. Na cidade de Humaitá, há uma unidade pública de produção de alevinos (Centro de Treinamento e Tecnologia de Produção de Alevinos de Humaitá – CTTPAH), contudo, este consegue suprir somente 38% da demanda local, obrigando os agricultores a recorrerem a fornecedores privados em outros locais, como Porto Velho (54% do suprimento) e outros municípios de Rondônia, aumentando o custo de produção.

A aquisição de ração emergiu nos relatos como um dos fatores constritores para manutenção dos agricultores na prática de produção de peixes. Apesar de haver fornecedores em Humaitá, os preços destes produtos são considerados altos pelos entrevistados. Ao considerar que, no sistema de produção piscícola adotado pelos agricultores, o custo, com alimentação, pode representar até 80% do custo total de produção, aponta-se este como um fator principal para ocasionar, em muitos casos, a inviabilidade da obtenção de renda por meio da atividade (SENAR, 2019; SILVA; GALÍCIO, 2012).

Esta dependência de rações industrializadas se deve a um conjunto de fatores inerentes ao processo produtivo na piscicultura. O sistema de produção semi-intensivo preconiza uma densidade de animais (número de peixes por área) que impede que a alimentação natural seja suficiente para um desempenho zootécnico adequado, afetando a sobrevivência dos peixes cativos, tornando assim, a viabilidade do processo produtivo dependente do fornecimento de rações. As rações viáveis para peixes demandam um processamento sofisticado que garanta a estabilidade dos nutrientes na água. Este tipo de tratamento industrial, conhecido como extrusão, é realizado por equipamentos industriais

de altíssimo custo (MORO; RODRIGUES, 2015), tornando os piscicultores extremamente dependentes deste produto para se manter na atividade.

A dificuldade de acesso a rações industriais, devido ao custo, pressionou diversos agricultores a utilizarem produtos provenientes de suas próprias lavouras, principalmente macaxeira e banana, como alimentos para os peixes. Contudo, estes declararam que estão cientes das consequências na diminuição do desempenho destes animais ao realizar esta prática, e reconhecem que este é um recurso para impedir a inanição completa dos peixes confinados.

Nas atividades agrícolas, com grande dependência de insumos industrializados, os produtores estão sujeitos às flutuações de preços dos seus produtos (produção dos peixes), e esta instabilidade coloca os agricultores familiares em condições de maior vulnerabilidade, tendo em vista que a renda gerada pela sua atividade está ligada ao seu bem-estar familiar. Portanto, quando estes agricultores desenvolvem atividades neste tipo de prática produtiva (piscicultura), há um agravamento desta fragilidade, já que o custo de produção depende de um produto com alto nível de industrialização (LACKI, 1995).

Nesta perspectiva, pode-se admitir que os produtores de ração dependem da disponibilidade de grãos, como milho e soja, cujos preços são regidos pela dinâmica do mercado de *commodities*, exercendo efeito direto no custo final das rações de peixes (BARONE; SILVA, 2017). Assim, em grande parte, a viabilidade da produção dos peixes destes agricultores de Humaitá se vincula à oscilação de mercado, em que estes sujeitos não exercem qualquer controle, potencialmente agravando a sua vulnerabilidade econômica ao se engajarem neste processo de produção. Este quadro se agrava devido à inexistência de medidas de ação coletiva ou de organização social de produtores, à ausência política de regulação de preços e às limitações de acesso a mercados consumidores (TIERLING; SCHMIDT, 2016).

Ainda, a compreensão dos fatores mercadológicos de influência, determinantes na piscicultura em Humaitá, perpassa pela influência das políticas públicas, que fomentaram a disseminação desta atividade na região (SILVA, 2017). Esta expansão súbita de produtores de peixe aumentou a oferta de um produto altamente perecível em curto espaço de tempo, e sem planejamento conjunto de escoamento para diferentes mercados, criou-se uma pressão para diminuição do seu preço de comercialização, frequentemente impossibilitando que os produtores cubram seu custo de produção.

Ao analisar os relatos dos agricultores produtores de tambaqui de Humaitá, fica evidente a dificuldade de acesso a mercados consumidores, ao se constatar, que todo o pescado produzido, é escoado exclusivamente na área urbana da cidade, de

forma sazonal e concentrada, agravada pelo fato de que parte relevante destes (29%) dependem exclusivamente de atravessadores para comercializar sua produção.

Os argumentos expostos são as prováveis razões dos relatos de fraquíssimo poder de melhoria de renda que a atividade apresentou, de acordo com os agricultores envolvidos. Quando questionados, 64% dos entrevistados afirmaram não ter obtido nenhuma renda com a atividade (Tabela 1) e atribuem os baixos preços como o principal problema. Contudo, não foi possível relacionar o tamanho da piscicultura e o sucesso na geração de renda com a atividade, pois, não se observou correlação entre os relatos de sucesso/insucesso e a extensão da área de lâmina d'água destinada à criação de peixes.

Os dados deste estudo ilustram a ineficiência destes modelos de produção agrícola, de alta susceptibilidade às dinâmicas mercadológicas, em se apresentarem como instrumento de geração de renda para agricultores familiares. Com frequência, os agricultores, ao se envolverem nestas práticas, ficam susceptíveis a oscilações de preços (NACHILUK; OLIVEIRA, 2012) e estas instabilidades, associadas a problemas de acesso a mercados, de infraestrutura de transportes, de estabelecimento e fortalecimento de organizações sociais, e de obtenção de assistência técnica adequada, levam estas famílias a condições de vulnerabilidade econômica e social, e o presente caso não é uma exceção.

Apesar da constatação empírica da dificuldade de obtenção de sucesso com a produção de tambaqui neste sistema de produção, a maioria dos agricultores entrevistados (65%) afirmaram que tiveram algum tipo de melhoria na sua condição de vida com a implantação das instalações aquícolas. O principal argumento apresentado por estas pessoas para justificar essa percepção, se remete a uma perspectiva futura de aumento de renda, entendendo este período inicial como um percalço necessário para um sucesso vindouro na atividade. Esta perspectiva se encaixa na crença de que incrementos e correções nas medidas de planejamento, associadas a um maior acesso a políticas governamentais, melhorariam o desempenho da atividade.

Em grande parte, o entusiasmo disseminado entre os agricultores da região em relação à piscicultura pode encontrar origem nas políticas públicas de fomento à atividade no Estado do Amazonas. Estas políticas refletiram em ações praticadas pelo órgão de extensão rural, engajando uma diversidade de agricultores na piscicultura, nos moldes de disseminação de práticas agrícolas por meio de pacotes tecnológicos. Dentre estas políticas incentivadoras relacionadas à piscicultura, Silva (2017) destaca o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura Brasileira 2015-2020, o Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2015/2016 e o Plano Safra/Amazonas 2015-2018.

Embora diversos autores argumentem sobre o benefício das práticas aquícolas para aumento de renda de agricultores familiares (BATISTA, 2013; PESTANA; PIE; PILCHOWSKI, 2008), fica evidente as limitações que os sistemas de produção de peixes semi-intensivo possuem em exercer esta função, no contexto desta região. Ao considerar que este sistema de produção é amplamente difundido e fomentado pela ação de políticas públicas e seus órgãos executores, fica evidente a necessidade de revisão do desenho destas para cumprir objetivos de melhorar as condições de vida dos agricultores.

Políticas e instrumentos de gestão para a aquicultura são sempre muito difíceis de serem estabelecidas de maneira eficaz, devido à multiplicidade de tipos e técnicas de aquicultura existentes, bem como, pela complexidade dos ambientes naturais e institucionais envolvidos nos lugares interessantes para o desenvolvimento de atividades e empreendimentos aquícolas (TIAGO; GIANESELA, 2005). Há ainda, a problemática da expansão da aquicultura por meio da disseminação de pacotes tecnológicos, apenas numa vertente voltada ao agronegócio, que se contrapõe aos conceitos de produção sustentável (SILVA, 2017).

A unidade familiar pode ser considerada como uma fomentadora do desenvolvimento, de acordo com Sachs (2008), ao afirmar que: “as unidades familiares detêm uma reserva potencial de tempo e de trabalho a ser aproveitada como uma verdadeira reserva de desenvolvimento”. Entretanto, para a concretização desta potencialidade, em realidade se faz necessária a utilização de tecnologias apropriadas, a disponibilização de infraestrutura, o acesso ao conhecimento, o acesso ao crédito e aos mercados, além do acesso à terra por meio das políticas públicas (DEBUS, 2016). Assim sendo, ao se levar em conta que o principal sistema de produção disseminado na região, tem como característica a intensa dependência de insumos industrializados e suas oscilações de custo, esta condição associada a ausência de medidas protetivas de preço e de acesso a mercados, expõem os agricultores, envolvidos na produção de peixes em Humaitá, a uma condição desfavorável para obtenção de renda com a atividade.

## CONCLUSÕES

A evidente limitação da piscicultura semi-intensiva em melhorar a renda de agricultores familiares indica a necessidade de revisão das práticas de disseminação de técnicas de produção piscícola nesta região. Este sistema de produção coloca os agricultores susceptíveis às oscilações mercadológicas, claramente comprometendo a capacidade desta atividade em melhorar a renda das famílias, em função da instabilidade dos custos de produção. Sendo assim,

faz-se urgente a revisão dos modelos de produção a serem fomentados pelas políticas públicas por meio de financiamentos, fornecimento de suprimentos e da extensão rural.

Neste contexto, a viabilidade da prática fica condicionada à dependência de produtos industrializados, que, nesse caso, tem transformado estes agricultores em consumidores. Além disso, a ausência de medidas de regulação de preços, como planejamento coletivo de produção e de melhoria das condições de acesso a mercados, têm comprometido a capacidade da atividade em melhorar a renda e, por conseguinte, as condições socioeconômicas dos agricultores que produzem pescado na região.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARONE, R. S. C.; SILVA, H. J. T. **Ativos da aquicultura**. São Paulo: CNA Brasil, junho de 2017. (Ano 3, edição 13).

BATISTA, A. **A contribuição da piscicultura para as pequenas propriedades rurais em Dourados – MS**. 2013. 94f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto Radambrasil, Purus**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1978.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 20 fev. 2022.

BRAUN, E. G.; RAMOS, J. R. A. Estudo agroecológico dos campos Puciarí-Humaitá (Estado do Amazonas e Território Federal de Rondônia). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 04, p. 443-497, 1959.

BUENO, G. W.; OSTRENSKY, A. CANZI, C.; MATOS, F. T.; ROUBACH, R. Implementation of aquaculture parks in Federal Government Waters in Brazil. **Rev. Aquicult.**, São Paulo, v. 7, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/raq.12045>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CARVALHO, R. S. **Empreendimentos aquícolas regulares e sustentáveis**. 2016. 44f. Monografia (Especialização em Direito Ambiental) – Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Ambiental, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

DEBUS, D. **Diagnóstico da piscicultura na agricultura familiar dos municípios de Toledo – PR e Maripá – PR**. 2016. 80f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

DEBUS, D.; RIBEIRO FILHO, G.V.; BERTOLINI, G.R.F. Análise de estudos realizados sobre gestão financeira na piscicultura familiar. **Custos e @gronegocioonline**, [s. l.], v. 12, p. 215-230, 2016.

FREITAS, H. A.; PESSEDA, L. C. R.; ARAVENA, R.; GOUVEIA, S. E. M.; RIBEIRO, A. S.; BOULET, R. Florestas x Savanas no passado na Amazônia. **Ciência Hoje**, São Paulo, n. 32, p. 40-46, 2002.

IBGE. Densidade demográfica 2016. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [//http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130170&search=amazonas|humaita](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130170&search=amazonas|humaita). Acesso em: 13 de abr. 2017.

INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural 2013. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, Brasília, DF, 2013. Disponível em [https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/indices\\_basicos\\_2013\\_por\\_municipio.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf). Acesso em: 05 de maio 2021.

LACKI, P. **Desenvolvimento agropecuário**: da dependência ao protagonismo do agricultor. Brasília, DF: FAO, 1995.

LIMA, C. A. S. **Caracterização e diagnóstico do perfil socioeconômico da piscicultura no estado do Amazonas**. 2018. 237f. Dissertação (Mestrado em Ciências Pesqueiras) – Programa de Pós-Graduação em Aquicultura, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

MARTINS, R. X. **Metodologia de pesquisa**: guia de estudos. Lavras: UFLA, 2013.

MORO, G. V.; RODRIGUES, A. P. O. **Rações para organismos aquáticos**: tipos e formas de processamento. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2015.

MOYSÉS, G. L. R.; MOORI, R. G. Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: ENEGEP, 2007. p. 1-13.

MPA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: Ministério da Pesca e Aquicultura. Amazônia, Aquicultura e Pesca, 2019.

NACHILUK, K.; OLIVEIRA, M. D. M. Custo de produção: uma importante ferramenta gerencial na agropecuária. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, n. 7, p. 1-7, 2012.

OLIVEIRA, A. M.; SILVA, M. N. P., ALMEIDA-VAL, V. M. F.; VAL, A. L. Caracterização da atividade de piscicultura nas mesorregiões do estado do Amazonas, Amazônia Brasileira. **Revista Colombiana Ciência Animal**, Bogotá, vol. 4, n. 1, p. 154-162, 2012.

PANTOJA-LIMA, J.; SANTOS, S. M. S.; OLIVEIRA, A. T.; ARAUJO, R. L.; SILVA, J. A. L.; ARIDE, P. H. R. Pró-rural aquicultura: relatos das principais ações de extensão tecnológica e um panorama do setor aquícola do Estado do Amazonas, Brasil. **Nexus Revista de Extensão do IFAM**, Manaus, v. 1, n.1, p. 36-46, 2015.

PAULA, F. G. **Desempenho do tambaqui (*Colossoma macropomum*), de pirapitinga (*Piaractus brachypomum*), e do híbrido tambatinga (*C. macropomum* x *P. brachypomum*) mantidos em viveiros fertilizados, na fase de engorda**. 2009. 69f. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PESTANA, D.; PIE, M. R.; PILCHOWSKI, R. W. Organização e administração do setor para o desenvolvimento da aquíicultura. *In*: OSTRENSKY, A.; BORGHETTI, J. R.; SOTO, D. (Ed.). **Aquíicultura no Brasil: o desafio é crescer**. Brasília: FAO, 2008. p. 276-298.

SÁ, G. G. **Avaliação da sustentabilidade do projeto de piscicultura familiar: o caso da comunidade Malhada - Pentecoste – Ceará**. 2013. 137f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluído, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SENAR. **Piscicultura: alimentação**. Brasília, DF: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2019.

SILVA, L. J. S.; PINHEIRO, J. O. C.; CRESCÊNCIO, R.; CARNEIRO, E. F.; PEREIRA, B. P.; BRITO, V. F. S. Tecnologia e desenvolvimento rural: aspectos do cultivo de tambaqui no município de Rio Preto da Eva, AM. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 3, n. 10, p. 170-196, 2018.

- SILVA, L. E. S.; GALÍCIO, G. S. Alimentação de peixes em piscicultura intensiva. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 8, n. 15, p. 49-62, 2012.
- SILVA, N. A. **Caracterização de impactos gerados pela piscicultura na qualidade da água**: estudo de caso na bacia do Rio Cuiabá/MT. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em Física e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Física e Meio Ambiente, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.
- SILVA, W. L. M. **As políticas da administração pública para a aquicultura no estado do Amazonas**: avaliação dos aspectos ambientais, econômicos e sociais. 2017. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, 2017.
- SUFRAMA. Estudo de Potencialidades – Estudo de Viabilidade Econômica. **Piscicultura**, Manaus, v. 8, p. 1-18, 2003.
- TEIXEIRA, E. A.; FARIA, P. M. C.; RIBEIRO, L. P.; SOUZA, S. A. Sistemas de produção na piscicultura. **Revista Brasileira de Reprodução Animal**, Belo Horizonte, v.30, n.3/4, p.86- 99, jul./dez. 2006.
- TIAGO, G.G.; GIANESELLA, S. M. F. O uso da água pela aquicultura: estratégias e ferramentas de implementação de gestão. **B. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 1-7, 2003.
- TIERLING, I. M. B. M.; SCHMIDT, C. M. Benefícios da ação coletiva no contexto da agricultura familiar: um estudo na associação de produtores de Corumbataí do Sul – PR. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: CBEO, 2016. p. 1-14.
- TINOCO, S. T. J. **Análise socioeconômica da piscicultura em unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã, SP**. 2006. 73f. Tese (Doutorado em Aquicultura) – Programa de Pós-Graduação em Aquicultura, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2006.

Texto submetido à Revista em 09.03.2021

Aceito para publicação em 23.05.2022



## Relação conceitual entre Economia Circular, Ecologia Industrial e *Cradle to Cradle*: um ensaio teórico

### Conceptual relationship between Circular Economy, Industrial Ecology and *Cradle to Cradle*: a theoretical essay

Milton Jarbas Rodrigues Chagas – Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: milton.rodrigues@ufca.edu.br

Armando de Azevedo Caldeira-Pires – Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL), Portugal. Professor Titular da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: armandcp@unb.br

#### Resumo

Dentre os conceitos que têm por objeto a compreensão de fluxos de materiais e energia em um processo industrial, objetivando a adoção de práticas sustentáveis, destacam-se a Ecologia Industrial, o *Cradle to Cradle* e a Economia Circular. Neste sentido, este artigo objetiva verificar as relações entre os conceitos e as características da Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular, investigando as principais diferenças e semelhanças existentes entre eles. Realizou-se um ensaio teórico, no qual foram analisados os conceitos e as características, além da realização de uma pesquisa na base de dados *Scopus*, utilizando-se dos termos: “*Circular Economy*” and “*Cradle to Cradle*” and “*Industrial Ecology*”. Como resultados verificou-se que há relação entre os três conceitos analisados no que se refere à análise de fluxos de materiais e energia em processos industriais, compreendendo todo o ciclo de vida, desde a etapa de *design* do produto até a reinserção do material de volta ao sistema.

#### Abstract

Among the concepts that have as object the understanding of material and energy flows in an industrial process, aiming at the adoption of sustainable practices, we highlight the Industrial Ecology, *Cradle to Cradle* and Circular Economy. In this sense, this article aims to verify the relationships between the concepts and characteristics of Industrial Ecology, *Cradle to Cradle* and Circular Economy, investigating the main differences and similarities between them. A theoretical essay was carried out, in which the concepts and characteristics were analyzed, in addition to conducting a search in the *Scopus* database, using the terms: “*Circular Economy*” and “*Cradle to Cradle*” and “*Industrial Ecology*”. As a result, it was found that there is a relationship between the three concepts analyzed with regard to the analysis of material and energy flows in industrial processes, comprising the entire life cycle, from the product design stage to the reinsertion of the material back to the system.

#### Palavras-chave

Economia Circular. *Cradle to Cradle*. Ecologia Industrial. Energia.

#### Keywords

Circular Economy. *Cradle to Cradle*. Industrial Ecology. Energy.

## INTRODUÇÃO

Bursztyn e Bursztyn (2012) já apontavam que um dos elementos cruciais para compreender os problemas atuais da humanidade é o esforço de promover um entrosamento do olhar econômico com a dimensão ambiental. O sistema econômico interage com o meio ambiente, extraindo recursos naturais fundamentais e despejando dejetos (MÜELER, 2012).

A preocupação com a redução dos impactos ambientais e, ao mesmo tempo, a busca constante pela eficiência no setor produtivo, atendendo às demandas sociais e implementando ações sustentáveis, faz com que gestores estabeleçam modelos de negócios que integrem a busca por resultados positivos, associados à manutenção do capital natural, por meio de políticas de sustentabilidade (COBO; DOMINGUEZ-RAMOS; IRABIEN, 2017).

De acordo com Geissdoerfer *et al.* (2017), espera-se que um sistema econômico minimize a entrada e o desperdício de recursos, a emissão e o vazamento de energia do sistema e mitigue os impactos negativos, sem comprometer o crescimento e a prosperidade.

Para Sandin e Peters (2018), atualmente, vive-se em uma economia de materiais amplamente linear, na qual o uso de recursos naturais é caracterizado pela seguinte sequência: extrair – produzir – usar – descartar. Os mesmos autores argumentam que devido ao aumento da população e da riqueza, além da capacidade limitada do planeta de fornecer recursos e absorver resíduos, necessita-se de uma transição para uma forma mais circular de uso de materiais.

Para Merli, Preziosi e Acampora (2018), a definição de Economia Circular (EC) não é estática e contém um amplo conjunto de princípios e propostas que foram formulados nas últimas décadas, tais como: “design regenerativo” (LYLE, 1994), “economia de desempenho” (STAHEL, 2008), “Cradle-to-Cradle” (BRAUNGART; MCDONOUGH; BOLLINGER, 2007) e “ecologia industrial” (ERKMAN, 1997). Outros conceitos relacionados à Economia Circular são “Economia Espiral” (HARWOOD, 2017), “double loop” (ARGYRIS, 1976), “closed-loop” (BOCKEN *et al.*, 2016), logística reversa (ROGERS; TIBBEN-LEMBKE, 1998), “análise do ciclo de vida” (SEO; KULAY, 2006), “upcycle” (ZIMRING, 2016) e “simbiose industrial” (CHERTOW, 2000).

Para Kirchherr, Reike e Hekkert (2017), mesmo com a publicação de diversos estudos nos últimos anos, há a necessidade de mais pesquisa sobre o desenvolvimento conceitual da EC, devido à grande dispersão conceitual. A Economia Circular foi conceituada considerando que o crescimento econômico leva à degradação ambiental e à superexploração dos recursos naturais, reduzindo a capacidade reprodutiva da biosfera (LIEDER; RASHID, 2016).

O estudo de Sehnem e Pereira (2019) esclarece as diferenças semânticas e conceituais dos termos: Economia Circular, Economia Espiral, *Cradle to Cradle*, *double loop*, *closed-loop*, logística reversa, análise do ciclo de vida, *upcycle* e simbiose industrial. Já Bacovis (2019) realizou uma revisão sistemática da literatura sobre Economia circular, sintetizando-a por meio de mapas conceituais.

Este artigo se diferencia dos anteriores por propor a compreensão de como os conceitos de Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular se relacionam, investigando as principais diferenças e semelhanças existentes entre eles. A escolha dos três conceitos para análise ocorreu uma vez que o objeto de investigação dos mesmos está relacionado à visão sistêmica da produção, repensando todo o sistema operativo, formando uma nova estrutura econômica (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2016).

A partir da identificação de semelhanças e diferenças conceituais será possível contribuir na compreensão sobre cada conceito, auxiliando na análise e definição de ações que objetivem reduzir o impacto ambiental e promover o desenvolvimento econômico e social.

Este artigo busca responder a seguinte questão problema: qual a relação entre os conceitos de Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular? Para tanto, aborda nas próximas seções o referencial teórico, visando melhor compreender os conceitos, seguido pelo método, a análise de resultados e as considerações finais.

## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa tem características quali-quantitativa, uma vez que apresenta a quantidade de artigos publicados sobre a temática em estudo e, em seguida, analisa os aspectos conceituais e as relações existentes entre as abordagens da Economia Circular, Ecologia Industrial e *Cradle to Cradle*.

Foi realizada uma revisão sistemática, seguindo rigorosamente um método em sua elaboração. O levantamento da quantidade de artigos publicados ocorreu na base de dados *Scopus*, uma vez que esta contém uma quantidade abrangente de periódicos nacionais e regionais. As palavras-chave utilizadas foram: *Circular Economy or Industrial Ecology or Cradle to Cradle*. O intuito foi identificar a finalidade e o objetivo da utilização destes conceitos como embasamento teórico nas pesquisas já realizadas.

A busca ocorreu no mês de maio de 2020, considerando artigos em todos os idiomas. Neste tópico foram analisados os estudos que utilizaram os termos Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular. Por meio de uma

bibliometria, foram identificados 6.199 artigos publicados, contendo uma ou mais das palavras chaves pesquisadas.

Limitando a busca pelas palavras-chave e o operador booleano *and*: *Circular Economy and Industrial Ecology and Cradle to Cradle*, foram encontrados 11 artigos contendo as três palavras-chave simultaneamente. A apresentação dos dados descritivos está na seção de análise de resultados.

Após a identificação dos artigos, procedeu-se a análise dos conceitos, considerando também os autores expostos no referencial teórico. A análise ocorreu por meio do ensaio, o qual é caracterizado pela sua natureza reflexiva e interpretativa, concentrando-se na relação quantitativa *versus* qualitativa (MENEGHETTI, 2011).

Foram definidas categorias de análise, de modo a identificar as semelhanças e diferenças conceituais de cada abordagem. Essas categorias foram: objeto, modelo de produção e consumo, objetivo/finalidade, metodologia/visão, atores impactados e relações estabelecidas. A análise está demonstrada na próxima seção.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ECOLOGIA INDUSTRIAL

A Ecologia Industrial se preocupa, principalmente, com o rastreamento de fluxos e estoques de substâncias e materiais, principalmente, aqueles cujos ciclos são fortemente influenciados pelas atividades industriais, como base para reduzir o impacto do processo produtivo no meio ambiente (DUCHIN; HERTWICH, 2003).

A Ecologia Industrial, conforme Lifset e Graedel (2002), é industrial, uma vez que se concentra no *design* de produtos e nos processos de fabricação. As indústrias são consideradas agentes de melhoria ambiental, visto que possuem o conhecimento tecnológico essencial para a execução bem-sucedida de projetos e produtos ambientalmente informados.

É também ecológica por utilizar modelos de ecossistemas biológicos como modelos de atividades industriais, assim como os sistemas econômicos são vistos não isoladamente dos sistemas circundantes, mas em conjunto com eles (LIFSET; GRAEDEL, 2002).

De acordo com Graedel e Allenby (1995), a Ecologia Industrial corresponde ao estudo dos fluxos de materiais e de energia por meio de sistemas industriais. Frosch e Gallopoulos (1989) argumentam que a Ecologia Industrial

adota um olhar sobre os ecossistemas “naturais” não humanos como modelos para a atividade industrial.

É possível observar que a abordagem da Ecologia Industrial surge no intuito de considerar a adoção de estratégias nas quais haja a reinserção dos resíduos produzidos novamente no sistema. Nota-se que a análise dos insumos, matérias-primas e processos, além da inserção de recursos naturais no processo industrial, é necessária tanto no planejamento de bens e serviços como no reaproveitamento e reuso dos seus componentes na fabricação de novos bens e serviços.

A Ecologia Industrial, com as suas ferramentas, pode auxiliar na transição de uma economia linear para uma economia circular, uma vez que compreende o estudo não apenas das variáveis econômicas, mas da influência do ecossistema ambiental no processo produtivo (SAAVEDRA *et al.*, 2018).

Conforme Ayres e Ayres (2002), a Ecologia Industrial concentra-se tanto no *design* de produto e nos processos de fabricação, assim como na indústria como a porção da sociedade que mais produz bens e serviços. As indústrias utilizam tecnologia tanto para a redução da deterioração de recursos como para a melhoria contínua dos processos.

É possível, neste sentido, inferir que a utilização da Ecologia Industrial, na análise das relações industriais e de consumo, verificando o fluxo de massa e energia, é fundamental para a gestão com maior eficiência dos processos e a redução de externalidades negativas, ou seja, os resíduos podem ser analisados no processo fabril, no consumo/uso dos bens e no seu descarte. Os impactos negativos correspondem à poluição de solo, água e emissão de gases de efeito estufa.

## 2.2 CRADLE TO CRADLE

Outro conceito que se relaciona no contexto industrial é o chamado *Cradle to Cradle* (C2C), o qual pode ser traduzido como “do berço ao berço”, e é responsável por designar uma estrutura de produção que visa a qualidade do produto e a inovação (MCDONOUGH; BRAUNGART, 2002). Quando se planeja um produto desde sua concepção até o aproveitamento dos seus componentes após uso, busca-se reduzir o impacto no meio ambiente e a ampliação de possibilidades mercadológicas.

O *Cradle to Cradle* apresenta um conceito alternativo de *design* e produção para estratégias de emissão zero de resíduos e “ecoeficácia”, que buscam reduzir as consequências negativas não intencionais dos processos de produção e consumo de bens, incorporando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Esses aspectos

vão desde a redução na extração de matérias-primas e da emissão de gases de efeito estufa, assim como a fabricação de produtos recicláveis de maior acesso à população com menor renda.

A transição para sistemas industriais “ecoeficazes” requer um processo de eliminação de substâncias indesejáveis, reinventando os produtos, apoiando simultaneamente sistemas ecológicos e sociais (BRAUNGART; MCDONOUGH; BOLLINGER, 2007). Sistemas ecológicos, no sentido de reaproveitamento de materiais, e sociais, no que se refere à educação quanto ao consumo consciente.

Para Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2016), o *Cradle to Cradle* é uma plataforma de inovação paradigmática, uma vez que visa substituir o modelo atual de uso e descarte por um novo sistema industrial, no qual materiais retornam ao ciclo produtivo infinitas vezes. É inspirado no modelo da natureza e objetiva estimular um método de produção inteligente e sem desperdícios.

### 2.3 ECONOMIA CIRCULAR

A introdução do conceito de Economia Circular é atribuída a Pearce e Turner (1990), e está intimamente ligado ao conceito de sustentabilidade (GEISSDOERFER *et al.*, 2017), uma vez que busca o desenvolvimento econômico com redução dos impactos ambientais (YUAN; BI; MORIGUICHI, 2006).

Para Haas *et al.* (2015), a Economia Circular (EC) é uma estratégia simples, mas convincente, que visa reduzir tanto a entrada de materiais virgens quanto a produção de resíduos, fechando *loops* econômicos e ecológicos de fluxos de recursos. A ideia de uma economia circular envolve que o valor e a utilidade dos produtos sejam estendidos e que a produção e o consumo sejam utilizados como recursos secundários (MAYER *et al.*, 2019).

Sauvé, Bernard e Sloan (2016) argumentam que a Economia Circular tem por objetivo otimizar o uso de recursos virgens e reduzir a poluição e o desperdício em cada etapa do processo produtivo, na medida do possível e desejável. A constante adaptação, regeneração, recriação e inovação em termos de práticas sustentáveis geram conceitos que agregam e congregam elementos que têm o potencial para produzir efeitos substantivos sobre a sustentabilidade (SEHNEM; PEREIRA, 2019).

Conforme Saavedra *et al.* (2018), a Economia Circular representa, atualmente, uma opção viável para países, governos, universidades e sociedades, capaz de transformar os materiais lineares e semicirculares e os fluxos de energia em fluxos circulares, obtendo benefícios sustentáveis por meio do aproveitamento dos materiais destinados à produção, reduzindo o desperdício e o impacto ambiental.

De acordo com Lewandowski (2016), o conceito geral implícito na Economia Circular foi desenvolvido por muitas escolas de pensamento, tais como *Design* Regenerativo, Economia de Desempenho, *Cradle to Cradle*, Ecologia Industrial, Biomimética, Economia Azul, Capitalismo Natural, Metabolismo Industrial e Simbiose Industrial (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2012, 2013; LOVINS; LOVINS; HAWKEN, 1999; AYRES; SIMONIS, 1994), sendo essas escolas complementares entre si e basilares para os principais fundamentos dessa nova abordagem econômica.

Uma Economia Circular visa transformar o lixo de volta em recurso, invertendo a tendência linear dominante de extração, processamento, consumo/uso, finalizando com o descarte das matérias-primas. O objetivo final da Economia Circular é o de preservar os recursos naturais, mantendo o crescimento econômico e minimizando os impactos ambientais (GHISELLINI; CIALANI; ULGIATI, 2016; LIEDER; RASHID, 2016).

A Economia Circular é uma abordagem que transforma a função dos recursos na economia. O desperdício das fábricas se torna um insumo valioso para outro processo, podendo os produtos serem reparados, reutilizados ou atualizados ao invés de descartados. A ideia de uma economia circular corresponde a produção mínima de resíduos, os quais, se gerados, se tornam uma matéria-prima. O desperdício e o melhor uso de recursos, ao transitar de um modelo linear para o circular, apresentam-se como impulsionadores do seu desenvolvimento (WYSOKINSKA, 2018; GEISSDOERFER *et al.*, 2017; NIERO *et al.*, 2017; ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2012; EL-HAGGAR, 2007).

Para Pomponi e Moncaster (2017), a principal inovação dentro da ideia de uma EC consiste em desassociar o esgotamento e o crescimento do consumo de recursos, permitindo, com isso, que haja desenvolvimento econômico e rentabilidade cada vez maiores, sem que exista uma pressão crescente sobre o meio ambiente. Para Sauvé, Bernard e Sloan (2016), a EC é conceituada como um modelo de produção e consumo de bens por meio de fluxos de materiais de circuito fechado que analisam externalidades ambientais ligadas à extração de recursos virgens e à geração de resíduos, inclusive a poluição.

De acordo com Murray, Skene e Haynes (2017), a Economia Circular é considerada como sendo um modelo econômico onde planejamento, recursos, compras, produção e reprocessamento são projetados e gerenciados, tanto como processo como em resultados, para maximizar o funcionamento do ecossistema e o bem-estar humano.

Andersen (2007) afirma que a EC aborda as interligações das quatro funções econômicas do meio ambiente: 1) ser um sistema fundamental de suporte à vida;

2) proporcionar qualidade de vida; 3) ser base para o fornecimento de recursos; e 4) receber os descartes de materiais provenientes das atividades econômicas. McDonough *et al.* (2003) classificam a Economia Circular como um sistema que se alimenta de energia renovável, cujos materiais avançam em circuitos fechados, seguros e regenerativos.

Kirchherr, Reike e Hekkert, (2017) analisaram 114 definições de EC e puderam concluir que é descrita, mais frequentemente, como uma combinação de atividades de redução, reutilização e reciclagem. Além disso, os autores concluíram que nos trabalhos analisados, raramente, dá-se enfoque à necessidade de mudança sistêmica que a EC necessita.

De acordo com Geisendorf e Pietrulla (2017), o conceito de Economia Circular vem ganhando cada vez mais atenção dos *policy makers*, da academia e da indústria. No entanto, ainda falta uma definição amplamente aceita e precisa de uma EC, uma vez que o seu conceito é aplicado de diferentes maneiras pelas partes interessadas, dependendo de seus interesses específicos (MURRAY; SKENE; HAYNES. 2017).

Conforme Cobo, Dominguez-Ramos e Irabien (2017), um sistema circular integrado de gestão de resíduos deve abranger os subsistemas que conectam a transformação de matérias-primas em resíduos com o subsistema de tratamento de resíduos, de modo que as consequências da recirculação dos materiais nos subsistemas possam ser totalmente contabilizadas.

A Fundação Ellen MacArthur (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2017) elenca três princípios para uma economia circular: 1) preservar e aprimorar o capital natural, controlando estoques finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis; 2) otimizar o rendimento de recursos, fazendo circular produtos, componentes e materiais em uso no mais alto nível de utilidade; e 3) estimular a efetividade do sistema, revelando e excluindo as externalidades negativas.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

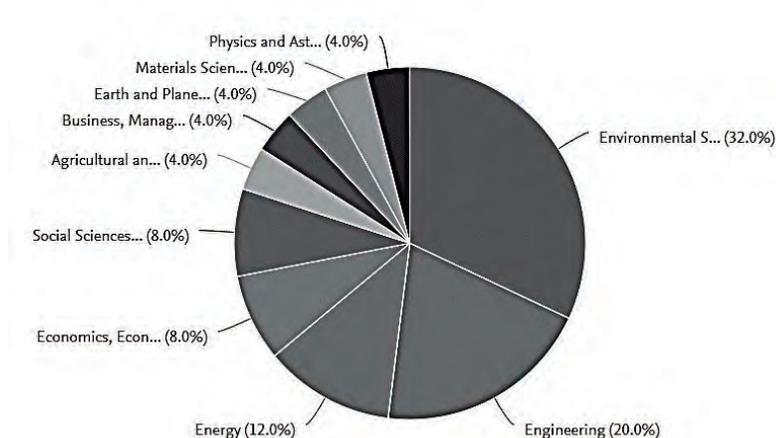
Neste tópico é apresentado o quantitativo de artigos pesquisados, envolvendo as palavras-chave *Circular Economy*, *Industrial Ecology* e *Cradle to Cradle*, assim como as relações e diferenças conceituais entre os termos citados.

Inicialmente, foram identificados 6.199 artigos publicados, contendo uma ou mais das palavras-chave pesquisadas. Destaca-se que, a partir de 2006, houve

um aumento de publicações, as quais utilizavam as abordagens da Economia Circular, Ecologia Industrial e *Cradle to Cradle*, com destaque para o ano de 2019 com 1.396 publicações. No ano de 2020, considerando ainda não concluso, já havia 870 pesquisas publicadas.

Visando analisar os estudos que utilizaram os termos EC, C2C e EI juntos, na mesma pesquisa, foi realizada uma busca na base de dados *Scopus* com as seguintes palavras-chave e o operador booleano “and”: *Circular Economy and Industrial Ecology and Cradle to Cradle*. Foram encontrados 11 artigos contendo as três palavras-chave simultaneamente. Inicialmente, verifica-se, conforme Figura 1, que a maior parte dos artigos publicados está vinculada à área temática de Ciência Ambiental (32%), seguida da Engenharia (20%) e Energia (12%). Pode-se observar que os estudos estão direcionados com a preocupação dos impactos ambientais.

Figura 1 – Áreas Temáticas vinculadas aos termos *Circular Economy and Industrial Ecology and Cradle to Cradle*



Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Os dados referentes aos títulos dos artigos, nome dos autores, ano de publicação e os nomes dos periódicos onde foram publicados estão elencados no Quadro 1. É possível perceber que as publicações, envolvendo os três termos pesquisados, iniciaram a partir de 2013, sendo o ano de 2018 o que possui o maior número delas. Dentre os periódicos, a maior quantidade de publicações ocorreu no *Journal of Cleaner Production* e no *Resources, Conservation and Recycling*, com duas publicações em cada um deles. Os autores Niero e Olsen tiveram duas publicações cada, observando que as duas foram realizadas em conjunto.

Quadro 1 – Relação de artigos, autores, anos e periódicos contendo as palavras Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular

	<b>TÍTULO DO ARTIGO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>ANO PUB.</b>	<b>PERIÓDICO</b>
01	Making the circular economy work for human development	Schröder P., Lemille A., Desmond P.	2020	Resources, Conservation and Recycling
02	Circular economy – From review of theories and practices to development of implementation tools	Kalmykova Y., Sadagopan M., Rosado L.	2018	Resources, Conservation and Recycling
03	Renewable energy and carbon management in the Cradle-to-Cradle certification: Limitations and opportunities	Niero M., Olsen S.I., Laurent A.	2017	Journal of Industrial Ecology
04	Antioxidant activity of citrus peel and seeds extracts	Damian C.	2018	International Multidisciplinary Scientific Conference Surveying Geology and Mining Ecology Management, SGEM
05	Analyzing and Measuring Circularity – Teaching and Industrial Tools by Granta Design	Ashby M., Vakhitova T.	2018	MRS Advances
06	Combining Eco-Efficiency and Eco-Effectiveness for Continuous Loop Beverage Packaging Systems: Lessons from the Carlsberg Circular Community	Niero M., Hauschild M.Z., Hoffmeyer S.B., Olsen S.I.	2017	Journal of Industrial Ecology
07	Extraction and utilisation of bioactive compounds from agricultural waste	Azeez S., Narayana C.K., Oberoi H.S.	2017	Utilisation of Bioactive Compounds from Agricultural and Food Production Waste
08	Life Cycle Assessment from food to food: A case study of circular economy from cruise ships to aquaculture	Strazza C., Magrassi F., Gallo M., Del Borghi A.	2015	Sustainable Production and Consumption
09	Integrated management framework for sustainable cities: Insights into multiple concepts and principles	Baffour Awuah K.G., Booth C.A.	2014	WIT Transactions on Ecology and the Environment

	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	ANO PUB.	PERIÓDICO
10	Current options for the valorization of food manufacturing waste: A review	Mirabella N., Castellani V., Sala S.	2014	Journal of Cleaner Production
11	Strategies and ecosystem view for industrial sustainability	Despeisse M., Ball P.D., Evans S.	2013	Re-Engineering Manufacturing for Sustainability – Proceedings of the 20th CIRP International Conference on Life Cycle Engineering

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Dos 11 artigos analisados, o mais recente deles foi publicado no ano de 2020 por Schröder, Lemille e Desmond (2020), inovando no seu objetivo ao visar re-conceitualizar Economia Circular e avançar nas suas aplicações práticas em direção a uma abordagem mais ampla do desenvolvimento em geral e, mais particularmente, combiná-la com a abordagem para o desenvolvimento humano.

Ao considerar todos os humanos como parte de um sistema circular mais amplo, possibilita a conexão entre o desenvolvimento humano, a economia e o ambiente natural, construindo as bases de sociedades circulares e inclusivas, que ajudarão a atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SCHRÖDER; LEMILLE; DESMOND, 2020).

As principais relações observadas nos estudos, referentes à utilização dos termos Economia Circular, *Cradle to Cradle* e Ecologia Industrial, foram as seguintes:

1) Descrição de forma cronológica das abordagens, demonstrando uma evolução com início no conceito de Ecologia Industrial e *Cradle to Cradle* até chegar à definição de Economia Circular (SCHRÖDER; LEMILLE; DESMOND, 2020; KALMYKOVA; SADAGOPAN; ROSADO, 2018; DAMIAN, 2018; ASHBY; VAKHITOVA, 2018; NIERO *et al.*, 2017; AZEEZ; NARAYANA; OBEROI, 2017; STRAZZA *et al.*, 2015; BAFFOUR AWUAH; BOOTH, 2014; MIRABELLA; CASTELLANI; SALA, 2014; DESPEISSE; BALL; EVANS, 2013);

2) Elenca princípios advindos da Ecologia Industrial e que se ampliam até a abordagem da Economia Circular (SCHRÖDER; LEMILLE; DESMOND, 2020; KALMYKOVA; SADAGOPAN; ROSADO, 2018; NIERO; OLSEN; LAURENT, 2018; DAMIAN, 2018; AZEEZ; NARAYANA; OBEROI, 2017;

STRAZZA *et al.*, 2015; BAFFOUR AWUAH; BOOTH, 2014; MIRABELLA; CASTELLANI; SALA, 2014; DESPEISSE; BALL; EVANS, 2013);

3) Utilização destes conceitos para contrapor o modelo linear de produção industrial, o qual extrai, produz e descarta, com uma preocupação no ciclo de vida dos produtos (SCHRÖDER; LEMILLE; DESMOND, 2020; KALMYKOVA; SADAGOPAN; ROSADO, 2018; NIERO; OLSEN; LAURENT, 2018; DAMIAN, 2018; ASHBY; VAKHITOVA, 2018; NIERO *et al.*, 2017; STRAZZA *et al.*, 2015; BAFFOUR AWUAH; BOOTH, 2014; DESPEISSE; BALL; EVANS, 2013);

4) Narrativas que visam identificar o que necessita ser ampliado, melhorado ou inserido nos conceitos dos termos analisados, de modo a torná-los mais completos (SCHRÖDER; LEMILLE; DESMOND, 2020; ASHBY; VAKHITOVA, 2018; AZEEZ; NARAYANA; OBEROI, 2017; BAFFOUR AWUAH; BOOTH, 2014);

5) Análise teórico-conceitual (estado da arte) de modo a subsidiar uma aplicação prática da Economia Circular, seja por meio de políticas públicas, melhoria de processos, análise de indicadores socioambientais, além do desenvolvimento de novas ferramentas com foco na sustentabilidade e na mensuração da circularidade (KALMYKOVA; SADAGOPAN; ROSADO, 2018; NIERO; OLSEN; LAURENT, 2018; DAMIAN, 2018; ASHBY; VAKHITOVA, 2018; NIERO *et al.*, 2017; AZEEZ; NARAYANA; OBEROI, 2017; STRAZZA *et al.*, 2015; MIRABELLA; CASTELLANI; SALA, 2014);

6) Disseminação da Economia Circular como agenda política de ações governamentais, baseadas em princípios da Ecologia Industrial e do *Cradle to Cradle* (KALMYKOVA; SADAGOPAN; ROSADO, 2018; DAMIAN, 2018; ASHBY; VAKHITOVA, 2018; STRAZZA *et al.*, 2015);

7) Análise das limitações do *Cradle to Cradle* quando comparado à Economia Circular e à Ecologia Industrial, com foco em critérios de certificações e definição de cenários (NIERO; OLSEN; LAURENT, 2018; NIERO *et al.*, 2017; DESPEISSE; BALL; EVANS, 2013).

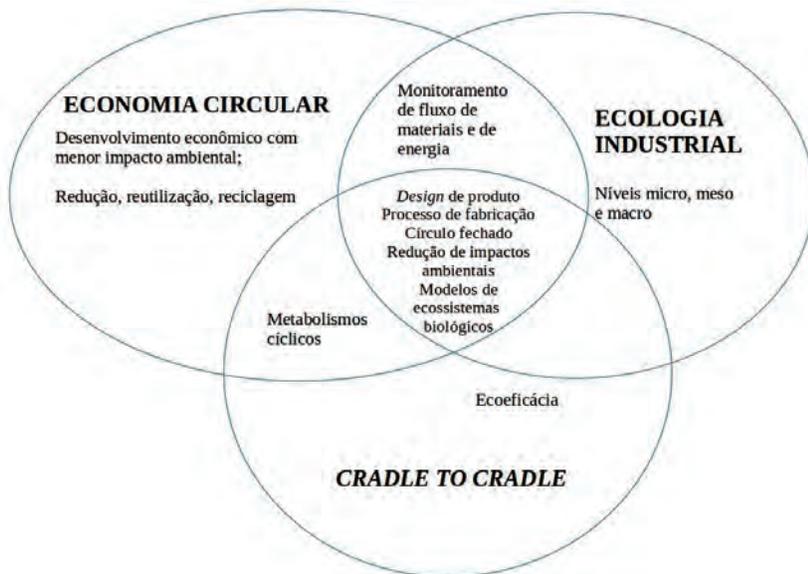
Por meio da análise destes artigos foi possível verificar, quantitativamente, o número de publicações e identificar as relações e os conceitos de Economia Circular, *Cradle to Cradle* e Ecologia Industrial.

Após a exposição dos conceitos, relativos às abordagens da Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular; é possível identificar, na Figura 2, categorias de análise que demonstram as principais semelhanças e diferenças, assim como o foco principal de cada uma destas abordagens, de acordo com os autores elencados no referencial teórico e os identificados após a revisão sistemática.

Considerando o exposto no Quadro 1, assim como a identificação das principais relações entre Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular, verifica-se que os conceitos se relacionam entre si, apresentando a inserção de elementos e características mais amplas a partir do desenvolvimento de uma nova abordagem.

De acordo com a Figura 2, os conceitos abordados apresentam características semelhantes no que se refere ao *design* de produtos, processo de fabricação, circuitos fechados, redução de impactos ambientais e a utilização de ecossistemas biológicos como modelo para sistemas industriais.

Figura 2 – Resumo da relação entre os conceitos de Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular



Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Após a análise dos conceitos de Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular foi possível apresentar a Figura 2, a qual consegue sintetizar as relações de semelhanças e diferenças entre os três conceitos. Nota-se que os três conceitos abordam temáticas como a redução dos impactos ambientais, os modelos de ecossistemas biológicos, o *design* de produtos, o processo de fabricação e o circuito fechado. Nesse sentido, a discussão central nas três abordagens se refere ao processo de planejamento do produto até a sua utilização e descarte, retornando ao processamento de novos produtos, com uma redução de impactos no meio ambiente.

Quando se analisam as relações dos conceitos de Economia Circular e Ecologia Industrial, percebe-se que o foco central está no monitoramento do fluxo de materiais e energia, destacando o uso eficiente dos materiais e energia envolvidos no processo produtivo. Na relação entre Economia Circular e *Cradle to Cradle*, destaca-se a ênfase nos metabolismos cíclicos.

Inicialmente, a abordagem da Ecologia Industrial surge com a preocupação de associar os sistemas produtivos de acordo com os ecossistemas biológicos, ou seja, reduzir o impacto ambiental e mensurar, nos processos produtivos, o fluxo de massa e energia. Em seguida, a abordagem *Cradle to Cradle* acrescenta o elemento da “ecoeficácia”, com foco não apenas na minimização dos impactos ambientais, mas também destacando os impactos econômicos e sociais.

Os princípios adotados na Ecologia Industrial são ampliados no *Cradle to Cradle*, a exemplo da inserção de energias renováveis e a qualidade dos materiais envolvidos na produção. A Economia Circular é uma abordagem mais recente e ainda com um conceito em construção, no entanto, é possível observar que a mesma busca ampliar os conceitos já existentes, inserindo atores governamentais, da sociedade e da indústria, com objetivo de aproveitar ao máximo a utilidade de um bem ou serviço, gerando desenvolvimento regional e mudando a cultura de extração e consumo de bens e serviços.

As categorias de análise estão descritas no Quadro 2 e, como pode-se observar, as semelhanças entre os conceitos são maiores que as diferenças entre cada abordagem, isso implica na construção e aperfeiçoamento de conceitos que se ampliam a partir da aplicação empírica e a necessidade de abordar novos elementos.

Quadro 2 – Categorias analíticas na relação de conceitos de EC, C2C e EI

<b>Categorias</b>	<b>Ecologia Industrial</b>	<b><i>Cradle to Cradle</i></b>	<b>Economia Circular</b>
<b>Objeto</b>	Análise de Fluxo de materiais e energia	Ecoeficácia e inovação	Redução de desperdício
<b>Modelo de produção e consumo</b>	Circular	Circular	Circular
<b>Objetivo/ finalidade</b>	Melhorar o processo de fabricação dos bens/serviços	Melhorar a qualidade dos produtos, aumentando sua utilização	Otimizar o uso de recursos e reduzir o desperdício no processo produtivo (modelo de negócios circulares)

<b>Categorias</b>	<b>Ecologia Industrial</b>	<b><i>Cradle to Cradle</i></b>	<b>Economia Circular</b>
<b>Metodologia/ Visão</b>	Ecossistemas biológicos	Ecossistemas biológicos aliados a ecoeficácia	Ecossistemas biológicos aliados a qualidade do bem e ao desenvolvimento econômico, social e ambiental
<b>Atores impactados</b>	Sociedade, Indústria e Governo	Sociedade, Indústria e Governo	Sociedade, Indústria e Governo
<b>Relações estabelecidas</b>	Extração, produção, consumo e reinserção no sistema	Extração, produção, consumo e reinserção no sistema	Extração, produção, consumo e reinserção no sistema

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Conforme observado no Quadro 2, os conceitos de EI, C2C e EC envolvem características semelhantes em alguns aspectos, como o foco na relação entre sistemas industriais e ecossistemas biológicos, no intuito de otimizar a utilização dos recursos, ao mesmo tempo que há preocupação com a sustentabilidade nos aspectos econômicos, sociais e ambientais; os atores impactados, os quais atuam tanto no consumo como na produção dos bens, além das relações circulares, por meio da extração, produção, consumo e reinserção no sistema e do modelo circular de produção e consumo.

Quanto ao objeto de cada uma das abordagens pesquisadas, nota-se que a Ecologia Industrial visa analisar o fluxo de materiais e energia nos processos produtivos (GRAEDEL; ALLENBY, 1995; AYRES; AYRES, 2002; WEETMAN, 2019); o *Cradle to Cradle* enfoca na ecoeficácia e inovação da produção (MCDONOUGH; BRAUNGART, 2002; BRAUNGART; MCDONOUGH; BOLLINGER, 2007); e a Economia Circular objetiva, dentre outros, a redução do desperdício (YUAN; BI; MORIGUICHI, 2006; EL-HAGGAR, 2007; ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2012; SAUVÉ; BERNARD; SLOAN, 2016; GEISSDOERFER *et al.*, 2017; NIERO *et al.*, 2017 WYSOKINSKA, 2018).

## CONCLUSÕES

Tendo em vista que o objetivo geral deste artigo foi analisar as relações entre os conceitos de Ecologia Industrial, *Cradle to Cradle* e Economia Circular, investigando as principais diferenças e semelhanças existentes entre eles, pode-se

identificar, por meio de categorias analíticas apresentadas, a existência de relação de complementaridade, no que se refere aos objetivos e princípios estabelecidos por estas abordagens. Do mesmo modo, foi possível identificar o que cada conceito aborda e estratifica, para melhor compreensão e auxílio nas discussões conceituais, as categorias estabelecidas entre as abordagens estudadas.

Destaca-se que, dentre os autores utilizados neste estudo para discutir os conceitos relativos às três abordagens pesquisadas, existe semelhança quanto à sistematização dos conceitos nos estudos, elencando-os em ordem cronológica de modo a embasar teoricamente a pesquisa, facilitando a compreensão do leitor quanto ao objeto da pesquisa (WEETMAN, 2019; KALMYKOVA; SADAGOPAN; ROSADO, 2018; NIERO; OLSEN; LAURENT, 2018; DAMIAN, 2018; ASHBY; VAKHITOVA, 2018; NIERO *et al.*, 2017; GEISSDOERFER *et al.*, 2017; AZEEZ; NARAYANA; OBEROI, 2017; LEWANDOWSKI, 2016; STRAZZA *et al.*, 2015; MIRABELLA; CASTELLANI; SALA, 2014; EL-HAGGAR, 2007).

Fica evidente que a caracterização destas abordagens demonstra que há relação no que se refere à análise de fluxos de materiais e energia em processos industriais, compreendendo todo o ciclo de vida, desde a etapa de *design* do produto até a reinserção do material de volta ao sistema. Como contribuição, este estudo elenca categorias de análise que facilitam a compreensão dos conceitos e podem, em estudos futuros, embasar teoricamente as pesquisas empíricas. Outra contribuição é a sobreposição dos conceitos em um esquema gráfico (Figura 1), facilitando o entendimento das relações entre eles.

Para novas pesquisas, sugere-se que seja ampliado o escopo da investigação, utilizando-se uma quantidade maior de abordagens, assim como a análise de metodologias empregadas pelos estudos que utilizaram essas abordagens como referenciais teóricos. Outra sugestão é investigar como os conceitos abordados são empregados em pesquisas empíricas e em diferentes setores econômicos, tais como o setor têxtil.

## REFERÊNCIAS

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão industrial e produção sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ANDERSEN, M. S. An introductory note on the environmental economics of the circular economy. **Sustainability Science**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 133-140, Mar. 2007.

- ARGYRIS, C. **Increasing leadership effectiveness**. New York: Wiley, 1976.
- ASHBY, M.; VAKHITOVA, T. Analyzing and Measuring Circularity – Teaching and Industrial Tools by Granta Design. **MRS Advances**, [s. l.], vol. 3, n. 25, p. 1379-1386, 2018.
- AYRES, R. U.; AYRES, L. W. **A handbook of industrial ecology**. Massachusetts, USA: Library of Congress Cataloguing, 2002.
- AYRES, R.U.; SIMONIS, U.E. **Industrial metabolism: restructuring for sustainable development**. Tokyo: United Nations University Press, 1994.
- AZEEZ, S.; NARAYANA, C. K.; OBEROI, H.S. Extraction and utilisation of bioactive compounds from agricultural waste shamina. *In*: OBEROI, H.S. (Ed.). **Utilization of bioactive compounds from agricultural and food waste**. New York: CRC Press, 2017. p. 32-64.
- BACOVIS, M. C. Synthesizing the research on Circular Economy through the use of conceptual maps. **Espacios**, [s. l.], vol. 40, n. 3, p. 1-15, May 2019.
- BAFFOUR AWUAH, K. G.; BOOTH, C. A. Integrated management framework for sustainable cities: Insights into multiple concepts and principles. **WIT Transactions on Ecology and the Environment**, [s. l.], vol. 191, p. 111-123, 2014.
- BOCKEN, N. M. P. *et al.* Product design and business model strategies for a circular economy. **Journal of Industrial and Production Engineering**, [s. l.], v. 33, n. 5, p. 308-320, 2016.
- BRAUNGART, M.; MCDONOUGH, W.; BOLLINGER, A. Cradle-to-cradle design: creating healthy emissions – a strategy for eco-effective product and system design. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], vol. 15, n. 13-14, p. 1337-1348, 2007.
- BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- COBO, S.; DOMINGUEZ-RAMOS, A.; IRABIEN, A. From linear to circular integrated waste management systems: a review of methodological approaches. **Resources, Conservation & Recycling**, [s. l.], vol. 135, p. 279-295, 2017.
- CHERTOW, M. R. Industrial symbiosis: literature and taxonomy. **Annual Review of Energy and the Environment**, [s. l.], vol. 25, p. 313-337, 2000.

DAMIAN, C. International multidisciplinary scientific geoconference. **SGEM**, Sofia, vol. 18, n. 6, p. 44-76, 2018.

DESPEISSE, M.; BALL, P. D.; EVANS, S. Industrial ecology at factory level – A conceptual model. **Journal of Cleaner Production**, vol. 31, p. 30-39, Oct. 2017.

DUCHIN, F.; HERTWICH, E. Industrial Ecology. **Ecological Economics**, [s. l.], p. 1-12, May 2003.

EL-HAGGAR, S. **Sustainable Industrial Design and Waste Management Cradle-to-cradle for Sustainable Development**. New York: Elsevier, 2007.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the circular economy. **Journal of Industrial Ecology**, [s. l.], vol. 2, p. 23-44, 2012.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Towards the circular economy: opportunities for the consumer goods sector**. Isle of Wight, UK: Ellen MacArthur Foundation, 2013.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. A new textiles economy: redesigning fashion's future. **Ellen Macarthur Foundation**, [s. l.], 2017.  
Disponível em: <https://ellenmacarthurfoundation.org/a-new-textiles-economy>.  
Acesso em: 01 out. 2018.

ERKMAN, S. Industrial ecology: an historical view. **J. Clean. Prod.**, [s. l.], vol. 5, p. 1-10, 1997.

FROSCH, R. A.; GALLOPOULOS, N. E. Strategies for manufacturing. **Sci. Am.**, [s. l.], n. 261, p. 144-152, 1989.

GEISENDORF, S.; PIETRULLA, F. The circular economy and circular economic concepts: A literature analysis and redefinition. **Thunderbird International Business Review**, [s. l.], vol. 60, n. 5, p. 771-782, 2017.

GEISSDOERFER, M.; SAVAGET, P.; BOCKEN, N. M. P.; HULTINK, E. J. The circular economy: a new sustainability paradigm? **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], vol. 143, p. 757-768, 2017.

GHISELLINI, P.; CIALANI, C.; ULGIATI, S. A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. **J. Clean. Prod.**, [s. l.], vol. 114, p. 11-32, 2016.

GRAEDEL, T. E.; ALLENBY, B. R. **Industrial ecology**. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 1995.

HAAS, W.; KRAUSMANN, F.; WIEDENHOFER, D.; HEINZ, M. How circular is the global economy? An assessment of material flows, waste production, and recycling in the European union and the world in 2005.

**Journal of Industrial Ecology**, [s. l.], vol. 19, n. 5, p. 765-777, 2015.

HARWOOD, R. Towards a spiral economy. **100open**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.100open.com/towards-a-spiral-economy/#:~:text=One%20where%20the%20by%2Dproducts,like%20the%20famous%20fibonacci%20sequence..> Acesso em: 10 mar. 2021.

KALMYKOVA, Y.; SADAGOPAN, M.; ROSADO, L. Circular economy – From review of theories and practices to development of implementation tools.

**Resources, Conservation and Recycling**, [s. l.], vol. 135, p. 190-201, 2018.

KIRCHERR, J.; REIKE, D.; HEKKERT, M. Conceptualizing the circular economy: an analysis of 114 definitions. **Resources, Conservation and Recycling**, [s. l.], v. 127, n. 4, p. 221-232, Dec. 2017.

LEWANDOWSKI, M. Designing the business models for circular economy-towards the conceptual framework. **Sustainability**, [s. l.], vol. 8, n. 1, p. 1-28, 2016.

LIEDER, M.; RASHID, A. Towards circular economy implementation: a comprehensive review in the context of manufacturing industry. **J. Clean. Prod.**, [s. l.], vol. 115, p. 36-51, 2016.

LIFSET, R.; GRAEDEL, T. Industrial ecology: goals and definitions. *In*: AYRES, R; AYRES, L. (Ed.). **A handbook of industrial ecology**. Northampton: Edward Elgar Publishing Limited, 2002. p. 3-15

LOVINS, A.B, LOVINS, L.H., HAWKEN, P. A road map for natural capitalism. **Harvard Business Review**, New York, vol. 77, n. 3, p. 145-158, May-Jun. 1999.

LYLE, J. T. **Regenerative design for sustainable development**. New York: The Wiley, 1994.

MAYER, A.; HAAS, W.; WIEDENHOFER, D.; KRAUSMANN, F.; NUSS, P.; BLENGINI, G. A. Measuring Progress towards a Circular Economy: A Monitoring Framework for Economy-wide Material Loop Closing in the EU28. **Journal of Industrial Ecology**, [s. l.], vol. 23, n. 1, p. 62-76, 2019.

MCDONOUGH, W.; BRAUNGART, M. **Cradle to cradle: remaking the way we make things**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2002.

MCDOUNOUGH, W.; BRAUNGART, M.; ANASTAS, P. T.; ZIMMERMAN, J. B. Applying the Principles of Green Engineering to Cradle-to-Cradle Design. **Environmental Science Technology**, [s. l.], v. 37, n. 23, p. 434A-441A, 2003.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MERLI, R.; PREZIOSI, M.; ACAMPORA, A. How do scholars approach the circular economy? A systematic literature review. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], vol. 178, p. 703-722, 2018.

MIRABELLA, N.; CASTELLANI, V.; SALA, S. Current options for the valorization of food manufacturing waste: A review. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], vol. 65, p. 28-41, 2014.

MUELLER, C. C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília, DF: Editora UnB, 2012.

MURRAY, A.; SKENE, K.; HAYNES, K. The circular economy: an interdisciplinary exploration of the concept and application in a global context. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], vol. 140, n. 3, p. 369-380, 2017.

NIERO, M.; HAUSCHILD, M. Z.; HOFFMEYER, S. B.; OLSEN, S. I. Combining Eco-Efficiency and Eco-Effectiveness for continuous loop beverage packaging systems: lessons from the Carlsberg circular community. **Journal of Industrial Ecology**, [s. l.], vol. 21, n. 3, p. 742-753, 2017.

NIERO, M., OLSEN, S. I.; LAURENT, A. Renewable energy and carbon management in the Cradle-to-Cradle certification: Limitations and opportunities. **Journal of Industrial Ecology**, [s. l.], vol. 22, n. 4, p. 760-772, 2017.

PEARCE, D. W.; TURNER, R. K. **Economics of Natural Resources and the Environment**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

POMPONI, F.; MONCASTER, A. Circular economy for the built environment: a research framework. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], vol. 143, p. 710-718, Feb. 2017.

ROGERS, D. S.; TIBBEN-LEMBKE, R. S. **Going Backwards**: reverse logistics trends and practices. Reno: University of Nevada, 1998.

SAAVEDRA, Y. M. B.; IRITANI, D. R.; PAVAN, A. L. R.; OMETTO, A. R. Theoretical contribution of industrial ecology to circular economy. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], vol. 170, p. 1514-1522, 2018.

SANDIN, G.; PETERS, G. M. Environmental impact of textile reuse and recycling – A review. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], vol. 184, p. 353–365, 2018.

SAUVÉ, S.; BERNARD, S.; SLOAN, P. Environmental sciences, sustainable development and circular economy: Alternative concepts for trans-disciplinary research. **Environmental Development**, [s. l.], vol. 17, p. 48–56, 2016.

SCHRÖDER, P.; LEMILLE, A.; DESMOND, P. Resources, Conservation & Recycling Making the circular economy work for human development. **Resources, Conservation & Recycling**, [s. l.], n. 156, Sept. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2020.104686>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SEHNEM, S.; PEREIRA, S. C. F. Rumo à economia circular: sinergia existente entre as definições conceituais correlatas e apropriação para a literatura brasileira. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 35-62, 2019.

SEO, E. S. M.; KULAY, L. Avaliação do Ciclo de Vida: ferramenta gerencial para tomada de decisão. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2006.

STAHEL, W., The performance economy: business models for the functional service economy. In: MISRA, K. B. (Ed.). **Handbook of performability engineering**. New York: Springer, 2008. p. 127-138.

STRAZZA, C.; MAGRASSI, F.; GALLO, M.; DEL BORGHI, A. Life Cycle Assessment from food to food: A case study of circular economy from cruise ships to aquaculture. **Sustainable Production and Consumption**, [s. l.], vol. 2, p. 40-51, 2015.

WEETMAN, C. **Economia Circular**: conceitos e estratégias para fazer negócios de forma mais inteligente, sustentável e lucrativa. São Paulo: Autêntica Business, 2019.

WYSOKIŃSKA, Z. Implementing the Main Circular Economy Principles within the Concept of Sustainable Development in the Global and European economy, with Particular Emphasis on Central and Eastern Europe – The Case of Poland and the Region of Lodz. **Comparative Economic Research**, [s. l.], vol. 21, n. 3, p. 75-93, 2018.

YUAN, Z.; BI, J.; MORIGUICHI, Y. The circular economy – a new development strategy in China. **Journal of Industrial Ecology**, [s. l.], vol. 10, n. 2, p. 4-8, Feb. 2006.

ZIMRING, C. A. Upcycling in History: Is the Past a Prologue to a Zero-Waste Future? The Case of Aluminum. **RCC Perspectives: Transformations in Environment and Society**, [s. l.], vol. 3, p. 45-52, 2016.

Texto submetido à Revista em 18.03.2021  
Aceito para publicação em 16.05.2022





## O bairro do Tapanã: da metropolização ao modo de vida de uma periferia da Amazônia

### The neighborhood of Tapanã: from metropolization to the way of life of a periphery of the Amazon

*Raimundo Victor Oliveira Santos* – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: victor.santosf@yahoo.com.br

---

#### Resumo

O artigo tem o objetivo de compreender o modo de vida em uma periferia da Amazônia, utilizando, para isso, o bairro do Tapanã, localizado na cidade de Belém do Pará, como objeto de uma análise baseada em uma metodologia qualitativa de observação e levantamento bibliográfico, culminando, dentre outras perspectivas, em uma espécie de paralelo comparativo entre o modo de vida dos camponeses amazônicos com aqueles que sobrevivem em espaços urbanos de periferias, sobretudo em relação à utilização da força de trabalho da família e do fator terra fragmentado, onde a produção agrícola deixa de ser o foco. Concluindo-se, com estratégias e iniciativas de desenvolvimento social, que deve haver um entendimento diferenciado e verossímil da realidade das populações que compõem os bairros de periferias.

---

#### Abstract

The article aims to understand the way of life in a periphery of the Amazon using the Tapanã neighborhood as the object of an analysis based on a qualitative methodology of observation and bibliographic survey, culminating, among other perspectives, in a species comparison between the way of life of the Amazonians with those who survive in urban spaces on the periphery, mainly in relation to the use of labor force of fragmented land, where agricultural production is no longer the focus. In conclusion, with social development strategies and initiatives, which must have a differentiating and credible understanding of the reality of the populations that make up the periphery neighborhoods.

---

#### Palavras-chave

Metropolização. Periferia. Feiras. Economia. Amazônia.

---

#### Keywords

Metropolization. Periphery. Fairs. Economy. Amazon.

## INTRODUÇÃO

O processo de metropolização da Amazônia construiu conjunturas socioespaciais peculiares, mas também absorveu as características da reestruturação espacial exigida pela reprodução do capital. A pressão sobre as periferias e o convívio do verde com o concreto e do nativo com o externo geraram uma coexistência de opostos e estratégias. Em uma região, onde, historicamente, predominavam os modos de vida camponês e ribeirinho, pautados nas condicionantes naturais, a entrada de modelos urbanos capitalistas globais desencadeou formas adaptativas de lógicas reprodutivas locais dentro de um contínuo e diversificado processo de crescimento.

Este artigo tem como objetivo compreender o modo de vida de uma periferia urbana da Amazônia, no caso, o bairro do Tapanã, na cidade de Belém, no Pará, tendo como objeto socioeconômico principal a feira livre do bairro, afim de elucidar um entendimento capaz de facilitar a articulação de estratégias de desenvolvimento para localidades similares. A análise é orientada por um delineamento exploratório qualitativo que, como afirma Leal (2019), torna o problema mais explícito, caracterizando uma familiaridade e uma compreensão acerca dos fenômenos humanos e sociais, priorizando as relações de significado. Para tanto, utilizaram-se como instrumentos o levantamento bibliográfico, as notas de campo, a observação participante e as entrevistas informais, utilizados entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021.

Todo o processo metodológico de observação participante é baseado no saber ouvir, compreender e enxergar, utilizando todos os sentidos para enriquecer a análise teórica. Nesta metodologia, os investigadores são levados a partilhar papéis e hábitos dos grupos observados, fazendo com que a pesquisa absorva as peculiaridades culturais desta comunidade por meio da apuração dos processos de interação social. Esse tipo de observação é um método qualitativo com raízes na pesquisa etnográfica tradicional (VALADARES, 2005; MÓNICO, 2017; MARIETTO, 2018).

Para tanto, transita por abordagens referentes ao histórico do bairro, aos processos de metropolização e de impactos do avanço do mercado imobiliário nas periferias, bem como à importância das feiras livres constituídas em vias urbanas e à análise dos circuitos da economia urbana de Milton Santos. Por fim, elucidam-se, com base no modo de vida camponês, um espectro do que seria a lógica reprodutiva das populações pertencentes a camadas sociais mais desfavorecidas das periferias.

## 1 O BAIRRO DO TAPANÃ

A Amazônia brasileira experimentou um ápice de prosperidade durante o período do chamado “*boom*” econômico da borracha (1879-1911), que gerou riquezas para os exportadores nos centros mercantis de Belém e Manaus, porém, com o colapso da economia da borracha, as cadeias mercantis foram encerradas. Com isso, as bases camponesas regionais se ampliaram, inicialmente, na região do Acre e dos Altos rios Negro e Solimões, alcançando, em seguida, as bases camponesas ribeirinhas, além das terras firmes do planalto santareno e do nordeste paraense, que conformam hoje o sistema de várzeas (HOMMA, 2014).

Alguns anos depois, aproveitando-se das possibilidades de demanda referentes ao contexto da segunda guerra mundial, Homma (2014) ressalta que, em 1942, é criado o Banco de Crédito da Borracha, com uma política de preços mínimos e crédito para a extração de látex, com o objetivo de fomentar um novo ciclo próspero. Porém, com o fim da guerra, tais esforços foram encerrados, ocorrendo um movimento de liberação de trabalhadores nordestinos, retidos nos seringais, que acabam se tornando camponeses em áreas amazônicas, expandindo novamente as ocupações das áreas de várzeas. No contexto do recrutamento de pessoas que seriam conhecidas como “soldados da borracha”, neste período da segunda guerra, com grande parte sendo nordestinos, que tinham o objetivo de reconhecimento, riqueza e vida nova, foram construídos alguns tipos de hospedarias para abrigar essas pessoas.

Dentre as hospedarias oferecidas (1942- 1953), estava a “Hospedaria do Inferno” ou “Hospedaria do Diabo”, como era comumente conhecida, que era uma grande área de terras anteriormente chamada de “Pouso do Tapanã”, como aponta Furtado (2019), onde, para ter direito a três refeições diárias, era exigida dos “soldados da borracha” uma penosa contrapartida produtiva que, na maioria dos casos, expunha as pessoas à fome e ao trabalho escravo.

Com o fim da guerra e o declínio da demanda externa por borracha, os trabalhadores não dispuseram de condições para retornar às suas terras natais, e continuaram a ocupar o espaço da hospedaria. Estima-se que cerca de 63 mil pessoas passaram por lá. Essas pessoas ficaram largadas à própria sorte, tendo que buscar ou criar suas próprias oportunidades. Com isso, os esquecidos “soldados da borracha” começaram um processo de ocupação do lugar, a partir da invasão de algumas fazendas e a formação de pequenos núcleos de habitação. Iniciou-se, então, a formação do bairro do Tapanã (nome herdado da fazenda onde ficava localizada a antiga hospedaria). Com o tempo, houve a transformação da terra rural em terra urbana, induzida pela ação do capital imobiliário e pela influência

da antiga estrada de ferro que ligava Belém a Bragança (hoje, é a rodovia BR-316) e Ramal de Pinheiro (atual Distrito de Icoaraci). O bairro se desenvolveu na pobreza e na desigualdade social (FURTADO, 2019).

Mapa 1 – Localização do bairro do Tapanã na cidade de Belém, Pará



Fonte: adaptado a partir do *Google Earth*.

Atualmente, o bairro é um grande mural dessas desigualdades, onde ocupações irregulares e moradias precárias convivem lado a lado com condomínios de classe média alta. As contradições são gritantes e escancaradas. O bairro é “cortado” pela Bacia do Mata-Fome, ao longo da qual diversas palafitas abrigam centenas de famílias. Tem em seu entorno os bairros do Coqueiro, Parque Verde, Val de Cães e Tenoné, constituindo uma importante via alternativa de acesso ao centro da cidade pelas rodovias do Tapanã, Arthur Bernardes e Padre Bruno Sechi (antiga Rua Yamada). A especulação imobiliária, no contexto da expansão da chamada “nova Belém”, e a articulação dos próprios habitantes desenvolveram uma importante estrutura socioeconômica no bairro. Contudo, a maior parte da população ainda padece com a falta de saneamento básico, o acúmulo de lixo, a falta de manutenção de algumas vias, alagamentos e violência.

## 2 DESENVOLVIMENTO, METROPOLIZAÇÃO E MERCADO IMOBILIÁRIO

Para compreendermos a estruturação urbana de bairros como o Tapanã, devemos partir do entendimento de que, na região Norte, um dos efeitos do processo de desenvolvimento, orientado pela lógica de mercado, é o aumento da concentração populacional em poucos polos de desenvolvimento e de prestação

de serviços. Essa concentração é, de certa forma, orientada pela existência de investimentos em pontos específicos do espaço regional, atraindo a população, ao mesmo tempo que contribui para a estagnação das atividades econômicas do interior, culminando em fatores expulsivos de significativos contingentes de população, que deixam as áreas rurais, e as pequenas cidades interioranas, em busca da sobrevivência nas áreas urbanas de maior porte que agregam atividades econômicas, por vezes, com vida efêmera (MOURA; MOREIRA, 2010).

Neste sentido, como afirma Trindade Júnior (1999), o processo de formação da metrópole não pode ser considerado como linear, pois é marcado por rupturas, (des)continuidades, (re)construções e (re)estruturações. Sendo assim, a forma urbana belenense, expressa a gradativa alteração da cidade ribeirinha, relacionada às formas naturais dominantes, a exemplo das vias fluviais, mas também expressa a simultânea desestruturação de relações, de modos de vida, de hábitos e de valores, em suma, de conteúdos sociais marcados por temporalidades específicas. Com isso, a forma compacta do espaço metropolitano, dá lugar a uma forma dispersa de novos assentamentos urbanos, sobretudo, nas baixadas, que são submetidas a um intenso processo de valorização do solo através da verticalidade do ambiente construído, que expressa um importante elemento da metropolização.

Constituído inicialmente, como já mencionado, por uma parcela dos “soldados da borracha”, com o tempo, o espaço que hoje forma o Tapanã, foi recebendo contingente populacional proveniente da região das ilhas e de outras cidades interioranas do estado do Pará. Essas pessoas trouxeram consigo modos de vida que passaram por reestruturações, impulsionadas pelo padrão de vida urbano. Entretanto, seus hábitos não foram totalmente destruídos, mas sim adaptados. A forma de vida de comunidades, sobretudo as mais carentes do bairro, em muito se assemelham a uma vida interiorana, onde as margens do igarapé Mata-Fome, deram lugar às vias públicas pavimentadas ou não; as *rabetas* foram substituídas pelas bicicletas e motos; a pesca e a agricultura, substituídas pelas atividades autônomas de comércio e serviços, conformando este processo de reconstrução de hábitos frente às demandas urbanas, mas que não conseguiu destituir totalmente o “ser ribeirinho”, intrinsecamente vivo e resiliente nestas pessoas, presente no modo de vida e nas relações sociais locais.

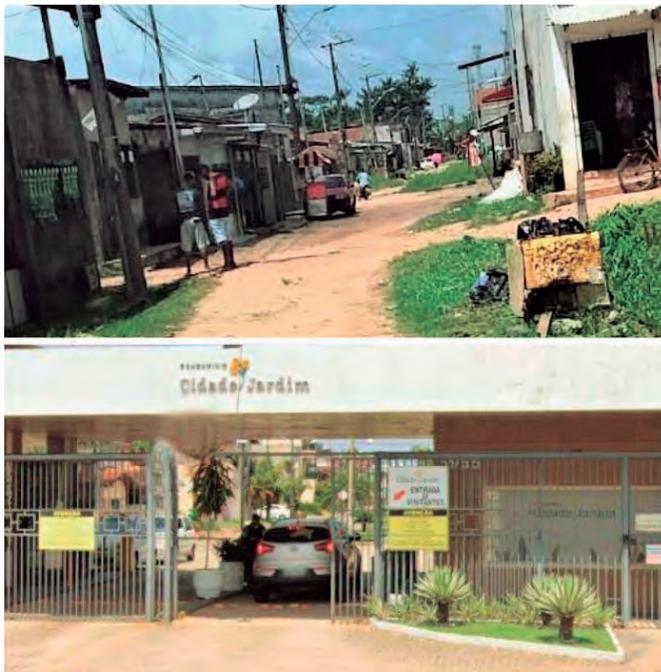
Desde a década de 70, a substituição de importações, vista a partir de um tecido urbano industrial implantado nas grandes cidades e metrópoles da periferia industrial, gerou “cidades de camponeses”, nas quais práticas identificadas como rurais se superpunham à economia urbano-industrial em formação como: economias domésticas de subsistência de fundo de quintal, completando o orçamento familiar; grupos de parentesco e compadrio, dominando relações

e controles sociais; e relações de produção pré-capitalistas, coexistindo com relações (sub)assalariadas e marcando uma inserção particular na economia urbana (MONTE-MÓR, 1994).

O Tapanã desponta como um símbolo deste processo, na região da chamada Nova Belém. Dentro de seus limites, costumam-se os elementos históricos da pobreza, desigualdade e resistência social com os detentores de padrões de vida mais privilegiados, que trazem consigo a “capacidade social” de dar volume à voz que faz a demanda, por equipamentos urbanos, ser atendida. São esses elementos contraditórios que expressam a desigualdade existente nacionalmente, vistos de forma exemplificada neste espaço que ilustra tais desigualdades, sobretudo nas formas habitacional e empregatícia, na qual a peculiar coexistência dessas realidades esboça, claramente, um dos elementos da metropolização e de sua expansão.

A Sra. Cristina Mota, que reside há 23 anos no bairro, mais especificamente na Rua Paulo Guilherme, na comunidade Jardim Primavera, trabalha como secretária do lar, há mais de nove anos, em um condomínio residencial bem próximo de sua casa (Figura 1), de onde provém a principal renda de sua família de seis pessoas.

Figura 1 – Rua Paulo Guilherme, na comunidade Jardim Primavera, e condomínio Cidade Jardim, Tapanã



Fonte: elaboração do autor, 2022.

Ao ser questionada sobre como ela entende essa diferença de infraestrutura entre sua moradia e seu local de trabalho, que coexistem no mesmo espaço, a uma curta distância, ela ressalta que:

No meu ponto de vista, isso tem muito a ver com a desigualdade social e a falta de uma boa educação nas escolas públicas, pois quem tem uma boa remuneração investe pesado na educação de seus filhos. Com isso, as oportunidades ficam mais difíceis aos mais carentes. Infelizmente, o poder público só investe onde possa levar vantagem, a corrupção está escancarada pra quem quiser ver. A realidade do nosso bairro é como se fossem dois mundos paralelos (informação verbal)<sup>1</sup>.

Na análise de campo, outra importante relação observada diz respeito à prestação de serviços no bairro. Durante todo o período da semana, percebe-se um grande movimento de pessoas pelas ruas, sobretudo homens, de diversas idades, oferecendo a prestação dos mais variados tipos de serviços, como roçagem, pintura, manutenção elétrica, hidráulica, podagem, dentre muitos outros tipos de serviços residenciais. Eles passam de casa em casa, e, em algumas abordagens feitas, todos afirmaram serem moradores de localidades caracterizadas como as “áreas de baixada” do bairro. Nesses tipos de “bicos”, é provida sua principal ou até mesmo única fonte de renda.

Chama a atenção o baixo valor cobrado pelos serviços. O Sr. Anderson, conhecido como “seu Gulé”, 41 anos, possui uma família de três pessoas, também morador do Jardim Primavera, geralmente cobra em torno de 50 reais (às vezes até menos) para roçar terrenos, podar árvores, mais qualquer outro serviço de manutenção a ser realizada, tudo junto, sem nenhum tipo de proteção ou equipamento de trabalho que resguarde sua segurança.

É interessante notar que, geralmente, os contratantes desses serviços são pessoas de condomínios ou conjuntos residenciais de classe média ou média alta do bairro e até pequenas empresas locais, que terminam “lucrando” com essa situação, pois pagam um valor irrisório por um pacote de serviços que, se fossem feitos por empresas, por exemplo, no mercado formal, teriam de pagar um valor muito maior. Tal situação ilustra uma espécie de subterceirização ou até mesmo uma “precarização da precarização” da força de trabalho local, havendo uma exploração da mão-de-obra intrínseca aos limites do bairro e adaptada à realidade do mesmo, elucidando uma economia de subsistência, na qual o (sub) assalariamento e a discrepância social configuram a economia urbana do Tapanã.

<sup>1</sup> Informação fornecida pela Sra. Cristina Mota, 47 anos, no Jardim Primavera, em fevereiro de 2021.

Essas desigualdades compõem a reestruturação do espaço, na qual sua transformação, em força produtiva, acentua tensões sobre as totalidades parciais e inter-relacionadas dentro do jogo de controle dos novos lugares de assentamento, fomentando uma “metropolização da pobreza”. Destaca-se o papel do capital imobiliário na dispersão metropolitana e na expropriação da força de trabalho, no qual os “novos solos” se tornam vitais para a reprodução do capital (TRINDADE JÚNIOR, 1999).

Portanto, a cidade de Belém desponta como uma das referências da intensificação do processo de metropolização na Amazônia, pois incorporou um tipo de reestruturação da rede urbana da região, que ocasionou rupturas de antigos padrões de organização espacial e, também, processos de dispersão populacional, de investimentos econômicos e de ações governamentais, estando esses direta ou indiretamente vinculados às novas vias de circulação, tais como as rodovias (SANTOS, 2019).

Dessa forma, a abertura de vias estratégicas de escoamento e tráfego foi uma importante característica implantada no bairro do Tapanã. De todos os bairros do seu entorno, é o único que possui três grandes rodovias que servem de alternativa para o contingente, que parte do distrito de Icoaraci, para o centro comercial de Belém. A rodovia do Tapanã serve de escoamento para o tráfego e para caminhões de carga vindos da BR-316, via rodovia Mario Covas, que descarregam nos portos e indústrias localizados na Avenida Arthur Bernardes, que é outra importante via que perpassa o bairro e o liga ao centro da capital. Há também a rodovia Padre Bruno Sechi (antiga Rua Yamada), interligada à avenida centenário, e a primeira e a última foram recentemente duplicadas para facilitar o escoamento de pessoas e de cargas.

Quanto à formação dos condomínios, apesar do apelo de “fuga da cidade”, esses esbarram em problemas infraestruturais de caráter histórico nas áreas de expansão, onde os setores sociais de *status* diferentes convivem lado a lado. A origem deste contexto é verificada com a expansão da valorização rentista do solo, ramificada nas periferias do capitalismo brasileiro, estimulada pela incapacidade de ampliar a acumulação do capital por meio do aumento da produtividade ou de inovações técnicas, sendo, para tanto, utilizados mecanismos da valorização imobiliária por meio de instrumentos do capital financeiro (crédito e subsídios, por exemplo) (TRINDADE JÚNIOR, 1999; SANTOS, 2019).

A transformação do espaço, quanto valor de uso, em espaço mercadoria, fragmentou a cidade em um mosaico de lotes à venda, estimulando disputas pelo controle das diretrizes do processo de reestruturação metropolitana, o que representa a negação do “direito à cidade”, à maneira como definiu Henri

Lefebvre, onde as novas ocupações “espontâneas” são espaços vazios de cidadania, sofrendo com problemas estruturais e de logística. Logo, a metropolização faz o urbano “virar as costas para o rio”, “engolir os cursos naturais” do interior da cidade, “aniquilar o verde” e outras amenidades, para depois recriá-las como imitações da “cidade ribeirinha” e da “cidade das mangueiras”, em um jogo de forma-conteúdo, significado-significante (TRINDADE JÚNIOR, 1999).

A desigualdade social, evidenciada pelas diferenças na oferta de equipamentos urbanos em um mesmo ambiente, que afeta a Sr<sup>a</sup>. Cristina Mota, sendo ela um exemplo de caso elucidativo para tantos outros, torna-se um pilar característico do processo de transformação e fragmentação do espaço urbano, sob a égide da valorização do capital. Em um ambiente já constituído, em sua origem, por grupos sociais ofuscados pelos grandes centros urbanos, há uma compressão ainda maior desses grupos. Isso ocorre quando as classes mais abastadas começam a penetrar nos mesmos espaços, deslocando-os para locais ainda mais precários, dentro do bairro que, por si, já é precário, ou seja, para a periferia de um bairro de periferia em novas ocupações irregulares, por exemplo. E tal movimento ultrapassa a questão habitacional, promovendo relações de trabalho precárias, como a do “seu Gulé” e de tantos outros que já padecem com os problemas estruturais e habitacionais locais.

Entretanto, Burgos (2016) nos mostra a importância de entendermos a vida nas cidades como algo além do aprisionamento mercadológico, visível e invisível. Há caminhos que orientam à abertura de uma maior participação popular efetiva, afirmando uma gestão pública mais democrática das cidades, realizada com o uso e apropriação dos espaços públicos urbanos, orientada pela diversidade e multiplicidade dos seus agentes, sendo o espaço público *um espaço aberto ao possível*, local de manifestações sociais de caráter público-político, econômico e cultural, contrapondo-se ao pensamento sobre a cidade como produto, como locus de reprodução privilegiada do capital.

As camadas sociais populares, presentes nos espaços públicos, desenvolvem inúmeras *estratégias de sobrevivência* (espontâneas ou institucionalizadas), dando visibilidade às periferias e às suas problemáticas, personificando o urbano enquanto conceito construído pela simultaneidade, pelo encontro das diferenças, pelas possibilidades, de forma mais profunda, nas sociedades urbanas com níveis de complexidade mais elevados, expressando-se em seus espaços públicos, além do ritmo da vida cotidiana, longe da escala das metrópoles (BURGOS, 2016).

Neste sentido, no bairro do Tapanã, “a vida pulsa de forma contraditória, angustiante e criativa. No universo das ausências e carências, o que existe de espaço possível de apropriação, é fortemente potencializado e usado” (BURGOS,

2016, p. 9). O espaço do bairro não é somente um reduto de aprisionamento, e talvez nem o seja, mas sim um lócus de pluralidade, onde o convívio de distintas realidades ilustra diferentes estratégias de sobrevivência. O quesito habitação talvez seja um dos mais notórios exemplos dessas estratégias, onde o fator terra, o crescimento do mercado imobiliário e a “metropolização da pobreza” geram vários desdobramentos. E, provavelmente, o exemplo que melhor configura esse espaço de possibilidades, de estratégias e de ilustração da tríade de Henri Lefebvre (lazer, família e trabalho) possivelmente seja, no caso analisado, a feira livre do bairro do Tapanã.

### 3 AS FEIRAS LIVRES E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

As feiras livres vêm assumindo, diante de uma cidade cada vez mais competitiva e fragmentada, uma maior importância em relação ao uso do território. O território, neste caso, é um suporte essencial à busca pela manutenção das estratégias de reprodução das relações sociais que, no caso dos feirantes, estão vinculadas à existência e funcionamento das feiras livres, que devem ser entendidas como espaços de apropriação coletiva, significando o lócus de afirmação de diferentes territorialidades que concorrem na produção do espaço urbano belenense. As primeiras feiras livres de Belém surgiram durante a exploração econômica da borracha na Amazônia, em decorrência da maior necessidade de abastecimento da cidade. Com o tempo, a expansão do tecido urbano ramificou as relações de troca para outros locais da cidade, desvinculados da dinâmica do porto. Logo, inicialmente, temos a feira localizada na margem do rio; posteriormente, ocorrem o desenvolvimento e a formação de mercados particulares que irão formar as feiras livres nas vias públicas da cidade, tal como no bairro do Tapanã (MEDEIROS, 2004).

A feira livre constitui um espaço essencial de suporte para a busca e manutenção de estratégias de sobrevivência e de reprodução das relações socioespaciais, expressando o urbano como um local de possibilidades para as diferentes territorialidades, no qual se questiona o direito à cidade por meio da dinâmica de apropriação dos territórios e através das disputas por fragmentos do tecido urbano. A territorialização no controle e uso do espaço, por parte dos feirantes, atua como forma de segurança e, também, de poder e dominação, materializada nos fragmentos de ruas e avenidas da cidade, na multiplicidade de pequenos *microterritórios*, ativando as relações coletivas humanas dinâmicas em uma coexistência de diferentes realidades em seus espaços de sobrevivência (MEDEIROS, 2004; SANTOS, 2013).

Tais formas de controle e uso do espaço, vinculadas à projeção das relações de poder, dão sentido ao território no momento em que essas relações começam a se projetar espacialmente. Em muitos casos, a dinâmica imposta pelos feirantes acaba sendo reproduzida, automaticamente, por grupos maiores de trabalhadores informais. Com isso, entende-se que a territorialidade humana é simultaneamente uma forma de classificação de área, uma forma de controle de acesso e um modo de comunicação (SANTOS, 2013).

Por exemplo, observa-se a grande feira livre do Tapanã, conhecida como Feira do Parque União (Figura 2), localizada na Rua São Clemente, com uma grande parte composta por barracas de madeiras com vendas de diversos tipos de produtos, e a outra parte conta com lojas de alvenaria mais estruturadas. O reconhecimento do microterritório de cada feirante constrói as relações de poder sobre os fragmentos de espaço, onde suas atividades simbolizam, por vezes, a única estratégia de sobrevivência, sobretudo dos agentes do chamado circuito inferior da economia urbana.

Figura 2 – Feira do Parque União e as feirantes Josilene Silva e Lucidalva Santos – Tapanã



Fonte: elaboração do autor, 2021.

Por seu turno, a teoria dos dois circuitos da economia urbana, de Milton Santos (2008), ajustada à realidade dos países subdesenvolvidos, apresenta um circuito superior voltado às atividades de grandes dimensões e escalas globais e modernas (indústrias, bancos, Estado, etc.). O circuito inferior dependente do superior, relacionado a atividades econômicas de pequenas dimensões em escala

local (capital não intensivo, varejistas, etc.). Essa teoria considera a desproporção de urbanização e a modernização entre os diferentes tipos de países e economias e suas respectivas incapacidades de absorção da força de trabalho (GUIMARÃES; CUNHA, 2018; CATAIA; SILVA, 2013; MONTENEGRO, 2012).

Neste contexto, Milton Santos (2008) atentou para o real funcionamento da “economia pobre”, na qual a pobreza é histórica e espacialmente construída, principalmente nos dias atuais, tornando-se estrutural e globalizada, em que os problemas da pobreza dos trabalhadores passam a ser de responsabilidade dos próprios trabalhadores; inclusive, a solução desses problemas fica a cargo da postura individual dos mesmos. Atrelado a isto, a desigual implantação dos sistemas técnicos e produtivos e da promoção de políticas públicas agrava as desigualdades territoriais, impactando negativamente a renda e o poder de compra de uma parcela dos trabalhadores, afetando suas necessidades básicas, sobretudo algumas necessidades oriundas da ditadura dos consumos modernos (CATAIA; SILVA, 2013; MONTENEGRO, 2012).

A análise de campo na feira procurou identificar essas perspectivas acerca, principalmente, do circuito inferior. A Sr<sup>a</sup>. Lucidalva Santos (Figura 2), 56 anos, trabalha cinco dias por semana em um ponto comercial de venda de confecções, residindo há 27 anos no bairro, no Conjunto Pratinha II. O seu ponto comercial é alugado, com o proprietário residindo no Conjunto Maguari (fora do bairro). Seu estoque de roupas é proveniente de São Paulo e Fortaleza, onde vai realizar compras quatro vezes no ano. Ela também trabalha com a venda de cosméticos no bairro, não recebe nenhum benefício social e seu contato com o sistema bancário se dá através de um cartão de crédito, mas que, segundo ela, não faz muito uso, pois o limite é muito baixo, e também usa um cartão de débito para sacar dinheiro.

No caso da Sr<sup>a</sup>. Clotilde Ataíde, 63 anos, o ponto comercial pertence a ela. É moradora do Conjunto Cordeiro de Farias há 15 anos, compra parte de seus produtos em Belém e outra parte em Fortaleza, 2 vezes ao ano. Seu contato com o sistema bancário se dá através de um cartão de crédito e débito, mas o usa somente para comprar seus produtos.

A Sr<sup>a</sup>. Josilene Silva (Figura 2), por sua vez, tem 41 anos de idade e mora há 24 anos no Conjunto Pratinha II. Possui uma barraca de venda de verduras e legumes, abastecendo, diariamente, seu estoque a partir de compras no bairro do entroncamento e utilizando dinheiro ou transferência via pix. Seu contato com o sistema bancário é através de uma conta bancária, mas não possui crédito, pois está inadimplente. Essa função é a sua principal fonte de renda, e seu filho Gabriel de 7 anos e sua mãe Maria de 69 anos trabalham com ela. Trabalha de domingo a domingo e não recebe nenhum tipo de benefício social.

A Sr<sup>a</sup>. Rosângela Silva, 38 anos, também trabalha todos os dias como verdureira em uma barraca própria, sendo esta sua única fonte de renda. É moradora do bairro há 38 anos, residindo no final da linha de ônibus Cordeiro de Farias. Repõe seu estoque todos os dias, a partir de compras no bairro do entroncamento, utilizando dinheiro em espécie, somente. Seu contato com o sistema bancário se dá através, unicamente, de um cartão de débito, e não recebe nenhum benefício social.

Da mesma forma, a Sr<sup>a</sup>. Erica Santos atua como verdureira em uma barraca alugada, sendo o proprietário morador do entorno da feira; ela possui 36 anos e mora há 20 anos no bairro. A reposição de estoque é feita pelo dono da barraca e ela não tem informações sobre a compra dos produtos. Seu contato com o sistema bancário ocorre apenas através de uma conta que utiliza para sacar dinheiro e receber pix das vendas. Essa é sua principal fonte de renda e não conseguiu acesso a nenhum benefício social.

Nas conversas e entrevistas informais com os feirantes, observou-se uma importante peculiaridade: uma grande parte dos proprietários dos imóveis comerciais de alvenaria da feira não reside no bairro, como no caso da Sr<sup>a</sup>. Lucidalva, o que faz com que a remuneração pelo fator terra, ou seja, a renda arrecadada com os alugueis, em parte, não permaneça na economia do bairro. Parte dos proprietários desses imóveis que residem no bairro são moradores de conjuntos residenciais mais estruturados e possuem uma renda razoável, como no caso da Sr<sup>a</sup>. Clotilde e do proprietário da barraca da Sr<sup>a</sup>. Érica. Os locatários, por sua vez, residem, na grande maioria das observações, nas chamadas “áreas de baixada” do bairro, como o fim da linha do ônibus Cordeiro de Farias, o Conjunto Pratinha e o Jardim Primavera.

Há um acesso muito restrito dos feirantes a serviços bancários e a benefícios sociais, em grande parte, de acordo com as justificativas contadas, por falta de familiaridade com as novas tecnologias e serviços financeiros e também por não estarem inseridos em grupos caracterizados como público-alvo de grande parte desses serviços. É muito comum, também, observar crianças e adolescentes trabalhando, sobretudo nas barracas de frutas, legumes e verduras, geralmente acompanhando seus pais, o que pode estar associado à carência de instituições públicas de ensino infantil no bairro.

Esses fenômenos podem elucidar uma possível especulação acerca dos citados microterritórios locais, afetando diretamente, não somente o direito ao espaço urbano, mas as próprias estratégias de sobrevivência dos estratos sociais periféricos. Além disso, tal como apontou Milton Santos (2008), segundo Montenegro (2012) e Cataia e Silva (2013), revela pessoas à margem dos sistemas

técnicos e produtivos, dos serviços financeiros e, também, das políticas públicas eficazes, tendo de lidar, por vezes, com a própria sorte acerca de seus problemas de pobreza e sobrevivência.

Essas observações corroboram com a percepção de que o Estado privilegia as atividades do circuito superior, com foco nos seus mecanismos de produção, estabelecendo uma grande questão que, para Milton Santos (2008), seria a de encontrar as formas de relações entre os dois circuitos, abrindo uma comunicação entre ambos e melhorando, dessa maneira, a situação dos indivíduos no circuito inferior, aumentando a sua produtividade. Isso reorganizaria o espaço, favorecendo a redistribuição dos recursos nacionais e a distribuição mais equitativa dos recursos e dos homens no espaço (MONTENEGRO, 2012; GUIMARÃES; CUNHA, 2018).

Outro ponto de discussão é compreender que a assimilação de novos objetos técnicos (celular, aplicativos, *internet*, computador, etc.) pelo circuito inferior, significa uma renovação de seu conteúdo, principalmente quando aliadas à expansão do crédito e do consumo da população pobre, podendo representar tanto um aprofundamento da dominação sobre este circuito, por meio das finanças, quanto uma criação de novas necessidades, que popularizem modelos de consumo mais éticos e sustentáveis através da difusão de informações. Essas questões poderiam levar a uma economia de dispersão, rompendo com a economia de concentração, oriunda da racionalidade econômica capitalista tradicional, sendo orientada, em parte, para mercados restritos e rarefeitos, regionais e locais, tais como as pequenas e microempresas (economia de escala local), os pequenos investimentos, os bancos do povo, o comércio popular, o microcrédito, os trabalhadores autônomos, a agricultura familiar e camponesa e o cooperativismo. O sucesso da grande e da pequena economia está interligado. (CATAIA; SILVA, 2013; GUIMARÃES; CUNHA, 2018).

Por fim, a presença do circuito inferior da economia nas feiras livres belenenses (em particular, na área de estudo) reafirma a sua importância na configuração econômica local, dispondo dos elementos imprescindíveis às estratégias de sobrevivência nas frações de cidade. Por isso, Milton Santos (2008) é enfático ao afirmar que, no circuito inferior, a tecnologia é o trabalho intensivo localmente adaptado ou recriado. Logo, sendo parte do circuito inferior da economia urbana, as feiras livres (re)afirmam o sentido e o significado desta dimensão da economia urbana, personificando o conceito de território, que vai além do seu sentido geográfico, um elemento geopolítico, no qual o que é público passa a se confundir com o coletivo privatizado e/ou territorializado, através do movimento das necessidades de (re)produção de um determinado grupo socioespacial, nesse caso, os feirantes (MEDEIROS, 2004; SANTOS, 2013).

#### 4 OS ‘CAMPONESES URBANOS’

Ao tratarmos dessas populações pertencentes às classes sociais mais populares, partícipes do circuito inferior da economia urbana, de menor poder aquisitivo, que constroem seus espaços na feira livre, lutam por seu direito à cidade e residem nos assentamentos das periferias urbanas, além de considerar o histórico de formação das periferias e as reestruturações pelas quais os modos de vida passaram, cabe considerar um interessante paralelo das observações feitas e já abordadas com os chamados camponeses amazônicos. A definição de camponeses, segundo Costa (2012), compreende as famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais, conseguem resolver seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, sendo ela extrativa, agrícola e/ou não agrícola, construída a partir de uma estrutura na qual não se diferencia aqueles que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Essas famílias seguem critérios orientados pela eficiência reprodutiva do conjunto familiar, constituída como uma expressão formal da eficiência de um microsistema baseado em uma racionalidade que busca a manutenção do padrão de consumo cultural e historicamente estabelecido com o mínimo de risco e o menor esforço possível, almejando o equilíbrio entre o *grau de satisfação das necessidades* e o *nível de penosidade do trabalho*. Uma grandeza de importante relevância no contexto da economia camponesa é o **crescimento demográfico**. Tal grandeza insere a discussão sobre a diferenciação demográfica no interior da unidade camponesa, ou seja, a composição familiar com base em fatores, como o envelhecimento, o crescimento natural, a aptidão ao trabalho, etc., o que influencia decisões sobre o orçamento e consumo em curto e longo prazos (COSTA, 2012).

Dessa forma, o crescimento demográfico da unidade camponesa eleva, consequentemente, o orçamento anual necessário, aumentando as necessidades da unidade de consumo, fazendo crescer a necessidade de uma maior receita da unidade de produção; com isso, aumenta o grau de efetividade no uso dos mesmos recursos materiais disponíveis, o que eleva a necessidade de terras e meios de produção adicionais, estabelecendo uma maior necessidade de crescimento do rendimento anual de cada trabalhador, impulsionando a extensão da jornada de trabalho na proporção do crescimento do orçamento, o que leva a um aumento do nível de penosidade do trabalho, que se eleva ainda mais quando a disponibilidade de terra e capital não pode ser alterada e, neste caso, aumenta para além da variação do orçamento, sendo maior do que era antes do aumento da família (COSTA, 2012).

Dito isto, lembremo-nos do que Monte-Mór (1994) expôs em relação às mudanças estruturais ocorridas, sobretudo a partir da década de 1970, nas quais a metropolização das periferias industriais criou “cidades de camponeses”, onde práticas tidas como rurais se sobrepuseram à economia urbano-industrial em formação. O bairro do Tapanã, formado por um “mosaico de fragmentos de desigualdades”, evidencia nas comunidades mais desfavorecidas, vizinhas dos conjuntos habitacionais, um comportamento que remete ao modo de vida camponês. Uma observação direcionada a essas comunidades nos permite enxergar uma lógica reprodutiva, assentada na família como eixo central.

A natureza na qual os “camponeses originais” estão imersos, neste caso, é substituída pelo ecossistema urbano, sendo a vida humana a natureza prevalecente, bem como sua capacidade de sobreviver no meio a partir da construção de oportunidades. Essas populações, que em parte provem de famílias ribeirinhas dos interiores paraenses, ou de famílias historicamente ocupantes do lugar, foram impulsionadas a uma busca e a uma luta pelo seu direito como cidade, sobretudo através do controle de territórios e de microterritórios, necessários à sua sobrevivência.

O modo de vida destes “camponeses urbanos”<sup>2</sup> é centrado na sobrevivência da própria família, haja visto as grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em decorrência de baixos níveis de qualificação profissional, que reflete um padrão de exigência exacerbado pelos processos de desenvolvimento das metrópoles. Essas famílias estão, geralmente, nas áreas de assentamentos, ou “invasões”, e procuram trabalho em comércios locais, que oferecem baixos salários, ou em trabalhos autônomos, principalmente na feira livre do bairro.

É importante destacar dois pontos: primeiro, a lógica reprodutiva dessas famílias, assim como dos camponeses rurais, possui a necessidade de equilíbrio entre o grau de satisfação das necessidades reprodutivas e o nível de penosidade do trabalho, seja ele formal ou informal, onde o crescimento demográfico da família, assim como a diferenciação demográfica da mesma, afeta o orçamento anual, elevando o grau de efetividade do uso dos mesmos recursos disponíveis; o segundo ponto refere-se aos fatores de produção. Diferentemente do meio rural, a terra em que se habita não é a mesma da qual se tira o sustento. Na verdade, o fator terra, neste caso, está ligado ao já mencionado direito à cidade.

---

<sup>2</sup> Seriam famílias que, na luta pelo direito à cidade, desenvolvem maneiras de apropriação e re-apropriação de microterritórios nas periferias dos espaços urbanos, condicionando peculiares formas de acesso à terra e de uso da força de trabalho, a partir das quais conseguem resolver seus problemas reprodutivos, orientados por uma estrutura que não diferencia os que decidem sobre o uso do microterritório e da força de trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Os trabalhadores de uma determinada família residem em um lote de terras de “assentamentos”, mas exercem suas atividades econômicas, geralmente de comércio e serviços<sup>3</sup>, ou atividades informais, que substituem as atividades agrárias, em lotes de espaço na feira livre, o que duplica a sua luta e resistência pelo direito a cidade.

A família, então, constitui um controle social sobre esses seus microterritórios, a fim de satisfazer suas necessidades reprodutivas. O uso da potência de trabalho está relacionado ao tempo que o trabalhador precisará estar na feira para suprir o orçamento familiar. Logo, a posse do fator terra, diferentemente do campo, é fragmentada no espaço urbano, e o fator força de trabalho desponta como sendo o mais crucial, mesmo que os padrões urbano-trabalhistas depreciem o uso e a remuneração de mão-de-obra certificadamente não qualificados. Os próprios trabalhadores criam suas oportunidades locais com base no uso do território, e as famílias não diferenciam aqueles que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Dessa forma, para os “camponeses urbanos” do Tapanã, o fator capital ganha relevância no contexto da urbanização, tanto para a manutenção reprodutiva, haja vista que a subsistência não conta com a produção agrícola, mas sim com atividades terciárias, quanto para a expansão do território, pois, com a fragmentação do espaço, são fomentadas as estratégias para o controle dos microterritórios, necessários para o apoio material e social da eficiência reprodutiva das famílias.

Outro ponto a se destacar é uma espécie de “aprisionamento involuntário” que ocorre com essas famílias, sobretudo no tocante à cultura e ao lazer. Nota-se que os espaços públicos e privados, a exemplo de praças, arenas, bares, restaurantes, lanchonetes etc., bem como as limitações orçamentárias das famílias citadas, fazem com que essas pessoas limitem suas vidas e atividades no interior do bairro, saindo de lá somente quando há uma necessidade superior ou para visitar parentes. Não há um contato necessário com outros lugares, culturas e perspectivas, a vida fica restrita aos limites do bairro. É como se a perspectiva de microterritório ganhasse uma projeção maior, englobando o território do bairro, ou seja, o bairro, que antes era um conjunto de microterritórios, passa a ser, em uma escala maior, um único microterritório.

---

<sup>3</sup> Em geral, montam pequenas barracas com venda de verduras, legumes, frutas e/ou temperos, ou para comercializar produtos sem respaldo legal, tal como os “camelôs”, ou também como moto táxis, vendedores de lanches, etc. Em alguns casos, os vendedores prosperam e constroem comércios mais estruturados, expandindo seu ramo de vendas ou migrando para outros, como as confecções, mercadinhos, açougues, peixarias, oficinas, vendas de frangos, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição histórica do bairro do Tapanã, proveniente da fatídica “hospedaria do diabo”, perpassa pelo processo global de urbanização e metropolização das periferias industriais. Sua população foi sendo formada por uma mescla de diferentes camadas sociais. Hoje, é um bairro excepcional da chamada “nova Belém” no tocante à observação da fragmentação socioespacial que o processo de urbanização fomentou. É um espaço de controvérsias, um mosaico de contrários.

A pesquisa de campo pôde tornar observáveis os fenômenos descritos pelos autores, mesmo havendo limitações, logísticas e materiais de acesso a um maior contingente de dados primários e secundários, porém abrindo a possibilidade para que outras pesquisas possam se debruçar mais profundamente sobre as questões levantadas, como a desigualdade habitacional, a precarização da força de trabalho local e as carências do circuito inferior inseridas na feira livre do bairro.

A partir do observado, recomendam-se iniciativas locais que alcançariam resultados importantes de desenvolvimento social e econômico para o bairro do Tapanã, como a construção de mais creches nas “áreas de baixada”, iniciativas de micro ou nano crédito para os feirantes, ou até mesmo de uma moeda social, cursos de qualificação profissional nas periferias do bairro, obras de saneamento básico e, possivelmente, um restaurante popular na “baixada”, para atenuar a insegurança alimentar local.

## REFERÊNCIAS

BURGOS, R. Direito à cidade: utopia possível a partir do uso e apropriação dos espaços públicos urbanos. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LAS UTOPIÁS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO*, 14., 2016, Barcelona. **Anales** [...]. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. p. 1-19.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013.

COSTA, F. A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: NAEA, 2012.

- FURTADO, V. Tapanã: a rota da borracha em Belém e a ‘Hospedaria do Inferno’. **Jornal O Liberal**, Belém, 22 maio 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/tapan%C3%A3-a-rota-da-borracha-em-bel%C3%A9m-e-a-hospedaria-do-inferno-1.143631>. Acesso em: 22 out. 2020.
- GUIMARÃES, S. K.; CUNHA, L. A. G. A teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos: subsídios para o estudo da economia urbana contemporânea. **Portal de Eventos da Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 18 set. 2018. Disponível em: [https://siseve.apps.uepg.br/storage/xxvgeografia/27\\_Simone\\_Koniski\\_Guimar%C3%A3es-153636334742790.pdf](https://siseve.apps.uepg.br/storage/xxvgeografia/27_Simone_Koniski_Guimar%C3%A3es-153636334742790.pdf). Acesso em: 14 nov. 2020.
- HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.
- LEAL, E. L. Proteção social de crianças e adolescentes: um olhar através da observação participante. **Diálogo**, Cuiabá, n. 40, p. 69-79, 2019.
- MARIETTO, M. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 5-18, out. 2018.
- MEDEIROS, J. F. S. As Feiras Livres em Belém (PA): possibilidades e perspectivas de (re) apropriação do território na/da cidade. **Observatório Geográfico América Latina**, Cidade do México, 2004. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/250.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.
- MÓNICO, L. *et al.* A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **CIAIQ 2017**, [s. l.], v. 3, p. 724-733, 2017.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 169-181.
- MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, Caracas, v. 53, n. 1, p. 147-164, 2012.
- MOURA, H. A.; MOREIRA, M. M. A população da Região Norte: processos de ocupação e de urbanização recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 6, n. 12, p. 215-238, 2010.

SANTOS, J. E. Feiras livres: (re) apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, n. 2, p. 39-56, 2013.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 433-433.

SANTOS, T. V. Expressões metropolitanas na periferia do capitalismo brasileiro: Belém e a particularidade da metropolização regional na Amazônia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 13., 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. p. 1-14.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Assentamentos urbanos e metropolização na Amazônia brasileira: o caso de Belém. *In*: ENCUESTRO DOS GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 7., 1999, San Juan. **Anales [...]**. San Juan: Universidad de Porto Rico, 1999. p. 35-45.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 22, p. 153-155, 2007.

Texto submetido à Revista em 12.02.2021  
Aceito para publicação em 09.08.2022



## Viagem antiga: da urbanização à implementação de condomínios horizontais fechados no Litoral Norte Gaúcho

### Old trip: from urbanization to the implementation of horizontal closed condominiums on the North Coast of Rio Grande do Sul

*Mariana Barbosa de Souza* – Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: marisouza\_10@hotmail.com

#### Resumo

Este artigo é recorte de uma tese de doutorado que trata da relação entre norma local e território e o contexto urbano dos municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá. Entender como ocorreu a ocupação e a urbanização destes municípios implica na compreensão de diferentes fatores, como os que se relacionam com o meio físico, a dinâmica econômica local e regional, condicionantes de uso e ocupação do solo urbano e as leis que influenciam estas localidades. Assim, objetiva-se compreender como foi a interação entre a sociedade e o espaço na região mencionada, entendendo-se como ocorreu a dinâmica dos municípios analisados, quais são os agentes sociais que interagem neste espaço e como eles influenciaram o surgimento dos condomínios nesta região. Ao final, evidencia-se que a ausência de planejamento urbano resultou na atuação de investidores sob a justificativa de que a região necessitava de desenvolvimento econômico, possibilitando, assim, a ação livre da especulação imobiliária.

#### Abstract

This article is part of a doctoral thesis that deals with the relationship between norm and territory and the urban context of the municipalities of Capão da Canoa and Xangri-Lá. Understanding how the occupation and urbanization of these municipalities occurred implies the understanding of different factors, such as those related to the physical environment, local and regional economic dynamics, urban land use and occupation conditions and the laws that influence these region. Thus, the objective is to understand how was the interaction between society and space in the region mentioned, understanding how the dynamics of the territory of the analyzed municipalities occurred, what are the social agents that interact in this space and how they influenced the emergence of condominiums in this territory. It was concluded that the absence of urban planning resulted in investors acting because the region needed economic development, thus enabling the free action of real estate speculation.

#### Palavras-chave

Urbanização. Condomínios Horizontais Fechados. Capão da Canoa. Xangri-Lá.

#### Keywords

Urbanization. Horizontal Closed Condominiums. Capão da Canoa. Xangri-Lá.

## INTRODUÇÃO: DUAS CIDADEZINHAS DE NARIZES PONTUDOS QUE FURAM O CÉU GAÚCHO<sup>1</sup>

O Litoral Norte gaúcho é uma região em expansão urbana, que associada ao crescimento demográfico, tem uma economia que se baseia no turismo e no lazer. A região está próxima de Porto Alegre e de Caxias do Sul (regiões populosas), que acabam se tornando elementos de influência para a região (IBGE, 2010). A ocupação desta região é marcada por fases que apresentam diferentes formas e usos, contudo, é possível visualizar que diferentes características se encontram presentes no tecido urbano do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Identificar cada um destes períodos é uma tarefa importante para se entender as ações que resultaram na maneira como a ocupação deste território ocorre nos dias atuais.

Assim, este artigo apresenta uma compreensão das dinâmicas de ocupação do solo perpetradas no Litoral Norte gaúcho, sobretudo em Capão da Canoa e em Xangri-Lá (duas cidadezinhas de narizes pontudos que furam o céu gaúcho que possuem características únicas e que se destacam por diversos motivos, como a população sazonal que ocupa a região na temporada de verão, o aumento demográfico nos últimos vinte anos, além das peculiaridades ambientais que são encontradas somente ali), com a intenção de identificar as fases de ocupação e a resultante relação com a existência dos condomínios horizontais fechados.

Para isso, fez-se necessária a contextualização histórica do objeto de estudo desta pesquisa, como maneira de entender as dinâmicas territoriais e, assim, passar-se a periodizar as ocupações e a urbanização da região. Parte-se da hipótese que a disseminação de novos produtos imobiliários, condomínios fechados horizontais ressignificam os processos de segregação socioespacial, evidenciando a emergência da dispersão das classes de média e alta renda por áreas periféricas, tradicionalmente ocupadas pela população de baixa renda.

Mesmo presentes em parcela significativa das grandes cidades e cidades médias, os condomínios horizontais, no contexto de Capão da Canoa e de Xangri-Lá, representam inovações espaciais, nos termos de Corrêa (2010, p. 150), instrumentais à reprodução capitalista e à formação de setores seletivos apropriados pela classe média e pelas elites; ideologicamente, representam o novo e, através de estratégias publicitárias, contribuem para a obsolescência das formas urbanas precedentes.

A fim de traçar uma identificação e uma compreensão das fases de ocupação da região, estuda-se a maneira como se deu o crescimento urbano, a partir de estudos exploratórios, descritivos e analíticos, com fundamentação

<sup>1</sup> Tanto o título quanto os subtítulos deste artigo foram inspirados no poema “Viagem Antiga”, de Mário Quintana, inserto no livro denominado *Esconderijos do tempo* (QUINTANA, 1980).

teórica-conceitual baseada no pensamento marxista, com abordagem qualitativa. Segundo Carlos (2015), essa visão possibilita ir além de uma compreensão objetiva do espaço, como localização dos fenômenos, para percebê-lo como uma produção social, evoluindo da compreensão do espaço para a “produção espacial”, tendo o materialismo histórico como guia teórico e o método dialético como caminho de pesquisa que permite considerar o espaço como uma mercadoria, integrada à totalidade da produção social capitalista. No capitalismo, a produção espacial leva à apropriação privada dos produtos produzidos socialmente, o acesso aos produtos é mediado pelo mercado imobiliário, destacando-se o valor de uso em relação ao valor de troca.

Assim, além desta introdução e das considerações finais, este artigo conta com uma outra parte, que versa sobre o processo de urbanização de Capão da Canoa e de Xangri-Lá e a caracterização demográfica e socioeconômica dos municípios mencionados.

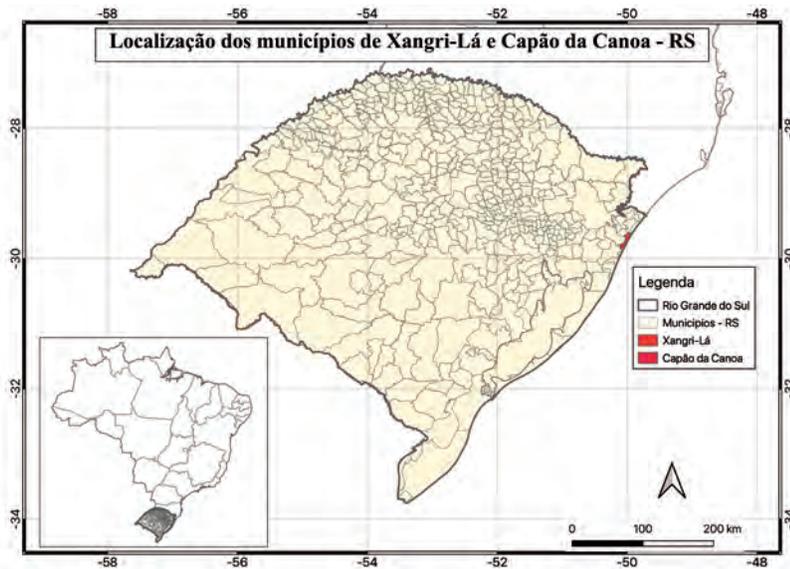
## **1 URBANIZAÇÃO DE CAPÃO DA CANOA E DE XANGRI-LÁ: A GENTE OLHA SEM NENHUMA PRESSA**

Os municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá são tomados neste artigo como os contextos socioespaciais nos quais se encontram implantados os produtos imobiliários que são resultantes de processos históricos de ocupação e urbanização da região do Litoral Norte gaúcho, os condomínios horizontais fechados. Esta maneira de habitar tem características particulares, regulamentos próprios e peculiaridades únicas.

Mas a ideia central deste constructo é chamar a atenção para a maneira como os produtos imobiliários são resultado da constituição da região na qual os municípios estudados encontram-se inseridos, apontando para as discontinuidades territoriais geradas a partir disso, bem como as lógicas que orientam a produção capitalista do espaço urbano no tempo atual. A Figura 1 apresenta a localização dos municípios estudados.

O processo de urbanização de Capão da Canoa e de Xangri-Lá é marcado, assim como o de toda a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, por diferentes fatores. Rastros da ocupação indígena encontram-se perceptíveis em diferentes lugares, nas ruas que carregam nomes de origem indígena e nos sambaquis, que são encontrados em municípios de toda a região, tendo em Xangri-Lá seu exemplar melhor conservado no Rio Grande do Sul. O *Morro dos Índios*, como ficou conhecido entre os moradores, foi catalogado no Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com a denominação *RS-LN-19*.

Figura 1 – Localização dos municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá/RS



Fonte: adaptado pela autora a partir de IBGE (2021).

O sambaqui foi ocupado em distintos momentos demonstrando que ali estiveram também grupos de caçadores, coletores e pescadores, que viviam da pesca de peixes e lacustres, bem como da caça de animais, além da coleta de mariscos e outros produtos vegetais, que incluíam frutos e plantas comestíveis. O início da construção deste sambaqui remonta há 3.500 anos, sendo ocupado por caçadores e pescadores e, por volta de 500-600 anos atrás, seria reocupado por grupos indígenas que utilizavam cerâmicas, como os Guaranis, que estavam na região quando os primeiros europeus chegaram, vindos de São Paulo em busca de indígenas para escravizar (ROGGE, 2016). Muito deste patrimônio perdeu-se.

Após a presença indígena, a região sofrera uma ocupação intensa a partir do século XVIII, momento em que se inicia a colonização portuguesa e açoriana. A fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, contribui para o desenvolvimento desta ação: “[a] Coroa Portuguesa valeu-se da Bula Papal, de 22 de novembro de 1676, que estendia até o Rio da Prata a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro para implantar esse povoado.” (STROHACKER, 2007, p. 69). Santos (2005, p. 21) assevera que “em 1703, ou seja, 23 anos após a fundação da Colônia de Sacramento (1680), o litoral rio-grandense era ainda totalmente despovoado”, mas ressalta-se que, como mencionado e exemplificado a partir da presença dos sambaquis, a região já era ocupada por populações indígenas.

A partir de 1732, o litoral passou a ser dividido em sesmarias. Ocorre que as sesmarias eram doadas a uma determinada parcela da elite brasileira, composta basicamente de comerciantes e, principalmente, de militares que não ocuparam de fato essa parcela territorial e acabam por revender essas terras e, como afirma Santos (2005, p. 24), “em 1784, 34,8% dos terrenos declarados em uma relação de moradores da época, indicam compra, arrendamento ou arrematações de terras no litoral do Rio Grande de São Pedro”.

É a partir de 1785 que a região é ocupada por açorianos, portugueses e seus escravos, mediante a distribuição de datas de terras, porções territoriais menores que as sesmarias, em parte para a criação de freguesias. Em 1771 ocorre a fundação da freguesia de Santo Antônio, que originará o município-mãe do Litoral Norte gaúcho: Osório. A freguesia de Conceição do Arroio, localidade conhecida como “Estância da Serra”, foi criada em 1774, “e assim, paulatinamente, a região passa a ser ocupada por colonizadores, tropeiros e militares que fixaram moradia tornando-se fazendeiros” (STROHACKER, 2007, p. 70). Calcula-se que 18 casais açorianos ocuparam a localidade de Osório (denominada Conceição do Arroio), em 1773 (SANTOS, 2005).

A presença dos negros também é expressiva na região. Embora a lei que proibisse o tráfico negreiro datasse de 1850 (Lei Eusébio de Queirós), o desembarque de navios negreiros na crosta terrestre foi registrado após esse período. Os escravos “trabalharam nas fazendas da região, nos canaviais, nos bananais, nas tafonas de farinha, etc. e formaram uma importante comunidade, hoje concentrada em Morro Alto” (SANTOS, 2005, p. 21), distrito pertencente ao município de Maquiné. Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, houve uma profunda mudança na apropriação fundiária brasileira, tendo em vista que a partir de então era necessária a posse *mansa e pacífica* da terra para comprovar a propriedade. Ao fim do século XIX, consolidava-se no Rio Grande do Sul a atividade pecuária (SANTOS, 2005).

No século XIX, o acesso ao litoral era bastante precário. O escoamento da produção também restava prejudicado, razão pela qual a navegação lacustre tornou-se o principal sistema de comercialização dos produtos coloniais (STROHACKER, 2007). A navegação lacustre Osório-Torres, respaldada pelo governo, especialmente a partir de 1921, melhorou significativamente a prática comercial no território que compreende hoje os municípios de Torres, Osório e Palmares do Sul. Mais do que isso, a navegação neste contexto não era tida como algo isolado, tendo em vista que desde o Império – 1859 –, mas concretizado em 1914 por práticas do governo estadual, havia o interesse de se construir um grande canal que faria a união de vias hidroviárias internas do Rio Grande do

Sul que iriam até o Estado vizinho, Santa Catarina, ou seja, começaria em Porto Alegre e seu ponto final seria em Laguna, passando pelo Rio Mampituba, em Torres (SILVA, 2014).

Assim, esta região é marcada pela importância tanto do mar, quanto dos seus rios, lagos e lagoas, que foram determinantes para o desenvolvimento da economia e da sua história, na medida em que se apresentaram enquanto solução para escoamento de produtos, visto que na época a travessia terrestre era de extrema dificuldade. Esta região, estreita faixa de terra e que faz fronteira com a serra e o mar, tem uma ligação íntima com a água por inúmeras razões, desde o início da sua constituição, seja por motivos econômicos (como a necessidade de escoamento da produção e mesmo para atividades de turismo), seja por questões de sobrevivência (acesso à água para própria subsistência).

De acordo com o IBGE (2010), os municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá estão inseridos na Microrregião de Osório, que por sua vez pertence à mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, a qual está dividida em 23 municípios e possui uma área total de 8.772,999 km<sup>2</sup>. Também nesta região encontra-se a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, que se subdivide: subsistema norte e subsistema sul.

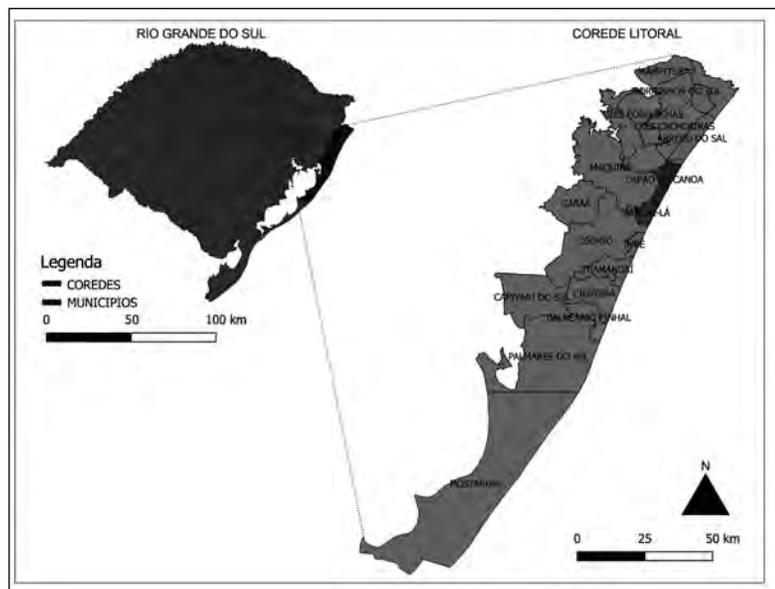
Os principais rios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí são: Rio Três Forquilhas, que recebe afluentes nascentes na Serra do Pinto e que vai desaguar na Lagoa Itapeva (em Torres); Rio Maquiné, com afluentes que nascem na Serra do Umbu e que vão desembocar na Lagoa dos Quadros (principal fonte de captação de água de Capão da Canoa); e o Rio Tramandaí que, nascendo na Lagoa das Malvas, é o responsável pelo escoamento de toda essa quantidade de água, desde a Itapeva. As serras mencionadas, assim popularmente, fazem parte da Serra Geral (SILVA, 2014). A Figura 2 apresenta os municípios que compõem a região.

Nos anos 1920, Capão da Canoa não possuía nada além de ranchos cobertos de palha que abrigavam alguns pescadores. Próximo à praia existia o Hotel Bonfílio, que posteriormente foi vendido para Gaspar Grizza. O hotel recebia turistas que acreditavam nas propriedades medicinais dos banhos de mar<sup>2</sup>, o costume da época era permanecer com a água do mar no corpo, sendo inclusive, desaconselhado o banho de água doce durante o período de veraneio. Nesse período, os proprietários dos hotéis divulgavam os empreendimentos em

<sup>2</sup> Antes disso, os banhos de mar eram comuns em outras partes do Brasil. A historiadora Mary Del Priore (2015) cita essa prática no romance *Beije-me onde o sol não alcança*, um romance baseado em documentos reais, que retrata a realidade do Brasil do século XIX. No livro, a autora menciona a prática de banhos de mar terapêuticos, no mar do Rio de Janeiro, no ano de 1872.

anúncios na imprensa<sup>3</sup>, próximo à época do Natal; eram anúncios de reformas e também um convite aos veranistas (SANTOS, 2005).

Figura 2 – Mapa de localização dos municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá



Fonte: Elaborado por Nicolas Billig de Giacometti, 2019. Adaptado de NERU-FEE (2009).

Outros hotéis também foram construídos: Hotel Nunes (1922); Hotel Bela Vista (1923); Hotel Bassani (1928); Hotel Riograndense (1926); Hotel Beira Mar (sem data de construção precisa), que receberam hóspedes como o ex-governador Leonel Brizola e o ex-presidente João Goulart e sua esposa Dona Tereza. Os hotéis ficavam fechados durante o inverno, abrindo somente para a temporada de verão. Seus proprietários eram fazendeiros da região e no inverno trabalhavam com a criação de animais e reserva de alimentos como chimia, ovos, entre outros, que seriam servidos aos turistas durante a temporada de verão. As fazendas também abasteciam os empreendimentos com o leite. Os hotéis Bassani e Beira Mar continuam atendendo turistas, porém agora, não somente no verão, tendo em

<sup>3</sup> Consta no Correio do Povo de 1o de janeiro de 1926, p. 7, o seguinte anúncio: “HOTEL FAMILIAR: Na praia balnear de Capão da Canoa. Avisa aos srs. Veranistas sua abertura em 1o de janeiro próximo e que dispõe dos seguintes confortos como sejam: Quartos para solteiros, casas para alugar, independente do Hotel, cozinha servida por bons cozinheiros e garçons, casa de negocio sortida, açougue, barbearia, garage com Ford e um caminhão de apoio com deposito de óleo e gasolina e internada com boas pastagens. As famílias que vierem por via fluvial terão desembarque na Barra João Pedro, encontrando rápido transporte ao Hotel. Diária – adultos, 8\$000, de 7 a 12 anos, 3\$000. Todo serviço será atendido com solicitude e a contento. O proprietário, Carlos Leopoldo Menger.” (SOARES, 2004, p. 518).

vista que o município aumentou significativamente seu contingente populacional, além de oferecer diversos serviços (SOUZA, 2019).

Também neste período outras praias possuíam balneabilidade, como Cidreira e Torres. Mas Cidreira possuía muita areia (muitas dunas), o que em dias de vento, especialmente o vento nordeste, conhecido popularmente como “nordestão”, incomodava os turistas. Torres também era bastante conhecida, mas era mais distante da capital Porto Alegre, enquanto que Capão da Canoa, além de ser mais próxima, possuía acesso fácil à beira da praia, já que possuía um longo gramado que ia dos hotéis à faixa de areia. Mesmo assim, os turistas eram transportados dos hotéis até a beira da água em carros de boi. No local havia biombos para trocarem de roupas, particulares ou dos próprios hotéis. Os primeiros habitantes de Capão da Canoa são originários da região de Maquiné, porquanto o desenvolvimento dos serviços ligados à hotelaria, necessitou de mão de obra de atendentes, faxineiros, cozinheiros e outros (SANTOS, 2005).

Em 1938 foi inaugurada a RS-030, que liga Porto Alegre a Tramandaí e que melhorou o acesso aos balneários, que ainda se desenvolviam de maneira desordenada, razão pela qual o governo estadual passa a demandar esforços para regulamentar e fiscalizar os loteamentos de segunda residência que surgiam no Litoral. De acordo com Strohacker (2007), a regulamentação e fiscalização de novos loteamentos na região do Litoral Norte gaúcho foi organizada tanto na esfera estadual, quanto na esfera municipal, isso porque o território do município de Osório era imenso. Do município de Osório emanciparam-se doze municípios desde a década de 1960, dentre eles Capão da Canoa (em 1982), como aponta o Quadro 1.

#### Quadro 1 – Emancipações

Município originário	Ano de criação	Emancipações
Santo Antônio da Patrulha	1809 (Instalação: 1811)	Conceição do Arroio (Osório – 1857)
Osório	1857	Capão da Canoa (1982)
Capão da Canoa	1982	Xangri-Lá (1992)

Fonte: Adaptado de Espindola, Florentino e Barroso (2004).

Nos anos 1940, o Engenheiro Luis Arthur Ubatuba de Faria<sup>4</sup> assume a chefia do Departamento de Balneários Marítimos e realiza uma visita técnica

<sup>4</sup> De acordo com Oliveira (2016, p. 53), “personagem fundamental desta história dos balneários, Ubatuba (1908-1954) atuou como profissional na iniciativa privada e em órgãos públicos. Seja produzindo relatórios ou promovendo palestras, entrevistas e exposições em Porto Alegre durante os anos 30, Ubatuba foi figura reconhecida e respeitada no noticiário local. Foi funcionário da Prefeitura e formado na Escola de Engenharia em 1932, escola onde começou o ensino de urbanismo em Porto Alegre, quando ainda não existiam cursos de arquitetura”.

ao Uruguai, que é noticiada nos principais veículos midiáticos da época e tem como objetivo principal buscar conhecimento, aplicá-lo no Litoral, a fim de desenvolvê-lo e angariar fundos para o governo do Estado. O planejamento territorial do Litoral Norte é alvo de entrevistas que o engenheiro deu na época (STROHACKER, 2007).

Há uma preocupação com os trabalhadores urbanos e com as classes médias da época, razão pela qual são implantadas colônias de férias no Litoral, que objetivavam respaldar os governos de Getúlio e de Cordeiro de Farias. Ademais, o aumento de veranistas aquecia a economia regional, além de promover a povoação local. Ocorreram doações de terrenos do Governo do Estado, para a criação destas Colônias, também para sociedades, associações, sindicatos e outras entidades, de todo os balneários do Litoral Norte, mas principalmente em Tramandaí e Capão da Canoa (STROHACKER, 2007).

Outra questão importante que merece ser destacada é que neste cenário a urbanização litorânea consolida-se e o loteamento destes trechos passa a ser necessário. Com efeito, o valor paisagístico e a praia, enquanto espaço de tranquilidade, de descanso e de lazer, são incorporados aos valores dos imóveis, ressaltando a qualidade dos municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá enquanto localidades em que o tempo passava diferentemente, em que “a gente se olhava sem pressa”. Essa característica foi incorporada pelo marketing, enquanto um atributo de venda que permanece ainda hoje atrelado à figura dos condomínios horizontais fechados na região. Neste sentido, Macedo (1998) contribui ao afirmar que:

Possuir um imóvel ou passar as férias em frente ao mar vira sinônimo de status e por todas as cidades de porte – capitais ou não – surgem bairros que foram construídos à semelhança de Copacabana. A via beira-mar transforma-se em pólo aglutinador da população como centro de lazer por um público amplo (MACEDO, 1998, p. 153).

Todos esses meandros marcam a urbanização de Capão da Canoa e do Litoral Norte gaúcho como um todo. E é a partir da década de 1940, em que há uma reestruturação no Departamento de Balneários Marítimos, que o Engenheiro Luís Ubatuba de Faria assume a gerência de diferentes projetos de loteamentos no Litoral gaúcho, dentre eles: Imbé, Atlântida, Tramandaí e Torres (STROHACKER, 2007). Foi de Ubatuba a idealização de uma grande cidade balneária, que iria da serra até o mar, incluindo Xangri-Lá e Capão da Canoa. O projeto gerou grandes expectativas na época, mas não teve prosseguimento, em razão da sua inviabilidade econômica (SANTOS, 2005). Mesmo assim, em Xangri-Lá, principalmente, são notáveis os traços herdados de Ubatuba. A cidade

possui diversas alamedas e passarelas que facilitam e direcionam a cidade para os pedestres, diferentemente de todas as outras cidades do Litoral Norte gaúcho.

No final dos anos 1940 é constituída a primeira construtora de Capão da Canoa, a empresa Territorial Capão da Canoa Ltda. Os loteamentos ocorreram a partir de uma planta urbana, a “Gleba A da Av. Rudá (N) até Atlântida (S) e Gleba B da Rua General Osório até a beira da Lagoa dos Barros (exceto as terras dos Prestes e Matadouro de Angelim Bassani)” (ROSA, 2004, p. 101). No centro de Capão da Canoa alguns lotes já eram de particulares.

A construtora Capão da Canoa Ltda. foi responsável pela construção dos primeiros edifícios de apartamentos de Capão da Canoa e muitos apostavam que não seriam vendidos, pois se acreditava que, em razão do solo arenoso, os prédios poderiam desmoronar a qualquer momento (SANTOS, 2005), como é o caso do Edifício Aimoré, prédio imponente ainda hoje na beira mar de Capão da Canoa.

Assim, é na década de 1950 que a população de Capão da Canoa aumenta, isso porque trabalhadores que serviam nos hotéis somente na alta temporada passam a residir na localidade. Os serviços relacionados aos loteamentos, à urbanização e ao turismo, demandam cada vez mais mão de obra. Então, são necessários corretores de imóveis, cuidadores de crianças, motoristas, calceteiros de estradas, jardineiros, entre outros.

O governo estadual também se empenha no sentido de influenciar o turismo na região. Diversos acessos são melhorados e/ou criados para apoiar o acesso ao Litoral Norte gaúcho. A estrada que liga Porto Alegre a Osório é expandida até Torres (BR-59). Como o caminho era repleto de lagos, lagoas e rios, pontes também foram construídas sobre rios: Maquiné, Mampituba e Cardoso. E, de grande significado para Capão da Canoa, foram iniciadas as obras da RS-407, que tem início em Morro Alto, além da construção da ponte sobre a Barra João Pedro (SANTOS, 2005).

Strohacker (2007) afirma que nas décadas de 1950 e 1960 vários empreendimentos e estudos foram realizados pela Secretaria de Obras Públicas do Estado, na região do Litoral Norte. Sendo assim, aos poucos, diferentes equipamentos foram sendo implementados, como redes de água, telecomunicações, energia elétrica, saúde, de educação (escolas, como a criação do Instituto Estadual Riachuelo), de segurança, a partir da criação de delegacias de polícia, guarnições de corpo de bombeiros. Neste período, os investimentos acontecem para além da sede de Capão da Canoa, voltando-se para a praia de Capão Alto e para a praia planejada de Atlântida, hoje distritos do município de Xangri-Lá. O plano envolvia emancipar Terra de Areia, juntamente com Capão da Canoa, mas a tentativa restou frustrada e somente Tramandaí logrou êxito no período (BOFF, 2004).

Para Strohacker (2007), as décadas de 1970 a 1990 marcaram a região litorânea pela implementação de programas que objetivaram: ordenamento territorial, a melhoria do potencial hídrico e a proteção ambiental. Destacam-se principalmente as ações de cunho ambiental, que visavam diagnosticar a destinação dos resíduos sólidos urbanos do Litoral Norte e Médio, por meio de um convênio entre a Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM), Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) e Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN), apontando, portanto, para uma nova orientação de desenvolvimento regional, que ultrapassava os limites municipais e que dava ênfase ao ordenamento do território a partir da qualificação e da preservação dos recursos naturais.

Também na década de 1970, acompanhando o chamado “milagre” econômico brasileiro, as vias de acesso ao litoral são melhoradas, especificamente em 1973 é concluída a *Free-way* (trecho da BR-101 que liga a capital Porto Alegre ao Litoral Norte). Estes investimentos influem diretamente na economia de Capão da Canoa, impulsionando o turismo e a construção civil, esta última atividade, importante geradora de emprego também na baixa temporada (inverno). Em 17 de janeiro de 1976 é inaugurada a Plataforma Marítima de Atlântida. A ideia da construção de uma plataforma marítima em Atlântida foi do sr. Antônio Casaccia, que teria se inspirado em um cartão postal da Califórnia e pensado na plataforma como um atrativo turístico para a região. Hoje a plataforma é ocupada por pescadores(as) artesanais e turistas (ROSA, 2004).

No ano de 1974, na praia de Noiva do Mar (hoje distrito de Xangri-Lá), um grupo de 11 empresários, oriundos de Caxias do Sul e proprietários de uma gleba de terra, dão início à ocupação urbana local. A propriedade havia sido comprada em 1954 (SEBBEM, 2016). Atualmente, o distrito de Noiva do Mar é ocupado principalmente por condomínios horizontais fechados, que circunscrevem a Estrada do Mar (RS-389).

No ano de 1978, durante a gestão do Prefeito Jorge Dariva (em Osório/RS), empossado via indicação do governo militar, é aberta a estrada interpraiais que une a Praia do Barco e o Arroio Teixeira (atualmente, ambos são distritos de Capão da Canoa) e também é construído um pontilhão sobre o Arroio da Pescaria (em Capão da Canoa). No mesmo ano é criado o Conselho de Desenvolvimento Urbano e, no ano seguinte é instalado o Plano Diretor do balneário de Capão da Canoa, aprovado pela lei 1.660 de 1979, que buscava ordenar o crescimento urbano. Também no ano de 1979, o executivo de Osório assina contrato com o governo estadual para a construção da Escola Estadual Luiz Moschetti (SILVA, 2004).

No final da década de 1970 é dado início ao planejamento da praia de Capão Novo (atual distrito de Capão da Canoa). De acordo com seu idealizador (Elmar Ricardo Wagner), a praia era destinada à classe média alta e com uma estrutura que somente poderia ser comparada à estrutura das praias norte-americanas. Foram criadas zonas específicas para o comércio, indústrias, lazer e até mesmo uma zona ecumênica destinada à construção de templos e igrejas. Na época investiu-se um milhão e quinhentos mil dólares na construção de um parque à beira mar (WAGNER, 2004).

No final da década de 1970 e início de 1980 é estabelecida uma Comissão Emancipacionista. No dia 14 de março de 1981 é realizado um plebiscito, em que a resposta final é sim, pela emancipação de Capão da Canoa e a Comissão seria responsável pela administração do novo município até o dia 31 de janeiro de 1983, data de posse do prefeito eleito em novembro de 1982. Assim, no dia 31 de janeiro de 1982, na sede do clube de futebol Capão da Canoa tomaram posse os vereadores e o prefeito do município. Em 12 de abril de 1982 é criado oficialmente o novo município, no governo estadual de José Augusto Amaral de Souza (SILVA, 2004).

A década de 1980 também é marcada pela migração de turistas originários dos países do Prata, contabilizados em torno de 500 mil, o que significou um aumento econômico importante, sobretudo da indústria da construção civil e do setor terciário (serviços e comércio) de todo o Litoral Norte, mas principalmente de Capão da Canoa e de Torres (STROHACKER, 2001).

Entende-se, assim como afirmado por Strohacker (2007), que a ocupação não planejada de certos segmentos da região litorânea do norte gaúcho, ocorreu devido à descentralização político-administrativa, à ausência de fiscalização e à relativa omissão das instâncias de poder imbuídas da tarefa de zelar pelos bens coletivos de uso comum. Como exemplo, pode-se citar a criação da lei de regularização dos condomínios horizontais fechados, criada no município de Xangri-Lá somente no ano de 2004, quatorze anos depois do início da construção do primeiro condomínio. Alguns destes condomínios horizontais fechados estão inseridos em beira mar, em beira de lagoas e mesmo assim, por um grande tempo, não havia qualquer regulamentação, tanto em esfera federal, quanto na esfera local.

Em termos de visibilidade para Capão da Canoa, ocorre em 1985 a primeira edição do Concurso Garota Verão. O concurso, promovido pelo Grupo RBS, já ocorria em Porto Alegre, em alguns clubes, mas no ano de 1985 teve sua primeira edição realizada em uma praia. A partir da parceria firmada entre a prefeitura caponense e o grupo de comunicação, desde 1985, o evento é realizado

anualmente no segundo domingo de março (ALVES; GERMANO, 2004). Até 2018 foram realizadas trinta e três edições em Capão da Canoa e é inegável que o evento colocou o município em evidência para o Rio Grande do Sul. Em 1990 é inaugurada a RS 389, conhecida por Estrada do Mar, durante a gestão do Governador Pedro Simon, a fim de dar vazão ao trânsito que havia na BR-101, iniciando em Osório e findando em Torres, contribuindo com o turismo na região.

Em contexto de abertura política, de redemocratização e descentralização política, como afirmado, inicia-se o movimento pela Emancipação de Xangri-Lá em meados de janeiro de 1990. O processo emancipatório de Xangri-Lá foi bastante conturbado, por várias razões, dentre elas, Capão da Canoa não queria perder parte de seu território; Rainha do Mar (hoje distrito de Xangri-Lá), por meio de seus moradores, queria ser anexada à Osório, município que naquela época detinha maiores condições econômicas; o governador estadual da época, Alceu Colares, vetou o pedido inicial de emancipação, sob a alegação de que emancipações enfraquecem os territórios dos municípios; e outras lideranças locais importantes, como Lauro Jardim e seu irmão Érico de Souza Jardim também eram contra a emancipação (FERNANDES, 2016).

O plebiscito foi autorizado pela Lei Estadual Nº 9.361, de 1991 (RIO GRANDE DO SUL, 1991), e ocorrido em 10 de novembro de 1991. E a Lei Nº 9.612, de 20 de março de 1992 (RIO GRANDE DO SUL, 1992), criou o município de Xangri-Lá, com os seguintes balneários: Atlântida, Guará, Xangri-Lá, Praia dos Coqueiros, Marina, Maristela, Remanso, Arpoador, Noiva do Mar e Rainha do Mar.

No ano de 1995 é aprovada a comercialização dos condomínios horizontais fechados Xangri-Lá Villas Resort, com 337 unidades, e Atlântida Lagos Park, com 344 unidades. A partir de então, a urbanização da região do Litoral Norte gaúcho assume uma nova configuração (SOUZA, 2017).

Assim como o Concurso Garota Verão colocou em evidência para o Estado gaúcho o município de Capão da Canoa, para Xangri-Lá, o Festival de Música Planeta Atlântida teve o mesmo impacto. O Planeta Atlântida é um festival nacional de música que ocorre anualmente no balneário de Atlântida, distrito xangri-laense. O evento é privado, uma promoção do Grupo RBS, mas conta com a parceria do poder público (COPATTI; FAGUNDES, 2016). Estreou em 1996 com bandas como Mamonas Assassinas e, mais recentemente, tem atingido um público maior, por ter tido suas últimas edições transmitidas em emissoras nacionais.

Em relação ao turismo em Capão da Canoa, dois parques aquáticos são criados na década de 1990. O primeiro deles, o Parque Acqua Lokos (inaugurado em 1997), de propriedade do ex-prefeito Ledorino Brogni. O segundo, Marina

Park, de propriedade da empresa Marina Park Empreendimentos Imobiliários Ltda. e localiza-se ao lado de um condomínio horizontal fechado, o Velas da Marina, com 293 lotes. Ambos os parques se situam na Estrada do Mar.

Nos anos 2000, intensifica-se a construção de condomínios horizontais fechados, em Capão da Canoa e em Xangri-Lá, especialmente neste último, que já conta com mais de trinta empreendimentos em comercialização. Em Capão da Canoa destaca-se também a verticalização – nesse período é aprovada legislação que permite a construção de prédios de até treze pavimentos e nota-se a sua presença na Avenida Beira-Mar, especialmente, conforme a Figura 3. Quanto mais próximo da beira mar, maior é o potencial construtivo, tendo em vista a demanda. A procura por residências próximas à orla também é maior (SOUZA, 2017). Em Xangri-Lá, a legislação permite a construção de prédios com até seis pavimentos.

Figura 3 – Avenida Beira-Mar de Capão da Canoa



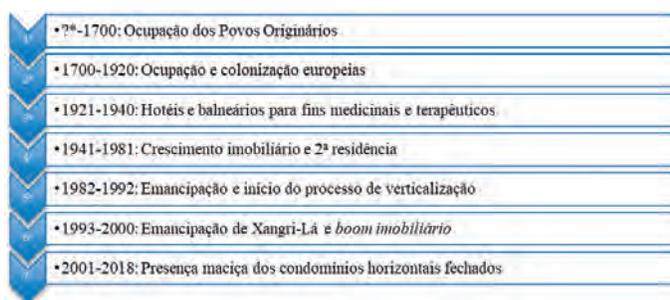
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

Historicamente, a urbanização de Capão da Canoa e de Xangri-Lá foi marcada e estruturada pelo crescimento demográfico, pelas migrações e pela população sazonal. Observa-se que a composição atual das cidades do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, entre outros condicionantes, é resultado de ações praticadas pelo governo gaúcho até meados dos anos 1980, além de inter-relações entre poderes público e privado, num contexto de abertura democrática e descentralização das decisões políticas.

Resumidamente também se entende, conforme ilustrado por Strohacker (2007), que a urbanização de Capão da Canoa e de Xangri-Lá possa ser dividida em fases. Todavia, diferentemente das fases e dos períodos adotados pela autora, toma-se para o presente artigo, não o termo *urbanização*, mas sim *ocupação*, por entender-se a necessidade de apontar as fases de ocupação do território em estudo. Ocupação aqui é entendida como apropriação do espaço geográfico, enquanto que urbanização é percebida como um fenômeno mais recente e marcado pelo aumento da população no espaço urbano. Ademais, entende-se que assim, estar-se-á dando visibilidade às populações originárias, outrora ignoradas por diferentes pesquisadores.

Depreende-se da Figura 4 que a ocupação de Capão da Canoa e de Xangri-Lá pode ser dividida em sete períodos. O *primeiro período* não se pode precisar o seu início, porque se sabe que os sambaquis têm indícios de ocupação que remontam há pelo menos três mil anos, então este *primeiro período* é marcado pela presença dos povos originários. O *segundo período* relaciona-se com a colonização europeia e a sua ocupação deste território. O *terceiro período* é demarcado pela presença de hotéis nos balneários, com a finalidade de receber os turistas que buscavam as propriedades medicinais dos banhos de mar. O *quarto período* de ocupação é respaldado pelo crescimento imobiliário, por investimentos estatais e pelo crescimento de segundas residências. O *quinto período* inicia com a emancipação de Capão da Canoa e caracteriza-se pelo processo de verticalização do município. O *sexto período* começa a partir da emancipação de Xangri-Lá e do aumento das transações imobiliárias. E o *sétimo período* marca a presença maciça de novos produtos imobiliários em ambos os municípios, traduzidos nos novos condomínios horizontais fechados. Com o intuito de ilustrar as fases de ocupação da região de Capão da Canoa e de Xangri-Lá, segue a Figura 4:

Figura 4 – Ocupação e urbanização do território de Capão da Canoa e de Xangri-Lá



Fonte: organizado pela autora, 2019.

\* Não é possível precisar com exatidão quando teve início a ocupação deste território pelos povos originários.

Assim, importa tratar das características demográficas e socioeconômicas do processo de urbanização de Capão da Canoa e de Xangri-Lá. Primeiramente, tem-se que em relação ao crescimento demográfico da última década, tanto Capão da Canoa, quanto Xangri-Lá, tiveram um aumento populacional superior ao do Estado do Rio Grande do Sul, já que concentraram incrementos expressivos e tiveram um percentual de aumento acima de 30% no último período censitário, conforme é possível verificar no Quadro 2.

Quadro 2 – População Total, Rural e Urbana de Capão da Canoa e Xangri-Lá - 2010

Municípios, Região e Estado	População total		População Urbana (A)		População Rural (B)		A (%)		B (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2010	2010
Capão da Canoa	30.498	42.040	30,285	41.787	164	113	99,46%	99,73%	0,54%	0,27%
Xangri-Lá	8.197	12.434	7,618	12.379	573	55	93,01%	99,56%	6,99%	0,44%
Litoral Norte	268.788	296.983	219.381	254.373	70.113	41.710	77,19%	84%	22,81%	16%
Rio Grande do Sul	10.181.749	10.693.929	8.317.984	9.100.291	1.869.814	1.593.638	81,65%	86%	18,35%	14%

Fonte: IBGE (2000, 2010).

Outro aspecto que merece ser destacado é a população flutuante (que não reside no Litoral Norte, porém permanece na região por alguma fração de tempo) presente nos municípios do Litoral Norte gaúcho, principalmente em Capão da Canoa e em Xangri-Lá, conforme Quadro 3. Embora seja notável que a população das duas localidades aumente significativamente entre os meses de dezembro e março, período de alta temporada e chamado de veraneio, ainda são escassos os estudos que quantificam e analisam este contingente, buscando refletir sobre os motivos da migração, o período e os serviços que são utilizados durante a estadia no Litoral Norte gaúcho.

Quadro 3 – População flutuante em Capão da Canoa e em Xangri-Lá

	População permanente*	População flutuante	População total	Crescimento populacional em relação à população permanente %
Capão da Canoa	47.538	56.861	106.399	123,8%
Xangri-Lá	13.769	25.159	38.928	182,7%

Fonte: Zuanazzi e Bartels (2016).

\*Estimativa populacional da FEE para 2015 (por isso os dados diferem-se da tabela anterior).

O estudo de Zuanazzi e Bartels (2016) considera dois grandes grupos populacionais: o permanente e o flutuante (aquele que não reside no Litoral Norte, porém permanece na região por alguma fração de tempo). A população total representa o somatório entre a população residente e a população flutuante.

Enquanto, nos meses de inverno, a população total é dada pela população residente (que vem apresentando tendência de aumento ao longo dos anos, atingindo 208 mil pessoas em janeiro de 2015), nos meses de verão, principalmente em janeiro e fevereiro, a média cresce, alcançando em torno de 500 mil habitantes — um aumento de mais de 140% em relação à população permanente (ZUANAZZI; BERTELS, 2016, p. 14).

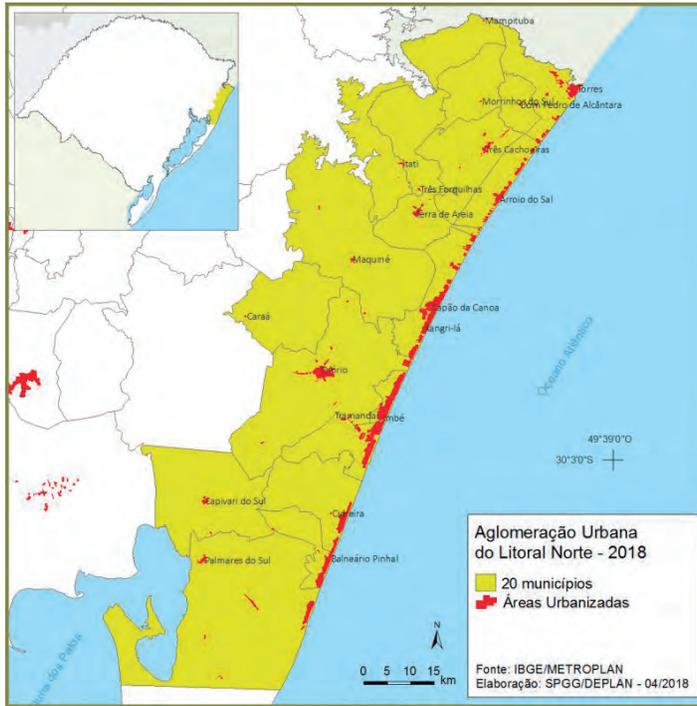
No mês de janeiro de 2015, analisando-se o número de domicílios ocupados e aqueles de uso ocasional, Capão da Canoa registrou a maior população média (106.399 habitantes), enquanto que Xangri-Lá apresentou um crescimento populacional de 182,7% em relação ao número relativo à população permanente (ZUANAZZI; BERTELS, 2016).

A maioria dos municípios do Litoral Norte é polarizada pela capital gaúcha, Porto Alegre, que está a 132 km de Xangri-Lá e 140 km de Capão da Canoa. E é justamente por essas relações com outras escalas que impera uma análise dos municípios escolhidos com suas articulações mais amplas, que se estabelecem no plano regional, estadual, nacional e também internacional, pois elas constituíram-se a partir da formação socioespacial conformada pela presença de incorporadoras de capital internacional (como é o caso da WagnerPar). Outrossim, em tempos de globalização, de internacionalização da economia, as ações tanto das empresas quanto das pessoas tornam-se mais complexas, motivo pelo qual seus interesses e estratégias são definidos em diferentes escalas.

Em outras palavras, essa complexidade representa a dificuldade de se interpretar as particularidades do capitalismo no Brasil, em que não há superação das próprias fases do processo capitalista. A complexidade é inerente à gênese do capitalismo brasileiro, que justifica a percepção de que as pequenas cidades precisam ser iguais aos grandes centros, quando isso não coaduna com a verdade. Construir um modelo urbano no Litoral Norte implica saber as suas particularidades e não reproduzir ou importar modelos metropolitanos.

A Figura 5 apresenta a Aglomeração Urbana do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, ocasião em que é possível perceber e entender a distância dos municípios analisados da capital gaúcha.

Figura 5 – Aglomeração Urbana do Litoral Norte



Fonte: Rio Grande do Sul (2018).

Outra variável de grande relevância para os municípios de Capão da Canoa e de Xangri-Lá, é o aumento da presença de pessoas acima de 65 anos ou mais nos municípios. O Quadro 4 mostra que nos municípios em estudo, assim como em toda a região litorânea do norte gaúcho, tem aumentado a população idosa, para além da média estadual. Possivelmente o argumento para este aumento é a busca por uma melhor qualidade de vida que além de ser associada à vida em municípios litorâneos é agregado às vendas de imóveis na região, como os imóveis inseridos nos condomínios horizontais fechados.

Quadro 4 – População acima de 65 anos no Litoral Norte do RS em 1991, 2000 e 2010

Município	1991	2000	Varição	2010	Varição
Capão da Canoa	909	1.460	61%	2.861	96%
*Xangri-Lá	-	367	-	851	132%
Litoral Norte	9.035	16.167	79%	27.941	73%
Rio Grande do Sul	470.384	733.087	56%	994.613	36%

Fonte: Organizado pela autora a partir de Ramos (2014).

\*Xangri-Lá não havia sido emancipado durante o período censitário de 1991.

Os dados são chamativos porque os percentuais quanto ao aumento da população acima de 65 anos são superiores ao do Rio Grande do Sul. De acordo com o IBGE (2000, 2010), o número de idosos (acima de 65 anos) no Estado era de 733.087 habitantes, passando em 2010 para 994.613, totalizando um aumento de 36%, isto é, inferior ao crescimento percebido no Litoral Norte, que foi de 73%, para o mesmo período. Se compararmos o aumento estadual com o aumento ocorrido em Xangri-Lá, esta diferença é ainda maior, já que esta população cresceu 132% no município, no mesmo interregno. Não restam dúvidas que as dinâmicas territoriais experienciadas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul são, deusas, complexas e muitas questões ainda carecem de estudos mais profundos.

Todas as dinâmicas supramencionadas e dados apresentados demonstram como a região passou de uma ocupação por populações originárias para uma urbanização marcada pela presença de condomínios horizontais fechados que são figuras comuns em cidades grandes, médias e também nas pequenas, como é o caso de Capão da Canoa e de Xangri-Lá. Os condomínios de luxo surgiram primeiramente em Xangri-Lá, a partir de 1990 e, em Capão da Canoa, a partir dos anos 2000. O que antes era visto como área pouco valorizada, ou seja, terra barata, foi convertida em condomínio horizontal fechado e resultou em altos índices de lucratividade, com altíssimo valor agregado.

Sob a lógica das ações de marketing do setor imobiliário, alguns motes podem ser elencados como comuns aos empreendimentos: modernidade, exclusividade, segurança, acessibilidade e contato com a natureza (praia ou lagoa). Diz-se que a ideia de modernidade associada à novidade que morar em um condomínio pode oferecer, como uma espécie de cidade dentro da cidade; antes dessa novidade surgiu o conceito de exclusividade, como opção para poucos; por outro lado, a segurança proporcionada por muros e sistemas de vigilância é destaque na publicidade, sendo um componente essencial deste tipo de negócio; acessibilidade aos serviços da cidade, sempre através de transporte motorizado privado, contemplado pela acessibilidade a uma rede rodoviária estruturada; e, por fim, a proximidade com a natureza é sempre valorizada, seja pela existência de fragmentos florestais nativos anteriores, seja como resultado de intervenções planejadas.

Do ponto de vista espacial, ao analisar a localização dos condomínios de luxo nas cidades de Capão da Canoa e de Xangri-Lá, é possível perceber que a maioria deles se encontra em áreas periféricas, em áreas não urbanizadas, próximas aos bairros populares e principalmente nas proximidades de rodovias, proporcionando fácil acesso a toda a cidade, inclusive ao centro e à praia (ver Figura 6). Apesar de os anúncios publicitários valorizarem os marcos mais

importantes da cidade, o que emerge da perspectiva do desenvolvimento territorial e urbano são novos processos de segregação social entre as classes altas, que embora marcados pela proximidade física com as áreas populares, resultam em maior distanciamento social, que é reforçado por barreiras físicas incisivas e sofisticados sistemas de segurança.

Figura 6 – Localização dos condomínios horizontais fechados em Capão da Canoa e em Xangri-Lá



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Google Dados Cartográficos, 2022.

Conforme se evidenciou mediante a abordagem empírico-quantitativa, os condomínios horizontais fechados, introduzidos na região na década de 1990 seguem em ascensão, atendendo a uma demanda solvável e ignorando a severa crise econômica dos últimos anos, tendo em vista a sua permanente comercialização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DESTINO É SEMPRE O HORIZONTE

Retomando o poema “Viagem antiga”, de Mário Quintana (1980), que intitulou todas as seções deste artigo, inclusive esta final, afirma-se que o destino é sempre o horizonte e que embora o Litoral Norte gaúcho tenha sido marcado por vários períodos de ocupação e urbanização, cada um conta com seu próprio conjunto de características. No entanto, é possível discernir que o período mais recente, que se estende até os dias de hoje e é assinalado pela presença de condomínios horizontais fechados horizontalmente, é o mais significativo.

Diante destes produtos imobiliários surgem eixos viários essenciais para os municípios analisados.

Havendo novos produtos imobiliários no mercado, é possível demonstrar empiricamente, por meio da realização de entrevistas e visitas ao local, que a ocupação por meio de condomínios horizontais fechados tende a durar muito tempo. Os condomínios horizontais fechados apresentados nos municípios de Capão da Canoa e Xangri-Lá são voltados para uma população de alta renda e representam uma urbanização altamente segregadora, tanto fisicamente (pois todos os empreendimentos possuem altos muros que os cercam) quanto socialmente (eles estão destinados para um pequeno segmento da sociedade).

Obviamente, a presença desses produtos tem muitos impactos na região, desde problemas ambientais até a redução da qualidade de vida das pessoas. As grandes superfícies ocupadas pelos condomínios causam perturbações nos espaços urbanos e os atores sociais que atuam no processo de criação desse espaço urbano contribuem para a privatização dos espaços públicos necessários para toda a população.

Ao final, o que se vê é que todos esses reflexos são consequência da falta de planejamento urbano, que permite aos investidores agir com base na necessidade de desenvolvimento econômico da área, permitindo, assim, a livre especulação imobiliária tornando os bens naturais comercializáveis, sem se preocupar com as consequências na e para a região.

## AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa de estudos em nível de Doutorado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. F. T.; GERMANO, A. F. B. Garota Verão em Capão da Canoa. *In*: ESPÍNDOLA, L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (org.).

**Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 387-388.

BOFF, A. V. A trajetória de Ângelo Maggi Boff. *In*: ESPÍNDOLA, L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 180-183.

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COPATTI, J. P.; FAGUNDES, L. Planeta Atlântida. *In*: BARROSO, V. L. M. *et al.* (org.). **Raízes de Xangri-Lá**. Porto Alegre: Evangraf/EST, 2016. p. 550-552.

CORRÊA, R. L. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 151-162, 2010.

DEL PRIORE, M. **Beije-me onde o sol não alcança**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

ESPÍNDOLA, L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004.

FERNANDES, J. L. S. A emancipação de Xangri-Lá: processos e polêmicas. *In*: BARROSO, V. L. M. *et al.* (org.). **Raízes de Xangri-Lá**. Porto Alegre: Evangraf/EST, 2016. p. 102-117.

GOOGLE MAPS. **Dados cartográficos condomínios horizontais fechados em Capão da Canoa e Xangri-lá, 2022**. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1i6AQWtQeNgKFFO2VAKUcw4mzuvv5ghHG&ll=-29.734887887290085%2C-50.012774549999996&z=11>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IBGE. Censo demográfico de 2000. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2020.

IBGE. Censo demográfico de 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2020.

IBGE. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2021. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MACEDO, S. S. Paisagem, modelos urbanísticos e as áreas habitacionais de primeira e segunda residência. **Paisagem & Ambiente**, São Paulo, n. 11, p. 131-202, 1998.

NERU; FEE. Mapas. **Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos; Fundação de Economia e Estatística**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://mapas.fee.tche.br/microrregioes-geograficas-ibge-rio-grande-do-sul-2009.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. L. V. As duas Atlântidas e a constituição dos balneários no Litoral Gaúcho. **InSitu**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 49-69, jul./dez. 2016.

QUINTANA, M. **Esconderijos do tempo**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 1980.

RAMOS, A. C. **Fatores de ação migratória no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o Desenvolvimento Regional**: um estudo a partir dos municípios de Capão da Canoa e de Osório. 2014. 123f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 9.361, de 11 de outubro de 1991**. Autoriza a realização de consulta plebiscitária [...]. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, [1991]. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNormas=16567&hTexto=&Hid\\_IDNorma=16567](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=16567&hTexto=&Hid_IDNorma=16567). Acesso em: 20 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 9.612, de 20 de março de 1992**. Cria o município de Xangri-Lá. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, [1992]. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/09.612.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

ROGGE, J. H. Xangri-Lá – memória e história: origens, povoamento e migração. In: BARROSO, V. L. M. *et al.* **Raízes de Xangri-Lá**. Porto Alegre: EST/EVANGRAF, 2016. p. 41-45.

ROSA, M. A. S. Capão da Canoa: três décadas de transformação (1950-1970). In: ESPÍNDOLA, L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 100-105.

SANTOS, M. S. **Origens de Capão da Canoa (1920-1950)**. Porto Alegre: Edições EST, 2005.

SEBBEM, M. C. Memórias do Loteamento Noiva do Mar. In: BARROSO, V. L. M. *et al.* (org.). **Raízes de Xangri-Lá**. Porto Alegre: Evangraf/EST, 2016. p. 201-204.

SILVA, M. R. Emancipação de Capão da Canoa. In: ESPÍNDOLA, L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004. 174-178.

SILVA, M. R. **Navegação Lacustre Osório-Torres**. 3. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

SOARES, L. S. A evolução dos Balneários do Litoral Norte. *In*: ESPÍNDOLA, L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 505-528.

SOUZA, M. B. **Condomínios horizontais fechados: urbanização e segregação socioespacial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: The Help, 2017.

SOUZA M. B. **Norma e território: o processo de normatização dos condomínios horizontais fechados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2019. 303f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

STROHACKER, T. M. A produção do espaço no Litoral Norte: uma análise preliminar. *In*: VERDUM, R.; STROHACKER, T. M. (org.). **Ensino de geografia, planejamento ambiental e gestão territorial**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2001. p. 114-119.

STROHACKER, T. M. **Urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: Contribuição para a Gestão Urbana Ambiental do Município de Capão da Canoa**. 2007. 399f. Tese (Doutorado em Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

WAGNER, E; R. Capão Novo: Um novo balneário planejado. *In*: ESPÍNDOLA, L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 456-459.

ZUANAZZI, P. T.; BARTELS, M. **Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS**. Porto Alegre: FEE, 2016.

Texto submetido à Revista em 18.08.2020

Aceito para publicação em 09.06.2022



## Praças públicas em Feira de Santana: espaços de socialização e resistência

### Public squares in Feira de Santana: spaces for socialization and resistance

*Leidiane Evangelista Alves Carneiro* – Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: leidyancarneiro@gmail.com

*Janio Santos* – Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Professor Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

---

#### Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir as praças públicas de Feira de Santana, contextualizar como elas surgiram desde a formação dessa cidade até as novas transformações urbanas e demonstrar que as praças consistem em espaços de convivência que resistem através do uso. Utilizou-se como metodologia pesquisas bibliográficas e documentais, com os dados fornecidos pelo Arquivo Público Municipal, o Projeto Memorial de Feira de Santana, acervo fotográfico da Prefeitura Municipal, observações direitas e entrevistas semiestruturadas. As praças de Feira de Santana passaram por mudanças, a fim de atender as atuais configurações da cidade, sendo reflexos do processo de urbanização. Apesar dos estigmas, elas resistem, pois para muitos moradores de Feira de Santana elas são opções de uso, espaço de socialização, de lutas e expressões culturais.

#### Abstract

This article aims to discuss the public squares of Feira de Santana, contextualize how they emerged from the formation of this city to the new urban transformations and demonstrate that the squares consist of spaces for coexistence that resist through use. The methodology used was: bibliographical and documental research, with data made available by the Municipal Public Archive, Feira de Santana Memorial Project, photographic collection of the City Hall; and systematic observations. The squares of Feira de Santana were modified over time, in order to meet the current configurations of the city, reflecting the urbanization process. Despite the stigmas, they resist, because for many residents of Feira de Santana they are options for use, a space for socialization, struggles and cultural expressions.

---

#### Palavras-chave

Feira de Santana. Praças públicas. Resistência. Socialização.

---

#### Keywords

Feira de Santana. Public squares. Resistance. Socialization.

## INTRODUÇÃO

As praças são espaços de uso coletivo, multifuncionais, abertos, onde a população pode frequentar e se relacionar com outras pessoas, o que lhes proporcionam convivência, recreação e relação social. Correspondem a espaços que deveriam ser do uso de todos, presentes nos centros e nas periferias urbanas, delimitados pelo poder público, onde estão inseridos equipamentos coletivos que os caracterizam. Em alguns casos, deveriam transmitir tranquilidade e sensação de bem-estar, o que nem sempre ocorre.

Em algumas dessas praças, revela-se apenas a preocupação, por parte dos governantes municipais, em construir ou reformar as estruturas físicas; portanto, a forma é mais relevante, sem atribuir ação efetiva, como manutenção contínua e investimento público, com o intuito de trazer a sensação de segurança que favoreça o uso e à apropriação pela população que reside no entorno e/ou cidade. Isso, para que se tenham praças voltadas ao encontro, conversa, namoro, atividades físicas, como aulas públicas; enfim, para exercer o direito ao ócio, descanso do trabalho ou de atividades domésticas, favorecer o relaxamento. Além disso, como expressões de ideias, manifestações ou trabalho, a partir do momento que as utilizem também para comercialização de produtos, por exemplo.

Em Feira de Santana, as praças demonstram certo descaso, sobretudo pelo poder público, porque, exceto em casos pontuais, com a promoção de melhorias na estrutura física, não há dinamização através de ações comunitárias para promover convívio social, realização de eventos culturais que favoreçam o maior aproveitamento e circulação de pessoas, e que estimule o uso da comunidade.

É importante para o planejamento da cidade estudar as praças públicas, pois isso contribui para pensar a espacialização e organização da infraestrutura urbana, visto que elas estão interligadas a outros espaços, sejam comerciais ou residenciais, e os caracterizam e referenciam. Por isso, a relevância de construir, valorizar e pensar tais espaços, baseados na função social que exercem no contexto urbano.

Por esses argumentos, desenvolveu-se este texto, que tem como objetivo discutir as praças públicas de Feira de Santana, contextualizar como elas surgiram desde a formação dessa cidade até as novas transformações urbanas e demonstrar que as praças consistem em espaços de convivência que resistem através do uso. O artigo tem uma abordagem qualitativa e trata-se de um estudo de recorte, que proporcionou compreender a história de Feira de Santana e o surgimento de suas praças diante das novas configurações da cidade.

Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as bases conceituais que norteiam o trabalho, tais como praças e espaços públicos, e feitos levantamentos documentais no Arquivo Público e no acervo fotográfico do Projeto Memorial de Feira de Santana, mantido pela Prefeitura Municipal, com o intuito de conhecer as praças da cidade. Também foram realizadas observações direitas para registrar a dinâmica local em relação à utilização e a infraestrutura dos espaços físicos e aplicadas entrevistas semiestruturadas a moradores e transeuntes, selecionados por grupos de idades, e pessoas com limitações físicas<sup>1</sup>.

O artigo está dividido em três seções: inicialmente, faz-se uma análise histórica e conceitual das praças públicas e, posteriormente, aborda as de Feira de Santana, suas histórias e modificações. Por fim, demonstra-se que, apesar das transformações ao longo do tempo, as praças dessa cidade resistem, pois parte da população as utiliza para manifestar sua arte, como espaços de trabalho, comercialização de produtos e de socialização.

## **1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DAS PRAÇAS PÚBLICAS**

Os espaços públicos são abertos para a população interagir com o ambiente natural e constituídos a fim de proporcionar possibilidades de usos e práticas sociais. Nesses espaços ocorrem as relações sociais que contribuem para promover o surgimento de múltiplas representações oriundas do passado, que, na maioria, repercutem no presente, o que ocasionam novas configurações urbanas, assim como ressignificações das mesmas.

O espaço público contemporaneamente passa por redefinições em suas espacialidades, decorrentes das relações socioespaciais presentes (AZEVEDO, 2013). Ao analisar as características desses espaços é relevante compreender não somente as modificações inerentes a eles, mas as relações sociais, pois é face as interações que o espaço ganha forma, usos e funções nas cidades; isto é, as dinâmicas socioespaciais contribuem para sua caracterização.

Bauman (2009, p. 34) afirma que “É nos locais públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atingem sua mais completa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos”; os espaços públicos permitem sentimentos e expressões a depender da forma como nos percebemos neles.

<sup>1</sup> Os respondentes estão identificados segundo a praça e a sequência numérica da entrevista: Praça do Cruzeiroinho (PC), Praça Santa Mônica (PSM) e Praça Petronílio Pinto Cunha (PPC).

Os espaços públicos demonstram simbologias, representações, características às vezes históricas, relações de poder, intencionalidades ao construir praças, parques e seus respectivos elementos presentes. Além disso, permitem que haja possibilidades de expressões, manifestações de ideais e discursos, onde o convívio social deve ser respeitado, independente das diferenças. E é nessa direção que a praça, enquanto espaço público, deve ser considerada.

As praças públicas estão presentes em cidades grandes, médias, pequenas e em centros rurais, e proporcionam caracterização e representatividade nesses lugares. Elas sofreram modificações ao longo do tempo, eram muito utilizadas pela população, principalmente as mais centrais, como locais de manifestação da expressão popular, cultural e política, socialização, concentração de atividades comerciais, localizadas próximas a órgãos estatais, sendo essas mais preservadas pelo poder público.

Ao longo da história, as praças tiveram diversas funcionalidades e utilidades. No Período Colonial, eram consideradas primordiais para diversas manifestações populares, com intuito de demonstrar a cultura, costume, representatividade do poder e da coletividade, na qual certos aspectos urbanísticos e arquitetônicos e características históricas significavam um referencial na paisagem (CALDEIRA, 2007). Contudo, não se pode generalizar, pois, ainda que se saiba do seu papel como espaços de manifestação, socialização, é importante frisar que essas características não estavam tão presentes nelas durante esse período.

As praças coloniais também estavam relacionadas às demonstrações religiosas. Benedet (2008, p. 39) afirma que “a construção da praça era determinada pela Igreja, visto que, na época, esta era tida como uma extensão da capela”. Também tinha como finalidade o uso das atividades sacras, o que contribuiu para seu surgimento nesse período. Isso reflete que algumas praças mais antigas estão associadas à presença da Igreja e foram nomeadas e reconhecidas pelo nome do santuário.

As praças na Antiguidade Clássica eram vistas como espaços coletivos, abertos, e que proporcionavam à parte da população interação social. Além disso, algo que se transforma e ao mesmo tempo se adequa a diversas funções. Elas significam:

[...] uma espécie de espaço camaleônico, capaz de se modificar e se adaptar às transformações das cidades, possibilitando apropriações diversas. Essa peculiaridade fez com que a praça adquirisse, historicamente, uma diversidade de formas e funções, sem perder sua essência como espaço coletivo (CALDEIRA, 2007, p. 14).

Durante a Grécia Antiga, as praças eram geralmente rodeadas de edifícios importantes e tinham significado no cenário de poder, ou tidas como locais de espetáculos. É importante destacar que tais características não eram fixas em todas no período. Para Caldeira (2007, p. 17), a “Ágora constituiu a principal praça da civilização grega, representando o lugar de encontro dos cidadãos. Essa praça era formada por um pátio aberto, circundado por edifícios públicos e administrativos”. Ela correspondeu ao percussor do modelo atual, isso por ser aberta, próxima a estabelecimentos públicos e de uso contínuo, e assim tornou-se expressão do que seria uma praça. Para ratificar, Angelis *et al.* (2005, p. 4) ressalta que “centro dinâmico da cidade grega, a ágora é a antecessora remota de nossas praças”.

No Período Medieval, as praças eram espaços de socialização, sendo utilizadas para realização de festas, procissões, apresentações teatrais e manifestação do poder (CALDEIRA, 2007). Para avançar nessa ideia, Angelis *et al.* (2005, p. 6) aborda que a praça “[...] assume um papel preponderante como local de espetáculo. Espaço social por excelência, lugar de mercado, ponto de encontro político, mas também espaço destinado a espetacularização do cotidiano, das relações sociais - o privado é público”. Os dois autores demonstraram a mesma perspectiva de análise a respeito das praças medievais como “palcos” de contemplação, de múltiplas relações sociais e de interação entre indivíduos. Nesse período, apesar das diversidades de funções e finalidades, as praças tinham como objetivo ser um espaço coletivo, utilizado pelo “povo”, ao menos, a parte que dela poderia usufruir.

Robba e Macedo (2002, p. 18) ressaltam que “[...] a praça é um elemento urbano”, faz parte da configuração da cidade e contribui nas relações sociais, formas e funcionalidades existentes nas urbes, por isso, merece ser valorizada. Porém, é importante destacar que as praças não são somente elementos da cidade ou só existem em áreas urbanas. Elas podem estar presentes em sedes distritos ou povoados, possuir as mesmas funcionalidades e trazer uma configuração diferente, seja com elementos semelhantes à praça urbana ou apresentar característica mais elementares quanto à infraestrutura e ao seu uso.

Sobre a concepção de praça, Sun (2008, p. 275-276) afirma que “[...] é o espaço público da prática da vida pública. Tem papel predominante no desenho e na vida das cidades [...], foco de convergência de edifícios públicos e ruas, de fluxos de pessoas e atividades sociais”. Elas correspondem a uma parte importante do desenho urbano ou rural, são espaços de relações sociais, integração de pessoas que, juntas, fazem uso da área.

Nas praças públicas são percebidas características da história de uma cidade, com a presença de elementos arquitetônicos, como bustos e coretos

antigos. Robba e Macedo (2002, p. 17) as compreendem como “[...] espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Essas características não são visíveis em algumas praças públicas e se observa a utilização como estacionamento ou a presença de grades de ferro, o que faz com que haja apropriação privada, abandono e falta de manutenção, e também reduz o uso. Tal afirmação remete ao significado do que as praças públicas deveriam ter; todavia, é importante frisar que elas também correspondem à realidade capitalista e, portanto, refletem suas desigualdades.

Desde seu surgimento, ao se constituir como os primeiros espaços públicos, as praças têm como finalidade promover o convívio entre as pessoas, integração e socialização. Zimmerman (2015, p. 13) ressalta que “uma praça pode contar a história de uma cidade, um povo”, traz significados e representatividades onde está inserida, independentemente que seja uma área urbana ou rural.

Portanto, as praças deveriam ser construídas com a participação popular e para o povo, para recreação e uso. Elas deveriam ser planejadas e estruturadas para atender a população, afinal, são elos entre vários espaços, o que as tornam referencial local; são espaços da multiplicidade de atividades. A importância das praças públicas não está apenas em embelezar, mas, sim, como espaços de recreação e convívio social.

## **2 FEIRA DE SANTANA: SUA HISTÓRIA E SUAS PRAÇAS**

O surgimento de Feira de Santana ocorreu no século XVIII e se fundamenta a partir da chegada do casal pioneiro, Domingo Barbosa de Araújo e sua esposa Ana Brandão, ambos proprietários de uma fazenda, que originou uma capela denominada Nossa Senhora Sant’Ana. A Fazenda Olhos d’Água era ponto de encontro dos vaqueiros, viajantes da época que se dirigiam para Salvador e outras regiões do Recôncavo Baiano para comercialização do gado, que estava localizada entre duas estradas. A feira do gado foi um marco para o futuro processo de urbanização, ganhou importância e visibilidade, contribuiu para a nova configuração urbana com o surgimento de ruas, avenidas, estradas, residências e, posteriormente, tornou-se uma das mais importantes do estado da Bahia (CARMO, 2009).

O povoado, que antes era desconhecido, adquiriu novas formas urbanas, como o surgimento das primeiras ruas e praças, diante do aumento da circulação de pessoas. Sobre as ruas e praças, Santana (2014, p. 24) informa que “[...] eram tortuosas e havia apenas duas praças: a da Matriz e [a] do Comércio era

desprovida de infraestrutura básica [...]”. As praças, assim como as ruas, surgiram para atender as necessidades das pessoas, espaços para comercialização, locais do comércio de rua. Porém, também tinham como objetivo oferecer convivência e demarcar o poder local. Nesse caso, as primeiras praças que surgiram estavam localizadas na área central, próximas à área onde se desenvolveu a cidade.

Dentre essas, destaca-se a Praça Monsenhor Renato Galvão, conhecida como Praça da Igreja Matriz, que foi criada em 1846. Ela traz no seu histórico os reflexos da formação da cidade e é reconhecida pelo seu simbolismo religioso. Foi fruto de doação, pois havia uma pequena capela e, com o aumento dos fiéis, houve a necessidade de construir um espaço maior. A Igreja foi o fator predominante para seu surgimento. Em 1916, apresentava pouca arborização e era um local também residencial. O coreto arquitetônico (Foto 1) já existia, era utilizado como espaço de movimentação política ou eventos em geral, sendo um equipamento público característico (FEIRA DE SANTANA, 2020). A praça supracitada tinha proximidade com a antiga ferrovia, assim tornou-se um espaço movimentado, decorrente da presença de inúmeras pessoas a espera da chegada do trem.

Igualmente a Presidente Médici que, em 1960, não tinha característica de uma praça, pois na localidade situava-se a estação ferroviária (Foto 2). Após a desativação da ferrovia é que começou a ser delineada a praça, que contribuiu na circulação das pessoas, sendo uma opção de lazer (TELES, 2017).

Foto 1 – Igreja da Matriz, com a praça e o coreto, Feira de Santana, s/d



Fonte: Feira de Santana (2020).

Foto 2 – Estação Ferroviária onde já foi a Praça Presidente Médici, Feira de Santana, s/d



Fonte: Feira de Santana (2020).

Voltada para o funcionamento da feira livre, a antiga Praça do Comércio (Foto 3), atualmente Praça da Bandeira, foi o espaço de comercialização de gêneros alimentícios provenientes, não somente de Feira de Santana, mas de outras regiões. O Abrigo da Praça foi a primeira rodoviária da cidade, que fazia linha para Salvador e, ao final da feira, tornava-se estacionamento para os veículos e animais (FEIRA DE SANTANA, 2020).

Foto 3 – Praça do Comércio, estacionamento de animais e marinetes, Feira de Santana, s/d



Fonte: Feira de Santana (2020).

As praças localizadas no centro e seus arredores trazem na infraestrutura aspectos do passado, são muitas arborizadas, estão inseridas em áreas próximas a espaços com alto fluxo de pessoas e veículos, decorrentes dos empreendimentos comerciais. Geralmente são bastante frequentadas, porém não para a realização de atividade específicas de lazer.

As praças mencionadas anteriormente passaram por transformações. A Monsenhor Renato Galvão ganhou no seu entorno um novo desenho urbano, com a influência do processo de urbanização, presença de ambulantes, e a proximidade com av. Presidente Dutra, que ocasionou maior fluidez de veículos no local. A Praça Presidente Médici transformou-se no “camelódromo” Feiraguay, local de comercialização de produtos, inclusive importados, cujas pessoas são atraídas por sua variedade. A Praça da Bandeira tornou-se espaço de passagem, além de ser local de atividades coletivas, com as rodas de capoeira aos finais de semana, e o Abrigo é utilizado para a comercialização de alimentos.

Diversos fatores contribuíram para esse processo. Em 1876, a influência do sistema de transporte ferroviário, inicialmente entre Feira de Santana e Cachoeira, colaborou para o escoamento da produção; a construção de estradas, ainda sem pavimentação, dificultava o deslocamento, porém era o único caminho na condução do gado. No século XIX, a primeira estrada baiana foi denominada como “caminhos de gado”. Se na década de 1930 as feiras (livre e do gado) contribuíram para que a cidade se fortalecesse como entreposto comercial, em 1940, a implantação do sistema rodoviário contribuiu na ampliação da cidade e do fluxo de pessoas e mercadorias (CERQUEIRA, 2015).

Os papéis das rodovias se ampliaram na década de 1950, que, anteriormente, tinham condições precárias, pois ainda estavam no início da construção. Com a ação do governo federal, a conclusão das BR-324, BR-101 e BR-116 possibilitou a ligação de Feira de Santana com outras cidades, o que colaborou para o crescimento urbano.

Com a expansão de Feira de Santana e face à aglomeração de pessoas nas áreas centrais, outras praças públicas surgiram, tais como a da Matriz, a antiga Praça do Comércio, a Fróes da Mota, a da Igreja do Remédio e a Padre Ovídio, e continuavam com o propósito de atender a dinâmica da cidade para realização das feiras livres, que além da comercialização de produtos de diversos gêneros eram ambientes culturais, pois nelas encontram-se conhecimentos populares, pessoas de diferentes hábitos e costumes, assim como eventos ou/e simbolismos religiosos.

A industrialização em Feira de Santana foi outro fator importante para a expansão da cidade. As discussões começaram na década de 1960 e tiveram concretização com a implantação do Centro Industrial Subaé (CIS) em 1970.

A presença da indústria permitiu novas dinâmicas territoriais e econômicas, e o “desenvolvimento local”, pois as fábricas tinham mais rápido escoamento da produção e articulação com outras cidades.

Nesse contexto, décadas de 1950 a 1980, surgiram praças como: 1) Coronel Tertuliano Almeida, que, como era o local de residência do Dr. Elias Kalile, posteriormente foi renomeada como Kalilândia, e era conhecida pelas palmeiras imperiais (ALMEIDA, 2002). Localizada no centro, é um espaço público bastante conhecido pela população feirense, uma área onde predominam, hoje, empreendimentos comerciais. Passou por várias transformações, a última foi em 2016, quando foram inseridos novos equipamentos públicos, tais como mesas para jogos de tabuleiro, academia ao ar livre, melhorias nos bancos e jardim; 2) Dom Pedro II, conhecida como Praça do Nordeste, no passado funcionava como antigo campo do gado e tornou-se um espaço comercial, com a presença de barraca e ponto de parada do transporte coletivo; e a 3) Praça Ernestina Carneiro ou Dona Pomba, nome recebido em homenagem a herdeira de uma fazenda. Ela doou lotes de terra para pessoas pobres que a procuravam e no local construíram suas casas, o que contribuiu para formação do bairro Rua Nova (FEIRA DE SANTANA, 2020). Em seu entorno, encontram-se residências, bancos, telefone público, pouca arborização e o busto de Dona Pomba.

Feira de Santana passou e ainda passa por várias transformações no espaço urbano. Dentre essas mudanças está a inserção dos condomínios fechados, sobretudo em áreas que se tornaram novos vetores de crescimento a partir da década de 1990. Entre 2009 a 2014, o setor imobiliário investiu na construção de vários condomínios fechados nas áreas consideradas periféricas, isso porque o interior do Anel de Contorno estava bastante adensado (ARAÚJO, 2015). Em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida foi criado pelo governo federal, em parceria com a Caixa Econômica Federal, com o intuito de tornar acessível a moradia própria para a população. E esses processos também alteraram a configuração das praças na cidade.

Com relação às praças que foram construídas próximas a esses empreendimentos, não há muitas. No bairro Conceição, há uma praça próximo ao Condomínio Ville (Foto 4). O espaço em 2011 tinha um parque infantil, alguns bancos, ponto de parada do transporte coletivo e moto-táxi, e não possuía arborização nem jardins. Atualmente, não existem mais os equipamentos infantis, pois foram danificados, está mais arborizada, possui uma barraca que comercializa alimento e permanece o ponto de ônibus e de moto táxi. Ao entorno, além do condomínio, possui residências, supermercado, revendedora de botijão de gás e fábrica de costura de roupa.

Foto 4 – Praça no bairro Conceição, próxima ao Condomínio Ville do Programa Minha Casa Minha Vida, Feira de Santana, 2020

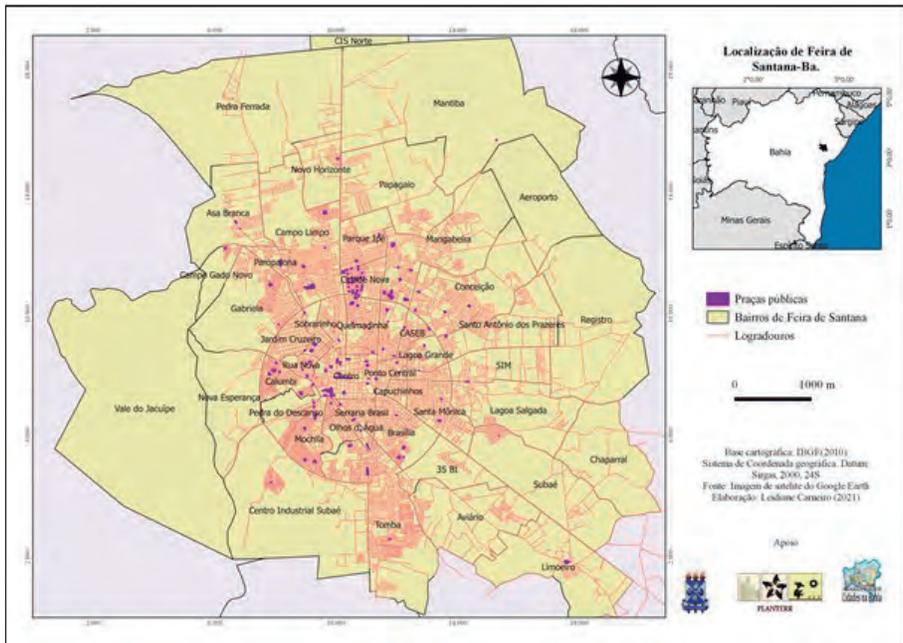


Foto: Acervo pessoal de Leidiane Carneiro, set. 2020.

Ao observar as praças públicas de Feira de Santana e suas configurações atuais, é notório que, com relação à presença das opções de equipamentos, os espaços são similares. Algumas praças não oferecem adequada infraestrutura para o uso de aparelhos diversos, como parque infantil, área para ciclista, academia ao ar livre. Geralmente, possuem apenas bancos e jardins. A inclusão desses elementos não visa somente à diversão, mas a prática de atividade física e a melhoria da saúde. A acessibilidade é outro fator preocupante, afinal várias praças da cidade não são idealizadas para atender pessoas com qualquer tipo de limitação física ou de idade, o que dificulta o uso e a mobilidade. Assim, é importante frisar que tudo isso precisa ser pensado quando da construção de uma praça pública.

Com relação às características das praças do Centro, percebe-se no seu entorno a presença de empreendimentos comerciais, que, em algumas, contribuíram para redefinir o uso e apropriação, a dinâmica local, o tráfego de pessoas e veículos, cuja circulação no entorno é intensa. Em Feira de Santana, os bairros que possuem a maior quantidade de praças são Cidade Nova, Mangabeira e Campo Limpo (ver Mapa 1).

Mapa 1 – Espacialização das praças públicas na cidade de Feira de Santana, 2021



Conforme o Mapa 1, foram identificadas 140 praças que estão distribuídas em diferentes bairros<sup>2</sup>. A maioria está concentrada no interior do Anel de Contorno, mais especificamente no bairro Centro, reflexo da formação da cidade. Os bairros considerados de classes média e alta, como SIM, Capuchinhos, e os que estão em expansão, como o Papagaio, devido à especulação imobiliária e à presença de condomínios residenciais e dos loteamentos, não apresentaram nenhuma praça pública reconhecida, isso no lado de fora, mas sim dentro dos condomínios para o uso individualizado e seletivo dos moradores. Bairros populares mais antigos, como, por exemplo, Cidade Nova, apresentaram alto número de praças. Ele congrega os primeiros conjuntos habitacionais da cidade e teve crescimento significativo ao longo do tempo, o que pode ter refletido nessa quantidade atual.

Em outros bairros periféricos e com contingente populacional elevado, a quantidade é menor, o que impossibilita que os moradores tenham espaços de lazer. Dentre esses, pode-se destacar a Macário Barreto, conhecida como Praça

<sup>2</sup> A Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Feira de Santana, Departamento de Manutenção de Áreas Verdes, reconhece a existência de 265 no município, das quais 215 estão na sede. Todavia, não há clareza acerca da localização ou identificação de todas as praças na cidade por parte do setor.

do Tomba, um espaço que passou por transformações em relação à apropriação e, atualmente, é utilizado para realização da tradicional feira livre, que favorece a circulação de pessoas, intensifica a compra e venda de mercadoria e a economia local. O que deveria ser apenas um espaço de discussão, recreação, manifestações artísticas e culturais, desempenha também o papel terciário, o que descaracterizou parte da antiga praça, mas ganhou novas funções importantes.

No bairro Cidade Nova, encontram-se algumas praças com áreas verdes e, aparentemente, com infraestrutura regular, como, por exemplo, a Praça Ilhéus, bastante arborizada, que possui bancos, lixeiras e uma área para caminhada. No Conjunto Antônio Carlos Magalhães, que pertence ao bairro Mangabeira, a Praça ACM é arborizada e, no seu entorno, há residências, parque infantil e rampa de acesso para deficientes físicos. No Conjunto Feira V, há uma praça que tem como referência a Igreja Católica São Francisco de Assis e possui vários elementos que permitem à comunidade a sua utilização, tais como, parque infantil, quiosques construídos de materiais rústicos, área livre rodeada de árvores, entre outros.

As praças públicas são consideradas como espaços de convivência, encontro entre os indivíduos, as quais têm como propósito garantir às pessoas o tempo do ócio. Em Feira de Santana, as praças são reconhecidas pelos elementos que fazem parte delas, o que pode ser uma igreja, um coreto, uma estátua, um busto; pela utilização, como, por exemplo, a Praça Bernardino Bahia, que era um espaço onde os feirenses tiravam fotografias e hoje tem a mediação da feira livre; e pela localização onde estão inseridas.

### **3 PRAÇAS PÚBLICAS EM FEIRA DE SANTANA: USOS E RESISTÊNCIAS**

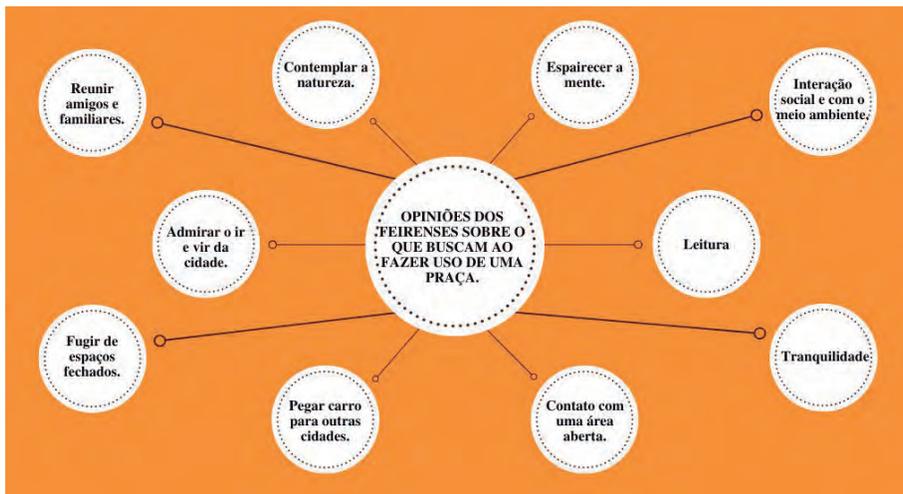
Ao observar as praças públicas de Feira de Santana e as suas configurações atuais, é notório que, com relação à presença das opções de equipamentos, os espaços são similares. Algumas praças analisadas não oferecem adequada infraestrutura para o uso de aparelhos diversos, como parque infantil, área para ciclista, academia ao ar livre. Geralmente, possuem apenas bancos e jardim. Nessa direção, a realidade das praças de Feira de Santana demonstra que tais espaços, quando passam por reformas, essas visaram, sobretudo, o embelezamento.

Para os feirenses, as praças proporcionam momentos de socialização, de vital importância no convívio social. Espaços de aproveitamento para a realização de atividades de recreação, além disso, promovem vivências que são constituídas a partir do contato com o outro, afetividade e acesso ao espaço público para a prática do cotidiano. Isso é atrelado, por um lado, a atender as famílias. Para

ratificar sobre isso, relatam que utilizam as praças para brincar de bicicleta e praticar corrida com os netos, sentar nos bancos sozinhos para observar a movimentação da rua, conversar com amigos, passear com cachorros, realizar atividades agradáveis, que permitem exercitar a mente e o corpo, como a prática de jogos de dominó, baralho e caminhada<sup>3</sup>.

No Fluxograma 1, são demonstradas as principais opiniões dos feirenses acerca do que buscam ao utilizar as praças da cidade. Houve uma pluralidade de pontos de vista, nos quais se observou que procuram um espaço interativo, voltado para o uso familiar e de amigos, que permita realizar atividades de recreação, como, prática esportiva, brincar com as crianças no parquinho, na quadra de esporte, limpeza, embora nem sempre ofereçam sensação de tranquilidade e relaxamento, e também revelem conflitos.

Fluxograma 1 – Opiniões dos feirenses sobre o que buscam ao fazer uso das praças, Feira de Santana, 2021



Elaborado por Leidiane Carneiro a partir de dados coletados por Leidiane Carneiro, 2021.

As praças são importantes para a realização da recreação, a qual se pode associar a concepção de Lefebvre (2006), que defende a ideia de que o indivíduo deveria ter o acesso à vida pública e cujo espaço vivido está relacionado aos momentos de vivência dos usuários e habitantes, com intuito de promover a produção e reprodução socioespacial. Um entrevistado ressalta que “É particularmente um lazer para as famílias e a distração dos mais novos, dos meninos brincarem em se divertir, a família se reunir também para conversar e

<sup>3</sup> Informações advindas de uma enquete e das entrevistas aplicadas em 2021.

dialogar” (informação verbal)<sup>4</sup>. Todavia, é relevante destacar que a finalidade do uso pode ser distinta, porém o acesso deveria ser de todos, independentemente da faixa etária.

Com relação à frequência, para cada tipo de uso a assiduidade varia. O mototaxista relatou que: “utilizo de segunda a sábado para realização do meu trabalho” (informação verbal)<sup>5</sup>; o taxista afirmou que: “De segunda-feira a domingo, porque são todos os dias que eu trabalho” (informação verbal)<sup>6</sup>; alguns residentes fazem uso com os netos mais aos finais de semanas, pois são dias que não estão na escola. Isso demonstra que muitas praças são utilizadas durante toda a semana, independente da forma de uso. Durante a observação de campo registrou-se moradores sentados nos bancos, aproveitando o final da tarde em várias praças estudadas.

As praças também foram consideradas pontos de comércio, o que gera renda para os moradores e, conseqüentemente, contribui na movimentação no bairro, com a atração de residentes de logradouros circunvizinhos. Esse cenário demonstra a luta diária pela sobrevivência, principalmente nas praças localizadas próximo ao centro, nas quais é notória a concentração de vendedores informais ou formais que comercializam suas mercadorias. Os indivíduos que vivenciam o cotidiano das praças observam a dinâmica e o modo de uso pela população.

As feiras (livre e de gado) marcaram a construção urbana de Feira de Santana e as praças foram e ainda continuam sendo utilizadas para comercialização de produtos agrícolas e foi através delas que as relações sociais desses diferentes sujeitos aconteciam. Hoje, ainda se tem tal representatividade e presença desses ambulantes em algumas praças e ruas da cidade, como ao lado da Praça Bernandinho Bahia e na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, na qual se observa resistência. Então, pode-se afirmar tais praças como pontos de comércio/serviços desde os dois séculos passados e que contribuem para o fortalecimento da cidade como entreposto comercial.

Outra opinião mencionada foi sobre a peculiaridade das praças como pontos de referência para moradores, empreendedores comerciais do entorno e empresas de entrega de correspondências, o que contribui na facilitação da localização e identificação de endereços. As praças são construídas em posição estratégica nos bairros, estão presentes em logradouros centrais, de passagem intensa de pessoas, com a proximidade de prédios institucionais administrativos, educacionais e igrejas.

<sup>4</sup> Informação fornecida por PPC6, morador feirense que reside próximo de uma praça pública em Feira de Santana, em fev. 2021.

<sup>5</sup> Informação fornecida por PC4, em fev. 2021.

<sup>6</sup> Informação fornecida por PC4, em fev. 2021.

As praças têm inúmeras funções, desde a representatividade, palco de expressão cultural, político, recreação e convivência, o que as tornam espaços “vivos”, movimentados e resistentes ao longo do tempo. Os usos delas proporcionam vivência e identificação pelas pessoas, isso decorrente das atividades nelas exercidas. Todavia, é importante retratar os aspectos desfavoráveis desses espaços pelos feirenses a partir do sentimento de medo coletivo com a falta de insegurança, assalto e violência.

Alguns bairros populares são estigmatizados pelos índices de criminalidade e tráfico de drogas, e isso reflete no uso da praça, como aparece na fala da entrevistada: “O que impede é a segurança, as pessoas usando muitas drogas, aí não vale apenas está próximo, principalmente quando faz festa como, a lavagem da Queimadinha e o forró do promovido pelo vereador do bairro” (informação verbal)<sup>7</sup>. Nas praças encontram-se indivíduos com condutas, ações, interesses e relação de uso diferentes. Com isso, os conflitos e as disputas existem. Como ressalta Bauman (2009), os espaços públicos são provenientes de atração e rejeição, ou seja, ao mesmo tempo em que promovem socialização entre pessoas, trazem sensação de medo, que seria repulsão.

Os entrevistados relataram episódios de moradores que foram assaltados, como, por exemplo, na Praça da Santa Mônica, localizada em um bairro de classe média-alta, ao afirmar que “os assaltantes chegaram exigir a vítima retirar a roupa em busca do aparelho celular” (informação verbal)<sup>8</sup>; em outra situação, um “vizinho ao aguardar o transporte de trabalho e acabou sendo surpreendido pelo ato de violência” (informação verbal)<sup>9</sup>; outra circunstância relatada foi que “os assaltantes ficam esperando as pessoas chegarem na praça para poder assaltar” (informação verbal)<sup>10</sup>. Porém, e é relevante frisar que as pessoas estão sujeitas a esses atos, em qualquer espaço seja ele público ou privado, e que não se restringem apenas nas praças públicas.

Contudo, as praças resistem, apesar do sentimento do medo, da insegurança de fazer uso por parte da população, mesmo que em determinados espaços essas inquietações tenham sua veracidade, pelo abandono, pouca movimentação e da recorrência de assaltos, fatores que inibem o uso. Elas resistem pelo fato de manter parte das manifestações culturais, religiosas, culturais e artísticas, e pela memória, e se tornaram espaços de luta, manifestação da liberdade de expressão, protesto, ou seja, retrato da vivência cotidiana. Essa ideia está retratada, sobretudo, nas praças mais antigas, com a presença dos coretos, que são equipamentos

<sup>7</sup> Informação fornecida por PC4, em fev. 2021.

<sup>8</sup> Informação fornecida por PSM5, em fev. 2021.

<sup>9</sup> Informação fornecida por PSM5, em fev. 2021.

<sup>10</sup> Informação fornecida por PSM5, em fev. 2021.

representativos que foram utilizados para realização de apresentações políticas e culturais. As manifestações públicas são ações coletivas e houve vários atos públicos em praças de Feira de Santana, o que intensifica ainda mais o seu papel como “palco” de reivindicações.

Outro fator de resistência são os rituais religiosos, seja porque muitas praças estão próximas das igrejas e refletem que o espaço tem poder político e é destinado a cerimônias religiosas; seja pela expressão de religiões africanas. As praças permitem que haja múltiplas manifestações, celebrações, sejam elas políticas, religiosas, de rua, com a presença de diversos sujeitos. É notório refletir que elas não resistem sozinhas e sim através da participação da comunidade, com as suas lutas, conflitos e ações em busca por melhorias para que se tenha um espaço adequado para o uso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças públicas passaram por transformações, no passado, tinham simbolismos, representatividades e estavam situadas no centro da cidade; ao seu entorno, a presença de empreendimentos importantes, como prefeituras, igrejas; e parte dos indivíduos fazia uso do local como espaços de socialização. Atualmente, as praças ganharam novas configurações com o intuito de atender a dinâmica local, resultantes do processo de urbanização. Elas consistem em espaços públicos contidos nas cidades e nas áreas rurais, que são utilizados e apropriados por sujeitos distintos para várias funcionalidades, as quais proporcionam relações que são constituídas através do uso, com as práticas cotidianas.

As praças têm como finalidade promover o convívio social entre os indivíduos que estão presentes tanto em cidades grandes, médias e pequenas. O que se observa em várias cidades brasileiras é que, quase sempre, elas são constituídas apenas por jardins, espaços verdes e bancos; não se pensa em construir praças mais atrativas e que agreguem a todos; uma praça planejada que permita que as pessoas façam uso em todos os momentos da vida.

Em Feira de Santana, as praças públicas, principalmente as centrais, fazem parte da história da cidade. Através da sua configuração estrutural e dos elementos contidos trazem aspectos religiosos, simbólicos e culturais do passado. As praças surgiram para atender as necessidades de certos grupos, em busca de ter um espaço que, *a priori*, fosse utilizado para comercialização e convivência, o que favoreceu a circulação de pessoas, que as tinham como espaços de recreação. Contudo, com a expansão urbana, elas ganharam novos papéis: umas se transformaram complementarmente, ao perder a forma de uma

praça para atender a outras funções; outras foram abandonadas, no sentido de não ter adequada manutenção; e também novas praças foram construídas e se integraram à dinâmica da cidade.

As praças de Feira de Santana estão localizadas em logradouros principais dos bairros, o que resulta em pontos de referência. Seu estudo ajuda a compreender como esses espaços são importantes para promover a socialização e que são utilizadas e apropriadas a depender das condições oferecidas e que a participação da comunidade é relevante, afinal é a vivência que a torna espaço social, de produção e reprodução da vida, através das atividades exercidas.

As praças existem a partir do momento que elas são utilizadas para a realização de atividades que possibilitem aos moradores socializar e interagir com outros indivíduos e que ofereçam equipamentos conservados e que favoreçam aos usos. Além disso, elas resistem contra o surgimento de outros espaços de uso coletivo. Essas formas de resistência estão pautadas na existência dessas praças face acontecimentos que nelas ocorrem: manifestações culturais e lutas; labor dos trabalhadores informais, que geralmente são os próprios residentes, que utilizam o espaço para o exercício do trabalho. É importante ressaltar que tais ações promovem dinamismo e que as praças são vistas, ao mesmo tempo, como espaço de atração e repulsão, encontro e conflitos, devido a sua pluralidade de usos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, O. D. **Dicionário Personativo, Histórico, Geográfico e Institucional da Feira de Santana**. Feira de Santa: Aliança, 2002.
- ANGELIS, B. L. D. *et al.* **Praças: história, usos e funções**. Maringá: Editora da Universidade de Maringá – Fundamentum, 2005.
- ARAÚJO, A. M. R. **O crescimento de Feira de Santana e o papel do Parque da Cidade nas transformações dos bairros do seu entorno**. 2015. 255f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2015.
- AZEVEDO, R. J. G. **O espaço público em cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira-SP**. 2013. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

- BENEDET, M. S. **Apropriação de praças públicas centrais em cidades de pequeno porte**. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CALDEIRA, J. M. **A praça brasileira: trajetória de espaço urbano origem e modernidade**. 2007. 432f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- CARMO, R. B. A. **A urbanização e os assentamentos subnormais de Feira de Santana**. 2009. 360f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CERQUEIRA, E. A. **A influência do sistema rodoviário no processo de urbanização de Feira de Santana-Bahia**. 2015. 306f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador, 2015.
- FEIRA DE SANTANA. Memorial de Feira de Santana. **Memorial da Feira**, Feira de Santana, 2020. Disponível em: <http://www.memorialdafeira.ba.gov.br/conteudo.asp?catimg=1>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. 2. ed. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- SANTANA, J. C. D. **“Todos os caminhos levam a Feira de Santana”**: uma viagem sociolinguística para o estudo dos pronomes-objeto no português urbano falado. 2014. 211f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.
- SUN, A. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: SENAC, 2008.
- TELES, A. O. **O comércio informal em Feira de Santana (BA): permanências e mudanças**. 2017. 247f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.
- ZIMMERMANN, C. **A praça: um espaço de lazer**. 2015. 53f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande, 2015.

Texto submetido à Revista em 06.09.2021

Aceito para publicação em 02.08.2022





## Cidade e hidrelétrica na Amazônia brasileira: espaço e memória entre o “velho” e o “novo” Repartimento (Pará)

### Town and hydroelectric dam in Brazilian Amazonia: space and memory between “old” and “new” Repartimento (Pará)

*José Carlos Matos Pereira* – Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador vinculado ao MEMOV/CBAE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: jcpmatos@gmail.com

#### Resumo

Os grandes objetos marcam a paisagem recente da Amazônia e desestruturaram vidas preexistentes nos lugares onde se instalam, como aconteceu com o empreendimento hidrelétrico de Tucuruí, estado do Pará, inaugurado na década de 1980. Novas configurações socioespaciais ocorreram com a construção desse projeto, acompanhadas de expropriação, violência, baixas indenizações e promessas não cumpridas, resultando na criação do Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí. Apoiado em bibliografia específica, fontes documentais e entrevistas, o artigo aborda essas transformações. Mostra, a partir das lembranças de antigos moradores, a Vila de Velho Repartimento, onde se percebem os construtos socioespaciais, os elementos de sociabilidade e as relações de trabalho antes do enchimento do lago de Tucuruí.

#### Palavras-chave

Grandes objetos. Hidrelétrica de Tucuruí. Velho Repartimento. Novo Repartimento. Movimento dos atingidos.

#### Abstract

The large objects mark the recent landscape of Amazonia and disrupt pre-existing lives in the places where they are installed, as happened with the Tucuruí hydroelectric enterprise, in the State of Pará, inaugurated in the 1980s. New socio-spatial configurations occurred with the construction of this project, accompanied by expropriation, violence, low compensations and unfulfilled promises, leading to the creation of the Movement of People Affected by the Tucuruí dam. Supported by specific bibliography, documentary sources and interviews, the article addresses these transformations. It shows, from the memories of its former residents, the village of Velho Repartimento, where the socio-spatial constructs, the elements of sociability and the labor relations are perceived in one of the places of first home for the affected people, submerged with the construction of the dam on the Tocantins River and the formation of the lake.

#### Keywords

Large objects. Tucuruí dam. Velho Repartimento. Novo Repartimento. Movement of People Affected.

## INTRODUÇÃO

Todos os objetos espaciais são portadores de um discurso. Com essa ideia, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1995) buscou mostrar como, na Amazônia, os grandes projetos, por ele chamados de grandes objetos, trazem consigo não apenas uma mudança na paisagem regional – dando lugar ao “novo”, aquilo que chega, em substituição ao “velho”, aquilo que se quer suprimir –, como também no campo das ideias que se assimila sobre a região.

Nessa dinâmica de acréscimos e supressões, grande importância assume o espaço, que é, por excelência, uma dimensão importante da sociedade (SANTOS, 1986). Para o mesmo autor, o espaço não pode ser compreendido tão somente a partir daquilo que ele exterioriza em sua paisagem (SANTOS, 1988) – os sistemas de objetos –, mas está também dialeticamente associado às ações que a ele dão sentido a partir da sociedade que o dinamiza e que o integra – os sistemas de ações (SANTOS, 1994).

O espaço é, portanto, conforme também chama a atenção Lefèbvre (1974), uma criação humana, um produto das relações sociais, sendo, por isso, socialmente produzido. Contém, em razão disso, passado e presente, pelo ato de as sociedades transformarem a natureza primeira em natureza humanizada. Aquelas definem, em cada lugar, um papel específico, segundo os reclamos da divisão social e territorial do trabalho.

É dessa forma que se pode compreender a construção de hidrelétricas, estradas, portos, fábricas e cidades na Amazônia, que são objetos ou conjunto de objetos que modernizam a paisagem regional e materializam, igualmente, as relações de poder no espaço. Não nos referimos apenas ao “homem comum”, mas destacamos a lógica mercantil de empresas, firmas e grandes grupos econômicos que comandam a economia mundial. Trata-se da inserção subordinada e seletiva do subespaço nacional aos ditames do capital internacional (SANTOS, 2006).

No caso aqui a ser apresentado<sup>1</sup>, tratamos da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, no estado do Pará, e que foi inaugurada na década de 1980, após a formação da barragem que deu origem ao grande lago de Tucuruí, construídos pela necessidade de fazer funcionar aquele grande

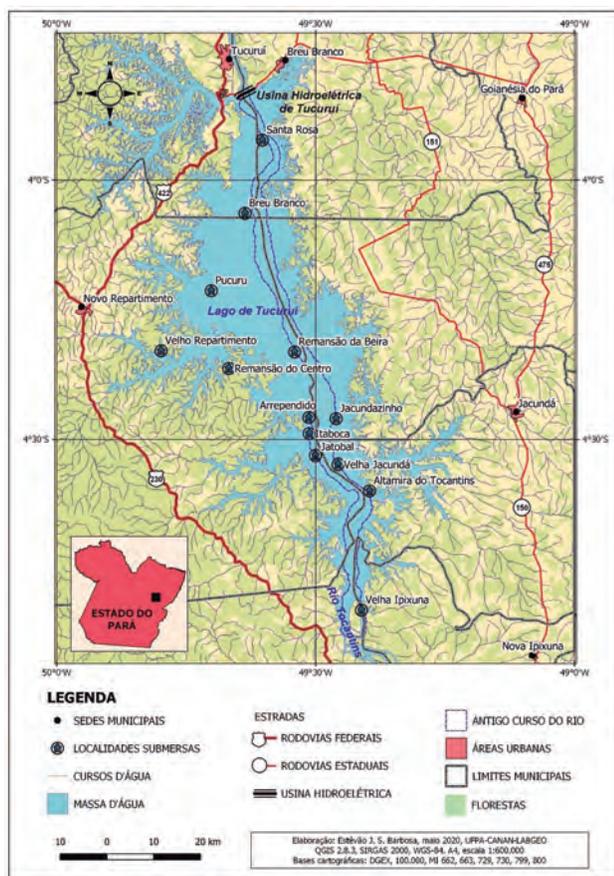
---

<sup>1</sup> Este artigo decorre da participação do autor no âmbito do projeto de pesquisa “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, coordenado pelo Prof. Dr. Henri Acselrad, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), durante estágio Pós-Doutoral, e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço as generosas críticas, sugestões e contribuições propostas pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (NAEA/UFPA).

objeto, uma demanda para abastecer de energia principalmente outros grandes projetos instalados na região amazônica.

Esse empreendimento desarranjou modos de vida preexistentes, como o que aconteceu com a localidade de Velho Repartimento, e impôs novos arranjos socioespaciais e culturais aos lugares sob sua influência, a exemplo de Novo Repartimento, para onde foi reassentada parte da população atingida. O Mapa 1 nos mostra a localização do empreendimento e seu entorno, incluindo as vilas em referência.

Mapa 1 – Usina Hidrelétrica de Tucuruí: localização e entorno



Além de revisão bibliográfica sobre o tema em estudo, a pesquisa se apoiou: em análise documental sobre o Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí; em manuseio de acervos fotográficos – de moradores das cidades do entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí) e de Miguel Chikaoka –, que usamos para ilustrar algumas situações

específicas; assim como em trabalho de campo com realização de entrevistas nas cidades de Brasília (DF) e Belém (PA), em agosto de 2017, e em Belém, Tucuruí (PA), Breu Branco (PA) e Novo Repartimento (PA), nos meses de abril e julho de 2018, com antigos integrantes do Movimento dos Atingidos e assessores ligados à Prelazia de Cametá.

Para o desenvolvimento do raciocínio a ser empreendido, aborda-se, de início, o processo de urbanização e a dinâmica recente nas cidades amazônicas. Em seguida, caracteriza-se histórica e socioespacialmente a Vila de Velho Repartimento. Finaliza-se o artigo falando-se das lutas e resistência presentes em Velho Repartimento, de onde foi desterritorializada a população com vistas à formação do lago já referido, e em Novo Repartimento, para onde foi realocada a população impactada pelo grande objeto hidrelétrico.

## 1 URBANIZAÇÃO E CIDADES NA AMAZÔNIA

Os anos de 1970 demarcam um momento importante na urbanização da Amazônia brasileira. Nessa década, tem-se a chegada de grandes objetos, projetos de grande escala<sup>2</sup> e grandes projetos, tratados em estudos importantes como os de Santos (1994, 1995), o de Ribeiro (1985) e o de Castro (1995)<sup>3</sup>, respectivamente. Tais empreendimentos tinham por objetivo atrair o capital nacional e internacional, especialmente aquele ligado à atividade da mineração e demandante de grande quantidade de energia. A construção da Hidrelétrica de Tucuruí se inscreve nesse contexto.

O crescimento populacional nas cidades, a multiplicação dos núcleos urbanos, a difusão do modo de vida urbano e a concentração da mão de obra assalariada que daria suporte ao desenvolvimento das atividades em curso são as características daquilo que Becker (1990a) denominou de “fronteira urbana”. Ou

<sup>2</sup> Com referência ao seu gigantismo, Ribeiro (1985) analisa que: “(1) los proyectos requieren grandes movimientos de capital y mano de obra; (2) constituyen intervenciones geopolíticas planificadas; (3) una corporación grande y poderosa maneja todo el proceso; (4) los proyectos se legitiman mediante una ideología de redención” (RIBEIRO, 1985, p. 34). Soma-se a isso, o corpo técnico especializado de advogados, engenheiros, planejadores urbanos, economistas, agrônomos, dentre outros, que dão legitimidade e racionalidade científica ao empreendimento.

<sup>3</sup> Dentre eles, os de mineração “Projeto Ferro Carajás (ferro), a Mineração Rio do Norte (Bauxita), Albrás/Alunorte e Alumar (alumínio-alumina) e outros projetos da CVRD tais como os de manganês, de cobre e outro”. São grandes projetos demandantes de energia e de recursos públicos para financiar a obra, a infraestrutura e eventuais fracassos, além do uso intensivo e predatório da natureza. A construção da hidrelétrica de Tucuruí se inscreve nesse contexto, para dar suporte aos outros grandes projetos em curso na região, conforme analisou Castro (1995, p. 102). Quando foi inaugurada em 1984, já havia consumido US\$ 5 bilhões e 400 milhões. Desse valor, US\$ 500 milhões representava o lucro líquido da empresa responsável pela obra, a Camargo Corrêa (PINTO, 1995).

seja, uma estratégia de rápida ocupação da Amazônia com vistas às políticas de ordenamento territorial decorrentes do modelo desenvolvimentista imposto à região e que tem nas cidades e no modo de vida urbano um elemento importante de apropriação do território.

Foi na cidade que passou a se dar a ressocialização da população migrante, que chegava à Amazônia advinda de várias regiões do País, e a se localizar as instituições estatais, financiadoras, gerenciadoras e mantenedoras do “desenvolvimento” regional. É dessa maneira que ocorre o sentido do urbano na fronteira, muito bem definido por Becker (1990a).

Não se restringe esse processo a uma simples urbanização da população, também admitida pela mesma autora, ao constatar o crescimento populacional de cidades e vilas e a difusão de aglomerados urbanos por toda a região, mas, em especial, na sua porção oriental e meridional. O urbano em Becker (1990a) é, sobretudo, espaço de apoio à mão de obra móvel e polivalente e ao estabelecimento de políticas urbanas, definidas inicialmente em nível federal, de forma a estabelecer condições para a circulação intrarregional e para a ressocialização do migrante no interior da própria região.

É a partir desse pressuposto que se entende o processo de mobilidade da força de trabalho como elemento explicativo do que a autora veio a chamar de “fronteira urbana”, responsável por definir o papel dos núcleos urbanos na fronteira econômica (Quadro 1).

Quadro 1 – Papel dos núcleos urbanos na fronteira

PAPEL	EXPRESSÕES
Atração de fluxos migratórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zona Franca de Manaus: incentivos fiscais;</li> <li>• “Urbanismo rural” do INCRA: agrovilas, agrópolis, rurópolis;</li> <li>• Polamazônia: desenvolvimento urbano de polos selecionados;</li> <li>• Criação de núcleos planejados e investimentos em infraestrutura urbana.</li> </ul>
Base de organização do mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho;</li> <li>• Residência e mercado de trabalho alternativo;</li> <li>• Espaço de concentração de comércio e serviços.</li> </ul>
Lócus da ação política e ideológica com vistas ao controle social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sede do poder político e de outros aparelhos ideológicos;</li> <li>• Local de preparação da população para o seu papel na sociedade (incorporação de valores necessários à reprodução social);</li> <li>• Lugar de ressocialização do migrante;</li> <li>• Espaço regulador das tensões advindas do campo.</li> </ul>

Fonte: Trindade Júnior (2013), elaborado a partir de Becker (1990a).

Trata-se, assim, de processo espacializado que envolve: crescimento populacional nas cidades; expressiva expansão das dimensões físicas dos núcleos já existentes; surgimento de novos populacionais; e, sobretudo, difusão de valores urbanos e de formas novas e renovadas de reprodução do capital e de controle social (BECKER, 1990a).

Tal processo teve nos núcleos urbanos uma base referencial por meio da qual os agentes capitalistas recrutavam, distribuíam e estabeleciam um uso mais racional da mão de obra, ao mesmo tempo em que otimizavam o tempo em razão da versatilidade e polivalência conferida a ela no seu processo de formação do trabalhador e incentivando, ao mesmo tempo, suas necessidades de consumo. Em contraponto, para os trabalhadores, isso significava maior instabilidade e exploração da mão de obra, dificuldades de organização sindical e política e estabelecimento de estratégias diversas de sobrevivência, especialmente das famílias camponesas, submetidas a processos de exploração (BECKER, 1990a).

Isso esteve em consonância com as mudanças que ocorreram nas cidades do sudeste paraense a partir da instalação de grandes empreendimentos, especialmente Tucuruí, impactada com a construção da hidrelétrica de mesmo nome e que experimentou, no período, a chegada de grande contingente populacional de dentro e de fora da região<sup>4</sup>. Segundo informações<sup>5</sup> prestadas por um ex-técnico da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e assessor da Comissão dos Atingidos, chegaram 35 mil migrantes à cidade que, na época, tinha pouco mais de 20 mil habitantes (informação verbal)<sup>6</sup>.

Vinham em busca dos empregos prometidos pelo governo com o empreendimento, sem que as medidas de ampliação de bens e serviços fossem

<sup>4</sup> Diz Becker (1990b, p. 20): “a mobilidade é fruto das estratégias dos agentes sociais para moldar o mercado de trabalho. A estratégia do Estado para a mobilidade sócio-espacial está contida implícita ou explicitamente em todas as suas políticas. Ele promove a atração de massas de migrantes, condiciona os fluxos migratórios, a apropriação/expropriação de terras e o processo de proletarianização do campesinato”.

<sup>5</sup> Para efeitos de citação dos entrevistados, usamos nomes fictícios a fim de garantir o anonimato dos nossos interlocutores, sendo essa, portanto, uma forma de resguardar suas respectivas identidades. Assim, em substituição aos nomes verdadeiros, buscamos atribuir pseudônimos, associando-os às denominações de lugares que ficaram submersos (Mapa 1) em decorrência da formação do lago que serve de reservatório para a hidrelétrica. Tais lugares foram muitas vezes rememorados em nossas conversas, por isso escolhemos alguns deles para nomear os entrevistados, a saber: Dona “Altamira do Tocantins”, Dona “Itaboca”, Seu “Jacundazinho”, Seu “Jatobal”, Seu “Remansão da Beira”, Seu “Remansão do Centro” e Dona “Santa Rosa”. Ao representante da Eletronorte, citado em entrevista no artigo, atribuímos o pseudônimo de Seu “Tucuruí”, como referência ao empreendimento hidrelétrico tratado no decorrer da análise. Ressaltamos ainda que a escolha dos entrevistados tomou como referência a premissa do informante-chave. Ou seja, aquele que tinha informação relevante sobre o processo em curso, conforme propõe Queiroz (1991).

<sup>6</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão do Centro, agrônomo, em Belém, em agosto de 2017.

tomadas para dar conta dessa situação. O aumento do preço dos aluguéis e do custo de vida, a especulação imobiliária, a proliferação de prostíbulo e a chegada de grande número de prostitutas, especialmente do estado do Maranhão, inclusive menores de idade, foram aspectos relatados sobre o período. Trata-se da “população flutuante”, conforme foi denominada pelo entrevistado mencionado quando se referiu a este tipo de população.

De acordo com os dados do Serviço de Patrimônio Imobiliário (SPI), das Centrais Elétricas do Norte do Brasil, a Eletronorte S/A – a empresa estatal responsável pelo empreendimento –, até o ano de 1987 haviam sido cadastradas seis mil famílias atingidas pela obra, gerando o total de 4.198 processos (informação verbal)<sup>7</sup>.

Nesse período, a cidade de Tucuruí não era tão grande e se limitava à sua atual área central, às proximidades do Rio Tocantins, onde o cotidiano revela as vivências com o rio, o entorno, a natureza, as identidades e os laços de pertencimento com as práticas alimentares, econômicas e socioculturais locais e regionais, próxima daquilo que tem sido conhecido como “cidade ribeirinha” (TRINDADE JÚNIOR, 2010).

As transformações no âmbito da vivência dessas populações remetem às contradições da produção desigual do espaço e da ruptura de antigos padrões de organização socioespacial, distinguindo e distanciando aquela parte da cidade – onde vivia a população do lugar – da outra, criada pelo grande empreendimento para atender aos empregados da companhia, com infraestrutura e serviços, de forma a assegurar a reprodução da força de trabalho e atender às hierarquias sociofuncionais da empresa.

Trata-se da cidade-empresa, um novo formato socioespacial de cidade presente na região desde a década de 1930, com a construção dos núcleos de Fordlândia e Belterra, no oeste paraense, pela Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB) durante a instalação da *plantation* de seringa de Henry Ford e que reapareceu novamente para atender às demandas dos grandes projetos, como as decorrentes da construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Como analisa Piquet (1998), a cidade-empresa foi a estratégia usada pelo capital para dotar de infraestrutura e serviços aquelas áreas destituídas de tal condição, tendo, por fim, a realização de atividades produtivas.

São, em outros termos, as *company towns*, cidades planejadas e localizadas em pontos estratégicos – nas proximidades de rios, estradas e florestas e de fácil acesso à mão de obra. Trata-se de um espaço programado para viabilizar a

<sup>7</sup> Informação concedida pelo Seu Tucuruí, representante do SPI/Eletronorte em entrevista ao Grupo de Estudos Especiais da empresa Engevix, no Rio de Janeiro-RJ, em maio de 1987.

exploração dos recursos naturais da Amazônia (PEREIRA; SILVA; FERREIRA 2002; RODRIGUES, 2002). Do mesmo modo, negam o padrão de urbanização da região e os agentes locais, uma vez que se trata de espaços estruturados com equipamentos e serviços diferenciados daqueles até então existentes, representando novas formas de gestão do território, sob o comando de empresas que neles estabelecem suas bases logísticas de ação e de controle de recursos e dos territórios. Devem, por isso, ser considerados novos “enclaves urbanos” (TRINDADE JÚNIOR; ROCHA, 2002; ROCHA; GOMES, 2002), que contrastam com as formas da vida precária do restante da cidade que se realiza ao seu redor.

Como afirmou Piquet:

a cidade-empresa é vista, pela quase unanimidade de seus moradores, como um paraíso para as crianças, o lugar onde se encontra a segurança perdida nas cidades [...] de que estas oferecem um padrão de vida de alta qualidade, embora sob olhar repressor da empresa e da comunidade. Sentem-se como segmentos privilegiados da força de trabalho e interpretam o caráter transitório da vida nessas comunidades como uma oportunidade de trabalho semelhante, ou até superior às que teriam em qualquer outra cidade (PIQUET, 1998, p. 39).

Nesse mesmo período, outro construto socioespacial e arquitetônico aparece como uma nova modalidade de assentamento urbano, a “cidade planejada”, para receber a população atingida<sup>8</sup> pela construção da hidrelétrica. O termo “cidade planejada” é adotado por Catullo e Coun (2002), mas também podemos identificar o uso de “assentamentos forçados” (PARTRIDGE, 1985) e de “relocações urbanas” causadas por represas (BARTOLOMÉ, 1985). Em todas estas situações, trata-se de um assentamento urbano preparado para receber a população atingida e realocada em razão da construção de uma hidrelétrica. Difere, portanto, daquilo que a literatura define como “cidade da companhia” (TRINDADE JÚNIOR; ROCHA, 2002), “cidade-empresa” (PIQUET, 1998) ou “franjas urbanas avançadas” (BECKER, 1990a), uma vez que estas se constituem enquanto assentamentos voltados à moradia dos empregados da companhia.

Para o contexto estudado, temos como exemplo os assentamentos de Jacundá, Breu Branco e de Novo Repartimento, que, posteriormente, se transformaram em cidades-sede de municípios. As antigas localidades desapareceram com o enchimento do lago em 1985 e naqueles espaços foram realocadas as populações atingidas. Vale salientar que o termo “cidade” passa a ser adotado pelos moradores reassentados antes dos procedimentos político-administrativos de reconhecimento da sede municipal.

<sup>8</sup> Foram denominados também como “impactados” e “expropriados”, conforme analisa Magalhães (2007).

Há de se ressaltar que a “cidade planejada” prometida pela Eletronorte é mais uma intenção que a realização de uma situação concreta. Isso porque, quando chegaram ao local da nova moradia, os primeiros moradores se depararam com a precariedade da infraestrutura e dos serviços que pouco se equiparavam às promessas feitas pela empresa. As narrativas coletadas em campo indicam que foi preciso muita luta dos atingidos para a chegada da infraestrutura e dos serviços negociados com a estatal federal responsável pelo empreendimento. Contudo, observaremos, primeiramente, as questões relacionadas ao lugar da antiga morada – a Vila de Velho Repartimento.

## 2 O VELHO REPARTIMENTO

O antigo povoado chamado de Repartimento nasceu com a chegada dos empregados da empresa Mendes Júnior, que foram trabalhar na terraplanagem da BR-422, Rodovia de ligação da Transamazônica (BR-230) com a Hidrelétrica de Tucuruí na década de 1970. Na narrativa de um ex-trabalhador da empresa, temos os fragmentos do período vivido. Diz ele que nasceu em Cametá – município localizado no Baixo Tocantins, no nordeste paraense – e aos três anos de idade mudou-se para Alcobaça<sup>9</sup>. Aos 15, começou a trabalhar como ajudante de pedreiro, carpinteiro, feirante, estivador e balconista, mas foi em 1971 que saiu da cidade de Tucuruí, onde morava, para se aventurar em uma nova frente de trabalho. Era a abertura da Transamazônica<sup>10</sup>, para onde se dirigiu e se empregou na referida empresa, desenvolvendo as atividades de topografia, assentamento de bueiros e pintura. Ele assim nos explica a origem do nome Repartimento:

[...] aquele local onde a Mendes Júnior estava foi titulado de Repartimento. Por que Repartimento? Existe um rio que a água se divide, se reparte. E também, ali, ela faz limite com as terras indígenas. E também, uma outra questão, ali que, esse nome de Repartimento, era *aonde* os mariscadores de gato se encontravam, de seis em seis meses. Deixavam as peles de gato,

<sup>9</sup> São Pedro de Alcobaça foi o lugar escolhido para ser o ponto de partida para a construção da Estrada de Ferro do Tocantins, em fins do século XIX. Depois recebeu o nome de Tucuruí através do Decreto-Lei nº 4.450, de 30/12/1944. Até 1947, era integrante do município de Baião, ano em que recebeu a sua autonomia municipal (PARÁ, 2005).

<sup>10</sup> A integração da porção oriental da Amazônia ao restante do País marca a transição do padrão dendrítico, onde os rios são os principais meios de transporte de pessoas e mercadorias na região, para um sistema mais complexo de rede urbana (CORRÊA, 1987), com maior presença de rodovias, por exemplo, implantadas com a nova promessa do desenvolvimento da “terra sem homens para homens sem-terra”, conforme anunciava o presidente da república Emílio Garrastazu Médici, em maio de 1973, quando descerrava a placa de inauguração da Rodovia Transamazônica em Altamira-PA. A esse respeito, Miranda (1990) destaca os projetos de colonização oficiais executados pelo governo federal, dentre eles o Programa Integrado de Colonização que se materializou ao longo da Transamazônica.

de onça, pegavam o aviamento [...] e voltavam novamente. Então essa é a origem do nome Repartimento (informação verbal)<sup>11</sup>.

No depoimento, chamam atenção as atividades diversas não especializadas desenvolvidas por nosso entrevistado e a busca permanente por uma posição mais estável de trabalho. A nova “frente de expansão” (VELHO, 1979) constitui a possibilidade de melhor salário e de acesso à terra, sonho de todo migrante recém-chegado à Transamazônica.

Prossegue a narrativa detalhando que, com o fim das obras, muitos trabalhadores resolveram ficar. Naquele momento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estava fazendo loteamento e o entrevistado foi assentado em um lote de 100 hectares (10 mil metros quadrados) nas proximidades da Vila de Repartimento. Diz ele: “Recebemos uma casa construída de madeira, teve uma ajuda de salário durante um ano [...]. Ninguém pegava no dinheiro” (informação verbal)<sup>12</sup>. O valor era convertido em alimentos, fornecidos pela Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), e em ferramentas.

Uma das primeiras professoras da localidade segue a mesma linha de narrativa ao afirmar que:

[...] o povoado de Repartimento [...] surgiu na beira da estrada Transamazônica, no entroncamento que ia para Tucuruí. E ali teve uma construtora que fez um povoadozinho ali, durante o tempo em que eles estavam trabalhando. Quando eles seguiram ficou o povoado e alguns funcionários e [...] colonos que vieram para o assentamento. Aí foi formando uma vilazinha [...]. Muita gente foi vendo aquele povoadinho crescendo, pessoas que queriam mudar de vida, foi aglomerando ali, e formando o nosso povoadinho. Nós estamos ali, bem tranquilos pensando que iríamos formar a nossa cidadezinha [...]. Aí chegou os funcionários da Eletronorte dizendo que nós ia ser expropriado (informação verbal)<sup>13</sup>.

As histórias se cruzam e os fatos vão ganhando o contorno de regularidade. Outro expropriado, oriundo de Araguaína (estado de Goiás), afirma ter chegado à região em 1976, por conta dos assentamentos de colonização do INCRA. Explica que naquele tempo a precariedade do atendimento de saúde na Transamazônica era grande: “não tinha enfermeiro, não tinha auxiliar de saúde, não tinha médico, não tinha nada” (informação verbal)<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>12</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>13</sup> Informação concedida pela Dona Altamira do Tocantins, professora, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>14</sup> Informação concedida pelo Seu Jatobal, comerciante, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

Por essa razão, esse mesmo expropriado obteve a autorização do Conselho Federal de Farmácias do Estado do Amapá para desenvolver suas atividades no Posto de Medicamentos de Repartimento e adjacências. Suas habilidades em análises clínicas, obtidas na Universidade Federal de Goiás (UFG), foram de grande utilidade diante das precariedades locais. Isso lhe permitiu montar uma farmácia, a única, num trecho entre as cidades de Altamira e Marabá com cerca de 600 km de distância entre elas.

É a técnica transformando a natureza, segundo os pedidos do capital. São as novas configurações territoriais em formação que chegam à região: estradas, assentamentos, cidades, equipamentos, dentre outros, para assegurar o perfeito funcionamento da divisão territorial do trabalho. Uma nova geografia regional se desenhava, levando ao desaparecimento das economias de subsistência para que novas modalidades produtivas pudessem aparecer, sob uma nova lógica, articulada a novos circuitos da economia global e sob o controle dos espaços de comando (SANTOS, 2006).

Como analisou Hébette (1991), essa dinâmica articulava a abertura de estradas, a incorporação de novos territórios ao mercado de terras, a implantação de grandes projetos, a expulsão da população preexistente no lugar e a mobilização de mão de obra barata e disponível para os novos empreendimentos recém-chegados à região. Assinala o autor que:

Desde o fim dos anos de 1950, com a abertura da Rodovia Belém-Brasília e, em 1970, da Transamazônica dirigiram-se para a região fluxos intensos de migrantes, na maioria lavradores expulsos dos mais diversos Estados do país. Acompanhando esse movimento e, em alguns casos, antecedendo-o operou-se um grande movimento de especulação fundiária que retalhou toda a região em imensos latifúndios de dezenas e até centenas de milhares de hectares. Esse duplo movimento representa a primeira fase – o primeiro momento – da incorporação à dinâmica do mercado nacional: a do mercado de terras. No decorrer dos anos 70 e início dos anos 80, foram implantados os grandes projetos estatais apoiados em capital estrangeiro: a mina de ferro da serra de Carajás, as minas de manganês, ouro, bauxita, a **represa de Tucuruí** [...] (HÉBETTE, 1991, p. 200, grifo nosso).

Trata-se de uma área de fronteira<sup>15</sup> e, por isso, de intensa migração. Quando Seu Jatobal afirma que “é difícil encontrar um paraense por aqui”, tem-

<sup>15</sup> O conceito de “fronteira” remete a uma diversidade de formulações. Aqui, ressaltamos algumas possibilidades como a “fronteira econômica”, a “fronteira urbana” e a “fronteira tecnológica” (BECKER, 1990a; BECKER; MIRANDA, 1987). Nas três situações, trata-se da fronteira produzida por agentes econômicos e políticos movidos por interesses bem definidos. A fronteira denominada como o “confins do humano”, como assinala Martins (2009), remete à humanidade muitas vezes negada por atos de violência, praticados pelo poder do mais forte quando entra em ação a frente de expansão da sociedade nacional sobre os territórios étnicos. Dessa forma, para fins analíticos, entendemos a fronteira como um espaço de disputa, de construção e reconstrução de práticas e lógicas, em que opera e prevalece, mesmo com a resistência de grupos subalternos, o poder do mais forte que desumaniza o outro.

se a dimensão da mobilidade de população, especialmente aquela atraída pela obra, pela oportunidade de emprego ou direcionada aos assentamentos rurais. Dentre eles, paranaenses, maranhenses, goianos, mineiros e baianos. Temos naquele lugar “a colonização planejada da Rodovia Transamazônica levada a cabo pelo INCRA” (VELHO, 1979, p. 219).

Depois de 12 anos, o Velho Repartimento já tinha “delegacia, posto de saúde, colégios, igrejas, comércios, dormitórios, farmácia, padaria, empresas madeireiras, uma infraestrutura básica de um vilarejo” (informação verbal)<sup>16,17</sup>. Pensava-se que ele se transformaria em uma cidade no futuro, comenta o expropriado. Podemos considerar esses locais como “lugares da memória”, onde a vida social se realizou por mais de uma década, conforme sugere Pollak:

[...] quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada [...]. Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. [...] Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal [...] (POLLAK, 1992, p. 2).

Nas Fotos 1 a 4, apresenta-se o pequeno vilarejo, pobre, de poucas vias de chão batido, com casas construídas em madeira ou pau a pique, cobertas por telhas de barro ou palha e com pouco mais de 5 mil habitantes. Os detalhes foram colhidos juntos aos expropriados com o uso da fotografia para “avivar” a experiência vivida. Por várias vezes, expusemos as fotos para serem observadas e comentadas, individualmente ou em grupo, como forma de recuperar as informações da época.

<sup>16</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>17</sup> Também podemos nos referir a eles como “objetos familiares”, aqueles com os quais se está em contato cotidianamente e que remetem à experimentação da sensação de estabilidade e segurança, bem como aos hábitos locais que resistem às mudanças impostas e ameaças de perda de seu lugar. Assim, podemos afirmar que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Fotos 1 e 2 – A Rua Principal e o pequeno centro comercial na década de 1980: na primeira foto, da rua principal, estão casas de antigos moradores e, ao fim da rua, as barracas de venda de comida da beira da estrada. Na segunda foto, a mesma rua é vista de um outro ângulo, reconhecendo-se, ao fim da rua, a igreja católica, onde aconteceram as assembleias e reuniões durante a mobilização dos atingidos



Fonte: Arquivo da Empresa Engevix.

Fotos 3 e 4 – Serviços de velho repartimento na década de 1980: na primeira foto, às margens da Transamazônica, as barracas de comida reconhecidas nas entrevistas como sendo de dona Helena, de seu Mauro Preto, de dona Angélica, de dona Corsina, de dona Iracélia, de dona Josefa e de Raimundo do Cabelo Duro; na segunda foto, a oficina de carros identificada como sendo do Paraíba e de seus filhos, Baiano e Julinho



Fonte: Arquivo da Empresa Engevix.

Estas imagens fazem parte do passado e da memória de seus antigos moradores, uma vez que a localidade de Repartimento desapareceu com o enchimento do lago da Hidrelétrica de Tucuruí. Observamos que, durante a listagem dos nomes de antigos moradores – por exemplo, dona Helena, Mauro Preto, Angélica, Corsina, Iracélia, Raimundo do Cabelo Duro, Paraíba, Baiano

e Julinho – por um dos entrevistados já mencionado (Seu Remansão da Beira, agricultor, Novo Repartimento-PA, jul. 2018), as informações vieram incompletas, sem o sobrenome, ou apenas com o nome conhecido ou apelido. São os fragmentos da história que nos levam a entender as parcialidades vividas, registradas ou esquecidas. É o caráter flutuante da memória, conforme tratou Pollak (1992).

Os relatos narram um rosário de perdas e lamentos que vão emergir na cena pública na forma de luta por direitos, conforme analisou Magalhães (2007). Afirma a autora que:

O lamento, pelo exposto, é uma volta ao passado, ao conteúdo de irreversibilidade inerente a este tipo de processo de deslocamento compulsório, mas, aponta, sobretudo, para o fato de que as rupturas são também formas de reapropriação das representações que estes camponeses têm sobre suas próprias vidas. Desta perspectiva, trata-se de um contexto, ou melhor, de um processo em que aspectos constitutivos do modo de vida passado, até então naturalizados, são transformados em direitos e emergem na arena pública (MAGALHÃES, 2007, p. 223).

### 3 A LUTA DE RESISTÊNCIA ENTRE O “VELHO” E O “NOVO” REPARTIMENTO

Segundo Seu Remansão da Beira, por volta de 1978, apareceram dois funcionários da empresa Basevi, contratada pela Eletronorte, para fazer o censo econômico e coletar informações acerca dos moradores da localidade. Ao terminar o trabalho, os técnicos se dirigiram aos moradores dizendo que eles estavam proibidos de plantarem “cultura” de ciclo permanente, podendo cultivar apenas as temporárias, como arroz, feijão e milho. Essa situação perdurou por três anos sem que o governo federal apresentasse qualquer solução para o caso.

Somente em 1982, quando as obras já estavam acontecendo, foi que o governo começou a pagar as “irrisórias indenizações”, de acordo com o que nos foi informado em entrevista: “Não tivemos acesso a uma tabela de preço. Eles não tinham uma proposta para onde nos relocar para a área rural, não tinham uma proposta para alocar o pessoal da área urbana” (informação verbal)<sup>18</sup>.

Em forma de lamentação, ouvimos de um dos atingidos: “Foi em fevereiro de 1979 que o problema da hidrelétrica chegou até minha casa” (informação verbal)<sup>19</sup>, mostrando que a vida começava a mudar para os moradores do Velho Repartimento. Era o início do levantamento socioeconômico das famílias<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>19</sup> Informação concedida pelo Seu Jatobal, comerciante, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>20</sup> “Inaugura-se com a chegada dos grandes projetos na Amazônia – particularmente promovido

Os depoimentos colhidos demonstram a preocupação com a forma de abordagem da empresa durante o levantamento e a expectativa criada com a presença de técnicos no lugar. Isso remete, por exemplo, à data do remanejamento, ao valor das indenizações, aos direitos que os atingidos teriam e ao novo lugar onde seriam reassentados. Como bem disse Martins:

[...] aqui se trata de projetos de envergadura econômica, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatários as populações locais. Seu pressuposto é da remoção dessas populações [...]. Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se [...] não tivessem direito a sua humanidade (MARTINS, 1991, p. 16).

Ocorre que, diante das proibições impostas pela Eletronorte, das baixas indenizações e da falta de local para realocação dos atingidos, surgem as primeiras mobilizações na localidade de Repartimento. Isso começa em 1982, com o apoio da Igreja Católica por meio do Bispo Dom Elias Chaves, da Prelazia de Cametá.

Advém daí a chegada de uma assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) com experiência em barragem e a formação de uma equipe de assessoria – uma educadora, um agrônomo e um advogado – ligados à CPT, em apoio ao Movimento dos Atingidos. Foi dessa articulação que se originou a primeira assembleia dos atingidos em um espaço cedido pela Igreja Católica.

Nessa data, formou-se a Comissão Mista de Negociação, que passou a intermediar a relação dos atingidos com os órgãos estatais, como o INCRA, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a proposição de realização do primeiro acampamento, acontecido em 09/09/1982, conforme relatou um dos entrevistados – Seu Jatobal, comerciante, Novo Repartimento-PA, jul. 2018 –, uma vez que os acampamentos e os atos públicos constituíram-se na estratégia principal de mobilização dos atingidos para pressionar a Eletronorte.

---

por empreendimentos hidrelétricos e minerais –, a prática dos cadastramentos das populações residentes nas áreas pretendidas pelas empresas, com um discurso que pressupõe que sua propriedade está sendo ameaçada pelas populações. Duas dimensões podem ser percebidas: a primeira, negação da ocupação anterior do território e invisibilidade expropriadora; segunda, a inversão da concepção de direito, pois a empresa subverte regras e estatutos da presença étnica ou socialmente definida por cabocla na área, impondo outra relação social e do homem x natureza” [...]. Na construção das hidrelétricas de Tucuruí (Pará) e Balbina (Amazonas), a Eletronorte teve no cadastramento, instrumento de controle, de pressão e de expropriação contra pequenos produtores rurais e pescadores, habitantes nas áreas dos atuais reservatórios” (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1995, p. 315).

Essa experiência localizada vai se somar a outras mobilizações, originando o Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí, que foi o porta-voz e instrumento de luta desses sujeitos contra a ação expropriadora da Eletronorte. Entre os anos de 1982 e 1984, foram realizados três acampamentos que ocuparam os espaços de propriedade da empresa e um conjunto de outras ações – assembleias, atos públicos e negociações em Tucuruí, Belém e Brasília – na região, ocorridas em vilas, cidades e áreas rurais que exigiam justas indenizações e assentamentos para os moradores atingidos pelo empreendimento, mesmo sob forte repressão promovida pelo Estado sob orientação da Eletronorte (informação verbal)<sup>21</sup>.

Além da documentação disponível em forma de noticiário, relatos dão conta de uma série de arbitrariedades cometidas pela polícia em manifestações realizadas pelo Movimento dos Atingidos, como prisão de agente pastoral e lideranças, incêndio em casas de expropriados, espancamento de manifestantes, tentativas de impedimentos de realização de atos públicos, uso de armas de grosso calibre, de cassetetes e de gás lacrimogênio. Além da derrubada e incêndio de casas dos atingidos.

Rememorando situações semelhantes, um expropriado afirmou que seu barraco foi incendiado por ordem de um fiscal que trabalhava para a Eletronorte. Ele nos narrou que:

[...] tinha um cidadão que era o fiscal [...] ele mandou um rapaz tocar fogo no meu barraco, que era coberto de palha [...] até que eu me desesperei esse dia, e fui agarrar ele. Eu tava com mal intenção. O cara se desespera e não sabe nem o que é que faz. Foi aí, que outros companheiros me pegaram [...] e não deixaram haver um atrito [...] (informação verbal)<sup>22</sup>.

Podemos pensar, dessa forma, que cidades como Novo Repartimento<sup>23</sup>, Breu Branco e Nova Jacundá são resultantes dessa ação estatal, uma vez que a Hidrelétrica de Tucuruí desarranjou os modos de vida preexistentes e os espaços locais ao remanejar as famílias de vilas e localidades afetadas pelo enchimento do lago que, em decorrência disso, foram realocadas em novas cidades criadas para este fim. No momento de construção da hidrelétrica, Repartimento e Jacundá,

<sup>21</sup> Informação concedida pela Dona Santa Rosa, ex-técnica da CPT, em Brasília-DF, em agosto de 2017.

<sup>22</sup> Informação concedida pelo Seu Jacundazinho, carroceiro, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>23</sup> Mesmo sendo chamado de cidade por seus moradores, essa formalização do antigo assentamento só ocorreu com a criação do município de Novo Repartimento por meio da lei estadual em 1991. O seu território político-administrativo foi formado a partir do desmembramento dos municípios de Tucuruí, Jacundá e Pacajá, conforme a Lei Nº 5.702, de 13 de dezembro de 1991, sancionada pelo governador do Pará, Jáder Barbalho. A posse de seu primeiro pelo prefeito e a da Câmara de Vereadores só ocorreu em janeiro de 1993 (PARÁ, 2005).

por exemplo, eram pequenas vilas e hoje são sedes de municípios com mais de 50 mil habitantes cada, segundo os dados do Censo Demográfico mais recente (IBGE, 2010).

Por meio de levantamento fotográfico, delineamos os passos iniciais de construção da cidade de Novo Repartimento no cruzamento da Rodovia Transamazônica (BR-230) com a Rodovia BR-422, antes do enchimento do lago em 1985. Primeiramente, a Eletronorte comprou quatro lotes de aproximadamente 968 mil m<sup>2</sup> que serviriam como área de reassentamento das famílias, seguido do desmatamento e queimada, terraplanagem e definição do sistema viário (Fotos 5 e 6).

Fotos 5 e 6 – Vista geral do terreno da nova cidade na primeira metade da década de 1980: preparação e terraplanagem da área onde seria construído o novo núcleo urbano de Novo Repartimento. Na segunda foto, imagem aérea da área destinada ao Novo Repartimento, já com terraplanagem e traçado viário definido, verificando-se a Rodovia Transamazônica (BR-230), no lado esquerdo, e, em cima, a BR-442, que liga Repartimento à Tucuruí



Fonte: Arquivo pessoal de Joaquim Veiga, Acervo da Empresa Engevix, respectivamente.

Apesar das adversidades, havia por parte da Comissão dos Expropriados<sup>24</sup> a preocupação de que o processo de reassentamento respeitasse alguns critérios, como: a manutenção das relações de vizinhança já estabelecidas; a proximidade da localização das famílias reassentadas perto da Rodovia Transamazônica para facilitar a mobilidade dos reassentados; a realização de sorteio para assegurar a transparência na distribuição dos lotes; a entrega das casas mediante a emissão de escritura pública de cada lote; e a garantia de que o expropriado tivesse tempo suficiente para fazer a sua mudança sem atropelos. Isso, porém, não aconteceu

<sup>24</sup> “Expropriado” também era um termo de autoidentificação usado por lideranças do Movimento dos Atingidos. Em entrevista, um dos coordenadores do movimento, por muitas vezes, referiu-se à Comissão dos Expropriados. A mesma ocorrência se verifica quando o termo usado é “Hidrelétrica”, muitas vezes, substituída por “Barragem”.

durante o processo de negociação com a Eletronorte (COMISSÃO DOS EXPROPRIADOS PELA BARRAGEM DE TUCURUÍ, 1983).

Quando as casas estavam sendo prontas, os expropriados começaram a construir ao lado delas as barracas de lonas como forma de pressionar a Eletronorte para a conclusão da nova moradia: “a primeira área entregue foi no Parque Marajó, hoje conhecido como Parque da Cospel<sup>25</sup>, onde foram construídas as casas”. Iniciaram-se as relocações em 1984: “na época eram 1.225 expropriados, mais de 800 da área urbana e mais de 400 da área rural” (informação verbal)<sup>26</sup>. Segundo ele, estes podem ser considerados os primeiros moradores da cidade de Repartimento.

Concluídas as moradias, iniciou-se a mudança das famílias. As dificuldades enfrentadas pelos atingidos, depois de reassentados, envolviam a falta de água, luz, drenagem, pavimentação de vias e os equipamentos coletivos acordados em mesas de negociações. A mudança foi no período chuvoso, no chamado inverno amazônico, e os alagamentos e lamaçais foram inevitáveis.

Faltava água para lavar louça e roupa, fazer comida e tomar banho. Durante muito tempo, o abastecimento foi feito com ajuda de um carro-pipa e o recipiente de recepção da água era um camburão de ferro colocado pela empresa em frente às residências, mas havia dúvidas quanto à sua qualidade para o consumo humano.

O relato colhido em entrevista reafirma as dificuldades do período:

[...] a nossa chegada, aqui, foi difícil [...] uma região chuvosa, muita lama, nós não tínhamos água. Não tinha nada, eles estavam, ainda, fazendo o poço artesiano. Aí, eles davam um tambor, com uma aguinha regrada. De carro pipa, pegava a água do igarapé e jogava lá pra nós. [...] A gente lutava para que os vizinhos ficassem um perto do outro; você já tem convivência com as pessoas, de repente você ficar isolado... (informação verbal)<sup>27</sup>.

Apesar de todas as dificuldades iniciais, o assentamento foi dotado de infraestrutura e equipamentos para receber os novos moradores, como posto médico, delegacia de polícia, subprefeitura, escolas, cemitério, centro comercial, feira, campo de futebol e rede de água, esgoto e energia; serviços necessários para que a vida pudesse recomeçar. As Fotos 7 e 8 demonstram a recém-construída cidade de Novo Repartimento.

<sup>25</sup> Na cidade foram 6 áreas de reassentamento que receberam o nome de parques. Além do já citado anteriormente, existiam ainda o Parque Uirapuru, Parque Morumbi, Parque Espigão, Parque Vila Nova e Parque da Ladeira (hoje denominado de Vila Marabá).

<sup>26</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

<sup>27</sup> Informação concedida pela Dona Itaboca, comerciante, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

Fotos 7 e 8 – Cidade de Novo Repartimento em 1984: aspectos das casas e do urbanismo inicial do novo núcleo urbano



Fonte: Arquivo pessoal de Miguel Chikaoka.

Na fronteira, o conflito é inevitável. Como analisou Martins (2009), ela se faz pelo avanço da sociedade nacional sobre novos territórios. Entenda-se não só o deslocamento de migrantes pobres e descapitalizados, mas especialmente do capital, representado por fazendeiros, pecuaristas, madeireiros, comerciantes e empresas ávidas por terras, rios, florestas e matérias-primas abundantes no solo e no subsolo.

Inicialmente, vieram os trabalhadores das empresas que fizeram as obras nas estradas da região e os moradores das proximidades que se instalaram no Trevo, chamado de “Vila Tucuruí”, antes mesmo da entrega das casas. Mesmo realocadas, muitas famílias mantiveram parentes no local. Foi criado um centro comercial para a venda de frutas e animais de caça em barracas cobertas por lona, plástico e palha, localizado no entroncamento da Rodovia Transamazônica com a BR-422, que liga Novo Repartimento às cidades de Marabá, Altamira e Tucuruí.

Foi assim que surgiu o primeiro centro comercial em fins do ano de 1982 e início de 1983. Conforme o relato de uma liderança dos atingidos, esse centro cresceu e, com ele, os bairros das proximidades, devido ao fluxo migratório de outras cidades do sudeste do Pará que, inclusive, nomearam alguns bairros com nomes de municípios paraenses, como Itupiranga e Marabá, e de outras áreas que foram se agregando contiguamente aos reassentamentos, como a que foi denominada de Forró da Velha, que era “um local de festa bastante conhecido pelos moradores, além dos bairros Vale do Sol I, II e III” (informação verbal)<sup>28</sup>. A expansão, com o tempo, passou a ocupar também os córregos e igarapés da cidade.

<sup>28</sup> Informação concedida pelo Seu Remansão da Beira, agricultor, em Novo Repartimento-PA, em julho de 2018.

Dessa forma, a cidade em questão é resultado de dois movimentos simultâneos: da realocação dos atingidos pela hidrelétrica e da chegada de migrantes advindos das cidades próximas e de outras regiões do Brasil. Essa presença migrante de fora da região tornou-se importante para as questões políticas da cidade referentes à sua emancipação de Tucuruí, às primeiras eleições para a Prefeitura e Câmara de Vereadores e às disputas em torno do poder político municipal no que se refere ao controle do repasse de recursos feitos pela Eletronorte às cidades impactadas pela obra.

Os atingidos são minoritários numericamente em relação ao conjunto da população do lugar que, segundo a narrativa dos atingidos, querem apagar a sua trajetória de participação na constituição do núcleo populacional que deu origem à cidade de Novo Repartimento. Essas divergências giram em torno da aplicação dos recursos dos *royalties* recebidos pelas prefeituras por conta dos impactos da hidrelétrica nos municípios atingidos, bem como por uma variedade de serviços e obras que chegaram à mesorregião. Segundo o depoimento de um entrevistado, foi o Movimento dos Atingidos que tomou a iniciativa de organizar o plebiscito para emancipar Novo Repartimento, para que este pudesse se tornar um município (informação verbal)<sup>29</sup>.

Ao se referirem ao passado, muitas histórias são narradas, como as contadas acima. As lembranças remetem ainda ao sofrimento, aos acampamentos dos expropriados, às negociações duradouras com as instituições estatais, bem como a outros dilemas, como o enfrentamento com a força policial. Todas as conquistas alcançadas, segundo a fala de lideranças do Movimento dos Atingidos, foi com muita luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição de uma parte das cidades na Amazônia, especialmente aquelas surgidas a partir da década de 1970, guarda uma relação direta com a ação estatal ligada à implantação de grandes projetos econômicos na região, seja para a concentração de mão de obra barata para os empreendimentos, seja como resultante do impacto da construção de estradas e rodovias ou da implantação de projetos de mineração, energia e de colonização pública e privada. Na memória dos atingidos, a dor, o constrangimento e a ação desumanizada por seus antagonistas marcam os relatos coletados durante o trabalho de campo. Foram recorrentes o choro, as lágrimas, as palavras presas na garganta e as mãos trêmulas durante as entrevistas. São

<sup>29</sup> Informação verbal concedida pelo Seu Jatobal, comerciante, em Novo Repartimento, em julho de 2018.

as “memórias subterrâneas” ou “clandestinas”, silenciadas pelo poder hegemônico à espera de uma oportunidade de emergência para expressar no espaço público os “ressentimentos acumulados no tempo” e que, por sua vez, estão disputando com a “memória oficial” as narrativas acerca da história dos acontecimentos, a sua percepção e a (re)significação dos fatos (POLLAK, 1989, p. 5). Afinal, como assinalou o autor, o silêncio prolongado não quer dizer esquecimento.

Assim, devemos pensar que “Novo Repartimento” representa um tipo de assentamento urbano ainda não experimentado na região, aquele “assentamento forçado” para receber a população atingida pela obra, conforme definiu Partridge (1985), que difere da “cidade da companhia” (TRINDADE JÚNIOR; ROCHA, 2002), “cidade-empresa” (PIQUET, 1998) ou “franjas urbanas avançadas” (BECKER, 1990a), ao mesmo tempo em que coexiste com as metrópoles, as cidades médias, as cidades ribeirinhas. Essa variedade de cidades, de relações sociais, de atividades econômicas e comerciais, de imaginários e circulações de ideias e valores nos informam sobre os “conteúdos plurais da urbanização” – a urbanodiversidade amazônica (TRINDADE JÚNIOR, 2010, p. 17). E, expressam, dessa forma, o lugar subalterno da Amazônia na divisão social e territorial do trabalho, alinhada aos pedidos do capital e dependente das políticas estruturais do Estado para a região.

Passados 40 anos do acontecido, famílias inteiras ainda aguardam as reparações da Eletronorte. Na cidade de Novo Repartimento, visitamos um conjunto residencial com pouco mais de 500 unidades que iam ser entregues à cooperativa dos expropriados como parte das indenizações devidas e não pagas até hoje. A rememoração das situações também revela a teia de relações estabelecidas entre os atingidos, os setores da Igreja Católica e os aprendizados advindos do contato junto à CONTAG, que deslocou uma dirigente para a região e partilhou sua experiência de luta contra a construção de hidrelétricas no Nordeste e ajudou na mobilização inicial da resistência local.

Aquilo que no início foi objeto de denúncias localizadas e da produção de cartas individualizada aos responsáveis pelo empreendimento, transformou-se em um grande movimento contestatório denominado de Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí, que representou a reação popular diante das arbitrariedades cometidas pela Eletronorte. Esse movimento deu voz, em torno de si, aos expropriados e se tornou o principal canal de representação política daquela luta, na qual os moradores de Novo Repartimento tiveram papel de protagonistas nessa construção, conforme buscamos aqui retratar.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, R.; CASTRO, E. M. R. Grandes projetos e terras de negro: conflito e resistência no Trombetas. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Edufpa, 1995. p. 301-333.
- BARTOLOMÉ, L. Estrategias adaptativas de los pobres urbanos: el efecto “entropico” de la relocalización compulsiva. *In*: BARTOLOMÉ, L. (org.). **Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas**. Buenos Aires: IDES, 1985. p. 7-22.
- BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990a.
- BECKER, B. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. *In*: BECKER, B., MIRANDA, M., MACHADO, L. (org.). **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília, UNB/Rio de Janeiro: Edufrj, 1990b. p. 15-31.
- BECKER, B.; MIRANDA, M. **O papel das cidades na ocupação da Amazônia**. Brasília, DF: Convênio IPEA/CEPAL, 1987.
- CASTRO, E. M. R. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Edufpa, 1995. p. 91-120.
- CATULLO, M.; COUN, E. Estudios de impactos sociales en el Mercosul. Procesos relocalizatorios, nuevos espacios urbanos y reconstrucción de redes de relaciones sociales. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 15, p. 49-69, 2002.
- COMISSÃO DOS EXPROPRIADOS PELA BARRAGEM DE TUCURUÍ. **Propostas de critérios para operacionalização da relocação para Novo Repartimento**. Tucuruí: Comissão dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, 23 out. 1983. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Ggs12MYwCfL9WZwUHnxJC1aY8pJCy4PL/view>. Acesso em: 20 maio 2020.
- CORRÊA, R. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HÉBETTE, J. As lutas sindicais em resposta às agressões dos grandes projetos. *In*: HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: NAEA/UFPA, 1991. p. 199-214.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <https://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

LEFÈBVRE, H. **La producción de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém; École Doctorale Vivant et Sociétés, Université Paris 13, Paris, 2007.

MARTINS, J. S. A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. *In*: HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: NAEA/UFPA, 1991. p. 15-33.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MIRANDA, M. Colonização oficial na Amazônia: o caso de Altamira. *In*: BECKER, B., MIRANDA, M., MACHADO, L. (org.). **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília, Edunb/Rio de Janeiro: Edufrj, 1990. p. 35-46.

PARÁ. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal de Tucuruí**. Belém: SEPOF, 2005.

PARTRIDGE, W. Reasentamiento de comunidades: los roles de los grupos corporativos en las relocalaciones urbanas. *In*: BARTOLOMÉ, L. (org.). **Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas**. Buenos Aires: IDES, 1985. p. 49-66.

PEREIRA, E.; SILVA, M.; FERREIRA, T. Vila permanente: recortes e retratos de uma company town na Amazônia. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 59-81.

- PINTO, L. A desorganização do grande projeto. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Edufpa, 1995. p. 47-58.
- PIQUET, R. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- POLLAK, M. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- QUEIROZ, M. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- RIBEIRO, G. Proyectos de gran escala: hacia un marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporaria. *In*: BARTOLOMÉ, L. (org.). **Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas**. Buenos Aires: IDES, 1985. p. 25-45.
- ROCHA, G. M.; GOMES, C. A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 27-57.
- RODRIGUES, R. M. Desvelando formas e conteúdos: o núcleo urbano de Carajás. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 113-135.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Edufpa, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico.

**Revista IEB**, São Paulo, n. 51, p. 113-138, set./mar. 2010.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C; ROCHA, G. M. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. 2002. p. 13-23.

VELHO, O. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

Texto submetido à Revista em 13.05.2021

Aceito para publicação em 11.07.2022





## RESENHA

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 558 p.

*Angelo Cezar Pinho Tavares* – Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: angelocezar12@hotmail.com

*Samara Avelino de Souza França* – Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutoranda em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: samara\_avelino@hotmail.com

*Leildo Dias Silva* – Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de Geografia pela Secretaria de Estado da Educação do Pará (SEDUC-PA). E-mail: leildodias89@gmail.com

A obra *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, de autoria de Marcelo Lopes de Souza, parte de uma perspectiva das ciências humanas e sociais e tem como público leitor: planejadores e gestores das mais diversas áreas do conhecimento. Destaca, ainda, que o planejamento e gestão urbanos devem ser abordados por um viés interdisciplinar. Além disso, o autor ressalta que sua obra pode ser lida também por alunos de graduação e pós-graduação que pesquisem e/ou tenham interesse pela temática.

O referido autor nos convida a refletir sobre a questão urbana no Brasil, permeada de problemas que exigem que pesquisadores se envolvam mais ativamente nesse debate. Para ele, “Mudar a cidade” é buscar soluções mais estratégicas para os problemas urbanos, permitindo a materialização da justiça

social pela plena participação de diferentes segmentos sociais no enfrentamento urgente da realidade urbana.

Marcelo Lopes de Souza é professor do departamento de geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel e mestre em geografia pela referida universidade, é especialista em sociologia urbana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e doutor em geografia (tendo como área complementar a ciência política) na Universidade de Tübingen, na Alemanha. É autor de dezenas de artigos, livros e capítulos de livros, publicados no Brasil e no exterior. Destacam-se quatro obras de suma importância ao tema do urbano: *O desafio metropolitano*; *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*; *ABC do desenvolvimento urbano*; e *A prisão e a Ágora*.

Os objetivos da obra de Souza (2003) são: (i) contextualizar o planejamento e gestão das cidades numa perspectiva epistemológica, conceitual, teórica e metodológica; (ii) apresentar algumas correntes do planejamento urbano no Brasil e no exterior, ressaltando suas características, semelhanças e diferenças; (iii) analisar os instrumentos de planejamento e gestão urbanos considerados por ele mais relevantes para a garantia da justiça social e qualidade de vida; e (iv) apresentar os problemas e potencialidades do planejamento e gestão urbanos a partir de estudos de caso de cidades brasileiras.

O autor utiliza um roteiro de apresentação/argumentação em que se vale de conceitos e exemplos (de dentro e de fora do Brasil), assim como de notas de rodapé e de boxes, introduzidos quando ele considera ser interessante explicar melhor sobre determinado assunto. Sua linha de interpretação teórica baseia-se nas contribuições de intelectuais como Cornelius Castoriadis, Henri Lefebvre, Manuel Castells, David Harvey e Jürgen Habermas. A metodologia adotada baseia-se no seguinte tripé: perspectiva crítica, abordagem da ciência social aplicada e visão universalista.

Dessa maneira, Souza (2003) se apoia em diversos conceitos para construir seu argumento, tais como: o princípio da autonomia (individual e coletiva), de Cornelius Castoriadis, enquanto estratégia de mudança socioespacial e promoção do desenvolvimento urbano, pois indivíduos autônomos participam da criação das instituições na sociedade que vivem; a contribuição de Lefebvre (1991) em *O direito à cidade*, onde afirma que a urbanização é resultado da industrialização e propagação do capitalismo.

Ademais, a ideia de espaço urbano como produto social, discutida por Manuel Castells, cujos problemas urbanos seriam reflexo das relações de produção e da estrutura de poder capitalista; a renovação crítica da pesquisa urbana, advinda do geógrafo urbano David Harvey, a partir do entendimento do

espaço urbano enquanto um produto – caro – destinado para poucas pessoas; e, finalmente, a crítica à racionalidade instrumental e defesa da “ação comunicativa” de Jürgen Habermas, em que a comunicação é usada para fins de entendimento e acordos em nome da cooperação.

Quanto às hipóteses e/ou questões levantadas por ele, essas versam acerca da necessidade de realizar, com segurança, um percurso da crítica do planejamento urbano a um planejamento urbano crítico. Para Souza (2003), planejar e gerir uma cidade é planejar e gerir relações sociais, propondo três indagações básicas: quais problemas precisam ser superados? Com quem contar para isso e sob quais condições? Quais os obstáculos/dificuldades previsíveis?

Para ele, existem desafios a serem superados, tais como o desequilíbrio entre a dimensão política e técnico-científica do planejamento e gestão urbanos; a dificuldade de reconhecimento, pelo planejador crítico, do agir e razão comunicativos e de lidar com o planejamento e gestão urbanos como pesquisa social aplicada; e, ainda, a necessidade de superar os entraves que impedem um planejamento e gestão participativos.

Além da apresentação e introdução, o livro estrutura-se em quatro partes, a saber: “Parte I – Contextualizando o planejamento e gestão urbanos”; “Parte II – Abordagens concorrentes”; “Parte III – Instrumentos e institucionalidade”; e “Parte IV – Extraíndo lições de experiências concretas”. Dividida em seis capítulos, a primeira parte dedica-se a tratar das diferenças entre planejamento e gestão urbanos, sua importância enquanto instrumentos de promoção de desenvolvimento socioespacial e da necessidade de que sejam interdisciplinares.

Na parte II, organizada em doze capítulos, o autor discorre sobre a tipologia do planejamento e gestão urbanos, útil para nortear a atuação dos agentes responsáveis por essa atividade. Nesse momento o autor enfatiza que cada planejamento possui interesses e inclinações políticas, ideológicas, sociais, dentre outras, cabendo aos planejadores optarem por aquele mais adequado à realidade e anseios da cidade.

Na terceira parte, constituída por doze capítulos, Souza (2003) expõem os principais instrumentos à disposição do planejamento e gestão urbanos, julgando-os como os mais capazes de promover justiça e participação social. Finalmente, na parte IV, estruturada em cinco capítulos e conclusão, são relatadas experiências brasileiras para exemplificar os assuntos por ele tratados ao longo do livro, apresentando seus sucessos e fracassos.

Para melhor compreensão desta resenha, utilizamos quatro sessões, uma para cada parte da obra de Marcelo Lopes de Souza, de modo a organizar melhor as ideias discutidas pelo autor ao longo de cada um dos seus capítulos constituintes.

## 1 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA

Na parte I, capítulo 1, Souza (2003) diferencia planejamento de gestão urbanos. Enquanto o planejamento se refere ao futuro, criando possíveis cenários, a gestão se ocupa com o curto e médio prazo. Embora conceitualmente distintos, são indissociáveis, pois para que a gestão funcione há necessidade do planejamento, nem que seja do mínimo.

Diante disso, entende-se que Souza (2003) traz um avanço no campo teórico do planejamento e gestão urbanos quando entende que tais termos possuem temporalidades distintas e que não são concorrentes, mas complementares. Isso porque é comum a literatura brasileira acerca desses temas trabalhá-los separadamente. Um exemplo disso é Villaça (1999), que, ao abordar o planejamento urbano, não focaliza o papel e importância da gestão.

Dessa maneira, a obra oferece um avanço conceitual desse campo do conhecimento, frisando a complementaridade dos termos planejamento e gestão, opondo-se a um planejamento de “pseudoparticipação popular”, ao defender uma abordagem autonomista de planejamento e gestão urbanos em que essa participação seja autêntica.

Outras diferenciações terminológicas são necessárias, pois muito se confunde urbanismo, *urban design* e planejamento urbano. O primeiro termo refere-se a um dos ramos que formam profissionais que atuam no planejamento urbano. *Urban design* é um ramo específico do urbanismo. Já o planejamento urbano é um campo amplo, interdisciplinar, que congrega geógrafos, sociólogos, direito urbano e urbanistas.

O capítulo 2 apresenta o planejamento e a gestão urbanos como ferramentas de promoção de desenvolvimento socioespacial, entendido por Souza (2003) como uma mudança positiva em que os desejos dos sujeitos concretos são considerados, de modo a resultar em melhoria da qualidade de vida e ganho de justiça social.

Por conseguinte, identifica-se uma defesa ao planejamento e gestão urbanos que reúnam tanto o arcabouço técnico dos planejadores, quanto às ideias, propostas e atuação da sociedade civil, ativistas e movimentos sociais, fugindo da tradição estadocêntrica em teorias do planejamento: o Estado não é o único agente responsável; pode-se planejar e gerir “com o Estado, além do Estado e contra o Estado”.

No desenvolvimento socioespacial, o autor destaca um dos termos mais importantes da obra: a autonomia, seja individual ou coletiva. A primeira remete

à capacidade do indivíduo estabelecer, com lucidez, metas para si, perseguindo-as com a máxima liberdade. Já a autonomia coletiva não depende somente das instituições sociais que garantem a justiça social, a liberdade e possibilidade de pensamento crítico, mas também da constante formação de indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a encarar e defender essas instituições. Assim, a autonomia, de maneira geral, constitui uma significação social imaginária fortemente enraizada no solo histórico-cultural.

No capítulo 3, Souza (2003) busca desmistificar a ideia de que o planejamento e a gestão urbanos são neutros e conservadores, enfatizando não haver planejamento nem gestão neutra, pois ambos estão carregados de interesses e ideologias, concebidos no seio de uma sociedade dividida em classes e, portanto, com interesses divergentes. Por outro lado, não significa dizer que não possam ser científicos e conservadores, pois é possível que sejam engajados, politizados e transformadores.

Nos três últimos capítulos da parte I, Souza (2003) aborda o planejamento e gestão urbanos mostrando sua faceta interdisciplinar. Para o autor, embora este campo clame por uma abordagem interdisciplinar, o que se vê é uma abordagem pluridisciplinar ou multidisciplinar. Afirma que nenhuma disciplina isoladamente dá conta da complexidade e das transformações das relações sociais e da produção do espaço sobre o ambiente urbano.

Para ele, cursos específicos que busquem formar planejadores, como ocorre nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, não são a solução. Nenhum profissional daria conta de abarcar a complexidade dos diversos campos do saber que o planejamento requer. Por isso é importante destacar a interdisciplinaridade no planejamento e gestão urbanos.

Sobre o exposto, entende-se que a obra, por ser densa, não se aprofundou tanto nessa discussão, embora se tenha a clareza de que o objetivo dela não era esse. Acerca da interdisciplinaridade, Lacerda (2013) aponta para um planejamento urbano transdisciplinar, onde haja “não só as interações e reciprocidades especializadas entre projetos de pesquisa, mas a colocação dessas relações dentro de um sistema total, sem quaisquer limites rígidos entre as disciplinas” (PIAGET, 1972, p. 170 apud LACERDA, 2013, p. 13).

## **2 TIPOLOGIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS**

O capítulo 1 da parte II, organizada em doze capítulos, apresenta problemas para sistematizar o planejamento e gestão urbanos diante da complexidade de determinar as variáveis (tidas como critérios) do que

deve ser considerado na classificação/tipologização das abordagens em planejamento e gestão urbanos. Assim, Souza (2003) decide pela adoção de oito critérios: (i) ideia-força central; (ii) filiação estética; (iii) escopo; (iv) grau de interdisciplinaridade; (v) permeabilidade em face da realidade; (vi) grau de abertura para com a participação popular; (vii) atitude em face do mercado; e (viii) referencial político. Para cada categoria de planejamento discutido, o autor condensa os critérios num resumo ao final da parte II.

No capítulo 2, o autor discorre sobre o planejamento físico-territorial clássico, focado na construção de uma cidade ideal, com traçado urbanístico e densidades de ocupação e uso do solo, ressaltando o termo “urbanismo modernista”, uma tentativa de modernizar as cidades e adaptá-las à era industrial e ao capitalismo. Para o capítulo seguinte, Souza (2003) opta em rever a ortodoxia regulatória do planejamento sistêmico e a do enfoque racional: enquanto o primeiro é substantivo e estrutura a realidade em sistemas, o segundo é processual, cujo debate não gira em volta do objeto, mas do método.

Diante das considerações apresentadas, concorda-se com Rodrigues (2005) sobre a necessidade de construir um novo paradigma de planejamento e da utopia do direito à cidade, onde ela garanta a reprodução da vida, propondo ação política da sociedade civil e estudos que construam uma teoria geral dos tempos-espacos urbanos, pois a análise espacial/territorial não deve ser a única considerada ao se planejar a cidade. Os problemas na cidade devem ser analisados à luz da complexidade da produção nelas e delas, num processo em que haja reconhecimento da cidade real; onde se defina novos padrões e normas para o planejamento urbano; onde se ratifique a criação de instrumentos jurídicos participativos para se fazer cumprir o papel social da cidade, entre outros.

No capítulo 4, Souza (2003) conceitua o planejamento mercadofilo e empresarialista – de maior afastamento da atuação estatal no planejamento e gestão urbanos –, subdividido em *trend planing*, *leverage planing* e *private-management*. No quinto capítulo, explica o *new urbanism*, termo originado no final dos anos 1980 nos Estados Unidos da América, em que se procura conciliar o desenvolvimento urbano com valores comunitários.

No capítulo 6, analisa-se o termo planejamento ecológico, uma tentativa de modernização das cidades com sustentabilidade ecológica. Dessa maneira, entende que o conceito de desenvolvimento sustentável não é homogêneo, haja vista a crença inabalável, entre especialistas, do crescimento econômico como viés primordial para solucionar problemas ambientais. Além do mais, Souza (2003) destaca a ausência de questionamentos ao modo civilizatório capitalista, como sendo uma grande deficiência do planejamento ecológico, tendo em vista o seu conservadorismo no Brasil, a exemplo da cidade de Curitiba (PR).

Em seguida, Souza (2003) trata do planejamento comunicativo/colaborativo em que, a partir do agir comunicativo proposto por Habermas (SOUZA 2003, p. 149), é possível aceitar e/ou rejeitar demandas particulares e firmar acordos voluntários em nome da cooperação, baseados no diálogo, na harmonia e na justiça social entre diferentes grupos de interesse.

Contudo, o autor alerta que – embora o planejamento comunicativo/colaborativo tenha trazido méritos do pensamento de Habermas para as arenas de discussão do planejamento urbano – a falta de atenção para alguns conflitos de interesse não pode ser superada pura ou totalmente utilizando como recurso a comunicação.

No capítulo 8, discute-se o planejamento rawlsiano, em que o planejador urbano deveria priorizar a melhoria da qualidade de vida de grupos sociais menos privilegiados; no entanto, insere-se numa pequena perspectiva, esbarrando em obstáculos estruturais do capitalismo para alcançar autonomia individual. No nono capítulo, o autor analisa a ideia da reforma urbana, cuja concepção amadureceu durante o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, na década de 1980, que resultou numa emenda da reforma urbana.

Desse documento restou apenas o conteúdo disposto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, os quais transferem responsabilidades para os planos diretores municipais e redução da participação popular, dificultando a democratização do planejamento e gestão urbanos. Souza (2003) destaca o plano diretor, aprovado pelas câmaras municipais, ressaltando a mudança dos “antigos” planos diretores (ligados ao planejamento regulatório clássico) para os “novos” (baseados no ideário de reforma urbana).

Face às colocações acima, destaca-se a importância da consciência urbanística no planejamento das cidades. Carvalho Filho (2015) discute a relevância do administrador municipal perceber e atender aos anseios e aos sentimentos da coletividade, pois, como representante popular, não deve esquecer que a população tem direito a uma cidade planejada, sustentável, em que há desenvolvimento e qualidade de vida.

A consciência urbanística, isto é, o conjunto de convicções, sentimentos, percepções, sensibilidade e tenacidade que fazem o administrador público exercer sua atividade na política urbana, faz com que ele atue para que os objetivos básicos da atividade urbanística e a mediação dos conflitos (entre a coletividade e o interesse dos proprietários) na ordenação do espaço sejam solucionados.

Finalmente, no capítulo 10, planejamento e gestão urbanos são analisados em uma perspectiva autonomista, desvinculada do marxismo e crítica ao modelo civilizatório capitalista, bem como a serviço de uma autonomia individual e coletiva.

O capítulo 11 destaca o legado dos ativismos e movimentos sociais urbanos brasileiros, a conscientização e a conquista de direitos sociais, a politização das cidades e a criação de uma margem de manobra para a humanização do urbano.

### 3 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Na parte III, também dividida em doze capítulos, Souza (2003) inicia discorrendo sobre instrumentos de planejamento urbano e seu contexto político, do ponto de vista da ciência social, classificando-os em: informativos, estimuladores, inibidores e coercitivos, cujos efeitos sociais mais ou menos amplos e as circunstâncias de sua aplicação podem gerar benefícios ou malefícios. No capítulo 2, aborda os parâmetros urbanísticos para ocupação do solo, de maneira sucinta, pois sua obra possui enfoque de ciência social e não arquitetônica.

Em seguida, explica acerca dos seguintes tributos: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), solo criado e contribuição de melhoria. Segundo ele, o IPTU tem potencialidade de regularização fundiária de áreas segregadas e coibição de atividade especulativa, com aplicação diferenciada por zonas; o solo criado, popularmente conhecido como concessão ou outorga onerosa do direito de construir, tem função de arrecadação, de desconcentrar e de rebaixar o preço da terra; finalmente, a contribuição da melhoria dá-se pela valorização imobiliária resultante de obras públicas, embora quase não aplicado devido resistência entre setores mais privilegiados da sociedade e dificuldades para seu cálculo e definição de contribuintes.

No capítulo 4, o autor discute o zoneamento do uso do solo ao longo da história, afirmando que alguns foram excludentes e serviram para mascarar a realidade. Diante disso, Souza (2003) expressa a importância de um zoneamento incluyente ou com prioridades, voltado para a promoção social em áreas pobres, seja pela criação de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), Zonas de Preservação Ambiental (ZPA) ou zoneamento de densidade de ocupação.

Do capítulo 5 ao 10, Souza (2003) debruça-se sobre outros instrumentos importantes de planejamento, entre os quais propõem instrumentos de quatro naturezas, a saber: (i) de tipo compensatório (operação urbana e urbanização consorciada, consórcio imobiliário, operação interligada, transferência do direito de construir e compra do direito de construir); (ii) de regularização fundiária (usucapião, concessão de direito real de uso e Zeis); (iii) estimulador (fundo de desenvolvimento urbano e de tipo informativo); e (iv) informativos (*city-marketing*).

Assim, demonstra as potencialidades e deficiências de cada um desses instrumentos, ressaltando que o mais importante em seus usos é o não atendimento de interesses específicos do capital, mas da coletividade e da justiça social.

Já o capítulo 11, expõe a importância de um planejamento participativo, baseado em uma sociedade autônoma que, por meio de uma democracia direta, venha demandar para as cidades questões coletivas e de maior justiça social. Tais características contrapõem o atual modelo democrático representativo (representação significa, para o autor, alienação do poder), que se perpetua na atual fase capitalista e realidade urbana brasileira representado por uma sociedade heterônoma com grandes assimetrias e desigualdades socioespaciais.

Dessa maneira, de modo a exemplificar participações coletivas no planejamento das cidades (uma pequena dose de democracia direta), o autor retrata casos emblemáticos do orçamento participativo e do conselho de desenvolvimento urbano no país, vistos por ele como instituições-símbolo de consistência para a democratização do espaço urbano.

Para o autor, enquanto os conselhos de orçamentos participativos deslancharam em vários municípios – numa etapa bem-sucedida de participação popular na elaboração do orçamento –, os conselhos de desenvolvimento urbano não alcançaram os mesmos resultados, não tendo a mesma atenção.

Acerca do planejamento e da gestão urbanas, Souza (2003) propõe que os diversos conselhos criados nas gestões que adotaram o orçamento participativo, como em Porto Alegre, deveriam ser unificados em único, articulando o planejamento e gestão urbanas, pois esse único conselho seria mais forte e, em simultâneo, traria mais clareza aos cidadãos.

O conselho de desenvolvimento urbano apontado por ele seria uma boa solução quanto à articulação do planejamento e gestão urbanas. No topo estariam os delegados-conselheiros, indivíduos escolhidos pelos integrantes das Unidades Espaciais de Planejamento e Gestão (UEPG), que receberiam orientação técnica de planejadores profissionais a serviço da prefeitura e de planejadores independentes. Depois disso os delegados-conselheiros comunicariam a decisão.

No capítulo 12, Souza (2003) afirma que, em uma sociedade heterônoma, diversos são os desafios e os obstáculos enfrentados pela participação direta. Três dos obstáculos são: (i) o problema da implementação (boicotes, deficiências técnicas e organizacionais); (ii) problemática da cooptação (onde líderes são absorvidos pelo governo do estado); e (iii) problemática da desigualdade (dificuldade de participação dos mais pobres no planejamento).

Embora haja esses obstáculos, o autor destaca a necessidade, para maior ganho de autonomia, da pedagogia urbana, que consiste na formação

de planejadores não somente tecnocráticos, mas planejadores abertos a ensinar e aprender com a população. Para isso se concretizar é preciso lançar mão da socialização das informações, comunicação fácil e tradução das políticas em linguagem acessível. De acordo com ele, a formação de planejadores e gestores urbanos populares ajudaria. Por fim, uma força-tarefa técnica e rotinas de estimulação político-pedagógica, possível a partir da descentralização do poder e maior inserção dos planejadores no acompanhamento e monitoramento junto aos cidadãos das UEPG.

Além disso, Souza (2003) explica que no Brasil não há um sistema de planejamento claro, que expresse a articulação entre as diferentes esferas de governo, tendo em vista que a legislação federal e estadual existente sobre desenvolvimento urbano é insipiente e muitos municípios sequer possuem plano diretor (instrumento obrigatório apenas para municípios que com mais de 20 mil habitantes). Assim, sobre a realidade brasileira, pontua que enquanto o planejamento é instrumentalizado por planos diretores, os orçamentos participativos são conhecidos como mecanismos de gestão na realidade nacional.

#### **4 ANALISANDO EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DE PLANEJAMENTO URBANO**

Na parte IV, Souza (2003) exemplifica diferentes experiências de planejamento urbano no Brasil, mostrando as contradições e potencialidades em cidades como: Porto Alegre (RS), Angra dos Reis (RJ), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Curitiba (PR). Assim, apresenta pontos negativos e/ou positivos de cada, demonstrando possíveis alternativas para se alcançar a autonomia desejada, ainda que com base em uma sociedade fortemente heterônoma. Ele tem o cuidado, entretanto, de não apresentar uma visão parcial e negligente, tanto dos pontos favoráveis quanto dos desfavoráveis, quando trata do planejamento dessas cidades.

Dessa maneira, acredita que experiências positivas do orçamento participativo (em Porto Alegre e em Recife), ainda que pontuais no cenário brasileiro, são importantes, pois demonstram a possibilidade de se almejar uma sociedade autônoma. Essa perspectiva é verificada em Silva (2010), ao argumentar que numa sociedade de pouca experiência democrática, iniciativas como a dos orçamentos participativos já produz por si só um resultado relevante ao estabelecer diálogo entre governantes e governados.

Ademais, apresenta a experiência positiva do município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, destacando seu plano diretor, que se tornou referência nacional no ideário de reforma urbana na década de 1990. Os avanços

no referido instrumento ocorreram com a ascensão de partidos progressistas que implementaram medidas que favorecessem a participação popular e mecanismos atrelados ao planejamento e gestão urbanos.

Por outro lado, os aspectos negativos são apresentados por meio das realidades do Rio de Janeiro e Curitiba, o primeiro marcado fortemente pela “[...] fragmentação do tecido-sócio político espacial” (SOUZA, 2003, p. 500) e presença de um planejamento estratégico (de influência de agentes do mercado) a partir da década de 1990. Embora defendida por autores como Borja (1997), ao falar de Barcelona, para Souza (2003), este autor não considera as assimetrias presentes nas grandes metrópoles brasileiras.

Curitiba, por sua vez, é marcada pela ideia de sustentabilidade, defendida por Veiga (2015), que apesar de reconhecer os diferentes interesses em relação ao termo sustentável, acredita na possibilidade de que o conceito permita incluir aspectos de democracia, liberdade e igualdade de expressão. Essa ideia, no entanto, é contestada por Souza (2003), que embora reconheça certos avanços (ex.: mobilidade urbana) na cidade de Curitiba, retrata o forte conservadorismo e o engrandecimento desproporcional em sua realidade.

Nas considerações finais, a partir da indagação sobre como mudar a cidade, Souza (2003) defende a necessidade de o planejamento e da gestão urbanos serem postos em prática, explicitamente assumidos tanto no plano político como no teórico. Assim, o planejamento e gestão urbanos, focalizados pelo autor, devem perseguir o desenvolvimento urbano ou, mais especificamente, o desenvolvimento socioespacial da cidade.

A partir de um caráter coletivo, que não imponha decisões de cima para baixo, mas as construa democraticamente, ele entende que os problemas apresentados em nosso país são grandes, mas que se apresentam geograficamente diferenciados diante do imenso território, e que, até mesmo na escala estritamente local, apresenta particularidades, como evidenciado em Curitiba (entre a metrópole e a sua região metropolitana, por exemplo). Porém, essa diversidade de casos, para Souza (2003), não deve ser fator de desânimo, mas de busca por soluções endógenas, rejeitando a ideia que o sucesso de alguns exemplos (citados ao longo da obra) não seja adotado como uma receita institucional.

Por fim, para o autor, é modesto (na atual realidade brasileira) o papel dos intelectuais e técnicos interessados em teorias e técnicas de planejamento e gestão urbanos. Esse profissional, sob o ângulo da sociedade autonomista defendida por Souza (2003), não deve ser visto enquanto técnico/cientista, mas sim, enquanto um político e organizador, numa sociedade que demanda propostas coletivas para seu desenvolvimento socioespacial.

## REFERÊNCIAS

- BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana. *In*: FISCHER, T. (org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e poder local**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 79-99.
- CARVALHO FILHO, J. S. Plano Diretor e inconsistência urbanística. *In*: NETO, F. D. A. M.; DE ALMEIDA, F. D. M.; NOHARA, I. P. (org.) **Direito e administração pública: estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro**. São Paulo: Editora Atlas, 2013. p. 596-612.
- LACERDA, N. O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 77-93, maio 2013.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.
- RODRIGUES, A. M. Direito à cidade e o Estatuto das Cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 2, n. 3, p. 89-110, 2005.
- SILVA, E. B. Orçamento participativo no Brasil: Porto Alegre e Recife. *In*: BROSE, M. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. p. 217-228.
- SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- VEIGA, J. E. A mais generosa visão de futuro. *In*: VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015. p. 9-46.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-243.

Texto submetido à Revista em 11.04.2021

Aceito para publicação em 09.06.2022



## RESENHA

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Vilas e cidades da Amazônia:** paisagens, memórias e pertencimentos. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2021. 160 p.

*Gabriel Carvalho da Silva Leite* – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gabrielcarvalholeite16@gmail.com

*Helbert Michel Pampolha de Oliveira* – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: helbertmichel93@gmail.com

### **Vilas e cidades da Amazônia: retratos da urbanodiversidade de uma região socialmente produzida**

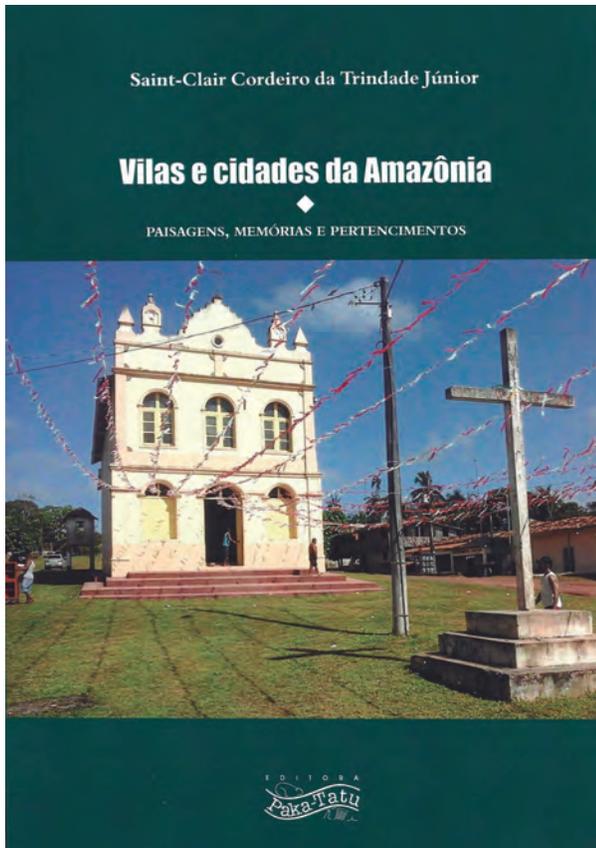
O escritor Italo Calvino dizia que seu fascínio pelo símbolo da cidade vinha do fato de que nele convergiam os dois caminhos distintos pelos quais sempre buscou alcançar a exatidão em sua escrita: o primeiro, o da linguagem formal, de uma racionalidade desincorporada que se move em um espaço mental e reduz os acontecimentos contingentes a esquemas abstratos que buscam captar apenas o essencial; e o segundo caminho, o das línguas naturais, estas comportando sempre uma quantidade de rumor que perturba a essencialidade da informação, porque se movem em um espaço repleto de objetos, um mundo denso e contínuo diante do qual as linguagens formais se revelam lacunares e fragmentárias. A cidade foi o complexo símbolo que melhor permitiu a Calvino (1990a, p. 85) exprimir essa “tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas”.

Em *Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos* (Figura 1), o mais recente livro do geógrafo e Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>1</sup>, Saint-

<sup>1</sup> Conforme informado em seu currículo na Plataforma Lattes (2021), Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior é licenciado em Geografia (1986), bacharel em Direito (1988), bacharel em Geografia (1989), especialista em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia (1987) e mestre

Clair Cordeiro da Trindade Júnior, semelhante tensão dialética se faz presente, embora nesse caso não se trate de cidades fictícias como aquelas descritas por Calvino (1990b) em *As cidades invisíveis*, mas sim de vilas e cidades muito reais, todas elas amazônicas. Por isso, não são propriamente ou tão somente símbolos, mas espaços socialmente produzidos, no sentido multidimensional que o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1974) atribuiu a esse conceito.

Figura 1 – Capa do livro *Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos*, de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior



Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

---

em Planejamento do Desenvolvimento (1993) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorou-se em Geografia Humana (1998) pela Universidade de São Paulo (USP) e realizou pós-doutorado em Políticas Urbanas (2006-2007) no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (*Université Paris III/Sorbonne Nouvelle*) e em Geografia Regional (2015-2016) pela USP. Atualmente é Professor Titular do NAEA, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM), sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

À compreensão dessas vilas e cidades o autor vem dedicando o seu labor intelectual há mais de três décadas (TRINDADE JÚNIOR, 2016), traduzido em uma obra acadêmica inovadora na proposição de perspectivas teóricas, tipologias com valor heurístico e conceituações científicas que buscam se aproximar da diversidade de uma região historicamente produzida em meio aos encontros e desencontros, contatos e trocas, imposições e resistências, consentimentos e lutas, dominações e libertações, antagonismos e hibridismos entre tudo aquilo que nela se encontra e o que nela chega.

Trata-se de uma diversidade que é biológica (biodiversidade), que é sociocultural (sociodiversidade) e que também é urbana, conforme procura expressar o autor na instigante noção de urbanodiversidade (TRINDADE JÚNIOR, 2010a, 2013), que nos convida a pensar a produção social desigual e diferenciada do espaço e do tempo (LEFEBVRE, 1974; HARVEY, 1996) com ênfase nas formas e nos conteúdos econômicos, políticos e socioculturais que particularizam e que singularizam as formações urbano-regionais amazônicas.

Essa região plural e diversa o leitor também encontrará em *Vilas e cidades da Amazônia...*, mas aqui o registro formal e a abstração dos esquemas teóricos dão lugar a, ou melhor dizendo, se fazem acompanhar de uma linguagem mais próxima da literária, de uma prosa poética mais profusa em figuras de estilo e em descrições de aspectos sensíveis que revelam algo mais da “totalidade do experimentável”, conforme bem expressou Calvino (1990a). “*Corazonar*” é o verbo de que se utiliza Saint-Clair Trindade Júnior para se referir, portanto, a esse “aquecimento” da razão (SANTOS, 2019).

Prefaciado pela socióloga e também Professora Titular do NAEA, Edna Maria Ramos de Castro, o livro conta ainda com uma breve apresentação feita pelo próprio autor e com dezessete capítulos, cada um deles dedicado a uma cidade ou vila da Amazônia, escolhidas criteriosamente de maneira a compor uma seleção qualitativamente representativa da urbanodiversidade presente na região. No decorrer destes capítulos, encontram-se as descrições “das paisagens visíveis e a dos espaços multidimensionais, as oralidades estóricas e as narrativas históricas, o microcosmo da vida cotidiana e o macrouniverso estrutural, o olhar objetivo e as inspirações subjetivas, o familiar e o insólito, o racional e o irracional” (p. 23), a expressar as múltiplas maneiras pelas quais o autor se relaciona com as vilas e cidades retratadas no livro.

Logo no prefácio intitulado “Cidades amazônicas: ícones do espaço-tempo”, a Professora Edna Castro destaca os procedimentos de que se utiliza o autor, em suas incursões, rememorações e (re)interpretações, para revelar, ainda que de forma necessariamente parcial e fragmentária, alguns

aspectos fundamentais da existência contemporânea dessas cidades: as suas particularidades e singularidades; as interações que mantêm com os espaços que lhes são próximos; e a inscrição, na própria produção e representação desses assentamentos humanos, das relações de exploração e de dominação de diversos tipos, dos processos identitários, dos pertencimentos, das resistências e das lutas que marcam a história social da região e que chegam aos nossos dias sob velhas e novas formas.

Em seguida, na apresentação do livro, somos informados pelo próprio autor de suas relações de longa data com as vilas e as cidades da Amazônia, primeiramente mediadas pelas vivências e pelo fascínio que exerciam em uma criança cabocla e ribeirinha, nascida em meio à floresta e às águas, e depois também informadas pelas perspectivas teórico-conceituais que sua formação acadêmica lhe proporcionou, visíveis nas notas de rodapé que, ao longo de todo o livro, referenciam autores e obras que deram suporte às suas percepções e descrições.

É da obra de um desses autores, Henri Lefebvre, que vem a distinção conceitual subjacente a todo o livro: aquela entre o conceito de cidade, referido a uma forma material no espaço, a uma realidade imediata no plano do prático-sensível; e o conceito de urbano, que remete a um conteúdo social, a uma realidade formada de relações e mediações que tendem, virtual ou realmente, a se difundir como modo de vida e a constituir uma sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999). Por não se confundirem esses dois conceitos, nas descrições e narrativas contidas no livro o urbano pode aparecer ali onde a natureza originária parece dominar a paisagem e o rural pode surpreender com sua presença no meio construído e artificializado das cidades.

É o que se nota logo no primeiro capítulo do livro, em que a viagem fluvial do autor pelo Baixo Amazonas nos é narrada como um exemplo das novas experiências (pós) modernas do espaço e do tempo (HARVEY, 1992) proporcionadas pelos novos meios de circulação que se fazem presentes nesse “reino de águas”, enquanto que a descrição da cidade ribeirinha de Alenquer (PA), localizada nessa sub-região, enfatiza, para além das redes que hoje a conectam ao mundo, as raízes profundas que fazem dela uma “cidade da floresta”.

Trata-se de uma cidade que, como outras cujas origens remontam a processos pretéritos de urbanização na Amazônia e que foram relativamente menos impactadas pelas frentes de expansão recentes, mantém maiores relações de pertencimento, de enraizamento e de vinculação imediata e orgânica com o meio ecológico, socioeconômico e histórico-cultural da floresta, ainda que não esteja completamente alheia ao atual processo de modernização da sociedade e do território (TRINDADE JÚNIOR, 2013). Essa e outras “cidades da

floresta” contrapõem-se, assim, em todas as suas características fundamentais, às “cidades *na* floresta”, estas últimas criadas ou (profundamente) transformadas mais recentemente e cujas interações com o entorno são bem menos multidimensionais, pois embora estejam situadas na região, muitas vezes em meio à floresta amazônica, não se encontram imersas no seu universo sociocultural, conectadas que são, preferencialmente, a contextos econômicos, políticos e culturais extralocais e extrarregionais (TRINDADE JÚNIOR, 2010b).

Tendo em vista essa distinção, o autor não demora a reconhecer, nas embarcações tradicionais aportadas na frente da cidade de Alenquer, nos seus traços arquitetônicos e urbanísticos, nas atividades de comércio e de serviços nela realizadas, e também no acervo cultural incorporado aos saberes e fazeres locais, as composições “híbridas, transversais e multifacetadas” (p. 32) desse antigo aldeamento missionário que, embora tenha conhecido muitas transformações ao longo de séculos de história, não perdeu completamente as características que, na cidade de hoje, ainda resistem e sinalizam para um outro urbanismo e para uma outra urbanidade, ambos de natureza cabocla e voltados para as populações, as práticas e os valores da floresta. Por essa razão, Alenquer não apenas permanece realmente como uma “cidade da floresta”, herança do passado regional, mas também sugere e se projeta potencialmente como uma “cidade *para* a floresta”, um horizonte futuro, possível e alternativo de vida urbana na Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2021).

De certa forma, o segundo capítulo do livro também aborda a presença de populações tradicionais e originárias da Amazônia em uma cidade dessa região, mas neste caso se trata muito mais de uma relação marcada por perdas e danos, pela violência física e psicológica e pela violação de direitos desses sujeitos. Faz-se referência à presença e, ao mesmo tempo, à “invisibilização” dos indígenas em Altamira (PA), que nos são apresentadas no capítulo a partir de personagens e cenas da ficção e da realidade; ambas se entrecruzando quando a metáfora da “espinha de peixe”, utilizada por uma das mencionadas personagens fictícias para aludir às antenas de TV espalhadas pela cidade, símbolos da difusão de uma cultura homogeneizante, é retomada pelo autor para se referir às subtrações sofridas e às “sobras” deixadas às populações locais ainda hoje, quando a recente instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, parece repetir uma velha história já conhecida na região.

Já no terceiro capítulo, dedicado a Alter do Chão, a toponímia dessa sede distrital do Município de Santarém (PA) serve de ponto de partida para uma reflexão sobre a relação entre “nós” e os “outros” na Amazônia. Isso não apenas porque o atual nome português da Vila lhe foi imposto no século dezoito pela

política pombalina para a então colônia amazônica, mas também em face da sua atual reinvenção como o “caribe amazônico” pelos *mass media* e pelos agentes turísticos responsáveis por projetá-la nacional e globalmente.

Assim, o autor sugere que, como “caribe amazônico”, Alter do Chão é muito mais o “chão dos outros”, no qual se projetam referenciais alheios mesmo em tradicionais festas populares como o Çairé, do que propriamente o “nosso chão”, cujas paisagens, lugares e festejos, muitos dos quais permanecendo à margem das programações próprias da vida cotidiana no mundo moderno (LEFEBVRE, 1991a), constituem “uma outra geografia, que precisa ser ensinada aos turistas pela população local” (p. 44).

No quarto capítulo, a relação de pertencimento do autor para com Belém (PA), uma das primeiras cidades que conheceu, ainda na infância, e na qual recriou seu *habitat*, deixa-se ver na maneira como, penetrando na sua fisionomia de metrópole, busca retratar um pouco da sua “alma e jeito de cidade pequena” (p. 46). Por isso, para além do que sugere a forma metropolitana, o autor nos fala daqueles lugares que nessa grande cidade, como se pequena fosse, são tão icônicos e únicos que não precisam de maiores adjetivações para serem reconhecidos pelos seus moradores. É o caso da Feira (a do Ver-o-Peso) e do seu Mercado (o de Peixe); da Praça (a da República), bem como do Bar (o do Parque) e do Teatro (o da Paz) que nela se localizam; do Bosque (o Rodrigues Alves); do Parque (o do Utinga); da Doca (a de Souza Franco); da Estação (a das Docas) e do Comércio (o da Rua João Alfredo e adjacências), entre tantos outros lugares e logradouros, ruas e avenidas, personalidades, eventos e mesmo times de futebol, todos únicos, que nos são apresentados com intimidade pelo autor.

Em seguida, no quinto capítulo do livro, instigado por um ex-aluno a pensar as possíveis atratividades que pudessem fazer da cidade de Bonfim (RR), na fronteira do Brasil com a Guiana, um bom destino para um jovem professor universitário no início de sua vida profissional, Saint-Clair Trindade Júnior se inspira nos ensinamentos sobre cidadania legados pelo geógrafo Milton Santos (SANTOS, 1987) para discorrer, em vez disso, sobre as potencialidades que fazem daquela pequena cidade transfronteiriça um bom começo para a construção de um ordenamento cívico-cidadão do território na Amazônia setentrional.

Contraposto aos modelos econômicos e políticos que perpetuam vastos “espaços sem cidadãos” no território nacional, o modelo cívico de ordenamento territorial, idealizado por Milton Santos como uma possibilidade de articulação entre espaço e cidadania, serve de inspiração para interessantes propostas que nos são apresentadas no capítulo, todas elas tendo as realidades locais como ponto de partida, conforme preconizava aquele importante geógrafo brasileiro. Assim, a

peculiar realidade paisagística, ambiental, geopolítica e geoeconômica da cidade de Bonfim, bem como da vizinha cidade de Lethem, na Guiana, e da área de influência desse conjunto urbano, é tomada pelo autor como base para propostas cidadãs que buscam “torná-la densa de outras possibilidades de conhecimentos, para além daqueles que lá existem, e propensos a trocas que o lugar e sua força podem proporcionar quando em interação horizontal, de igualdade, portanto, com os que vêm de fora e nela se estabelecem” (p. 56).

A cidade de Bragança (PA), localizada no nordeste paraense, é o foco do sexto capítulo do livro. A reforçar a ideia da urbanodiversidade, o autor destaca elementos de diferenciação territorial dessa cidade e de sua região de influência, como a presença e a importância socioeconômica e cultural dos campos naturais e das praias que caracterizam essa porção da Amazônia atlântica; o peculiar padrão de ocupação e ordenamento territorial da Região Bragantina, herdado da colonização agrícola feita ao longo da antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança, no início do século vinte; e também a riqueza de suas manifestações culturais, sobretudo a Marujada de São Benedito, cuja força faz de Bragança uma verdadeira hierópolis (ROSENDAHL, 1999), um centro de convergência de peregrinos que vêm de longe “e principalmente de perto” (p. 58), e que, com suas práticas e crenças, reorganizam o espaço-tempo, demarcando mais um elemento de diferenciação dessa cidade na rede urbana da Amazônia.

No sétimo capítulo, o autor expõe as impressões de sua primeira viagem a Fordlândia (PA), cidade criada na década de vinte do século passado, como parte do projeto agroindustrial da *Ford Motor Company* no Tapajós; projeto este que constituiu, em todos os sentidos, uma experiência extemporânea na Amazônia dos anos vinte, pois não apenas antecipou em cerca de quatro décadas a presença direta do grande capital na agricultura, como também antecipou o modelo da cidade-empresa que viria a ganhar espaço na região a partir da instalação dos chamados “grandes projetos”, na segunda metade do século vinte. Se esse caráter extemporâneo colocou limites que, em última instância, levaram à falência do empreendimento, constrangido pela ausência das precondições necessárias ao estabelecimento de relações de produção capitalistas, a “cidade *na* floresta” pensada para lhe dar suporte, e que por isso teve de negar o urbanismo e a urbanidade próprios das cidades tradicionais então predominantes na Amazônia, logrou sobreviver ao fim do empreendimento da Ford e chega aos nossos dias na condição de sede de distrito homônimo no Município de Aveiro.

Não obstante, a Fordlândia contemporânea que o autor nos desvela em sua descrição é menos uma “cidade fantasma”, na verdade viva de pessoas “de carne e osso” e de suas histórias e geografias de vida, do que uma cidade assombrada

por seus próprios e espantosos “fantasmas”, em sentido metafórico, tais como o “intemperismo do tempo, do descaso e da distância” (p. 71), a ameaçar o que resta da materialidade, das ações e das memórias que ainda mantêm viva a cidade que um dia foi de Ford.

Na sequência, lembrando as “cidades invisíveis” de Calvino (1990b), todas com nomes femininos, o oitavo capítulo retrata a cidade de Marabá (PA), no sul/sudeste paraense, mediante o recurso à metáfora de uma mulher que carrega em seu ventre uma cicatriz – o corte quase retilíneo da Rodovia Transamazônica (BR-230) –, marca e vetor das ainda relativamente recentes intervenções cirúrgicas (políticas e planejamento estatais) e da chegada de desconhecidos (as frentes de expansão) que lhe imprimiram as grandes transformações responsáveis pela negação de seus antigos vínculos com a floresta e o rio, hoje apenas residualmente presentes, e pela afirmação de outras conexões, não necessariamente locais e regionais, que lhe alçam a um outro patamar de vida urbana na Amazônia oriental.

É por meio dessa metáfora que o autor trata de suas relações com essa cidade ao longo dos anos, desde a primeira vez em que a visitou e nela pôde reconhecer de imediato a sua peculiar estrutura urbana polinucleada, as formas espaciais e os agentes sociais que caracterizam os seus diferentes núcleos, as suas vias de conexão, inclusive, é claro, aquela que se lhe assemelhou a uma cicatriz; marca esta que, revista na viagem mais recente do autor à cidade, lhe pareceu menos impactante que antes, mais incorporada à sua pele, quase como uma tatuagem, a acompanhar rugas precocemente surgidas e novas próteses decorrentes da história do presente.

No nono capítulo, Saint-Clair Trindade Júnior também nos apresenta a cidade de Marituba (PA), antiga vila que servia de ponto de parada no trajeto da extinta Estrada de Ferro Belém-Bragança e, hoje, sede do terceiro município mais populoso da Região Metropolitana de Belém (RMB). Ao narrar seus laços e vínculos para com a “terra onde abundam os (u)maris” (p. 82), que está situada às margens da BR-316, estrada de rodagem que substituiu aquela ferrovia, o autor nos informa acerca da realidade local que caracteriza esse espaço, tão marcado pelo processo de dispersão das formas e dos conteúdos metropolitanos, pela precariedade que define a sua vida urbana e pelos estigmas que subjazem à sua história.

Entretanto, não obstante o referido processo que envolve e, inclusive, subtrai, cada vez mais, a “alma” desse antigo vilarejo, o autor nos aduz que há outros elementos, materiais ou não, que definem Marituba e reafirmam a abundância de vida que se consubstancia nesse lugar. As formas espaciais herdadas do passado – as “rugosidades”, nos termos de Milton Santos (1986) – que dão sentido à sua história e a festa do Menino Deus (a qual, embora aconteça

na Praça Matriz da cidade, estende-se a todo o território municipal, enfeitando-o com luzes, cores e bons odores no mês de dezembro) são manifestações do que resiste à voracidade dessa dispersão que, depois de arrancar os trilhos da antiga ferrovia, também tenta arrancar os “trilhos da indignação” (p. 85) daqueles que buscam dignidade e contestam, por exemplo, a transformação de parte de seu espaço em aterro sanitário, em forma de lixão, para receber o lixo metropolitano e seus desagradáveis odores.

No capítulo seguinte, por sua vez, é trazida não mais uma leitura sobre a terra dos (u)maris, mas sim da “terra onde provavelmente abundavam os miritis” (p. 89) e cuja toponímia refere-se à lenda de uma índia que, sob a forma de palmeira, “encantou-se” nesse local e passou tanto a alimentar quanto a garantir a sobrevivência de seu povo. Trata-se da pequena Vila de Miritituba, sede de distrito de mesmo nome no Município de Itaituba (PA), situado na sub-região do Tapajós, e que tem sua dinâmica espacial hodierna cada vez mais definida pelas estratégias globais de circulação e de exportação de grãos na Amazônia; processo este que confere a essa porção da região um fluxo intenso que chega via BR-163 (Cuiabá-Santarém), adentra a BR-230 (Transamazônica) e se dirige até a margem do Rio Tapajós, onde se pode observar a presença de grandes firmas e de imponentes objetos espaciais – como as Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) – que conectam esse lugar ao centro econômico do País e ao mundo.

Identificada enquanto um “nó” da rede de fluxos que autoriza a exportação de soja na região, o capítulo também nos informa acerca das transformações nos hábitos e valores sociais e culturais do Município em si, bem como dos impactos deletérios que essa modernização do espaço, defendida pelo discurso oficial e empresarial, trouxe ao cenário local de Miritituba: aumento da prostituição, da criminalidade e circulação e consumo de drogas (p. 92). É nesse sentido, portanto, que o autor nos evidencia os rebatimentos e as metamorfoses produzidos pelas estratégias do agronegócio nesse lugar, uma vila que, no final das contas, como bem ilustrado no título do capítulo, fica “a ver navios”, caminhões e barças em função das modernas e pontuais estruturas materializadas na “terra dos miritizeiros” para atender à exportação de grãos.

No capítulo onze do livro, os sistemas de movimento continuam no foco do autor, desta vez, em um núcleo urbano bastante particular da Amazônia, situado na parte mais setentrional do Estado do Amapá, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa: o Oiapoque. Isto porque, se em Miritituba o movimento descrito está relacionado àquelas atividades modernas e de natureza mais formal, definidas por Santos (1979) como circuito superior da economia, na cidade de Oiapoque são os fluxos econômicos não modernos, concernentes ao circuito

inferior, que adquirem destaque, especialmente aqueles direta ou indiretamente ligados à garimpagem de ouro.

Estes últimos, por sua profusão e intensidade diariamente visíveis na beira do Rio Oiapoque, são responsáveis por dinamizar a produção desse espaço urbano, haja vista a notável quantidade de pessoas envolvidas na atividade garimpeira (GÓES, 2019), mas também por lhe conferir certa centralidade na sub-região da qual faz parte, alçando-o, assim, à condição de cidade intermediária. Aliás, o rio, cujo talvegue historicamente se apresenta como marco oficial para separação entre os dois países fronteiriços, apresenta-se mesmo enquanto meio de integração entre os atores locais de ambas as nações, cujas práticas cotidianas, ligadas à sua sobrevivência e pautadas por uma condição de “transfronteiricidade”, demarcam a fronteira como um lugar “onde tudo parece terminar, mas que alimenta a esperança de que tudo possa (re)começar” (p. 99).

O capítulo doze, na sequência, revela questões interessantes sobre uma cidade ribeirinha e sua cultura, mas principalmente de como essa cultura pode adquirir grandiosidade e repercussão mediante a realização de uma festa/festejo que se lança ao mundo enquanto festival em um espaço situado às margens do Rio Amazonas. Nesse momento, Trindade Júnior busca tratar da cidade-ilha de Parintins (AM), discutir a dimensão que o festival organizado em torno das agremiações Garantido e Caprichoso tem, mas, fundamentalmente, ressaltar a diversidade que lá existe para além do “vermelho” e do “azul”. A princípio, nesse sentido, o autor diferencia o que entende por festa, festividade e festival. Enquanto este se refere muito mais à invenção combinada e montada, à repetição, às estratégias de *marketing* e à espetacularização globalizada – ainda que guarde um quê de tradição, como no caso dos bois –, a ideia de festividade relaciona-se àqueles eventos frequentemente organizados pela Igreja Católica, com protagonismo do povo local em suas manifestações culturais híbridas.

A terceira ideia, por seu turno, está inspirada na proposição de Henri Lefebvre (1991b), para quem a festa seria uma forma de encontro em que o valor de uso adquire certa proeminência em relação ao valor de troca nas cidades. E é justamente nesse sentido que, no núcleo urbano em referência, após escutar outras toadas de boi que não necessariamente aquelas que se faziam comuns por ocasião do festival, Trindade Júnior retrata a existência de outras cores e matizes, outras gentes e outras toadas para além daquelas que são anualmente exibidas no bumbódromo, em forma de festival, pelos bois Garantido e Caprichoso; elementos que, em sua descrição, “conduzem o olhar para o interior da floresta e a audição em direção às águas para escutar as vozes do rio” (p. 108), valorizando o que é singular e, ao mesmo tempo, plural nessa parte da região.

Enfocando o litoral paraense, que é banhado pelo Oceano Atlântico e, por isto, conforma uma particular sub-região do espaço amazônico, a Amazônia atlântica, o capítulo seguinte nos remete à cidade de Salinópolis (PA), tida como um dos principais núcleos urbanos que compõem aquele subespaço e que aqui é apresentada pelo autor à luz do debate da metropolização do espaço (LENCIONI, 2003), isto é, uma nova fase do processo de urbanização que adquire expressão graças a mais ampla difusão de formas espaciais e comportamentos sociais muito peculiares às metrópoles contemporâneas.

É nesse movimento, então, que Salinópolis deixa de ser (somente) uma pequena cidade, a de beleza serena e das pacatas lembranças de infância do autor, para se constituir, nos dias de hoje, em espaço metropolizado, ainda que esteja relativamente distante da Belém metropolitana. Comportamentos, objetos e formas de consumo estandardizados, portanto, atribuem a esse espaço um ar de extensão da vida metropolitana, praticado por aqueles que, em busca de lazer programado, notadamente em feriados e épocas de veraneio, replicam os conteúdos desumanos das grandes cidades, tal como ocorre, por exemplo, na praia do Atalaia, nessa porção da Amazônia atlântica.

No décimo quarto capítulo, não são mais as lembranças sobre Salinópolis e seus pacatos ritmos de outrora – agora sob um processo de metropolização – que o autor busca nos apresentar, mas sim o verde da mata, a lentidão das sociabilidades e alguns elementos mais que caracterizam a Vila de Santana, localizada às margens das águas escuras do Rio Bujaru, também no Estado do Pará. Contudo, mesmo que muitas coisas tenham mudado nas últimas décadas, tal qual a forma de chegada à Vila que, agora, também conta com a presença de uma estrada, ainda é possível identificar algumas formas espaciais que fazem Saint-Clair Trindade Júnior rememorar momentos de sua infância ribeirinha e da floresta, quando morava na confluência daquele rio com o Igarapé Arapiranga: a Foz do Arapiranga.

A bela edificação da Igreja de Nossa Senhora Sant’Ana, por exemplo, desperta uma série de memórias no autor, particularmente quando, em família, pelo rio, dirigia-se até a Vila, indo ou voltando de Belém, e nela aproveitava a festa que acontecia em devoção à Santa que dá nome à referida Igreja, um acontecimento que movimentava o cenário dessa pequena localidade ribeirinha nos meses de julho. A descrição de tudo é feita como uma espécie de convite àqueles que queiram também visitar esse lugar, na expectativa de ainda encontrar, graças aos guardiões locais, mas não sem algumas mudanças, os elementos narrados pelo autor, como o cartório, o porto, o trapiche, o cruzeiro, o cemitério, a festa, a Vila e, claro, a antiga Igreja, que, inclusive, ilustra a bela capa do livro.

As mudanças causadas na paisagem amazônica também se tornam objeto de reflexão no capítulo quinze, que destaca os impactos que a materialização de um sistema portuário graneleiro trouxe a Santarém (PA), considerada, por seus papéis econômicos e políticos junto aos núcleos populacionais menores que a orbitam, uma importante cidade média (PEREIRA, 2004) na sub-região do Baixo Amazonas. Instalado no final da BR-163, às margens do Rio Tapajós, esse “grande objeto” (SANTOS, 1995) modificou não apenas a fisionomia da cidade – com a destruição da Praia de Vera Paz para dar lugar a sua estrutura –, como também está diretamente relacionado às alterações recentes na dinâmica econômica e territorial de todo o Município de Santarém, sobretudo por conta da chegada da soja, cuja exportação se dá por meio dessa grande infraestrutura portuária.

Mas, a despeito de todas as transformações produzidas pelo “agro” no espaço santareno, o autor não deixa de registrar os encantos da “Pérola do Tapajós” que, felizmente, ainda persistem e nos evidenciam as permanências de facetas da cidade ribeirinha. A título de exemplo, pode-se mencionar o belo encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós, a colorida presença dos barcos e canoas na borda fluvial da cidade, assim como a vida ribeirinha do Porto dos Milagres, da Vila Arigó e do Lago do Mapiri; elementos estes que também compõem a paisagem de uma cidade em processo de modernização e, por certo, revelam um “agro” que “*é tech, é pop, mas não é tudo*” (p. 123).

O capítulo dezesseis nos informa sobre os tempos rápidos e os tempos lentos que dinamizam a cidade de Tefé (AM), no Médio Solimões; cidade esta que também se caracteriza pelo papel que desempenha na sub-região onde se insere, essencialmente por dispor e ofertar um conjunto de bens e serviços para os núcleos de seu entorno (BITOUN, 2009) cujo principal espaço de circulação é o rio. Dessa maneira, Tefé desponta como uma cidade média de responsabilidade territorial (SCHOR; OLIVEIRA; MORAES; SANTANA, 2016), onde o tempo do rio se choca com o tempo do capital; aquele primeiro, mais relacionado, por exemplo, à circulação de barcos e mesmo de pescados de escamas do Solimões para consumo local, enquanto este último, muito mais associado à velocidade, encontra representação nas novas formas de comércio e de vida que se expandem na cidade, como os “feirões de automóveis a bordo” que auxiliam a difundir os valores da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999) nessa porção da Amazônia dos grandes rios.

Mesmo com a presença desses “regatões pós-modernos” (p. 132) na paisagem local e sub-regional, os quais em muito diferem das formas mais convencionais de regatões na história da Amazônia e preenchem “vazios” com valores extralocais, a centralidade de Tefé pode ser desvelada mormente a partir

da apreensão dos fluxos de pouco capital que, de vários cantos da região, chegam pelos rios e configuram um denso circuito inferior da economia (SANTOS, 1979) responsável por dinamizar a vida urbana dessa cidade, garantindo a existência e mesmo a permanência do tempo lento. É justamente em torno da descrição desta quantidade de fluxos, e não de sua dimensão física ou tamanho populacional, que o autor nos leva a perceber a importância de Tefé nessa fração do espaço amazônico, alegando-nos a pertinência de pensarmos em políticas de desenvolvimento socioespacial mais alinhadas às singularidades e diferenciações desse lugar e que, em vez daqueles “regatões pós-modernos”, pudéssemos pensar em “regatões de cidadania”, para preencher esses espaços com valores mais cidadãos e de natureza socioterritorial.

O último capítulo de *Vilas e cidades da Amazônia...* nos apresenta uma cidade que, embora evoque dois importantes rios da região (“Xingu” e “Araguaia”) em sua toponímia, tem seu processo de formação territorial e sua dinâmica diretamente relacionados à rodovia e à conflituosa sub-região sul/sudeste do Pará. É nesse contexto, portanto, que Xinguará está situada, mais precisamente no entroncamento da BR-155 e da BR-279. Cidade de nível local, de aproximadamente trinta mil habitantes, suas formas e seus conteúdos socioespaciais, entretanto, traduzem não uma “cidade dos notáveis”, marcada por figuras como a professora primária, o tabelião e/ou o vigário, mas uma “cidade econômica” (SANTOS, 1993) cujo *slogan* é “capital do boi gordo” e onde os principais sujeitos são os agrônomos, os médicos veterinários, os gerentes dos bancos e/ou os profissionais da zootecnia.

Em sua leitura da paisagem local, o autor nos revela a ocorrência de serviços modernos e sofisticados que não são tão comuns a um pequeno núcleo urbano da Amazônia, não fosse a existência de uma dinâmica econômica fortemente relacionada à produção agrária modernizada que se desdobra na região. Por outro lado, o diálogo estabelecido junto a sujeitos com trajetórias migrantes e a presença local do *campus* de uma universidade federal recentemente instalada são elementos interessantes que revelam uma cidade no entroncamento não somente de lógicas econômicas e de rodovias, mas também de pessoas, vidas e esperanças, precipuamente a partir dos conteúdos que trazem consigo e que podem dar sentido a essa forma espacial urbana.

Nos dezessete capítulos que compõem *Vilas e cidades da Amazônia...*, portanto, fica evidente aos leitores um dos objetivos/preocupações centrais de Saint-Clair Trindade Júnior ao longo da obra, qual seja: retratar a urbanodiversidade que caracteriza a Amazônia; tarefa esta tão bem realizada a partir de seu notável esforço de interpretação das formas que revelam a dimensão

material mais imediata da região, mas, principalmente, dos conteúdos e dinâmicas socioespaciais que conferem vida e complexidade a esse espaço multidimensional e tão particular dos territórios brasileiro e sul-americano.

A linguagem literária que atravessa toda a persecução desse objetivo é um dos grandes pontos positivos dessa contribuição, especialmente ao viabilizar para os seus leitores alguns exercícios interessantes, como: a) a inteligibilidade de conceitos, categorias e noções de diferentes autores cujos pensamentos o inspiram a interpretar a região; b) o frutífero diálogo com a obra de intelectuais tidos como clássicos na literatura regional – Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins, Samuel Benchimol, Armando Dias Mendes e outros –; e c) a interlocução com trabalhos mais recentes que tratam de problemáticas urbano-regionais amazônicas, como as várias teses de doutorado e dissertações de mestrado que são mobilizadas no livro.

São todos esforços de décadas que, somados às suas memórias e vivências enquanto um amazônida de trajetória igualmente particular (TRINDADE JÚNIOR, 2016), algo, por vezes, transparecido nessa obra, ajudam o autor a refletir e apresentar aos seus leitores uma Amazônia plena de particularidades e singularidades; o que, por isto mesmo, não permite que falemos senão de várias “Amazônias”: a das fronteiras internacionais, a das rodovias e a dos majestosos rios, a das grandes empresas e a dos sujeitos de sociabilidades simples, a dos grandes festivais e a das significativas festas, ou, de todas elas convivendo simultânea e dialeticamente no mesmo espaço, a configurar o mosaico de diferentes espacialidades e temporalidades que caracterizam a região no período atual.

Não menos importante no livro, evidentemente, é a notável preocupação ética do autor em consolidar um dos grandes ensinamentos de Milton Santos acerca da relação território e cidadania: o de propor um ordenamento territorial cidadão (SANTOS, 1987) na Amazônia, traduzido no acesso igualitário a um conjunto de bens e serviços considerados essenciais, bem como em atributos qualitativos (vivências, culturas, valores, vida cotidiana etc.) que definem a qualidade de vida conforme as singularidades e as particularidades regionais. Talvez por isso a epígrafe que “abre” a obra seja um excerto do poema “Perguntas de um trabalhador que lê”, do dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956), algo que para nós, certamente, pode indicar a inclinação do autor em considerar o papel dos homens e das mulheres que, com base em seus ideais, produzem o espaço regional ao produzirem os seus próprios modos de vida.

Uma vez ressaltados esses aspectos, sugerimos que Saint-Clair Trindade Júnior atinge outro objetivo central em seu livro: o de evidenciar que a Amazônia é, mais do que um bioma, uma região socialmente produzida. Por estas razões, *Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos* já surge como uma obra fundamental àqueles que buscam ampliar seus conhecimentos sobre o espaço amazônico e sua diversidade urbana; uma contribuição interdisciplinar que, sem dúvida alguma, revela a potência, a habilidade, o rigor e, claro, a sensibilidade peculiares ao pensamento de um grande intelectual.

## REFERÊNCIAS

- BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (org.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE, 2009. p. 17-44.
- CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.
- CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.
- GÓES, D. S. **A produção do espaço urbano na cidade de Oiapoque e a sua relação com a garimpagem de ouro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa**. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991a.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991b.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. *In*: LEMOS, A. I. G.; CARLOS, A. F. A. (org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

PEREIRA, J. C. M. **A importância e o significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)**. 2004. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

PLATAFORMA LATTES. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. **Plataforma Lattes – CNPq**, Brasília, DF, 2021. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1762041788112837>. Acesso em: 07 jul. 2021.

ROSENDAHL, Z. **Hierópolis: o sagrado e o urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SCHOR; T.; OLIVEIRA, J. A.; MORAES, A. O.; SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. **PRACS**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 227-255, jul./dez. 2010a.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico.

**Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010b.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. “**Sonhos de rio**”: memorial acadêmico e percursos geográficos de uma trajetória intelectual na Amazônia. Belém: NAEA, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 311-324, jan./dez. 2021.

Texto submetido à Revista em 28.10.2021

Aceito para publicação em 10.06.2022





## NOTA DE PESQUISA

Atores, território e políticas públicas: notas iniciais sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia

Actors, territory and public policies: initial notes about the creation of the Federal University of South of Bahia

*Ives Romero Tavares do Nascimento* – Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: ives.tavares@ufca.edu.br

*Cinthia Lima dos Santos* – Graduanda em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: limacinthia89@gmail.com

### Resumo

Esta Nota de Pesquisa tem como objetivo central apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa científica em curso que investiga as bases político-institucionais de criação das “novíssimas” universidades federais brasileiras. Uma delas é a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), onde a participação de diferentes atores sociais no processo de implementação da política pública que estruturou esta universidade foi essencial para a regionalização de sua estrutura institucional, pedagógica e administrativa. No âmbito da pesquisa qualitativa, foi eleito o estudo de caso como ferramenta metodológica mais adequada, e a Triangulação de Dados e Arena de Atores como técnicas analíticas. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os achados orientam as primeiras conclusões rumo à identificação de que a atuação sociocêntrica foi determinante para que a UFSB assumisse o compromisso com as necessidades e potencialidades locais como princípio para o estabelecimento de suas ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

### Palavras-chave

Políticas públicas. Desenvolvimento territorial. Novíssimas universidades federais. Reuni.

### Abstract

This Research Note has the main objective to present the preliminary results of an ongoing scientific research that investigates the political-institutional bases of the creation of the “brand-new” Brazilian federal universities. One of them is the Federal University of the South of Bahia (UFSB), where the participation of different social actors at different scales of the public policy implementation process that structured this university was essential for it to correspond to the need to regionalize its institutional, pedagogical and administrative structure. In the scope of qualitative research, the case study was chosen as the most appropriate methodological tool, and relies on the Data Triangulation and the Arena of Actors as analytical techniques. Referring to an ongoing research, this initial results guides the firsts conclusions towards the identification that the sociocentric performance was decisive for UFSB to assume the commitment with local needs and potential as principle for the establishment of its teaching, research, extension and culture actions.

### Keywords

Public policy. Territorial development. Brand-new federal universities. Reuni.

## APRESENTAÇÃO

Esta Nota de Pesquisa trata sobre uma investigação científica em curso que tem como objeto as bases político-institucionais de criação das “novíssimas” universidades federais brasileiras, assim conhecidas por terem sido criadas entre os anos de 2011 e 2013, num momento em que importou a regionalização da educação como estratégia para o desenvolvimento territorial do país. Apoiar-se na experiência já conhecida da Universidade Federal do Cariri (UFCA), localizada no sul do Ceará, e se propõe a investigar similaridades e diferenças com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), na Bahia, e com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), no Pará. A pesquisa tem como cronograma 03 anos previstos para sua realização (de agosto de 2019 a julho de 2022) e dispôs períodos iguais de 12 meses para a análise de cada universidade-objeto. A UFSB esteve em evidência entre 2019 e 2020, e as próximas serão, sucessivamente, a UFOB e a Unifesspa.

Dentre as questões mais pujantes do estudo, ênfase é dada ao processo de implementação da política pública que criou tais instituições – o Reuni<sup>1</sup> – numa lógica em que imperou a participação de atores sociais que tradicionalmente ficam alheios a este tipo de ação pública: membros da iniciativa privada e representantes da sociedade civil dos territórios onde cada universidade foi instalada, verdadeiros coautores ou coadjuvantes (RAMOS, 2013; BOULLOSA, 2013). A esse fato, soma-se a atuação mais presente de determinados grupos de agentes públicos que compuseram múltiplas e diversas equipes de concepção institucional e pedagógica para a estruturação das “novíssimas” instituições universitárias em tela. O que se pretende, portanto, nesta Nota, é destacar como a atuação desses novos atores foi importante para a ação pública e política do Estado brasileiro naquele momento e, com atenção, revelar que o princípio da educação regionalizada (BAPTISTA; CAMPOS, 2013) só foi possível em decorrência da atuação das populações dos territórios em cada implementação das universidades ali representadas.

Interesse, em particular, tem sido dado às questões que pouco se sobressaem na análise de múltiplos aspectos ligados à ação pública e social no Brasil e no mundo, no que concerne à visão sociocêntrica da implementação de políticas públicas. Este é um moderno foco de pesquisa oportunizado pelo

---

<sup>1</sup> O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi uma política pública federal que financiou a expansão e a interiorização de universidades e institutos federais em todo o Brasil. As novíssimas universidades federais foram as últimas instituições de ensino criadas na vigência do Reuni entre os anos de 2011 e 2013/2014. Outras informações podem ser obtidas em Brasil (s. d.).

viés analítico pós-positivista de políticas públicas (FISCHER, 2016), que revela e incentiva novas “miradas” à ação da sociedade no trato de tudo aquilo que é de interesse público e social (BOULLOSA, 2013). Tal perspectiva integra novas oportunidades de se estruturar investigações que proponham ampliar o escopo das Ciências Sociais Aplicadas, como é o caso deste aqui relatado, dado que este campo do conhecimento é “multifacetado e policromático”, posto que se configuraria uma “temeridade adotar qualquer visão binária e construir uma fotografia em preto e branco da evolução de qualquer campo de estudo” (MARTINE; ALVES, 2015, p. 435).

Decorrido o primeiro ano da investigação, já é possível estabelecer os resultados preliminares que retratam as condicionantes político-institucionais de criação da UFSB. Assim, este texto tem como objeto revelar antecipadamente as iniciais constatações acerca do processo de montagem dessa universidade, de modo que as oportunidades de espelhamento e comparação com a UFCA sejam possibilitadas.

## 1 MÉTODOS

Discutir processos de criação de uma instituição humana nos moldes de uma universidade pode ser objeto de inúmeras abordagens quantitativas, se considerar-se aspectos ligados à economia e sociedade em suas dimensões numéricas. Todavia, a questão que se busca trazer à tona com a investigação aqui relatada é consideravelmente complexa. Isso porque compreende meandros da vida social que dificilmente podem ser corporificados em dados estatísticos, por exemplo, e retêm a necessidade de se analisar, em profundidade, as condições políticas (na acepção mais ampla da palavra) que envolvem negociações, interesses e tratativas no nível da atuação institucional do país. Portanto, a abordagem qualitativa da pesquisa se mostrou a mais adequada.

Seguindo as contribuições de Eisenhardt (1989), Stake (1995) e Yin (2007), dentre outros, elegeu-se a realização de Estudo de Caso para cada universidade-objeto como o método de pesquisa qualitativa mais apropriado, posto que dará condições aos pesquisadores de conhecerem as universidades em alto grau de profundidade e complexidade, além de oportunizar a combinação de diferentes fontes de dados para sua realização (EISENHARDT, 1989). Este foi, portanto, o caminho seguido.

Para este desenho, importaram três fontes de dados. No plano primário, definiu-se a condução de entrevistas semiestruturadas com agentes públicos, agentes políticos e membros da sociedade civil e da iniciativa privada. Para o plano

secundário, dois pilares foram instituídos: a coleta de dados socioeconômicos de cada localidade-sede das instituições pesquisadas (organizados por institutos oficiais de pesquisa, por exemplo) e a sistematização de literatura – clássica e atual – acerca de três constructos teóricos fundantes: desenvolvimento territorial, políticas públicas e ensino superior.

No que concerne às técnicas de análise destes dados, determinou-se a sua triangulação (FLICK, 2009; GIBBS, 2009) como melhor chance de se estruturar reflexões mais acuradas acerca do processo de criação dessas instituições universitárias, classificadas em cinco dimensões: a) o conceito de universidade; b) a demanda local; c) tratativas políticas; d) pluralidade de atores; e e) interesses e motivações incrustados. De modo complementar, a Arena de Atores (CHACON, 2007) foi empregada de modo a contribuir com a construção das dimensões aqui indicadas.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES

Para efeitos desta Nota de Pesquisa, serão destacados os resultados concernentes ao grupo dos dados primários – as entrevistas –, posto que ainda está em fase de conclusão a coleta dos dados socioeconômicos da Região Sul da Bahia e a atualização da bibliografia inicialmente sistematizada.

Um aspecto muito importante da pesquisa é a atenção aos preceitos e condições ético-legais de sua condução. Mesmo que se reconheça que a realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas pode representar um risco mínimo à integridade dos respondentes, tomou-se a decisão de submeter o projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Este, em sua análise, considerou os seguintes fatores como condições ligadas à qualidade da investigação proposta: a) a elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) atinente às normas da Resolução CNS n° 466/2012, que dá diretrizes para pesquisas com seres humanos; b) aplicação de instrumento como pré-teste; c) credibilidade das entrevistas, obtida com a transcrição dos áudios e posterior validação por cada respondente; e d) análise em dupla etapa, com a primeira aplicação do estudo de caso para cada universidade e a posterior verificação se há o padrão do seguinte rito procedimental: o grupo dos dados socioeconômicos informa, a literatura explica e as entrevistas debatem o objeto posto em triangulação. Após minuciosa verificação, a pesquisa aqui relatada obteve autorização de realização junto ao CEP escolhido.

Para o Ano I da investigação, a UFSB figurou como objeto empírico. Na pré-análise documental feita aos arquivos públicos do Congresso Nacional, da

Presidência da República, e da Universidade Federal da Bahia, constatou-se a presença de pessoas que atuaram diretamente na criação da UFSB, desde sua concepção à efetiva implantação. A partir das nominatas constantes nestes documentos, chegou-se a um universo de 32 (trinta e dois) possíveis respondentes, dentre os quais 02 pertencem à sociedade civil (e iniciativa privada); 12 fazem parte do grupo dos agentes políticos; e 18 se inserem no rol de agentes públicos. Contudo, apesar de contactados, apenas 08 pessoas aceitaram participar da pesquisa, sendo que todas pertencem ao grupo dos agentes públicos.

Mister se faz informar que o agendamento da fase de campo da pesquisa coincidiu com os efeitos da emergência sanitária do Sars-CoV-2, vírus causador da Covid-19, no mundo e no Brasil, o que impossibilitou a realização das entrevistas de modo presencial. Alternativamente, procedeu-se com contatos inteiramente virtuais através da Plataforma “Google Meet®”, gravados e devidamente transcritos com anuência prévia de todos os respondentes. De modo a contribuir com este preliminar debate, as primeiras discussões são apresentadas na divisão das dimensões analíticas inseridas no percurso metodológico da pesquisa.

No que toca à primeira dimensão – o conceito de universidade –, todos os respondentes foram uníssonos em conceituá-la como um espaço eminentemente imbuído da aposta social orientada à formação de nível superior habilitadora à atuação profissional, desenvolvimento intelectual e ação cidadã. É o espaço onde confluem diversificados saberes, pontos de vista, conhecimentos e contribuições e que convergem no sentido de oportunizar o crescimento humano a partir da construção de um universo de saberes plurais e não excludentes, em que sobressai a possibilidade de o contraditório auxiliar a estruturação de práticas formativas.

Mas chamou a atenção o fato de que a sociedade foi um termo presente em todas as respostas sobre essa primeira discussão. Para todos os respondentes, há uma clara associação entre o papel da universidade na modernidade e as oportunidades de transformação social e melhoria das condições de vida das pessoas, ainda que resistam problemas em termos de acesso ao ensino superior e determinado descolamento das atividades realizadas nestas instituições e as necessidades da própria sociedade.

Além disso, consideram os entrevistados que a universidade, enquanto instituição, pode ser considerada como uma das possibilidades que as sociedades possuem em promover seu desenvolvimento, pois nelas podem estar alocados os recursos necessários à formação de nível superior com qualidade e orientação para as estruturas sociais embasadas na melhoria das condições de vida das pessoas. Dada essa potencialidade, a universidade assume um possível “dever moral e institucional” de ser guiada a partir de princípios ligados ao desenvolvimento dos

espaços onde está inserida, que aqui identificamos como os múltiplos territórios brasileiros. Isso daria à figura da universidade uma proposta de agir frente aos problemas sociais e na rota da solidariedade e da cidadania.

Em segundo lugar, a dimensão que investiga uma pretensa demanda local pela presença de uma universidade pública aloca também a necessidade de uma universidade federal. Partindo de uma concepção mais ilustrativa, o Entrevistado 05 afirmou que a letra F na sigla das instituições federais as dota de “pompa” perante toda a sociedade. Esta é uma constatação no mínimo curiosa, não apenas pelo sentido conotativo ou figurativo (talvez até mesmo alegórico) que socialmente se construiu em torno das universidades federais brasileiras, mesmo diante de todos os problemas de dilemas e barreiras que sempre tiveram, de que o fato de pertencerem à rede federal e pública de ensino superior era, por si só, garantia de qualidade na formação acadêmico-profissional e prestígio social.

Em aspectos mais objetivos, por outro lado, os entrevistados afirmaram que havia uma latente demanda social pela presença de uma instituição de educação superior para a região do Sul da Bahia. Vale dizer que nem todos os entrevistados são oriundos daquele território, mas sua chegada por conta da incorporação ao quadro de docentes da UFSB os fez perceber, por múltiplos motivos, que essa necessidade por uma universidade federal existia e era latente. Para todos, inclusive, uma das facetas dessa necessidade pré-existente diz respeito à importância histórica (afinal, Porto Seguro é considerado o local onde os primeiros portugueses atracaram em solo brasileiro), cultural, política e social que o Sul da Bahia representa em seu estado e para o Brasil. Portanto, a população local merecia ter acesso a uma universidade própria em seu espaço.

No que toca à terceira dimensão de análise – tratativas políticas –, estabeleceu-se importantes revelações a partir das entrevistas. Uma delas diz respeito ao fato de que a UFSB, tal como ocorreu com a UFCA, foi o resultado da ação política do Estado nacional que vislumbrou a criação de universidades federais com essa natureza específica num momento do país em que a discussão sobre as vantagens do trato do território – ora como unidade de análise ora como unidade de gestão – estava sob forte vigência. Assim, em ambas as unidades federativas, houve a inclusão de seus dois territórios (o Cariri cearense e o Sul da Bahia) como receptáculos dessa novidade institucional.

Destaca-se a forma como a criação dessas instituições foi conduzida. Os entrevistados 01 e 03 detalharam a ação do Estado brasileiro e sua posterior delimitação: por força legal, a criação das novíssimas universidades federais foi de iniciativa da Presidência da República, cabendo ao Congresso Nacional o debate e posterior aprovação a partir da autorização, tendo-se em vista a capacidade

institucional e orçamentária do país em abrigar essas quatro representações da Administração Pública Indireta. Em seguida, procedeu-se o que nesta pesquisa se chama de verdadeira “novidade processual”: a inclusão de outros atores nas fases seguintes de implementação das quatro universidades.

Tanto no caso da UFCA quanto da UFSB foram chamados agentes públicos federais (docentes e técnicos administrativos) para realizar a estruturação e montagem das novas instituições. Diferentemente da UFCA, que é resultado do desmembramento de um *campus* avançado da Universidade Federal do Ceará, a UFSB foi inteiramente concebida “do zero”. Ou seja, os atores que seguiram com a estruturação da nova instituição puderam elaborar toda a estrutura política, pedagógica e administrativa da universidade no Sul da Bahia, enquanto a UFCA manteve parte das estruturas de sua instituição-sede. Dessa forma, o que se pôde coletar com as entrevistas, até este ponto das análises, é que houve uma efetiva aposta da sociedade brasileira no formato muito inovador que a UFSB assumiu para sua formação: em dois ciclos, um mais geral e outro mais específico, de inspiração no Modelo Norte-Americano de ensino superior, justificado na chance de se oportunizar espaços integradores de profissionalização arraigada em princípios cidadãos, éticos e intelectuais.

Para a quarta dimensão – pluralidade de atores – reside uma consideração importante: o fato de que a criação da UFSB foi imbuída de anseios e expectativas locais quando o grupo local que tratou da implantação da nova universidade permitiu e estimulou a participação de diferentes pessoas nesse processo. Para ilustrar essa afirmativa, recupera-se a fala dos entrevistados quando informaram que na fase pré-UFSB, foram montadas caravanas que visitaram os municípios do Sul da Bahia e neles realizaram assembleias para ouvir a população local. Fruto dessas oportunidades dadas são os Colégios Universitários (CUNIs), que possuem a missão institucional de conter as formações do chamado 1º Ciclo, onde estão arregimentadas as licenciaturas e os bacharelados interdisciplinares (CARVALHO, 2019).

Convém destacar, para a quinta e última dimensão, os interesses e motivações em torno da UFSB, seguidos os moldes da pluralidade de atores, a formatação da nova universidade no Sul da Bahia só foi possível também pela articulação dessa instituição com entes públicos e privados locais, especialmente naquilo que diz respeito à obtenção de espaços físicos para o funcionamento dos seus três *campi* – Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas. Segundo os Entrevistados 01 e 03, dentre outros, as prefeituras municipais onde a UFSB possui unidades foram parceiras na cessão de prédios públicos para o início das aulas e das atividades administrativas naqueles municípios, como também

destacaram o apoio do Governo do Estado da Bahia mediante a cessão do prédio onde está instalado o *campus* de Porto Seguro.

Para além de uma articulação interinstitucional, o que de antemão pode ser relatado é que esta relação vai além da simples conveniência entre organizações da esfera pública de diferentes níveis e segue rumo ao atendimento de expectativas de se publicizar a ação destes entes locais em prol da chegada da UFSB nos municípios baianos, beirando os resultados político-partidários de tais iniciativas.

## CONCLUSÕES PRÉVIAS E PRÓXIMAS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO

O que se pode extrair de primeiras conclusões da investigação aqui relatada é que a criação da UFSB, nos moldes propostos pelo Reuni, representou uma aposta bem-sucedida de desenvolvimento territorial quando atrelou ao seu desenho institucional, pedagógico e administrativo, as questões regionais do espaço onde está instalada. Nas palavras de Baptista e Campos (2013), isso representa uma faceta da educação regionalizada, que é aquela que considera e valoriza os saberes locais e as necessidades do lugar ao propor as ações de ensino que, por sua vez, culminam em sustentabilidade e convivência com o Semiárido, por exemplo. No caso da UFSB, essas ações vão além e desembocam em práticas de extensão, de cultura e de pesquisa.

Em virtude da quarentena provocada pela emergência sanitária de Covid-19 em todo o mundo, parte do desenho da pesquisa não pôde ser realizado da forma como estabelecido, ainda que as plataformas virtuais tenham suplantado tal deficiência. O que se aventa como dificuldade é a impossibilidade de se visitar a UFSB e inspirar-se em sua vivência universitária cotidiana como complemento às reflexões aqui preliminarmente relatadas, ainda que não estejam no âmbito da pesquisa científica reconhecida.

De toda sorte, esta Nota de Pesquisa é concluída como marco da fase de coleta de dados e antecede a etapa analítica, quando efetivamente todos os dados colhidos serão triangulados e as arenas construídas. Ainda que pareça um trabalho inconclusivo, é preciso reconhecer que possibilitou interessantes constatações.

Um desses achados é a relevância que as populações (ou os grupos sociais) que atuaram direta ou indiretamente na estruturação da UFSB que desponta a partir de cada análise prematura nas dimensões dedicadas ao estudo de caso. Por mais que se enfatize o processo de política pública e se denote a revelação que a abordagem político-institucional contém, resta nítida a consideração de que os habitantes locais exerceram forte atração das instituições universitárias pesquisadas, de modo a se considerar, inexoravelmente, o papel protagonista da sociedade civil no desenho e na implementação de políticas públicas no Brasil.

Dado o caráter preliminar destas conclusões, ainda não é possível fazer contundentes afirmações de como a UFSB fora efetivamente estabelecida desde o plano federal até o Sul da Bahia. Mas, em contrapartida, é lúcido ponderar os primeiros traços das atividades negociadoras de formulação e implantação de instituições humanas dessa natureza, que perpassam a visão econômica e provavelmente mais reduzida de que são apenas espaços de formação para o mundo do trabalho. Seguem além e colocam a universidade no rol dos atores institucionais que mantêm compromisso com a ética e com a cidadania (ALMEIDA FILHO, 2015), reinventando-se num espaço novo e sociocêntrico.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são feitos à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação realizadas na Universidade Federal do Cariri (PRPI/UFCA), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo apoio institucional e financeiro.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. A emergência de modelos contra-hegemônicos de educação superior: a universidade federal do Sul da Bahia (UFSB) e sua contribuição para a redefinição da geopolítica do conhecimento. [Entrevista cedida a] Manuel Tavares e Tatiana Romão. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 29, p. 201-211, 2015. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5102/3315>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido. In: CONTI, I. C.; SCHROEDER, E. O. (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília/DF: Editora IABS, 2013. p. 99-112.
- BOULLOSA, R. F. Mirando ao revés nas políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 67-84, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572/15028>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- BRASIL. Início. **REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**, Brasília, DF, s. d. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CARVALHO, M. Colégios Universitários. **Universidade Federal do Sul da Bahia**, Porto Seguro, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www.ufsb.edu.br/a-ufsb/cunis>. Acesso em 17 nov. 2020.

CHACON, S. S. **O Sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: BNB: 2007. 353 p. (Série Teses e Dissertações, Vol. 8).

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **The Academy of Management Review**, [s. l.], vol. 14, no. 4, p. 532-550, 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/258557>. Acesso em: 02 ago 2016.

FISCHER, F. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 7, n. 12, p. 163-180, maio/nov. 2016. Disponível em: [www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewPDFInterstitial/554/436](http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewPDFInterstitial/554/436). Acesso em: 29 nov. 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIBSS, G. **Análise de dados qualitativos**. Tradução de Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 433-460, 15 dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-3098201500000027p>. Acesso em: 17 nov. 2020.

RAMOS, S. A. **Migração de escala em instrumentos de políticas públicas**: natureza e fronteiras de aprendizagem. 111f. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

STAKE, R. E. **The Art of Case Study Research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

Texto submetido à Revista em 30.12.2020  
Aceito para publicação em 13.06.2022

"A ressurreição dos malditos pelos eleitos": o mais novo lugar dos invisíveis frente à concessão do Auxílio Emergencial Temporário

**"The resurrection of the damned by the elect": the newest place of the invisible in the face of the granting of temporary emergency aid**

*Jairo Bezerra Silva, Francisco Emerson de Siqueira e Lemuel Dourado Guerra*

O fantasma das fábricas chinesas: expatriados, trabalhadores e políticas do modelo chinês no Brasil

**The specter of Chinese factories: expatriates, workers and the politics of the Chinese model in Brazil**

*Cleiton Ferreira Maciel Brito e Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel*

Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro

**From mud to chaos: the backsliding of Brazil's environmental policy and leadership under the Bolsonaro administration**

*Barnabé Lucas de Oliveira Neto*

A agenda de desenvolvimento da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite (2019 – 2020)

**The development agenda of the industrial bourgeoisie in Rio Grande do Sul during the first two years of the government of Eduardo Leite (2019 - 2020)**

*Marco André Cadoná e Valter de Almeida Freitas*

Salários reais, produtividade do trabalho e desemprego na indústria extrativa do Estado do Pará

**Real wages, labor productivity and unemployment in the extractive industry of the State of Pará**

*Letícia Lima de Sousa e Douglas Alcantara Alencar*

Aprendendo a viver no Antropoceno: uma abordagem sistêmica para a governança de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas

**Learning to live in the Anthropocene: a systemic approach to governing Agroextractive Settlement Projects**

*Roberta Rowisy Amorim de Castro, Aquiles Simões e Sandro Luis Schlindwein*

A via cooperativa para o fortalecimento dos meios de vida no Médio Mearim, Maranhão

**The cooperative way for strengthening livelihoods in the Middle Mearim, Maranhão**

*Aline Souza Nascimento e Roberto Porro*

*Bertholletia excelsa*: espécie chave para meios de vida sustentáveis e conservação florestal

**Bertholletia excelsa: key species to sustainable livelihoods and forest conservation**

*Philippe Waldbhoff, Saulo Eduardo Xavier Franco de Souza e Edson Vidal*

Piscicultura praticada por agricultores familiares em Humaitá, Mesorregião Sul do Estado do Amazonas

**Fish farm conducted by family farmers in Humaitá, Southern Region of Amazonas State, Brazil**

*Maria Francisca da Graça Cruz e André Moreira Bordinbon*

Relação conceitual entre Economia Circular, Ecologia Industrial e *Cradle to Cradle*: um ensaio teórico

**Conceptual relationship between Circular Economy, Industrial Ecology and Cradle to Cradle: a theoretical essay**

*Milton Jarbas Rodrigues Chagas e Armando de Azevedo Caldeira-Pires*

O bairro do Tapanã: da metropolização ao modo de vida de uma periferia da Amazônia

**The neighborhood of Tapanã: from metropolization to the way of life of a periphery of the Amazon**

*Raimundo Victor Oliveira Santos*

Viagem antiga: da urbanização à implementação de condomínios horizontais fechados no Litoral Norte Gaúcho

**Old trip: from urbanization to the implementation of horizontal closed condominiums on the North Coast of Rio Grande do Sul**

*Mariana Barbosa de Souza*

Praças públicas em Feira de Santana: espaços de socialização e resistência

**Public squares in Feira de Santana: spaces for socialization and resistance**

*Leidiane Evangelista Alves Carneiro e Janio Santos*

Cidade e hidrelétrica na Amazônia brasileira: espaço e memória entre o "velho" e o "novo" Repartimento (Pará)

**Town and hydroelectric dam in Brazilian Amazonia: space and memory between "old" and "new" Repartimento (Pará)**

*José Carlos Matos Pereira*

**Resenhas**

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 558 p.

*Angelo César Pinho Tavares, Samara Avelino de Souza França e Leildo Dias Silva*

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Vilas e cidades da Amazônia**: paisagens, memórias e pertencimentos. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2021. 160 p.

*Gabriel Carvalho da Silva Leite e Helbert Michel Pampolha de Oliveira*

**Nota de Pesquisa**

Atores, território e políticas públicas: notas iniciais sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia

**Actors, territory and public policies: initial notes about the creation of the Federal University of South of Bahia**

*Ives Romero Tavares do Nascimento e Cinthia Lima dos Santos*

